


Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste

Organizadores: Isabel Machado Cavalcanti, Victor Alexander Contarato Burns, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Walsey de Assis Magalhães e Helena Maria Martins Lastres



ORGANIZADORES
Isabel Machado Cavalcanti
Victor Alexander Contarato Burns
Luiz Antonio Rodrigues Elias
Walsey de Assis Magalhães
Helena Maria Martins Lastres

 **BNDES**

UM OLHAR TERRITORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO

CENTRO-OESTE

ORGANIZADORES
Isabel Machado Cavalcanti
Victor Alexander Contarato Burns
Luiz Antonio Rodrigues Elias
Walsey de Assis Magalhães
Helena Maria Martins Lastres

RIO DE JANEIRO, 2014



UM OLHAR TERRITORIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
CENTRO-OESTE

O46 Um olhar territorial para o desenvolvimento : Centro-Oeste / Organizadores: Isabel Machado Cavalcanti, Victor Alexander Contarato Burns, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Walsey de Assis Magalhães, Helena Maria Martins Lastres – Rio de Janeiro : BNDES, 2014.

512 p. : il., color

ISBN: 978-85-87545-52-7

1. Desenvolvimento econômico. 2. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Financiamento. 3. Desenvolvimento regional – Brasil, Centro-Oeste. 4. Planejamento regional - Brasil, Centro-Oeste 5. Brasil, Centro-Oeste – Aspectos econômicos. I. Cavalcanti, Isabel Machado (Org.). II. Burns, Victor Alexander Contarato (Org.). III. Elias, Luiz Antonio Rodrigues (Org.). IV. Magalhães, Walsey de Assis (Org.). V. Lastres, Helena Maria Martins (Org.).

CDD – 338.9817

SUMÁRIO

Prefácio	5
LUCIANO COUTINHO	
Preâmbulo	13
ADRIANA MELO ALVES	
Apresentação	15
JOSÉ EDUARDO PESSOA DE ANDRADE, CRISTINA LEMOS, HELENA MARIA MARTINS LASTRES, MARCELO MACHADO DA SILVA, MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN E WALSEY DE ASSIS MAGALHÃES	
Introdução	39
ISABEL MACHADO CAVALCANTI E LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS	

PARTE 1

A CONTRIBUIÇÃO DO BNDES PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Capítulo 1

O papel do governo federal como indutor do crescimento econômico da Região Centro-Oeste	48
ÁLVARO LARRABURE COSTA CORRÊA, ISABEL MACHADO CAVALCANTI, ISAMARA SEABRA E VICTOR ALEXANDER CONTARATO BURNS	

Capítulo 2

Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioproductiva na Região Centro-Oeste	70
MARCELO PORTEIRO CARDOSO, GERALDO SMITH, RODRIGO CESAR CARDOSO, JOAQUIM PEDRO CORDEIRO E PAULO FERNANDES MONTANO	

Capítulo 3

A atuação da Área Industrial do BNDES na Região Centro-Oeste	94
ARTUR YABE MILANEZ, BERNARDO HAUCH RIBEIRO DE CASTRO, DIEGO NYKO, FERNANDA MENEZES BALBI, JOÃO PAULO PIERONI, JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR, MAURICIO DOS SANTOS NEVES, RANGEL GALINARI E RICARDO RIVERA DE SOUSA LIMA	

Capítulo 4

A contribuição da Área de Operações Indiretas ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste (2004-2013)	128
DANIEL TAVARES, MARCOS FERNANDES MACHADO E EDSON MORET	

Capítulo 5

O apoio à indústria de base na Região Centro-Oeste	142
RODRIGO MATOS HUET DE BACELLAR E EDUARDO CHRISTENSEN NALI	

Capítulo 6

O BNDES e a questão energética e logística da Região Centro-Oeste	156
NELSON FONTES SIFFERT FILHO, DALMO DOS SANTOS MARCHETTI, ADRIANO ZANETTI, ALINE FIGUEIRA CABOCCLO, ANDRÉ LUIZ ZANETTE, BEATRIZ MASSENA COSTA, CRISTIANE CORRÊA HOREWICZ, LUIZ CARLOS LUZ CHAVES FILHO, MARCUS CARDOSO, NAYARA THOMÉ PINTO DE SOUZA E NELSON TUCCI	

<i>Capítulo 7</i>	
Atuação da Área de Infraestrutura Social do BNDES na Região Centro-Oeste do Brasil	218
RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS E ANA COTOVIO	

<i>Capítulo 8</i>	
Região Centro-Oeste: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável	228
GABRIEL VISCONTI E MORENA CORREA SANTOS	

<i>Capítulo 9</i>	
Desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste: desafios e potencialidades para a atuação do BNDES	246
CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL E LUCAS LINHARES	

PARTE 2

OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

<i>Capítulo 10</i>	
Natureza e perspectivas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o papel das políticas para arranjos produtivos locais	266
CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT	

<i>Capítulo 11</i>	
A industrialização de Goiás: um caso de sucesso	296
REINALDO FONSECA	

<i>Capítulo 12</i>	
Goiás: do vazio ao heterogêneo	350
PEDRO ABEL VIEIRA, ANTONIO MARCIO BUAINAIN E ELISIO CONTINI	

<i>Capítulo 13</i>	
Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso	394
ALEXANDRE MAGNO DE MELO FARIA	

<i>Capítulo 14</i>	
O desempenho da economia na Região Centro-Oeste	424
JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA	

<i>Capítulo 15</i>	
Oportunidades para apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste	454
CLÁUDIO HALLEY	

<i>Capítulo 16</i>	
BNDES e Banco de Brasília, parceria importante no desenvolvimento da Região Centro-Oeste	468
PAULO ROBERTO EVANGELISTA DE LIMA	

<i>Capítulo 17</i>	
Desafios e oportunidades para o desenvolvimento (sustentável) do Centro-Oeste	482
MARCEL BURSZTYN	

Sobre os autores	501
-------------------------------	-----

PREFÁCIO

O BNDES e a missão de promover o desenvolvimento regional

O BNDES tem o desafio de olhar para a questão regional com o objetivo de ajudar a reduzir as ainda imensas desigualdades existentes entre as regiões do país e dentro de cada uma delas. Para isso, é necessário avançar na incorporação da visão espacial em seus modos de pensar, planejar e implementar políticas com o compromisso de realizar os objetivos estratégicos de sua missão: “Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”.

O Brasil atravessa um ciclo benigno de criação de novos empregos, aumento da massa salarial e da renda real. Esses elementos contribuíram para a inclusão de parcela significativa da população brasileira e para a dinamização do mercado interno. A Presidenta Dilma Rousseff priorizou, desde o início de seu governo, a base mais pobre da pirâmide social. Com o lançamento do Programa Brasil Sem Miséria, obteve-se notável avanço, em especial, para os milhões de brasileiros que fazem parte da camada mais pobre da população do país. Mas ainda há muito a fazer para sustentar o círculo virtuoso de inclusão social.

O desenvolvimento com melhoria da distribuição de renda se refletiu na elevação de indicadores econômicos das regiões menos desenvolvidas. Nordeste, Norte e Centro-Oeste cresceram mais que as demais, nesse novo ciclo, favorecendo a desconcentração regional da produção. Destaque-se o crescimento dos investimentos do setor público, tanto do governo federal como também dos estaduais e municipais e das empresas estatais. No entanto, é preciso intensificar e consolidar as mudanças e entender que não é possível entender a dimensão socioeconômica sem olhar a dimensão regional.

A superação das disparidades da renda deve ser acompanhada no mesmo ritmo pela mobilização da capacidade produtiva das regiões mais pobres. O apoio diferenciado às regiões menos desenvol-

vidas deve fomentar a endogeneização de capacitações, emprego e renda. Significa prover os territórios de infraestrutura e aumentar o acesso das populações a serviços públicos de qualidade.

Faz-se fundamental consolidar ações regionais para a dinamização e o adensamento dos sistemas produtivos e inovativos no entorno de projetos estruturantes, assim como dos eixos produtivos potenciais existentes nas regiões marginalizadas. Em todos os casos, é estratégico focar no planejamento de projetos para a inclusão produtiva e no fortalecimento das micro e pequenas empresas e empreendedores.

O apoio à ampliação e qualificação dos serviços públicos essenciais constitui também poderoso elemento indutor de sistemas de fornecimento de variada gama de bens e serviços com diferentes graus de intensidade tecnológica. As compras governamentais podem impulsionar e irradiar atividades e fortalecer arranjos produtivos locais relacionados à provisão de serviços de saúde, educação, alimentação, habitação e infraestrutura urbana, os quais envolvem desde a produção de merendas, confecções e mobiliário até variada gama de equipamentos e serviços, assim como sistemas e tecnologias da informação e comunicação. A intensificação de ações desse tipo torna-se estratégica para ancorar e reforçar o grande processo de inclusão produtiva e aumento da renda, além de avançar na melhoria da qualidade de vida e elevação dos índices de desenvolvimento humano sustentável.

O BNDES, como banco de desenvolvimento do governo federal, detém alguns instrumentos importantes para promover a desconcentração regional e territorial dos investimentos. Para cumprir os objetivos de sua missão, tem se dedicado a expandir sua atuação nas regiões historicamente menos contempladas por seu apoio. No caso específico do Centro-Oeste, a região tem características bastante diferenciadas das demais, sendo a segunda maior região em área geográfica, a menor em população e o segundo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país. Sua ocupação foi também distinta das demais, como resultado da expansão da fronteira agrícola ocorrida em meados do século XX. A força do agronegócio, que a firmou como fornecedora de produtos primários, fez a região responsável por mais de 43% da produção de grãos do país, em 2013.

O desembolso total do BNDES para a Região Centro-Oeste multiplicou-se por mais que sete entre 2002 e 2013, chegando a quase 20 bilhões nesse último ano, apresentando um crescimento relevante para cada um de seus estados e para o Distrito Federal. No financiamento a empresas, o número de operações com micro, pequenas e médias empresas (MPME) e pessoas físicas cresceu de cerca de 14 mil, em 2002, para 113 mil, em 2013, representando 40% do desembolso total do Banco a empresas da região.

No que tange ao financiamento aos estados da federação, cabe destacar as linhas do BNDES para apoio a seu desenvolvimento integrado e de longo prazo. Como parte relevante das políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro, depois da deflagração da crise internacional de 2008, essas linhas receberam recursos adicionais, consubstanciados em programas emergenciais de financiamento e de investimentos. Contribuir para a redução das desigualdades regionais constituiu uma orientação importante na destinação desses recursos. Houve um crescimento notável do desembolso para as 27 unidades, o qual alcançou R\$ 44 bilhões de 2009 a 2013. A distribuição desses recursos privilegiou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo esta última destinatária de 25% ou R\$ 11 bilhões do valor total.

O BNDES é o principal financiador do atual ciclo de investimentos em infraestrutura e logística no Brasil. No caso do Centro-Oeste, diferentes projetos vêm sendo planejados pelo governo federal e apoiados pelo Banco. Mencione-se a marcante atuação no financiamento aos projetos do Programa de Investimentos em Logística (PIL) e do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), a saber, rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos, hidrelétricas e linhas de transmissão. Investimentos para a dinamização do desenvolvimento também estão sendo impulsionados, com destaque, além do agro-negócio e dos arranjos produtivos ligados à produção de alimentos, ao significativo número de projetos em sistemas industriais como os de papel e celulose, mineração, fertilizantes, cimento, automobilístico, bicomustíveis, turismo, medicamentos e serviços de saúde.

A crescente atuação do BNDES no apoio ao desenvolvimento regional e local descortina também a oportunidade de refletir sobre

aspectos qualitativos de suas políticas operacionais. Nesse sentido, além do refinamento dos mecanismos tradicionais de financiamento, novos instrumentos vêm sendo desenhados pelo Banco para contemplar características e requerimentos específicos dos diferentes territórios. Destaque especial merece o trabalho integrado de várias áreas do BNDES, o qual resultou na política de atuação no entorno de projetos estruturantes, formulada em 2009.

Experiências como essas são discutidas neste livro, indicando soluções e caminhos possíveis nas diversas frentes que o BNDES tem para avançar. Para tal, é imperativo que as políticas: (i) reconheçam a existência e tratem explicitamente das desigualdades; (ii) sejam apropriadas às especificidades regionais e territoriais; (iii) auxiliem na coordenação de ações sistêmicas dos diferentes organismos e esferas de governo; (iv) visem à inclusão e à agregação de conhecimentos, valor, qualidade e sustentabilidade aos sistemas produtivos, processos, bens e serviços; e (v) levem em consideração que o espaço, como lócus de convergência das distintas ações de política, constitui variável fundamental. Sem a incorporação dessas noções, o aumento dos investimentos do BNDES pode levar não à redução, mas ao reforço das desigualdades.

É significativo o processo de transformação do Centro-Oeste. Espera-se que essa região continue passando por grandes mudanças nos próximos anos, não só pelos investimentos em logística e energia, mas, em especial, pelos efeitos derivados do dinamismo das atividades agrícolas e mineradoras. Para isso, há ainda uma série de avanços a realizar, e o BNDES deve contribuir efetivamente para seu desenvolvimento futuro, para a modernização tecnológica e para a melhoria das condições sociais e de vida da população da região.

Em termos de dinamização produtiva, é preciso fortalecer o agronegócio, agregar qualidade e valor aos produtos e tornar mais eficiente e sustentável o sistema de produção, comercialização e escoamento. Nota-se a importância do conjunto dos serviços demandados pela agropecuária, com destaque para as atividades de assistência técnica e extensão rural, fundamentais para o fortalecimento dos pequenos e médios produtores. Investir em conhecimentos e tecnologias é essencial para os setores consolidados, assim como

atrair atores relevantes a seu fortalecimento – como aqueles do segmento de máquinas e implementos, sementes, fertilizantes, produtos veterinários e defensivos. Adiciona-se o objetivo de avançar com visão de futuro em direção a processos e produtos ambientalmente amigáveis, como são os casos do apoio à agricultura orgânica e do Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Mostra-se especialmente necessário melhorar as condições da infraestrutura e da logística, visando potencializar a expansão da produção e da produtividade agrícola, aproveitando o potencial hidroviário e ferroviário do Centro-Oeste. De modo complementar, é oportuno pensar uma política energética para a região, focada em energias alternativas com potencial de futuro, como a energia solar. Aspectos adicionais integrantes da logística na agricultura devem ser equacionados. Um deles, mais simples e já com investimentos em andamento, é o da construção de capacidade de armazenamento. O outro, mais complexo, é o de apoiar o fortalecimento de novos modelos de comercialização de produtos no mercado internacional, que possibilitem uma inserção mais positiva nas cadeias de valor, com repartição mais justa da renda entre os diversos agentes participantes, desde a produção até a comercialização.

Do ponto de vista do planejamento governamental, pensar em políticas para infraestrutura e logística pressupõe estender, para além da dimensão econômica, o objetivo de criar melhores condições para embasar o desenvolvimento integrado da região em questão. Cabe, portanto contemplar tanto as necessidades dos atores produtivos de diversos tipos e portes como os indissociáveis objetivos do desenvolvimento social e político-institucional. De forma transversal a todas essas dimensões, trata-se especialmente de viabilizar redes, sistemas, equipamentos e tecnologias da informação e comunicações e, principalmente, de potencializar a infraestrutura do conhecimento. Esta inclui desde a educação em seus níveis mais básicos até a capacitação e qualificação de técnicos e especialistas tanto para o setor privado quanto para o público. Nesse caso, o foco é a ampliação e o fortalecimento da rede regional de instituições de ensino e pesquisa.

Além de contemplar o suporte e o aprimoramento dos organismos e redes político-institucionais regionais e sub-regionais – em es-

pecial aqueles responsáveis pelo planejamento e implementação de políticas para o desenvolvimento –, enfatiza-se o objetivo de também avançar na consolidação da infraestrutura do desenvolvimento social nos meios rural e urbano. Focalizam-se nesse caso, e além das já mencionadas redes e logísticas de ensino e pesquisa, as de saúde, fornecimento de alimentos, habitação, saneamento, energia, transporte, cultura, esporte e lazer, entre outras.

Ressalta-se que a logística e a rede de cidades são também importantes instrumentos de fortalecimento da integração e da identidade regional, contribuindo para ampliar a articulação entre seus estados e sub-regiões, assim como com as demais regiões. Comparativamente a outras regiões do país, o Centro-Oeste tem uma estrutura mais leve de cidades e está desconcentrada demograficamente, com muitas cidades em processo de crescimento, exigindo ação de fomento em conjunto com governos estaduais e municipais.

Ao se pensar o futuro da região, há que se considerar que a expansão da fronteira agrícola está atingindo seus limites, o que alerta para a importância de políticas que evitem mais desmatamentos. Isso reforça a necessidade da elevação firme da produtividade e da disseminação de novos conhecimentos e inovações – mais mecanização, mais genética, mais insumos –, o que por sua vez requer uma combinação de políticas para a recuperação de pastagens e regeneração de áreas de produção. Há que se dedicar atenção à agenda socioambiental, fortalecendo as administrações municipais e estaduais e articulando a política de entornos com preocupações dessa ordem, combinadas com as oportunidades originadas a partir dos investimentos sociais das empresas responsáveis pelos empreendimentos estruturantes.

As perspectivas não se esgotam nessas áreas e setores. É também fundamental lançar luz às oportunidades de fomento a atividades que têm enorme potencial no Centro-Oeste e que ainda não foram devidamente descortinadas. Impulsos estruturados podem torná-las altamente inovadoras e dinamizadoras da economia regional. A grande disponibilidade de água na região aponta para a piscicultura e a aqüicultura, além da importante biodiversidade do Cerrado.

A coleção *Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento* convida a discutir possibilidades de desenvolvimento produtivo, inovativo e socioambiental brasileiro, reunindo contribuições que estimulam o planejamento e a coordenação de políticas com um recorte espacial. Registram-se, nos cinco volumes – um para cada região do Brasil –, artigos de executivos e técnicos do BNDES. Estes mostram como o Banco vem apoiando projetos e iniciativas em cada região e exploram oportunidades para aprimoramento de ações e instrumentos. Os livros contêm ainda contribuições de especialistas convidados, que em muito ampliam a compreensão das dinâmicas econômicas, sociais e político-institucionais das regiões e a capacidade de pensar as possibilidades de avanços na estratégia e na atuação do BNDES e de planejar sua ação para que seja mais integrada e duradoura.

Busca-se, essencialmente, com esta publicação, reforçar a experiência de olhar – de modo especializado, transterritorial e sistêmico – a atuação das diferentes áreas operacionais do Banco nas cinco regiões do país, codificando discussões, conhecimentos e recomendações. Essa experiência ocupou espaço central na agenda das reuniões mensais do Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) durante o segundo semestre de 2012 e todo o ano de 2013. As esperadas consequências desse esforço envolvem desde oportunidades de intensificar a adequação e o alinhamento de ações até a inauguração de nova linha de periódico institucional que consolide e amplie a forma de pensar e operar do Banco, adicionando à já tradicional publicação *BNDES Setorial*, um possível *BNDES Territorial*.

Este terceiro volume, sobre o Centro-Oeste, reúne as conclusões das diversas rodadas de debates realizados em reuniões ordinárias e extraordinárias do CAR-IMA, durante maio e julho de 2013. Registra as contribuições dos principais executivos e parceiros do BNDES, assim como de renomados especialistas regionais convidados a participar das discussões. Aqui se expressa o reconhecimento e gratidão a todos eles e, em especial, àqueles que assinam artigos nesta publicação. O livro, cuja elaboração mobilizou o trabalho de mais de cinquenta pessoas apenas no Banco, representa um rico caleidoscópio de iniciativas e experiências, assim como de oportunidades

para o aperfeiçoamento da atuação do Banco na Região Centro-Oeste – tanto na identificação de possibilidades de maior articulação entre as diferentes áreas e ações setoriais do BNDES e seus parceiros quanto no preenchimento de lacunas e aprimoramento de instrumentos.

O caminho do Banco pode ser longo, mas será também profícuo e enriquecedor. Os capítulos da primeira parte do livro testemunham que o foco no desenvolvimento regional e territorial avançou no planejamento e nas estratégias operacionais do BNDES, aos quais se integrou de modo irreversível. A existência de recursos, a formulação de novos instrumentos e a articulação de parceiros, quando suficientemente bem explorados, consubstanciam-se em uma vigorosa mudança na atuação regional do Banco. Gera-se com isso, em sintonia com a orientação do governo federal, uma inequívoca contribuição para um salto de desenvolvimento das regiões brasileiras menos favorecidas.

Luciano Coutinho
PRESIDENTE DO BNDES

PREÂMBULO

A Região Centro-Oeste em um novo ciclo de desenvolvimento

Com um significativo dinamismo em função da concentração de boa parte da atividade do agronegócio em seu território, a Região Centro-Oeste tem respondido por parcelas cada vez maiores das exportações brasileiras, tendo como base a produção das *commodities* agrícolas. A expansão da fronteira agrícola e os avanços tecnológicos nos últimos anos permitiram o crescimento da agropecuária dita moderna, que é responsável pela elevação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional no setor, com destaque para os grãos e a pecuária bovina.

Se nacionalmente o desempenho da economia do Centro-Oeste tem se mostrado excepcional, regionalmente tal desempenho não tem se expressado com a mesma intensidade nos indicadores sociais e, territorialmente, verificam-se deficiências no acesso a serviços pela população, o que tem comprometido significativamente sua qualidade de vida. Ao longo do tempo, esses indicadores sociais melhoraram significativamente quando comparados às médias nacionais, porém tal situação é ainda marcada pelo alto grau de desigualdade verificado na distribuição dos rendimentos auferidos pela população, considerando, em especial, as distorções do efeito Brasília sobre os indicadores sociais, em função de concentrar no território alto rendimento e serviços de qualidade de forma peculiar e oposta ao que se verifica na região de influência.

A excessiva especialização produtiva no Centro-Oeste tem imposto alguns desafios ao pleno desenvolvimento da região, visto que setores da sociedade estão à margem dos processos econômicos, dado o padrão produtivo caracterizado pelo baixo valor agregado nas exportações, baixa diversificação econômica, elevada desigualdade social e elevado risco ambiental, o que tende a comprometer a sustentabilidade da região no futuro, considerando as potencialidades ambientais peculiares, já que ela é constituída por três importantes biomas: Amazônia, o Pantanal e o Cerrado, e é a base da formação das três grandes bacias hidrográficas do país.

Não restam dúvidas que, diferentemente das políticas anteriores que culminaram na “Marcha para o Oeste” e na construção de Brasília, ambas com o claro propósito de ocupação do território nacional e interiorização do desenvolvimento, as políticas públicas de desenvolvimento atuais para a região podem promover um salto de qualidade na gestão dos territórios, considerando o componente ambiental ativo a ser potencializado, de forma distinta do primeiro ciclo de expansão, pautado no aproveitamento produtivo de recursos naturais em larga escala.

A agregação de valor e a diversificação da base produtiva, incluindo novas formas de utilização dos recursos ambientais, apresentam-se como um objetivo a ser perseguido no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em sua segunda fase, e podem constituir uma aposta clara no novo ciclo de desenvolvimento do Centro-Oeste. A biodiversidade e a necessidade de resposta ao desmatamento abrem grandes janelas de oportunidades de investimento: seja no reflorestamento de áreas degradadas, combinando o manejo sustentado com a venda de crédito de carbono e aproveitamento sustentável da madeira; seja no aproveitamento da informação genética da biodiversidade dos ecossistemas da região para produção de fármacos, cosméticos e fitoterápicos; seja ainda na produção de combustíveis baseados nos recursos naturais e na produção de grãos, como aponta o Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO).

O BNDES e o Ministério da Integração Nacional (MI) têm corroborado essa perspectiva reconhecidamente em seus projetos, estudos e planos. Pensar o Centro-Oeste e seu padrão de desenvolvimento como trajetória histórica, situação atual e tendências é propósito deste livro, importante publicação do Banco. A adoção da perspectiva territorial sobre o processo de desenvolvimento em um país de dimensões continentais como o Brasil e, em especial, na Região Centro-Oeste é prioridade de ambas as instituições, que têm na redução das assimetrias regionais importante orientação estratégica de atuação.

Parabenizamos o BNDES pela publicação e esperamos que a parceria com o MI perdure pelas décadas futuras.

Adriana Melo Alves
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

APRESENTAÇÃO

A importância da visão territorial para o desenvolvimento

*Estavam ali parados. Marido e mulher.
Esperavam o carro. E foi que veio aquela da roça
tímida, humilde, sofrida.
Contou que o fogo, lá longe, tinha queimado seu rancho,
e tudo que tinha dentro.
Estava ali no comércio pedindo um auxílio para levantar
novo rancho e comprar suas pobrezinhas.*

*O homem ouviu. Abriu a carteira tirou uma cédula,
entregou sem palavra.
A mulher ouviu. Perguntou, indagou, especulou, aconselhou,
se comoveu e disse que Nossa Senhora havia de ajudar
E não abriu a bolsa.
Qual dos dois ajudou mais?*

*Donde se infere que o homem ajuda sem participar
e a mulher participa sem ajudar.
Da mesma forma aquela sentença:
“A quem te pedir um peixe, dá uma vara de pescar.”
Pensando bem, não só a vara de pescar, também a linha,
o anzol, a chumbada, a isca, apontar um poço piscoso
e ensinar a paciência do pescador.
Você faria isso, Leitor?
Antes que tudo isso se fizesse
o desvalido não morreria de fome?*

*Conclusão:
Na prática, a teoria é outra.¹*

O desenvolvimento regional e territorial e o BNDES

Principalmente a partir de meados do século XIX, as regiões Sul e Sudeste do Brasil contaram com expressivos investimentos em infraestrutura e na indústria e alcançaram grau de desenvolvimento diferenciado das demais regiões, que se mantiveram com índices sociais e econômicos mais baixos em relação a essas duas.

Historicamente, preocupações com as diferenças regionais ocupam há muito a agenda de decisões do governo federal. Pressio-

¹ Texto extraído do livro de Cora Coralina (Ana Lins do Guimarães Peixoto Brêtas) *Vintém de cobre – Meias confissões de Aninha*. São Paulo: Global Editora, 2001, p. 174.

nado em momentos de crise e de acirramento das tensões sociais, o governo respondia com iniciativas voltadas para a atenuação das consequências das desigualdades. Contudo, as políticas governamentais não foram suficientes para alterar essa realidade e superar o subdesenvolvimento, tendo por vezes reforçado ou contribuído para seu agravamento.

No campo político, tem destaque a Constituição de 1946, que reforçou o objetivo de trazer as regiões mais atrasadas e pobres para o mesmo nível de desenvolvimento das áreas mais ricas do país. Em seguida, em 1949, em uma das mensagens presidenciais, Dutra apresentou as bases do Sistema de Desenvolvimento Regional, que, nos anos seguintes, seria uma constante.²

A Região Amazônica foi a primeira a obter atenção em função do ciclo da borracha, que favoreceu a articulação geopolítica do governo federal em torno das necessidades estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial, levando à criação de instituições federais em seu território, a partir dos anos 1940. Foi criado, nessa década, o Banco de Crédito da Borracha, transformado no Banco de Crédito da Amazônia, na década de 1950, e finalmente no Banco da Amazônia, na década de 1960. No campo da articulação e promoção do desenvolvimento, foi criada, em 1953, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mesmo sem ter continuidade, essa experiência contribuiu para a instituição da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, e, em 1967, da Zona Franca de Manaus (atual Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa).

A Região Nordeste, cuja situação econômico-social de atraso era ciclicamente degradada pela ocorrência periódica da seca, foi beneficiária de atenção especial. Nos anos 1940, a região passou a contar com instituições federais dedicadas ao enfrentamento dos principais desafios a seu desenvolvimento, como o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs), a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), focalizando notadamente

² Para detalhes, ver: D'Araújo (1992); e Dutra (1949).

a questão hídrica. Em 1952, foi criado o Banco do Nordeste (BNB), com atuação mais ampla na esfera do financiamento, e, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), especificamente para planejar o desenvolvimento da região, como resultado dos estudos realizados pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), estruturado pelo Presidente da República e capitaneado por Celso Furtado no então BNDE, à época seu diretor.

Na Região Centro-Oeste, o grande marco de transformação foi a construção de Brasília, na década de 1960, e a transferência da capital, que representou, fundamentalmente, a concretização de algumas preocupações estratégicas, como a integração nacional, a defesa da soberania e o estabelecimento de novas fronteiras de produção, resultante da construção de rodovias. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), criada em 1967, teve papel importante nesse desenvolvimento, fundamental para a integração da economia regional no contexto econômico nacional, com destaque para iniciativas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), criado em 1975, cujos recursos deram condições para que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estudasse, conhecesse e produzisse as inovações técnicas que tornaram o Cerrado brasileiro apto à produção agrícola. Extinta em 1990, a Sudeco voltou a existir 21 anos depois. Cabe a ela elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, dedicado à redução das desigualdades regionais, ao incremento da competitividade da economia regional e à inclusão social. Esse plano é articulado com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais, e em especial com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A nova Sudeco possibilita disponibilizar fontes de recursos para investimentos na região, como o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), que objetiva apoiar a implantação de projetos de infraestrutura, e o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), que financia investimentos dos setores produtivos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O então BNDE, quando criado, em 1952, tinha como propósito elaborar projetos a serem financiados pelo governo brasileiro, por

meio de recursos fiscais e de agências internacionais, sobretudo o Banco Mundial e o Eximbank. Depois disso e ao longo de sua história, incorporou novos desafios à sua missão, dentre os quais se destacam, em especial, o financiamento à industrialização brasileira e aos investimentos em infraestrutura; a preocupação em atender às necessidades das micro e pequenas empresas; e a valorização da atuação social [entre outros, ver BNDES (2012) e Tavares *et al.* (2010)]. Esta última se tornou mais relevante com a criação do Fundo de Investimento Social (Finsocial) em 1982 e a incorporação do “S” ao nome do Banco e vem sendo aprimorada ao longo dos anos, abrangendo as questões da sustentabilidade ambiental e da inovação no atual milênio.

Evidentemente, o BNDES, como maior instituição financiadora de investimentos de longa maturação, teve papel fundamental na ordenação territorial do país. No que se refere ao desenvolvimento regional, a partir de sua criação, os investimentos financiados pelo BNDES foram majoritariamente dirigidos às regiões Sul e Sudeste, estimulados pela demanda gerada dos avanços no processo de industrialização. Com isso, a atuação do Banco em muitos momentos tendeu a ficar extremamente concentrada, ancorada nas políticas nacionais vigentes em vários períodos, contribuindo para reforçar a desigualdade regional.

A partir da década de 1960, para evitar que se avolumasse a dívida histórica e para que se pudessem reverter as consequências indesejadas do crescimento, buscou-se estruturar uma atuação voltada para a atenuação dos desequilíbrios regionais, tornando-se este o objetivo do Programa Especial de Apoio Financeiro à Indústria Básica do Nordeste (PIBNE). Durante a década subsequente, a distribuição regional dos desembolsos tornou-se mais equilibrada, em função do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que promoveu investimentos em regiões até então menos favorecidas.

A atuação com foco no desenvolvimento regional é formalmente destacada a partir do Planejamento Estratégico do BNDES 1993-1994, que definiu como um dos objetivos estratégicos do Banco a “maximização do apoio às oportunidades de investimento que contribuam para atenuar as desigualdades regionais e sociais” [BNDES (2007, p. 8)]. O ciclo seguinte do planejamento, 1995-1999, já incluía

“buscar a justiça social” [BNDES (2007, p. 10)] na missão do BNDES e a “reestruturação e modernização da indústria, visando níveis mais elevados de competitividade doméstica e internacional e a desconcentração regional do desenvolvimento econômico e social” [BNDES (2007, p. 10)] nos objetivos estratégicos.

“Promover o desenvolvimento do País, elevando a competitividade da economia brasileira, priorizando tanto a redução das desigualdades sociais e regionais como a manutenção e geração de emprego” [BNDES (2007, p. 10)] era definida como missão do Banco na Visão 2000-2005 e, nos objetivos estratégicos, estava a “modernização da economia brasileira, compreendendo o adensamento tecnológico do parque produtivo, a redução dos desequilíbrios regionais e a busca do desenvolvimento sustentável” [BNDES (2007, p. 10)].

No Plano de Ação de 2003, a missão foi de

promover o desenvolvimento do País, viabilizando investimentos que resultem em criação de empregos, redução das desigualdades sociais e regionais e incorporação do desenvolvimento tecnológico, através de uma estratégia voltada para o crescimento econômico sustentado que tenha a inclusão social como eixo central e reduza a vulnerabilidade externa do País [BNDES (2007, p. 11)].

Finalmente, no Planejamento Corporativo 2009-2014, “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” constitui a missão do BNDES.³ Entre os temas transversais nesse planejamento, consta, ainda, a ênfase no desenvolvimento regional e no desenvolvimento socioambiental, utilizando uma abordagem integrada dessas dimensões.

Vinte anos se completaram desde que se deu início à orientação da atuação do BNDES, em seu planejamento estratégico, para a redução das desigualdades regionais e sociais. Embora muito já tenha sido feito para encurtar a distância entre o enunciado das políticas de planejamento e suas prioridades e a obtenção de resultados efe-

³ Disponível no site do BNDES: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/planejamento_corporativo.html>. Acesso em: 3 fev. 2014.

tivos, a busca de aprimoramento das ações e instrumentos para a redução dos desequilíbrios tem se multiplicado desde meados da primeira década deste século e permanece orientando a atuação do BNDES. O aperfeiçoamento do vínculo entre as missões do Banco e o processo de gestão interna, ainda muito focado no desembolso, merece uma cuidadosa análise, pois pode ser o elo esquecido que permitirá encurtar ainda mais aquela distância.

Nesse período, amadureceu o entendimento de que a razão dessa distância está alicerçada em complexo processo social e cultural, que não é exceção na história da superação do subdesenvolvimento. É importante a mobilização dos quadros profissionais do Banco para que dediquem sua inteligência e competência técnica a compreender com profundidade e a enfrentar este que consiste em um dos principais desafios da contemporaneidade. O objetivo é implementar políticas e instrumentos adequados à diversidade e realidade específica de nosso país e obter resultados mais condizentes com o processo de desenvolvimento coeso e de longo prazo que leve à diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Para avançar mais rapidamente na correção desses desequilíbrios, é preciso atentar para o fato de que a aparente ausência de políticas para, por exemplo, o desenvolvimento regional, na verdade, já expressa, em si mesma, um reforço ao quadro atual, no qual ainda ocorre concentração regional dos investimentos financiados. Assim, é necessário inovar no nível das normas operacionais de análise e financiamento, buscando criar espaços nas molduras jurídicas, para que sejam apoiados projetos e setores capazes de criar laços produtivos e que emulem dinâmicas potenciais nos territórios de entornos de grandes intervenções públicas e/ou privadas, bem como nos territórios “vazios” de intervenções produtivas. Urge criar regulamentação inteligente que recorra a ferramentas de maior tecnologia, como a Regiões de Influência das Cidades (Regic) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para entender melhor as consequências dos investimentos públicos e privados sobre a hierarquia urbana e os fluxos locais, territoriais e regionais. O imenso conhecimento das burocracias weberianas deve ser a fonte principal para essas inovações, levando às diretrizes estratégicas do Banco, às normas operacionais e às condições de fi-

nanciamento. Como diz Foucault (1979), na microfísica do poder estão “verdades” legitimadas pelo saber técnico, que exercem o poder como prepostos, que tanto podem cristalizar formas de dominação como podem inovar e modernizar as relações sociais, mais do que meramente modernizar as relações econômicas, produzindo novos conhecimentos técnicos que levarão às normas mais adequadas aos desafios civilizatórios colocados para o Brasil e suas regiões. Sem dúvida, a correção dessas desigualdades regionais e sociais é um dos maiores desafios.

No ciclo operacional do BNDES – que abrange análise, aprovação, contratação e acompanhamento dos projetos –, é acumulado valioso conhecimento sobre os empreendimentos, as empresas e os setores de atuação dos beneficiários dos financiamentos. Esse conhecimento, em um primeiro momento, permaneceu em nível tácito nas equipes técnicas envolvidas nas operações. Posteriormente, foram criados os centros de conhecimento, com o desafio de fornecer elementos para a formulação de políticas setoriais e contribuir para políticas de desenvolvimento. Embora essa visão setorial tenha sido relevante, muitas vezes deixou de incorporar a dimensão regional e territorial, desconsiderando elementos determinantes, como as proporções continentais do país e sua divisão federativa, as diferentes características e diversidade intrínsecas a cada uma das regiões, assim como suas dinâmicas e demandas específicas.

O reconhecimento da insuficiência desse recorte fez o Banco buscar formas de absorver novas abordagens que levassem em consideração diferentes elementos e dimensões, principalmente a espacial, suas interações e influências. Com isso, esforços foram envidados para a incorporação de uma abordagem sistêmica na estrutura organizacional e na atuação do BNDES, com articulação e interação entre as unidades operacionais e a atuação conjunta nos temas estratégicos transversais, nomeadamente, o desenvolvimento regional, a inovação, a questão ambiental e os arranjos produtivos locais (APL) como forma de fortalecimento do tecido produtivo.

Com esse objetivo, foram criadas, em 2007, duas estruturas no Gabinete da Presidência, o Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) e a

Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local e Regional (SAR), esta última, coordenadora do comitê. Ambas têm atribuições de discutir novas políticas relacionadas aos temas transversais eleitos como prioritários, promover a articulação interna e externa em torno dessa temática, auxiliar a interação entre as áreas operacionais do BNDES, propor novas políticas para apoio a APLs locais e contribuir para a incorporação da visão sistêmica e a prioridade do desenvolvimento regional.

No âmbito organizacional, cabe, ainda, mencionar a estruturação em 2008 da Área de Meio Ambiente (AMA) e, nela, do Departamento de Gestão do Fundo Amazônia. Registra-se também a criação da Área de Agricultura e Inclusão Social (AGRIS) e a significativa ampliação do apoio ao desenvolvimento integrado dos estados e municípios brasileiros por meio da Área de Infraestrutura Social (AS), principalmente por intermédio de seu Departamento de Desenvolvimento Urbano e Regional (DEURB). Visando também reforçar o desenho de políticas relacionadas aos temas transversais de desenvolvimento socioambiental e regional e contribuir com a articulação das diferentes unidades operacionais do BNDES, foi criado o Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade, na Área de Planejamento do BNDES (AP/DEPAS). Por fim, foram fortalecidos os escritórios regionais – Departamento Regional Nordeste (DENOR), Departamento Regional Sul (DESUL) e Departamento de Relações com o Governo (DEREG), este último também responsável pelas regiões Norte e Centro-Oeste – e foi estabelecido processo interno para criar um novo escritório para atender apenas à Amazônia.

A abordagem de temas estratégicos passou por uma evolução, incorporando a visão sistêmica e o desenvolvimento regional. Para orientar a atuação do BNDES com base nesse tipo de olhar, foram estabelecidos dois vetores principais de ação: o desenvolvimento integrado no entorno dos projetos estruturantes apoiados e o fortalecimento da atuação nas regiões tradicionalmente menos atendidas pelo Banco.

O primeiro desses vetores traduz-se na Política para Atuação do BNDES no Entorno de Projetos, aprovada em 2010. O objetivo é

promover as oportunidades de desenvolvimento econômico e social nas áreas de influência de projetos, por meio do apoio coordenado a ações e investimentos de diversas naturezas, priorizados com base no planejamento e pactuação territorial e na atuação integrada do empreendedor, do poder público e demais agentes interessados.⁴

Considera-se o apoio a três tipos de APLs: (i) aqueles ancorados nos novos empreendimentos estruturantes implantados, visando ampliar as capacitações locais de fornecimento dos bens e serviços demandado para sua instalação e operação; (ii) aqueles a serem instalados na região em função do funcionamento dos empreendimentos-âncoras, apresentando ou não relação direta com eles; e (iii) aqueles preexistentes na área de influência dos empreendimentos estruturantes. O objetivo é ampliar os impactos positivos e minimizar os negativos dos empreendimentos apoiados. Essa política contempla, para além da dimensão econômica, também a sociocultural, a ambiental e a político-institucional. Representa, assim, um desafio e uma oportunidade para expandir e enraizar o impulso dado ao desenvolvimento de diferentes regiões e territórios no país.

O segundo vetor de atuação visa à atenuação dos desequilíbrios intrarregionais e à desconcentração do desenvolvimento no território, enfocando as meso e microrregiões menos desenvolvidas do país. Como parte dessa estratégia, o BNDES vem reforçando parcerias com o governo federal, estados e municípios, apoiando o fortalecimento de seus sistemas de planejamento e braços executores. O foco principal é o apoio a políticas que promovam a inclusão socioproductiva de empreendedores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária e de populações beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Desafios a serem superados e oportunidades para novas políticas de desenvolvimento regional

O Brasil está repleto de espaços para a implementação de novas políticas capazes de mobilizar capacitações produtivas e inovativas

⁴ Disponível no site do BNDES: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Desenvolvimento_Social_e_Urbano/politica_entorno_projetos.html>. Acesso em: 3 fev. 2014.

em seu vasto território. Questões que ainda representam desafios prometem revelar importantes possibilidades. Como implementar políticas que induzam processos de desenvolvimento em regiões muito pobres? Como efetivamente incorporar a inclusão social, conhecimentos e a sustentabilidade nesses processos?

Os novos espaços abrem outras oportunidades para o aprendizado no planejamento e na gestão pública, como o trabalho transversal e coordenado com os órgãos do governo federal, estadual e municipal, portadores de mandatos para a promoção do desenvolvimento no interesse de suas populações. Qual poderá ser a contribuição do BNDES para esse desenvolvimento, com visão de longo prazo, em estados e municípios marcados pela heterogeneidade de dimensões econômicas e sociais, assim como de organização e de capacidade de planejamento e gestão?

No Brasil, o desenvolvimento regional é ainda um tema repleto de lacunas e questões desafiadoras que podem despertar combinações singulares de inovação e capacitação com sustentabilidade ambiental e social. Dentre os desafios que se podem agrupar em um primeiro e mais amplo item concernente ao desenvolvimento regional coeso, destaque cabe à negligência da dimensão histórica e espacial por parte das correntes hegemônicas do pensamento econômico internacional e brasileiro, durante os anos 1980 e 1990. De fato, nessas décadas, a visão territorial praticamente desapareceu das agendas de pesquisa e de política, observando-se a tendência de recortes analíticos e normativos passarem a isolar as atividades econômicas de seu contexto espacial. Como se fosse moderno e realmente possível entender as dinâmicas e os requerimentos de políticas setoriais, abstraindo-se história e geografia. E isso, apesar das advertências de importantes líderes intelectuais sobre as consequências adversas resultantes de tal tendência, especialmente para países como o Brasil, de dimensões continentais, com enormes diversidades e dívidas históricas de desigualdade.

Por meio de diferentes contribuições, autores brasileiros como Celso Furtado, Bertha Becker, Milton Santos e outros insistentemente apontaram a riqueza da abordagem territorial e sistêmica do desenvolvimento, sublinhando que a economia política não pode

jamais prescindir da visão e do dado espacial e que não há como realizar análises ou implementar políticas que separem o ser humano e a ação humana de seu espaço e evolução histórica. Igualmente não se deixaram emaranhar nas armadilhas e nos modismos superficiais que ignoravam algumas das escalas territoriais, pondo-as em oposição e, geralmente, reduzindo-as apenas ao binômio local-global. Santos (1978; 1979; 2001; 2005), por exemplo, sempre reiterou a necessidade de não ignorar que o território – como espaço política, social e economicamente construído – corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; além de constituir também uma fração do espaço local articulada ao regional, nacional e mundial.

Desde seus primeiros trabalhos, incluindo aqueles do ciclo de palestras proferidas no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, ministrado no então BNDE, no fim dos anos 1950, Furtado já alertava para a necessidade de entender que as políticas de desenvolvimento que ignoram a dimensão territorial acabam inexoravelmente contribuindo para agravar as exclusões e as disparidades econômicas, sociais e políticas [Furtado (1957)]. Assim, e particularmente preocupado com as implicações das visões descontextualizadas e reducionistas – tão em moda nos anos 1990 –, em muito também criticou a implementação de políticas inspiradas em um único modelo de desenvolvimento e inadequadas à maioria dos casos, advertindo que

a globalização não leva de forma alguma à adoção de políticas uniformes. [...] As disparidades entre as economias são devidas não apenas aos fatores econômicos, mas, e isto é mais importante, à diversidade das matrizes culturais e particularidades históricas [Furtado (1998, p. 74)].

A esses desafios, somou-se a reestruturação político-institucional dos anos 1980 e 1990, a qual resultou na redução do papel do Estado, do planejamento e das políticas de longo prazo e, também, na reformulação e restrição do sistema de apoio e financiamento dos governos federal, regional e estadual. Destaque aos bancos oficiais de desenvolvimento que, com a adesão ao Acordo da Basileia

em 1994, se adequaram às normas do sistema financeiro como as demais instituições bancárias [Araujo, V. L. (2013)]. Com isso, foram submetidos a uma lógica que prioriza fundamentalmente a redução de ocorrência de riscos nos investimentos, em detrimento dos objetivos precípuos de desenvolvimento, criando distorções e reforçando desigualdades. Diversas contribuições discutem a necessidade de atentar para as consequências das mudanças na atuação de instituições financeiras de desenvolvimento, tanto de forma geral quanto aquelas reforçadoras das desigualdades já muito críticas no Brasil. Registram-se, em especial, aquelas desenvolvidas por executivos trabalhando no BNDES que alertaram para o efeito concentrador de renda e o poder das políticas creditícias [Prado e Monteiro Filha (2005); Sobreira e Zendron (2011)].

Outros autores [Araujo, T. B. (2013); Araujo, V. L. (2013)] apontam ainda as consequências da crise, das restrições impostas pelo quadro macroeconômico contracionista, dos cortes dos recursos e das políticas públicas e da preponderância das visões financeiras curto-prazistas, concluindo que, no que se refere às políticas regionais,

as décadas finais do século XX [...] assistiram a seu esvaziamento. A conjuntura de crise trouxe o debate para políticas de curto prazo, em especial para as políticas macroeconômicas, e a crise financeira do setor público foi patrocinando cortes das políticas até então existentes [Araujo, T. B. (2013, p. 160)].

As implicações dessas reflexões manifestam-se de forma ainda mais aguda no que se refere especificamente ao desenvolvimento das regiões mais carentes do país, as quais acumulam várias experiências de políticas nem sempre bem-sucedidas. Principalmente porque foram orientadas por uma perspectiva que não dá a devida atenção aos objetivos do desenvolvimento coeso, trata as regiões de forma subordinada e ignora as especialidades e potencialidades regionais.

Centro-Oeste: o terceiro volume da coleção Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento

Desde quando foi criado, o CAR-IMA estimulou o olhar para as invisibilidades e a visão integrada da atuação de diferentes áreas do Banco como meio capaz de influenciar a mudança de comporta-

mento e de orientar as ações para incorporação das temáticas mais estratégicas. No segundo semestre de 2012, marcando sua 50ª reunião, o recorte territorial foi definido como o tema da agenda do comitê durante o ano de 2013. Assim, foi proposto às diferentes áreas do BNDES o desafio de refletir sobre sua própria atuação e buscar formas sustentáveis e sistêmicas de aperfeiçoar o apoio e enraizar o desenvolvimento em cada região, evitando seu vazamento para outras partes do país ou do mundo.

Na sequência das reuniões ordinárias e internas do BNDES, foram realizados seminários com a participação de especialistas e parceiros estratégicos externos. Nelas, foram sempre convidados professores e pesquisadores especializados no desenvolvimento das diferentes regiões e correspondentes políticas, assim como empresários, dirigentes e membros de órgãos de fomento, apoio e representação de distintas esferas que operam na região em questão. Para coordenar e participar das discussões, foram convidados representantes dos governos: (i) federal, de secretarias e agências vinculadas a ministérios; (ii) regional, incluindo conselhos, superintendências e bancos de desenvolvimento; e (iii) estadual e municipal, com destaque para as secretarias encarregadas do planejamento e do desenvolvimento e para os órgãos de fomento e apoio. Além desses, contou-se também com a participação de representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), IBGE, Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), Finep – Inovação e Pesquisa, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), entre outros.

O objetivo principal das reuniões internas e dos seminários com parceiros externos do BNDES foi ampliar os debates sobre as oportunidades e os desafios futuros para o desenvolvimento produtivo, inovativo e socioambiental nos territórios e regiões do país, visando identificar possibilidades de aprimorar a coordenação, ampliar e refinar a atuação do BNDES e demais organismos de fomento e apoio ao desenvolvimento. A resolução de desequilíbrios regionais e territoriais permeia todo o processo de

reflexão.⁵ Ao avaliar a riqueza das informações, críticas e sugestões trazidas para as reuniões do CAR-IMA, tanto as internas como as que contaram com presença dos especialistas externos, compreendeu-se a importância de registrar esse conjunto de contribuições em uma publicação que visa contribuir para a reflexão do processo de desenvolvimento do país. Nasceu, então, a coleção *Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento*, cujo objetivo central é romper a invisibilidade do espaço na forma de representar, planejar e implementar ações de financiamento do desenvolvimento. A coleção trata, neste seu terceiro volume, da Região Centro-Oeste. Registra-se aqui o agradecimento à contribuição de todos os que participaram dos eventos e que contribuíram com a elaboração dos artigos que tornaram possível esta publicação.

Os autores deste volume da coleção, assim como os participantes do seminário que deu origem a ele, realizaram um intenso debate sobre a origem dos principais problemas das políticas implementadas para o desenvolvimento do Centro-Oeste. As discussões registradas neste livro focalizam, em primeiro lugar, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento integrado e de longo prazo que insira e norteie uma estratégia para o Centro-Oeste que resulte de processo de planejamento participativo, capaz de abranger as aspirações e propostas de suas populações.

Em segundo lugar, apontam para a subordinação e o foco de curto prazo das políticas implementadas e seus objetivos voltados mais para o desenvolvimento de outras regiões do país e do exterior do que para o próprio Centro-Oeste. Nota adicional cabe à ausência de uma compreensão mais ampla das particularidades da região, com destaque para os recursos naturais, a dinâmica sociocultural, política e econômica, o conjunto de conhecimentos acumulados por comunidades locais e os severos problemas derivados da redução das reservas florestais no Cerrado.

⁵ Foram as seguintes as reuniões ordinárias: Norte, de setembro a dezembro de 2012; Nordeste, de janeiro a abril de 2013; Centro-Oeste, de maio a julho de 2013; Sul, de agosto a outubro de 2013; e Sudeste, novembro e dezembro de 2013. As reuniões extraordinárias ocorreram nas seguintes datas: Norte, em 26.10.2012; Nordeste, em 19.2.2013; Centro-Oeste, em 24.6.2013 e 25.6.2013; Sul, em 7.10.2013 e 8.10.2013; e Sudeste, em 10.2.2013 e 11.2.2014.

Em terceiro lugar, referem-se à descontextualização das políticas – as quais se inspiram e mimetizam naquelas praticadas em outras partes do país e do mundo – assim como à tentativa de replicar na região modelos de produção e matrizes tecnológicas desenvolvidas para outros socioecossistemas. Como resultado, registram-se: a inadequação das políticas implementadas; a não contemplação de atividades, atores, recursos, saberes e fazeres locais-chave para o desenvolvimento da região; sua baixa capacidade de efetivação e de realizar transformações; e as distorções produzidas, as quais contribuem para reforçar exclusões, dependências e desigualdades.

No caso do Centro-Oeste, foi realçado tratar-se da região que mais cresce no país, mas que ainda guarda a pior situação de saneamento básico, alta concentração fundiária, com necessidades urgentes de equacionar questões de logística e de sustentabilidade socioambiental. Novas formas de pobreza estão sendo criadas, apesar dos avanços na superação da miséria, em consequência da falta de cuidado na implantação de projetos de infraestrutura e de produção. Além disso, o uso intensivo de terra, água, recursos naturais, energéticos sem visão de longo prazo e com recursos humanos de baixa remuneração confere competitividade espúria às atividades produtivas da região.

Um dos pontos que mais se destacaram nesse debate foi a importância de territorializar as políticas e avançar na articulação dos apoios concedidos à infraestrutura e ao desenvolvimento científico, tecnológico e socioambiental, para o que muito contribui a prioridade concedida no desenvolvimento do entorno dos projetos financiados pelo BNDES.

Ao discutir sobre qual desenvolvimento é desejável, foi ressaltado o conceito de integração, já que um conjunto de sub-regiões competitivas despreza as potenciais sinergias, reduz a eficiência global e permite vazamentos de estímulos na geração de renda. A integração do Centro-Oeste com o mercado internacional não é incompatível com o desenvolvimento das vocações de cada localidade, que podem assumir papel de destaque no progresso do país. Ao contrário, os laços comerciais estabelecidos para produtos da pauta de exportação podem contribuir para a maior exposição dos

produtos típicos, introduzir novas rotas de fornecimento, permitir a agregação de valor ao que é vendido, sugerir inovações tecnológicas e induzir a miscigenação cultural, fortalecendo o que já existe e o que venha surgir.

Houve consenso sobre a necessidade de avançar na articulação cultural, econômica e política da região e sua rede de cidades, mas em busca da consolidação de uma dinâmica própria, endógena, para orientar e ancorar o desenvolvimento, rompendo com aquela tradicionalmente impulsionada por meio de estímulos externos. Nesse sentido, há que continuar o apoio firme à infraestrutura regional, inter-regional e intraestadual, por sua capacidade de funcionar como eixo de desenvolvimento. Infraestrutura entendida de forma ampla – transporte, energia, logística, apoio à comercialização, além de social e do conhecimento –, e não apenas para escoamento das grandes produções.

Há que incrementar o apoio sistêmico, fortalecendo a agregação de valor e qualidade às atividades tradicionais da região, para além da soja, gado e aquicultura, por meio da mobilização, do adensamento e da articulação de arranjos produtivos e inovativos locais e regionais, da diversificação para outras atividades como: madeira e móveis; celulose; algodão; frutas tropicais e meliponicultura (destaque às especificidades do própolis do Pantanal); além de indústrias de bens de capital e de fertilizantes e defensivos sustentáveis e adequadas às condições da região.

A aquicultura, que pode ser promissora na região, está a merecer uma política de Estado que promova o desenvolvimento integrado e sustentável, que envolva não só o conjunto de projetos isolados, mas construa uma cadeia com perspectiva de se tornar independente de apoio. Ela deve ser compatível com o código florestal, com a demarcação das terras indígenas, com as oportunidades para agricultura familiar e com o aproveitamento de áreas degradadas da pecuária.

Novas atividades apresentam adensamento na região, como a química, a minerosiderurgia, a metal-mecânica, a produção de equipamentos para a agropecuária, a farmacêutica, as novas energias, o ecoturismo, a economia criativa, a tecnologia da informação e comunicação, os serviços ambientais e os produtos da sociobiodi-

versidade regional. Sua evolução comprova que estímulos advindos da exportação são capazes de apoiar o desenvolvimento de outros segmentos produtivos, por isso é sugerido promover a integração desses entrantes nos processos locais de produção e comercialização. Para isso, em muito contribuem os investimentos em educação, formação e capacitação produtiva e inovativa e programas de atração e fixação de capacidades na região.

Da mesma forma, é bem-vinda a consolidação e ampliação das redes de conhecimento, desde as que focalizam estudos analíticos e atividades de planejamento até as que podem oferecer soluções concretas aos problemas do desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. Destaque ao papel das instituições de ensino e pesquisa, que oferecem soluções sustentáveis, capazes de transformar competitividade espúria (apoiada no uso intensivo de água, terra e recursos humanos de baixa remuneração) em forças produtivas adequadas às especificidades da região. Para tanto, há que se apoiar o planejamento participativo e a elaboração de propostas para o desenvolvimento do Centro-Oeste e incrementar as tecnologias e conhecimentos necessários para tal.

Destaque também ao papel das secretarias estaduais de planejamento e desenvolvimento, das agências de fomento e das cooperativas de crédito em ampliar e complementar o papel do BNDES e em ajudar a identificar e equacionar propostas de desenvolvimento econômico e social das diferentes localidades.

Interessante reproduzir aqui alguns resultados da discussão realizada na 7ª Reunião Extraordinária do CAR-IMA, em 25 de junho de 2013:

- » A desproporcional importância da agropecuária e da exportação constitui a força e também a fraqueza da região.
- » Focalizar apenas a agropecuária produtora de *commodities* submete a região aos mecanismos e preços de mercado internacional de produtos. O mercado interno é limitado diante de um contingente populacional pequeno, mesmo diante do crescimento dos últimos anos, e de sua renda média.
- » O grande desafio do Centro-Oeste é o de associar o dinamismo econômico à qualidade de vida humana e social, à recupe-

ração e conservação do ambiente natural, respeitando as diferenças dos distintos territórios em seu conteúdo e dinâmica.

- » A nova lógica de desenvolvimento territorial reflete uma evolução das políticas públicas, que passam a ser formuladas com governança própria, que possibilita o diálogo e ações compartilhadas, que enfoquem a região e o local em sua complexidade (várias dimensões e escalas do território), baseada na parceria entre os atores públicos e privados do processo de desenvolvimento.
- » É necessário continuar estimulando os territórios inteligentes a dar as respostas adequadas aos problemas territoriais. Neles, os diversos atores souberam aprender coletivamente e enraizaram conhecimentos para obter respostas mais ajustadas com flexibilidade e rapidez aos novos desafios.

Vantagens da visão territorial

Ao focalizar a relevância do olhar territorial sobre o desenvolvimento, uma das mais importantes contribuições deste livro remete à discussão dos macrodesafios a serem enfrentados pelos organismos federais encarregados de implementar políticas para o desenvolvimento do Centro-Oeste. A iniciar pelo entendimento de que as decisões, definições e implementação de política não podem mais ser centralizadas e impostas aos diferentes territórios como se ali houvesse um vazio. Adicionalmente, destacam-se os objetivos de avançar: (i) na formulação de um projeto nacional de desenvolvimento participativo, coeso e coordenado; (ii) na compreensão das particularidades de cada região e das oportunidades para seu desenvolvimento; (iii) na contextualização dos modelos e objetivos das políticas e na implementação daquelas com efetiva capacidade de reconhecer e mobilizar as competências e potencialidades regionais; e (iv) na modernização das formas de exploração e uso dos recursos naturais e da sociobiodiversidade regional, conferindo a elas sustentabilidade e atendimento prioritário das necessidades das sociedades locais e brasileira, dentro de uma visão de futuro bem informada, consistente e de longo prazo.

Evidencia-se o reconhecimento das oportunidades de aprimoramento associadas à implementação de uma nova geração de políticas de desenvolvimento regional. Romper a invisibilidade da dimensão espacial nas ações, na estrutura e nos indicadores que o BNDES utiliza e produz constitui desafio primordial para que o Banco venha a desempenhar um papel ainda mais ativo na distribuição equitativa das atividades produtivas e inovativas pelo território brasileiro.

Acrescenta-se o objetivo de estimular a efetivação de pactos de desenvolvimento capazes de mobilizar a participação dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, desde a escala nacional, regional e estadual até, e principalmente, as locais. Como visto neste livro, diversos passos têm sido dados nessa direção, que vão desde operar novas e democráticas formas de promover o desenvolvimento integrado e sistêmico e de longo prazo nos projetos financiados, diretamente ou por intermédio de parceiros, até inserir a necessidade de refletir sobre os objetivos do desenvolvimento regional e territorial nas práticas de planejamento, operação e avaliação de projetos.

As contribuições apontam ainda para importantes formas de ampliação e aprimoramento das políticas e instrumentos de apoio. Acima de tudo, reforça-se a necessidade de avançar na adequação deles às especialidades reais do desenvolvimento da região e suas populações, estimulando-as a oferecer respostas aos desafios a serem enfrentados, conforme argumentado em diferentes contribuições neste livro.

Adicionalmente, destacam-se as oportunidades para o aperfeiçoamento e uso de conceitos, indicadores, modelos de política, financiamento e sistemas de avaliação contextualizados que, em sua base, incorporem os objetivos do desenvolvimento regional e territorial. Além dos necessários avanços nas formas de representação do espaço e da dinâmica espacial, isso implica associar as dimensões política, econômica e social do desenvolvimento e planejar e implementar políticas com visão de futuro. Tais desafios e oportunidades mostram-se ainda mais decisivos em uma época em que no Brasil, e no mundo inteiro, urge a necessidade de definir novas políticas capazes de, ao mesmo tempo, superar os efeitos mais graves da crise

internacional e desvendar fronteiras para o desenvolvimento coeso e sustentável social e ambientalmente. Tudo isso, somado à premissa de solução para os ainda sérios problemas de desequilíbrios regionais brasileiros, contribui para reforçar a relevância política e pragmática da centralidade da dimensão espacial nos planos e prioridades do desenvolvimento de longo prazo. O objetivo fundamental é promover o desenvolvimento organizado e coeso, mitigando desigualdades, mobilizando oportunidades e atendendo aos novos requisitos do desenvolvimento.

Sublinham-se aqui as vantagens que o enfoque territorial oferece, por obrigar a análise conjunta das dimensões econômica, social, cultural, ambiental e político-institucional. De fato, é no espaço que essas dimensões convergem e colocam-se claramente como inseparáveis. Com a lente territorial, é impossível dissociá-las. Implicações derivadas incluem a oportunidade de avaliar o grau de aderência, convergência e complementaridade entre diferentes ações, além de contribuir para sua coordenação, aperfeiçoamento e potencialização. Salienta-se, portanto, a importância de reconhecer que políticas e ações que ignoram a visão espacial inexoravelmente levarão ao reforço de exclusões, distorções e desigualdades, assim como perderão a chance de alcançar completa efetivação e poder de realizar as transformações desejadas.

Como apontado pelo presidente do BNDES ao resgatar os resultados de uma das discussões patrocinadas pelo Banco sobre a necessidade de descortinar novos paradigmas de políticas para o desenvolvimento produtivo e inovativo:

Enfrentar o desafio de eliminar a fome e a pobreza extrema e universalizar serviços públicos básicos à vida, como educação, saúde e espaços urbanos sustentáveis, passa a ser visto também como uma oportunidade de descortinar alternativas de inovação e desenvolvimento industrial necessário à criação de um mercado interno robusto e duradouro. As principais lições da crise evidenciam que preocupações antes tidas como exclusivamente sociais, regionais ou ambientais e, por isso, descoladas dos objetivos do crescimento econômico estão na verdade no centro

de políticas públicas e privadas. Destinadas não apenas ao aumento da renda, mas ao desenvolvimento mais abrangente, apropriado e sustentável. Evidencia-se esta inédita possibilidade de estabelecer novos caminhos de desenvolvimento, rompendo a armadilha de dissociar suas dimensões econômica, política, social e, portanto, espacial [Coutinho (2012, p. 13)].

José Eduardo Pessoa de Andrade

ENGENHEIRO DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO BNDES

Cristina Lemos

Helena Maria Martins Lastres

Marcelo Machado da Silva

Maria Lúcia de Oliveira Falcón

Walsey de Assis Magalhães

ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA DO BNDES

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. E. A. *et al.* A importância da visão territorial para o desenvolvimento. In: SIFFERT, N. *et al.* (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 15-34.

APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. (org.). *Análise de políticas para arranjos produtivos locais em estados do Nordeste e Amazônia Legal*. Natal: Editora da UFRN, 2010.

_____. *Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste*. Natal: Editora da UFRN, 2011.

ARAUJO, T. B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Recife: Revan, 2000.

_____. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais. In: SADER, E. (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

ARAUJO, V. L. Bancos públicos federais brasileiros e heterogeneidade regional. In: CASTRO, I. S. B. C. *Novas interpretações desenvolvimentistas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

BECKER, B. K. Uma estratégia produtiva para defesa da biodiversidade amazônica. In: LASTRES, H. M. L. *et al.* *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental*. Brasília: Editora da CNI, 2012.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. *Brasil, uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Missão e visão: versões e exemplos.* Documento interno. Dez. 2007.

_____. *Planejamento corporativo 2009-2014.* Documento interno, 2009.

_____. *BNDES: um banco de história e do futuro.* São Paulo: Museu da Pessoa, 2012.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995.* Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

COUTINHO, L. Preâmbulo. In: LASTRES, H. M. L. et al. *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental.* Brasília: Editora da CNI, 2012.

_____. Sessão de encerramento In: BARBOSA, N. (coord. geral). *Integra Brasil: Fórum Nordeste no Brasil e no mundo.* Fortaleza: Centro Industrial do Ceará, 2014, p. 636-646.

D'ARAÚJO, M. C. S. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, jun. 1992.

DUTRA, E. G. *Mensagem* apresentada ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949, p. 218-242.

FALVO, J. A desigualdade social nas metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza. In: CASTRO, I. S. B. C. *Novas interpretações desenvolvimentistas.* Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, G. *Nordeste – aspectos de influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

FURTADO, C. *Perspectivas da economia brasileira.* Palestras proferidas no curso Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, ministrado no então BNDE. Rio de Janeiro, 1957.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Brasil: a construção interrompida.* São Paulo: Paz e Terra, 1992a.

_____. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e sociedade*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 5-20. 1992b.

_____. *O capitalismo global.* São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 2000.

GARCEZ, C. et al. Análise de políticas para APLs no Brasil: uma introdução. In: APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. (org.). *Análise de políticas para arranjos produtivos locais em estados do Nordeste e Amazônia Legal*. Natal: Editora da UFRN, 2010.

GUIMARÃES NETO, L. As economias regionais e o mercado de trabalho no Brasil dos anos 1990. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. (org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

KAPLAN, E. et al. Os grandes projetos federais e o desenvolvimento do Nordeste: uma introdução. In: APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. (org.). *Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste*. Natal: Editora da UFRN, 2011.

LASTRES, H. M. M. Invisibilidade, injustiça cognitiva e outros desafios à compreensão da economia do conhecimento. In: MACIEL, M. L.; ALBAGLI, S. (org.). *Informação e desenvolvimento: conhecimento, inovação e apropriação social*. Brasília: IBICT, Unesco, 2007. p. 185-212.

LASTRES, H. M. M. et al. (org.). O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais. In: ALEM, A. C.; GIAMBIAGI, F. (org.). *O BNDES em um Brasil em transição*. Rio de Janeiro: BNDES, 2010.

_____. *A nova geração de políticas de desenvolvimento produtivo: sustentabilidade social e ambiental*. Brasília: Editora da CNI, 2012.

MENDES, A. *A invenção da Amazônia*. Belém: Editora Universidade Federal do Pará, 1974.

PRADO, L. C.; MONTEIRO FILHA, D. O BNDES e os acordos de capital de Basileia. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 177-200, jun. 2005.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, Os donos do poder, 2002.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SOBREIRA, R.; ZENDRON, P. Implications of Basel II for national development banks. In: GNOS, C.; ROCHON, L. P. (ed.). *Credit, money and macroeconomic policy*. Aldershot: Edward Elgar, 2011.

TAVARES, M. C. et al. O papel do BNDE na industrialização do Brasil: os anos dourados do desenvolvimentismo, 1952-1980. *Memórias do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 4, n. 4, p. 7-12, set. 2010.

INTRODUÇÃO

Os novos desafios do desenvolvimento da Região Centro-Oeste: competitividade, diversificação, sustentabilidade e distribuição de renda

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação.

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial.

Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços.¹

Os esforços de promoção do desenvolvimento do interior do Brasil e, mais especificamente, da Região Centro-Oeste, mencionados por Getúlio Vargas em seu discurso de 1938, de fato não foram obra de uma única geração. No ano de 2014, o cenário que se vê na região é muito diferente daquele observado por Vargas em 1938. A população cresceu, as cidades se desenvolveram, o dinamismo conseguido com a agropecuária transbordou para os setores industrial e de serviços, e a região desenvolve hoje atividades produtivas essenciais

¹ Vargas, G. No limiar do Ano de 1938, Saudação aos Brasileiros, Pronunciado no Palácio Guanabara e Irradiada Para Todo o País, à Meia-Noite de 31 de Dezembro de 1937. In: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos (realizadores). *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre, 2004. 237 p. il. (O Pensamento Político).

para o abastecimento e o crescimento de todo o Brasil. Entretanto, permanece atual a necessidade de se empenharem energias para o desenho de políticas que favoreçam o desenvolvimento produtivo, inovativo e sustentável com visão territorial.

O BNDES se insere nesse contexto. Principal fonte de crédito de longo prazo do país e com capacidade de induzir o desenvolvimento de setores e regiões, o Banco procura considerar a noção territorial em sua política de atuação para cumprir sua missão, que é a de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais” [BNDES (2009, p. 12)].

Além de contemplada no planejamento estratégico do Banco, em sua missão e valores, a questão do desenvolvimento regional também é observada em sua estrutura – o BNDES conta com um Comitê de Arranjos Produtivos, Desenvolvimento Regional, Inovação e Meio Ambiente (CAR-IMA) e com três escritórios de representação regional, que têm o objetivo de compreender as características da economia local, participar da formulação das políticas regionais e facilitar sua aplicação.

Durante o ano de 2013, o CAR-IMA organizou uma série de debates e seminários com a participação de especialistas e parceiros estratégicos de cada uma das cinco macrorregiões do país. Em decorrência do debate produzido nas reuniões dedicadas à Região Centro-Oeste, foi elaborado o presente livro, que contou com valiosas contribuições de autores convidados de centros de ensino e pesquisa e outras instituições regionais de relevância, além de representantes das diversas áreas de atuação do BNDES.

Como resultado, elaborou-se um rico material de referência para a Região Centro-Oeste, que não só apresenta diagnósticos e leituras dos processos históricos que definiram suas características atuais, como também descortina desafios e oportunidades para seu futuro.

Os processos históricos, desde a “Marcha para o Oeste”, passando pelos mecanismos de incentivo à agricultura e ocupação do Cerrado, até as construções de Goiânia e de Brasília, marcaram a Região Centro-Oeste por uma forte presença e influência estatal, cujo impacto se manifestou na estrutura produtiva e no desempe-

nho da economia regional. Analisando-se o desempenho da economia da região a partir de 1960, verifica-se uma significativa mudança em seu perfil produtivo, inicialmente dominado pela agropecuária e, em seguida, marcado pela expansão do setor de serviços. O período também evidenciou uma trajetória rápida de crescimento do produto, superando a média nacional.

Entretanto, o excepcional desempenho da economia regional não se manifestou na mesma intensidade nas condições de vida e nos indicadores sociais do Centro-Oeste. Dois exemplos claros são a precariedade da cobertura por saneamento e os índices de desigualdade da região, que hoje apresenta a maior concentração de renda do país. A superação desses obstáculos se constitui em um dos principais desafios a serem superados nos próximos anos. Conforme analisaram Pedro Abel Vieira, Antonio Marcio Buainain e Elísio Contini em seu artigo "Goiás: do vazio ao heterogêneo" (Capítulo 12), a dinâmica econômica virtuosa produzida pela agricultura, de fato, não contribuiu para aliviar as desigualdades no estado, que ainda hoje apresenta um território muito heterogêneo, com o confinamento espacial da pobreza.

Alinhado à necessidade de redução das desigualdades sociais e regionais, o BNDES, ao longo da última década, tem vivenciado um significativo aumento nas liberações destinadas a estados e municípios da Região Centro-Oeste, voltadas para investimentos nos setores sociais e de infraestrutura. O Banco também tem apoiado projetos de inclusão socioprodutiva de pessoas de baixa renda pelos programas BNDES Fundo Social e BNDES Microcrédito. Esse enfoque de atuação do BNDES será tratado nos artigos "Atuação da Área de Infraestrutura Social do BNDES na Região Centro-Oeste do Brasil" (Capítulo 7) e "Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioprodutiva na Região Centro-Oeste" (Capítulo 2), elaborados respectivamente pelas áreas de Infraestrutura Social e de Agricultura e Inclusão Social do BNDES.

O apoio às micro, pequenas e médias empresas também pode prestar importante serviço à desconcentração regional da renda e, com esse objetivo, o Banco tem atuado fortemente nessa área por meio das operações indiretas e do Cartão BNDES, con-

forme vai mostrar o artigo “A contribuição da Área de Operações Indiretas ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste (2004-2013)” (Capítulo 4). O desafio de apoiar com crédito as micro e pequenas empresas também é o tema do artigo “Oportunidades para apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste” (Capítulo 15), elaborado por Cláudio Halley, Superintendente de Gestão Estratégica do Banco Cooperativo do Brasil, que destaca, entre outras ações, a parceria recente com o Cartão BNDES.

Outro grande desafio que hoje se apresenta para o Centro-Oeste é o controle da degradação ambiental, que representa um risco para o próprio modelo de desenvolvimento da região, em grande parte baseado na exploração da terra e dos recursos naturais. Nesse contexto, o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) e o Fundo Amazônia do BNDES podem oferecer importante contribuição, por representarem um novo modelo de concessão de crédito com vistas ao controle da degradação e ao desenvolvimento de atividades produtivas baseadas no uso sustentável da biodiversidade. A Área de Meio Ambiente do BNDES aborda esse tema no artigo “Região Centro-Oeste: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável” (Capítulo 8), e essa também é uma preocupação apontada por Marcel Bursztyrn em seu texto “Desafios e oportunidades para o desenvolvimento (sustentável) do Centro-Oeste” (Capítulo 17), que sugere a implementação de diversas políticas, como o pagamento por serviços ambientais, além do fomento aos sistemas agroflorestais, o reflorestamento comercial, a exploração de nichos de mercado para produtos orgânicos e a ambientalização das cidades.

As perspectivas de desenvolvimento futuro para a região também passam pela necessidade de melhoria da produtividade e pela diversificação de sua base econômica, necessária para reduzir a vulnerabilidade de sua economia pela dependência das *commodities*. A diversificação da economia regional já tem sido observada com o desenvolvimento do setor industrial, principalmente das indústrias processadoras de alimentos, farmacêutica e automotiva. Mas, conforme analisa Júlio Flávio Gameiro Miragaya, em seu artigo “O desempenho da economia na Região Centro-Oeste” (Capítulo 14), o

grau de desenvolvimento do setor industrial observado atualmente está ainda em um nível muito inferior ao desejável, e a região deve buscar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva.

O caso específico da industrialização do estado de Goiás é tratado por Reinaldo Fonseca em seu artigo “A industrialização de Goiás: um caso de sucesso” (Capítulo 11), que mostrou que o progresso da indústria goiana nos últimos anos veio acompanhado de outros aspectos positivos, como melhoria dos índices de educação, qualificação da mão de obra e formalização da economia.

O adensamento das cadeias produtivas, assim como o desenvolvimento de setores mais propensos à inovação, é, portanto, um grande desafio atual. Nesse campo, o BNDES é capaz de exercer importante papel estratégico. O Banco tem apoiado projetos de instalação e expansão de diversos setores industriais, como os de bens de consumo, de produção de biocombustíveis e de insumos básicos, além de serviços complexos, como de tecnologia da informação e comunicação. O apoio a essas atividades será tratado nos artigos “A atuação da Área Industrial do BNDES na Região Centro-Oeste” (Capítulo 3) e “O apoio à indústria de base na Região Centro-Oeste” (Capítulo 5), elaborados respectivamente pelas áreas Industrial e de Insumos Básicos do BNDES.

Conforme sugere Alexandre Magno de Melo Faria em seu artigo “Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso” (Capítulo 13), também o potencial ainda subexplorado do turismo na Região Centro-Oeste pode representar um caminho alternativo para a diversificação de sua base econômica, assim como o desenvolvimento de outros arranjos produtivos de vocação regional, como produção de frutas tropicais e hortifrutigranjeiros, apicultura, produção orgânica, entre outros. Atrativos para o turismo não faltam: sejam eles motivados pelas riquezas da biodiversidade e do patrimônio cultural e arquitetônico presentes na região, ou pelo turismo de negócios. A Área Industrial do BNDES também trabalha nesse campo e tem apoiado projetos de preservação do patrimônio e da cadeia do turismo.

Pode-se dizer que o crescimento da Região Centro-Oeste tanto resultou dos como esteve associado aos investimentos em infraes-

trutura – principalmente de transportes, energia e comunicações – realizados pelo governo federal. A expansão da malha rodoviária, por exemplo, foi fundamental.

Com sua economia fortemente baseada na produção de *commodities* para o mercado externo, a região precisa ampliar suas condições de competitividade para manter sua posição no mercado; e, para alcançar o potencial almejado de melhoria das condições de competitividade, o Centro-Oeste também carece de mais investimentos em infraestrutura, principalmente na logística de transportes e armazenamento da produção. Quanto à necessidade de melhoria das condições de armazenamento, o BNDES lançou em 2013, em parceria com o governo federal, o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que visa apoiar investimentos para a ampliação da capacidade de armazenagem do país. A infraestrutura logística também tem recebido especial atenção do BNDES, que já financiou obras de infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária, além de projetos de geração e distribuição de energia, conforme será tratado no artigo “O BNDES e a questão energética e logística da Região Centro-Oeste” (Capítulo 6), elaborado pela Área de Infraestrutura do BNDES.

Além de induzido por políticas públicas, investimentos públicos e estratégias governamentais, o crescimento da Região Centro-Oeste certamente também foi fortemente impulsionado pelo crédito, mecanismo indutor do investimento privado. O Centro-Oeste, além de contar com as fontes de crédito públicas disponíveis em todo o país – como os recursos do BNDES e do crédito rural –, ainda conta com recursos destinados exclusivamente para a região, como é o caso do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e do Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste (FDCO) e de bancos regionais, como o Banco de Brasília (BRB). A abordagem do papel e da importância do crédito para o desenvolvimento é o aspecto abordado nos artigos “BNDES e Banco de Brasília, parceria importante no desenvolvimento da Região Centro-Oeste” (Capítulo 16), elaborado por Paulo Roberto Evangelista de Lima, e “O papel do governo federal como indutor do crescimento econômico da Região Centro-Oeste” (Capítulo 1), elaborado pelo Departamento de Relações com o Governo do BNDES.

O desenho de políticas públicas e a definição de prioridades e estratégias de ação carecem, necessariamente, de um diagnóstico e de uma visão de futuro. A Área de Planejamento do BNDES propõe possibilidades de contribuição do BNDES no artigo “Desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste: desafios e potencialidades para a atuação do BNDES” (Capítulo 9). Esse valioso exercício é também apresentado pela geógrafa Cleonice Alexandre Le Bourlegat, no artigo “Natureza e perspectivas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o papel das políticas para arranjos produtivos locais” (Capítulo 10), que além de caracterizar histórica e economicamente a região, conclui muito bem o atual desafio das políticas públicas com visão territorial:

O atual desafio das políticas públicas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste tem sido o de associar o dinamismo econômico e social à qualidade de vida humana e ambiental, em respeito às particularidades dos territórios, e, ao mesmo tempo, estabelecer e adensar relações entre eles.

Isabel Machado Cavalcanti

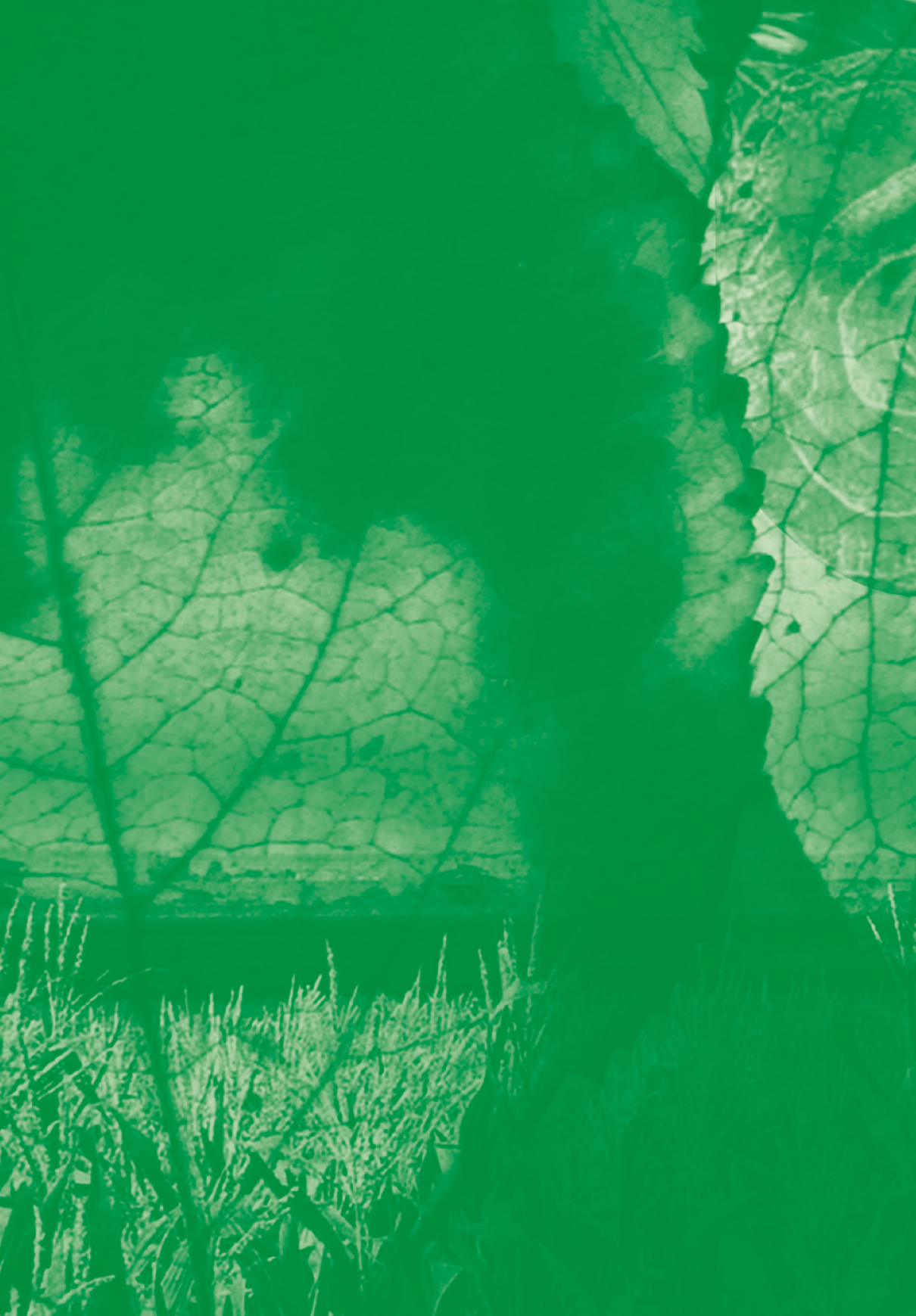
ECONOMISTA DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O GOVERNO

Luiz Antonio Rodrigues Elias

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES COM O GOVERNO

REFERÊNCIA

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Planejamento Corporativo BNDES 2009-2014*. Rio de Janeiro, 2009. 104p.





A CONTRIBUIÇÃO DO BNDES PARA
O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

PARTTE 1

1

O papel do governo federal como indutor do crescimento econômico da Região Centro-Oeste

ÁLVARO LARRABURE COSTA CORRÊA

ISABEL MACHADO CAVALCANTI

ISAMARA SEABRA

VICTOR ALEXANDER CONTARATO BURNS

RESUMO

O objetivo deste capítulo é apontar evidências da importância da atuação do governo federal na aplicação de recursos públicos que contribuíram para o crescimento econômico da Região Centro-Oeste do Brasil. Desde o movimento de “Marcha para o Oeste”, passando pela transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, até hoje, com a aplicação de recursos de fontes de crédito públicas, o Estado tem desempenhado um decisivo papel indutor do crescimento na região. O capítulo pretende, então, explorar a aplicação dos recursos públicos na região: desde os recursos de investimento público, até fontes de crédito públicas para investimento privado, como é o caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) e, em especial, dos desembolsos do BNDES para a região.

ABSTRACT

The aim of this chapter is to highlight the importance of the federal government's performance in applying public resources, which has contributed to economic growth in Brazil's Central-West Region. Since the “March-to-the-West” movement, which saw the country's capital move from Rio de Janeiro to Brasília, up to the present day, with the application of resources from public credit, the State has played a decisive role in inducing growth in the region. This chapter will explore the application of public resources in the region: ranging from public investment resources to the public credit sources for private investment, such as the Constitutional Fund to Finance the Central-West (FCO), of the Central-West Development Fund (FDCO) and, in particular, the BNDES' disbursements to the region.

INTRODUÇÃO

Embora seja a segunda maior região brasileira em termos de área, a Região Centro-Oeste é a que conta com a menor população entre as macrorregiões brasileiras. Conforme o Censo 2010, são pouco mais de 14 milhões de habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 9 hab./km² – enquanto a média nacional é de 22 hab./km².

No entanto, a região é líder na produção graneleira nacional, sendo responsável por 45% da produção nacional em 2012. Só a safra da soja resultou em mais de 35 milhões de toneladas, ou 53% da produção total – segundo a Estatística da Produção Agrícola de 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, a região é líder no abate bovino, com quase 40% do abate total em peso – também segundo a Estatística da Produção Pecuária de 2012, do IBGE.

Os índices de produtividade na produção de grãos também são superiores à média nacional – possível resultado da crescente intensidade do capital aplicado à produção e da ação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A produtividade da região não se destaca apenas na produção graneleira. Calculada como a razão entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a população em idade ativa, a produtividade do trabalho alcançada em 2010 foi de R\$ 34,7 mil, contra a média nacional de R\$ 27,8 mil, conforme o Censo Demográfico 2010, combinado com as Contas Nacionais 2010.

No entanto, diversos gargalos para maior expansão da produtividade se apresentam. A infraestrutura logística da região, embora alvo de uma série de investimentos no âmbito dos programas do governo federal, ainda é um grande dificultador do escoamento da produção. Outra deficiência diz respeito às condições e capacidade de armazenagem da produção.¹ Há déficit na armazenagem de mais de 34 milhões de toneladas (IBGE). Esse déficit vem crescendo ao longo dos anos e é acompanhado pela crescente sobrecarga nas estruturas rodoviária e portuária.

Além disso, o número de instituições de ensino superior só supera o da Região Norte, e o mesmo se dá com relação ao número de bolsas de mestrado e doutorado, de acordo com

¹ O armazenamento da produção agrícola apresenta uma contribuição relevante para o processo de comercialização, pois, uma vez que a produção tem sazonalidade, os estoques armazenados podem ser transferidos ao longo do tempo, garantindo, assim, disponibilidade de produto para atender ao consumo e melhor lucratividade para o produtor.

informações do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Mesmo quando se considera o volume de bolsas de mestrado e doutorado pela população da região, observa-se uma participação proporcionalmente menor nas bolsas totais.

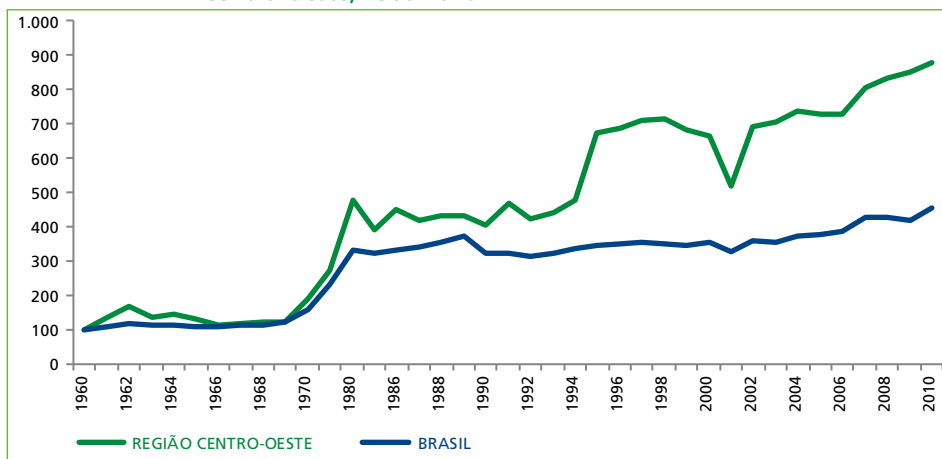
Verifica-se, ainda, baixo grau de diversidade na produção. Nos estados da região, 60% do Valor Bruto da Produção Industrial ficam concentrados em três setores, com destaque para a fabricação de alimentos e bebidas, segundo Pesquisa Industrial Anual 2010, do IBGE.

Não obstante esses gargalos, a região se destaca em outra variável. Conforme já apontado por Neto e Gomes (2000) e pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2010), a Região Centro-Oeste, ao longo das últimas quatro décadas, passou por uma fase de forte crescimento e de ocupação demográfica acentuada, fatores que resultaram em taxas de crescimento econômico superiores à média nacional.

Quando se compara a evolução do crescimento do PIB e do PIB *per capita* regional e nacional, estabelecendo-se o ano de 1960 como ano-base (=100), verifica-se que a *performance* da Região Centro-Oeste mostrou-se bastante superior à média do país em termos de ganho no nível de produto (gráficos 1 e 2).

É interessante observar que as altas taxas de crescimento econômico experimentadas pela região resultaram em crescimento do produto *per capita* acima do ritmo apresentado pelo país, a despeito da ocorrência de taxas de crescimento populacional também muito elevadas na Região Centro-Oeste. A taxa de crescimento média anual da Região Centro-Oeste no período 1960-2010 foi de 3,41% a.a., acima da taxa média do país, que foi de 2,01% a.a. A rápida expansão econômica da região também se fez notar em sua participação no PIB nacional, saindo de pouco mais de 2,0% em 1960 e atingindo 9,3% em 2010.

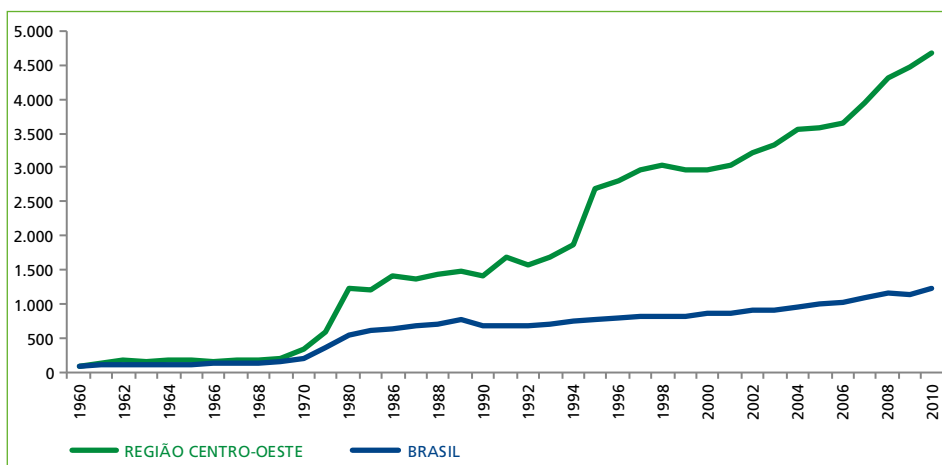
GRÁFICO 1 Evolução do PIB *per capita* – Brasil e Região Centro-Oeste, 1960-2010



Fonte: IBGE.

Nota: 1960=100.

GRÁFICO 2 Evolução do PIB – Brasil e Região Centro-Oeste, 1960-2010



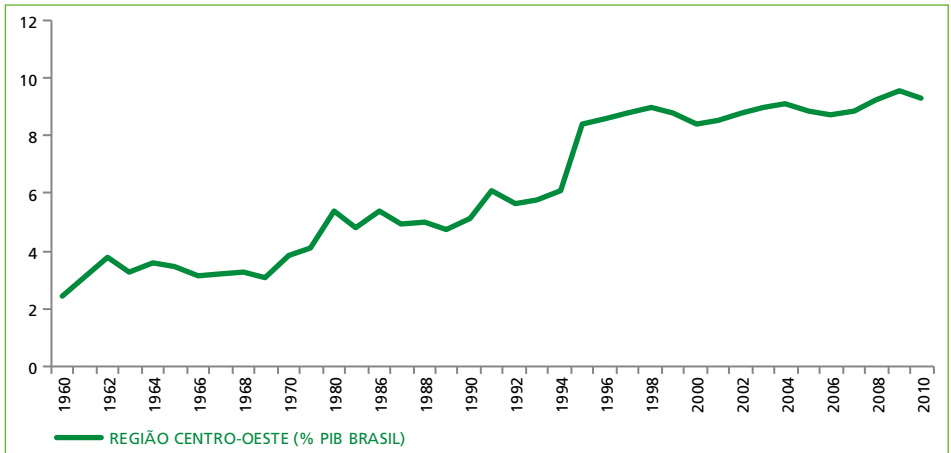
Fonte: IBGE.

Nota: 1960=100.

O crescimento da região foi acompanhado de uma significativa mudança em seu perfil produtivo. Na década de 1960, a ati-

dade agropecuária respondia por 53% do PIB regional, enquanto a indústria representava apenas 6%. Analisando-se a composição do PIB da região ao longo de todo o período 1960-2009, conforme mostra o Gráfico 3, verifica-se um significativo aumento da importância dos setores industrial e de serviços em detrimento do setor agropecuário. Em contrapartida, a região aumentou sua participação no PIB agropecuário nacional, de 4,7% em 1960 para 19,5% em 2009.

GRÁFICO 3 Participação da Região Centro-Oeste no PIB do Brasil, 1960-2010 (em %)

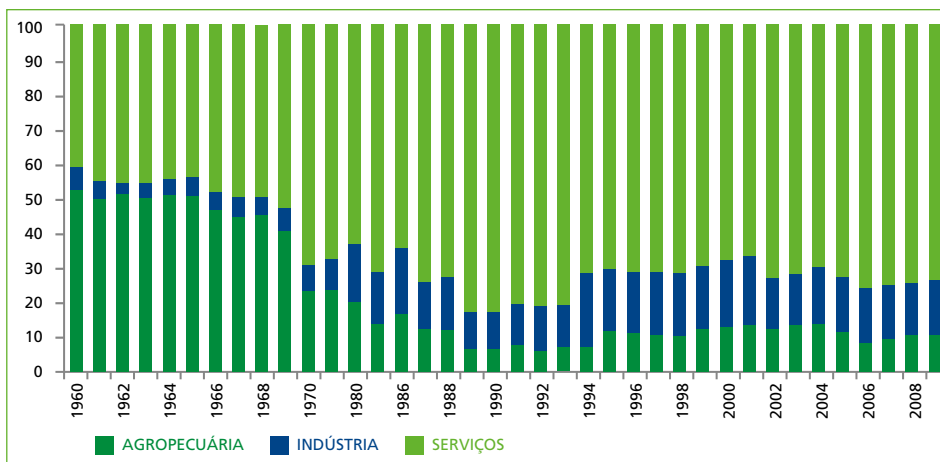


Fonte: IBGE.

Ainda que o setor agropecuário seja atualmente o menos representativo na composição do PIB do Centro-Oeste (Gráfico 4), sua importância para a região transcende esse aspecto. É possível afirmar que a produção industrial da região está, em grande medida, atrelada ao agronegócio. Percebe-se no Centro-Oeste uma dinâmica em que, nas cidades onde a produção agropecuária se destaca, a infraestrutura de transportes acompanha esse desenvolvimento e, em consequência, ocorre uma atração de empresas comerciais e transformadoras. Assim, em torno de uma base agropecuária formada, inicia-se um processo de diver-

sificação industrial e expansão do setor de serviços. Esse foi o caso de cidades dinâmicas da região, como Três Lagoas (MS), Rio Verde (GO) e Jataí (GO).

GRÁFICO 4 Participação percentual dos grandes setores no PIB – Região Centro-Oeste, 1960-2009



Fonte: IBGE.

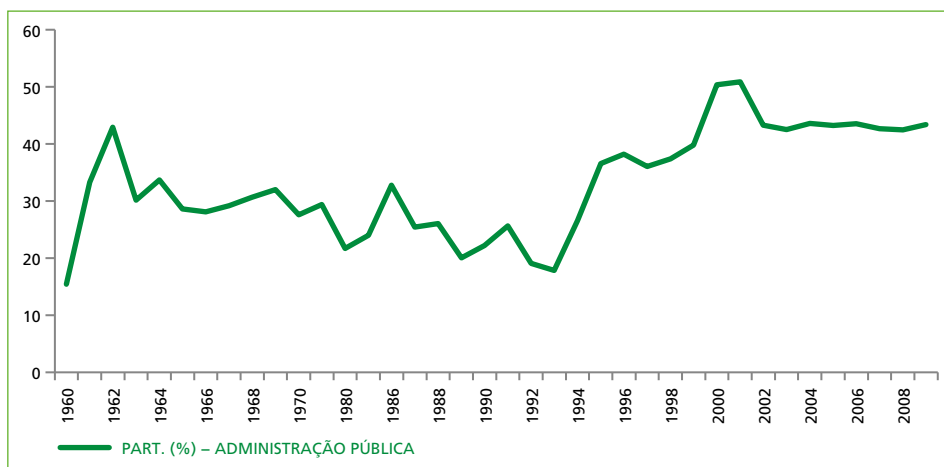
Pode-se dizer que o crescimento relativo do setor de serviços é uma tendência geral em todo o país; entretanto, na Região Centro-Oeste, a participação do setor público como componente dos serviços merece destaque. Em 2009, a participação do setor de serviços no total do PIB da região atingiu 73%, e 43% dos serviços eram explicados pela administração pública. Nas demais regiões do país, a participação do setor público no valor adicionado de serviços atingiu, no mínimo, 18% na Região Sudeste e, no máximo, 35% na Região Norte em 2009, conforme mostra a Tabela 1. É claro que os resultados observados na Região Centro-Oeste são principalmente em função do Distrito Federal, sede administrativa do país, que contribuiu fortemente para a expansão do setor de serviços regional. A evolução da participação da administração pública no setor de serviços regional pode ser analisada no Gráfico 5.

TABELA 1 Participação percentual dos serviços no PIB das grandes regiões e da administração pública no total do setor de serviços, 1960-2009

	1960	1970	1980	1990	2000	2009
Centro-Oeste						
Serviços/PIB regional (%)	41	69	63	83	68	73
Adm. púb./serviços (%)	15	28	22	22	50	43
Nordeste						
Serviços/PIB regional (%)	47	59	51	55	55	69
Adm. púb./serviços (%)	15	21	17	33	38	33
Norte						
Serviços/PIB regional (%)	57	61	43	45	48	61
Adm. púb./serviços (%)	17	22	19	42	40	35
Sudeste						
Serviços/PIB regional (%)	54	57	49	50	52	68
Adm. púb./serviços (%)	16	16	12	25	25	18
Sul						
Serviços/PIB regional (%)	42	53	43	43	44	62
Adm. púb./serviços (%)	16	16	12	27	27	20

Fonte: IBGE.

GRÁFICO 5 Participação percentual da administração pública no setor de serviços – Região Centro-Oeste, 1960-2009



Fonte: IBGE.

Na tentativa de explicar as razões para o desempenho superior da Região Centro-Oeste em termos de crescimento econômico, Neto e Gomes (2000) enfatizam a importância do alto grau de comprometimento de recursos públicos para criação e manutenção da demanda agregada na região. De acordo com a linha de pensamento apresentada, o Estado pode induzir o crescimento econômico basicamente por três meios: (i) gastos públicos que promovem a indução da demanda agregada via despesas de consumo e massa salarial; (ii) investimentos públicos; e (iii) investimentos privados estimulados pelo setor público, por meio de fontes públicas de crédito ou subsídios e subvenções.

Este capítulo busca mostrar algumas evidências da atuação do governo federal como elemento explicativo do crescimento econômico da Região Centro-Oeste, em especial por meio das fontes públicas de crédito, tendo como referência os desembolsos do BNDES e do FCO.

ATUAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO CENTRO-OESTE VIA GASTOS E INVESTIMENTOS PÚBLICOS

O primeiro movimento expressivo de ocupação demográfica da Região Centro-Oeste iniciou-se na década de 1930, liderado pelo então governo de Getúlio Vargas, que elaborou uma ação política de integração territorial conhecida como “Marcha para o Oeste”. Esse projeto governamental buscou povoar e desenvolver o interior do Brasil, por meio de incentivos à migração, além da construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior. A construção da cidade de Goiânia, com a transferência da capital do estado de Goiás para esse município, foi um marco concreto desse movimento e um símbolo da inserção do estado na interiorização do país.

A transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília, levada a cabo no governo Juscelino Kubitschek, na dé-

cada de 1960, representou mais um importante movimento de indução do crescimento da Região Centro-Oeste provocado pela estratégia política governamental. Toda a infraestrutura criada para acomodar a nova sede administrativa, a malha rodoviária ligando a região aos principais centros urbanos do país, o enorme contingente de pessoas que migraram para a cidade e a massa salarial associada ao funcionalismo público contribuíram para o desenvolvimento de uma dinâmica econômica própria, que transformou o Distrito Federal em um polo cuja influência já extrapola os limites da Região Centro-Oeste.

A ocupação do Centro-Oeste também esteve muito associada à exploração da fronteira agrícola. O desenvolvimento da produção agropecuária na região iniciou-se com a ocupação de pequenos agricultores familiares e, a partir da década de 1970, passou a atrair também os médios e grandes empreendimentos. Conforme aponta Castro (2014), parte do sucesso da estratégia de ocupação das terras da região deve ser creditada ao trabalho das instituições de pesquisa públicas para desenvolver novas tecnologias adaptadas às condições de solo e clima da região. Nesse contexto, a Embrapa, criada em 1973, mostrou-se eficiente no desenvolvimento de variedades vegetais adaptadas às condições regionais, de mecanismos de manejo do solo e de novas técnicas de cultivo capazes de tornar a produção mais rentável e no apoio técnico para a implantação dos projetos.

Os investimentos governamentais em infraestrutura, principalmente de transportes, energia e comunicações, foram fundamentais para promover a integração da região com o restante do país.

O desenvolvimento da infraestrutura logística é ainda hoje um ponto central de atenção do governo federal na região, visto que as deficiências logísticas têm representado um gargalo ao desenvolvimento continuado do setor agropecuário, em razão dos elevados custos de frete para o escoamento da produção e das perdas associadas ao transporte e acondicionamento inadequa-

dos, que prejudicam suas condições de competitividade. Visando superar essas deficiências logísticas, o governo federal tem concentrado esforços em dois programas: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 e que entrou em sua segunda fase (PAC 2) em 2011, e o Programa de Investimentos em Logística (PIL). Os dois programas têm exercido impacto sobre a Região Centro-Oeste, uma vez que levam investimentos de infraestrutura cruciais para seu desenvolvimento.

O Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT), do governo federal, foca a multimodalidade e o descontigenciamento dos acessos portuários. Nesse plano, o governo manifesta a intenção de modificar a matriz modal brasileira, ampliando a participação do modal ferroviário e melhorando o potencial aquaviário. Parte dos objetivos do PNLT está sendo perseguida no Centro-Oeste.

No modal rodoviário, houve também avanços nas obras de duplicação e adequação de rodovias em todos os estados da região. Já no setor de aeroportos, foram concluídas as obras de ampliação do aeroporto de Brasília, além dos módulos operacionais dos aeroportos de Goiânia (GO) e Cuiabá (MT).

No campo da infraestrutura, outro setor que recebeu investimentos em diversos projetos foi o de geração de energia, cujas mais importantes obras ocorrem nas usinas de Colíder, Dardanelos, Teles Pires e Sinop, no estado de Mato Grosso.

Com relação ao já mencionado problema da armazenagem, o governo federal tem tomado algumas providências para reduzi-lo, por meio de medidas voltadas à adequação das instalações e à ampliação da capacidade de armazenagem pública e privada. Dentre essas medidas, destaca-se a criação do Programa para a Ampliação e Construção de Armazéns (PCA), administrado pelo BNDES, que já desembolsou, desde 2013, mais de R\$ 340 milhões para essa finalidade.

Somente no período 2007-2014, o BNDES desembolsou R\$ 29,7 bilhões para projetos de infraestrutura na Região Centro-Oeste,

o que representou cerca de 30% do total dos desembolsos do Banco para a região. Entre os principais projetos de infraestrutura financiados pelo BNDES, estão, na área de geração e distribuição de energia, diversas usinas hidrelétricas, como Teles Pires, Serra do Facão, Simplício, Caçu, Barra dos Coqueiros, Salto, Foz do Rio Claro e linhas de transmissão associadas, além de pequenas centrais hidrelétricas no estado de Goiás. Na área de transportes, foram financiados projetos de expansão das malhas ferroviária e rodoviária no estado de Mato Grosso e projeto de expansão do aeroporto de Brasília.

O PAPEL DAS FONTES DE CRÉDITO PÚBLICAS NA INDUÇÃO DO INVESTIMENTO PRIVADO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

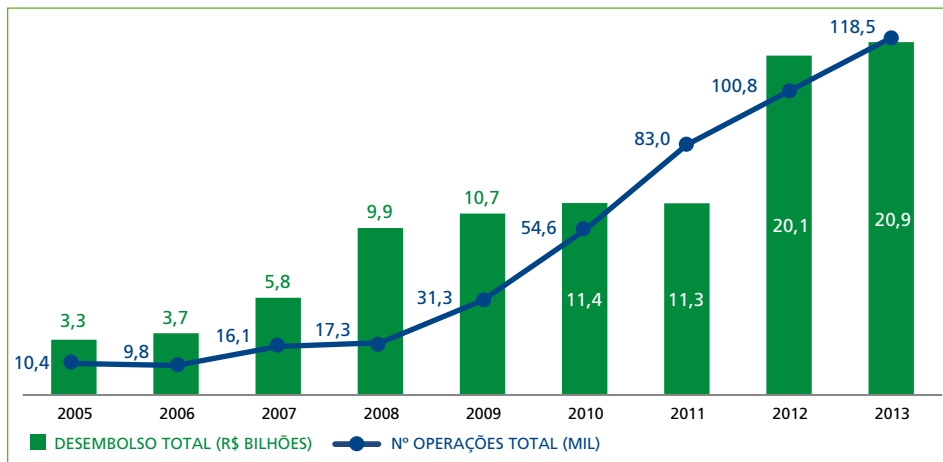
Além de induzir o crescimento diretamente por meio de investimentos em infraestrutura, despesas em consumo e massa salarial, o setor público também é capaz de promover crescimento indiretamente por meio da concessão de linhas de crédito públicas como fontes de financiamento para o investimento privado.

Atualmente, a Região Centro-Oeste é a que apresenta a maior expansão do crédito, com um crescimento superior a 21% entre 2011 e 2012, ultrapassando a Região Nordeste [Valor Econômico (2013)]. Além das fontes de crédito públicas disponíveis em todo o país, o Centro-Oeste ainda conta com recursos destinados exclusivamente para a região, como é o caso dos recursos do FCO e do FDCO.

A atuação do BNDES na Região Centro-Oeste

O BNDES, entre as fontes de crédito públicas disponíveis para todo o país, possui papel de destaque, tendo desembolsado, apenas em 2013, um total de R\$ 20,9 bilhões (Gráfico 6). A participação do Centro-Oeste nos desembolsos totais do Banco subiu de 7%, em 2005, para 11%, em 2013.

GRÁFICO 6 Desembolsos (em R\$ bilhões) e número de operações do BNDES – Região Centro-Oeste, 2005-2013



Fonte: IBGE.

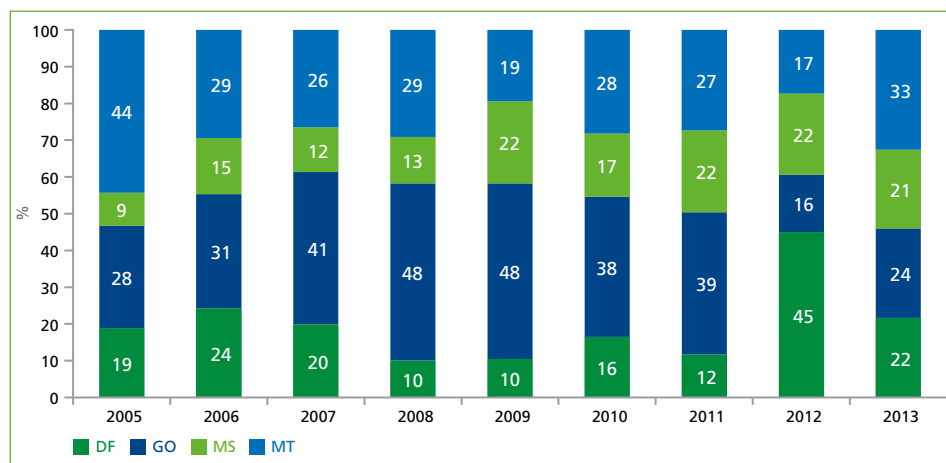
Outro fator a ser observado é a evolução do número de operações de crédito realizadas pelo BNDES na região. Nota-se que houve um salto de 10,4 mil operações no Centro-Oeste, em 2005, para mais de 118 mil, em 2013. Isso aponta um forte avanço na presença do BNDES. Com relação à distribuição regional dos desembolsos entre os estados da região, historicamente, o estado de Goiás detinha a maior parcela dos recursos, em função da maior diversificação de seu setor industrial. Entretanto, com a ampliação dos desembolsos para projetos de celulose, fertilizantes e infraestrutura nos estados de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, nos últimos anos, tem-se observado tendência a uma distribuição mais igualitária dos recursos, como mostra o Gráfico 7.

O BNDES adota a classificação (adaptada) da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)² em sua Política de Dinamização Regional (PDR) e oferece melhores condições de

² A PNDR foi instituída pelo Decreto 6.047, 22 de fevereiro de 2007, e tem como objetivos reduzir as desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e promover a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, orientando os programas e ações federais [Brasil (2007)]. Vale mencionar que essa política está passando por processo de redefinição desde 2012.

financiamento conforme mais baixa a classificação das microrregiões. Entretanto, essas condições não têm se mostrado suficientes para alterar o quadro observado com relação à destinação dos recursos. Ao longo de todo o período 2005-2013, aproximadamente 50% dos desembolsos foram aplicados em municípios classificados como alta renda pela PNDR (Gráfico 8). Deve-se, no entanto, atentar para que esse padrão de desembolso concentrado em espaços não prioritários não contribua para o acirramento das desigualdades intrarregionais.

GRÁFICO 7 Desembolsos BNDES por unidade da federação – Região Centro-Oeste, 2005-2013



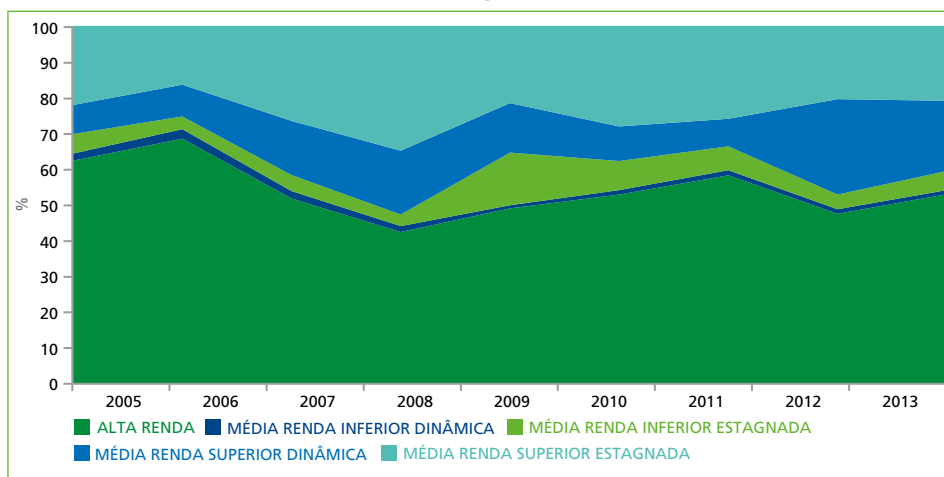
Fonte: IBGE.

Ressalta-se que, tendo em vista que um dos objetivos do BNDES é a redução das desigualdades regionais, é de se esperar que os desembolsos para as regiões prioritárias³ superem a contribuição dessas desigualdades para a formação do PIB. É o caso da Região Centro-Oeste, que contribui com cerca de 9%

³ A Política de Dinamização Regional (PDR), adotada pelo BNDES como expressão de seu objetivo de redução das diferenças regionais, estabelece como prioritárias as regiões Norte e Nordeste, bem como os municípios classificados como baixa e média renda, acompanhando a metodologia e classificação adotada pelo Ministério da Integração na PNDR vigente à época da elaboração deste texto.

do PIB nacional e recebe 11% dos desembolsos do BNDES. Esse fato merece especial atenção quando se considera que há uma relação positiva entre o crescimento nos desembolsos do BNDES e a melhora nos indicadores de renda *per capita* [Burns (2012)].

GRÁFICO 8 Desembolsos do BNDES de acordo com classificação dos municípios da PNDR – Região Centro-Oeste, 2005-2013



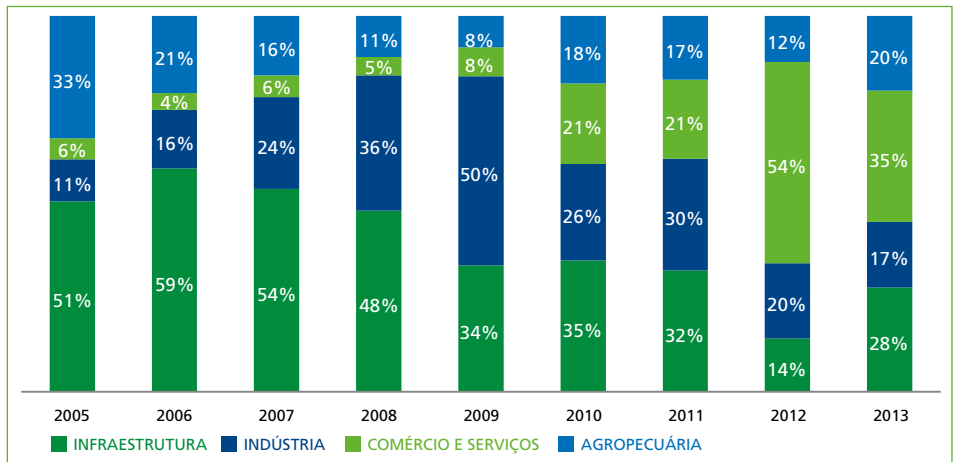
Fonte: IBGE.

Do ponto de vista setorial, além dos projetos de infraestrutura apoiados pelo BNDES e mencionados anteriormente, vários projetos dos mais diversos setores receberam apoio do Banco, com predominância, nos anos de 2012 e 2013, do setor de comércio e serviços, como exposto no Gráfico 9.

Dentre os principais projetos apoiados na região ao longo do período em análise, destacam-se: as empresas do setor de papel e celulose, no estado do Mato Grosso do Sul; o apoio à estruturação do polo farmacêutico, no estado de Goiás; usinas de açúcar e álcool, pequenas centrais hidrelétricas, aportes nas agroindústrias do estado, em Mato Grosso; e, além desses, o apoio aos governos estaduais, por meio do Programa Emergencial de Financiamento (PEF) e do Programa de Apoio ao Investimento

dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), programas voltados para a reestruturação financeira, o aumento da capacidade de investimento e a viabilização das despesas de capital dos estados.

GRÁFICO 9 Desembolsos BNDES por setor – Região Centro-Oeste, 2005-2013



Fonte: IBGE.

Outro importante recorte a ser observado na análise dos desembolsos do BNDES é a distribuição dos recursos por porte de empresas. Observa-se que há uma predominância nos desembolsos para grandes empresas, com 49% dos valores desembolsados em 2013, ao passo que as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e pessoas físicas somaram 44%. No entanto, o número de operações de crédito realizadas parece equilibrar a distribuição, uma vez que 65% das operações foram realizadas apenas com microempresas.

Outras fontes de crédito para a Região Centro-Oeste: Fundo Constitucional do Centro-Oeste e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Conforme já mencionado, além dos recursos disponíveis para todo o país e aplicados no Centro-Oeste, há ainda os recursos destinados exclusivamente a essa região, como o FCO e o FDCO.

O FCO visa fomentar as atividades produtivas de forma a promover o desenvolvimento econômico e social da região por meio do financiamento aos setores produtivos privados. Os recursos do FCO, assim como dos demais fundos constitucionais de financiamento,⁴ conforme definido pela Lei 7.827, de 1989, são provenientes da arrecadação de impostos federais – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Renda (IR) – e sua aplicação hoje constitui um dos principais instrumentos da PNDR.

O FDCO, por sua vez, tem o objetivo central de

atrair e promover investimentos estratégicos em setores com alto grau germinativo e estruturadores, especialmente aqueles destinados à infraestrutura, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO) [Brasil (2013)].

O FDCO foi criado mais recentemente, por meio da Lei 8.607, de 2009, e regulamentado pelo Decreto 8.067, de 2013, e somente a partir de 2013 iniciou sua operacionalização, com a dotação orçamentária de R\$ 1,4 bilhão, que foram integralmente aplicados em cinco projetos dos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul.

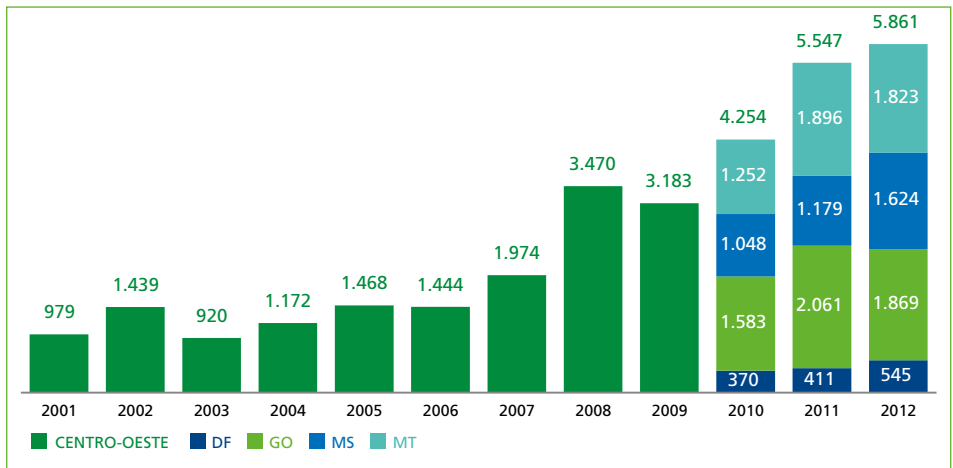
A gestão do FDCO é exercida pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco),⁵ que também possui a atribuição de administrar os recursos do FCO. Embora tenha sido extinta em 1990, foi recriada em 2011, com a atribuição de, entre outras, planejar e implementar uma política voltada ao desenvolvimento da região, observando, ainda, as oportunidades decorrentes dos arranjos produtivos locais e dos sistemas de inovação.

⁴ Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Como regra geral, são vedadas as participações cumulativas de recursos do FCO e FDCO em um mesmo projeto beneficiário.

⁵ A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, ou Sudeco, é uma autarquia federal brasileira criada por meio da Lei 5.365, de 1º de dezembro de 1967, substituindo a antiga Fundação Brasil Central, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste. Foi extinta em 1990, mas, em dezembro de 2008, esforços foram feitos pela sua recriação, através do Projeto de Lei Complementar 184/04, apresentado pelo Poder Executivo. O projeto foi sancionado em 8 de janeiro de 2009, prevendo não só a criação da Sudeco, mas também do FDCO. A regulamentação da Sudeco foi concluída com o Decreto Presidencial 7.471, de 4 de maio de 2011.

Cabe observar que a distribuição dos recursos do FCO pelos estados parece seguir o mesmo padrão da distribuição dos desembolsos do BNDES. Destaca-se que o estado do Goiás, que possui estrutura industrial mais diversificada e bem desenvolvida, conta com a maior parte dos recursos (Gráfico 10).

GRÁFICO 10 Contratações FCO – Região Centro-Oeste, 2001-2012 (em R\$ milhões)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais/Ministério da Integração.

Um ponto interessante a ser avaliado é a relação entre a aplicação dos recursos do FCO e as prioridades estabelecidas pela PNDR. A política procura orientar a aplicação dos recursos em áreas prioritárias que se caracterizam por possuir renda familiar média ou baixa, com variação do PIB dinâmica ou estagnada. Entretanto, a maior parte dos recursos do FCO vem sendo aplicada em regiões classificadas como alta renda (Tabela 2),⁶ o que revela, em alguma medida, uma falha de articulação entre a formulação da política e sua aplicação.

⁶ Sobre esse aspecto, vale destacar que, na Região Centro-Oeste, não há microrregiões classificadas como baixa renda dinâmica ou baixa renda estagnada.

TABELA 2 Contratações FCO segundo a tipologia dos municípios da PNDR

Tipologia PNDR	2010		2011		2012	
	Valor aplicado	%	Valor aplicado	%	Valor aplicado	%
Baixa renda	-	-	-	-	-	-
Média renda estagnada	1.405	33,0	1.768	31,9	2.176	37,1
Média renda dinâmica	903	21,2	963	17,4	1.275	21,8
Alta renda	1.946	45,7	2.816	50,8	2.410	41,1
Total	4.254		5.547		5.861	

Fonte: Banco do Brasil.

Em termos operacionais, observa-se uma crescente interação entre esses fundos (em especial o FCO) e o BNDES, quando da composição de fontes de recursos para os projetos. Todavia, a relação de complementaridade pode ainda ser aprimorada por meio de maior intercâmbio técnico e operacional e maior interação na formulação de políticas e diretrizes.

Embora tanto o BNDES quanto o FCO venham ampliando suas contratações para a região, observa-se que as do BNDES apresentam um crescimento mais acentuado, além de mobilizar um volume de recursos muito superior. Considera-se que ambas as fontes de recursos seriam beneficiadas de maior interação como forma de alavancar seus recursos e otimizar suas operações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os gargalos presentes em sua infraestrutura produtiva, a Região Centro-Oeste é líder na produção de grãos e carne bovina, além de possuir índices de produtividade superiores à média nacional. Além disso, apresenta taxas de crescimento do PIB e do PIB *per capita* também superiores à média nacional.

Um dos fatores que pode explicar esse desempenho em termos de crescimento de produto é o grande comprometimento de recursos públicos, por meio de gastos públicos, investimentos públicos ou investimentos privados estimulados pelo setor público, por intermédio de crédito, subsídios ou subvenções.

Como exemplos de gastos e investimentos públicos que favoreceram o crescimento da região, foram citadas as estratégias deliberadas de políticas públicas, como a construção de Brasília e Goiânia, assim como os investimentos governamentais em infraestrutura, com destaque para a expansão das malhas viárias visando à maior integração com o restante do país e ao escoamento da produção.

Entretanto, este capítulo procurou dar ênfase a outra forma de indução do crescimento por parte do setor público, destacando o papel das fontes públicas de crédito como mecanismo de estímulo aos investimentos privados. Destacou-se, aqui, a relevância das fontes públicas de crédito, em especial do BNDES e FCO, para a economia da Região Centro-Oeste. Somadas, as contratações de financiamentos dessas fontes chegam a R\$ 34 bilhões, apenas em 2012.

Em 2013, os desembolsos do BNDES para a Região Centro-Oeste somaram R\$ 20,9 bilhões, por meio de mais de 118 mil operações de crédito, e esse montante representa cerca de 11% dos desembolsos totais da instituição no ano. Quando se considera que a participação da região na formação do PIB nacional é de cerca de 9%, observa-se que os desembolsos para a região são mais que proporcionais. Admitindo a relação entre crédito e desenvolvimento econômico, espera-se que a atuação do BNDES amplie ainda mais o forte ciclo de crescimento apresentado. As contratações do FCO, por sua vez, somaram R\$ 5,9 bilhões em 2012, especificamente destinados ao fomento de atividades produtivas privadas visando ao desenvolvimento econômico e social do Centro-Oeste.

Embora se observe uma crescente interação entre o BNDES e os fundos FCO e FDCO, sobretudo no que tange à composição de fontes de recursos, há a oportunidade de ampliação das sinergias, não apenas para alavancar recursos, mas também para

promover maior intercâmbio técnico e formulação conjunta de políticas voltadas ao desenvolvimento.

Considerando a ampliação dos recursos do FDCO, a experiência na formulação de políticas específicas para a Região Centro-Oeste acumulada pelo FCO e pela Sudeco e o porte do BNDES, com um olhar regional cada vez mais apurado, e levando em conta o papel indutor de investimentos privados representado pelo crédito, espera-se que o ciclo de crescimento apresentado pela região tenda a se manter e, possivelmente, se ampliar, sobretudo se a crescente interação entre esses atores for promovida e intensificada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. *Decreto 6.047*, de 22 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm>. Acesso em: 9 jul. 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.sudeco.gov.br/pdco>>. Acesso em: 1º jul. 2014.

_____. Ministério da Integração Nacional. *Relatório de Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, Exercício 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/documents/10157/175907/RGF_2013_versao_final.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

BURNS, V. *Distribuição espacial dos recursos do BNDES em um contexto de redução das desigualdades regionais*. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Departamento de Economia, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11174/1/2012_VictorAlexanderContaratoBurns.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2014.

CASTRO, C. N. *A agropecuária na Região Centro-Oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros*. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. *Pesquisa Industrial Anual*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2012/defaultempresa.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. *Estatística da Produção Agrícola 2012*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. *Estatística da Produção Pecuária 2012*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/producaoagropecuaria/lspa/default.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

_____. *Contas Nacionais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2009/default.shtm>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

MARQUES, F. Centro-Oeste passa Nordeste e lidera expansão do crédito. *Valor Econômico*. 15 abr. 2013. Caderno Finanças. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3086012/centro-oeste-passa-nordeste-e-lidera-avanco-do-credito>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

NETO, A.; GOMES, G. *Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste: recursos públicos em ação*. Brasília: Ipea, 2000. (Texto para discussão, n. 712).

Sites consultados

CNPQ – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – <www.cnpq.br>.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – <www.embrapa.br/embrapa-no-brasil>.

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – <www.mec.gov.br>.

2

Apoio à agropecuária sustentável e à inclusão socioprodutiva na Região Centro-Oeste

MARCELO PORTEIRO CARDOSO

GERALDO SMITH

RODRIGO CESAR CARDOSO

JOAQUIM PEDRO CORDEIRO

PAULO FERNANDES MONTANO

RESUMO

Este capítulo procurou apontar as ações de inclusão socioprodutiva rural e urbana na Região Centro-Oeste, de acordo com os principais pontos estratégicos da atuação da Área Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS) do BNDES. São abordados os pontos de convergência entre a atuação da AGRIS e as diretrizes do governo federal para buscar a diminuição da pobreza no Brasil. Para cumprir seu propósito, neste artigo, foram analisadas as ações realizadas, as que estão em desenvolvimento e as em perspectiva, notadamente no financiamento de investimentos na agricultura familiar, no agronegócio em geral, no cooperativismo de crédito e de produção e na inclusão socioprodutiva urbana.

ABSTRACT

This chapter sought to highlight efforts aimed at rural and urban social and production inclusion in the Central-West Region, in accordance with the main strategic points in efforts made by the Agriculture, Cattle-Raising and Social Inclusion Division (AGRIS) at the BNDES. Discussion focuses on where the role of AGRIS and the federal government's guidelines meet in order to reduce poverty in Brazil. To fulfill its purpose, this article analyzes efforts made, those still being developed and those in perspective, notably to finance investments in family farming, general agribusiness, credit and production cooperatives, as well as urban social and production inclusion.

INTRODUÇÃO

O agronegócio no Brasil tem uma expressiva participação na economia do país e representou aproximadamente 22,8% do Produto interno Bruto (PIB) em 2013, de acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), contribuindo para que o país ocupe notável posição mundial na produção agroindustrial: primeiro produtor mundial de café, cana, açúcar e laranja; segundo produtor mundial de soja; e primeiro exportador mundial de carne bovina e de aves.

Além dessa expressiva participação no PIB, o agronegócio cria aproximadamente 37% de todos os empregos do país e responde por aproximadamente 39% das exportações, também conforme informações da CNA.

Por ser o agronegócio uma atividade de capital intensivo, que exige máquinas e equipamentos, insumos caros e sofisticados e crescente emprego de tecnologia, necessita de acesso aos recursos financeiros adequados e tempestivos.

Nesse ambiente do agronegócio, a Região Centro-Oeste do país tem a economia agropecuária baseada na produção de lavouras temporárias e pecuária de grande porte. Os estados do Centro-Oeste foram detentores do maior volume de produção e da maior área de cultivo na última safra recorde de grãos de 2012-2013.

Foram 20,6 mil hectares cultivados, resultando em 77,6 milhões de toneladas de produtos, aponta a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O volume representa 38,6% da área cultivada e 41% do total de grãos produzidos no Brasil.

Historicamente, o BNDES tem fortes laços com o Centro-Oeste, tendo concentrado esforços para alavancar o agronegócio da região. Para esse fim, no período de 2010 a 2013, desembolsou mais de R\$ 1 bilhão por meio dos programas agropecuários do governo federal, e, desse volume, cerca de R\$ 360 milhões foram destinados à recuperação de pastagens.

UM OLHAR PARA A REGIÃO: DEMOGRAFIA E O PERFIL DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Demografia

A comparação dos dados dos dois censos demográficos mais recentes (2000 e 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permite constatar que a Região Centro-Oeste, entre 2000 e 2010, apresentou um crescimento perto de 26% em sua população, tendo a população urbana crescido cerca de 24% e a rural, 2%. Observa-se, na Tabela 1, que o aumento da população rural ocorreu somente nos estados do Mato Grosso do Sul (6,3%) e de Mato Grosso (6,9%).

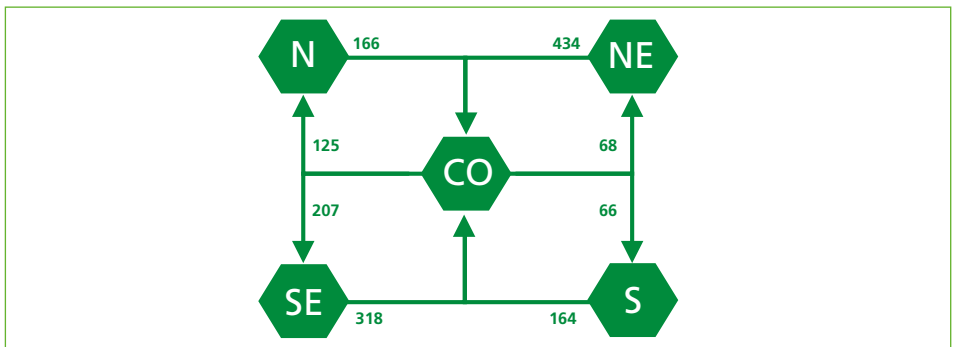
TABELA 1 População

		2000	Distribuição (%)	2010	Distribuição (%)	Varição (%)
MS	Urbana	1.747.106	84,1	2.097.238	85,6	20,0
	Rural	330.895	15,9	351.786	14,4	6,3
MT	Urbana	1.987.726	79,4	2.482.801	81,8	24,9
	Rural	516.627	20,6	552.321	18,2	6,9
GO	Urbana	4.396.645	87,9	5.420.714	90,3	23,3
	Rural	606.583	12,1	583.074	9,7	(3,9)
DF	Urbana	1.961.499	95,6	2.482.210	96,6	26,5
	Rural	89.647	4,4	87.950	3,4	(1,9)
Região	Urbana	10.092.976	86,7	12.482.963	88,8	23,7
	Rural	1.543.752	13,3	1.575.131	11,2	2,0
	Total	11.636.728		14.058.094		25,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

O IBGE aponta que, na década 2000-2010, a Região Centro-Oeste do país apresentou intensa movimentação de pessoas: 1,1 milhão de pessoas saíram de outras regiões para se fixar no Centro-Oeste, ao mesmo tempo em que cerca de 466 mil habitantes deslocaram-se da região. O Diagrama 1 mostra os destinos dessa movimentação.

DIAGRAMA 1 Movimentação da população (em mil pessoas)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados dos censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE.

Agropecuária

A agropecuária da Região Centro-Oeste está, basicamente, apoiada na exploração das lavouras temporárias, principalmen-

te de grãos e oleaginosas, e na pecuária de grande porte. Essas atividades concentram 92% dos valores agropecuários, conforme Tabela 2.

TABELA 2 Valor da produção (em R\$ mil)

Tipo de produção	Brasil	%	Centro-Oeste	%
Vegetal – lavouras temporárias	77.250.132	47,31	16.861.081	58,80
Animal – de grande porte	31.392.589	19,22	9.574.914	33,39
Animal – aves	10.492.358	6,43	729.390	2,54
Animal – de médio porte	5.193.541	3,18	579.779	2,02
Vegetal – horticultura	4.374.604	2,68	329.222	1,15
Vegetal – lavouras permanentes	25.519.793	15,63	262.481	0,92
Vegetal – silvicultura	5.662.270	3,47	160.991	0,56
Animal – pequenos animais	1.138.002	0,70	91.074	0,32
Vegetal – extração vegetal	1.258.495	0,77	47.744	0,17
Vegetal – floricultura	632.857	0,39	22.438	0,08
Agroindústria	376.329	0,23	16.339	0,06
	163.290.970		28.675.453	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Os destaques relativos à produção das lavouras temporárias são os grãos – soja (42% da produção brasileira) e milho (17%) –, a cana-de-açúcar – que participa com cerca de 13% da produção – e o cultivo do algodão – que representa 68% da produção nacional (Tabela 3).

A importância da produção de soja da região pode ser percebida pelos números da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), os quais sinalizam que, no período de janeiro de 2013 a setembro de 2013, o Brasil exportou 40,6 milhões de toneladas de soja e beneficiou no processamento interno cerca de 40,9 milhões de toneladas, totalizando uma produção de 81,5 milhões de toneladas [Conab (2013)]. Ainda de acordo com dados da Conab, a Região Centro-Oeste foi responsável por 38,1 milhões de toneladas de produção (46,7% da produção brasileira de soja).

TABELA 3 Valores das produções das lavouras temporárias (em R\$ mil)

Produtos da lavoura temporária	Brasil	Centro-Oeste	Participação (%)
Soja em grão	19.745.500	8.399.306	42,5
Cana-de-açúcar	22.575.258	2.859.545	12,7
Milho em grão	13.440.535	2.381.346	17,7
Algodão herbáceo	3.396.319	2.321.234	68,3
Arroz em casca	4.128.047	206.562	5,0
Feijão	2.726.607	163.593	6,0
Mandioca	3.809.261	151.929	4,0

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Interessante destacar que a área destinada ao plantio de grãos na região, no comparativo entre as safras 2011-2012 e 2012-2013, foi a que apresentou maior crescimento, com um avanço de 9,6%, como apontado pela Tabela 4. Em contrapartida, a quantidade produzida cresceu apenas 9,0% mostrando que houve uma pequena redução (0,6%) no desempenho.

TABELA 4 Comparativo de área, produtividade e produção de grãos – produtos selecionados,* safras 2011-2012 e 2012-2013

	Área (mil ha)			Produtividade (kg/ha)			Produção (mil t)		
	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)
N	1.795,9	1.874,6	4,4	2.760	2.936	6,4	4.956,0	5.503,2	11,0
NE	7.331,7	7.329,4	0,0	1.700	1.675	(1,5)	12.466,7	12.278,4	(1,5)
CO	18.828,9	20.644,7	9,6	3.781	3.760	(0,6)	71.196,7	77.615,3	9,0
SE	4.878,9	4.963,2	1,7	4.051	4.078	0,7	19.764,7	20.241,0	2,4
S	18.049,8	18.529,6	2,7	3.203	3.856	20,4	57.814,1	71.455,9	23,6
Brasil	50.885,2	53.341,5	4,8	3.266	3.507	7,4	166.198,2	187.093,8	12,6

Fonte: Conab – Levantamento: set. 2013.

* Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (primeira e segunda safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (primeira, segunda e terceira safras), girassol, mamona, milho (primeira e segunda safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Justificando a diminuição da produtividade de grãos na região, ao examinar o desempenho dos principais produtos, observam-se, na Tabela 5, quedas de 2,6% e 1,8% na produtividade do milho e da soja, respectivamente.

TABELA 5 Produtividade (em kg/ha), safras 2011-2012 e 2012-2013

	Milho			Soja		
	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Variação (%)
N	2.902	3.166	9,1	3.027	2.954	(2,4)
NE	1.802	2.134	18,4	2.880	2.193	(23,9)
CO	5.880	5.725	(2,6)	3.036	2.981	(1,8)
SE	5.708	5.747	0,7	2.899	3.086	6,5
S	4.953	5.777	16,6	2.037	3.038	49,1
Brasil	4.808	5.115	6,4	2.651	2.938	10,8

Fonte: Conab – Levantamento: set. 2013.

De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), os Estados Unidos são os maiores produtores mundiais de milho, com alta produtividade média (por volta de 9.000 kg/ha a 10.000 kg/ha), e, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a produtividade da soja nos Estados Unidos é de 2,7 t/ha. Comparativamente, a produtividade na Região Centro-Oeste foi de 5,7 t/ha para as lavouras de milho e de 3,0 t/ha para a soja.

Ainda analisando a produtividade, a observação acerca da mecanização agrícola do país mostra que cerca de 16% da frota de tratores e colheitadeiras está alocada na região, volume significativamente inferior aos das regiões Sul e Sudeste (Tabela 6).

TABELA 6 Mecanização agrícola na Região Centro-Oeste

	Tratores (unidades)	%	Colheitadeiras (unidades)	%	Frota total (unidades)	%
Brasil	820.718		116.081		936.799	
Norte	26.868	3,3	2.092	1,8	28.960	3,1
Nordeste	62.444	7,6	9.430	8,1	71.874	7,7
Sudeste	256.912	31,3	23.249	20,0	280.161	29,9
Sul	347.008	42,3	62.053	53,5	409.061	43,7
Centro-Oeste	127.486	15,5	19.257	16,6	146.743	15,7

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Em relação à produção pecuária, a região apresentou um forte aumento dos rebanhos bovino e suíno. Segundo os dados dos censos agropecuários de 1995 e 2006, nesse período, o rebanho bovino da região cresceu 17% e o suíno 63%; no conjunto da produção nacional, esse crescimento foi de 15% e 12%, respectivamente. Além disso, como aponta a Tabela 7, observa-se que a concentração desses rebanhos na região é relevante em relação à totalidade do país: 34% do rebanho bovino brasileiro e 12% do rebanho suíno estão na região.

TABELA 7 Efetivo dos rebanhos bovinos e suínos (em cabeças)

	Brasil			Centro-Oeste			
	1995	2006	Variação (%)	1995	2006	Variação (%)	Participação (%)
Bovinos	153.058.275	176.147.501	15,1	50.766.496	59.616.953	17,4	33,8
Suínos	27.811.244	31.189.351	12,1	2.253.997	3.667.056	62,7	11,8

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Ainda sobre a pecuária, merece especial atenção a produção de leite, pois, no período de 2010 a 2012, a produtividade manteve-se em patamares intermediários (Tabela 8), justificados pelo emprego de tecnologia abaixo dos níveis das regiões mais produtivas, Sul e Sudeste (Tabela 9).

TABELA 8 Quantidade de leite produzido e participação na produção nacional

	2010		2011		2012	
	Quantidade (mil l)	Participação (%)	Quantidade (mil l)	Participação (%)	Quantidade (mil l)	Participação (%)
Brasil	30.715.460		32.096.214		32.304.421	
Norte	1.737.406	5,7	1.675.284	5,5	1.658.315	5,4
Nordeste	3.997.890	13,0	4.109.527	13,4	3.501.316	11,4
Sudeste	10.919.686	35,6	11.308.143	36,8	11.591.140	37,7
Sul	9.610.739	31,3	10.226.196	33,3	10.735.645	35,0
Centro-Oeste	4.449.738	14,5	4.777.064	15,6	4.818.006	15,7

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal (PPM).

TABELA 9 Emprego de tecnologia (em %)

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
	Estabelecimentos produtores					
Tanque para resfriamento	1,3	0,3	10,8	24,1	8,0	10,8
	Estabelecimentos produtores com mais de cinco vacas ordenhadas					
Ordenha mecânica	1,8	2,1	20,5	38,2	7,1	13,0
Inseminação artificial	2,6	3,5	9,6	22,3	4,7	7,6
Transferência de embriões	0,2	0,3	0,8	0,9	0,4	0,5

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

As informações expostas na Tabela 10 complementam o perfil do agronegócio na região e mostram que o Centro-Oeste não tem como característica a predominância da agricultura familiar. Em comparação com as demais regiões do país, observa-se que possui a menor concentração de estabelecimentos de agricultores familiares e o menor índice de agricultores habilitados para acessar a linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – índice que corresponde à estatística relativa às Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) válidas – e, também, possui o menor número de contratos de crédito no Pronaf (ano-safra 2012-2013, até 30 abr. 2013).

Percebe-se que existe uma concentração de cerca de 80% dos estabelecimentos de agricultores familiares da região nos estados de Goiás (41%) e Mato Grosso (39%), e 60% desses estabelecimentos estão habilitados para acesso ao crédito do Pronaf.

TABELA 10 Principais características da agricultura familiar

TABELA 10A Por região do país

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Número de estabelecimentos de agricultores familiares ¹	217.522	2.185.320	411.506	699.697	849.983	4.364.028
%	5,0	50,1	9,4	16,0	19,5	
DAPs válidas em 15 ago. 2013 ²	133.057	2.690.610	370.704	515.979	673.299	4.383.649
%	3,0	61,4	8,5	11,8	15,4	

continua

continuação

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
Número de contratos de crédito* do Pronaf ³	29.745	520.399	32.905	180.653	536.062	1.299.764
%	2,3	40,0	2,5	13,9	41,2	
Valor contratado* no Pronaf na safra 2012-2013 (R\$ mil) ³	714.241	1.591.754	581.638	2.497.338	7.985.419	13.370.390
%	5,3	11,9	4,4	18,7	59,7	
Número de assentados ⁴	134.171	310.382	405.605	44.588	36.161	930.907
%	14,4	33,3	43,6	4,8	3,9	

TABELA 10B Por estado da Região Centro-Oeste

	DF	GO	MS	MT	Região
Número de estabelecimento de agricultores familiares ¹	1.824	88.427	41.104	86.167	217.522
%	0,8	40,7	18,9	39,6	
DAPs válidas em 15 ago. 20132	3.046	46.616	22.482	60.913	133.057
%	2,3	35,0	16,9	45,8	
Número de contratos de crédito* do Pronaf ³	207	13.552	5.445	10.541	29.745
%	0,7	45,6	18,3	35,4	
Valor contratado* no Pronaf na safra 2012-2013 (R\$ mil) ³	5.546	257.984	153.908	296.803	714.241
%	0,8	36,1	21,5	41,6	
Número de assentados ⁴	709	21.318	28.584	83.560	134.171
	0,5	15,9	21,3	62,3	

Fonte: Elaboração própria.

¹ IBGE – Censo Agropecuário 2006. ² Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). ³ Banco Central do Brasil (Bacen).⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). *Até 30 de abril de 2013.

TABELA 11 Área utilizada pela agropecuária e pessoal ocupado

	Quantidade de estabelecimentos			Área utilizada (ha)		Média por estab. (ha)	Pessoal ocupado		
							Quantidade		Média por estab.
Brasil	Não familiar	809.369		253.577.343		313,3	4.245.095		5,2
	Agricultura familiar	4.364.028	84%	80.102.694	24%	18,4	12.323.110	74%	2,8
Centro-Oeste	Não familiar	100.476		96.000.530		955,5	478.987		4,8
	Agricultura familiar	217.522	68%	9.350.556	9%	43,0	530.937	53%	2,4

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2006.

Como pode ser verificado na Tabela 11, o tamanho médio dos estabelecimentos de agricultores familiares da região (43,0 ha) é muito maior do que a média dos estabelecimentos de agricultores familiares do país (18,4 ha). Essa característica pode ser explicada porque são considerados agricultores familiares aqueles detentores de propriedades de até quatro módulos fiscais.¹

Na região, os tamanhos dos módulos fiscais definidos para cada município são bastante variados (Tabela 12).

TABELA 12 Dimensões dos módulos fiscais

	Menor (ha)	Maior (ha)
GO	7	80
MS	15	110
MT	30	100

Fonte: Incra.

Com base nesses dados, pode-se dimensionar a distribuição dos municípios por limitação de tamanho para efeito de enquadramento como pequena propriedade ou estabelecimento de agricultor familiar (Gráfico 1).

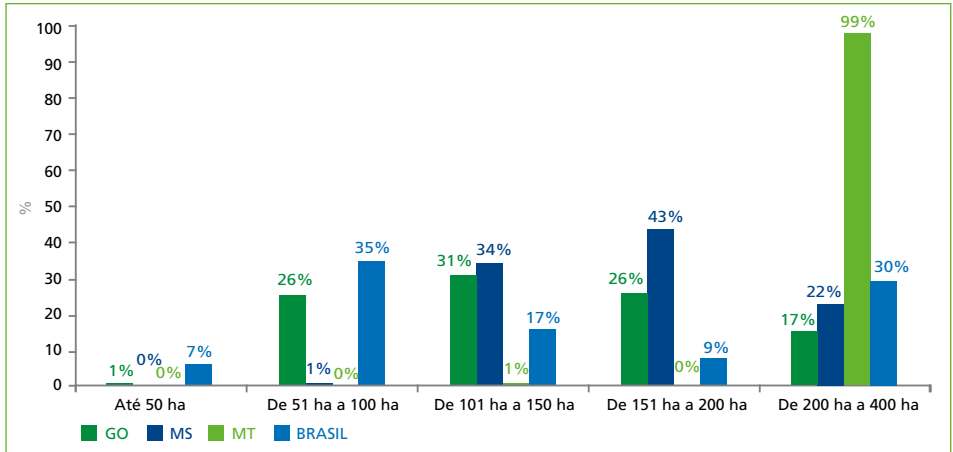
Com efeito, observa-se que a média brasileira concentra cerca de 35% das propriedades de agricultores familiares na faixa de 51 ha a 100 ha e 30% nas propriedades maiores (entre 200 ha e 400 ha). Em relação à região, o estado de Goiás mostra uma distribuição equilibrada nas definições de limitações do tamanho das propriedades de agricultores familiares, concentrando cerca de 80% nas faixas de 50 ha a 200 ha. No estado do Mato Grosso do Sul, as pequenas propriedades compreendem limitações superiores a 100 ha e, em Mato Grosso 99% das propriedades de agricultores familiares têm limites superiores a 200 ha.

¹ O módulo fiscal serve de parâmetro para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho, nos termos do Artigo 4º da Lei 8.629/93, e para delimitação dos beneficiários do Pronaf. O módulo fiscal de cada município foi fixado por diversos atos normativos e instruções especiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e cada módulo equivale a 10 ha.

A classificação dos tamanhos dos imóveis rurais é a seguinte:

- » minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo rural;
- » pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais;
- » média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e 15 módulos fiscais;
- » grande propriedade: imóvel rural de área superior a 15 módulos fiscais.

GRÁFICO 1 Distribuição dos municípios da região, por limitação de tamanho, para efeito de enquadramento como estabelecimento de agricultor familiar



Fonte: Incra.

PROGRAMAS DE CRÉDITO AGROPECUÁRIO DO GOVERNO FEDERAL OPERADOS PELO BNDES

O Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 foi lançado pretendendo atender às mais diversas demandas do agronegócio, como o aprimoramento das estruturas de armazenamento, mais recursos para o programa Agricultura Baixo Carbono (ABC), lançamento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) e incremento do Seguro Rural.

A Tabela 13 mostra o volume de desembolsos do BNDES para a região, no âmbito dos programas agropecuários do governo federal operacionalizados pelo Banco.

Neste Plano Agrícola e Pecuário, foi lançado o Inovagro, que tem como objetivo apoiar investimentos necessários à incorporação de inovação tecnológica nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade, à adoção de boas práticas agropecuárias e de gestão da propriedade rural e à inserção competitiva dos produtores rurais nos diferentes mercados consumidores.

TABELA 13 Financiamentos do BNDES para a Região Centro-Oeste por meio dos programas agropecuários do governo federal (em R\$ mil)

	Anos-safra				Total
	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014*	
ABC	114.274,17	111.623,79	95.806,93	37.740,14	359.445,04
Pronaf	42.305,75	38.882,26	33.901,79	15.036,76	130.126,57
Agronegócios em geral	161.413,34	193.159,95	62.760,28	104.640,17	521.973,74
Máquinas, implementos, irrigação e armazenagem	16.713,47	17.726,47	10.713,87	30.002,21	75.156,02
Soma	334.706,73	361.392,47	203.182,87	187.419,29	1.086.701,36

Fonte: BNDES-OPE – operações contratadas entre 1º jul. 2010 e 31 dez. 2013.

* Até 31 dez. 2013.

Outro importante programa de financiamento para a região, dada sua característica de grande produtora de grãos e oleaginosas, é o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), que tem por objetivo apoiar investimentos necessários à ampliação da capacidade de armazenagem por meio da construção e ampliação de armazéns. Nos estados de Mato Grosso, de Goiás e do Mato Grosso do Sul, responsáveis por mais de 40% da produção de grãos em 2012, as razões entre produção agrícola e capacidade estática² também eram relativamente elevadas, em torno de 1,5. Em 2013, a imprensa tem mostrado estoques de grãos sem armazenamento nos três estados do Centro-Oeste [Maia *et al.* (2013)].

Ainda de acordo com os exames de Maia *et al.* (2013), nesses estados, o predomínio da armazenagem a granel era ainda maior do que no Brasil. Em relação à propriedade, chama a atenção a situação de Mato Grosso, em que a parcela da capacidade estática pertencente a cooperativas era bastante reduzida. Nessas três unidades da federação, as fazendas e a zona rural – consideradas conjuntamente – respondiam por uma parcela significativa da capacidade estática. No Mato Grosso do Sul, por exemplo, a soma da parcela localizada em fazendas com aquela

² A capacidade estática mede quanto pode ser armazenado da produção em um momento do tempo.

relativa à zona rural era 73%, contra 49% no Brasil. Os estabelecimentos industriais e do comércio detinham, nos três estados do Centro-Oeste, percentuais da capacidade estática menores do que os verificados em nível nacional.

Além do PCA, outros programas do BNDES voltados à infraestrutura de armazenagem oferecem apoio aos produtores da Região Centro-Oeste e representam cerca de 17% do volume destinado aos financiamentos para esse segmento (Tabela 14).

TABELA 14 Financiamentos do BNDES voltados à armazenagem (em R\$ mil)*

Safra 2013-2014	CO	NE	NO	SE	S	Total
PCA	115.442	1.570	2.083	113.768	241.055	473.917
Cerealistas	37.320	32.584	-	36.334	491.303	597.540
PSI Rural	52.268	9.365	5.640	34.116	39.346	140.735
Total	205.030	43.519	7.723	184.218	771.704	1.212.193
%	16,9	3,6	0,6	15,2	63,7	

Fonte: BNDES-OPE – período de 1º jul. 2013 a 31 jan. 2014.

* Os valores da tabela referem-se aos financiamentos já contratados e àqueles que estão em fase de análise e aprovação.

No âmbito dos Programas Agropecuários do Governo Federal (PAGF), destaca-se, ainda, o financiamento à agricultura de baixo carbono, realizado através do ABC. Os financiamentos do BNDES, por meio do Programa ABC para a região Centro-Oeste representaram o maior volume, desde sua criação, no ano-safra 2010-2011, até o fim de 2013. E pelo menos a metade do valor total desembolsado nesse programa tem sido destinada aos projetos para recuperação de pastagens.

TABELA 15 Desembolsos regionais do BNDES por meio do Programa ABC (em R\$ mil)

Região	Safra 2011-2012	Safra 2012-2013	Safra 2013-2014	Total	%
CO	111.624	96.639	90.247	298.510	32,9
NE	10.310	8.494	7.400	26.204	2,9
N	31.319	19.647	25.395	76.362	8,4
SE	114.139	96.313	48.913	259.365	28,6
S	84.600	87.148	74.313	246.062	27,1
Total	351.993	308.242	246.268	906.503	

Fonte: BNDES-OPE – Desembolsos Programa ABC (safra 2011-2012 a 2013-2014).

Por fim, a Região Centro-Oeste responde por cerca de 6% do valor total aplicado no âmbito dos PAGF no período. Vale destacar que os números acima não refletem a totalidade do apoio ao setor agropecuário, pois uma parte significativa dos recursos de modernização em máquinas e equipamentos está sendo acessada por outras linhas de financiamento.

AÇÕES DO BNDES NO APOIO AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

As cooperativas de crédito são instrumentos muito importantes e, até, fundamentais na inclusão financeira e social. Essas entidades, além de realizar financiamentos, fomentam o desenvolvimento empresarial regional, fortalecem a união dos cooperados, promovem a geração de emprego e renda e têm como principal característica a oferta de crédito com juros mais baixos que a maioria dos bancos, ficando os recursos aplicados na cooperativa na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde está inserida.

A maior concentração de cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar se dá na Região Sul do país. Dessa forma, com o intuito de difundir a cultura cooperativista de crédito para outras regiões do país e propiciar acesso ao crédito às populações rurais, em 2012, o BNDES e o Sistema Cresol (Cooperativas de Crédito Cresol Baser e Cresol Central) assinaram, no âmbito do BNDES Fundo Social, contratos de colaboração financeira não reembolsável. A destinação dos recursos será para a promoção da inclusão produtiva por intermédio da expansão do crédito, do cooperativismo e da realização de investimentos coletivos, para o combate à pobreza rural destacadamente em Territórios da Cidadania, que são ambientes caracterizados por grande concentração de pessoas assistidas por programas sociais, alto índice de pobreza e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Os projetos preveem a implantação e/ou reestruturação de cinquenta cooperativas singulares ou postos avançados de atendimento, entre os quais 15 estão localizados na Região Nordeste, com o objetivo de ampliar o acesso ao microcrédito produtivo e às demais linhas de crédito do Pronaf para a população rural concentrada em Territórios da Cidadania do país, promovendo inclusão e educação financeira.

Além da ampliação da rede de atendimento, o projeto contempla a realização de investimentos coletivos, tais como obras civis, instalações em infraestrutura agropecuária, bem como aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, com objetivo de auxiliar os agricultores na produção e em seu armazenamento e transporte.

Como contrapartida social, o Sistema Cresol deverá operar as linhas de financiamento do Pronaf (preferencialmente o Grupo B, voltado para famílias de agricultores socialmente mais vulneráveis), com recursos repassados pelo BNDES.

As liberações de recursos para implantações e/ou reestruturações de unidades financiadoras no Centro-Oeste serão realizadas em 2014 e 2015 e, em um primeiro momento, serão direcionadas para os seguintes Territórios da Cidadania e localidades do Mato Grosso do Sul: Vale do Ivinhema – Ivinhema, Grande Dourados – Glória de Dourados, Vicentina e Juti.

INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA

Como afirmado no início deste capítulo, a AGRIS procura atuar na redução das desigualdades e no desenvolvimento regional por meio da inclusão produtiva de pessoas de baixa renda. Para tal, conta, entre outros instrumentos, com o BNDES Fundo Social, para realização de investimentos produtivos não reembolsáveis, e com o Programa BNDES Microcrédito, que tem como objetivo promover a economia popular por meio da oferta de recursos para instituições de microcrédito do país.

No que se refere ao Centro-Oeste, o grande desafio da AGRIS é o de ampliar o investimento social na região. Nesse sentido, existem diversas ações em andamento, sendo os principais destaques: atuação com parceiros, microcrédito e coleta seletiva.

Atuação com parceiros

O estabelecimento de parcerias foi a opção encontrada pela AGRIS para dar escala, com qualidade, ao investimento de recursos do BNDES Fundo Social. Para isso, vem estruturando estratégias de ação em conjunto com instituições que possuam capacidade de governança e gestão suficiente para executar projetos sociais com eficiência e transparência e tenham conhecimento e presença nos locais de atuação suficientes para fomentar e elaborar projetos que levem em conta as potencialidades e oportunidades locais, bem como respeitem a cultura e as tradições das populações envolvidas. A seguir, são citados alguns exemplos de relevância para a Região Centro-Oeste.

Visando apoiar a inserção de pequenos empreendimentos coletivos rurais de base familiar nos mercados institucional e privado de alimentos – Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo –, o BNDES e a Conab lançaram dois editais nacionais de apoio a pequenos projetos (até R\$ 50 mil) não reembolsáveis, voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização desses empreendimentos. Entre os projetos selecionados no primeiro edital, pouco mais de 10% estão localizados no Centro-Oeste.

Com uma parceria de abrangência nacional com o Instituto Votorantim, o BNDES está investindo recursos do BNDES Fundo Social no Mato Grosso do Sul (cinco projetos), em Goiás (seis projetos) e em Mato Grosso (quatro projetos). São exemplos os projetos: Produzindo Frutos e Arborizando a Região, que implantou um viveiro de mudas de árvores frutíferas do bioma

do Cerrado para a Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento 20 de março, em Três Lagoas (MS); Agroindústria Comunitária, que está estruturando uma agroindústria para o beneficiamento de frutas e fornecimento de vegetais para o mercado local de Niquelândia (GO); e Rede Leiteira da Baixada Cuiabana, que está fortalecendo o processo produtivo e a logística da Cooperativa Agropecuária Varzeagrandense, viabilizando a comercialização de derivados de leite dos agricultores familiares associados à cooperativa em Várzea Grande (MT).

Com formato semelhante, o BNDES estabeleceu parceria com o Instituto Camargo Corrêa para fornecer apoio estruturante não reembolsável a empreendimentos da economia solidária em todo o país, e cinco destes estão localizados na Região Centro-Oeste (três em Goiás, um em Mato Grosso e um no Mato Grosso do Sul). A título de exemplo, vale citar os projetos de: Nortelândia (MT), que possibilitou ao grupo Arte da Mata acessar uma plataforma de comercialização *on-line*; Bodoquena (MS), onde está sendo estruturada a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Região do Distrito de Morraria do Sul, que, após o fim do projeto, terá estrutura e capacidade de gestão necessárias para fornecer alimentos aos programas governamentais Pnae e PAA; e Catalão (GO) – projeto Tecendo Moda em Flor, que, por meio da estruturação da Associação Arte e Moda de Catalão, irá beneficiar cerca de sessenta mulheres costureiras e fortalecer a cadeia da confecção no município.

Por intermédio de uma parceria com a Fundação Banco do Brasil (FBB), o apoio não reembolsável do BNDES a grupos da economia solidária e a unidades familiares do Centro-Oeste foi bastante focado na agricultura familiar. São projetos em todos os três estados da região e no Distrito Federal, com destaque para a difusão das tecnologias sociais Balde Cheio – metodologia que congrega melhores práticas e melhorias de processos e que é capaz de aumentar a produtividade do gado e a qualidade do leite – e Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) – de im-

plementação barata, cerca de R\$ 12 mil por unidade implantada, e de comprovada eficácia em garantir segurança alimentar e fornecer renda com a comercialização do excedente produzido.

Outra iniciativa emblemática é o programa Terra Forte, que conta com a participação da Secretaria-Geral da presidência da República. Esse programa tem por objetivo apoiar e promover a agroindustrialização de assentamentos da reforma agrária em todo o país, sendo os beneficiários famílias de trabalhadores rurais em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Conta com recursos de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 150 milhões do BNDES Fundo Social, R\$ 20 milhões da FBB e R\$ 130 milhões dos demais parceiros – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Incra e Conab. O piloto do programa teve início em 2009, quando dez cooperativas da reforma agrária, a maioria assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), apresentaram ao BNDES as propostas para projetos de agroindustrialização. Naquele ano, foi formalizado protocolo de intenções entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e as cooperativas, visando à elaboração, à execução e à prestação de contas dos projetos. Essa experiência deu início ao programa Terra Forte. No edital do Incra de 2013, foram selecionados 138 projetos abrangendo todo o território nacional, dos quais 34 são da Região Centro-Oeste.

Microcrédito

O BNDES atua nesse segmento através do Programa BNDES Microcrédito, que tem como objetivo promover a inclusão produtiva da economia popular, por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo e orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades de pequeno porte, visando incentivar a geração de trabalho e renda, a inclusão so-

cial, a complementação de políticas sociais e/ou a promoção do desenvolvimento local.

A concessão de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) aos empreendedores traz impactos positivos na renda e no emprego da região. O crédito adequado aos microempreendedores de baixa renda tem um efeito multiplicador na economia e nas condições sociais da região abrangida. No curto prazo, contribui para a geração de renda e, nos médio e longo prazos, dinamiza e potencializa a inserção de parcela informal da economia.

Segundo Conselho da Comunidade Solidária,

O microcrédito democratiza o acesso ao crédito, fundamental para a vida moderna, do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o País, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento [Barone *et al.* (2002, p. 11)].

Como uma ação transversal, o Banco está apoiando com recursos do BNDES Fundo Social o desenvolvimento e o fortalecimento da Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (ABCRED), presente em 12 estados, com 35 instituições associadas, das quais 21 possuem relacionamento com o BNDES.

Esse projeto objetiva, além da estruturação física da ABCRED e das instituições associadas, promover a autorregulação do segmento (vista como uma etapa intermediária para inserção no Sistema Financeiro Nacional); capacitar os gestores dessas instituições; e criar uma rede de microfinanças.

No Programa BNDES Microcrédito, destacam-se, na Região Centro-Oeste, as duas operações realizadas com a Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S.A. (MT Fomento), que possibilitaram, por meio de sua rede de agências e de agentes de crédito, o fornecimento de crédito a micro e pequenos empreendedores espalhados pelo estado e o apoio dado à Instituição de Crédito Produtivo Popular (Credimais), que fornece crédito a mi-

croempreendedores dos municípios de Rio Verde, Santa Helena, Montividiu, Jataí e Quirinópolis, todos em Goiás, e do município de Cuiabá, em Mato Grosso. No total, a Credimais, que já soma quatro operações com o BNDES, atende a uma área com cerca de 1 milhão de habitantes.

Coleta seletiva

Foi celebrada em julho de 2013, uma parceria entre o BNDES e o governo do Distrito Federal com o objetivo de promover a inclusão social e produtiva de catadores de materiais recicláveis, bem como gerar benefícios ambientais, a partir da implantação de um modelo integrado de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

Para tanto, serão combinados recursos do BNDES Fundo Social (50% do total), do governo do Distrito Federal e de parceiros. Esses recursos serão utilizados para a construção e equipagem de 12 centrais de triagem e de uma central de comercialização, além da capacitação de mais de 2 mil catadores e da constituição de um corpo técnico especializado que dará apoio às 11 cooperativas que serão beneficiadas e atuarão nas centrais de triagem.

O projeto prevê, também, o apoio às cooperativas não selecionadas para ocupação das centrais de triagem previstas. Dessa maneira, essas cooperativas serão inseridas no modelo integrado de gestão de resíduos sólidos no Distrito Federal.

São metas do projeto, em três anos, ampliar a população atendida pela coleta seletiva de 6% para 100% e aumentar o aproveitamento dos resíduos sólidos coletados, hoje em 1,8%, para 15%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visando ampliar sua atuação em áreas estratégicas para o desenvolvimento e a inclusão socioproductiva na Região Centro-Oeste, o BNDES tem constantemente buscado novas frentes de apoio, assim como novos parceiros. Ainda no Plano Safra 2013-2014, o

BNDES pretende começar a repassar recursos do Pronaf Microcrédito Produtivo Rural, também conhecido como Pronaf Grupo B, que possui taxas ainda mais reduzidas (0,5% a.a.), além de um bônus de adimplência de 25% do principal da dívida, tendo como público-alvo os agricultores familiares mais pobres. A entrada do BNDES nesse mercado é uma oportunidade para aumentar sua participação no financiamento à agropecuária familiar da região, que hoje é muito pouco representativa.

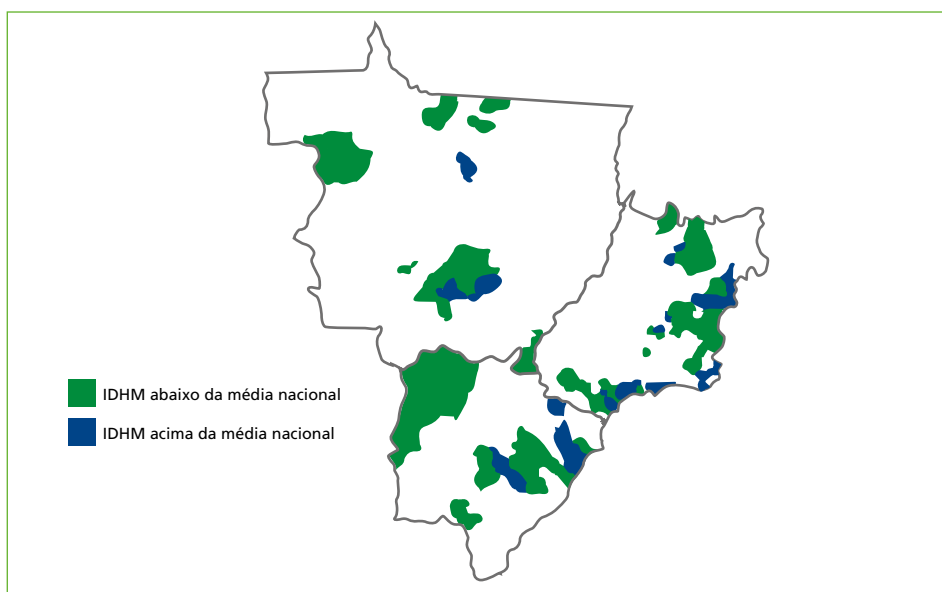
Outra iniciativa fomentada pelo BNDES e que deverá ter início em 2014 é um projeto em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). O Senar é uma instituição cuja missão é “realizar Educação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do País”, conforme *site* do Senar. A profissionalização do trabalhador rural e a oferta de atividades de promoção social no meio rural contribuem efetivamente para o aumento de renda, a integração e a ascensão social das pessoas por meio dos princípios de sustentabilidade, produtividade e cidadania, colaborando também para o desenvolvimento socioeconômico do país.

O projeto consiste na implantação de centros de excelência em educação profissional e assistência técnica rural, que têm como objetivo contribuir para a competitividade e o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro por intermédio da qualificação profissional de produtores e trabalhadores rurais, da capacitação de técnicos para atuar na assistência técnica rural, da formação de técnicos de nível médio e do incentivo à pesquisa, ao empreendedorismo e à inovação nas principais cadeias produtivas do agronegócio. Ressalte-se a grande carência de educação profissional no agronegócio existente hoje no Brasil, principalmente no Norte e no Nordeste.

De forma geral, com as formas de apoio e iniciativas atualmente em curso na Região Centro-Oeste, o BNDES tem conse-

guido apoiar projetos nos principais ramos de atuação da economia social de forma bastante diversificada, possibilitado que os recursos do BNDES Fundo Social e do BNDES Microcrédito cheguem a milhares de famílias, em diversas localidades. A Figura 1 mostra os municípios onde se encontram projetos apoiados com recursos do BNDES Fundo Social.

FIGURA 1 Municípios com projetos do BNDES no Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do BNDES.

A maioria dos projetos na região está localizada em municípios cujo IDH encontra-se abaixo da média nacional, indicador de que os recursos do BNDES Fundo Social estão, de fato, contribuindo para a redução das desigualdades no país.

REFERÊNCIAS

BARONE F. M. et al. Introdução ao microcrédito. *Conselho da Comunidade Solidária*. Brasília, 2002.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da safra brasileira – Grãos – Safra 2012/2013 – Décimo Segundo Levantamento*. Brasília: Conab, 2013. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_09_10_16_05_53_boletim_portugues_setembro_2013.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Dados Econômicos – Soja em números (safra 2012/2013)*. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 23 jan. 2014.

GLAT, D. A dimensão do milho no mundo. *Revista A Granja*, Porto Alegre, ed. 738, p. 6, jun. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

_____. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em: 9 mai. 2013.

_____. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010TI.asp>>. Acesso em: 7 mai. 2013.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Instrução Especial Incra 20*, de 28 de maio de 1980. Aprovada pela Portaria MA 146/80 – *DOU*, 12 jun. 1980, Seção I, p. 11.606.

MAIA, G. B. S. et al. Panorama da armazenagem de produtos agrícolas no Brasil. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, BNDES, n. 40, p. 178-179, dez. 2013.

Sites consultados

ANEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS – <<http://anec.com.br/pdf/sojaGraos2013.pdf>>.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – <<http://cepea.esalq.usp.br/imprensa/?page=340&id=5601>>.

SENAR – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – <<http://www.senar.org.br/missao-do-senar>>.

3

A atuação da Área Industrial do BNDES na Região Centro-Oeste

ARTUR YABE MILANEZ

BERNARDO HAUCH RIBEIRO DE CASTRO

DIEGO NYKO

FERNANDA MENEZES BALBI

JOÃO PAULO PIERONI

JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR

MAURICIO DOS SANTOS NEVES

RANGEL GALINARI

RICARDO RIVERA DE SOUSA LIMA

RESUMO

Este capítulo destaca alguns aspectos da atuação da Área Industrial do BNDES na Região Centro-Oeste. Optou-se por enfatizar a discussão prospectiva, uma vez que a elaboração de políticas de apoio ao desenvolvimento regional exige uma visão de futuro. O texto inclui temas que vão do setor cultural à tecnologia da informação, passando pela vocação inequívoca da região para o desenvolvimento do setor sucroenergético, que vem trilhando uma robusta trajetória de crescimento. Somam-se, ainda, a dinamização observada no setor de comércio e serviços e os investimentos realizados pelas indústrias tradicionais, configurando um quadro que ilustra a diversidade setorial do trabalho realizado pela Área Industrial.

ABSTRACT

This chapter focuses on some aspects of the efforts put forth by the BNDES' Industrial Division in the Central-West. Emphasis is on prospective discussions since designing support policies for regional development requires a vision of the future. The paper includes topics ranging from the cultural sector to Information Technology, as well as the region's clear vocation to develop the sugar-based energy sector, which has paved a path of robust growth. We also address the boom in the trade and services sector and the investments made by traditional industries, which provides an illustration of the sectorial diversity in the efforts carried out by the Industrial Division.

INTRODUÇÃO

A Área Industrial (AI) do BNDES pauta suas ações buscando conciliar a missão institucional do BNDES com a atuação em segmentos específicos da economia brasileira. Por meio de departamentos especializados em cadeias produtivas que extrapolam a definição de indústria de transformação,¹ essa área não só analisa projetos de investimentos de empresas que solicitam recursos financeiros ao BNDES, mas também adota uma postura

¹ A Área Industrial é dividida em sete departamentos, responsáveis por operações diretas das seguintes cadeias produtivas: (i) álcool e biocombustíveis; (ii) complexo industrial da saúde; (iii) bens de consumo, comércio e serviços; (iv) tecnologias da informação e comunicação; (v) economia da cultura; (vi) indústria metal-mecânica e de mobilidade; e (vii) indústria de bens de capital.

proativa, combinada com uma visão prospectiva dos setores que se encontram sob sua responsabilidade. Nesse sentido, a AI participa ativamente de políticas públicas e elabora linhas de financiamento que viabilizam o investimento em ativos estratégicos para o parque produtivo brasileiro. Ademais, fomenta o investimento das empresas, tendo como foco a agregação de valor ao produto nacional, a ampliação da capacidade de inovação, a geração de emprego, a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Como parte de uma ampla reflexão a respeito da visão e da atuação do BNDES no tocante ao equacionamento da questão regional do Brasil, o presente capítulo analisa a contribuição da AI para o desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste, ressaltando não apenas suas ações recentes, mas também sua visão a respeito dos desafios e oportunidades com os quais a região se depara.

O trabalho contém duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira tem como ponto de partida um panorama geral da atuação da AI na Região Centro-Oeste, no qual as informações sobre desembolsos revelam sua contribuição para o adensamento industrial, a redução das desigualdades intrarregionais e a diversificação da matriz produtiva desse amplo espaço geográfico.

Essa seção conta também com divisões dedicadas a um detalhamento da atuação setorial da AI no Centro-Oeste. Além de analisar os determinantes do apoio do BNDES a atividades econômicas específicas, as tendências e potencialidades da região são avaliadas. Abordam-se o adensamento da cadeia produtiva de automóveis, o crescimento da indústria farmoquímica, as perspectivas para a formação de um polo de tecnologias de informação e comunicação no Distrito Federal, as oportunidades para as atividades comerciais e de serviços advindas do fortalecimento do mercado consumidor local, a atratividade da região

para a instalação de indústrias tradicionais, o apoio a projetos culturais e as potencialidades do ecoturismo na região.

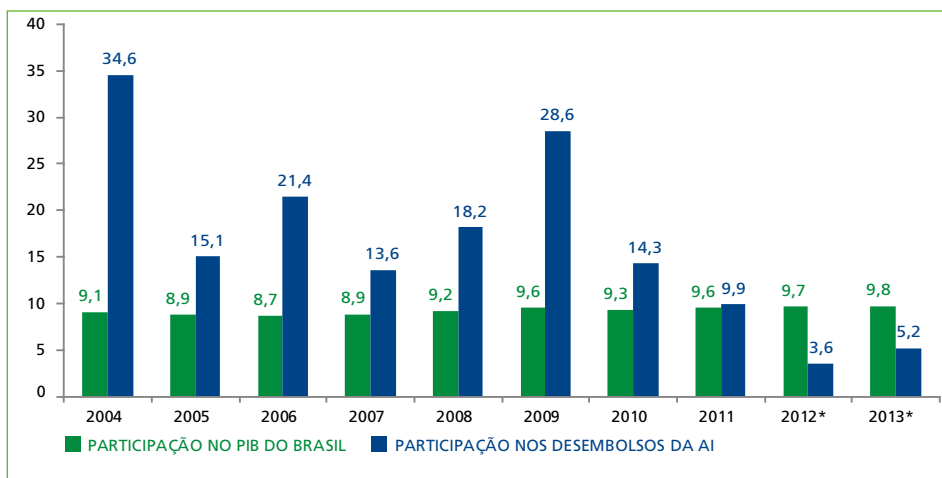
Embora o Centro-Oeste se encontre construindo as condições que poderão ser determinantes para a consolidação do processo de diversificação de sua matriz industrial, suas principais vantagens competitivas ainda são originadas dos ganhos de eficiência da produção agrícola local. Considerando esse fato, a segunda seção do presente capítulo é inteiramente dedicada às ações do BNDES para fortalecer um dos segmentos estratégicos do agronegócio da região: o setor sucroenergético. Destaca-se o apoio recente do BNDES à consolidação do Centro-Oeste como nova fronteira de expansão da cultura da cana-de-açúcar e da produção de bioetanol. O texto demonstra também a postura proativa da AI para a ampliação da competitividade setorial ao conceber produtos financeiros voltados ao fomento da produtividade e da inovação dos elos agrícolas e industriais da cadeia produtiva sucroenergética.

VISÃO GERAL DA ATUAÇÃO NO CENTRO-OESTE

Nos últimos dez anos, a AI concedeu financiamentos de cerca de R\$ 12,9 bilhões para empresas localizadas na Região Centro-Oeste do Brasil, com vistas a viabilizar projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos industriais, comerciais e de serviços em seu território.² Como demonstra o Gráfico 1, a AI vem contribuindo para a missão do BNDES de reduzir as disparidades regionais do Brasil. Na maior parte dos anos do intervalo 2004-2013, a participação do Centro-Oeste no total desembolsado pela AI superou a participação dessa região no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro – em média, aquela suplantou esta em 7,2 pontos percentuais.

² Em função de modificações recentes da estrutura organizacional do BNDES, o Departamento de Agroindústria foi transferido para a Área de Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS). Dessa forma, no presente estudo, as estatísticas referentes aos desembolsos da AI não contam com os valores dos financiamentos concedidos à indústria de alimentos processados.

GRÁFICO 1 Participação da Região Centro-Oeste no PIB brasileiro e nos desembolsos da Área Industrial do BNDES entre 2004 e 2013 (em %)



Fontes: BNDES; IBGE (2013).

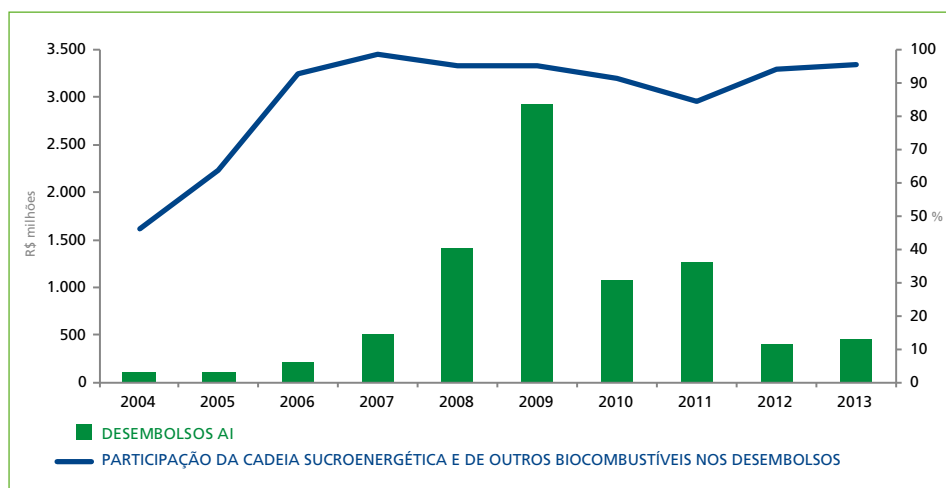
* Em função da indisponibilidade de dados, a participação regional no PIB de 2012 e de 2013 foi estimada.

Do total desembolsado no período, 37% foram destinados à ampliação de infraestrutura de telecomunicações, isto é, para empresas de telefonia fixa e móvel que operam na região. O restante foi utilizado por empresas dos demais ramos de atividade econômica sob a responsabilidade da AI. Ressalte-se que, ao contrário desses setores, cuja decisão de investir em uma região é baseada em fatores locais que contribuem para a competitividade de seus produtos no espaço geográfico regional, nacional ou internacional, a distribuição espacial dos investimentos das empresas de telecomunicação é, em grande medida, pautada por questões de ordem regulatória. Para retratar de maneira mais acurada os investimentos baseados em vantagens competitivas da Região Centro-Oeste, optou-se por prosseguir a análise excluindo o valor dos desembolsos para empresas de telecomunicação.

O Gráfico 2 apresenta os desembolsos anuais da AI para o Centro-Oeste no período 2004-2013, descontados os valores re-

lativos ao setor de telecomunicação. Os números não retratam tendências bem-definidas, mas sim flutuações típicas de ciclos de investimentos setoriais, haja vista a grande concentração dos desembolsos na cadeia sucroenergética e de outros biocombustíveis.

GRÁFICO 2 Evolução dos desembolsos da Área Industrial do BNDES para a Região Centro-Oeste*



Fonte: BNDES.

* Excluído para o setor de telecomunicações.

As informações vistas anteriormente revelam o apoio da AI a um importante *driver* do crescimento econômico recente do Centro-Oeste. Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) 2011, do IBGE, depois da fabricação de alimentos processados, a fabricação de biocombustíveis compõe o segmento mais importante da indústria de transformação da região, como demonstra o Gráfico 3.

O nível de detalhamento apresentado nas informações de desembolsos do BNDES é esclarecedor, porém insuficiente para representar as tendências de modificação do sistema produtivo da região, bem como as particularidades existentes em seu território. Para compensar essa falta, a Tabela 1 apresenta a dis-

tribuição dos desembolsos da AI por unidade da federação (UF) e setores selecionados. A riqueza desse exercício reside no fato de que os valores de financiamentos concedidos entre os anos 2004 e 2013 não só guardam correlação com a atual estrutura produtiva das distintas partes do território do Centro-Oeste, mas revelam também investimentos em setores que apresentam potencial de ganhar maior relevância econômica na região.

GRÁFICO 3 Valor da transformação industrial de segmentos da indústria de transformação da Região Centro-Oeste, 2011 (em R\$ milhões)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual 2011.

Os dados da Tabela 1 evidenciam que a maior parte dos projetos da cadeia sucroenergética e de biocombustíveis financiados pela AI se localiza nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, UFs onde a atividade se encontra em franca expansão. Interessante destacar que a atuação da AI também tem se mostrado relevante para a redução das desigualdades intrarregionais. Entre 2004 e 2013, a participação dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul nos desembolsos da AI para o Centro-Oeste superou a participação dessas UFs no PIB regional. Já o Distrito Federal, que responde por quase a metade do PIB da região, recebeu apenas 2,8% dos desembolsos.

TABELA 1 Distribuição intrarregional dos desembolsos da Área Industrial em setores selecionados, participação das UFs nos desembolsos e no PIB regional – 2004 a 2013 (em R\$ milhões)

Setor	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Região Centro-Oeste
Cadeia sucroenergética e de outros biocombustíveis	-	4.098	3.107	259	7.465
Comércio e outros serviços	186	149	22	76	434
Fabr. prod. farmoquímicos e farmacêuticos	-	90	-	-	90
Indústrias tradicionais de bens de consumo	3	0	6	59	69
Fabricação de máquinas e equipamentos	-	-	41	-	41
Tecnologias de informação e comunicação	40	0	-	0	40
Total UF e região	230	4.338	3.177	395	8.141
Part. UF nos desembolsos para a região (%)	2	53	39	4	100
Part. UF no PIB da região (%)	42	28	12	18	100

Fontes: BNDES; e IBGE (2013).

A Tabela 1 mostra também que no Distrito Federal a maior parte dos financiamentos foi direcionada a atividades comerciais e de serviços – o que é compreensível, dado o caráter essencialmente urbano da ocupação dessa UF, bem como sua vocação natural para o desenvolvimento de atividades terciárias. Por outro lado, como será visto mais detalhadamente, os fatores que determinaram os investimentos desses segmentos no DF também influenciaram o crescimento de atividades terciárias em outros estados da região.

Os dados revelam ainda o apoio da AI a um segmento que apresenta grande potencial de se desenvolver e promover a inovação via serviços no Centro-Oeste: as tecnologias da informação e comunicação (TIC). Como será visto em uma subseção específica, algumas peculiaridades da economia do Distrito Federal podem ser interpretadas como favoráveis ao desenvolvimento de um novo polo de TIC no Brasil.

Por fim, a Tabela 1 mostra também o apoio da AI a projetos do polo farmacêutico de Goiás, bem como aos investimentos das indústrias tradicionais de bens de consumo. Conforme será discutido, esses setores têm contribuído para a criação de emprego, para o fortalecimento do mercado consumidor local e para a diversificação da estrutura produtiva de alguns espaços sub-regionais do Centro-Oeste.

Como adiantado, as próximas subseções estão reservadas a um detalhamento do apoio da AI a segmentos específicos da economia da região. Mais do que retratar ações pretéritas, essas subseções têm como diretriz enriquecer a análise por meio de um olhar de futuro. Para tanto, abordam não só os setores que a longa data são apoiados pelo BNDES na região, mas também os de desenvolvimento recente e os que ainda estão por se desenvolver.

Indústria automotiva

Ainda que com raízes no Sudeste do Brasil, a indústria automotiva tem passado por um movimento de descentralização. Na busca por redução de custos de produção, novas plantas têm sido construídas em outras regiões do país. No Centro-Oeste, um destaque especial se dá a Goiás.

O estado sedia quatro fábricas voltadas ao setor automotivo, sendo três delas pertencentes a empresas de capital nacional. O grupo brasileiro Caoa, que produz veículos comerciais leves sob licença da coreana Hyundai Motors, está instalado em Anápolis (GO), terceiro maior município do estado. O grupo brasileiro Souza Ramos também produz comerciais leves, mas sob licença da japonesa Mitsubishi, além de montar também um jipe da japonesa Suzuki. Está instalado em Catalão (GO) e, recentemente, abriu nova planta em Itumbiara (GO). Por fim, a empresa norte-americana John Deere produz colheitadeiras de cana e pulverizadores também em Catalão (GO).

Talvez se aproveitando da grande vocação ao agronegócio, Goiás tornou-se um polo produtivo importante em comerciais leves.³ A partir de 1998, quando a planta da Mitsubishi começou a operar, a participação na produção desses veículos cresceu em termos relativamente constantes até se estabilizar em torno de 10% da produção nacional. A Tabela 2 mostra essa evolução.

TABELA 2 Participação de Goiás na produção nacional de veículos comerciais leves (unidades)

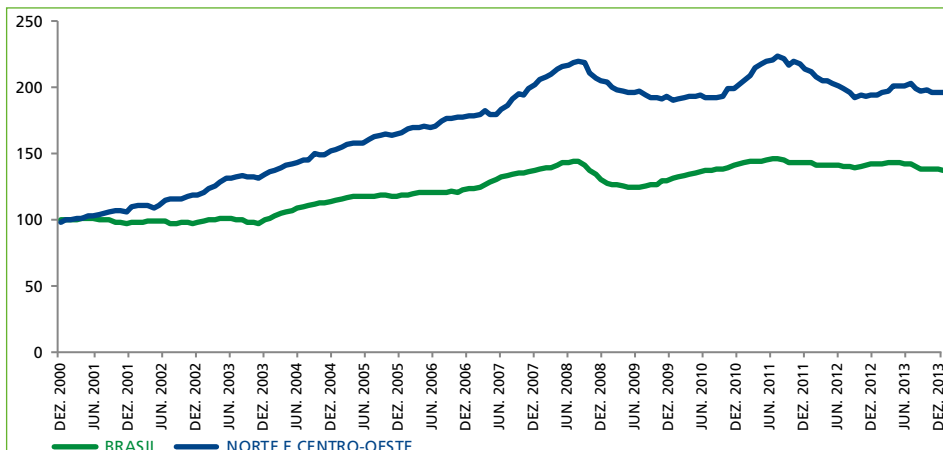
Ano	Hyundai Caoa	Mitsubishi	Total	Produção nacional de comerciais leves	Participação goiana na produção nacional (%)
1998		652	652	247.044	0,3
1999		3.098	3.098	176.994	1,8
2000		6.252	6.252	235.161	2,7
2001		8.571	8.571	214.936	4,0
2002		9.743	9.743	179.861	5,4
2003		11.767	11.767	216.702	5,4
2004		18.011	18.011	318.351	5,7
2005		20.153	20.153	365.058	5,5
2006		20.171	20.171	379.213	5,3
2007	2.983	25.844	28.827	412.520	7,0
2008	11.268	37.203	48.471	459.135	10,6
2009	6.814	32.429	39.243	449.896	8,7
2010	24.777	37.558	62.335	583.074	10,7
2011	38.635	39.441	78.076	656.682	11,9
2012	25.568	37.353	62.921	663.081	9,5
2013	35.117	43.101	78.218	779.049	10,0

Fonte: Elaboração própria, com base em Anfavea (2014).

A grande participação de Goiás na produção de comerciais leves foi acompanhada de crescimento em emprego e renda no setor automotivo. Apesar de não disponível apenas para a Região Centro-Oeste, possivelmente em decorrência de problemas de sigilo da informação, dados de IBGE (2013) apontam que as regiões Norte e Centro-Oeste tiveram um incremento no pessoal ocupado bastante superior à média brasileira, como mostra o Gráfico 4.

³ Comerciais leves são os veículos Peso Bruto Total (PBT) de até 3,5 toneladas. Incluem desde picapes pequenas até vans, furgões e utilitários esportivos.

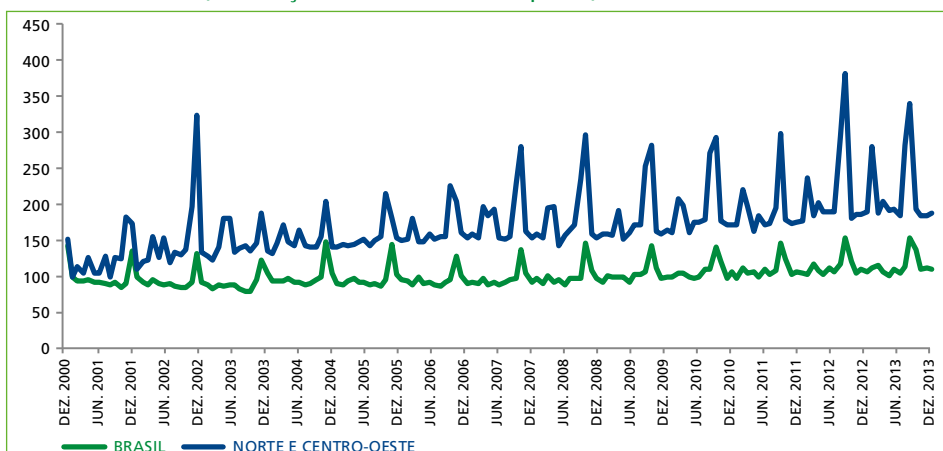
GRÁFICO 4 Variação do pessoal ocupado assalariado (fabricação de meios de transporte)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário. Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (base: janeiro de 2001=100).

Quanto à folha de pagamento real por trabalhador, há também um descolamento entre as regiões Norte e Centro-Oeste e a média brasileira, conforme mostra o Gráfico 5.

GRÁFICO 5 Variação da folha de pagamento real por trabalhador (fabricação de meios de transporte)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário. Índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal (base: janeiro de 2001=100). Obs.: O IBGE não disponibiliza os dados com ajuste sazonal para esta variável.

INVESTIMENTOS RECENTES

O crescimento do setor automotivo no Centro-Oeste é notório e tem estimulado grandes investimentos das empresas ali instaladas. A Mitsubishi anunciou uma ampla modernização de sua planta em Catalão (GO), com uma nova linha de pintura e nova fábrica de motores, além da nacionalização dos modelos Lancer e ASX. A expectativa é de dobrar sua capacidade produtiva para 100 mil veículos por ano, com investimentos que podem chegar a R\$ 1,1 bilhão.

Conforme afirma Silva (2011)

a Mitsubishi do Brasil é a única empresa do grupo japonês que opera independentemente, sem a participação da matriz, que apenas fornece componentes para montagem dos veículos e recebe royalties pela transferência de tecnologia.

O Grupo Caoa investiu cerca de R\$ 600 milhões para a fabricação local do modelo ix35. Até então, fabricava o modelo Tucson e o caminhão HR, desde 2007, e o caminhão HD78, desde 2011. “Com isso, a capacidade produtiva total cresceu de 62 mil para 86 mil unidades/ano, 24 mil só do ix35, em dois turnos de trabalho”, como afirma Kutney (2013).

Os recentes investimentos não só mostram um potencial de aumento na participação das empresas do Centro-Oeste na produção brasileira, como também indicam uma mudança de perfil em decorrência de incentivos como o Programa BNDES Proengenharia e o Regime Automotivo (Inovar-Auto).

O Inovar-Auto estabelece redução de impostos para empresas que se comprometam a fabricar no Brasil e desenvolver atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e engenharia localmente. Já o BNDES Proengenharia prevê condições de financiamento especiais para empresas que desenvolvam tais atividades no Brasil.

As montadoras do estado de Goiás têm trabalhado na constituição de núcleos de engenharia em suas fábricas. Espera-se

que, com o passar dos anos, tais núcleos evoluam a ponto de ser possível projetar um veículo localmente.

Nesse sentido, no ano de 2014, o BNDES financiou os investimentos em engenharia local para a produção do modelo ASX pela Mitsubishi em Catalão (GO), no valor de R\$ 17,2 milhões.

O adensamento das atividades de engenharia e a nacionalização dos modelos devem se constituir em uma boa oportunidade para a instalação de fabricantes de autopeças, consolidando o polo automotivo na região.

Indústria farmacêutica

A Região Centro-Oeste é atualmente bastante representativa na oferta de produtos farmacêuticos no mercado brasileiro – o estado de Goiás é o segundo maior polo produtor de medicamentos genéricos do país, atrás apenas de São Paulo. A atração de investimentos foi induzida, basicamente, por incentivos fiscais criados ainda na década de 1980.

O principal destaque da região encontra-se no Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), em Goiás. Com a presença de mais de vinte laboratórios farmacêuticos, o polo responde por aproximadamente 30% do volume de unidades vendidas de medicamentos genéricos no Brasil e emprega diretamente mais de 8 mil pessoas. Mais recentemente, as principais empresas da região vêm atraindo a atenção das maiores farmacêuticas nacionais e multinacionais: em 2009, a Hypermarchas adquiriu a Neoquímica e a Pfizer comprou parte do Laboratório Teuto. Tais aquisições levaram um conjunto maior de investimentos para a região e atraíram um número expressivo de empresas de distribuição de medicamentos, que se utilizam do acesso logístico facilitado e dos incentivos fiscais ainda existentes.

Por sua vez, Brasília também tem buscado se tornar um novo polo para atração de empresas na área da saúde. A cidade já

possui uma unidade da União Química e recebeu, em 2013, a transferência de uma planta produtiva da Medley.

O BNDES possui mais de R\$ 90 milhões em operações contratadas com a indústria farmacêutica na Região Centro-Oeste. Os principais projetos foram voltados para o desenvolvimento de novos medicamentos genéricos e para a ampliação de capacidade produtiva, aproveitando o crescimento recente do mercado farmacêutico brasileiro, acima de dois dígitos, e a consolidação dos medicamentos genéricos como alternativa acessível ao consumidor. Duas operações de destaque nesse sentido foram realizadas com as empresas Neoquímica e Geolab.

Para os próximos anos, o BNDES tem como principal prioridade a ampliação dos investimentos em inovação nas empresas ligadas ao Complexo Industrial da Saúde brasileiro, fator fundamental para a elevação da competitividade da indústria nacional. Nesse contexto, a Região Centro-Oeste tem a oportunidade de realçar seu já relevante papel no mercado farmacêutico do país, adicionando a função de importante polo de desenvolvimento de novos medicamentos.

Tecnologias da informação e comunicação (TIC)

Do ponto de vista do formulador de políticas públicas, as TIC devem ser observadas sob dois prismas: o do uso das tecnologias de informação no setor produtivo e pela sociedade – gerando ganhos de produtividade, inclusão digital etc.; e das indústrias que produzem, desenvolvem e prestam serviços nesse setor – proporcionando investimentos diretos, empregos e adensamento produtivo e tecnológico.

Os serviços de telecomunicações têm forte relevância no primeiro desses papéis. Embora os desembolsos nesse segmento representem uma grande fatia dos recursos destinados pelo BNDES, estimulando o avanço da oferta de banda larga no Centro-Oeste, optou-se por não torná-lo objeto de análise desse documento

pelo fato de a motivação desses investimentos estar mais ligada a questões regulatórias do que ao papel indutor do BNDES.

Outrossim, dada a pungência do setor de agronegócios na região, também tem grande relevância a utilização das TIC como ferramenta de produtividade e qualidade no campo, seja no rastreamento de animais, na agricultura de precisão, na gestão de fazendas, seja em outras aplicações. Para apoiar a difusão de tecnologias como essas, o BNDES tem financiado a aquisição de tecnologias tanto por meio do Cartão BNDES como pelo Prosoft Comercialização.

No outro prisma – a oferta de bens TIC –, é possível segmentar as indústrias em três grandes áreas: (i) equipamentos (*hardware*); (ii) componentes (microeletrônica, *displays* etc.); e (iii) *software*.

A Região Centro-Oeste não tem tradição histórica nos dois primeiros segmentos, nos quais a produção, no país, se concentra nas regiões Sudeste, Sul e Norte (Zona Franca de Manaus). A construção de uma indústria de *hardware* e componentes se depara com barreiras de entradas não desprezíveis e, considerando o processo de concentração global produtiva, a pulverização de esforços no país, em um contexto de acirramento de competição global, não é desejável.

Por outro lado, a despeito do baixo desembolso do BNDES no setor de *software*, para além da oportunidade do agronegócio, há espaço para o fortalecimento da indústria local de *software* com vistas ao governo federal. A Região Centro-Oeste possui o segundo maior mercado de *software* e serviços de TI no Brasil em 2013 (13% do total em relação a 64% do Sudeste) [Abes (2012)], todavia respondeu por apenas 3% dos desembolsos do Cartão BNDES, entre 2004 e 2013, para financiamento à comercialização de *software*. Essa diferença se justifica em grande parte pelo tamanho da participação do governo federal no mercado total da região, considerando que o Poder Executivo não é usuário do Cartão BNDES.

A regulamentação do Poder de Compra Público (Lei 12.349/10) pelo Decreto 8.186/2014 abriu uma nova perspectiva para o setor. Por meio dessa base normativa, a aquisição de *software* e serviços de TI desenvolvidos no país pelas três esferas de governo passou a ter margem de preferência de até 18% em relação aos respectivos pares não desenvolvidos no Brasil. Segmentos como a segurança cibernética e *software* livre (no qual o governo federal representa mais de 70% do mercado brasileiro), por exemplo, são candidatos naturais de desenvolvimento da indústria no Centro-Oeste.

Indústrias tradicionais

Por razões históricas, atividades da indústria associada à produção agropecuária (sobretudo alimentos e bebidas) ainda representam mais da metade do valor adicionado pela indústria de transformação da Região Centro-Oeste, segundo dados do IBGE – PIA Empresa 2011. Com a expansão da fronteira agrícola para o Cerrado na segunda metade do século passado, a região criou as bases para a atração de investimentos em indústrias voltadas ao beneficiamento e à transformação de insumos produzidos pela agropecuária, contexto no qual surgiram importantes polos agroindustriais, como os de Rondonópolis (MT), de Rio Verde (GO) e de Anápolis (GO).

Em anos recentes, apesar de a dinâmica econômica da região ainda ser muito dependente do agronegócio, sua matriz industrial vem demonstrando tendência à diversificação. Além da implantação das indústrias automobilística e farmacêutica, o Centro-Oeste também tem se beneficiado do crescimento de alguns segmentos da indústria tradicional. Fatores como as políticas ativas de atração de investimentos, a oferta de mão de obra relativamente barata, a acumulação de capital proporcionada pelas atividades primárias e a consolidação do mercado consumidor local têm colocado parte do Centro-Oeste na rota do processo de

desconcentração espacial da indústria brasileira, como verificado por Sabóia (2013). Esse autor usa como exemplo a mesorregião leste do Mato Grosso do Sul (formada pelas microrregiões de Cassilândia, Parnaíba, Três Lagoas e Nova Andradina), cuja economia tem reduzido sua dependência da produção de *commodities* agroindustriais, dado o crescimento local de alguns segmentos da indústria tradicional, como a fabricação de produtos têxteis, de vestuário, de produtos de couro, de plástico etc.

Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ilustram bem o crescimento recente da indústria tradicional na região: entre os anos de 2002 e 2012, o emprego formal nos setores dedicados à fabricação de produtos têxteis, de calçados, de produtos de borracha, fumo e couro praticamente dobrou. Esses setores vêm se mostrando importantes para o Centro-Oeste não apenas pela geração de postos de trabalho, mas também por contribuir para a redução das desigualdades em seu território. Enquanto, no ano de 2002, um total de 41 municípios empregava pelo menos cem pessoas nessas indústrias, em 2012, esse número chegou a 75.

Como visto na segunda seção deste capítulo, a Área Industrial do BNDES tem apoiado esse processo. Nos últimos dez anos, desembolsou cerca de R\$ 70 milhões para projetos de instalação, expansão e modernização das indústrias tradicionais do Centro-Oeste.

Cabe destacar que, caso a região mantenha os incentivos que vem atraindo essas indústrias para seu território, nos próximos anos poderá se beneficiar das oportunidades de emprego que essas atividades tipicamente oferecem.⁴ No entanto, a manutenção desses benefícios demandará, em um futuro não muito distante, mais do que os tradicionais mecanismos de atração de

⁴ Por serem intensivas em trabalho, as indústrias tradicionais geralmente empregam um grande contingente de pessoas. Na Região Centro-Oeste, por exemplo, elas foram responsáveis por mais de 100 mil empregos no ano de 2012, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

investimentos são capazes de oferecer. Nesse momento, os investimentos em ativos intangíveis deverão, invariavelmente, constar na agenda do Centro-Oeste, e soluções como o Programa de Apoio a Investimentos em Design, Moda e Fortalecimento de Marcas (BNDES Prodesign) serão fundamentais.

Comércio e serviços

Apesar de a Região Centro-Oeste ser a menos populosa do país,⁵ o bom desempenho de seus indicadores socioeconômicos em anos recentes é sugestivo das oportunidades e potencialidades de investimentos em atividades comerciais e de serviços para o atendimento das crescentes demandas locais.

No período 2001-2010, o PIB do Centro-Oeste apresentou uma das maiores taxas de crescimento entre as grandes regiões brasileiras, superando também o desempenho da economia nacional – enquanto o PIB brasileiro cresceu, em média, a uma taxa de 3,6% a.a., o do Centro-Oeste cresceu 4,7% a.a. (Ipeadata). Além disso, a região vem apresentando sensível melhoria na redução da pobreza e na distribuição de renda: entre os anos de 2001 e 2012, sua taxa de pobreza⁶ passou de 25,2% para apenas 6,7%; sua renda domiciliar *per capita* cresceu 59% em termos reais e seu Índice de Gini passou de 0,598 para 0,531, segundo informações do Ipeadata. Um dos efeitos dessa melhoria de condições sociais na região foi o crescimento do poder de compra da população e, por conseguinte, a dinamização do mercado consumidor local.

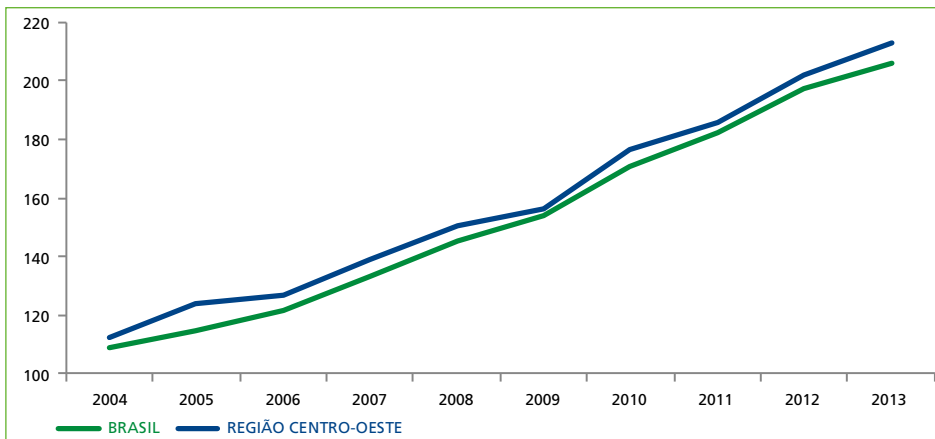
Conforme demonstra o Gráfico 6, nos últimos dez anos, as vendas do comércio varejista no Centro-Oeste acompanharam a tendência brasileira, crescendo, porém, sempre acima da média nacional. Como consequência, a participação da região no valor adicionado pela atividade comercial no país passou de 7,3% para

⁵ A região conta com cerca de 14 milhões de habitantes, o que corresponde a 7,4% da população do Brasil, segundo o IBGE – Censo Demográfico 2010.

⁶ Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar *per capita* inferior à linha de pobreza.

9,1% entre os anos de 2002 e 2011, segundo dados do IBGE – Contas Regionais do Brasil.

GRÁFICO 6 Índice de base fixa do volume de vendas do comércio varejista – Brasil e Região Centro-Oeste (2002=100)



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (PMC).

Nota: O indicador regional foi obtido por meio da média dos índices dos estados publicados pela PMC, a qual foi devidamente ponderada pelo Valor Adicionado Bruto dos Estados (Contas Regionais do Brasil). Para os anos de 2012 e 2013, foram utilizados os ponderadores de 2011.

Em meio a esse processo de expansão, a AI apoiou diversos projetos de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nos últimos dez anos, por meio do Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços e do Departamento de Economia da Cultura, a AI desembolsou cerca de R\$ 435 milhões para essas atividades na Região Centro-Oeste. Tais recursos foram investidos em diversos municípios, com vistas à implantação, ampliação e reforma de hipermercados, supermercados, drogarias, livrarias, lojas de departamentos, magazines, lojas especializadas em artigos esportivos, roupas, produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Foram empregados também em projetos de *shopping centers*, como o Iguatemi, o ParkShopping e o Taguatinga no DF, e em empreendimentos hoteleiros nos municípios de Campo Grande e Cuiabá.

Considerando que não há razão para imaginar, em um futuro próximo, uma sensível deterioração do quadro econômico da região, as perspectivas para as atividades comerciais e de serviços desenvolvidas em seu território são positivas. Uma evidência desse fato é a reformulação da estratégia das grandes redes de comércio e do setor de *shopping center* que, reconhecendo a força do mercado consumidor do interior do Brasil, vem elegendo as cidades médias e as capitais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste como lócus privilegiado para seus projetos futuros de expansão.

Cultura

Há quase duas décadas o BNDES apoia a cultura brasileira, com recursos reembolsáveis e não reembolsáveis de forma direta e indireta. O apoio ao Centro-Oeste concentra-se em projetos de patrimônio cultural, com recursos não reembolsáveis, como os de preservação do patrimônio histórico e de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Dentre esses últimos, destaca-se o projeto “Imagens da Memória – Preservação da Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros”, de preservação e acesso à coleção audiovisual do indigenista Jesco von Puttkamer, do Centro Cultural Jesco Puttkamer, uma instituição mantida pela Sociedade Goiana de Cultura da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Considerado o maior acervo audiovisual do mundo sobre a história dos povos da Amazônia,⁷ seus principais doadores foram pesquisadores, documentaristas, fotógrafos e cinegrafistas

⁷ Sabe-se da existência de outros acervos que abordam de forma ampla a temática indígena na Região Amazônica, como o da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Museu do Índio. Todavia, o acervo Jesco von Puttkamer destaca-se pelo ineditismo e a raridade, não só pela amplitude dos registros (são 62 povos retratados), e também pelo extenso período ininterrupto de pesquisa, de 1957 até 1994. Sua relevância se comprova com seu reconhecimento pela United Nations Organization for Education, Science and Culture (UNESCO) como patrimônio nacional e, depois, como patrimônio da América Latina e Caribe.

que estiveram presentes como colaboradores da instituição por longos anos, inclusive a coleção de Jesco von Puttkamer.

Será executada a digitalização de imagens fixas inéditas resultando na produção de matrizes digitais em alta resolução, disponíveis ao público por meio de um *software* de gerenciamento totalmente desenvolvido no Brasil. Esta ferramenta possibilitará a busca de qualquer trecho de imagens fixas e em movimento a partir de *drives* de leitura do material e robótica de armazenamento, com rapidez e segurança de acesso.

Outra inovação no processo será a participação efetiva de representantes de grupos indígenas para o enriquecimento do conteúdo dos dados catalogados. A participação não só contribuirá para a qualidade das informações inventariadas como também subsidiará essas comunidades no esforço de preservação e fortalecimento de suas tradições, além de resgatar a partir das imagens e sons do acervo, elementos rituais e culturais já perdidos.

Turismo

Na Região Centro-Oeste, o turismo de negócios predomina sobre os demais, uma vez que a maior parte dos viajantes que se dirige para a mesma tem como destino o Distrito Federal⁸ – unidade da federação onde as atividades relacionadas à administração pública geram demanda turística superior à proveniente do seu rico patrimônio cultural e arquitetônico. Por outro lado, os ativos naturais do Centro-Oeste colocam em perspectiva o desenvolvimento de práticas relacionadas ao ecoturismo – segmento de atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, que incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

⁸ Segundo dados do Ministério do Turismo, em 2012, o Distrito Federal respondeu por 65,9% do total de desembarques de voos domésticos na Região Centro-Oeste e por 99,7% dos internacionais.

O Brasil é internacionalmente reconhecido como um país de grande potencial para a prática do ecoturismo. Segundo World Economic Forum (2011), apesar de não se posicionar bem no índice geral de competitividade turística (52ª posição no *ranking* global), o país ocupa a primeira colocação do *ranking* de potencial turístico baseado em riquezas naturais.

Se a biodiversidade destaca o Brasil em termos mundiais, a existente no território do Centro-Oeste o coloca em condição privilegiada. A região abriga parte de três grandes biomas existentes no país, a saber, o Bioma Amazônia, Cerrado e o Pantanal – este último reconhecido como Patrimônio Natural da Humanidade desde 2000. Nesses ambientes, localizam-se áreas onde as belezas naturais vêm atraindo crescente interesse de turistas, como a região de Bonito-Serra da Bodoquena (MS) e os Parques Nacionais do Pantanal (MT), da Chapada dos Guimarães (MT), da Chapada dos Veadeiros (GO) e das Emas (GO). Não obstante, estatísticas apontam que o quadro atual do turismo de lazer no Centro-Oeste encontra-se aquém de seu potencial.

Segundo o Ministério do Turismo, no ano de 2012, a Região Centro-Oeste (exclusive o DF, onde prevalece o turismo de negócios) foi responsável por apenas 0,01% dos desembarques internacionais de passageiros no país, e por 4,4% do total de desembarques nacionais. Estatísticas sobre o emprego no setor turístico são igualmente sugestivas. Segundo Ipea (2013), os estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul responderam, no ano de 2011, por apenas 4,3% do total do emprego formal em Atividades Características do Turismo (ACT)⁹ do país.

A despeito dessa conjuntura as expectativas para o turismo na região são positivas. A exposição das belezas naturais do Brasil durante os grandes eventos esportivos pelo país (Copa do

⁹ Segundo Ipea (2013), as ACT incluem atividades de alojamento; alimentação; transporte terrestre; transporte aquaviário, transporte aéreo; locação de automóveis; agências de viagens; cultura; e lazer.

Mundo de 2014 e Olimpíada de 2016), associada ao crescente interesse por atividades esportivas e contemplativas em meio à natureza, sugere que nos próximos anos a prática do ecoturismo no país deverá se expandir. Para se beneficiar economicamente desse processo, sem comprometimento de seus ativos ambientais, a infraestrutura turística do Centro-Oeste demandará investimentos voltados a sua ampliação e modernização. Para fazer face a esse desafio, o BNDES dispõe de diversos produtos que poderão dar suporte ao desenvolvimento sustentável das atividades turísticas na região. Para o caso da infraestrutura hoteleira, por exemplo, há o BNDES Finem – Comércio e Serviços, um produto que estimula empreendimentos ambientalmente sustentáveis, já que prevê a redução de taxas em financiamentos de edificações que recebem certificado de eficiência energética.

A ATUAÇÃO DO BNDES E A EXPANSÃO DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO CENTRO-OESTE

Ao contrário do que por vezes se imagina, o bioetanol de cana-de-açúcar faz parte da matriz energética brasileira há quase oito décadas. O uso do bioetanol como aditivo à gasolina foi introduzido no Brasil em 1931. Seu nível de mistura situou-se em torno de uma média de 7,5% até 1975, quando o primeiro choque do petróleo exigiu uma ampliação de seu uso, a fim de reduzir as importações de petróleo, o que culminou com a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool).

Entre outras medidas, o Proálcool fixou metas de produção e paridades de preço entre o bioetanol e o açúcar, de forma a incentivar a oferta do produto. Em 1979, em razão de novo aumento de preços do petróleo, o Proálcool foi ampliado, com o estabelecimento de estímulos para o uso de bioetanol hidratado em motores adaptados ou especialmente fabricados para tal. Como consequência, a produção de bioetanol cresceu de 0,6 bilhão de litros em 1975 para quase 12 bilhões de litros em 1985 [BNDES e CGEE (2008)].

A partir de 1986, com a redução continuada dos preços do petróleo, os incentivos estatais à produção e ao consumo de bioetanol foram sendo gradativamente retirados, o que foi concluído apenas em 1999. Nesse novo contexto, os preços do bioetanol passaram a ser negociados livremente entre distribuidoras e produtores. Continuou em vigor, porém, o mandato oficial de mistura do bioetanol anidro à gasolina, que atualmente se situa em 25%. Como resultado, a produção brasileira manteve-se relativamente estagnada até 2004.

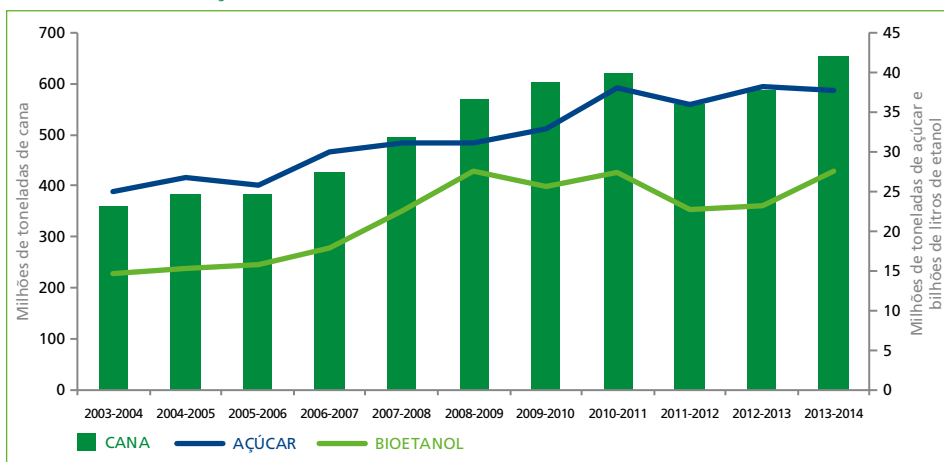
Contudo, com o advento dos motores flexíveis, em meados de 2003, acrescentou-se um importante estímulo para o setor. Em função de sua rápida popularização, os veículos flexíveis atingiram rapidamente quase 90% das vendas de veículos leves brasileiros. Como resultado, já há pouco mais de 20 milhões de unidades em circulação pelo país. Esse número representa mais de 60% da frota brasileira de veículos leves, o que gera uma grande demanda potencial por bioetanol.

Para atender à demanda potencial crescente, grandes investimentos foram realizados na última década. O setor sucroenergético, cuja moagem girava em torno de 360 milhões de toneladas de cana na safra 2003-2004, moeu 650 milhões de toneladas na safra 2013-2014. Esse crescimento de 80% na moagem refletiu-se em aumento dos volumes produzidos de açúcar e bioetanol que, respectivamente, cresceram 51% e 87% no mesmo período. Em termos de volume, foram produzidos 37,7 milhões de toneladas de açúcar e 27,5 bilhões de litros de bioetanol na última safra. O Gráfico 7 mostra a evolução da moagem de cana e da produção de açúcar e bioetanol na última década.

No mesmo período, foram construídas mais de cem novas usinas, das quais a maior parte entrou em operação na segunda metade da década passada. Esse novo ciclo de investimentos da indústria da cana não mais se restringiu às áreas tradicionais de produção, como o estado de São Paulo. Nos últimos dez anos, o

setor sucroenergético espalhou-se para outras regiões do Brasil, notadamente o Centro-Oeste, que passou a ser a nova fronteira de expansão agrícola da cana-de-açúcar.

GRÁFICO 7 Evolução da produção de cana-de-açúcar, bioetanol e açúcar entre as safras 2003-2004 e 2013-2014



Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis no site UnicaData.

Centro-Oeste: a nova fronteira agrícola

Como visto, entre as safras 2003-2004 e 2013-2014, foram acrescentadas 290 milhões de toneladas à moagem de cana do setor sucroenergético. Desse crescimento, cerca de 30% advieram de investimentos na Região Centro-Oeste. A Tabela 3 mostra a evolução da moagem de cana e dos volumes produzidos de bioetanol e açúcar nos estados do Centro-Oeste e no Brasil.

Com base na Tabela 3, pode-se observar que, quanto à moagem de cana, o crescimento da Região Centro-Oeste foi quase três vezes superior ao apresentado em todo o Brasil. Nesse mesmo período, o crescimento do volume produzido de bioetanol no Centro-Oeste superou em mais de três vezes o crescimento da produção nacional de bioetanol. Por sua vez, o volume de açúcar

produzido no Centro-Oeste teve crescimento 2,3 vezes superior ao crescimento da produção nacional dessa *commodity*.

TABELA 3 Evolução da produção de açúcar e bioetanol nos estados do Centro-Oeste

Produto	Estado	2003-2004	2013-2014	Crescimento no período (%)
Cana (em milhões de toneladas)	Goiás	13	62	377
	Mato Grosso	14	17	21
	Mato Grosso do Sul	9	41	356
	Total Centro-Oeste	36	120	233
	Total Brasil	359	653	82
Etanol (em bilhões de litros)	Goiás	0,6	3,9	550
	Mato Grosso	0,8	1,1	38
	Mato Grosso do Sul	0,5	2,2	340
	Total Centro-Oeste	1,9	7,2	279
	Total Brasil	14,7	27,5	87
Açúcar (em milhões de toneladas)	Goiás	0,7	1,9	171
	Mato Grosso	0,6	0,4	(33)
	Mato Grosso do Sul	0,4	1,4	250
	Total Centro-Oeste	1,7	3,7	118
	Total Brasil	24,9	37,7	51

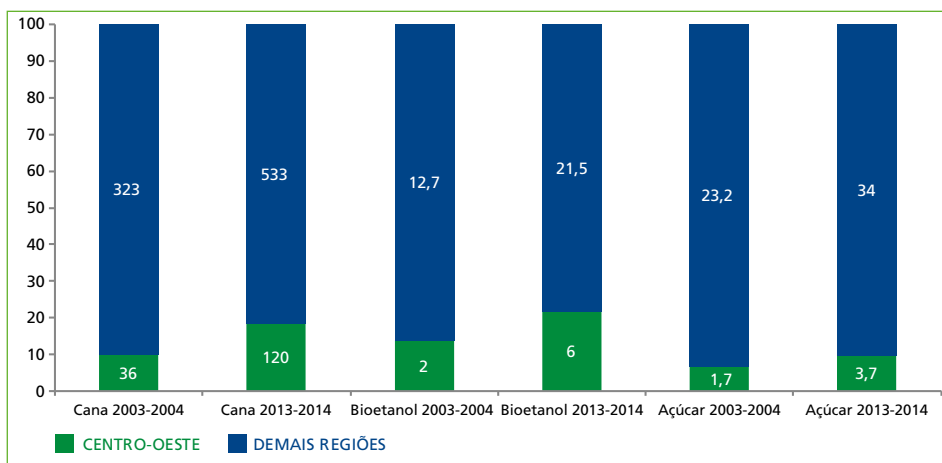
Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis no site UnicaData.

Como complemento, o Gráfico 8 mostra o aumento de participação da Região Centro-Oeste na moagem total do Brasil. Em uma década, essa participação aumentou quase duas vezes, o que alçou o Centro-Oeste ao segundo lugar no *ranking* das regiões que mais produzem cana no Brasil, superando o Nordeste e ficando atrás apenas do Sudeste.

É importante ressaltar que a mesma tendência é observada quando se leva em conta o volume produzido de bioetanol e açúcar. No primeiro caso, tanto o crescimento quanto a participação no total produzido no Brasil foram superiores aos indicadores referentes à cana. Já no segundo caso, os resultados foram inferiores aos observados na produção de

cana e de bioetanol. Essa situação deriva da geografia da Região Centro-Oeste que, por questões logísticas, tem vocação energética, ou seja, concentra-se na produção de etanol e de eletricidade. A produção de açúcar é maior nas regiões Sudeste e Nordeste, que estão mais próximas dos portos e, portanto, têm melhores condições para exportar.

GRÁFICO 8 Evolução da participação da Região Centro-Oeste na moagem de cana do Brasil (em %)



Fonte: Elaboração própria, com base em dados disponíveis no site UnicaData.

O apoio do BNDES à indústria sucroenergética da Região Centro-Oeste

O BNDES vem pautando sua atuação no setor sucroenergético por cinco diretrizes principais, quais sejam:

1. ampliação da capacidade de produção;
2. incentivo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico;
3. potencialização de externalidades positivas;
4. estímulo à sustentabilidade socioambiental; e
5. contribuição para formação de um mercado internacional de bioetanol.

A primeira diretriz diz respeito à atividade precípua do BNDES, que é a de prover recursos de longo prazo para ampliação do nível de produção da indústria brasileira. O investimento no setor sucroenergético provoca relevantes impactos econômicos à jusante e o montante da cadeia de produção, o que justifica a prioridade que o Banco vem atribuindo ao tema. Nesse aspecto, a história recente do setor sucroenergético reflete-se na história do apoio do Banco ao setor. Com o significativo crescimento dos investimentos ao longo da última década, o BNDES também ampliou seu apoio, como evidenciam os dados da Tabela 4, que apresenta os desembolsos da AI e de operações indiretas (contratadas no BNDES via agentes financeiros) para o setor sucroenergético.

TABELA 4 Crescimento dos desembolsos do BNDES para o setor sucroenergético – Centro-Oeste e Brasil (em R\$ milhões)

	2004	2013	Crescimento (%)
Goiás	59	555	838
Mato Grosso	3	79	2.410
Mato Grosso do Sul	4	493	11.655
Centro-Oeste	66	1.127	1.594
Brasil	603	6.888	1.043

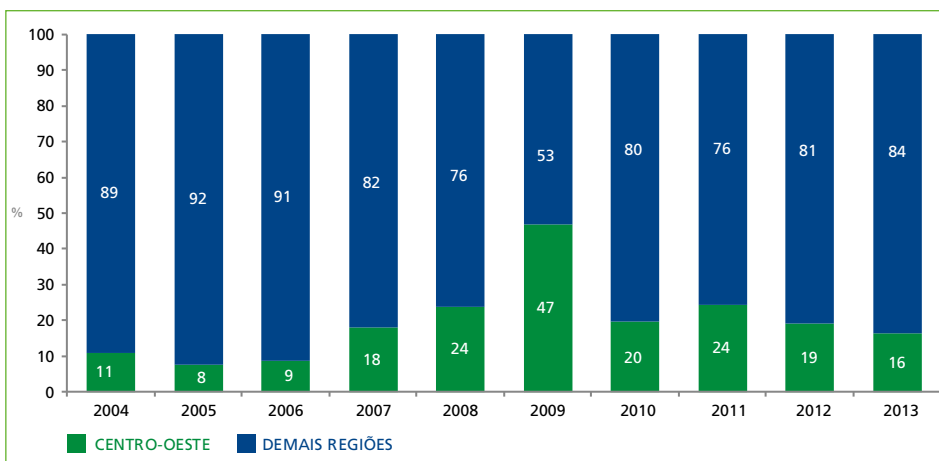
Fonte: BNDES.

Na verdade, o crescimento verificado foi ainda mais intenso do que o sugerido na Tabela 4. Na safra 2008-2009, momento em que os investimentos da indústria sucroenergética atingiam seu ápice, os desembolsos destinados a empreendimentos da Região Centro-Oeste foram de quase R\$ 3 bilhões. Quando esse valor é comparado com aquele desembolsado em 2003, nota-se um crescimento de 4.396%. Depois de 2009, tanto os desembolsos totais quanto os desembolsos para a Região Centro-Oeste apresentaram queda até 2012, recuperando-se em 2013.

Essa mesma inflexão pode ser verificada no Gráfico 9, quando são observados comportamentos distintos da participação

da Região Centro-Oeste nos desembolsos totais do BNDES para o setor. Até 2009, foram realizados enormes investimentos em novas usinas e em reformas e ampliações de usinas antigas. Contudo, a crise financeira de 2008-2009 gerou fortes impactos negativos no setor, que ainda estão sendo sentidos. Desde então, o setor retraiu os investimentos em ampliação de capacidade produtiva, afetando mais que proporcionalmente a Região Centro-Oeste, onde as novas usinas estavam sendo construídas.

GRÁFICO 9 Evolução da participação da Região Centro-Oeste nos desembolsos anuais do BNDES para o setor sucroenergético



Fonte: BNDES.

Para reverter esse cenário, ajudando a recuperar a competitividade setorial, o BNDES vem atuando de maneira proativa. Primeiramente, o apoio a investimentos em P&D tecnológico da agroindústria do etanol vem recebendo atenção crescente. Exemplos foram a criação do Programa Conjunto de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico (PAISS) e do Programa Conjunto de Apoio à Inovação Tecnológica Agrícola do Setor Sucroenergético (PAISS Agrícola).

Em segundo lugar, vislumbra-se, para o curto e o médio prazo, a incorporação de novas biomassas à agroindústria da cana-de-açúcar, o que permitiria às usinas estenderem o tempo de processamento industrial para além da safra, que hoje chega a oito meses (de abril a novembro). Em diversas áreas do Centro-Oeste, por exemplo, há grande potencial para integrar o milho às usinas que processam a cana-de-açúcar. De fato, verifica-se forte compatibilidade técnica e econômica nessa integração, o que poderia aumentar sobremaneira a produtividade do bioetanol, bem como a atratividade de novos investimentos.

Por fim, vale mencionar dois programas setoriais que são os responsáveis pelo aumento dos desembolsos no último ano: o BNDES Prorenova e o BNDES PASS. Enquanto o primeiro destinou-se à renovação e à ampliação dos canaviais, o segundo financia a estocagem do bioetanol de modo a garantir o abastecimento do país na entressafra.

A edição 2013 do BNDES Prorenova teve desempenho aproximadamente 90% superior ao de 2012, alcançando uma carteira total de R\$ 2,7 bilhões em financiamento. Esse apoio foi responsável pela renovação de 431 mil ha de cana (37% superior a 2012) e pela ampliação da área plantada em 207 mil ha (138% superior a 2012). Dessa forma, o BNDES contribuiu para a recuperação da produtividade do canavial, que sofreu com adversidades climáticas nas duas últimas safras e com a baixa renovação, decorrente da crise financeira pela qual as usinas vêm passando. Essa contribuição é vital para as unidades do Centro-Oeste, onde os novos empreendimentos enfrentam condições edafoclimáticas desfavoráveis, consideravelmente diferentes daquelas encontradas no Sudeste.

O BNDES PASS, por sua vez, teve desempenho bem acima das edições anteriores. Com orçamento total de R\$ 1 bilhão, esse programa contratou cerca de R\$ 970 milhões em 2013, ou 97% do total disponível. Na edição de 2012, por exemplo, enquanto o orçamento do programa foi de R\$ 2,5 bilhões, sua carteira atingiu

apenas R\$ 135 milhões. O BNDES PASS também tende a ter maior importância para as usinas do Centro-Oeste que, como visto, estão focadas na produção de etanol e energia elétrica.

Em síntese, em meio a essas mudanças estruturais na organização industrial do setor sucroenergético e às vicissitudes conjunturais dos últimos anos, o BNDES vem moldando sua atuação setorial, especialmente no que se refere à recuperação da competitividade setorial. Se bem-sucedidas em seu conjunto, essas ações do BNDES contribuirão significativamente para a retomada dos investimentos do setor, os quais deverão ocorrer na nova fronteira de expansão agrícola: o Centro-Oeste brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda marcada por fortes raízes em atividades agrícolas, a Região Centro-Oeste vem paulatinamente construindo as condições que poderão determinar sua transição para uma economia baseada na indústria e em serviços complexos.

Atraída, a princípio, pelos ganhos de produtividade da agricultura, a indústria processadora de alimentos instalou-se em pontos estratégicos do Centro-Oeste e contribuiu para a dinamização de seu mercado de trabalho. Mais recentemente, em função de fatores como seu robusto crescimento econômico e a concessão de incentivos fiscais, a região tem se mostrado competitiva para a atração de investimentos de uma diversidade de atividades. Entre elas, encontram-se indústrias tradicionais de bens de consumo, setores difusores de progresso técnico, a exemplo das indústrias farmacêutica e automotiva, e atividades estratégicas para o país, como a produção de biocombustíveis.

À medida que esse processo se aprofunda, a possibilidade de adensamento de cadeias produtivas na região torna-se mais evidente. Nesse sentido, caso o ciclo virtuoso de desenvolvimento da região persista, é de se esperar que, em um futuro próximo, ela também se mostre competitiva para abrigar empresas de setores

como o de bens de capital (sobretudo voltadas ao agronegócio), de fertilizantes e de autopeças, tornando sua economia não apenas mais complexa como também mais propensa a inovar.

A região conta também com peculiaridades que poderão contribuir para o seu desenvolvimento econômico. Seu rico patrimônio cultural e arquitetônico ainda é relativamente pouco explorado pela indústria do turismo. A biodiversidade presente em seu território lhe confere oportunidades ímpares para a prática do ecoturismo e para a obtenção de insumos de alto valor agregado para a indústria de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Os atributos urbanos de Brasília – como o elevado padrão educacional de sua população, a qualidade da sua infraestrutura de ensino e de comunicação, associados ao grande poder de compra do aparato público lá instalado – constituem-se terreno fértil para sua consolidação como base de exportação de serviços empresariais intensivos em conhecimento (Seic)¹⁰ para a indústria do Centro-Oeste.

Por outro lado, desenvolver no Centro-Oeste uma estrutura produtiva diversificada, inovadora, integrada às cadeias e mercados nacionais e internacionais vai depender também da apropriada oferta de crédito e de investimentos que garantam a melhoria de sua infraestrutura de transportes, de comunicação e do nível educacional de sua população. Além de dispendiosa e complexa, a implementação dessas tarefas depende, em grande medida, da ação e da interlocução de diversos atores públicos e privados.

Entre eles está o BNDES, que por meio de seus diversos departamentos busca contribuir para o desenvolvimento dos espaços regionais do Brasil. Nesse sentido, a AI cumpre um papel estratégico. Sua visão prospectiva invariavelmente resulta na criação de instrumentos financeiros que viabilizam investimen-

¹⁰ Cada vez mais reconhecidos como estratégicos, dada a capacidade de fomentar a inovação, a produtividade e a agregação de valor aos produtos das atividades industriais, os Seic são formados por serviços como as TIC, os serviços tecnológicos, de engenharia, de *design*, de *marketing* etc.

tos voltados à ampliação da competitividade setorial e regional. Como visto neste trabalho, a economia do Centro-Oeste vem se beneficiando desse processo – o exemplo mais contundente é a recente onda de modernização de sua agroindústria sucroenergética, viabilizada por programas como o PAISS, o PASS e o Prorenova. Em um futuro próximo, esses benefícios deverão se ampliar. Para superar os obstáculos à modernização e diversificação da indústria do Centro-Oeste, os agentes locais poderão contar como o apoio das diversas linhas gerais de financiamento do BNDES, além de programas com foco específico, como o Proengenharia, o Prosoft e o Prodesign.

REFERÊNCIAS

- ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE. *Mercado brasileiro de software – panoramas e tendências 2013*. São Paulo, 2012.
- ANFAVEA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. *Anuário da indústria automobilística brasileira*. São Paulo, 2014.
- BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL;
CGEE – CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (org.). *Bioetanol de cana-de-açúcar: energia para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: BNDES, 2008. Disponível em: <<http://www.bioetanoldecana.org/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET): Bases estatísticas Rais/Caged*. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- _____. Ministério do Turismo. *Dados e fatos – estudos, pesquisas e dados do setor de turismo*. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>>. Acesso em: 10 set. 2014.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil 2011*, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2011/default.shtm>>. Acesso em: 25 mai. 2014.
- _____. *Pesquisa Industrial Anual 2011*. Rio de Janeiro, v. 30, n.1, 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2011/defaultempresa.shtm>>. Acesso em: 10 set. 2014.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Indicadores básicos do emprego no turismo para o Distrito Federal, Região Centro-Oeste e Brasil*. Acordo de Cooperação Técnica CODEPLAN/IPEA 23/2009, Relatório 3B, Brasília, 2013.

KUTNEY, P. Caoa inaugura linha do Hyundai ix35 em Anápolis. *Automotive Business*, 17 out. 2013. Paginação irregular. Disponível em: <<http://www.automotivebusiness.com.br/noticia/18227/caoa-inaugura-linha-do-hyundai-ix35-em-anapolis>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

SABÓIA, J. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. *Nova Economia*, n. 23(2), Belo Horizonte, 2013.

SILVA, C. Mitsubishi brasileira vai investir em fábrica de motores em Goiás. *O Estado de S.Paulo*, 28 abr. 2011. Paginação irregular. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mitsubishi-brasileira-vai-investir-em-fabrica-de-motores-em-goias-imp-,711805>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The travel & tourism competitiveness report 2011*. Genebra, 2011.

4

A contribuição da Área de Operações Indiretas ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste (2004-2013)

DANIEL TAVARES

MARCOS FERNANDES MACHADO

EDSON MORET

RESUMO

Este capítulo destaca o papel da Área de Operações Indiretas (AOI) na Região Centro-Oeste no período 2004-2013 e procura evidenciar sua importância para a região por meio das prioridades atribuídas à área, de seus instrumentos operacionais e das dimensões de suas operações em número e em valor dos desembolsos. Destaca, ainda, que a atuação da área é orientada fundamentalmente para apoiar o investimento em capital físico – máquinas, equipamentos e projetos – através de seus produtos financeiros – BNDES Finame, Finame Agrícola, Finame Leasing, BNDES Automático, Cartão BNDES e Programas Agrícolas do Governo Federal, operacionalizados pelo BNDES. Em menor escala, financia capital de giro associado aos projetos de investimento do BNDES Automático e, apenas mais recentemente, passou a financiar capital de giro de forma isolada, com destaque para o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (Progeren). Para esse fim, conta com o apoio dos agentes financeiros, que distribuem os recursos conforme a demanda e interesse dos setores econômicos.

ABSTRACT

This chapter emphasizes the role of the Indirect Operations Division (AOI) in the Central-West Region from 2004 to 2013 and highlights its importance in the region by examining the priorities assigned to the division, its operational instruments, the size of its operations in number, and disbursement amounts. It also shows that the division's efforts are mainly aimed at supporting investments in physical capital – machinery, equipment and projects – through its financial products – BNDES Finame, Finame Agricultural, Finame Leasing, BNDES Automatic, BNDES Card and Agricultural Programs of the federal government, run by the BNDES. On a smaller scale, it finances working capital associated to investment projects within the BNDES Automatic, and only recently started financing working capital in an isolated fashion, especially in the Support Program to Strengthen the Capacity to Generate Employment and Income (Progeren). And for that purpose, it has the support of financial agents that distribute resources according to the demand and interest of economic sectors.

CARACTERÍSTICAS DA ÁREA

A AOI é responsável pelas operações indiretas e automáticas do BNDES. Essas operações são indiretas porque atendem aos clientes por intermédio de instituições financeiras credenciadas como agentes financeiros do BNDES; e são automáticas porque são feitas de acordo com normas e condições de apoio previamente padronizadas. A realização de operações com essas características é uma fórmula engenhosa que apresenta vantagens por diversos motivos: primeiro, porque aproveita a capilaridade dos agentes financeiros, que contam com uma vasta rede de agências espalhadas por todo o país; segundo, porque se beneficia com a capacidade de avaliação de risco desses agentes, que, ao manterem um contato estreito com o cliente, conhecem melhor seu perfil e risco; e, terceiro, porque essa padronização confere maior agilidade às operações. Esses atributos contribuem para ampliar o potencial de alcance da área, em termos do número de operações e de empresas beneficiadas.

Esses e outros fatores – como a criação de um novo produto, o Cartão BNDES, em 2003, e a adoção de condições financeiras bem favoráveis dos financiamentos – contribuíram para aumentar significativamente o peso da AOI nos desembolsos do BNDES nos últimos anos. Em 2013, a AOI foi responsável por 49,9% do valor dos desembolsos e por 99,8% do número de operações realizadas pelo BNDES (R\$ 95,01 bilhões da AOI, de um total de R\$ 190,4 bilhões do BNDES; 1.145.627 operações da AOI, de um total de 1.147.622 operações do BNDES). Desses valores, 11,6% dos desembolsos (R\$ 10,99 bilhões) e 10,3% do número de operações (118.230 operações) da área foram direcionados à Região Centro-Oeste.

DESEMBOLSOS E NÚMERO DE OPERAÇÕES DA AOI NA REGIÃO CENTRO-OESTE NO PERÍODO 2004-2013

Os financiamentos da AOI à Região Centro-Oeste aumentaram substancialmente nos últimos dez anos, em sintonia com a tra-

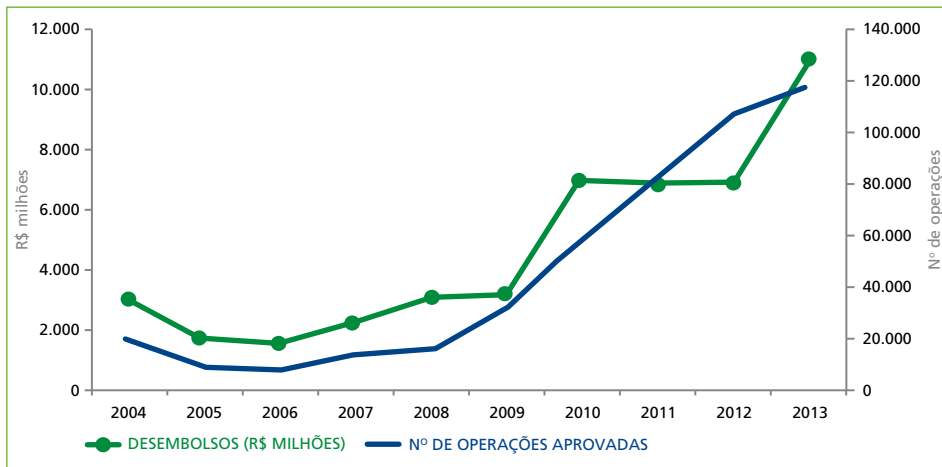
jetória observada para a área. Após uma forte queda nas operações em 2004, por conta da linha especial agrícola, cujas operações praticamente reduziram-se a zero, e do Moderfrota, que também sofreu notável redução, as operações da Região Centro-Oeste entraram em um ritmo de crescimento rápido. O número de operações seguiu uma trajetória de crescimento ascendente a partir de 2005, alcançando, em 2013, 118.230 operações aprovadas. Os desembolsos evoluíram da mesma forma: após terem caído para R\$ 1,77 bilhão em 2005, mantiveram, a partir de 2007, um ritmo de crescimento acentuado até 2013. As taxas médias de crescimento foram significativas. Considerando o período 2005-2013, foram de 33% a.a. no crescimento do número de operações e de 22,5% a.a. no valor dos desembolsos, acima do crescimento das operações da AOI como um todo. A Tabela 1 apresenta a evolução dos valores e quantidades nos últimos dez anos.

TABELA 1 AOI: número de operações aprovadas e valor dos desembolsos para a Região Centro-Oeste

Ano	Nº de operações aprovadas	Desembolsos (R\$ milhões)
2004	20.115	3.011,9
2005	9.860	1.769,7
2006	8.821	1.627,8
2007	14.087	2.322,1
2008	16.305	3.092,5
2009	31.739	3.232,1
2010	58.978	7.074,1
2011	84.508	6.904,0
2012	107.705	6.916,2
2013	118.230	10.995,3

Fonte: BNDES.

GRÁFICO 1 AOI: número de operações aprovadas e desembolsos para a Região Centro-Oeste



Fonte: BNDES.

OS AGENTES FINANCEIROS DO BNDES

Esse elevado volume de operações só pode ser alcançado com a parceria dos intermediários financeiros credenciados na AOI. Em 2013, 37 grupos de agentes foram responsáveis pelo repasse de recursos à Região Centro-Oeste. Entre esses, encontra-se a Goiás Fomento, agência estadual de desenvolvimento que ocupa o 34º lugar no *ranking* e foi responsável por desembolsos de R\$ 2 milhões em 2013. Os agentes financeiros mais atuantes na região em 2013, classificados por volume de desembolsos, são exibidos na Tabela 2.

TABELA 2 *Ranking* dos agentes financeiros da AOI por desembolsos em 2013 para a Região Centro-Oeste

	Agentes financeiros	Desembolsos (R\$ milhões)	Part. %	Acum. %	Nº de operações
1	Grupo BCO Brasil	2.505,5	22,8	22,8	71.174
2	Grupo Bradesco	2.249,9	20,5	43,2	22.481
3	Grupo Itaú Unibanco	1.121,1	10,2	53,4	3.835

continua

continuação

	Agentes financeiros	Desembolsos (R\$ milhões)	Part. %	Acum. %	Nº de operações
4	Grupo DLL/Rabobank	724,2	6,6	60	2.584
5	John Deere	594,3	5,4	65,4	1.770
6	Grupo Fiat	520,7	4,7	70,2	2.216
7	Grupo Santander	516,7	4,7	74,9	927
8	Grupo Safra	420,6	3,8	78,7	730
9	Grupo Volks	339,1	3,1	81,8	2.605
10	Grupo Mercedes-Benz	303,9	2,8	84,5	772
11	Bansicred	271,6	2,5	87	1.694
12	Volvo	220,7	2	89	804
13	Caixa (CEF)	180,8	1,6	90,7	2.910
14	Caterpill	152,3	1,4	92,1	430
15	Scania	137,7	1,3	93,3	363
16	ABC-Brasil	112,5	1	94,3	105
17	HSBC	112,1	1	95,3	318
18	BRB	95,8	0,9	96,2	105
19	Bancoob	89,1	0,8	97	712
20	Rodobens	87,9	0,8	97,8	531
21	BRDE	57,6	0,5	98,4	107
22	Grupo Votorantim	49,7	0,5	98,8	94
23	Basa	23	0,2	99	87
24	Moneo	20,1	0,2	99,2	60
25	Grupo Alfa	13,3	0,1	99,3	34
26	Randon	12,6	0,1	99,4	74
27	Daycoval	12,1	0,1	99,5	15
28	Pine	12	0,1	99,7	16
29	BDMG	10,7	0,1	99,8	14
30	Indusval BM	8,4	0,1	99,8	12
31	Banrisul	5,8	0,1	99,9	39
32	Uniprime	5,6	0,1	99,9	575
33	Banestes	3	0	100	1
34	Goiás Fomento	2	0	100	11
35	Grupo Citibank	1,7	0	100	4
36	Tribanco BM	0,8	0	100	6
37	Rendimento	0,1	0	100	3
	Total	10.995,3	100,0	-	118.230

Fonte: BNDES.

AS POLÍTICAS OPERACIONAIS DO BNDES

Uma ampla gama de produtos, linhas e programas diferenciados por finalidade e características operacionais permite que a AOI cumpra seus objetivos definidos no planejamento estratégico da área, que são: (i) apoiar o investimento em bens de capital (BK) e a inovação (e, conseqüentemente, a indústria de BK nacional); (ii) apoiar as micro, pequenas e médias empresas (MPME); e (iii) apoiar o desenvolvimento regional.

O APOIO AO INVESTIMENTO

Esse apoio se dá por intermédio dos diversos produtos, linhas e programas da AOI com características e condições financeiras diferenciadas, de acordo com a natureza do investimento e dos beneficiários.

O BNDES Finame é o principal produto da área. Por meio dele, ela apoia o investimento das empresas em máquinas e equipamentos, ao mesmo tempo em que apoia os fabricantes de BK nacionais, pois os equipamentos e BK financiados devem ser produzidos no Brasil e credenciados no Cadastro de Fabricantes Informatizado (CFI) da AOI. O Finame Agrícola e o Finame Leasing são variações do mesmo produto; o primeiro, específico para equipamentos agrícolas, e o segundo, para companhias de *leasing*. O BNDES Automático tem características distintas em relação ao primeiro produto – apoia projetos de investimento de até R\$ 20 milhões, além de conceder financiamentos de capital de giro. Com esse limite operacional, os principais beneficiados do BNDES Automático são as MPMEs, cujos projetos de investimento em geral não ultrapassam esse valor. O Cartão BNDES, o mais novo produto da área, iniciou suas operações em meados de 2003 e foi desenhado exclusivamente para as MPMEs; o cartão concede crédito pré-aprovado pelo agente financeiro até o limite máximo de R\$ 1 milhão e atualmente financia de forma simples e desburocratizada uma ampla gama de itens.

Por último, os Programas Agrícolas do Governo Federal, operacionalizados pelo BNDES, atendem às necessidades de custeio e investimento específicos do setor agrícola.

A importância de cada um desses produtos para a região e sua evolução a partir de 2004 são apresentadas na Tabela 3.

TABELA 3 Desembolsos da AOI para a Região Centro-Oeste, por produtos (em R\$ milhões)

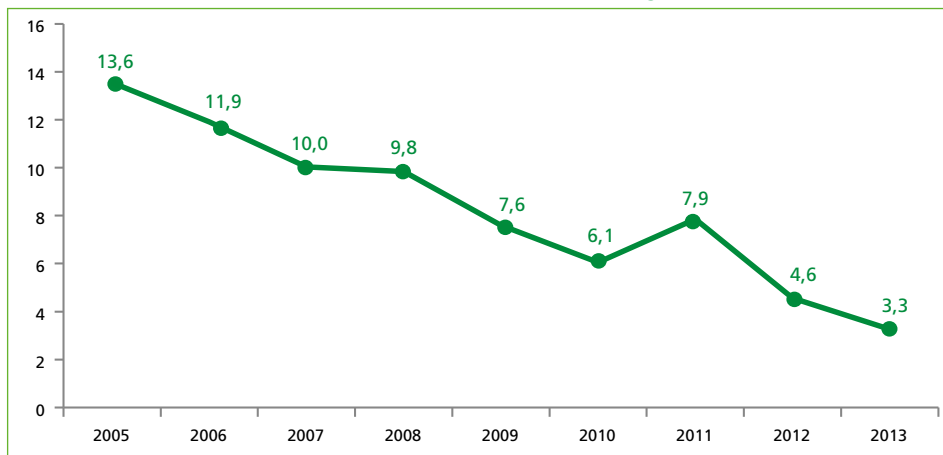
Produto	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BNDES Finame	577,4	612,5	781,9	1.357,7	2.027,4	1.819,4	4.327,5	4.159,4	3.309,0	5.744,2
BNDES Finame Agrícola	1.742,5	594,3	290,9	385,4	613,3	616,1	1.298,8	1.629,0	2.013,2	3.497,7
Cartão BNDES	1,3	6,0	14,6	38,7	65,9	219,6	372,1	664,5	922,1	1.028,5
BNDES Automático	110,1	146,5	204,6	310,9	192,0	264,2	381,6	135,9	415,8	396,5
BNDES Programas Agrícolas	566,5	401,8	308,2	151,2	125,5	275,0	653,0	292,8	248,0	323,3
BNDES Finame Leasing	14,1	8,7	27,9	78,1	68,5	38,0	41,1	22,4	8,0	5,0
Total	3.011,9	1.769,7	1.627,8	2.322,1	3.092,5	3.232,1	7.074,1	6.904,0	6.916,2	10.995,3

Fonte: BNDES.

Esses dados permitem observar uma mudança ocorrida no perfil de desembolsos da AOI para a região, com o Finame Agrícola, aumentando em termos absolutos, porém, perdendo posição para o BNDES Finame a partir de 2005.

Uma troca de posições ocorreu também entre o Cartão BNDES, que ascendeu ao terceiro lugar a partir de 2011, em substituição ao BNDES Automático e aos Programas Agrícolas. Essas mudanças podem ser atribuídas ao papel do Cartão BNDES como fonte de financiamento para as MPMs, mas, também, a fatores como as reduções das taxas de juros médias do Finame e Finame Agrícola ocorridas nesse período (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 Juros do Finame e Finame Agrícola (% a.a.)



Fonte: BNDES.

Essas mudanças também refletiram modificações no perfil dos setores demandantes, com o setor comércio e serviços, particularmente o gênero de transporte terrestre, gradualmente adquirindo maior peso nos desembolsos da área ao longo dos últimos dez anos. Essa mudança promoveu uma diversificação dos equipamentos e BK financiados. Os dados setoriais e de equipamentos podem ser observados nas tabelas 4 e 5.

TABELA 4 Desembolsos da AOI na Região Centro-Oeste (em R\$ milhões) – principais setores beneficiados

Gênero de atividade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agropecuária	2.320,1	1.060,6	734,2	785,1	814,0	891,8	1.976,7	1.924,3	2.406,9	4.034,3
Comércio e serviços	569,3	604,8	769,5	1.127,1	1.795,6	1.888,8	3.798,0	4.003,1	3.365,9	5.391,0
Transporte terrestre	405,5	376,0	581,5	784,8	1.410,9	1.285,3	2.333,8	2.363,1	1.255,3	2.451,3
Comércio	58,8	81,1	45,8	104,6	125,8	270,0	705,0	761,2	1.175,9	1.613,8
Construção	29,1	63,8	59,2	110,9	136,8	165,1	440,2	401,9	389,1	523,0
Outros	75,9	83,8	83,0	126,8	122,1	168,4	319,0	476,9	545,6	803,1

continua

continuação

Gênero de atividade	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Indústria da transformação	116,1	92,9	115,1	395,5	469,2	428,4	1.255,2	914,3	1.068,3	1.508,2
Produtos alimentícios	59,6	42,1	40,4	117,3	171,4	116,2	411,4	226,4	281,1	448,9
Coque, petróleo e combustível	7,1	1,7	18,2	148,3	130,0	173,5	308,1	259,2	218,8	409,3
Mineral não metálico	1,6	4,0	4,5	7,9	5,4	7,7	32,7	51,3	71,9	84,7
Outros	47,8	45,1	52,0	121,9	162,4	130,9	503,1	377,4	496,5	565,3
Indústria extrativa	6,3	11,4	9,0	14,4	13,8	23,2	44,2	62,3	75,1	61,7
Total	3.011,8	1.769,7	1.627,8	2.322,1	3.092,6	3.232,2	7.074,1	6.904,0	6.916,2	10.995,2

Fonte: BNDES.

OS EQUIPAMENTOS FINANCIADOS

Os tipos de equipamentos financiados refletem o perfil dos setores econômicos demandantes e, ainda, dão respaldo ao objetivo de modernização das empresas, que orienta a atuação da área. Chama a atenção, no caso da Região Centro-Oeste, a ascensão dos equipamentos de transporte em relação aos demais equipamentos e também o surgimento de alguns novos equipamentos, como as máquinas rodoviárias.

TABELA 5 Desembolsos da AOI na Região Centro-Oeste (em R\$ milhões) – principais equipamentos financiados

Equipamentos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Transporte	480,2	442,8	622,2	894,2	1.505,6	1.421,0	2.953,5	2.846,9	2.109,8	3.736,8
Caminhão	429,4	375,4	348,2	757,7	1.128,8	1.177,2	2.377,7	2.397,8	1.851,7	3.015,2
Ônibus	35,7	31,3	68,6	134,4	318,0	137,1	215,4	111,8	124,4	492,3
Outros	15,1	36,1	205,4	2,0	58,7	106,6	360,4	337,3	133,7	229,2
Agrícola	1.734,5	594,6	305,6	458,6	710,9	718,6	1.581,5	1.968,0	2.300,2	3.994,2
Colheitadeiras	715,0	235,1	93,9	130,7	261,3	325,9	632,9	786,6	833,5	1.270,9
Tratores agrícolas	515,6	144,1	115,6	151,0	184,8	172,8	419,9	491,8	553,3	1.031,2

continua

continuação

Equipamentos	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Implementos agrícolas	426,6	152,4	71,1	135,3	209,4	175,4	403,7	513,8	635,9	980,3
Outros	77,3	63,0	25,0	41,7	55,4	44,5	125,1	175,8	277,5	711,8
Outros equipamentos	119,3	178,0	172,6	468,4	492,7	333,7	1.132,3	995,9	920,3	1.515,9
Máquinas rodoviárias	43,8	69,4	82,9	122,9	132,5	141,1	489,5	347,6	317,3	442,9
Motores	0,1	-	-	0,9	1,2	0,9	3,6	2,1	38,5	148,7
Máquinas para mov. de carga	6,6	7,5	9,3	24,8	30,1	19,7	64,3	76,3	57,1	164,1
Outros	68,8	101,1	80,4	319,9	329,0	172,0	575,0	570,0	570,4	760,2
Total	2.333,9	1.215,4	1.100,4	1.821,3	2.709,2	2.473,4	5.667,3	5.810,8	5.330,3	9.246,9

Fonte: BNDES.

O APOIO ÀS MPMEs

Os produtos da AOI mais demandados pelas MPMEs da Região Centro-Oeste foram, inicialmente, o Finame Agrícola, o BNDES Finame e o Cartão BNDES, nessa ordem. Essa hierarquia modificou-se ao longo do tempo, com o BNDES Finame substituindo o Finame Agrícola como o produto mais importante, e o Cartão BNDES ascendendo ao terceiro lugar. Isso sugere que a criação do Cartão BNDES, específico para as MPMEs, veio enfrentar um problema recorrente que aflige essa categoria de empresas, o racionamento de crédito, que, em geral, recai sobre os clientes desse porte.

TABELA 6 Desembolsos da AOI na Região Centro-Oeste (em R\$ milhões) – por produto e porte

2004				
Produto	Pessoa física	MPME	Grande	Total
BNDES Finame	6	442	130	577
BNDES Finame Leasing	0	5	9	14
BNDES Finame Agrícola	1.646	79	17	1.742
BNDES Automático	12	53	45	110
Cartão BNDES	0	1	0	1
BNDES Programas Agrícolas	543	11	13	566
Total	2.207	591	214	3.010

continua

continuação

2013				
Produto	Pessoa física	MPME	Grande	Total
BNDES Finame	51	3.150	2.544	5.744
BNDES Finame Leasing	0	3	2	5
BNDES Finame Agrícola	3.279	87	132	3.498
BNDES Automático	12	179	205	397
Cartão BNDES	0	1.029	0	1.029
BNDES Programas Agrícolas	210	8	105	323
Total	3.552	4.456	2.988	10.996

Fonte: BNDES.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Outro objetivo presente no planejamento estratégico da AOI é apoiar o desenvolvimento regional, e isso ocorre a partir de uma atuação mais intensiva na região em foco. Essa participação pode ser aferida a partir de indicadores como o volume de desembolsos direcionados à região, em relação ao total dos desembolsos da área, proporcionalmente maior que a participação da renda regional no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Caso isso ocorra, pode-se dizer que a área contribui não só para promover o crescimento da região, como também para melhorar a distribuição de renda inter-regional no país.

Nos últimos dez anos, os indicadores de financiamento da AOI mostram números favoráveis à Região Centro-Oeste. Entre 2004 e 2011 (último ano com dados disponíveis de PIB regional), a economia da região cresceu a uma taxa média nominal de 12% a.a., enquanto os desembolsos da AOI na região aumentaram 26% e o número de operações aprovadas, 36%.

A AOI também direcionou à região um percentual de desembolsos maior que a participação da região no PIB nacional. Essa participação, que em 2005 era de 8,9%, alcançou 9,6% em 2011. Os desembolsos da AOI para a Região Centro-Oeste, por outro lado, relativamente ao total de seus desembolsos, alcançaram percentuais bem mais elevados: 11% em 2005 e 12% em 2013.

Esses dados sugerem que a AOI vem contribuindo positivamente para o crescimento do Centro-Oeste, não só apoiando investimentos na região, mas também contribuindo para melhorar a distribuição da renda regional no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AOI tem como prioridades básicas estimular o crescimento econômico e promover a modernização das empresas por meio de seus instrumentos financeiros de apoio ao investimento, principalmente em máquinas e equipamentos. Os dados apresentados neste artigo demonstram que os financiamentos da área à Região Centro-Oeste aumentaram substancialmente entre 2004 e 2013, com taxas médias de crescimento de 15,5% a.a. e de 21,7% a.a. no valor dos desembolsos, e no número de operações, respectivamente.

Esse crescimento só pode ser alcançado com a parceria dos intermediários financeiros credenciados na AOI. Em 2013, foram 37 grupos de agentes atuantes responsáveis pelo repasse de recursos à região.

Ao mesmo tempo, observou-se uma mudança no perfil de desembolsos da AOI para a região, especialmente a partir de 2005, com o Finame Agrícola perdendo participação relativa para o BNDES Finame. E o Cartão BNDES, o mais novo produto da área, criado em 2003 para beneficiar a MPMEs, ascendeu ao terceiro lugar a partir de 2011, superando o BNDES Automático e Programas Agrícolas como fontes de financiamento. Essas mudanças podem ser atribuídas às características de praticidade e simplicidade do Cartão BNDES, que é moldado para atender às necessidades das MPMEs, à mais forte demanda por recursos por parte dessa categoria de empresas e a fatores como as acentuadas reduções das taxas de juros do Finame e Finame Agrícola ocorridas nesse período.

Essas alterações observadas ao longo do tempo refletiram-se, também, em modificações no perfil dos setores que investi-

ram em máquinas e equipamentos; na Região Centro-Oeste, o setor de transportes foi adquirindo maior peso nos desembolsos da área no decorrer desse período, levando a mudanças no tipo de BK e equipamentos financiados. Assim, equipamentos de transporte, especialmente caminhões, tiveram sua participação aumentada em relação ao total dos equipamentos financiados; além disso, novos equipamentos passaram a ser financiados, por exemplo, máquinas rodoviárias. De qualquer forma, os investimentos em equipamentos apoiados pelos financiamentos da AOI dão respaldo ao objetivo de modernização das empresas, um dos propósitos que orienta a atuação da área.

Ainda que atuando para servir à demanda por investimentos, pode-se dizer que a AOI também contribuiu para melhorar a posição relativa da Região Centro-Oeste no PIB do país. Entre 2004 e 2011 (último ano com dados disponíveis sobre o PIB regional), o PIB da região cresceu a uma taxa média nominal de 12% a.a. Enquanto isso, nesse período, os desembolsos da área para a região aumentaram 26%, e o número de operações aprovadas na área aumentou 36%. Ao mesmo tempo, de seus desembolsos totais, ela direcionou à região um percentual de 11% em 2005 e de 12% em 2013. Esses percentuais foram bem maiores que a participação da região no PIB nacional, que era de 8,9% em 2005 e de 9,6% em 2011. Esses dados sugerem que a AOI vem dando uma contribuição positiva ao crescimento da Região Centro-Oeste, não só apoiando os investimentos e a modernização das empresas na região, mas também contribuindo para o crescimento das MPMEs e para melhorar a posição da região na renda nacional.

5

O apoio à indústria de base na Região Centro-Oeste

RODRIGO MATOS HUET DE BACELLAR

EDUARDO CHRISTENSEN NALI

RESUMO

A contribuição da Área de Insumos Básicos (AIB) do BNDES para o desenvolvimento da Região Centro-Oeste é de grande relevância, uma vez que, desde 2003, financiou pouco mais de vinte diferentes projetos de investimento ali localizados, com desembolso total da ordem de R\$ 6,8 bilhões. Destacam-se os projetos de celulose de eucalipto, de expansão da capacidade de produção de níquel, além de investimentos nos setores de fertilizantes nitrogenados e de cimentos. Assim, o objetivo deste texto é ilustrar a contribuição da AIB, no que tange tanto à expansão da capacidade produtiva na região quanto aos impactos sociais nos municípios e comunidades onde se inserem os projetos.

ABSTRACT

The contribution of the BNDES' Basic Inputs Division to developing the Central-West Region is of great importance. This is because, since 2003, it has financed over 20 different investment projects located in that region, with total disbursements of approximately R\$ 6.8 billion. Highlights include eucalyptus pulp projects, expanding the production capacity for nickel, as well as investments in the nitrogenous fertilizers and cements sectors. Thus, the aim of this paper is to illustrate the contribution made by the Basic Inputs Division, in both expanding the production capacity in the region, and the social impacts in municipalities and communities where projects are being implemented.

INTRODUÇÃO

A Região Centro-Oeste do Brasil é a segunda maior região do país em extensão territorial, atrás apenas da Região Norte. Ocupa uma área de cerca de 1.606 mil km², o que equivale a quase 19% do território brasileiro; abrange um total de mais de 460 municípios distribuídos em quatro unidades federativas (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal); e possui população estimada de 14.244 mil habitantes. Isso a torna a segunda região menos povoada do Brasil, com densidade populacional de pouco menos de 8,9 habitantes por km², atrás apenas da Região Norte. Por ser pouco povoada, apresenta algumas concentrações populacionais e grandes vazios demográficos [IBGE (2013)].

Apesar de possuir o segundo menor Produto Interno Bruto (PIB) total do país (R\$ 396.411 milhões – à frente apenas da Região Norte), correspondendo a pouco menos de 10% do PIB brasileiro, a Região Centro-Oeste é a segunda mais rica, com PIB *per capita* de R\$ 27.830. Ademais, a citada região possui a unidade federativa com o maior PIB *per capita* do Brasil, o Distrito Federal, com R\$ 60.020, praticamente o dobro da segunda colocada, São Paulo [IBGE (2013)].

O desenvolvimento humano no Centro-Oeste está acima da média nacional, bem próximo das regiões Sudeste e Sul, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio dos estados de 0,753. Além disso, a citada região possui a unidade federativa com o maior IDH-M nacional, o Distrito Federal, de 0,824, de acordo com informações disponíveis no *site* do Ipeadata.

Ainda segundo dados do Ipeadata, o setor de serviços é o mais representativo na formação do PIB da região, destacando-se o comércio e a administração pública, principalmente em função da capital federal. A indústria também tem relevante participação no PIB regional, principalmente no que tange à indústria de transformação e de construção. Nesse ponto, é importante destacar a produção de medicamentos e de automóveis e máquinas agrícolas em Goiás, além dos crescentes investimentos no setor de celulose e na construção da Siderúrgica Sitrrel, no Mato Grosso do Sul. Por fim, o setor agropecuário tem menor participação na formação da renda da região, mas representa importante atividade econômica. Nesse setor, destacam-se a pecuária extensiva bovina, os plantios de soja, algodão e milho.

A AIB do BNDES é responsável pelo financiamento de projetos que envolvem a indústria de base da economia nacional, tais como os setores de mineração, metalurgia, cimentos, fabricação de papel, celulose e demais produtos florestais, além das indústrias química, petroquímica e de petróleo e gás.

Em cada projeto apoiado, sempre existe a preocupação não apenas de reduzir os impactos negativos que grandes interven-

ções possam causar no entorno desses projetos, mas, principalmente, de agregar a esses investimentos ações sociais que possam ser incorporadas às comunidades de seu entorno, ocasionando melhorias significativas na qualidade de vida dessas populações.

HISTÓRICO DE DESEMBOLSO DA AIB

Desde o ano de 2003, a AIB financiou mais de vinte diferentes projetos de investimento realizados na Região Centro-Oeste do Brasil, com desembolso total da ordem de R\$ 6,8 bilhões.¹ Embora todos os estados da citada região, à exceção do Distrito Federal, tenham sido contemplados, Goiás e Mato Grosso do Sul foram os que receberam a maior parte dos recursos, totalizando R\$ 6,5 bilhões, o que corresponde a 95,7% do que foi desembolsado na região.

No caso de Goiás, os pesados investimentos ocorreram na produção de níquel. O Mato Grosso do Sul, por sua vez, teve vultosos desembolsos para a construção de complexos industriais produtores de celulose e para a produção de fertilizantes nitrogenados.

A evolução dos desembolsos da AIB para a Região Centro-Oeste está representada na Tabela 1, por ano, e na Tabela 2, entre os estados.

TABELA 1 Evolução dos desembolsos da AIB para o Centro-Oeste

Ano	Liberação (R\$)
2003	6.673.473
2004	5.876.916
2005	103.915.899
2006	36.736.375
2007	215.571.658
2008	35.623.006
2009	1.819.972.148
2010	311.105.065
2011	371.617.355
2012	2.360.597.536
2013	1.533.704.152
Total	6.801.393.582

Fonte: Elaboração própria.

¹ Inclui desembolsos em renda variável.

TABELA 2 Desembolsos da AIB, 2003-2013

Estado	Liberação (R\$)
GO	2.077.728.519,72
MS	4.435.006.776,26
MT	288.658.285,70
Total	6.801.393.581,68

Fonte: Elaboração própria.

Em função do porte dos empreendimentos tradicionalmente apoiados pela AIB, esses investimentos são, na maioria das vezes, acompanhados de impactos sociais tanto positivos quanto negativos.

É fato que a própria implantação dos projetos gera benefícios diretos e indiretos em função da geração de emprego e renda nos diversos municípios de seu entorno, bem como pelo desenvolvimento de toda a cadeia de fornecedores que naturalmente se forma nessas localidades.

Entretanto, como já mencionado, independentemente dos resultados positivos gerados pelos investimentos apoiados, a atuação da AIB busca sempre atender para a necessidade de diminuir possíveis impactos negativos oriundos desses projetos. Em função disso, as análises sempre atentam para critérios sociais importantes, por exemplo, a utilização de mão de obra local e de fornecedores regionais na implantação dos empreendimentos, no intuito de diminuir a pressão pelo aumento do fluxo migratório de pessoas.

Adicionalmente, a realização de investimentos sociais é fortemente incentivada pela AIB, mediante financiamentos com taxas de juros muito reduzidas, com a finalidade de mitigar os impactos negativos e alavancar os ganhos sociais advindos daquele investimento.

Esses investimentos sociais, em geral, são objeto de entendimento entre a empresa beneficiária do financiamento, os municípios afetados e entidades locais, que normalmente são convidadas a participar como representantes da população.

Essas intervenções sociais podem almejar a solução de um problema específico daquela comunidade, ou podem ser desmembradas em diversas ações simultâneas, com objetivos diversos, tais como o fomento à saúde, à cultura e à educação e qualificação profissional, além de investimentos em infraestrutura urbana, tais como saneamento básico.

Desde 2008, a AIB desembolsou mais de R\$ 28 milhões em projetos sociais na Região Centro-Oeste, como pode ser visto nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3 Evolução dos desembolsos da AIB em investimentos sociais no Centro-Oeste

Ano	Desembolsos (R\$)
2008	735.671
2009	5.000.000
2010	4.528.599
2011	4.940.000
2012	5.567.058
2013	7.251.308
Total	28.022.635

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 4 Desembolsos da AIB em investimentos sociais, 2008-2013

Estado	Liberação (R\$)
GO	15.486.039
MS	10.579.926
MT	1.956.671
Total	28.022.635,23

Fonte: Elaboração própria.

PRINCIPAIS PROJETOS E SEUS IMPACTOS

Entre toda a carteira de projetos ativos da AIB do BNDES, foram selecionados alguns investimentos importantes para serem apresentados, não apenas pelos valores envolvidos em sua implantação, mas, também, em decorrência dos impactos sociais relevantes para os municípios e comunidades em que esses projetos estão inseridos.

Fibria Celulose S.A.

A atual Fibria Celulose S.A., então Votorantim Celulose e Papel S.A., inaugurou, em março de 2009, um projeto industrial que consistiu na implantação de uma linha de produção de celulose branqueada de eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas (MS). O projeto, que totalizou mais de R\$ 4 bilhões e teve apoio do BNDES de R\$ 647 milhões, abrangeu, também, investimentos sociais na região, formada por uma população de, aproximadamente, 150 mil pessoas.

Desde o início do projeto, houve a preocupação por parte da empresa em priorizar mão de obra e fornecedores locais. Nesse intuito, diversas reuniões foram realizadas com os possíveis fornecedores a fim de mapear as necessidades de mão de obra e de fornecimento de bens e serviços, tanto para a construção quanto para a operação da fábrica.

Em função disso, cerca de R\$ 10,6 milhões foram investidos no desenvolvimento e realização, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), de cursos profissionalizantes dos mais diversos tipos e no fomento dos novos fornecedores. Ao todo, foram treinadas mais de 4 mil pessoas, das quais 250 para trabalhar na operação de produção de celulose, e, naquele momento, 108 foram empregadas na própria Fibria, além de outras trinta nas demais empresas da região.

Além disso, a Fibria investiu R\$ 3,7 milhões em programas sociais na comunidade, contando com apoio do BNDES da ordem de R\$ 2,6 milhões. Desse montante, 33% foram investidos na área de educação, 22% em saúde, 20% em segurança pública e o restante em ações de geração de renda e assistência social à comunidade.

A educação foi beneficiada com a doação, às prefeituras de Três Lagoas e Brasilândia (MS), dos alojamentos utilizados para abrigar os operários que trabalharam no projeto. Esses espaços foram transformados em centros de educação. Além disso, as instalações do Senai foram quadruplicadas com a construção de

cinco salas de aula com capacidade para cinquenta alunos cada. Adicionalmente, equipamentos de informática foram doados para a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, por fim, foi construído um espaço, operado pela prefeitura municipal, onde crianças do município têm acesso a aulas de reforço escolar e a atividades extracurriculares, fora do horário de aula.

Parte dos investimentos em saúde foi destinada à melhoria do Albergue Municipal de Três Lagoas, espaço que conta com 39 leitos para acolhimento temporário da população de rua, andarilhos, migrantes e pessoas de fora da região que vão à cidade à procura de trabalho e tratamento médico. A Fibria ainda reformou e ampliou a capacidade de reserva de carga e energia do Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, que possui 166 leitos, sendo 60% deles destinados aos atendimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), além de doar equipamentos à Secretaria de Saúde do município e implementar campanhas de combate à dengue e à leishmaniose, que tiveram alto grau de sucesso, reduzindo drasticamente a ocorrência dessas doenças na região.

Na área de segurança pública, a Fibria realizou a doação de veículos e equipamentos para a Polícia Militar de Três Lagoas e de Brasilândia.

Eldorado Brasil Celulose S.A.

A Eldorado Brasil Celulose S.A. investiu na implantação de uma nova fábrica de celulose branqueada de eucalipto, no município de Três Lagoas, com capacidade de produção de 1,5 milhão de toneladas/ano.

O investimento total, que inclui a fábrica, a logística integrada e a base florestal, somou R\$ 6,2 bilhões, dos quais R\$ 2,7 bilhões foram financiados pelo BNDES. Essa é considerada a maior planta de celulose em linha única do mundo. A produção foi iniciada em dezembro de 2012 e, atualmente, a fábrica opera a plena capacidade.

Durante a fase de construção foram gerados mais de 11 mil empregos diretos na fábrica e, para sua operação, são empregados cerca de 3 mil colaboradores entre a produção industrial e a atividade florestal. Cerca de 80% do total de mão de obra empregada é proveniente de Três Lagoas ou de municípios vizinhos. Ainda, a empresa realizou, juntamente com a prefeitura de Três Lagoas, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e empresas parceiras, a qualificação e certificação de 17 fornecedores regionais nas áreas de recursos humanos, obras civis, comércio, serviços de manutenção, autopeças e fabricação de equipamentos.

Além do financiamento para as inversões industriais, o BNDES abriu linha de investimentos sociais no valor de R\$ 25 milhões, destinados a projetos na área de influência da empresa. Esses investimentos ainda se encontram em execução. Os projetos abrangerão as áreas de saúde, educação e infraestrutura nos municípios de Três Lagoas, Selvíria, Água Clara e Inocência, todos no estado do Mato Grosso do Sul.

Após levantamento realizado com a comunidade local, o poder público e entidades privadas, foram identificados os projetos e as áreas que poderiam contar com esses recursos. Em Três Lagoas, pode-se destacar a construção de duas unidades básicas de saúde (UBS), de uma escola de formação profissional e de uma unidade para acolhimento de idosos. Em Selvíria, serão construídas uma escola e uma creche, além da revitalização da via Perimetral da cidade, o que inclui limpeza e recuperação das áreas degradadas, reflorestamento e implantação de estruturas de lazer, tais como pista de caminhada, parque infantil, aparelhos de atividades físicas, além de implantação de equipamentos urbanos de iluminação, bancos, mesas, lixeiras, banheiros, bebedouros e estacionamento de veículos. A empresa ainda fará a doação de equipamentos médicos para os hospitais de Água Clara e Inocência.

Até o fim de 2013, foram investidos cerca de R\$ 6 milhões nesses projetos. A previsão é de que todos estejam concluídos até o fim do primeiro trimestre de 2015.

Anglo American Níquel do Brasil

O Projeto Barro Alto destinou-se à expansão da capacidade de produção da mina de níquel de Barro Alto (GO) para 3 milhões de toneladas/ano de minério (base seca) e à implantação de uma unidade de processamento para produção de 36 mil toneladas/ano de ferro-níquel (também no município de Barro Alto). O valor total investido foi de R\$ 3,8 bilhões e contou com apoio do BNDES de cerca de R\$ 1,4 bilhão. Os investimentos foram concluídos no fim do primeiro trimestre de 2012.

Durante a fase mais crítica da construção do projeto, cerca de 5.500 pessoas trabalhavam na obra. A operação da planta gera, atualmente, 905 empregos diretos.

Além dos projetos industriais, o BNDES financiou investimentos sociais no âmbito da comunidade no município de Barro Alto. Dentre as diversas ações implementadas pela Anglo American, destacaram-se a construção de uma escola de ensino fundamental, de uma creche, de cem casas populares, de um núcleo integrado do Serviço Social da indústria (Sesi)/Senai, (incluindo salas de aula e biblioteca) e de um clube social aberto à comunidade. Também foi realizada a construção e a equipagem de um novo hospital municipal, além da concessão de apoio financeiro a projetos de capacitação de novos empreendedores, em parceria com a organização não governamental (ONG) internacional CARE. Por fim, foram realizadas obras de urbanização, tais como pavimentação, iluminação de ruas, construção de praças, entre outras.

Votorantim Cimentos S.A.

A Votorantim Cimentos tem apresentado forte expansão de seus projetos na Região Centro-Oeste. Em Mato Grosso, foi desenvolvido o projeto Cuiabá, com investimento total de R\$ 419 milhões e financiamento do BNDES de cerca de R\$ 245 milhões, e que teve como objetivo a implantação de uma unidade integrada de produção de cimento com 1,2 milhão de toneladas/ano de capa-

cidade. Como benefícios à comunidade, foram criados cerca de 1.400 empregos, utilizando mão de obra local.

Em Goiás, o Projeto Edealina teve como finalidade a implantação de uma unidade integrada de produção de cimento com 2 milhões de toneladas/ano de capacidade. O valor total do investimento foi de R\$ 660 milhões e contou com apoio do BNDES de cerca de R\$ 337 milhões. Em função do projeto, foram criados cerca de 1.600 empregos.

Esses projetos trouxeram, como principais externalidades positivas ao entorno, investimentos em saúde pública, uma vez que as cidades em que ocorreram os projetos apresentavam graves carências desse tipo de serviço. Assim, a empresa construiu uma unidade de saúde da família e reformou outra, ambas em Cuia-bá (MT). Em Goiás, a Votorantim Cimentos investiu na construção de uma UBS e no reaparelhamento de uma unidade mista de saúde, ambas em Edealina (GO), além de erguer uma unidade mista de saúde em Edéia (GO), município vizinho a Edealina.

Votorantim Siderurgia S.A.

A Votorantim Siderurgia investiu, em parceria com o Grupo Grendene, na cidade de Três Lagoas, em uma unidade de laminação que possui capacidade de produção de 250 mil toneladas/ano de aços longos. Essa unidade, denominada Sitrel, teve investimento total de R\$ 259 milhões e apoio do BNDES de R\$ 105 milhões.

Em função do projeto, foram criados cerca de 1.500 empregos, utilizando mão de obra local. Além disso, a empresa investiu na construção de uma UBS em Três Lagoas.

Petrobras

Em 2011, a Petrobras deu início às obras da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-III) no município de Três Lagoas. A

unidade terá capacidade nominal de produção de 1,2 milhão de toneladas/ano de ureia, equiparando-se à atual capacidade de produção da Petrobras, que é de 1,1 milhão de toneladas/ano em suas unidades em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE). O orçamento total do projeto é de cerca de R\$ 4,2 bilhões, sendo o financiamento do BNDES de R\$ 2,2 bilhões.

O investimento traz impacto positivo significativo na balança comercial brasileira, uma vez que se estima que a entrada em operação da UFN-III permitirá a redução da participação das importações de ureia, hoje de 70%.

Do ponto de vista social, o projeto prevê a geração de cerca de 5.500 empregos diretos, além de 16 mil indiretos para sua construção. Após sua conclusão, prevista para setembro de 2014, a unidade demandará cerca de quinhentos empregos diretos e outros 1.600 indiretos.

Além disso, o BNDES disponibilizou linha de investimentos sociais no entorno do empreendimento de cerca de R\$ 10,9 milhões. O projeto Gerando Futuro tem o objetivo complementar a educação de ensino médio de jovens de escolas municipais com vistas ao aumento do acesso aos programas de qualificação profissional já oferecidos na região. No médio prazo, a ação permitirá um maior uso de mão de obra local nos empreendimentos da região. Outros projetos sociais estão sendo estruturados nas áreas de educação complementar e combate à exploração sexual de crianças e jovens.

Espera-se que a entrada em operação da UFN-III viabilize a constituição de um novo polo de produção de adubos agrícolas em Três Lagoas, com foco no atendimento à Região Centro-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme definido em seu planejamento estratégico, a AIB do BNDES persegue a missão de induzir o fortalecimento da competitividade das cadeias produtivas da indústria de base, fomen-

tando a inovação, a sustentabilidade socioambiental e o desenvolvimento regional. A atuação da área na Região Centro-Oeste ilustra a busca por essa estratégia.

Desde 2003, foram desembolsados recursos da ordem de R\$ 6,8 bilhões para o financiamento de grandes projetos de celulose de eucalipto, produção de níquel, fertilizantes nitrogenados e cimento nos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O apoio a esses projetos é realizado com a preocupação constante não apenas de mitigar os possíveis impactos adversos que grandes empreendimentos podem ocasionar, mas também de agregar a esses investimentos ações sociais que possam ser incorporadas às comunidades do entorno, proporcionando oportunidades de desenvolvimento regional, com melhoria da qualidade de vida para as populações locais. Sob essa perspectiva, o BNDES, através da AIB, promoveu financiamentos a projetos de desenvolvimento social associados aos empreendimentos apoiados, cujos investimentos, desde 2008, somaram mais de R\$ 28 milhões, destinados à qualificação profissional, à educação, à saúde, à infraestrutura urbana e à proteção social na Região Centro-Oeste.

REFERÊNCIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil 2011. *Contas Nacionais*, n. 40. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2011/contas_regionais_2011.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

Site consultado

IPEADATA – <www.ipeadata.gov.br>.

6

O BNDES e a questão energética e logística da Região Centro-Oeste

NELSON FONTES SIFFERT FILHO
DALMO DOS SANTOS MARCHETTI
ADRIANO ZANETTI
ALINE FIGUEIRA CABOCLO
ANDRÉ LUIZ ZANETTE
BEATRIZ MASSENA COSTA
CRISTIANE CORRÊA HOREWICZ
LUIZ CARLOS LUZ CHAVES FILHO
MARCUS CARDOSO
NAYARA THOMÉ PINTO DE SOUZA
NELSON TUCCI

RESUMO

Este capítulo tem por objetivo fazer uma reflexão acerca da infraestrutura da Região Centro-Oeste, especificamente no que diz respeito aos segmentos de logística e energia elétrica. Para efetuar tal análise, o artigo traça o panorama atual da infraestrutura regional e da atuação do BNDES. Com esse cenário, o trabalho apresenta algumas considerações a fim de aprimorar a infraestrutura da Região Centro-Oeste que podem servir de inspiração para a atuação futura do BNDES, de modo a promover maior integração e a ampliar o desenvolvimento socioeconômico regional.

ABSTRACT

This chapter aims to reflect on infrastructure in the Central-West Region, specifically regarding the logistics and electric energy segments. For this analysis, the article outlines the current situation of regional infrastructure and the BNDES' efforts. With this scenario, the paper presents some considerations to improve infrastructure in the Central-West Region which may serve as inspiration for the BNDES' future efforts in order to foster greater integration and to expand the regional socio-economic development.

INTRODUÇÃO

Com um vasto território, de dimensões continentais, o Brasil é o quinto maior país do mundo em termos de extensão. Grande parte dessa imensidão é formada por terras férteis sem relevantes acidentes geográficos, o que poderia propiciar grandes vantagens competitivas quando se trata do aproveitamento do agronegócio. Essa aparente vantagem também traz à luz o tema de como tratar a questão logística, principalmente quando se analisa o atual modelo altamente concentrador, tanto do ponto de vista da distribuição geográfica como da utilização dos diversos modais. De fato, esse amplo território é assimetricamente distribuído quanto à infraestrutura de transporte, cuja concentração ocorre principalmente nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, responsáveis por 80% da malha de transportes (rodoviário

e ferroviário) e não menos que 85% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, segundo o IBGE, distribuídos em uma faixa territorial junto ao litoral que ocupa pouco mais de um terço do espaço brasileiro.

Por não contar com uma rede de infraestrutura adequada e de boa qualidade, operando de forma eficiente e integrada, envolvendo os diversos modais existentes nas cinco regiões, a situação atual é de um grave desequilíbrio na matriz de transportes, elevando os custos logísticos no Brasil a valores bem acima dos praticados em outros mercados mais competitivos. Assim, esses custos, estimados para o ano de 2008, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT),¹ atingiram um valor equivalente a 11,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do mesmo ano, ou seja, R\$ 349 bilhões. O item de maior representatividade foi o transporte, com 6,9% do PIB (R\$ 207 bilhões).

Comparativamente, nos Estados Unidos da América (EUA), os custos logísticos atingiram o valor de 8,7% do valor do PIB norte-americano no mesmo período, o equivalente a R\$ 2,3 trilhões, sendo que o custo de transporte representou apenas 5,4% do custo logístico total.

O grande desafio da logística, no caso brasileiro, é o de equilibrar a matriz de transportes, que é fortemente baseada no modal rodoviário e impõe custos excessivos quando comparados a economias desenvolvidas ou mesmo em desenvolvimento.²

Equilibrar a matriz modal de transportes, no caso brasileiro, significa, entre outras medidas, aumentar a rede atual (extensão em quilômetros) e a oferta (capacidade) de serviços ferroviá-

¹ Plano CNT de Transporte e Logística 2011.

² Em termos comparativos, há indicadores que posicionam os custos logísticos brasileiros na 65ª posição entre 160 países, bem abaixo de países desenvolvidos (por exemplo: Alemanha, primeira; EUA, nona) e até mesmo de alguns dos países integrantes do BRICS (China, 28ª; Índia, 54ª), de acordo com dados do Logistics Performance Index (LPI) [Banco Mundial (2014)]. Dados do United States Department of Agriculture (USDA) indicam que, nos EUA, a participação do custo do frete no valor final da tonelada de grãos transportados é de 26%, enquanto no Brasil é de 44%, o que reforça os argumentos expostos e torna urgente a adoção de medidas saneadoras.

rios e aquaviários, mais econômicos (em R\$/TKU³), sustentáveis e menos dependentes da variável preço do petróleo, além de aumentar a produtividade dos ativos existentes. O desenvolvimento da oferta depende da geração de novos ativos (novas ferrovias, hidrovias, rodovias e aeroportos), inclusive aumento da oferta de veículos de transporte (incluída a renovação de frota). O investimento nesses ativos tem viés crescente, em função, entre outros fatores, da aceleração derivada dos projetos do Programa de Investimento em Logística (PIL),⁴ do governo federal, com a utilização mais intensa do instrumento da concessão, e o aumento da frequência dos sistemas de transporte, inerentes à própria pressão pela redução do nível de estoques, nas cadeias de distribuição de diversos produtos.

O transporte rodoviário de carga no Brasil chama a atenção por sua resiliência em ocupar lugar preponderante na matriz de transportes, mesmo com tantas desvantagens em relação aos outros modais mais competitivos em se tratando de movimentação de grande volume de cargas a transpor longas distâncias.

Os transportes ferroviário e hidroviário, por exemplo, têm, em comparação ao rodoviário, as vantagens de possuir grande capacidade de carga, ser mais eficientes para grandes distâncias (acima de 500 km), apresentar baixos custos de transporte e manutenção, além da reduzida emissão de gases do efeito estufa. Por outro lado, o custo de implantação desses modais é alto, as operações de carga, descarga e transbordo são mais morosas, a velocidade de trânsito é, em geral, mais lenta em relação ao transporte rodoviário, a flexibilidade é menor e a extensão da malha de transporte é pequena.

A Região Centro-Oeste, por sua posição interiorana, ocupa lugar preponderante no equacionamento da questão logística

³ Tonelada-quilômetro útil.

⁴ Em 2012, o governo federal lançou o PIL, que prevê a concessão à iniciativa privada de uma série de projetos para os modais rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroportuário, com o objetivo de desenvolver o sistema de transportes do país.

brasileira, uma vez que dispõe de uma baixa densidade de malhas de transportes nos três principais modais (rodoviário, ferroviário e hidroviário), tão necessários para escoar a produção do agronegócio e também de minérios.

A melhoria das condições no sistema de transportes de cargas e da logística é primordial para promover o desenvolvimento econômico. A estrutura de armazenagem, entre outros serviços de logística, inclui-se como um fator relevante para impulsionar o bom funcionamento das atividades econômicas da região. Os avanços na infraestrutura podem otimizar o escoamento da produção local e agregar valor na cadeia produtiva, beneficiar as indústrias e viabilizar a operação multimodal ao longo da cadeia de suprimentos.

O rápido crescimento econômico da região resultou em um aumento expressivo da demanda de energia elétrica. Esse aumento da demanda foi acompanhado por uma elevação ainda mais acentuada da oferta de energia elétrica, o que levou o Centro-Oeste a tornar-se exportador de energia elétrica para as outras regiões do país. Além da expansão da oferta de energia, a região diversificou sua matriz de geração. A capacidade de geração termelétrica, utilizando principalmente o gás natural e a biomassa da cana, foi consideravelmente ampliada, contribuindo para complementar a geração hidrelétrica na região. Apesar da crescente participação da geração termelétrica, a hidreletricidade deve se manter como a principal fonte na região graças a seu expressivo potencial.

A expansão do sistema de transmissão no Centro-Oeste também tem contribuído para aumentar a segurança do suprimento na região e ampliar o intercâmbio de energia com as outras regiões do país. Dentre os projetos de transmissão mais importantes na região, destacam-se as linhas de transmissão para a conexão das hidrelétricas em construção no rio Teles Pires e as linhas para conexão compartilhada dos projetos de geração a partir da

biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas, fontes com um grande potencial a ser aproveitado na Região Centro-Oeste.

Além desta introdução, este capítulo conta com mais três seções. A segunda seção deste capítulo traça o panorama atual da logística da Região Centro-Oeste, com destaque para a caracterização dos corredores logísticos que formam os principais eixos de transporte do país, a atuação do BNDES e perspectivas de desenvolvimento da infraestrutura logística da região. A terceira seção apresenta um panorama da energia elétrica da região, bem como da atuação do BNDES nessa área, além de perspectivas para a hidreletricidade, a geração termelétrica, transmissão e distribuição de energia. A quarta seção tece considerações finais sobre as perspectivas de desenvolvimento da região na ótica da infraestrutura.

UM PANORAMA DA LOGÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Convém aqui, antes de detalhar a situação atual da infraestrutura logística da Região Centro-Oeste, apresentar algumas informações a respeito das cargas originadas na região, pois são elas que demandam os serviços de transporte.

Atualmente, o Centro-Oeste responde por mais de 40% da produção de milho, soja em grãos e farelo de soja do Brasil, de acordo com estatísticas divulgadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Na safra de 2011-2012, a região produziu 71,2 milhões de toneladas do total de 166 milhões de toneladas produzidas pelo Brasil. Desse total, 66 milhões de toneladas foram destinadas ao exterior.

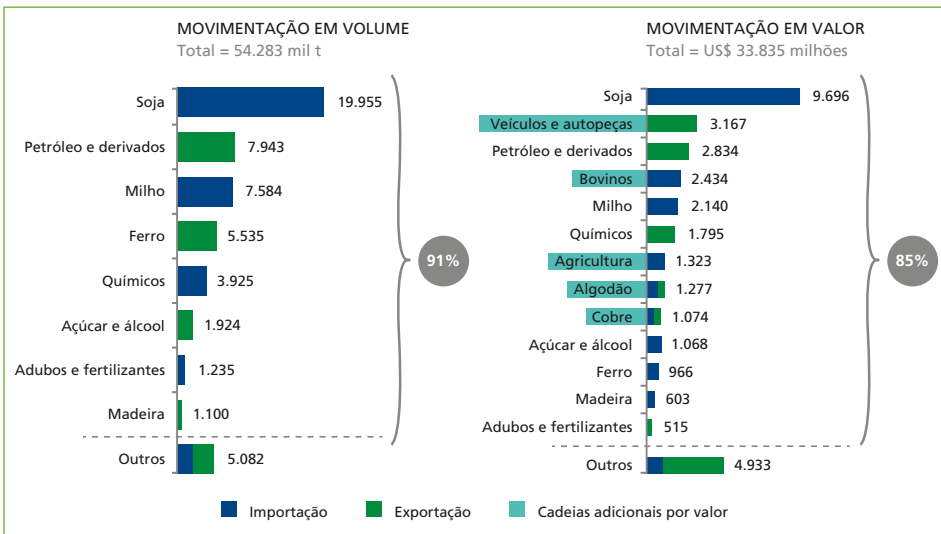
O estado de Mato Grosso, atualmente, tem sua economia baseada na exportação de grãos. Segundo dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Mato Grosso exportou 12.296 mil toneladas de soja em grãos em 2013, o equivalente a 29% das exportações totais. O estado, hoje, ocupa o

primeiro posto na produção de soja, algodão, milho, girassol e pecuária de bovinos, segundo dados do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea).

O Mato Grosso do Sul conta com a vantagem de ter fronteira com grandes centros comerciais, como São Paulo, Paraná e Minas Gerais, e suas principais atividades são a agropecuária (cana-de-açúcar, pecuária e milho), a produção de biocombustível (etanol), o extrativismo (madeira e ferro) e o ecoturismo no Pantanal.

O estado de Goiás tem atraído a indústria automobilística e destaca-se na produção de cana-de-açúcar e etanol, bem como na produção de medicamentos pelo setor de químicos farmacêuticos. A Figura 1 ilustra a movimentação de produtos por setor, segundo o estudo da Macrologística divulgado em 2013.

FIGURA 1 Movimentação da produção da Região Centro-Oeste



Fonte: Macrologística Consultores – Projeto Centro-Oeste Competitivo.

A seguir, é apresentada uma visão geral dos corredores logísticos da Região Centro-Oeste e, posteriormente, são indicadas

as principais características da infraestrutura de transportes e logística existente na região.

Os corredores logísticos do Centro-Oeste

Pelo fato de não haver, atualmente, hidrovias⁵ atravessando a Região Centro-Oeste, mas sim percorrendo alguns trechos de sua periferia, o transporte hidroviário assume a dependência de uma integração intermodal de transportes inter-regionais ou mesmo internacionais, obrigando, assim, a utilização de outros modais, como o ferroviário e o rodoviário, que cheguem até uma Estação de Transbordo de Cargas⁶ (ETC) e façam a transição para o modal hidroviário até chegar a outra ETC, a um terminal marítimo de exportação ou mesmo a um centro consumidor. Ou seja, pode-se hoje afirmar que, se a hidrovia não chega à Região Centro-Oeste, a região vai até a hidrovia.

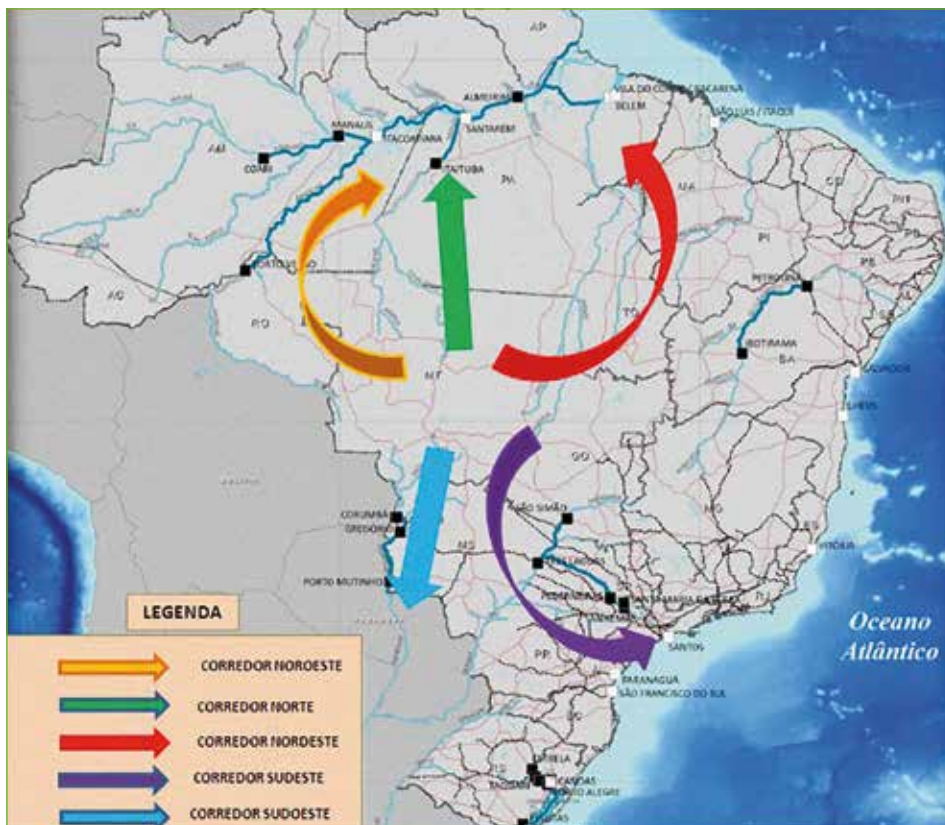
Obedecendo a esse cenário, pode-se delinear o sistema de transporte multimodal existente e necessário para as regiões que devem ser servidas. Como se pode notar, essa região interiorana produtora se encontra a distâncias superiores a 1.500 km dos portos marítimos, obrigando as cargas a transpor longas distâncias, utilizando principalmente o modal rodoviário. Também se pode considerar a necessidade de abastecimento dos grandes centros de consumo do Sudeste e Sul, convergindo o sistema para o mesmo problema.

Nesse sentido, é possível, conforme mostra a Figura 2, caracterizar cinco eixos principais de corredores logísticos, direcionando a carga por caminhos distintos e utilizando diferentes modais, levando a compor custos logísticos e qualidade de serviços bastante distintos entre si.

⁵ Consideraram-se, via de regra neste contexto, as hidrovias comercialmente exploradas.

⁶ Conforme definido na Lei dos Portos.

FIGURA 2 Corredores multimodais



Fonte: Elaboração própria, com base em PHE – MT.

O corredor logístico principal, que escoar cerca de 80% da carga do agronegócio do Centro-Oeste, é denominado *Corredor Sudeste*. Embora utilize majoritariamente o modal rodoviário, tem boa parte do escoamento realizado pelo modal ferroviário e pelo modal hidroviário. Este último é realizado por meio da Hidrovia Tietê-Paraná, sistema hidroviário composto por 2.400 km de vias navegáveis de Piracicaba e Conchas (ambos em São Paulo) até Goiás e Minas Gerais (ao norte) e Mato Grosso do Sul, Paraná e Paraguai (ao sul). Liga cinco dos maiores estados produtores de soja do país e faz parte da Hidrovia do Mercosul. O trajeto

das *commodities* percorre os 800 km de vias navegáveis, passando por dez barragens com transposição por eclusas e um canal artificial de 9 km de extensão, até o Porto de Pederneiras (SP), a partir de onde segue seu trajeto por rodovia ou ferrovia que levam ao Porto de Santos. O modal transformou-se em uma alternativa econômica para o transporte de cargas.⁷

A Hidrovia Tietê-Paraná é uma das mais importantes hidrovias do país e a principal via de navegação do Centro-Sul do Brasil, permitindo a navegação e o transporte de 6 milhões de toneladas de cargas e também de passageiros ao longo dos rios Paraná e Tietê. Um sistema de eclusas torna possível a passagem pelos desníveis das várias represas existentes nos dois rios. É a única hidrovia do país que corresponde aos plenos conceitos do que é verdadeiramente uma hidrovia, em contraposição à definição de via naturalmente navegável, caso da maioria das hidrovias existentes, principalmente na Região Norte, onde uma parcela considerável dos rios tem navegação possível e em boas condições durante todo o ano.⁸

Ainda no Corredor Sudeste, destaca-se o modal ferroviário nas ligações Rondonópolis-Santos e Maringá-Paranaguá, ambas operadas pela ALL. A capacidade de integração desse corredor no *market share* de grãos agrícolas do Centro-Oeste depende, fundamentalmente, da capacidade da oferta, dada sua alta competitividade em face da alternativa rodoviária até os portos de Santos e Paranaguá. Novos investimentos estão previstos no aumento da oferta da opção rodoferroviária, o que elevará a

⁷ Além do transporte de cargas, a hidrovia proporciona o transporte de passageiros, incentivando o turismo de cidades como Barra Bonita, Pederneiras e outras que oferecem, também, o aproveitamento dos lagos e praias formados pelas represas, além da utilização dos reservatórios para abastecimento de água. O sistema formado pela hidrovia é um autêntico exemplo bem-sucedido do princípio do uso múltiplo das águas, previsto na Lei 9.433 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, no qual as fontes hídricas são compartilhadas entre vários sistemas complementares.

⁸ Sendo favorecidos, inclusive, pelo fato de os maiores centros da região serem interligados por rios de grande navegabilidade, caracterizados por serem rios de planícies, com declividade suave e regular e sendo razoavelmente largos e com boa profundidade mesmo durante os períodos de seca, possibilitando o transporte de cargas de diversas naturezas por balsas e barças.

competitividade brasileira na saída Sudeste dos grãos produzidos mais ao leste e ao sul da Região Centro-Oeste.

Outra alternativa de escoamento da produção, preferencialmente a da região oeste de Mato Grosso, é a utilização do *Corredor Noroeste*, cuja principal figura é a Hidrovia do Madeira, importante hidrovia da Amazônia Ocidental que se estende de Porto Velho (RO) até a confluência do Madeira com o Amazonas. Essa hidrovia existe desde a época da borracha, sendo foco de interesse da Bolívia para escoamento de sua produção, e hoje é largamente utilizada para o transporte de granéis sólidos, líquidos e de carga geral, principalmente produtos destinados ou provenientes do Polo Industrial de Manaus. Em 2010, foram mais de 3,6 milhões de toneladas transportadas com grande parte desse volume passando pelos portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), distantes, respectivamente, 1.063 km e 1.623 km de Porto Velho. O acesso à hidrovia se dá por meio da rodovia BR-364, atravessando um trajeto de cerca de 650 km até os terminais de transbordos de Porto Velho. O corredor Noroeste de exportação começou a funcionar em 1999 com o início da operação da frota da empresa Hermasa (hoje Amaggi) e seus terminais em Porto Velho e Itacoatiara, e em 2003 deu-se o início da operação de escoamento da produção da *trading* Cargill, utilizando o trajeto de Porto Velho a Santarém. Atualmente, além do porto público, existem seis terminais operando em Porto Velho, transportando diversos tipos de carga, entre soja, milho, fertilizantes, semirreboques, contêineres, açúcar e outros produtos.⁹

O escoamento da produção da soja e milho também oferece outros caminhos alternativos além dos corredores Noroeste e Sudeste. Com a implantação do Terminal de Uso Privado (TUP)¹⁰ de Santarém pela Cargill, além dos grãos provenientes de Porto Velho, existe a ligação terrestre, de baixa eficiência,

⁹ Dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

¹⁰ Conforme definição dada pela Lei 12.815/2013, a Lei dos Portos.

viabilizada pela estrada BR-163 (a despeito da baixa qualidade da infraestrutura, onde boa parte da ligação não é pavimentada), que liga Cuiabá a Santarém, aproveitando a vantagem de que ela atravessa regiões centrais de produção principalmente de soja e milho, passando pelo norte de Mato Grosso e pelo sul do Pará, em um trajeto que chega a 1.400 km de extensão. Em 2012, o embarque de grãos no TUP de Santarém chegou a 1,5 milhão de toneladas, das quais cerca de 500 mil foram transportadas por via terrestre, e o restante pela Hidrovia do Madeira.

Um marco importante que modificará significativamente a matriz de transporte de grãos do país foi a decisão do governo federal de pavimentar totalmente a BR-163, cuja obra foi iniciada em 2009, e está sendo implantada por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), podendo ser objeto de concessão ao setor privado em 2015, no trecho Sinop (MT)-Itaituba (PA). Esse passo fundamental deu início à implantação do *Corredor Norte* de exportação.

Com o início das obras de asfaltamento da BR-163, muitas empresas começaram a visualizar as vantagens competitivas que obteriam com a utilização em larga escala do transporte pela Hidrovia do Tapajós, principalmente para o transporte de soja e milho produzidos no norte de Mato Grosso, encurtando o trajeto até os portos de escoamento em pelo menos 500 km, o que significativamente reduz em até dois dias o tempo de percurso, se comparado com o transporte rodoviário até os portos de Santos e Paranaguá.

Estrategicamente localizados em Miritituba, distrito de Itaituba (PA), e na margem direita do rio Tapajós, pelo menos 12 empresas estão se estabelecendo na região, construindo terminais fluviais de transbordo de cargas, comumente chamados de ETCs, para receber as cargas dos caminhões e transbordá-las para barcaças que chegam a transportar até 40 mil tonela-

das de grãos, quantidade equivalente ao transporte feito por oitocentos caminhões bitrem. Essa posição estratégica leva em consideração, além do conceito anteriormente citado, que, a partir desse ponto, a Hidrovia Tapajós-Amazonas é plenamente navegável durante todo o ano, não necessitando de obras estruturais, geralmente de longo período de maturação e de capital intensivo. Com os investimentos privados sendo realizados em terminais e frotas fluviais, é relativamente rápida a operacionalização do sistema, e em 2014 já se encontra em operação um terminal que transportou mais de 100 mil toneladas de grãos, mesmo com uma frota ainda em formação e com a persistente precariedade da BR-163, cujas obras de pavimentação pelo Dnit no trecho Sinop (MT)-Santarém (PA) têm previsão para conclusão para o fim de 2014.¹¹

Esses investimentos previstos para a instalação de terminais fluviais em Miritituba, necessários para o transbordo dos caminhões para as barcas, além dos terminais de transbordo das barcas para os navios classe Panamax,¹² em Vila do Conde (PA) e Santana (AP) (distantes cerca de 1.000 km e 850 km de Miritituba, respectivamente), e as frotas fluviais formadas pelos comboios podem chegar a R\$ 4,5 bilhões. Os comboios serão agrupados com 12 a 20 barcas cada, estimados em um total de 25 composições, distribuídos entre as diferentes empresas de navegação, o que permitirá transportar um volume total de 15 milhões de toneladas já em 2020, podendo representar uma economia no frete de até 30%, se comparado ao frete rodoviário hoje praticado no transporte de soja de Mato Grosso até o Porto de Santos. Se for considerado que o valor do frete corresponde a quase 50% dos custos finais dos produtos, levando em

¹¹ O trecho de Sinop (MT) a Santarém (PA) foi incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo governo federal, sendo sua expansão e manutenção de responsabilidade do Dnit. Até o momento, dois subtrechos foram concluídos e outros três estão em obras.

¹² Panamax são navios que podem transportar de 60 mil toneladas a 80 mil toneladas de carga, com dimensões máximas situadas no limite para atravessar o Canal do Panamá.

conta aquelas distâncias, o impacto da redução no preço final da soja embarcada pode chegar a até 15% do valor atual. Outros benefícios diretamente gerados serão a retirada de cerca de mil caminhões bitrem, diariamente, das estradas rumo ao Sudeste e Sul do país, reduzindo o consumo de combustíveis, e a diminuição do congestionamento de caminhões nas vias de acesso aos portos daquelas regiões.

Os efeitos econômicos positivos do transbordo rodoferroviário em Miritituba, conforme descrito, poderiam ser ainda mais expressivos se a hidrovia se estendesse até o rio Teles Pires (em Cachoeira Rasteira, distante 1.042 km de Santarém). Para tal, seriam necessários investimentos para regularização do nível de navegação, entre eles, a construção de eclusas nas hidrelétricas previstas no rio Tapajós (UHE São Luís do Tapajós e UHE Jatobá) e o derrocamento e dragagem de alguns trechos críticos, o que ainda não foi solucionado. A falta de compatibilidade tempestiva do planejamento energético com a exploração de rios com elevado potencial de transporte, como é o caso dos rios Tapajós e Teles-Pires, reduz a competitividade brasileira na exportação de bens produzidos nas Regiões Centro-Oeste e Norte.

Embora ainda não tenha participação relevante no conjunto de sistemas de transportes integrados, o *Corredor Nordeste* vem paulatinamente aumentando seu fluxo de transporte de cargas de granéis e minérios, utilizando majoritariamente o modal rodoviário para direcionar a produção até os portos de Vila do Conde, em Barcarena (PA), e, principalmente, de Itaqui, em São Luís (MA).

Com o início da operação da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e sua interligação com a Estrada de Ferro Carajás (EFC), o transporte de grãos poderá ganhar mais volume e dinamismo, com tendência a alcançar entre 10 milhões e 15 milhões de toneladas anuais. Adiciona-se a ferrovia prevista no PIL ligando Lucas do Rio Verde (MT)

a Uruaçu (GO), que será integrada à FNS, transformando-se em um corredor ferroviário de mais de 3.500 km de extensão.

Uma nova alternativa desenha-se na região, com o enorme potencial de capacidade de transporte que poderá ser incorporada por meio da viabilização da Hidrovia Araguaia-Tocantins, já prevista há mais de três décadas, mas atualmente paralisada por falta de investimentos em eclusas, obras de derrocamentos e dragagens, entre outros que, quando executados, tornarão a hidrovia plenamente navegável em uma extensão que pode chegar a até 1.500 km. O potencial de transporte de cargas direcionadas para esse corredor logístico poderá beneficiar não somente a Região Centro-Oeste, mas também as regiões Norte e Nordeste, incorporando-se ao conjunto de soluções logísticas que proporcionarão não somente o devido equacionamento da inadequada matriz de transportes que se irradiou no país, mas, também, a redução substancial dos custos de fretes, diminuição do tempo de percurso e da quantidade de caminhões perfilados nas vias que desembocam, principalmente, nos portos de Santos e de Paranaguá, reduzindo o risco de explosão dos custos logísticos.¹³

Por último, mas não menos importante, o *Corredor Sul* (ou Sudoeste) é composto por um sistema de transporte fluvial utilizado em condições naturais formado pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, que conecta o interior da América do Sul com os portos do curso inferior do rio Paraná e no estuário do rio da Prata. Com 3.442 km de extensão, desde Cáceres, de onde é navegável comercialmente, até Buenos Aires, no rio da Prata, serve como importante artéria de transporte para grandes áreas no interior do continente, atendendo a países como Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Somente no território brasileiro, a hidrovia percorre 1.278 km.

¹³ Aumento dos custos de transporte e de estoques pela incapacidade de racionalizar os fluxos logísticos de diversas cadeias de suprimento, pela inadequabilidade da oferta de infraestrutura econômica de transportes.

Os principais terminais no trecho brasileiro são: Cáceres, Corumbá e Ladário, além de três terminais privados com expressiva movimentação de carga. Nesse trecho a montante do rio Paraguai, por ser de menor profundidade, a navegação sofre limitações em cerca de três meses ao ano, nos períodos secos, quando os comboios têm de operar com menos carga ou, em estiagens rigorosas, deixar de navegar, principalmente, nos 150 km próximos à cidade de Cáceres. Já a jusante do rio, geralmente a navegação pode ser plenamente utilizada.

Segundo a Administração da Hidrovia do Paraguai (Ahipar),¹⁴ em 2008, a hidrovia movimentou cerca de 18 milhões de toneladas, das quais 4,3 milhões utilizaram os terminais brasileiros. As principais cargas transportadas no trecho brasileiro são: minério de ferro, minério de manganês e soja. Os fluxos de carga na hidrovia vêm crescendo nos últimos anos, respondendo, justamente, à expectativa de interação comercial na região.

O Tratado da Bacia do Prata, celebrado em 23 de abril de 1969 pelos cinco países banhados pela bacia, e consoante com outros acordos multilaterais posteriormente firmados, visa promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da região e de suas áreas de influência. Nele, os países signatários reconhecem reciprocamente a liberdade de navegação em toda a hidrovia das embarcações de suas respectivas bandeiras, assim como a navegação de embarcações de terceiras bandeiras.

No entanto, como as exigências para a navegação de embarcação com bandeira brasileira são mais rigorosas que a dos outros países ribeirinhos ou de terceira bandeira de conveniência, atualmente não existe nenhuma empresa operando com bandeira brasileira.

¹⁴ Órgão subordinado ao Dnit.

O POTENCIAL HIDROVIÁRIO BRASILEIRO

Apesar de o Brasil possuir uma extensa rede de rios e lagos, estendendo-se por aproximadamente 63.000 km do território nacional, distribuídos em 12 bacias hidrográficas, apenas cerca de 21.000 km deles são considerados rios navegáveis, e 80% encontram-se dentro da Região Amazônica. Atualmente, são transportados nos rios brasileiros 25 milhões de toneladas de carga e 6 milhões de passageiros por ano. Essa participação é ainda discreta (cerca de 5%) para o Transporte Hidroviário Interior (THI) na distribuição atual do transporte de carga entre modais, quando comparado com os transportes ferroviário (26%) e rodoviário (63%). No transporte de passageiros, o THI tem também uma participação diminuta quando comparado ao transporte rodoviário e aeroviário. Ressalte-se que, da totalidade de rios existentes no Brasil, somente 6.300 km são comercialmente explorados, em contraposição com os 40.000 km dos Estados Unidos (considerando somente as hidrovias internas), os 35.000 km da União Europeia e os 62.000 km da China. No caso argentino, a posição logística dos centros produtores está a uma distância de até 300 km dos portos exportadores, indicando que o transporte rodoviário está mais adequado àquela realidade, enquanto, no Brasil e nos Estados Unidos, as distâncias superam os 1.000 km, pondo a matriz americana em uma situação de vantagem em relação à matriz brasileira considerando as vantagens logísticas.

Diferentemente do que representa hoje na matriz de transporte brasileira, o THI é uma alternativa mais indicada para o transporte de carga de longa distância, por apresentar custos menores por tonelada-quilômetro, alta capacidade de transporte de cargas (principalmente minérios e grãos) e maior eficiência energética, segurança e confiabilidade para o transporte de grandes quantidades de carga. Outra alternativa para o transporte de grande quantidade de cargas à longa distância é a ferrovia, que, por sua vez, exige grandes investimentos para a implantação de novos trechos. Já o transporte rodoviário é mais interessante para distâncias menores, geralmente até 400 km, oferecendo maior capilaridade em locais que carecem de hidrovias ou ferrovias nas proximidades.

Comparando-se os custos logísticos envolvidos em uma rota de mesma distância de escoamento de grãos no Brasil com os dos Estados Unidos, os custos de um centro produtor de milho em Lucas do Rio Verde, cerca de 2.000 km do Porto de Santos, variam de US\$ 140 a US\$ 150 por tonelada, enquanto nos Estados Unidos o valor equivalente seria entre US\$ 65 e US\$ 70

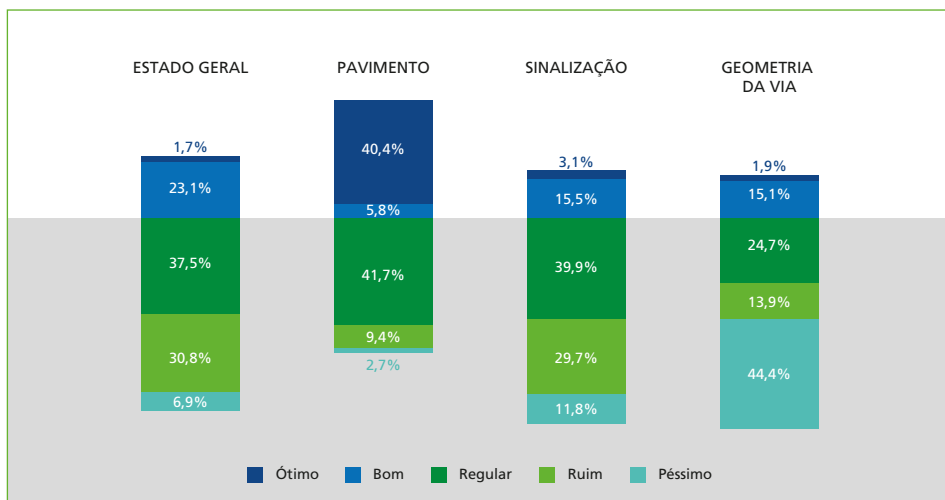
por tonelada. Isso porque, enquanto no Brasil predomina o transporte rodoviário, nos Estados Unidos é mais utilizado o transporte hidroviário.

Em vista disso, a utilização do transporte hidroviário deve ser ampliada e consolidada em um país como o Brasil, no qual longas distâncias geralmente separam a origem da carga de seu destino final.

O MODAL RODOVIÁRIO

Conforme mencionado, o sistema de transportes da região é fortemente dependente do modal rodoviário, com rodovias em condições precárias e sobrecarregadas nas épocas de colheitas. Segundo a Pesquisa CNT de Rodovias 2013, 37,7% das rodovias da região encontram-se em estado ruim ou péssimo, e 37,5% em situação regular (Figura 3).

FIGURA 3 Condições das rodovias do Centro-Oeste



Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias 2013.

As principais rodovias, mapeadas na Figura 4, para o escoamento de itens produzidos na região são: BR-163, BR-364, BR-262, MT-130, trajeto que se conecta à ferrovia Ferronorte,

com acesso ao Sul e Sudeste do país; BR-174, MT-235, MT-170, rota que segue até a Hidrovia do Rio Madeira e Rio Amazonas e, por consequência, permite o acesso aos portos de Porto Velho (RO) e de Itacoatiara (AM);¹⁵ BR-158, uma das vias para o Norte do país, com passagem por Marabá (PA) e acesso ao Porto de Itaqui; e BR-070,¹⁶ que liga Campo Verde (MT) a Primavera do Leste (MT), região de forte produção de algodão e de frangos de corte, além da soja.

FIGURA 4 Mapeamento das principais rodovias da Região Centro-Oeste



Fonte: Ministério dos Transportes.

¹⁵ Em especial, a produção dos polos de Campo Novo dos Parecis e Sapezal, em Mato Grosso, é escoada por essa rota.

¹⁶ A BR-070 também permite o acesso a Hidrovia Paraguai-Paraná, atualmente não utilizada para a exportação de grãos.

A BR-364 encontra-se, no geral, em condições regulares de uso ao longo de todo o seu traçado no Centro-Oeste, contando com apenas um trecho de 187 km em condições boas de uso, entre Diamantino (MT) e o entroncamento com a MT-388. O trajeto utilizado abrange o estado de Rondônia até Minas Gerais, cruzando o estado de Mato Grosso e o sul de Goiás. Sua área de influência inclui Rondonópolis, Cuiabá e Diamantino, além de Jataí (GO) e São Simão (GO). As principais cargas transportadas são açúcar e álcool, fosfato, madeira, frigoríficos, bens de consumo, fertilizantes, entre outras.

A BR-163, conhecida como a “rodovia da soja”, abrange os estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná e Santa Catarina e, além de interligar a Região Centro-Oeste à Região Sudeste, também dá acesso ao Porto de Santarém (PA).

A rodovia BR-158, com 2.247 km de extensão, conecta o Rio Grande do Sul ao Pará (passando por Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo) e, assim como a BR-163, foi avaliada pela CNT como em situação regular. No estado do Pará, a situação da BR-158 foi avaliada como ruim. O trecho norte da BR-158 integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)¹⁷ e está sob responsabilidade do Dnit para a pavimentação da via.

Com a melhoria das condições dos trechos norte da BR-163 e BR-158, pode-se esperar, condicionado à viabilização de novas rotas alternativas, o aumento da relevância da saída pela Região Norte para a produção agrícola do Centro-Oeste.¹⁸

Adicionalmente, os corredores dos rios Teles Pires e Tapajós, que ligam o norte de Mato Grosso a Santarém, são alternativas de acesso que podem intensificar futuramente o uso da rota de escoamento de carga pelo estado do Pará.

¹⁷ O PAC foi lançado em 2007 pelo governo federal contemplando obras para desenvolver a infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

¹⁸ Segundo as estatísticas da Anec, em 2013, 997 mil toneladas de soja em grãos, perante o total brasileiro de 42.796 mil toneladas, foram exportadas pelo Porto de Santarém.

Com relação à saída pelo estado do Maranhão, enquanto o trecho da FNS até Anápolis (GO) não entrar em operação, o modal rodoviário continuará predominante, com elevados custos de distribuição, parte em decorrência dos gargalos existentes. As rodovias BR-163 e BR-158, esta última ainda em obras, são as mais importantes para o escoamento pelos Portos de Itacoatiara, Santarém e Itaquí.

A BR-163

A BR-163, conhecida como a Cuiabá-Santarém, foi concebida no início dos anos 1970 como parte do programa do governo para integrar a Amazônia ao resto do país, juntamente com a rodovia BR-230, a Transamazônica. Como principal rodovia da Região Centro-Oeste, ligando os estados do Pará e Rio Grande do Sul, a BR-163 tem um traçado longitudinal, diferentemente da Transamazônica, que corta o país transversalmente. Essas duas estradas tinham como objetivo promover a expansão da agropecuária em Mato Grosso, possibilitar a indústria extrativista e ocupar o “grande vazio demográfico” existente entre os rios Xingu e Tapajós, no sul do Pará e norte de Mato Grosso.

Para estimular a ocupação da região, o governo destinou, na época, lotes de terras para assentamento de colonos e pequenos produtores vindos de várias regiões do Brasil. Além da pecuária, havia o interesse em explorar os recursos minerais, principalmente o ouro, abundantes na região.

Com o abandono do programa na década seguinte e a não pavimentação do trecho paraense da estrada, muitas famílias abandonaram a área. Para os que ficaram, sobram os problemas de falta de estrutura e governança, levando a um clima de confronto de terras, principalmente com a prática frequente de grilagem* para comprovação da posse de terrenos aparentemente provenientes de terras devolutas ou até mesmo de terceiros, em razão da falta de ordenamento fundiário e fiscalização.

A área de influência da BR-163 é, hoje, palco de uma das maiores modificações da paisagem provocadas pelo homem na Amazônia, por causa do constante processo de desmatamento do bioma na região.

* O termo grilagem vem da descrição de uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida, como se fossem autênticos.

Nos anos seguintes, a manutenção periódica da BR-163 foi praticamente abandonada, levando à rápida degradação da rodovia. Um dos grandes problemas atuais para o transporte de cargas até Miritituba e Santarém é que, durante a época de chuvas na região, que geralmente vai de dezembro a maio, a estrada torna-se praticamente intransitável, criando-se imensos atoleiros nos trechos de terra.

Para resolver a questão, em 2004, o governo brasileiro criou um grupo interministerial com a missão de apresentar uma proposta de projeto para a pavimentação da BR-163 com o mínimo impacto possível, batizado de “BR-163 Sustentável”, incorporando ações estruturantes e medidas de caráter preventivo que impeçam que a pavimentação da Cuiabá-Santarém repita os problemas ambientais e sociais de outras estradas asfaltadas na Amazônia. Entre essas medidas, estão: a criação de áreas protegidas, o aumento da fiscalização, o ordenamento territorial (inclusive regularização fundiária) e o incentivo a atividades não predatórias.

Uma das mais importantes justificativas para o projeto de pavimentação da BR-163 é a criação de um corredor de exportação utilizando a Hidrovia Tapajós-Amazonas para escoar a soja e outros produtos ligados à expansão da atividade agropecuária, beneficiando o agronegócio e os produtos fabricados no Polo Industrial de Manaus, ao oferecer uma nova rota de escoamento principalmente para as regiões Centro-Oeste e Sudeste, reduzindo o tempo de trânsito e os custos com transporte dos equipamentos eletroeletrônicos e motocicletas.

Entretanto, essa alternativa rodoviária compete com a opção oferecida pela Hidrovia do Tapajós/Teles Pires, na qual os ganhos econômicos e ambientais são mais expressivos. Todavia, como visto, depende de planejamento estratégico integrado entre os setores energético e de transportes, além de novos investimentos para transposição das unidades hidrelétricas (eclusas) e para manutenção do nível mínimo de navegação, garantindo o uso múltiplo das águas nos principais rios da região.

O MODAL FERROVIÁRIO

O sistema de transporte ferroviário da Região Centro-Oeste apresenta trechos em fase de expansão que, depois de concluídos, deverão contribuir para a otimização da cadeia logística da região. A seguir, é exposto o estágio atual das ferrovias que atendem ao Centro-Oeste brasileiro.

A malha ferroviária Ferronorte (Malha Norte) interliga as Regiões Norte e Centro-Oeste ao Sul e Sudeste do país, incluindo os principais portos de exportação. O primeiro trecho da Ferronorte, inaugurado em 1999, com 410 km de extensão e bitola larga, abrange a ligação de Aparecida do Taboado (SP) a Alto Taquari (MT). Em abril de 2002, a malha foi estendida em 90 km, interligando Alto Taquari a Alto Araguaia, em Mato Grosso, totalizando 500 km.

Recentemente, os trilhos da Ferronorte chegaram à Rondonópolis (MT). Segundo ANTT (2013), 12.976 mil toneladas de granéis agrícolas foram transportadas pela malha, em 2013, o correspondente a 90% do volume total da ferrovia. Com relação aos combustíveis, derivados de petróleo e álcool, o volume de 579 mil toneladas representou 4% do total.

Ao chegar ao estado de São Paulo, a partir do município de Santa Fé do Sul (SP), a Malha Norte segue até o Porto de Santos, através da Malha Paulista. Somando a extensão das malhas, a carga embarcada no extremo da linha – Rondonópolis (MT) – percorre cerca de 1.650 km até chegar ao porto.

A Malha Oeste, por sua vez, liga Corumbá e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, à cidade de Bauru, em São Paulo, com a extensão de 1.621 km e bitola métrica. A malha atende principalmente a regiões dos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo e à cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e viabiliza, especialmente, o escoamento da produção de minério de ferro, celulose, aço e ferro-gusa. A ferrovia possui somente um trecho inoperante, de Campo Grande até Ponta Porã; o restante da ferrovia encontra-se em condições limitadas de uso.

A principal mercadoria transportada pela Malha Oeste é o minério de ferro, na proporção de 76% do volume total, de acordo com a ANTT. Na Região Centro-Oeste, a produção de minério de ferro está concentrada em Corumbá (MS) e Urucum (MS).

A Malha Sul conecta a região de Maringá/Cascavel a Londrina e ao Porto de Paranaguá (PR). Também se constitui em importante corredor de grãos agrícolas alimentado pela BR-163 advinda do Mato Grosso do Sul.

As malhas Oeste, Sul e Norte são operadas pela mesma concessionária, sendo esta responsável também pela Malha Paulista, a qual faz ligação com a Ferronorte. Essas malhas constam na Figura 5.

FIGURA 5 Malhas Norte, Oeste e Paulista



Fonte: Concessionária ferroviária ALL.

Outra malha ferroviária de influência na região e em fase de implantação é a FNS, com extensão prevista de 2.255 km, que irá conectar o Porto de Itaqui, no estado do Maranhão, às principais regiões produtoras de grãos no Centro-Oeste e às regiões Sul e Sudeste.

Atualmente, a ferrovia tem um trecho em operação de 720 km, entre Palmas (TO) e Açailândia (MA), onde se conecta com a Estrada de Ferro de Carajás, com 892 km de extensão, o que possibilita o acesso ao Porto de Itaquí. Em 2013, a movimentação de soja e farelo de soja por esse trecho foi de 2.534 mil toneladas úteis, o que representou 81% do total de mercadorias transportadas. Os demais itens atendidos pela FNS foram milho (313 mil), minério de ferro (232 mil) e combustíveis (36 mil).

O trecho entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), de 855 km de extensão, inaugurado em maio de 2014, tem previsão para o início das operações no segundo semestre de 2014. Depois de iniciada a operação, há a expectativa de incremento do escoamento da produção do Centro-Oeste por esse corredor. Atualmente, o modal rodoviário é utilizado para o acesso à linha da FNS em Palmas (TO).

A FNS também terá ligação longitudinal entre os outros trechos de ferrovias planejados, como a Trasnordestina, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). A Figura 6 apresenta o panorama da malha da FNS.

A Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), de bitola métrica, e a Estrada de Ferro Vitória-Minas, menos representativas para o fluxo de escoamento da produção do Centro-Oeste, interligam Goiás (Anápolis e Brasília) ao Porto de Tubarão, em Vitória. Nesse trecho, os principais produtos transportados são fertilizantes e adubos, açúcar e milho.

ACESSO AOS PRINCIPAIS PORTOS

O Porto de Santos é responsável pelo escoamento de aproximadamente 45% da produção da região, sendo o porto mais relevante para a exportação de grãos, seguido pelos portos de Paranaguá (22%) e de Vitória (9%). Conforme já mencionado, as principais vias de acesso são as rodovias BR-163 e BR-364, as ferrovias Malha

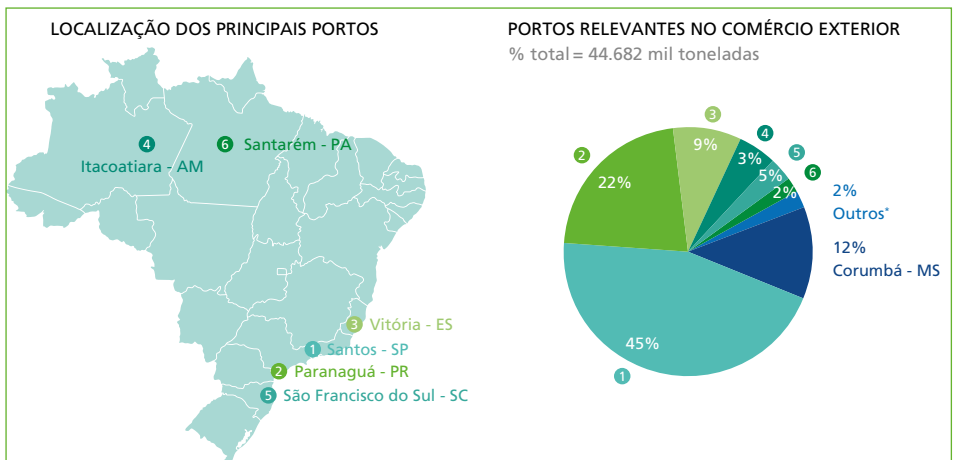
Norte, Malha Paulista e Malha Sul e a FCA. A Figura 7 aponta os portos mais relevantes para a Região Centro-Oeste.

FIGURA 6 Traçado da Ferrovia Norte-Sul



Fonte: Valec.

FIGURA 7 Principais portos com relevância para a Região Centro-Oeste



Fonte: Macrologística Consultores – Projeto Centro-Oeste Competitivo.

* Outros: Inclui o Porto de Itaquí (MA), o Porto do Rio de Janeiro, entre outros.

Vale destacar que, atualmente, 70% dos grãos desembarcam no Porto de Santos por ferrovia. No entanto, a região de acesso

ao Porto de Santos apresenta gargalos e capacidade limitada de infraestrutura, com filas de caminhões, lentidão para desembarque de trens, condições desfavoráveis para o acesso aos terminais. O mesmo ocorre em Paranaguá.

Pelos portos de Paranaguá e Santos transitam os fertilizantes importados necessários para a produção agrícola e, no sentido inverso, o porto recebe soja em grão, farelos de soja, açúcar e milho produzidos no Centro-Oeste para exportação.

De acordo com o quadro acima, quase 80% das mercadorias produzidas na região para exportação são escoadas por portos das regiões Sul e Sudeste do país. As saídas pela Região Norte, representadas pelos Portos de Santarém, Porto Velho, Itacoatiara e Itaquí, são ainda menos relevantes para o fluxo de escoamento da produção do Centro-Oeste, todavia, conforme já explicitado, com forte tendência de crescimento e redistribuição desse *market share*.

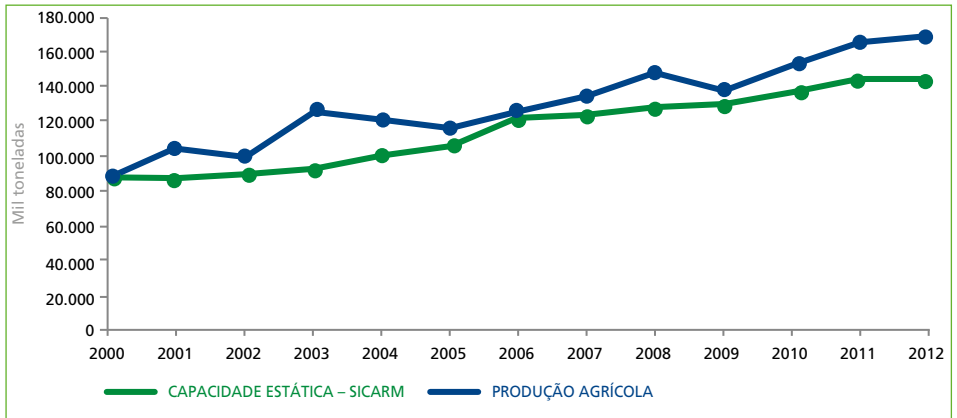
ARMAZENAGEM E TERMINAIS LOGÍSTICOS

Um dos principais gargalos da região diz respeito à infraestrutura logística para armazenamento da produção local. Segundo a Conab, a capacidade estática de armazenamento no Brasil era de 146,2 milhões de toneladas para cereais, leguminosas e oleaginosas, em 2013. Tendo em vista que a Food and Agriculture Organization (FAO) recomenda que a capacidade de armazenagem de um país seja 1,2 vez sua produção agrícola anual, o Brasil apresenta um déficit de aproximadamente 78,6 milhões de toneladas. Essa realidade reflete-se na Região Centro-Oeste, área responsável por cerca de 40% da produção brasileira de grãos, de acordo com a Conab.

A insuficiência de capacidade de armazenagem resulta no escoamento mais concentrado da produção no período de safra, o que acentua os gargalos pelo congestionamento da cadeia, em especial nos portos, e afeta os custos de frete.

O Gráfico 1 representa a evolução da capacidade estática e da produção agrícola do país.

GRÁFICO 1 Séries de capacidade estática e da produção agrícola – Brasil



Fonte: Conab.

TRANSPORTE AÉREO

O Aeroporto de Brasília é um importante *hub* do sistema de transporte aéreo brasileiro que conecta as regiões Norte e Nordeste e o Centro-Sul do país. Segundo estudo realizado pela McKinsey&Company,¹⁹ o aeroporto estava com sua capacidade de infraestrutura saturada, não atendendo adequadamente à evolução da demanda.

Com o evento da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) no Brasil, a pressão interna e externa por investimentos de expansão aeroportuária no país aumentou. O governo federal concedeu o aeroporto à iniciativa privada em 2012, assim como outros aeroportos relevantes para o tráfego aéreo brasileiro, a exemplo de Guarulhos (SP), Galeão (RJ), Cofins (MG) e Viracopos (SP).

¹⁹ O Setor de Transporte Aéreo do Brasil. Relatório consolidado de 2010.

O aeroporto de Brasília ocupa posição de destaque entre os aeroportos nacionais, por ter sob sua influência população de tamanho relevante (4 milhões de habitantes, englobando outros 22 municípios de Minas Gerais e Goiás) e por possuir um perfil de *hub* inter-regional, ligando as regiões Sul e Sudeste às regiões Norte e Nordeste, em função de sua localização central.

A movimentação de cargas no Aeroporto de Brasília é pouco representativa, sendo o perfil de tráfego desse aeroporto afetado por conexões de voos de passageiros.

O Aeroporto de Cuiabá contém um terminal de carga da rede (Teca) da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), por onde transitaram 10.967 mil toneladas, em 2013, de cargas, em sua maioria, nacionais, representando 2,27% do total movimentado nos aeroportos nacionais. Já pelo Teca do Aeroporto de Goiânia houve a movimentação de 3.204 mil toneladas de cargas importadas e 52 mil toneladas de cargas para exportação. Esse terminal nacionaliza cargas que foram importadas pelo modal marítimo sob o Regime de Trânsito Aduaneiro.

A atuação do BNDES na Região Centro-Oeste

A Região Centro-Oeste é a única região do país localizada integralmente em área continental, e esse motivo, por si só, já demandaria investimentos em logística de escoamento da produção para as demais regiões. Somada a isso está a contradição de a região ser a maior produtora de grãos do país, com alta produtividade no campo, que garante os preços competitivos internacionalmente, mas com alto custo logístico para escoamento dessa produção.

A carteira de projetos apoiados pela Área de Infraestrutura do BNDES possui 14 operações contratadas e ativas relativas a projetos de infraestrutura de transportes, totalizando R\$ 6 bilhões de investimentos e R\$ 3,2 bilhões de financiamento, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 Investimentos em logística apoiados pelo BNDES na Região Centro-Oeste

Setor	Número de projetos	Valor do apoio	Valor do investimento
Aeroportuário	1	1.281.773	1.305.889
Ferroviário	7	1.785.554	4.282.109
Rodoviário	1	35.000	207.850
Terminais e armazéns	5	130.173	167.888
Total	14	3.232.500	5.963.736

Fonte: Elaboração própria.

Destaca-se o apoio do BNDES ao transporte ferroviário, bastante adequado para o escoamento da carga da região, que se caracteriza por ter grande volume, ser transportada por grandes distâncias e ser em grande parte destinada à exportação. Como exemplo, o município de Sorriso (MT) – localizado no centro-norte do estado de Mato Grosso, área responsável por 44,5% da carga de grãos exportada pelo estado, de acordo com dados do Instituto Mato Grossense de Economia Agropecuária (Imea) – dista 2.013 km do Porto de Santos (SP).

Os investimentos têm como foco a aquisição e adaptações de vagões e locomotivas e a expansão e melhoria da própria malha, notadamente ao longo da Ferronorte (atual Malha Norte), que liga a Região Centro-Oeste ao estado de São Paulo e ao Porto de Santos. Os investimentos destinam-se à expansão da malha, a melhorias em via permanente existente e à aquisição de material rodante, equipamentos, sistemas de informática e de segurança.

O BNDES também apoiou a expansão da Malha Norte de Alto Araguaia (MT) a Rondonópolis (MT), que permitiu a agregação de 260 km à linha, aproximando-a da fronteira oeste. O projeto faz parte do PAC 2, do governo federal, e foi inaugurado em setembro de 2013.

A Malha Norte é uma das linhas mais modernas do país e possui traçado que permite o atingimento de boa velocidade média

ao longo de seu trajeto (80 km/h). Hoje liga Rondonópolis (MT) a Aparecida do Taboado (MS), em um trajeto de 750 km em bitola larga (1,6 m). Nela, são transportados principalmente soja (grãos e farelo), milho e açúcar, no sentido exportação, e adubos e fertilizantes, no sentido oposto. Trata-se de concessão federal por noventa anos, que finda em 2079.

Para possibilitar o uso da ferrovia e, também, como apoio logístico à armazenagem, é necessária a construção de terminais intermodais e de transbordo rodoferroviário ao longo da linha férrea. O BNDES tem em sua carteira recente o apoio a projetos de terminais rodoferroviários em Alto Taquari (MT), Itiquira (MT) e Rondonópolis (MT), todos na Malha Norte, para transbordo de grãos, de álcool e biodiesel e de contêineres de carga frigorificada, tanto operados por empresas dedicadas à logística de cargas como pelos próprios produtores.

O terminal de álcool e biodiesel beneficia-se da proximidade das usinas de etanol da região e, via malha ferroviária, está interligado ao Porto de Santos, à Refinaria do Planalto Paulista (Replan), em Paulínia (SP), e a terminais em São José do Rio Preto (SP) e Paulínia (SP). No retorno, os vagões-tanque carregam derivados de petróleo para atender à demanda de combustíveis da Região Centro-Oeste. O terminal de contêineres de cargas refrigeradas viabiliza o escoamento da carga frigorificada dos produtores da região, que possui relevante produção de pecuária bovina e de aves.

Na região também estão disponíveis terminais de grãos, de contêineres e de carga a granel. O terminal inaugurado em 2011, em Itiquira (MT), apoiado pelo BNDES, funciona como uma opção às empresas localizadas mais a montante da linha, que, até 2011, eram obrigadas a seguir por rodovia até o terminal de Alto Araguaia (MT), utilizando trajeto mais longo e também de relevo mais acidentado.

Mais recentemente, no extremo da linha, foi inaugurado o terminal de Rondonópolis (MT), que possui estrutura ferroviária de 45 km, e possibilitará recepção e o carregamento de dois trens de 120 vagões simultaneamente. O terminal funcionará como um complexo de terminais de grãos, fertilizantes, combustíveis e produtos industriais dos clientes que atuarem no complexo, que, segundo projeções, demandará investimentos adicionais estimados em R\$ 730 milhões.

No apoio do BNDES a investimentos de infraestrutura aeroportuária, ressalta-se o financiamento ao projeto de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Brasília (Aeroporto Presidente Juscelino Kubitschek), no Distrito Federal, objeto de concessão no âmbito do PIL, do governo federal. O contrato de concessão foi assinado em 14 de junho de 2012 e tem duração de 25 anos. Os investimentos contemplam a reforma e ampliação do terminal de passageiros existente, ampliação de pátios de aeronaves e expansão dos estacionamentos de veículos.

Dentre os projetos de rodovias, destaca-se o apoio aos serviços de recuperação e melhorias da rodovia MT-130, no trecho entre os municípios de Rondonópolis (MT) (BR-163/364) e Primavera do Leste (MT) (BR-070), no sudeste do estado, com 122 km de extensão, objeto de concessão realizada pelo estado de Mato Grosso, em 2011. Com a concessão, de 28 anos de duração, o estado busca suportar a expansão da produção de grãos, principalmente soja e milho, em seu território, com a integração com o modal ferroviário em Rondonópolis. Diferentemente das demais rodovias pedagiadas, concentradas nas regiões Sudeste e Sul, seu tráfego caracteriza-se por ser mais intenso em veículos pesados, o que demonstra sua vocação comercial, voltada ao escoamento da produção do estado: enquanto a média de veículos pesados nas rodovias pedagiadas é de 27,4% do tráfego,

na MT-130 esse valor é de 40,5%.²⁰ A MT-130 reduz a distância entre Primavera do Leste e Rondonópolis em 145 km, considerando a utilização das vias alternativas BR-163 e BR-070.

O BNDES também tem em perspectiva o apoio às rodovias listadas no PIL. Já foram leiloadas as rodovias da Região Centro-Oeste. Do grupo, destaca-se a BR-163/MT, que, em conjunto com a BR-163/MT/PA (trecho previsto para ser leiloadado em 2015), formará uma rota alternativa de escoamento da produção em relação ao Porto de Santos, utilizando portos da Região no Norte do país, em um sistema que contará, também, com integração com o transporte hidroviário.

Cabe destacar ainda a participação da Área de Infraestrutura do BNDES no apoio à implantação de um novo sistema multimodal de transporte de etanol, baseado principalmente no modal dutoviário, projeto incluído no PAC. O sistema de escoamento ligará as principais regiões produtoras do país (São Paulo, Goiás, Triângulo Mineiro, sul e sudeste do Mato Grosso do Sul e norte do Paraná) aos centros consumidores da Grande São Paulo e Rio de Janeiro e ao Porto de Santos (SP), de onde poderá ser enviado por cabotagem para os demais centros consumidores do país ou para exportação.

O sistema logístico contará também com o transporte hidroviário pela Hidrovia Tietê-Paraná e com o uso de terminais de armazenamento do produto, além do transporte por dutos. O projeto tende a mudar a forma como é realizado o transporte de etanol no país, na medida em que propiciará um meio de transporte mais adequado ao produto, mais rápido, confiável, de menor custo e menos poluente que os modais de transporte atualmente preponderantes. A previsão é de que o sistema chegue à Região Centro-Oeste em 2015, com a entrada em operação do Terminal de Itumbiara (GO).

²⁰ Estudo de tráfego contratado pela concessionária da rodovia MT-130 (2011) e dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Por fim, registra-se que há toda uma estruturação de uma atuação multissetorial integrada das diversas áreas do BNDES na região do Tapajós em função da expectativa de realização de uma verdadeira plataforma logística em Miritituba (PA) e da implantação de diversas usinas hidrelétricas (até 13 unidades estão planejadas na região).

A partir de um diagnóstico da situação sócioeconômica e da identificação das externalidades e potencialidades, vários produtos financeiros do banco poderão ser utilizados para alavancar o desenvolvimento regional, a infraestrutura econômica, a agricultura familiar, as cooperativas de produção, as pequenas e médias empresas, a gestão ambiental e as atividades produtivas sustentáveis. Em resumo, o BNDES poderá ter uma atuação complementar aos diversos programas federais em execução, potencializando o desenvolvimento do território.

Perspectivas para a logística da Região Centro-Oeste

Do ponto de vista logístico, uma das questões que surge diante das perspectivas de crescimento da produção agrícola é a de como otimizar o escoamento da produção.

De acordo com as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a produção brasileira de grãos²¹ deverá passar de 184,2 milhões de toneladas na safra de 2012-2013 para 222,3 milhões em 2022-2023. Esse acréscimo de 38 milhões de toneladas representa um crescimento de 20,7% à produção atual. A produção de carnes (bovina, suína e aves) deverá crescer 34,9%, atingindo cerca de 36 milhões de toneladas em 2022-2023.

²¹ Esse conjunto de produtos, denominado pela Conab em seus levantamentos mensais de safra como grãos, corresponde ao que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) chama de cereais, leguminosas e oleaginosas em suas pesquisas mensais de safra. Produtos: algodão herbáceo (caroço de algodão), amendoim (em casca), arroz (em casca), feijão (em grão), mamona (em baga), milho (em grão), soja (em grão), aveia (em grão), centeio (em grão), cevada (em grão), girassol (em grão), sorgo (em grão), trigo (em grão) e triticale (em grão).

Quanto às projeções regionais, estas indicam que os maiores aumentos da produção de cana-de-açúcar devem ocorrer no estado de Goiás, embora a produção do estado seja relativamente pequena. Mato Grosso deve continuar liderando a expansão da produção de milho no país com aumentos previstos na produção superiores a 48%.

A interiorização da produção para as novas fronteiras agrícolas aumenta os custos logísticos. Dessa forma, surge a necessidade de reduzir os custos da “porteira para fora” para que a produção do Centro-Oeste mantenha a competitividade conquistada no campo.

Em que pese a relevância do agronegócio para a economia da região, o planejamento da logística não deve se limitar a viabilizar alternativas para o escoamento da produção agrícola, estabelecendo corredores de exportação. É preciso considerar a necessidade de circulação de bens e pessoas, favorecendo o dinamismo interno. Este é mais um desafio para a região: fazer a integração regional e inter-regional, dar acessibilidade e mobilidade à população e conectar as indústrias aos fornecedores de insumos e aos mercados consumidores.

Para os próximos anos, está prevista para a região uma série de investimentos em projetos de infraestrutura integrantes do PAC e do PIL.²²

Os novos trechos ferroviários serão de bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada. No novo modelo de concessão, o concessionário será responsável pela construção e manutenção da via, ou seja, vai se responsabilizar pela infraestrutura ferroviária. Além disso, surge a figura do operador, que será responsável pelo transporte. A estatal Valec compra a capacidade da

²² No setor rodoviário, o programa prevê a concessão de 7.000 km de rodovias, com investimento estimado em R\$ 28 bilhões nos cinco primeiros anos. No setor ferroviário, o PIL prevê investimentos de R\$ 51 bilhões em construção e melhorias de 11.000 km de linhas férreas em todo o Brasil.

infraestrutura e a vende ao operador. As concessionárias serão remuneradas por um valor fixo pago mensalmente pela Valec, referente à disponibilidade da capacidade, e por uma tarifa paga pelos usuários de acordo com a utilização da via.²³ O operador será remunerado pelos usuários do transporte.

Espera-se que esse novo modelo para o setor ferroviário incentive a competição entre os transportadores ferroviários, o que deve levar a uma redução do preço do frete ferroviário. Isso poderá favorecer a competitividade das exportações brasileiras.

No que tange ao setor de transporte aéreo, o programa tem entre seus objetivos melhorar a qualidade dos serviços e a infraestrutura aeroportuária para os usuários, ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira e reconstruir a rede de aviação regional. Estão previstos cerca de R\$ 7,3 bilhões de investimento em 270 aeroportos regionais.

A seguir, são apresentadas perspectivas de investimentos por modal de transporte para a Região Centro-Oeste nos próximos anos.

MODAL FERROVIÁRIO

A FNS é um dos principais projetos ferroviários para a região. A expectativa é de que, com o início da operação do primeiro trecho situado dentro da Região Centro-Oeste, ligando Anápolis (GO) a Palmas, no segundo semestre de 2014, seja possível aumentar o volume de carga transportado por essa rota de escoamento.

As obras de implantação do próximo trecho da FNS foram iniciadas. O trecho partirá de Ouro Verde de Goiás, cidade situada cerca de 40 km ao norte de Anápolis, atravessará parte do

²³ Poderá haver necessidade de transferências do Tesouro à Valec para fazer frente a diferenças entre obrigações (pagamentos) e direitos (receitas) da companhia.

sudeste goiano e chegará a Estrela d'Oeste (SP), completando 682 km de extensão.

Em Estrela d'Oeste, a FNS será ligada à Ferrovia EF-364 (Malha Paulista), permitindo o acesso ao Porto de Santos. O prazo previsto para a conclusão das obras de implantação é julho de 2015. De Estrela d'Oeste, a ferrovia avança ainda mais 264 km até a cidade de Panorama (SP), às margens do rio Paraná. Os estudos para essa ligação foram concluídos, mas ainda não há um cronograma de implantação.²⁴

No que diz respeito às perspectivas de investimentos na Malha Norte, pode-se mencionar que, inicialmente, integravam a concessão dessa ferrovia, além do trecho em operação, entre Aparecida do Taboado (SP) e Rondonópolis (MT), os trechos localizados entre as cidades de: Cuiabá (MT) e Uberaba/Uberlândia (MG); Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT); Cuiabá (MT) e Porto Velho (RO); e Cuiabá (MT) e Santarém (PA), todos não construídos. Contudo, em 2010, foi realizado um aditivo ao contrato de concessão, por meio do qual foram devolvidos à União os trechos ainda não construídos da malha concedida.²⁵

A nova concessão desses trechos ainda está em estudo pelo governo; dessa forma, no curto prazo, os investimentos previstos para essa ferrovia serão destinados à expansão da capacidade de transporte do trecho entre Rondonópolis (MT) e o Porto de Santos (SP). A concessionária deve investir em sinali-

²⁴ Futuramente, a FNS deverá funcionar como um importante eixo de ligação longitudinal entre os outros trechos de ferrovias planejados, como a Transnordestina, a Fico, a Fiol e a malha já existente. Em 2012, foi concluído o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de dois novos trechos da FNS, de Barcarena (PA) a Açailândia (MA) e de Estrela d'Oeste (SP) a Panorama (SP). O trecho Barcarena a Açailândia, quando construído, permitirá a ligação ferroviária entre a Região Centro-Oeste e o com o Complexo Portuário de Vila do Conde, no Pará. Cabe mencionar que há outros dois trechos em fase de estudos, de Panorama (SP) a Chapecó (RS) e de Chapecó a Rio Grande (RS), que permitirão a integração da região ao Sul do país.

²⁵ A devolução foi motivada pelo interesse público, uma vez que a previsão para a implantação dos trechos estava fora do horizonte da nova política do governo para o setor. Dessa forma, a restituição desses segmentos da malha concedida permitirá sua redesignação, segundo as diretrizes atuais de promoção da competição no transporte. Destaca-se que esses trechos não estão incluídos no PIL, e ainda não há previsão de quando essas obras serão iniciadas.

zação, material rodante, ampliação de pátios e duplicação de trechos, para adequar a oferta de capacidade de transporte à demanda da região.

Há ainda o projeto da Ferrovia do Pantanal (EF-267), com aproximadamente 734 km, que ligará Panorama (SP) a Porto Murtinho (MS), às margens do rio Paraguai, na fronteira entre Brasil e Paraguai. Essa ferrovia atenderá às regiões de Maracaju (MS) e Brasilândia (MS), que originam cargas de soja, milho e açúcar. A EF-267 vai se conectar à FNS em Panorama (SP). O trecho da ferrovia entre Panorama (SP) e Dourados (MS), com aproximadamente 380 km de extensão, faz parte do PIL.

Outro projeto previsto no PIL que impactará a logística da região é a Fico. A Fico, EF-354, compreende a ligação entre Campinorte (GO) e Vilhena (RO), com aproximadamente 1.641 km de extensão. Essa ferrovia, também conhecida como Ferrovia da Soja, faz parte de um traçado maior que é a Ferrovia Transcontinental.²⁶ O trecho entre Lucas do Rio Verde (MT) e Campinorte (GO), onde se conecta à FNS, faz parte do PIL.

MODAL RODOVIÁRIO

Dos nove lotes de rodovias a serem concedidas no âmbito do PIL, seis estão localizados na Região Centro-Oeste, em um total de 4,9 mil quilômetros de rodovias. O programa prevê investimentos de R\$ 46 bilhões, em 25 anos, em ampliação da capacidade, recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e realização de melhorias.

O programa de rodovias está mais adiantado que o de ferrovias. Cinco lotes já foram concedidos ao setor privado, e o leilão do último lote já foi realizado.

²⁶ A Ferrovia Transcontinental foi planejada para ter aproximadamente 4.400 km de extensão em solo brasileiro, o litoral do estado do Rio de Janeiro e a localidade de Boqueirão da Esperança (AC), como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru.

TABELA 2 Rodovias do PIL no Centro-Oeste

Rodovia	Extensão (km)	Situação
BR-153 (GO-TO)	751,9	Leilão realizado (homologado em 25.6.2014)
BR-050 (GO-MG)	425,8	Contrato de concessão assinado em 5.12.2013
BR-060/153/262 (DF-GO-MG)	1.176,5	Contrato de concessão assinado em 31.1.2014
BR-163/267/262 (MS)	1.423,3	Contrato de concessão assinado em 12.3.2014
BR-163 (MT)	821,6	Contrato de concessão assinado em 12.3.2014
BR-040 (DF-GO-MG)	936,8	Contrato de concessão assinado em 12.3.2014
Total	5.536	

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de haver investimentos expressivos previstos no PIL, o ideal é que o modal rodoviário tenha participação secundária no desenvolvimento da região, atuando na função de alimentador do sistema ferroviário ou hidroviário.

Para o futuro, o estado de Mato Grosso planeja a concessão da rodovia MT-130, no trecho entre Primavera do Leste e Paranatinga (120 km); das rodovias MT-246, MT-343 e MT-358, entre Jangada-Barra dos Bugres-Nova Olímpia-Tangará da Serra até Ita Norte (235 km); e da MT-407, no entroncamento das rodovias federais BR-163 e BR-364 até o Trevo do Lagarto (28 km).

PORTOS

Os portos com potencial para atender futuramente ao escoamento da produção da Região Centro-Oeste são os situados nas regiões Norte e Nordeste, em função do desenvolvimento das ligações rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias entre a região e esses portos. Sendo viabilizadas essas novas rotas de transporte, a região deve reduzir a dependência dos portos de Santos e Paranaguá.

Atualmente, no Terminal de Grãos no Porto de Itaquí, estão sendo realizados investimentos que aumentarão a capacidade de escoamento para 10 milhões de toneladas nos próximos anos. Os primeiros investimentos foram concluídos no primeiro semestre de 2014 e permitiram que o terminal elevasse sua capacidade de 2 milhões de toneladas para 5 milhões de toneladas.

Há também grande expectativa em torno do desenvolvimento do Corredor Norte de exportação, com o transporte de carga pela rodovia BR-163 até a cidade de Itaituba (PA), de onde será feito o transbordo para comboios fluviais até os Portos de Santana (AM) e Vila do Conde (PA).

TRANSPORTE AÉREO

O transporte aéreo é fundamental para a integração socioeconômica de regiões de grande extensão territorial e de difícil acesso, em decorrência da elevada velocidade desse modal. No Brasil, onde há ocupação de regiões remotas, algumas em biomas protegidos, a relevância do transporte aéreo é amplificada, por conta de sua estrutura pontual, em contraposição ao caráter linear dos modais ferroviário e rodoviário, mais agressivos ao meio ambiente. O PIL prevê investimentos de cerca de R\$ 924 milhões em 31 aeroportos regionais nos três estados do Centro-Oeste.

A ESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA DA REGIÃO CENTRO-OESTE – CENÁRIO ATUAL, ATUAÇÃO DO BNDES E UMA VISÃO PROSPECTIVA

Panorama da energia elétrica na Região Centro-Oeste

A produção e o consumo de energia elétrica na Região Centro-Oeste têm acompanhado o rápido crescimento econômico da região. No período 2008-2012, a geração de energia aumentou em média 8% ao ano, chegando a 73.900 GWh em 2012, enquanto o consumo cresceu quase 7% ao ano, atingindo 30.700 GWh no mesmo ano [EPE (2013a)].

A região possui atualmente cerca de 16.000 MW em capacidade instalada de geração, conforme a Tabela 3. A hidreletricidade é a principal fonte de geração na região, totalizando mais de 12.000 MW de capacidade, tanto em hidrelétricas quanto em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e Centrais Geradoras

Hidrelétricas (CGH).²⁷ Os principais rios utilizados para a geração hidrelétrica na região são o Paraná, na divisa entre os estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, o Paranaíba, entre Goiás e Minas Gerais, e o Tocantins, em Goiás.

TABELA 3 Capacidade de geração de energia elétrica por fonte nos estados do Centro-Oeste (em MW)

Unidade da federação	Hidrelétricas*	PCHs* e CGHs	UTES fósseis	UTES biomassa	Total
Mato Grosso	1.046	822	603	201	2.672
Mato Grosso do Sul	3.433	199	603	1.105	5.341
Goiás	6.217	360	476	836	7.889
Distrito Federal	-	30	17	-	47
Total	10.696	1.410	1.700	2.143	15.948

Fonte: Banco de Informações de Geração – Aneel (2014).

* As capacidades das usinas hidrelétricas e PCHs localizadas na divisa de dois estados foram divididas igualmente entre os estados.

Na geração termelétrica a partir de fontes de biomassa, destacam-se as quase cinquenta usinas movidas a biomassa da cana-de-açúcar, que totalizam 1.700 MW, e, mais recentemente, a co-geração utilizando o licor negro, resíduo da indústria de papel e celulose, com quase 400 MW. Na geração a partir de combustíveis fósseis, sobressaem-se as usinas que utilizam o gás natural proveniente da Bolívia, com 1.125 MW de capacidade, e as usinas a óleo diesel, com cerca de 550 MW de capacidade.

Carteira de projetos do segmento de energia elétrica do BNDES na região

Os projetos do setor de energia elétrica apoiados pelo BNDES nos últimos dez anos ou em perspectiva na região totalizam 5.464 MW de nova capacidade instalada de geração e mais de 9.000 km de novas linhas de transmissão. Os investimentos em projetos aprovados pelo BNDES na Região Centro-Oeste no setor de energia elétrica somam R\$ 32,6 bilhões, dos quais R\$ 18,8 bilhões correspondem aos financiamentos do BNDES, conforme Tabela 2.

²⁷ PCHs, com capacidade entre 1 MW e 30 MW; CGHs, com capacidade até 1 MW.

A maior parcela do apoio do BNDES refere-se aos projetos de geração hidrelétrica, com R\$ 20,5 bilhões em investimentos e R\$ 12,6 bilhões em financiamentos. Dentre os projetos de geração hidrelétrica, destacam-se as usinas do rio Teles Pires. Em seguida, aparecem os projetos de transmissão, com R\$ 11,7 bilhões em investimentos e R\$ 5,9 bilhões em financiamentos. Dentre os projetos de transmissão, cabe destacar os projetos inter-regionais, como as linhas de transmissão das usinas do rio Madeira, as linhas de integração dos estados do Acre e de Rondônia ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste e as linhas de conexão das hidrelétricas do Teles Pires. As pequenas centrais hidrelétricas também se destacam, pois contam com o maior número de projetos apoiados pelo BNDES na região e com R\$ 3,9 bilhões em investimentos e R\$ 2,5 bilhões em financiamentos.

TABELA 4 Investimentos apoiados pelo BNDES na Região Centro-Oeste no setor de energia elétrica

Atividade	Projetos	Valor do apoio (R\$ milhões)	Investimento total (R\$ milhões)	Capacidade (MW)/ extensão (km)
Geração	50	12.611	20.478	5.464
Hidrelétricas	15	9.947	16.248	4.475
PCHs	32	2.486	3.945	789
Termelétricas	1	77	114	140
Cogeração	2	102	171	60
Transmissão	21	5.939	11.689	9.034
Distribuição	1	279	398	
Total	73	18.829	32.565	

Fonte: BNDES.

Perspectivas do setor de energia elétrica na região

HIDRELETRICIDADE

Atualmente, cinco usinas hidrelétricas encontram-se em construção na Região Centro-Oeste ou já foram licitadas, totalizando 3.265 MW de capacidade. Desse total, as quatro usinas hidrelétricas do rio

Teles Pires em construção ou licitadas representam 3.220 MW. Esses projetos irão contribuir para um aumento de 30% da capacidade de geração hidrelétrica na região nos próximos cinco anos.

Além dos projetos já licitados, outros seis projetos devem ser viabilizados no horizonte do Plano Decenal de Expansão de Energia 2013-2022, conforme apresentado na Tabela 5, devendo adicionar mais de 6.000 MW à capacidade instalada da região, totalizando um acréscimo da capacidade de geração hidrelétrica de quase 9.300 MW nos próximos dez anos, o que representa aumento de 85% na capacidade hidrelétrica na região.

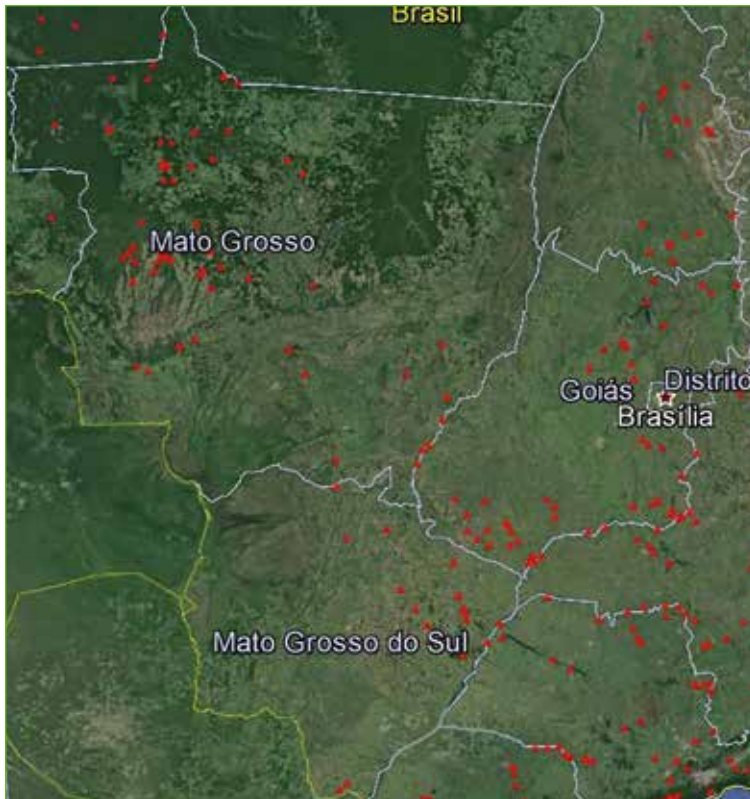
TABELA 5 Usinas hidrelétricas em construção ou planejadas para a Região Centro-Oeste

Situação	Início da operação	Usina hidrelétrica	Rio	Potência (MW)	Estados
Em construção ou licitados	2015	Colíder	Teles Pires	300	MT
	2015	Teles Pires	Teles Pires	1.820	MT; PA
	2018	Sinop	Teles Pires	400	MT
	2018	São Manoel	Teles Pires	700	PA; MT
	2018	Salto Apicás	Apicás	45	MT
A serem licitados	2019	Davinópolis	Paranaíba	74	MG; GO
	2020	Água Limpa	Rio das Mortes	380	MT
	2021	Castanheira	Arinos	192	MT
	2022	Salto Augusto Baixo	Juruena	1.461	MT; AM
	2022	São Simão Alto	Juruena	3.509	MT; AM
	2022	Torixoréu	Araguaia	408	MT; GO
		Total		9.289	

Fonte: EPE (2013b).

O potencial das usinas hidrelétricas na região é de 15,6 GW, distribuídos em 95 projetos, e 45% já foram explorados. Os demais projetos, que estão em fase de outorga, com projeto básico em análise ou aprovado e em construção, equivalem a uma potência total de 8,6 GW e estão representados na Figura 8. Da potência a ser explorada, 66% estão em Mato Grosso, 26% em Goiás e 8% no Mato Grosso do Sul.

FIGURA 8 Localização das usinas hidrelétricas existentes e planejadas na Região Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria, com base em Aneel (2014).

POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO RIO TELES PIRES

O Estudo de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires foi iniciado em 1986 e, após interrupções, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 20 de dezembro de 2005, por meio do Despacho 1.613. Indicava a existência de seis possíveis aproveitamentos hidrelétricos (AHE), dos quais cinco localizados no rio Teles Pires (Magessi, Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel) e um no rio Apicás (Foz do Apicás). Os dois principais aproveitamentos identificados, AHE Teles Pires e AHE São Manoel, localizam-se na divisa entre os estados de Mato Grosso e do Pará e indicavam potência instalada de 1.820 MW e 746 MW,

respectivamente. Em conjunto, os aproveitamentos inventariados na Bacia do Rio Teles Pires representam potencial de 3.697 MW.

De acordo com o Sistema de Informações do Potencial Hidrelétrico Brasileiro (Sipot), desenvolvido pela Eletrobras, o potencial hidrelétrico brasileiro, em dezembro de 2013, era de 245.760 MW, dos quais 197.516 MW já estavam inventariados na ocasião e 48.244 MW correspondem a potenciais estimados. Do total inventariado, 61.478 MW encontram-se na Bacia do Rio Amazonas, que engloba a do Rio Teles Pires, onde apenas 1% do potencial inventariado na região está operante. Bacias como a do Rio São Francisco e do Rio Paraná têm aproveitamento de 48% e cerca de 70%, respectivamente, como aponta mesmo estudo da Sipot.

Ainda nesse estudo, a Região Centro-Oeste aparece com potencial de 39.454,33 MW (32.691,74 MW inventariados), dos quais 6.780,95 MW, equivalentes a 17%, estão operantes ou em construção. Com essa capacidade, a região tem potencial para se tornar um grande exportador de energia elétrica. O estado de Mato Grosso, com 14.923,8 MW de potencial inventariado, tornou-se exportador de energia elétrica em 2002, com a entrada em operação da Usina Hidrelétrica de Manso (212 MW) e da Usina Termelétrica Mário Covas (529 MW). Com a entrada futura das hidrelétricas da Bacia do Rio Teles Pires, o estado terá papel relevante no sistema elétrico nacional, sobretudo considerando que esses empreendimentos representarão cerca de 2% do potencial hidrelétrico inventariado.

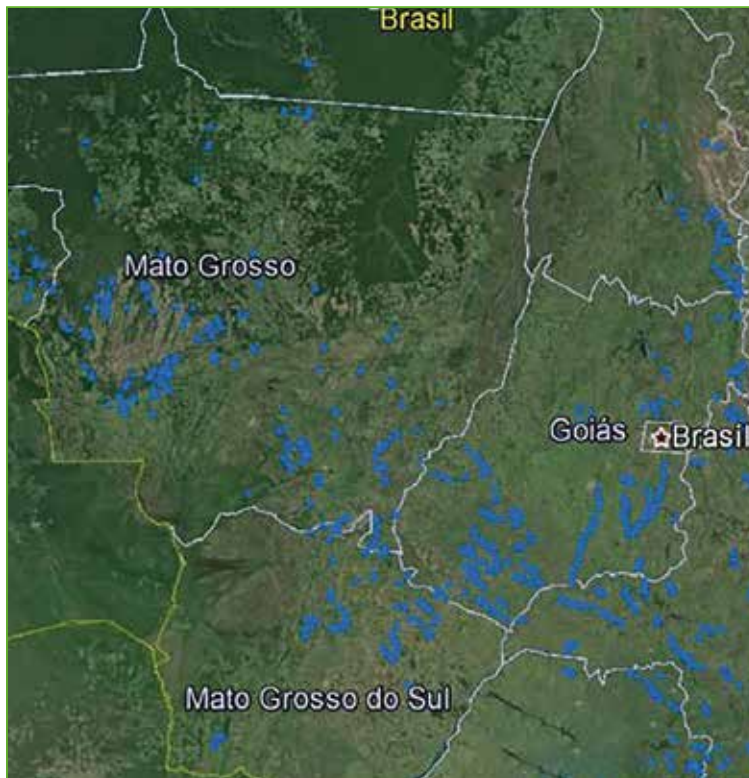
A Usina Hidrelétrica Teles Pires, aproveitamento com maior potencial estimado da Bacia do Rio Teles Pires, com 1.820 MW, será também a maior no estado de Mato Grosso quando entrar em operação, em 2015. O empreendimento, que teve crédito de R\$ 2.412 milhões concedido em operação conjunta do BNDES e do Banco do Brasil, será uma usina hidrelétrica dita "fio d'água", com uma área de reservatório de 134,7 km² que inclui a calha do rio, o que lhe coloca, no plano nacional, entre as plantas de geração de porte equivalente, com melhor relação entre a área alagada e a potência instalada, com 0,07 – a Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem relação de 0,05.

As PCHs também deverão desempenhar um papel importante na ampliação da oferta de energia na região. A contratação de oito novos empreendimentos dessa fonte nos leilões de energia nova realizados em 2013, totalizando 183 MW de capacida-

de, irá contribuir para a retomada dessa fonte, que não vendia energia de novos empreendimentos em leilões do ambiente regulado desde 2010.

O potencial de PCHs na região é de 3,8 GW, distribuídos em 271 projetos, e 22,8% desse potencial já foi explorado. Os demais projetos, que estão em fase de outorga, com projeto básico em análise ou aprovado e em construção, equivalem a uma potência total de 2,5 GW e estão representados na Figura 9. Aproximadamente 42% da potência a ser explorada está localizada no Mato Grosso do Sul, 35% em Goiás e 23% em Mato Grosso.

FIGURA 9 Localização das PCHs na Região Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria, com base em Aneel (2014).

PROJETO DE PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA (PCH) APOIADA PELO BNDES

No estado de Goiás, o Departamento de Fontes Alternativas de Energia da Área de Infraestrutura do BNDES apoiou a implantação da PCH Galheiros, controlada pelo Grupo Contour, que integra o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

O apoio financeiro à PCH Galheiros foi de R\$ 48,5 milhões, dos quais R\$ 250 mil destinados à implantação de projetos sociais para beneficiar populações do entorno do projeto. A PCH está concluída e fica localizada no município de São Domingos (GO) e tem potência instalada total de 12 MW. A tabela a seguir resume as principais características técnicas da PCH:

Indicadores	Parque eólico
Potência instalada	12 MW
Fator de capacidade	58,9%
Tipo de barragem	Terra e rocha
Comprimento da crista	393 m
Altura da barragem	15 m
Turbinas	2 Francis eixo horizontal
R\$ mil/MW instalado	8.142
Venda de energia	CCEAR e CCEI
Prazo de implantação	26 meses
Investimento total*	R\$ 97.699.000

* Valor não contempla os projetos sociais.

A PCH Galheiros comercializou parte de sua energia no âmbito do Leilão da Aneel de Fontes Alternativas 07/2010, realizado em 26 de agosto de 2010. A PCH Galheiros I comercializou 6,4 MW médios nesse leilão e adicionais 0,6 MW médios com a comercializadora do grupo Energisa por meio de um Contrato de Compra de Energia Incentivada (CCEI) por três anos.

A PCH Galheiros já se encontra em operação desde setembro de 2012 – três meses antes do estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – e todos os recursos do financiamento, à exceção do subcrédito social, já foram liberados. Atualmente, a operação está em período de amortização e segue adimplente até o momento.

Com relação aos projetos sociais já implantados no âmbito do projeto, destacam-se: (i) a reforma do asilo municipal Casa do Idoso Madre Paulina; (ii) o projeto de Apoio ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, programa de educação

de jovens atrelado ao Bolsa Família e que atende a mais de 800 mil crianças e adolescentes em todo o país; e (iii) o projeto de implantação de um centro cultural no centro de São Domingos, com uma exposição permanente do potencial turístico da região, uma sala com projetor para a capacitação de moradores do município e uma sala com um Museu da Energia com os projetos de PCHs em implantação no local. Os projetos foram implantados, à exceção do centro cultural, que aguarda a celebração de um termo de cooperação pela Prefeitura, para a cessão de um imóvel para sua implantação.

Em relação aos projetos hidrelétricos, é importante destacar a necessidade de uma avaliação integrada do aproveitamento do potencial energético na região, que possui áreas de grande importância socioambiental, com a presença de povos indígenas e comunidades tradicionais e ecossistemas da Amazônia, do Pantanal e do Cerrado.

Atualmente, dez projetos de geração e transmissão de energia elétrica apoiados pelo BNDES na Região Centro-Oeste contam com subcrédito do BNDES para o apoio a projetos sociais na região do entorno dos empreendimentos. O valor total do apoio aos projetos sociais na região é de R\$ 35,5 milhões, conforme Tabela 6.

TABELA 6 Investimentos em projetos sociais apoiados pelo BNDES no Centro-Oeste

Setor	Projetos	Valor do apoio (R\$ mil)
Geração hidrelétrica	2	16.050
Transmissão de energia	5	18.155
PCHs	3	1.250
Total	10	35.455

Fonte: BNDES.

Dentre os projetos aprovados com subcrédito social, destacam-se as usinas hidrelétricas Teles Pires (R\$ 12 milhões) e Dardanelos (R\$ 4 milhões) e as linhas de transmissão da Interligação Elétrica do Madeira (R\$ 9,2 milhões) e Itatim (R\$ 1,6 milhão).

GERAÇÃO TERMELÉTRICA

A geração termelétrica na região é realizada predominantemente com o gás natural e a biomassa da cana-de-açúcar, com a participação em menor escala das usinas a óleo diesel. As três usinas termelétricas a gás natural da região utilizam o gás proveniente da Bolívia por meio dos gasodutos Bolívia-Brasil (Gasbol) e Bolívia-Cuiabá.

O Gasbol foi fundamental para o aumento da oferta de gás natural e a expansão da capacidade de geração termelétrica no Brasil. O gasoduto possui 3.150 km de extensão, dos quais 2.593 km no Brasil, e capacidade de transporte de 30.000.000 m³ por dia. Sua construção começou em 1997, e o gasoduto entrou em operação comercial entre 1999 (trecho Norte, até Paulínia, em São Paulo) e 2000 (trecho Sul, até Porto Alegre).

Na Região Centro-Oeste, o Gasbol possibilitou a construção das termelétricas William Arjona (206 MW), em Campo Grande (MS), e Luís Carlos Prestes (386 MW), em Três Lagoas (MS), além da Usina Termelétrica Mário Covas (529 MW), em Cuiabá (MT), por meio de uma ramificação do gasoduto, conhecida como gasoduto Bolívia-Cuiabá ou Lateral Cuiabá, que iniciou suas operações em 2002.

Como a capacidade máxima de importação de gás da Bolívia através dos gasodutos existentes já foi atingida, a expansão da capacidade de geração termelétrica a gás na região depende da ampliação da importação de gás natural, da construção de novos gasodutos para o transporte de gás da Região Sudeste para o Centro-Oeste ou da produção de gás na própria região.

O Plano de Expansão da Malha de Transporte de Gás Natural (Pemat), lançado recentemente pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), não prevê a construção de novos gasodutos na região. Assim, a expansão da geração termelétrica a gás na região dependerá da descoberta e produção local de gás natural.

Atualmente, a região possui uma área em fase de exploração para a produção de gás natural na bacia sedimentar do rio Parecis, no estado de Mato Grosso, com quatro blocos licitados na décima rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2008. Estudos mais recentes indicam que o potencial de produção de recursos não descobertos na bacia do Parecis pode chegar a 2,4 milhões de metros cúbicos por dia em 2022 [EPE (2013b)].

A expressiva produção agroindustrial da Região Centro-Oeste faz com que o potencial de geração de energia elétrica a partir da biomassa seja igualmente significativo. Além da biomassa da cana-de-açúcar, outros resíduos de biomassa podem ser aproveitados para a geração termelétrica, como resíduos de madeira, licor negro, casca de arroz, palha e biomassa de criadouros.

Assim como as PCHs, as usinas termelétricas à biomassa da cana também voltaram a vender energia nos leilões de energia nova, com a contratação de seis empreendimentos em 2013, totalizando 300 MW de capacidade, após dois anos fora dos leilões do ambiente regulado.

O potencial de usinas termelétricas à biomassa na região é de 2,5 GW, do qual 17,3% já foi explorado em 45 projetos. Os demais projetos, que estão em fase de outorga, com projeto básico em análise ou aprovado e em construção, equivalem a uma potência total de 2,1 GW e estão representados na Figura 10. Aproximadamente 62,9% da potência a ser explorada está localizada no Mato Grosso do Sul, 30,6% em Goiás e o restante em Mato Grosso.

FIGURA 10 Localização das usinas termelétricas à biomassa na Região Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria, com base em Aneel (2014).

TRANSMISSÃO

Os projetos de transmissão apoiados pelo BNDES na região totalizam mais de 9.000 km de extensão. Dentre esses projetos, destacam-se as linhas de transmissão para a expansão e o reforço do sistema de transmissão da Região Centro-Oeste; a conexão das usinas hidrelétricas do rio Madeira e dos estados do Acre e de Rondônia ao Sistema Interligado Nacional (SIN), com grande parte da extensão desses projetos localizada na

Região Centro-Oeste; a conexão dos projetos de geração de energia a partir da biomassa da cana e PCHs ao sistema interligado, por meio de instalações de transmissão para conexão compartilhada (ICG); e os projetos de interligação das usinas hidrelétricas da região.

A Região Centro-Oeste deve continuar recebendo investimentos expressivos em transmissão de energia elétrica. Além das linhas de transmissão para a integração das usinas hidrelétricas em construção ou planejadas na região, em especial as localizadas no rio Teles Pires, os principais projetos de transmissão para a conexão dos projetos hidrelétricos localizados na Região Amazônica aos centros de consumo no Sudeste e no Sul passam obrigatoriamente pela Região Centro-Oeste, como é o caso das hidrelétricas de Belo Monte e das usinas planejadas para o rio Tapajós.

A Bacia do Rio Teles Pires é caracterizada por um potencial hidrelétrico de cerca de 3.500 MW, distribuídos em cinco usinas programadas para entrar em operação a partir de 2015 – além das quatro usinas no rio Teles Pires apresentadas anteriormente, a Usina Hidrelétrica Foz do Apiacás, no rio Apiacás, com 230 MW, será integrada ao SIN através do mesmo sistema de transmissão. Os estudos referentes à definição do sistema de transmissão para o escoamento da potência gerada pelas usinas da bacia do Teles Pires indicaram três linhas de transmissão em 500 kV partindo da Subestação Paranaíta (MT) até a SE Ribeirãozinho (MT), sendo o sistema constituído por um circuito duplo e um circuito simples, com uma extensão de aproximadamente 1.000 km [EPE (2013b)]. As linhas de transmissão do circuito duplo foram leiloadas em março de 2012, e o restante do sistema recomendado será licitado posteriormente, de acordo com a entrada das demais usinas da região.

O aproveitamento do expressivo potencial energético da biomassa da cana para a geração de energia elétrica depende da viabilização de projetos de transmissão que possibilitem a conexão

de uma quantidade significativa de usinas ao SIN. Embora os leilões de energia mais recentes não prevejam a construção de ICGs, é possível que os projetos de ICGs voltem aos leilões de transmissão quando os projetos de geração à biomassa localizados próximos às linhas de transmissão existentes tornarem-se escassos.

Além dos grandes projetos de transmissão previstos para a integração energética inter-regional e para a conexão das usinas termelétricas movidas à biomassa, estão previstos diversos projetos para o reforço do sistema de transmissão regional.

A INTEGRAÇÃO DAS USINAS TERMELÉTRICAS MOVIDAS À BIOMASSA NA REGIÃO CENTRO-OESTE ATRAVÉS DAS ICGS* E IEGS**

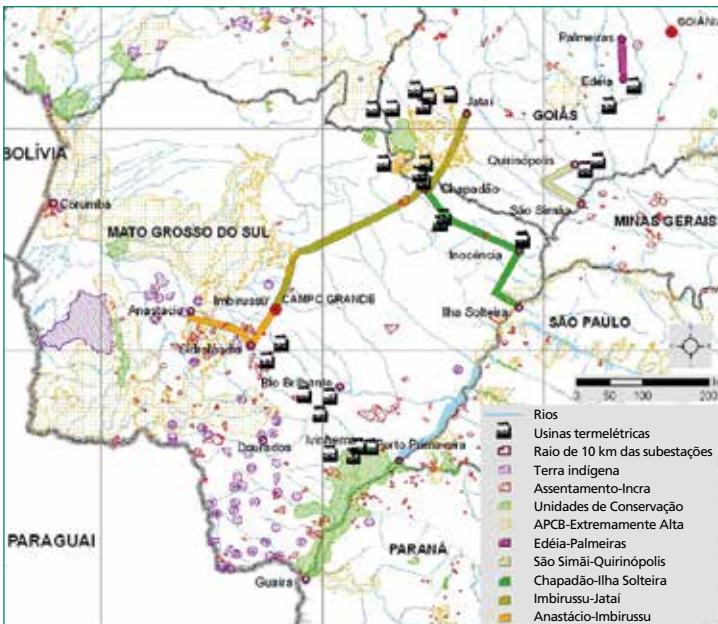
A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir do Leilão 008/2008, realizado em 24 de novembro de 2008, estabeleceu um novo formato para os empreendimentos que envolvem instalações compartilhadas para conexão de usinas termelétricas à biomassa, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e eólicas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse leilão foi importante por propor uma solução para os desafios impostos pelas conexões compartilhadas, que envolvem tanto instalações de transmissão características da rede básica como instalações de distribuição de uso específico das usinas conectadas. Nesse novo formato, a receita das transmissoras é dividida em três parcelas, correspondentes a três conjuntos de instalações: Rede Básica, ICG e IEG.

A parcela referente à Rede Básica continua sob as mesmas condições de leilões de transmissão anteriores, ou seja, o risco inerente a ela é sistêmico. Em relação à parcela do ICG e do IEG, a transmissora passa a correr o risco da central geradora, que paga pelos encargos de conexão. Na parcela de receita das IEGs, a transmissora corre o risco individual dos geradores, porém esse risco é mitigado pelas garantias previstas no leilão e, caso um gerador desista do empreendimento, o investimento correspondente não é realizado. Na parcela das ICGs, o risco é do conjunto de geradores conectados à ICG, também mitigado pelas garantias do leilão, pelos encargos estabilizados e pela Conta de Compensação. Caso um dos geradores desista do empreendimento, os geradores remanescentes deverão arcar com sua parcela da ICG. A receita é prevista no edital do leilão, no Contrato de Concessão e assegurada no Contrato de

Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) assinado com as geradoras, com a interveniência do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

No Leilão Aneel 008/2008, foram arrematados três lotes contendo instalações de Rede Básica, ICGs e IEGs, com um deságio médio de 16,15%. As instalações de transmissão destinavam-se à conexão de PCHs e, principalmente, à conexão de centrais termelétricas movidas à biomassa de cana-de-açúcar nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás. De um total de 27 centrais geradoras (25 centrais termelétricas e duas PCHs), 18 centrais (16 termelétricas e duas PCHs) assinaram contrato com as transmissoras responsáveis pela implantação das instalações, viabilizando investimentos da ordem de R\$ 1.330 milhões, que contaram com o apoio do BNDES no total de R\$ 669 milhões.

Mapa das ICGs para conexão de usinas termelétricas à biomassa e PCHs no Centro-Oeste



Fonte: EPE – Estudos para a Licitação da Expansão da Transmissão – Análise Socioambiental de Alternativas – Relatório R1.

* ICG – instalações de transmissão de interesse exclusivo de centrais de geração para conexão compartilhada.

** IEG – instalações de transmissão de interesse exclusivo e de caráter individual das centrais de geração.

DISTRIBUIÇÃO

O crescimento da demanda de energia na região deve se manter acima da média nacional nos próximos anos, o que exigirá investimentos expressivos das distribuidoras da região. A universalização do acesso à energia elétrica é outro importante desafio das distribuidoras do Centro-Oeste. Em relação à universalização da distribuição, no período 2004-2012 foram realizadas mais de 200 mil novas unidades consumidoras no âmbito do Programa Luz Para Todos na região, o que representa cerca de um milhão de pessoas beneficiadas pelo programa.

As distribuidoras da Região Centro-Oeste também deverão realizar investimentos expressivos para a melhoria da qualidade dos serviços de distribuição e atingir níveis de duração e frequência das interrupções mais adequados. Outra frente de atuação é o combate às perdas na distribuição. Além da redução de perdas e da melhoria da qualidade e confiabilidade do suprimento, a redução dos custos operacionais com a automação da rede, o aumento da eficiência energética e a integração da geração distribuída também se constituem em metas que devem ser seguidas pelas distribuidoras nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A logística de diversas cadeias de distribuição de bens produzidos na Região Centro-Oeste, tendo como destaque a produção agroindustrial e a pecuária, caracteriza-se por possuir, em geral, elevada distância econômica.²⁸ Isso pode ser explicado pela natural centralidade da região no território brasileiro, em termos espaciais, e também pelo elevado custo de deslocamento, haja vista que a maior parte deles é realizada pelo modal rodoviário, o preponderante no país.

²⁸ Distância econômica = distância (em km) x custo de transporte (em R\$).

A predominância do modal rodoviário na matriz modal de transportes da Região Centro-Oeste é justificada pela ainda moderada inserção das alternativas logísticas que envolvem os modais de maior capacidade de carga, ferroviários ou hidroviários.²⁹ Mas a rede de transportes regional encontra-se em expansão. Há perspectivas de mudança estrutural desse quadro, em função: (i) do fortalecimento do Corredor Ferroviário Norte-Sul, composto pela FNS e pela Estrada de Ferro Carajás, associado ao aumento de capacidade de recepção de grãos do Porto de Itaqui (MA), considerada a saída (logística) norte brasileira; (ii) do aumento da capacidade da Ferronorte até o Porto de Santos (iii) dos novos trechos ferroviários previstos no PIL, do governo federal, que atenderão, principalmente, ao escoamento da produção agrícola de Mato Grosso e de Goiás;³⁰ (iv) da alternativa logística proporcionada pela implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, em direção ao sul da Bahia, próximo à região de Ilhéus, a partir de Figueirópolis (TO), no entroncamento com a FNS; (v) do aumento de capacidade das hidrovias que atendem à região;³¹ e (vi) da implantação de novos corredores hidroviários, em estruturação,³² que poderão fazer parte da logística de distribuição dos bens produzidos no interior do país.

Em virtude da importância do setor agrícola e pecuário para a Região Centro-Oeste, a questão de possuir alternativas logísticas eficientes para grandes volumes transportados em grandes distâncias torna-se essencial, e os meios de transporte que possibilitam obter custos unitários menores com o aumento de quantidades são os mais adequados a servir à região. Nesse caso, enquadram-se o modal hidroviário e o ferroviário.

²⁹ FNS, Hidrovia do Paraguai-Paraná e Hidrovia do Tietê.

³⁰ Lucas do Rio Verde (MT)-Campinorte (GO) e Açailândia (MA)-Vila do Conde (PA).

³¹ Hidrovia Tietê-Paraná, Hidrovia Paraguai-Paraná e, também, Hidrovia do Madeira, que, ainda que não tenha origem na Região Centro-Oeste, compõe alternativa logística que tem origem em Mato Grosso.

³² Hidrovia do Tapajós e Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Sob outro aspecto, é característica da Região Centro-Oeste a dependência da infraestrutura logística de outras regiões brasileiras, notadamente pela necessidade de conexão com portos produtivos localizados nas regiões vizinhas (por exemplo, o Porto de Paranaguá, na Região Sul, o Porto de Santos, na Região Sudeste, o Porto de Itaqui, na Região Nordeste, e os portos de Porto Velho, Itacoatiara e Vila do Conde, na Região Norte).³³ Atingir esses canais de comunicação externa de forma competitiva é questão relevante para a competitividade das empresas instaladas na região e para sua inserção no comércio exterior.

A reflexão quanto às alternativas logísticas competitivas para a Região Centro-Oeste requer, pois, uma observação ampliada do contexto local, ou seja, a incorporação do planejamento e da execução de projetos que ocorrem em outras regiões, como a Região Amazônica, a Região Nordeste e a Região Sudeste.

De fato, a Região Amazônica integra parte significativa da Região Centro-Oeste, e os desafios de desenvolvimento econômico sustentável do ponto de vista socioambiental são semelhantes. Renova-se, então, a importância estratégica dos modais de transporte de maior eficiência energética e menor impacto ambiental sob o ponto de vista de menores emissões de gases de efeito estufa.

Com relação à interconexão com a Região Nordeste, faz todo o sentido que o planejamento do desenvolvimento dos portos de Itaqui (MA), Suape (PE), Aratu (BA) e do futuro Porto Sul (BA) esteja associado à economia do Centro-Oeste, que, na prática, se constitui em área de influência desses portos. Assim, os canais de transporte que servirão a esses portos, principalmente as ferrovias Nova Transnordestina e Fiol, em implantação, devem prever conexão econômica com a rede de transportes da Região Centro-Oeste.

³³ E, futuramente, os terminais portuários no rio Tapajós, na região próxima a Itaituba (PA).

São exemplos de conexões que possibilitam desenvolver uma infraestrutura de interligação de grande capacidade entre as regiões Nordeste e Centro-Oeste: (i) a ligação Eliseu Martins (PI) até Estreito (TO), na FNS; e (ii) a ligação Barreiras (BA) até Figueirópolis (TO), também na FNS. O desenvolvimento dessas ligações permitirá viabilizar alternativas de rotas inter-regionais hoje inexistentes, que poderão gerar sinergias entre as economias das regiões Nordeste, Centro-Oeste e, mesmo, Sudeste, através de corredores logísticos eficientes.

A modernização da rede rodoviária, por sua vez, avança o potencial do setor de serviços na região e pode incrementar a atividade de turismo em vários sítios do Centro-Oeste, entre eles: as chapadas dos Guimarães (MT) e dos Veadeiros (GO), o Parque Nacional das Emas (GO) e a biodiversidade da região do Pantanal (MS), todos fortes centros de atração de turistas de várias regiões do Brasil, bem como do exterior. A existência de rodovias em boas condições possibilita o desenvolvimento de vários serviços associados à exploração de sustentável de recursos naturais.

Além disso, as áreas industriais em Goiás (automotiva, de máquinas agrícolas e alimentícia, além de polos de vestuário e calçadista) também dependem de infraestrutura rodoviária eficiente, tanto para o recebimento tempestivo de insumos como para a distribuição de produtos industrializados de forma competitiva.

Dito o exposto, pode-se afirmar que, no que diz respeito à logística de cargas da Região Centro-Oeste, a região possui aspirações importantes, dentre as quais se destacam, ao menos, três delas: (i) a acessibilidade competitiva para longas distâncias; (ii) o uso das águas fluviais para fins de transporte aquaviário de grandes volumes em grandes distâncias; e (iii) a integração inter-regional.

Segundo essas diretrizes, as perspectivas de readequação da logística das cadeias de suprimentos dos bens produzidos na Região Centro-Oeste são bastante otimistas. Registra-se que muitas das ações necessárias, como visto neste artigo, encontram-se em curso ou fazem parte do planejamento de longo prazo do país. Outras, entretanto, ainda dependem de equacionamento, como as ações que garantam o uso múltiplo das águas dos rios com elevado potencial de transporte.

No setor de energia elétrica, as perspectivas para a Região Centro-Oeste são bastante favoráveis. A expansão da capacidade de geração irá garantir a energia necessária para atender ao crescimento econômico da região e possibilitar o aumento da exportação de excedentes para outras regiões. A maior parte dessa expansão virá das usinas hidrelétricas existentes e planejadas na região, com destaque para o complexo de usinas do rio Teles Pires.

A expansão da geração em termelétricas à biomassa e em PCHs também se destaca na região. Entretanto, para o efetivo aproveitamento do potencial dessas fontes, deverão ser tomadas medidas adicionais para aumentar a competitividade delas. Dentre essas medidas, é possível destacar a realização de leilões de energia específicos para essas fontes e a construção de novos sistemas de transmissão para conexão compartilhada dos projetos de geração de menor porte.

Adicionalmente, a geração termelétrica a gás natural poderá se beneficiar de eventuais descobertas de gás nas áreas em exploração na Bacia do Rio Parecis ou da ampliação da malha de gasodutos da região. Essas duas possibilidades, contudo, apresentam razoável grau de incerteza.

No segmento de transmissão, os projetos atualmente em construção e planejados, além de integrar os projetos de geração ao SIN, irão aumentar a capacidade de fornecimento de energia na região e ampliar a integração do Centro-Oeste com

as regiões Norte e Sudeste. Esses projetos, em conjunto, contribuirão para o aumento da segurança e da qualidade do suprimento de energia na região e no Brasil como um todo.

Em relação à distribuição de energia, as prioridades para a região são a expansão da rede de distribuição para atender ao crescimento do consumo, a melhoria da confiabilidade e qualidade do suprimento e a universalização do acesso à energia elétrica.

Finalmente, deve-se destacar o crescente apoio do BNDES aos principais projetos dos setores de logística e energia elétrica na região, que tem contribuído para a melhoria da infraestrutura e o desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

ANEC – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXPORTADORES DE CEREAIS. *Estatísticas – Evolução das Exportações*. Disponível em: <<http://www.anec.com.br/estatisticas.html>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Energia eólica. In: _____. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. 2. ed. Brasília: Aneel, 2005, p. 93-109. 243 p. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. *Banco de Informações de Geração – BIG: banco de dados*, 2013. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=15>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. *Sistema de Informações Georreferenciadas do Setor Elétrico – Sigel: banco de dados*, 2014. Disponível em: <<http://sigel.aneel.gov.br/sigel.html>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. *Transporte de cargas na hidrovía do rio Madeira – 2010*. Brasília, 2011.

ANTT – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. *Relatório anual de acompanhamento de concessões ferroviárias*. 2013.

BANCO MUNDIAL. *Connecting to compete: trade logistics in the global economy. The Logistics Performance Index and its indicators*. 2014. Disponível em: <http://lpi.worldbank.org/sites/default/files/LPI_Report_2014.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. *Projeções do Agronegócio Brasil 2012/2013 a 2022/2023*. Brasília: Mapa/ACS, 2013.

CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES. *Plano CNT de Transporte e Logística 2011*. Brasília, 2011.

_____. *Pesquisa CNT de rodovias 2013: relatório gerencial*. Brasília, 2013.

_____. *Pesquisa CNT da Navegação Interior 2013*: Brasília, 2013.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Indicadores da Agropecuária*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1522&t=2>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

DNIT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES. *Principais Hidrovias*. Disponível em: <<http://www1.dnit.gov.br/hidrovias/principais.htm>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. *Plano Nacional de Energia – PNE 2030*. Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Anuário estatístico de energia elétrica 2013*. Rio de Janeiro, 2013a.

_____. *Plano Decenal de Expansão de Energia 2022*. Brasília: MME/EPE, 2013b.

_____. *Estudos para a licitação de Expansão da Transmissão – consolidação da análise e pareceres técnicos*. Programa de Expansão da Transmissão – PET 2013-2018. Rio de Janeiro, 2013c.

MACROLOGÍSTICA CONSULTORES. *Projeto Centro-Oeste Competitivo*. São Paulo, out. 2013. Disponível em: <<http://www.macrologistica.com.br/images/stories/palestras/Projeto%20Centro-Oeste%20Competitivo%20-%20Sum%C3%A1rio%20Executivo%20-%20Setembro%202013.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2014.

MINAMI, T. Rodovia BR-163: o perigo de asfaltar a Amazônia. *Revista Eco-21*, Rio de Janeiro, PUC-Rio, ed. 108, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1230>>. Acesso em: 10 set. 2014.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Hidrovia Tietê-Paraná*. Disponível em: <<http://www.transportes.sp.gov.br/programas-projetos/hidrovia-tiete.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

Sites consultados

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – <www.antaq.gov.br>.

ANTT – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – <www.antt.gov.br>.

CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES – <www.cnt.org.br>.

EPL – EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA – <www.epl.gov.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – <www.ibge.gov.br>.

IMEA – INSTITUTO MATO GROSSENSE DE ECONOMIA AGROPECUÁRIA –
<www.imea.com.br>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – <www.ipeadata.gov.br>.

7

Atuação da Área de Infraestrutura Social do BNDES na Região Centro-Oeste do Brasil*

RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS

ANA COTOVIO

* Os autores registram agradecimento às contribuições da Gerência de Informação da AS, por meio da funcionária Cláudia Barreira, que ajudou no levantamento dos valores aqui apresentados.

RESUMO

Este artigo pretende apresentar alguns aspectos da atuação da Área de Infraestrutura Social (AS) do BNDES na Região Centro-Oeste na última década. Além da análise da evolução dos desembolsos, pretende-se avaliar qualitativamente as intervenções mais relevantes e o impacto dos investimentos realizados na região.

ABSTRACT

This paper presents some aspects of the operations carried out by the Social Infrastructure Division of the BNDES in the Central-West Region over the last decade. Besides analyzing the progress of disbursements, it aims to assess, qualitatively, the most important interventions and the impact of investment made in the region.

ANÁLISE

A AS do BNDES, aderente à ambiciosa missão do Banco de “promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais”, desenvolve sua atuação em duas frentes distintas, porém, muitas vezes, correlacionadas: de forma tradicional e análoga a outras áreas do Banco, opera financiamentos a projetos em setores específicos (saneamento, mobilidade urbana, saúde e educação); e, de forma inovadora, com declarados objetivos econômicos anticíclicos, opera financiamentos aos estados e ao Distrito Federal, para a consecução de seus orçamentos, resguardada apenas a obrigatoriedade da utilização dos recursos em despesas de capital. As operações desse último tipo acabam conformando-se multissetoriais.

Com essa configuração de atuação, a AS e suas operações têm exercido papel relevante na Região Centro-Oeste do país, contribuindo significativamente para o nível de investimento da região nos últimos anos.

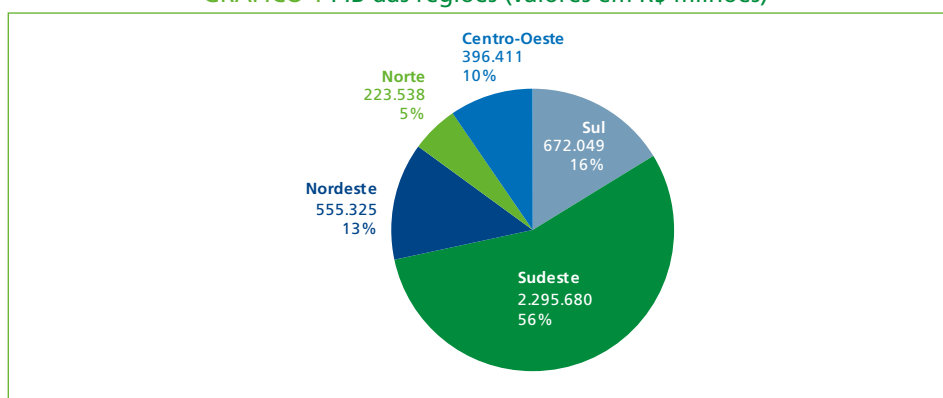
A Região Centro-Oeste¹ do país é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. É a segunda maior região do país em área e, ao mesmo tempo, a menos populosa, o que lhe confere a característica de alternar em sua área grandes concentrações urbanas e vazios populacionais. Áreas com baixa densidade populacional são esperadas, tendo em vista a importância da agroindústria na economia da região e a característica atual dessa indústria de ser pouco intensiva em mão de obra.

TABELA 1 PIB, população e PIB *per capita* das regiões – 2011
(valores em R\$ milhões)

	PIB	%	População	%	PIB <i>per capita</i>
Brasil	4.143.013	100,0	188.907.383	100,0	0,022
Sul	672.049	16,2	27.386.891	14,5	0,025
Sudeste	2.295.680	55,4	80.364.410	42,5	0,029
Nordeste	555.325	13,4	51.013.933	27,0	0,011
Norte	223.538	5,4	15.864.454	8,4	0,014
Centro-Oeste	396.411	9,6	14.277.695	7,6	0,028

Fonte: IBGE.

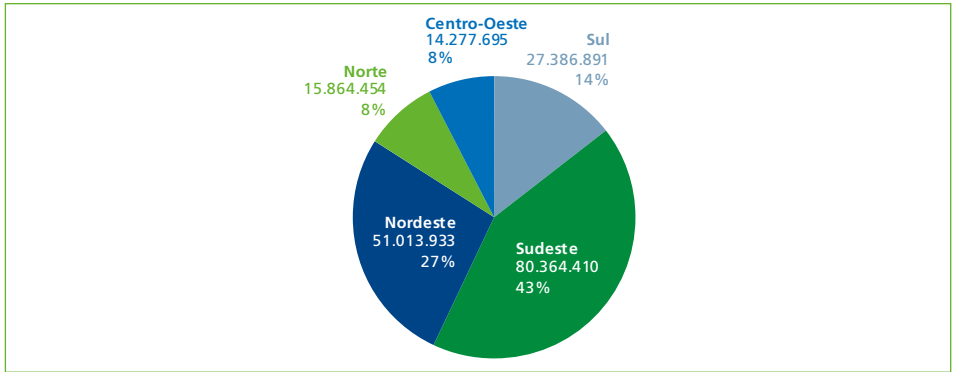
GRÁFICO 1 PIB das regiões (valores em R\$ milhões)



Fonte: IBGE.

¹ Todas as informações sobre o Centro-Oeste foram coletadas no site do IBGE.

GRÁFICO 2 População das regiões



Fonte: IBGE.

Com apenas 7,6% da população nacional, o Centro-Oeste consegue contribuir com 9,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Alcança uma produção *per capita* maior que a da Região Sul e comparável à produção *per capita* da Região Sudeste.

TABELA 2 PIB, população e PIB *per capita* do Centro-Oeste, por unidades da federação – 2011 (valores em R\$ milhões)

UF	PIB	%	População	%	PIB <i>per capita</i>
Brasil	4.143.013	100,0	188.907.383	100,0	0,022
DF	164.482	4,0	2.570.160	1,4	0,064
GO	111.269	2,7	6.003.788	3,2	0,019
MT	71.418	1,7	3.035.122	1,6	0,024
MS	72.242	1,7	2.449.024	1,3	0,029
Centro-Oeste	396.411	9,6	14.058.094	7,4	0,028

Fonte: IBGE.

Significativa parte do PIB regional é gerada no Distrito Federal, pelo setor de serviços, em função da concentração da burocracia federal. É o Distrito Federal que alavanca também a produção *per capita* da região. Entretanto, convém registrar a elevada produção *per capita* do Mato Grosso do Sul, comparável à da Região Sudeste.

TABELA 3 PIB por atividade econômica e unidade da federação – 2011 (valores em R\$ milhões)

Atividades econômicas	MS		MT		GO		DF	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	6.943	14	17.212	24	13.909	13	493	0
Indústria	11.227	23	13.284	19	29.820	27	10.527	6
Serviços	31.072	63	40.923	57	67.540	61	153.462	93
	49.242	100	71.418	100	111.269	100	164.482	100

Fonte: IBGE.

TABELA 4 PIB do Centro-Oeste por atividade econômica – 2011 (valores em R\$ milhões)

Atividades econômicas	Centro-Oeste		Centro-Oeste (sem DF)	
	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	38.557	10	38.063	16
Indústria	64.858	16	54.331	23
Serviços	292.996	74	139.534	60
	396.411	100	231.929	100

Fonte: IBGE.

O setor agropecuário compõe 10% do PIB do Centro-Oeste, o industrial 16% e o de serviços 74%. Isolando a contribuição do Distrito Federal, que acentua a participação do setor de serviços, o setor agropecuário compõe 16% do PIB de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul juntos e o industrial, 23%.

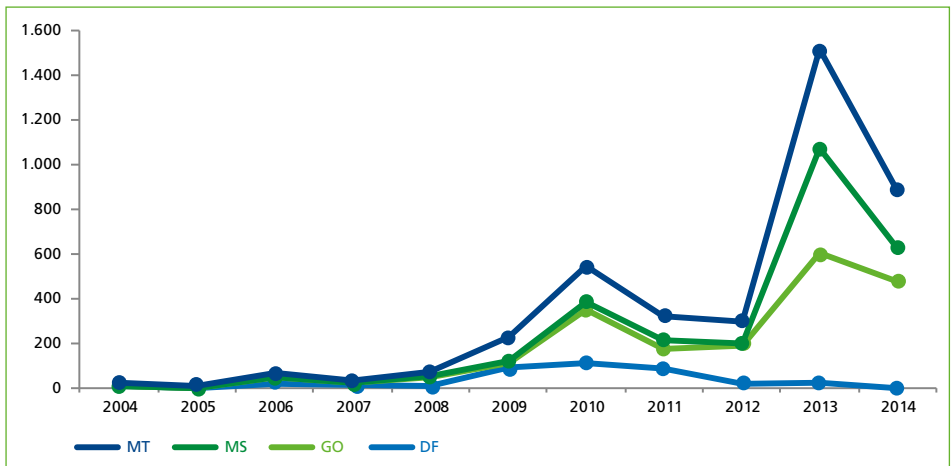
TABELA 5 Liberações da AS para o Centro-Oeste (valores em R\$ milhões)

UF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
DF	8	2	20	16	12	95	115	86	20	26	0	402
GO	1	0	28	7	36	16	235	90	168	578	478	1.636
MS	3	0	1	0	8	10	36	40	12	470	152	731
MT	12	7	21	9	16	110	160	105	96	441	258	1.236
	24	10	70	33	72	231	546	322	296	1.515	888	4.006

Fonte: Base de dados do BNDES.

A relevância do setor agropecuário na Região Centro-Oeste é claramente percebida, *vis-à-vis* a composição do PIB nacional, em que o setor agropecuário só representa 5,5% do total.²

GRÁFICO 3 Liberações da AS para o Centro-Oeste (valores em R\$ milhões)



Fonte: Base de dados do BNDES.

Depreende-se do Gráfico 3 o incremento significativo das liberações da AS para o Centro-Oeste ao longo da última década. A atuação da área na região galgou novos patamares a partir de 2009, alinhada com a orientação macro do BNDES de contribuir para a diminuição das desigualdades sociais e regionais do país, em parte através do maior endividamento dos estados e do Distrito Federal, possibilitando o investimento desses entes públicos nos setores ditos sociais, muitas vezes não atrativos ao setor privado em razão das grandes externalidades envolvidas e cujo retorno não é necessariamente capturado pelo investidor. Compreendendo que as informações de 2014 referem-se apenas ao primeiro semestre, percebe-se que este ano vai se manter na

² Não se deve esquecer que a hipertrofia do setor de serviços é uma característica contemporânea das economias nacional e mundial.

mesma ordem de grandeza do ano anterior, em torno da cifra de R\$ 1,5 bilhão de recursos liberados.

TABELA 6 Total liberado pela AS para o Centro-Oeste na última década e total liberado diretamente para ente público (valores em R\$ milhões)

UF	Total	Setor público	%
DF	402	303	75
GO	1.636	1.418	87
MS	731	718	98
MT	1.236	1.091	88
	4.006	3.531	88

Fonte: Base de dados do BNDES.

Conforme já explicitado, os entes públicos receberam diretamente a maior parte dos recursos, principalmente através de programas que tiveram objetivos anticíclicos, como o Programa Emergencial de Financiamento (PEF), criado em 2009, e o Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinveste), criado em 2012. Esses dois programas objetivavam declaradamente sustentar a capacidade de investimento dos entes em um período de retração da economia, não permitindo que essa retração diminuísse os investimentos sociais.

TABELA 7 Investimento (RREO)* e liberações da AS – 2013 (valores em R\$ milhões)

UF	Investimento	Liberações	%
DF	1.461	26	2
GO	1.170	578	49
MS	1.042	470	45
MT	1.800	441	25
	5.473	1.515	28

Fonte: Base de dados do BNDES (liberações).

* RREO – Relatório resumido de Execução Orçamentária. Obrigações previstas a todos os estados e ao Distrito Federal na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comparando-se o total dos investimentos de cada ente com as liberações realizadas pela AS, em 2013, verifica-se que as ope-

rações de financiamento da área suportaram quase 30% do investimento do Centro-Oeste nesse ano. Se for isolado o DF, a AS impactou em quase 40% a capacidade do investimento público de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul juntos. Em Goiás, a área viabilizou 50% dos investimentos.

Tendo em vista a característica específica da região de ter o setor agropecuário em relevo e ser a principal exportadora de grãos do país, o constante desenvolvimento da infraestrutura logística figura sempre como a principal preocupação de todos os estados da Região Centro-Oeste, visando à diminuição dos custos de exportação das mercadorias e ao incremento da competitividade dessa indústria.

A maior operação de financiamento com o estado de Goiás, contrato de R\$ 1,5 bilhão, com R\$ 975 milhões já liberados, deu-se no âmbito do Programa Especial de Apoio aos Estados (Propae), criado para apoiar os estados afetados negativamente pela Resolução 13/2012,³ de 25 de abril de 2012, do Senado Federal. As inversões ocorreram principalmente na revitalização da malha rodoviária do estado, com a pavimentação de novas rodovias e acessos, duplicação ou reabilitação de existentes.

Em Goiás, merece destaque também o apoio à Saneamento de Goiás (Saneago), companhia de saneamento do estado, que recebeu nos últimos anos mais de R\$ 200 milhões para investimento, destacando-se, dentre as intervenções viabilizadas, a construção de novo sistema produtor de água, composto pela nova barragem no ribeirão João Leite, adutoras de água bruta e tratada e nova estação de tratamento de água, viabilizando o atendimento de forte demanda reprimida na região de Goiânia e entorno.

³ A Resolução 13/2012 estabeleceu alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior.

Em Mato Grosso, a principal operação do período aqui observado é o apoio à construção da Arena Pantanal, montando R\$ 400 milhões de financiamento para um único projeto, no âmbito dos investimentos para viabilização da Copa do Mundo FIFA 2014. O estado também investiu, com suporte da AS, na melhoria de sua infraestrutura logística, com pavimentação de novas e recuperação de antigas rodovias estaduais, já tendo sido liberados R\$ 400 milhões. Cabe destaque também para as operações do PEF, com mais de R\$ 200 milhões liberados.

O Mato Grosso do Sul também priorizou, nas últimas operações apoiadas, os investimentos em infraestrutura rodoviária, com mais de R\$ 600 milhões já liberados.

A principal operação do Distrito Federal foi o apoio à aquisição de trens para o metrô da capital do país, com mais de R\$ 250 milhões liberados.

O apoio ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste realizado pela AS através de suas diversas operações, em total alinhamento com o esforço do BNDES no desenvolvimento equilibrado de todas as regiões do país, tende a continuar. A carteira de operações nessa região possui R\$ 4 bilhões já contratados ainda a liberar.

O BNDES está comprometido com o longo caminho que ainda precisa percorrer para melhorar seu apoio ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste, visando elevar o patamar de qualidade da infraestrutura social. Há, por exemplo, deficiência nítida nos serviços de saneamento ambiental em toda a região; a fragilidade dos responsáveis pelo serviço assim como dos *players* desse setor, entretanto, dificulta o incremento substancial dos financiamentos. O impedimento maior não está na falta de recursos ou de intenção para priorização das intervenções nesse setor; os projetos, contudo, em sua maioria são escassos, de baixa qualidade e, na maioria das vezes, quando implementados, não são eficientemente conduzidos. Falta

mão de obra qualificada para as grandes obras necessárias. Esse ambiente árido não impedirá que o BNDES continue enviando esforços para encontrar as melhores ferramentas (linhas ou programas de financiamento) que permitam o avanço da região na direção pretendida.

8

Região Centro-Oeste: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável

GABRIEL VISCONTI
MORENA CORREA SANTOS

RESUMO

A urbanização e exploração dos recursos naturais de maneira desordenada vêm causando sérios impactos ambientais. O desmatamento desmedido acarreta graves desequilíbrios ambientais. Em que pese observarmos a degradação ambiental causada pelas ações humanas em todos os biomas brasileiros, detivemos aqui a analisar, brevemente, a situação da Região Centro-Oeste, onde convivem importantes áreas ambientais a serem tuteladas e a agropecuária em constante expansão. Esse antagonismo existente entre a prática da agropecuária, atividade que, historicamente, é grande responsável pela degradação ambiental, e a necessidade de restaurarmos e preservarmos nossas florestas, em verdade, é passível de solução, senão ótima, bastante razoável. A partir da implementação de práticas que visem ao desenvolvimento sustentável, podemos alcançar um ponto de equilíbrio entre a imperiosa necessidade de desenvolvimento e progresso econômico e a preservação da natureza, assegurando, assim, um futuro melhor e mais justo para as presentes e futuras gerações.

ABSTRACT

Urbanization and exploring natural resources in a disorderly manner are causing serious environmental impacts. Unfettered deforestation causes serious environmental imbalances. While examining environmental degradation caused by human activities in all Brazilian biomes, we briefly analyze the situation in the Central-West Region, where important environmental areas require protection and agriculture is in constant expansion. This gap that exists between practicing agriculture, an activity that, historically, is largely responsible for environmental degradation, and the need to restore and preserve our forests, in fact, is solvable, if not in an ideal fashion, in a quite reasonable way. By implementing practices aimed at sustainable development, we can achieve a balance between the imperative need for development and economic progress, and the preservation of nature, thus, ensuring a fairer and better future for current and future generations.

INTRODUÇÃO

A Região Centro-Oeste, desde seu estabelecimento na primeira metade do século passado, experimentou uma ocupação que favoreceu a formação de uma estrutura fundiária bastante concentrada e cuja economia, passado o período inicial em que a mineração foi a principal atividade econômica em algumas de suas áreas, baseou-se, principalmente, na pecuária e na agricultura.

A evolução populacional acentuou-se nos últimos sessenta anos, fruto tanto do fluxo migratório, atraído pela construção e o deslocamento da capital federal para Brasília pelos investimentos de programas e projetos governamentais que resultaram na construção de rodovias, políticas de terras públicas e de desenvolvimento regional, como da própria taxa natural de crescimento.

Observam-se padrões diferenciados na ocupação das diferentes áreas da Região Centro-Oeste, provocados por empreendimentos voltados para a lavoura de grãos e para a pecuária com aplicação de alta tecnologia e pela proximidade com a Região Sudeste. As áreas mais ao sul do Centro-Oeste têm uma ocupação mais antiga, possuindo, em geral, melhor infraestrutura, economia mais integrada ao mercado e menor disponibilidade de recursos naturais. Já as áreas mais ao norte são carentes de infraestrutura, dotadas de menor dinamismo econômico e de maior oferta de recursos naturais.

A forma como ocorreram sua ocupação e sua base econômica trouxe, juntamente com o desenvolvimento da região, sérios problemas ambientais, que, diante do atual cenário de mudanças climáticas no mundo, impõem grandes desafios ao poder público e à sociedade.

Região Centro-Oeste e seus biomas

Inserida nos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia, a Região Centro-Oeste merece especial atenção em face da necessidade

de preservação ambiental de tais biomas e do constante estímulo ao desenvolvimento econômico, lastreado em sua principal atividade, qual seja, a agropecuária.

Para se ter uma noção da dimensão do desafio, estudo realizado em 1999, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema/MT), atualmente Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema/MT), estimou que as áreas protegidas por reserva legal e as áreas de preservação permanente (APP) correspondiam, considerando apenas os biomas Cerrado e Amazônia no estado de Mato Grosso, a 13,14 milhões de hectares, dos quais 4,22 milhões no Cerrado e 8,92 milhões no Bioma Amazônia, que, somados, equivaliam a 14,5% do território do estado.

Some-se a isso o fato de, tomando-se por base o território nacional, o Pantanal, considerado a maior área úmida continental do planeta, concentrar-se nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área total de 15,2 milhões de hectares, dos quais 6,3 milhões pertencem a Mato Grosso e 8,9 milhões ao Mato Grosso do Sul, representando 9,49% da área total da Região Centro-Oeste.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, 86,77% da cobertura vegetal do Bioma Pantanal é nativa, embora venha sendo impactada pela ação humana, em especial, pela atividade agropecuária.

Importante destacar que o Pantanal goza de proteção legal específica,¹ dadas suas fragilidades ambientais e vocações naturais. É reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pelas Nações Unidas. A Lei 12.651/12, que instituiu o

¹ A Lei 328/82, do estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, proíbe a instalação de usinas de açúcar e álcool no Pantanal. Nesse sentido, também, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), por meio de sua Resolução 1/85, expondo a cautela com que deve ser tratado esse bioma, determinou aos órgãos estaduais de meio ambiente, dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que suspendessem a concessão de licença para a implantação de novas destilarias de álcool nas bacias hidrográficas localizadas no Pantanal mato-grossense, até que o plenário daquele Conselho se posicionasse conclusivamente sobre o assunto.

novo Código Florestal, classifica, como Área de Uso Restrito, os pantanais e as planícies pantaneiras, impondo condições para a exploração ecologicamente sustentável e novas supressões de vegetação nativa nessas áreas.

Entretanto, em que pese essa aparente proteção dada ao Bioma Pantanal pelo novo Código Florestal, esse diploma legal, ao definir o leito da calha regular do rio como parâmetro para a medição das APP, reduziu drasticamente a proteção às áreas úmidas do país.²

Importante destacar os inúmeros benefícios da preservação das áreas úmidas, que prestam importantes serviços ambientais, tais como armazenamento e purificação de água, retenção de sedimentos, recarga do nível de água do solo, regulação do clima local e regional e a manutenção de uma grande biodiversidade.

Em fevereiro de 2014, o Senado Federal aprovou um ciclo de debates sobre um marco legal para o Bioma Pantanal, cujo objetivo é auxiliar na construção de uma legislação que assegure a conservação das paisagens e da biodiversidade desse bioma, bem como a manutenção da cultura regional e o desenvolvimento econômico e social da região.

O Bioma Cerrado, diferentemente do Pantanal, não está presente, no Brasil, exclusivamente na Região Centro-Oeste. Além desta, alcança alguns estados das demais regiões do país. Considerado um dos *hotspots*³ mundiais, o Cerrado possui grande riqueza mineral e é considerado uma das últimas áreas possíveis de expansão da cultura de grãos do planeta.

Apenas 7,44% da área do Cerrado é protegida por unidades de conservação, federais, estaduais e municipais, sendo que, aproxi-

² Considerando que grande parte das áreas úmidas brasileiras, em função do regime de chuvas sazonais, é submetida a níveis de água variáveis, produzindo um sistema pulsante com períodos de seca e cheia, a definição do leito da calha regular do rio como parâmetro para definição de APP retira a proteção de muitas áreas, consideradas APP sob a ótica da antiga legislação, mas que deixaram de assim o ser.

³ *Hotspot* é um conceito criado pelo ecólogo inglês Norman Myers, que significa uma área prioritária de conservação.

madamente, 2,91% são protegidas na forma de unidades de conservação de proteção integral, tais como os parques nacionais.

Adicionalmente, o Cerrado, em termos históricos, teve suprimida uma área de 43,6%, até o ano de 2002, e de 47,8%, até o ano de 2008. No período de 2009 a 2010, a taxa anual de desmatamento foi de 0,3%, a maior entre os seis biomas brasileiros.⁴

Por fim, o Bioma Amazônia, que, em extensão, ocupa cerca de 50% do território nacional, abrange, na Região Centro-Oeste, conforme definido pela Portaria 96/2008, do Ministério do Meio Ambiente, alguns municípios do estado de Mato Grosso, representando aproximadamente 54% de seu território. De acordo com os cálculos apresentados pela Nota Técnica 32/2013/DPCD/Secex/MMA, a taxa média de desflorestamento nesse bioma, no período de 2001 a 2010, foi de 16.531 km².

PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Em todas as áreas da Região Centro-Oeste, é possível observar intensas modificações no ambiente natural, provocadas pela prática de sua principal atividade econômica. A introdução da produção em grande escala e de monoculturas exóticas de uso comercial, bem como a forte presença da pecuária na região, resultou na eliminação de vegetação nativa, provocando sérios desequilíbrios, como aumento da emissão de gases de efeito estufa, redução da biodiversidade, contaminação do ambiente natural por agroquímicos, compactação, erosão e perda de fertilidade dos solos, diminuição da qualidade e quantidade de água.

A região lidera em número de cabeças de gado, concentrando cerca de 32% do rebanho nacional, criado sob a forma extensiva, caracterizada pela ocupação de vastas áreas, com baixo nú-

⁴ Conforme dados revelados no relatório sobre o monitoramento e mapeamento do desmatamento do Bioma Cerrado, ocorrido no período de 2009 a 2010, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2011.

mero de gado por hectare, e pelos baixos custos. A necessidade de grandes extensões de terra, associada à extensão do rebanho e sua taxa de expansão, representa uma ameaça cada vez maior aos biomas naturais.

O aumento da eficiência na produção pecuária pode auxiliar na redução de seus impactos ambientais. Ações como adequado confinamento e melhora no alimento oferecido aos animais, adoção de manejo adequado do pasto e suplementação a pasto podem ajudar na conservação dos biomas.

Existem, na região, dois tipos básicos de produção agrícola: (i) pequenas propriedades com lavouras tradicionais (ex.: mandioca e feijão), extrativismo e pecuária leiteira; e (ii) grandes propriedades com monocultura de grãos e pecuária extensiva ou intensiva. Mais recentemente, vem crescendo também a criação de aves e suínos integrados à agroindústria.

Importante aspecto do impacto ambiental negativo das atividades aqui discutidas é a degradação dos recursos hídricos. O uso intensivo do solo, aliado a um manejo inadequado, potencializa um processo natural de erosão e assoreamento dos cursos de água. Associado ao problema da erosão, está o uso de agrotóxicos de maneira inadvertida.

Ademais, intrinsecamente relacionada à agropecuária, a irrigação deve ser considerada sob vários aspectos, como: a eficiência em termos do uso da água, a existência de eficiência econômica, os custos ambientais dessa prática, entre outros.

A Agenda 21 para agricultura brasileira traz à tona muitos desafios que o setor agropecuário terá que enfrentar em relação ao meio ambiente. Os agroecossistemas devem ser gerenciados com base em uma visão sistêmica, em que todos os elementos que interagem sejam utilizados de forma que a racionalidade econômica esteja integrada aos princípios básicos da ecologia.

A perspectiva do esgotamento dos recursos naturais leva, muitas vezes, a transformações técnicas no modo de produção e, conseqüentemente, maiores investimentos necessitam ser realizados.

O BNDES E O MEIO AMBIENTE

Em 1989, o BNDES criou sua primeira unidade ambiental, cuja atribuição principal foi coordenar o processo de incorporação da variável ambiental nos procedimentos operacionais do Banco.

Também na década de 1980, por meio de intercâmbios com o Banco Mundial e com outros organismos internacionais, o BNDES criou uma linha de financiamento para o apoio a projetos industriais de conservação e recuperação do meio ambiente.

A partir da edição da Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, o apoio do BNDES passou a ser condicionado à regularidade ambiental do empreendimento.

Desde então, as atividades do BNDES e a preocupação com o meio ambiente caminharam cada vez mais interligadas.

E, com o vertiginoso aumento da importância da dimensão ambiental em todas as esferas de negócio, notadamente em âmbito internacional, o BNDES, no exercício de seu papel como indutor do desenvolvimento econômico e social do país, foi sendo cada vez mais exigido no tocante a iniciativas que estimulassem a adoção de práticas mais sustentáveis por parte de seus financiados.

Com isso, em 2008, a partir da criação da Área de Meio Ambiente do BNDES,⁵ consolidou-se seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade brasileira em uma concepção integrada, que inclui, de forma explícita, as dimensões social, regional e ambiental.

Também em 2008, por força do Decreto 6.527, foi autorizada a criação do Fundo Amazônia, a ser constituído por doações em

⁵ Nesse mesmo ano, o BNDES concluiu o processo de construção de seu planejamento corporativo para os anos 2009-2014, no qual buscou delimitar o escopo de sua atuação e definiu sua missão: promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.

espécie, destinado à realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável de recursos no bioma amazônico. O referido decreto atribuiu ao BNDES a gestão do Fundo Amazônia, cabendo tal atribuição à Área de Meio Ambiente.

A aplicação dos recursos do Fundo Amazônia é orientada por determinados critérios, regras e diretrizes emanados do Decreto 6.527/2008 e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA).⁶

Em que pese o foco principal do Fundo Amazônia ser o Bioma Amazônia, o Decreto 6.527/2008 permite que 20% de seus recursos sejam aplicados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O COFA, ao estabelecer as diretrizes e os critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2013-2014, incluiu entre as prioridades a promoção do processo de regularização ambiental de posses e propriedades rurais, mediante inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e o fortalecimento de sistemas estaduais de gestão do CAR, visando a sua integração ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

Imperioso destacar o estabelecimento, pelo BNDES, em 2009, atendendo à demanda da sociedade, de diretrizes a serem cumpridas por seus beneficiários de recursos, a fim de promover a regularização e o aumento da conformidade socioambiental da cadeia produtiva da pecuária bovina. Esse passo consistiu em importante medida para desestimular o avanço do desmatamento e outras degradações socioambientais.

⁶ De acordo com o estabelecido no Decreto 6.527/2008, cabe ao COFA, composto por representantes do governo federal, da sociedade civil e dos governos dos nove estados da Amazônia Legal, zelar pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) e ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), por meio do estabelecimento de diretrizes e critérios de aplicação dos recursos.

A atuação da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste

Na carteira operacional da Área de Meio Ambiente, constam diversos projetos apoiados na região.

O Fundo Amazônia apoia ações de gestão e recuperação ambientais nos municípios de Carlinda, Marcelândia e Alta Floresta.

O município de Porto dos Gaúchos, também destinatário de recursos do Fundo Amazônia, concluiu, no ano passado, o projeto objeto de apoio, tendo alcançado resultados favoráveis em sua gestão ambiental.

Projeto apresentado pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil), apoiado pelo Fundo Amazônia desde 2010 tem como objetivo implantar um modelo de desenvolvimento econômico pautado na adequação ambiental e na sustentabilidade socioambiental do território, por meio da promoção do CAR e do incentivo aos processos de regularização ambiental de propriedades rurais. Esse projeto inclui em seu escopo os municípios de Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Sapezal e Tapurah.

Agricultores familiares e a comunidade indígena Terena dos municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá foram beneficiados pelas ações do projeto, financiado pelo Fundo Amazônia e comandado pelo Instituto Ouro Verde (IOV), que visou promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar por meio da difusão de sistemas agroflorestais, bem como capacitar a comunidade indígena Terena para coletar as sementes que serão utilizadas naqueles sistemas agroflorestais.

Tal projeto foi concluído com êxito e, em 2013, o Fundo Amazônia iniciou o apoio de sua segunda fase, que engloba os agricultores familiares moradores dos municípios de Colíder, Nova Guarita e Nova Santa Helena, além dos municípios abarcados pela fase anterior, com exceção de Matupá.

O estado de Mato Grosso também é beneficiário de recursos do Fundo Amazônia, destinados a apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, localizada na cidade de Sinop.

Além dos projetos citados, outras iniciativas, voltadas a todo o Bioma Amazônia, também incidem sobre parte do estado de Mato Grosso.

A seguir, apresenta-se um resumo dos projetos da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste:

QUADRO 1 Projetos da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
Olhos d'Água da Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de APPs degradadas	Município de Alta Floresta/Cadastro de 2.000 pequenas propriedades; recuperação de, aproximadamente, 1.200 nascentes; e implantação de projetos demonstrativos de SAFs em 20 unidades rurais
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar	Município de Alta Floresta/Capacitação de produtores em SAFs, manejo ecológico de pastagem, piscicultura, meliponicultura e produção agroecológica integrada e sustentável; ampliação da área de manejo de pastagens em 200 hectares; implementação, em três unidades demonstrativas já existentes, de boas práticas da Embrapa para pecuária de corte e aprimoramento da prática do manejo de pastagens para a produção de leite em 17 unidades demonstrativas já existentes; implantação do Programa Guardião de Águas – Pagamento por Serviços Ambientais; isolamento e recuperação de 3.317 hectares de APPs; e realização do georreferenciamento de 1.500 propriedades rurais

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
Nascentes do Buriti	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de APPs degradadas	Município de Carlinda/Fortalecimento da gestão ambiental; ampliação da capacidade de produção do viveiro municipal; e 1.722 hectares de APPs recuperados no entorno de nascentes
Preservar Porto dos Gaúchos	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Município de Porto dos Gaúchos/ Fortalecimento das ações de monitoramento e controle, de forma a contornar os problemas ambientais
Recupera Marcelândia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu	Município de Marcelândia/Fortalecimento das ações de monitoramento e controle; e 157 hectares de APP recuperados no entorno de 50 nascentes degradadas
Sementes do Portal	Promover a recuperação ambiental de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais	Municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá/Recuperação de 1.200 hectares de APPs e RLs; e implantação de rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes
Sementes do Portal – Fase II	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar	Municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte/ Comercialização de produtos agroflorestais; captação de recursos para financiamento continuado aos projetos; fortalecimento das casas comunitárias de armazenamento de sementes; formação da equipe técnica e de agricultores familiares em SAFs, tecnologias alternativas, gestão comunitária; implantação de SAF em 1.550 hectares de áreas degradadas; e enriquecimento com espécies de interesse comercial de 400 hectares de plantios de SAFs

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
Virada Verde	Contribuir para a mobilização dos atores locais, com vistas à adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região	Municípios de Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Sapezal e Tapurah/Adesão ao CAR de, pelo menos, 50% dos proprietários acima de 150 hectares; atualização da base cartográfica e disponibilização de imagens de satélite de alta resolução para, pelo menos, 10 milhões de hectares; inserção de, pelo menos, 20% das propriedades no CAR; criação de portal de cadastro das propriedades para auxiliar no processo de adequação ambiental; e customização de sistema de monitoramento de RL e APP
Bombeiros Florestais do Mato Grosso	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, localizada na cidade de Sinop	Estado de Mato Grosso/Redução das emissões de gases de efeito estufa
Inventário Florestal Nacional – Amazônia	Implementar o Inventário Florestal no Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Constituição de um sistema de monitoramento florestal capaz de produzir informações sobre recursos florestais da região para fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas e projetos de uso e conservação desses recursos
Nova Cartografia Social na Amazônia	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	Bioma Amazônia/Edição e publicação de 27 fascículos; realização de 12 encontros integradores, com participação de aproximadamente 1.100 pessoas; ampliação da infraestrutura laboratorial da UEA; e capacitação e fixação de pesquisadores na região
ARPA e ARPA Fase 2	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no Bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	Bioma Amazônia/Criação de novas UCs, abrangendo 13,5 milhões de hectares; e estruturação e consolidação de UCs, abrangendo 31,6 milhões de hectares. A Fase 1 apoiou a criação e consolidação de 43 UCs, totalizando 24 milhões de hectares, além da consolidação de 8,5 milhões de hectares de UCs criadas anteriormente

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo	Comunidades indígenas kayapó (Terra Indígena Capoto-Jarina)/Melhoria da qualidade de vida dos índios kayapó, por meio do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis; e conservação da floresta e da biodiversidade, em razão da melhoria da capacidade institucional e da proteção da referida comunidade indígena
Pequenos Projetos Eossociais na Amazônia	Apoiar a realização de chamadas públicas que irão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do Bioma Amazônia	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão/Incremento do potencial produtivo das comunidades do bioma Amazônia; redução da pressão da atividade produtiva sobre o desmatamento; e fortalecimento do trabalho em rede das instituições da sociedade civil presentes na região
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Capacitação em gestão ambiental de servidores e representantes da sociedade civil em, pelo menos, 302 municípios; sensibilização de integrantes das câmaras legislativas para a importância dos temas ambientais; realização de orientações técnico-jurídicas; premiação de municípios que se destaquem na adoção de ações que promovam a preservação ambiental; e compartilhamento de informações visando a promoção da descentralização da gestão ambiental
Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Estruturação de empreendimentos solidários com atividades produtivas próprias da região; reaplicação de tecnologias sociais em diversas áreas; apoio a ações de regularização fundiária e ao licenciamento; e apoio a ações de manejo florestal sustentável, reflorestamento, certificação florestal e recuperação de áreas degradadas
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia	Bioma Amazônia/Produção de indicadores socioambientais para cada mesorregião identificada como mais ameaçada pelo desmatamento; e propositura de estratégias de ação para subsidiar políticas públicas e projetos prioritários para melhorar a governança e gestão das UCs, dos projetos de colonização e assentamento, bem como das demais unidades produtivas

Fonte: BNDES.

CONCLUSÃO

Os efeitos das mudanças climáticas já são percebidos e sentidos em diversos países e regiões do mundo, sendo urgente a necessidade de implantação e aprimoramento de medidas capazes de diminuir a vulnerabilidade da população e de setores econômicos às variações do clima.

As mudanças no uso da terra, como o desmatamento e a degradação ambiental, provocadas, em grande parte, pela expansão da agropecuária, contribuem significativamente para a piora ambiental e sua continuidade agravará os impactos negativos das alterações climáticas.

O Brasil, nos últimos anos, tem afirmado seu compromisso com a redução das emissões dos gases que causam o efeito estufa. Em 2009, durante a Conferência do Clima das Nações Unidas, realizada em Copenhague, o governo brasileiro anunciou que reduziria, voluntariamente, até 2020, as emissões do Brasil em 36,1% a 38,9%.

Ainda em 2009, a Lei 12.187 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), cujos objetivos deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável, a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

A referida lei prevê, como um de seus instrumentos, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), criado pela Lei 12.114/2009, visando assegurar recursos para apoio a projetos, estudos e empreendimentos voltados à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e a seus efeitos.

Ao BNDES, foi atribuída a função de agente financeiro do FNMC, responsável pela aplicação de seus recursos em concessão de apoio financeiro reembolsável voltada ao atendimento daquela finalidade. O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela aplicação em caráter não reembolsável desses recursos.

Dessa forma, com recursos do FNMC, o BNDES fomenta e apoia projetos destinados a mobilidade urbana, cidades sustentáveis e mudança do clima, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos sólidos, carvão vegetal, combate à desertificação, florestas nativas, gestão e serviços de carbono de projetos inovadores.

Essas e outras medidas lançadas têm alcançado algum grau de efetividade. Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, no relatório de 2013 das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, a variação de emissão desses gases para o setor de agropecuária foi de 5,2%, no período de 2005 a 2010, índice bastante inferior ao verificado no período de 1995 a 2005, de 23,8%. Já no setor de florestas, o avanço foi ainda mais significativo. No período de 2005 a 2010, a variação foi negativa em 76,1%.

O Fundo Amazônia, por seu notório potencial de contribuir para a preservação e recuperação ambiental, venceu a categoria Alide Verde, do Prêmio Alide 2010 – Buenas Prácticas en las Instituciones Financieras de Desarrollo, organizado pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento.

Conforme já exposto, inobstante o Fundo Amazônia ser direcionado ao Bioma Amazônia, outros biomas brasileiros podem ser beneficiados com até 20% de seus recursos, desde que destinados a ações de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

Ademais, devem ser estudadas iniciativas voltadas à restauração dos variados biomas, a exemplo da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, lançada em 2009, com o objetivo de apoiar projetos de restauro desse bioma.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. H. S. P. *Análise econômico-ambiental da intensificação da pecuária de corte no Centro-Oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, 2010. Piracicaba: USP, 2010.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Relatório anual de atividades do Fundo Amazônia, 2009*. Rio de Janeiro, 2010.

_____. *Relatório anual de atividades do Fundo Amazônia, 2012*. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Pantanal*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

ESTADO DE MATO GROSSO. *Vantagens e desvantagens comparativas da Região Centro-Oeste em função da Legislação Ambiental*. Cuiabá, 2006. Disponível em: <http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/subPages/PDF/Vantagens_e_Desvantagens_Comparativas_da_Regiao_Centro-Oeste.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2014.

HOGAN, D. J. (coord.). Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_centro/03pronex_06_Um_Breve_Perfil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

MUELLER, C. C. Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável. In: VELLOSO, J. P. R. *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Nobel, 1991.

VERDESIO, J. J. As perspectivas ambientais do cerrado brasileiro. In: PINTO, M. N. *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

WWF – WORLD WILDLIFE FUND. *Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no Cerrado e suas inter-relações com os recursos hídricos na região do Pantanal*. Brasília, 2003. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_brasil_impactos_atividade_agropecuaria_cerrado_pantanal.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

9

Desenvolvimento econômico da Região Centro-Oeste: desafios e potencialidades para a atuação do BNDES*

CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL

LUCAS LINHARES

* Os autores agradecem a valiosa contribuição de Humberto Gabrielli.

RESUMO

O artigo traça em grandes linhas alguns dos principais desafios do desenvolvimento regional do Centro-Oeste para os quais o BNDES pode contribuir de forma relevante. Nesse contexto, é oferecido um panorama do estágio atual da atuação do Banco na região, procurando esboçar uma análise qualitativa dos desembolsos a projetos em diversos campos de atividade econômica, cotejando esse estado de coisas à luz dos desafios traçados.

ABSTRACT

The article broadly summarizes some of the main challenges to regional development in the Central-west, to which the BNDES can contribute in a more significant fashion. Within this context, an overview of the Bank's current situation and activities in the region is presented, seeking to outline a qualitative analysis of disbursements to projects in several fields of economic activity. This state of affairs is analyzed under the perspectives of the challenges outlined.

INTRODUÇÃO

A Região Centro-Oeste do Brasil apresentou importante ímpeto de dinamismo econômico já nas primeiras décadas do século XX, quando começou a ser empreendido um processo, ainda que incipiente, de integração dessa economia regional ao principal núcleo dinâmico da economia nacional, representado pela atividade cafeeira sediada em São Paulo. Até então, o Centro-Oeste caracterizava-se por ser uma área praticamente despovoada, de baixa densidade econômica, assentada em um quadro produtivo essencialmente de subsistência e isolada do restante do país. No referido período histórico, começam a se fazer sentir alguns efeitos de transbordamento da atividade agropecuária paulista e também daquela praticada no Triângulo Mineiro. Tais efeitos, potencializados pela presença de infraestrutura ferroviária, encorajaram a emergência de núcleos produtivos e encontraram amparo em políticas de governo objetivando a colonização e a consolidação de novas áreas agrícolas a partir da Era Vargas.

Todavia, foi na segunda metade do século passado que o processo de ocupação e dinamização econômica do Centro-Oeste ganhou mais força, catalisado pela transferência da capital nacional para Brasília (DF), que tornou mais concreta e robusta a diretriz estatal de interiorização da ocupação demográfica e econômica do Brasil, dando ensejo a importantes fluxos migratórios oriundos das outras regiões do país, principais responsáveis por empreender a penetração estrutural da atividade agropecuária mais intensiva e voltada para exportação, definindo os contornos de uma vocação econômica regional.

A Região Centro-Oeste é composta por três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), além do Distrito Federal. Geograficamente, configura uma região estrategicamente localizada no coração da América do Sul que apresenta relevantes zonas de fronteiras com Paraguai e Bolívia, e também com vários estados brasileiros. Ademais, trata-se de uma porção do território nacional cuja geomorfologia traz características típicas de três biomas, quais sejam: (i) Amazônico; (ii) Cerrado; e (iii) Pantanal. A apropriação da rica biodiversidade e das condições geomorfológicas presentes em cada um desses biomas e as decorrentes oportunidades de desenvolvimento econômico, somadas à dimensão geopolítica da ocupação territorial, são fatores que contribuem para explicar o movimento vulgarmente conhecido como a “Marcha para o Oeste”, fluxo demográfico que impulsionou, com fortes estímulos estatais, o processo de urbanização e estabeleceu condições para modernizar e elevar a densidade da economia regional, bem como aprofundar sua integração aos mercados nacional e internacional.

Evidente que, tal como observado com frequência na história de movimentos de modernização econômica, esse processo não se dá sem complexos dilemas e contradições, que tendem a se expressar de maneira particularmente aguda em países da periferia capitalista, como é o caso brasileiro.

Por um lado, observa-se relativa vulnerabilidade econômica, em virtude da constituição de um sistema produtivo primordialmente assentado no agronegócio exportador, caracterizado por intensa volatilidade, seja em função da flutuação de preços e de poder aquisitivo nos mercados demandantes, seja em função de eventos climáticos que podem impactar custos de produção e produtividade dos segmentos líderes da atividade econômica regional.

Por outro lado, observam-se os desafios sociais de converter os ganhos econômicos em avanços nas esferas do bem-estar social da população, além de compatibilizar o desenvolvimento econômico e as dinâmicas de urbanização com a sustentabilidade ambiental, preocupação que passou a merecer atenção central nas sociedades contemporâneas.

Dessa forma, a missão com que se defronta a Região Centro-Oeste do Brasil não é inusual: trata-se de fomentar o desenvolvimento de longo prazo, alavancando as potencialidades de suas vocações econômicas e projetando seus efeitos no território sob a forma de maior equilíbrio na apropriação social do produto econômico e de conservação do arcabouço ecológico cuja exploração predatória poderá, no curso do tempo, inviabilizar a própria vocação econômica historicamente constituída.

Este texto é composto por mais três seções, além desta introdução. O propósito da segunda seção é traçar, em grandes linhas, alguns dos principais desafios do desenvolvimento regional do Centro-Oeste que podem ser identificados com clareza e aos quais o BNDES pode se apresentar a fim de contribuir de forma relevante, dada sua missão institucional e o escopo de sua atuação. A terceira seção procura expor, por meio de algumas informações básicas, um panorama do estágio atual da atuação do Banco na região, procurando cotejar esse estado de coisas à luz dos desafios traçados na seção anterior. A última seção contém algumas considerações finais que buscam alinhavar os aspectos centrais do texto e sugerir uma agenda em caráter prospectivo.

CENTRO-OESTE: CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA ECONOMIA REGIONAL E ALGUNS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO

A Região Centro-Oeste vivenciou significativo crescimento econômico nas últimas décadas, uma vez implantado e consolidado o vetor do agronegócio associado à produção de grãos (principalmente à cultura da soja) e à criação de rebanho bovino, com forte vinculação aos mercados externos. De acordo com dados obtidos no portal do Ipeadata, a participação da região no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro saltou de 2,5%, na década de 1960, para cerca de 10%, em 2010, atestando a importância do já mencionado movimento de ocupação demográfica e adensamento econômico do interior do país, inicialmente impulsionado pelos governos de Getúlio Vargas a Juscelino Kubistchek. A ramificação da rede viária a partir da nova capital nacional exerceu papel crucial para a expansão do cultivo da soja e das demais culturas agrícolas que se estabeleceram no Cerrado, assim como foi elemento facilitador dos fluxos migratórios para a região. Adicionalmente, cumpre registrar os esforços posteriores do governo federal para ocupação e implantação da atividade agrícola no Cerrado do planalto central, através do Polocentro, um ambicioso programa de estímulo aos investimentos em tecnologia e infraestrutura de apoio à atividade agrícola na região, vigente entre as décadas de 1970 e 1980, cujos resultados e impactos sobre a estrutura econômica local já foram avaliados por uma vasta literatura especializada.¹

Durante as duas últimas décadas do século XX – fase histórica usualmente classificada na esfera nacional como “perdida” em função do baixo ritmo do crescimento econômico brasileiro –, a Região Centro-Oeste destoou da média nacional e apresentou padrão de crescimento econômico bem mais acelerado: enquanto a média anual de crescimento do PIB nacional girou em torno

¹ Ver, por exemplo, Ferreira (1985); Jesus (1993); e Silva (1985).

de 2,5%, o PIB do Centro-Oeste apresentou taxas de expansão próximas a 4% a.a., explicadas pelo aquecimento da atividade agropecuária no Cerrado.

É importante sublinhar que a implantação da atividade agropecuária na região só se mostrou exitosa a partir de pioneiros desenvolvimentos tecnológicos aplicados ao cultivo, que permitiram a incorporação das áreas de Cerrado como base agricultável em ampla escala. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desempenhou papel protagonista nessa dinâmica. Por sua constituição original, o solo regional era predominantemente ácido e sem nutrientes, pouco propício à lavoura. A porção de terras férteis no Cerrado era bastante reduzida. As condições naturais foram compensadas ou “corrigidas” pela inserção de fertilizantes químicos e pela adaptação de sementes e culturas às condições locais, elementos de correção desenvolvidos pelas pesquisas agrônômicas. Com a expansão das lavouras e os impactos derivados, o desafio que atualmente se impõe passa pelo desenvolvimento tecnológico associado à sustentabilidade ambiental das culturas agrícolas, assunto que será retomado à frente.

Ainda que tenha havido um processo forte de ocupação demográfica do Centro-Oeste a partir da segunda metade do século passado, trata-se ainda hoje de uma região de baixa densidade demográfica, o que implica grande complexidade para integração econômica e territorial intrarregional e também para a ligação com os mercados mais dinâmicos do país e com o exterior. Não obstante a presença da infraestrutura viária (basicamente rodovias) ter sido fator de estímulo à aceleração do adensamento econômico e demográfico do Centro-Oeste, isso não equivale a dizer que a configuração atual da infraestrutura logística da região deve ser considerada satisfatória. Pelo contrário, alguns estudos² demonstram que os custos derivados da deficiência logística representam

² Ver, por exemplo, Brasil (2007).

importante entrave à economia regional, somente atenuado em virtude da elevada produtividade das unidades de produção “da porteira para dentro”, que é explicada pela tecnologia incorporada na atividade, conforme referido no parágrafo anterior. Assim, o desenvolvimento contínuo da malha viária que orienta os fluxos econômicos da região é aspecto central para redução dos custos de logística e elevação da competitividade, devendo-se observar a adequação dos modais de transportes em função dos benefícios vislumbrados e da minimização dos impactos territoriais negativos. Vale observar que, por sua compleição físico-territorial, marcada pela presença de importantes bacias hidrográficas e extensões de planalto, além de seu perfil econômico com relevante viés exportador, o Centro-Oeste demonstra oportunidades de constituição de um sistema de transportes com papel relevante dos modais hidro e ferroviário, ainda pouco abrangente. De mais a mais, cumpre reter a ideia de que a evolução da infraestrutura logística permanece como tópico central na agenda de desenvolvimento da região.

Cumpre frisar que a especialização da economia regional nos setores primários traz importantes vulnerabilidades, na medida em que consubstancia um aparato econômico pouco autônomo, cujo desempenho fica muito condicionado pelas intempéries dos mercados internacionais de *commodities*. Ademais, a elevada importância da agropecuária no produto regional não tem se revelado capaz de exercer efeito irradiador sobre o conjunto da economia. Dessa forma, um dos caros desafios com que se defronta o território centro-ocidental é o de promover efeitos de arraste (*trickle down effects*) sobre outros setores produtivos que possam se beneficiar de externalidades e de relações de encaqueamento com os segmentos primários nos quais o Centro-Oeste se especializou. Assim, será possível levar a efeito um processo de agregação de valor da base exportadora local, elevar a densidade econômica local e reduzir seu grau de dependência do exterior, além de estimular a geração de empregos e renda no

mercado local, fazendo frente ao contingente de migrantes que procura por oportunidades.

Analisando preliminarmente o PIB industrial, constata-se que a participação da Região Centro-Oeste se elevou de cerca de 1% na década de 1960 para aproximadamente 5% atualmente [Brasil (2007)]. Interessante observar que a composição do PIB regional evolui rumo a maior protagonismo dos setores ditos mais “modernos” (indústria e serviços): entre 1970 e 2010, a agropecuária saiu de um patamar de 24% para alcançar 10% de participação no PIB da região. A indústria, que respondia por apenas 7% do PIB em 1970, chegou a 2010 como responsável por 16% da riqueza econômica produzida no Centro-Oeste [Brasil (2007)]. Embora esse possa ser considerado um avanço relevante em termos de diversificação produtiva e ganhos de encadeamentos com os setores primários, o grau de participação atual pode ser considerado aquém das potencialidades para o parque produtivo da região, mesmo porque a observação da realidade mostra que a indústria e os serviços encontram-se concentrados em alguns poucos centros urbanos principais, que findam por distorcer o panorama oferecido pela média regional. Particularmente no que tange ao setor de serviços, a elevada concentração no Distrito Federal pode causar uma impressão falha acerca da região como um todo.

Fato é que o Centro-Oeste passou por transformações de amplo alcance em termos de intensificação do sistema produtivo, que teve simultaneamente como causa e efeito os processos homólogos de intensificação dos fluxos migratórios e da urbanização. Contudo, o núcleo dinâmico continuou assentado sobre a matriz agropecuária, e a trajetória de crescimento econômico não se mostrou responsiva às necessidades de infraestrutura social. Um quadro particularmente grave na região diz respeito ao reduzido acesso da população aos serviços de saneamento básico. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 mostra que a Região Centro-Oeste apresenta um nível de

acesso a esgotamento sanitário abaixo da média nacional [IBGE (2011)], situação que se torna particularmente grave se retirado o Distrito Federal da amostra. Desconsiderando o DF, os três estados do Centro-Oeste apresentam, nesse quesito, os piores indicadores entre as regiões do país. Em que pese a sensível melhoria observada entre 2000 e 2010 pelos censos 2000 e 2010 do IBGE (quando a proporção de domicílios com saneamento considerado adequado saiu de aproximadamente 26% para 38%), a expansão da oferta de saneamento básico se identifica como mais um aspecto central a compor a agenda de desenvolvimento da região.

Outro fenômeno a ser considerado nesse esforço exploratório de caracterização da Região Centro-Oeste é que a aceleração da modernização econômica ensejou importantes impactos ambientais. A intensa exploração do solo sem o devido manejo; as queimadas frequentes e o desmatamento para exploração madeireira são aspectos cruciais que tendem a minar o potencial de desenvolvimento regional de longo prazo, por acarretar a deterioração do meio ambiente que constitui a base física das principais atividades do quadro econômico regional. Os setores econômicos que tipicamente delinearão a economia da região, notadamente a produção em larga escala de monoculturas de grãos e cereais, bem como a pecuária, ocasionaram a supressão de vegetação nativa, com impactos ambientais relevantes, como elevação da emissão de gases de efeito estufa, compactação e erosão do solo, redução da disponibilidade de recursos hídricos, entre outros efeitos pouco mensuráveis, como a perda de biodiversidade.

A morfologia de cerrado compreende a maior extensão do território da Região Centro-Oeste, figurando como a principal receptora de presença antrópica, uma vez que é nessa parte do território que a expansão agropecuária tem se consolidado com maior intensidade, além de ter dado sede à formação de centros urbanos relevantes na rede regional. O Cerrado apresenta elevada capacidade de absorção de carbono, dada a volumosa biomassa conservada no subterrâneo,

podendo exercer, portanto, um papel importante para a manutenção do equilíbrio ecológico e preservação ambiental. Resguardar tais características e aliá-las a uma dinâmica sustentável de produção é tarefa necessária ao desenvolvimento de longo prazo.

Ademais, cumpre assinalar que, além dos setores econômicos já mencionados, a Região Centro-Oeste tem se revelado uma destacada fronteira de expansão da produção sucroalcooleira no Brasil. A participação regional na produção nacional mais do que dobrou no último decênio, alcançando patamar próximo a 15% da produção total do país. Esse parece ser um ramo industrial com perspectiva de crescimento robusto, com relevante impacto sobre o investimento na região.

Além da agropecuária de larga escala, a região conta com presença marcante da agricultura familiar, que representa a maioria absoluta (cerca de 75%) dos estabelecimentos agrícolas no Centro-Oeste, cuja contrapartida é cerca de 20% do Valor Bruto da Produção. Cabem, portanto, avanços importantes nesse campo, que permitam dotar essa atividade de maior grau de diversificação, maior intensidade tecnológica e maior produtividade, contribuindo para cristalizar um modelo de cultivo mais inclusivo e ambientalmente sustentável.

A esse amplo contexto descritivo da geoeconomia do Centro-Oeste brasileiro, cabe acrescentar um último aspecto de natureza transversal, qual seja, a inovação tecnológica. As oportunidades associadas à inovação tecnológica acoplada ao processo de desenvolvimento produtivo passam pelo desenvolvimento de fertilizantes menos tóxicos, sistemas de manejo mais eficientes e menos degradantes, agregação de valor a produtos primários, disseminação de técnicas para consolidação e diversificação dos estabelecimentos de agricultura familiar, entre outras que possam aproximar a economia regional de padrões de competitividade mais elevados e também de uma concepção produtiva alinhada ao conceito de "economia verde", assegurando, assim, a sustentabilidade da prática produtiva.

CONTRIBUIÇÃO DO BNDES NO ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

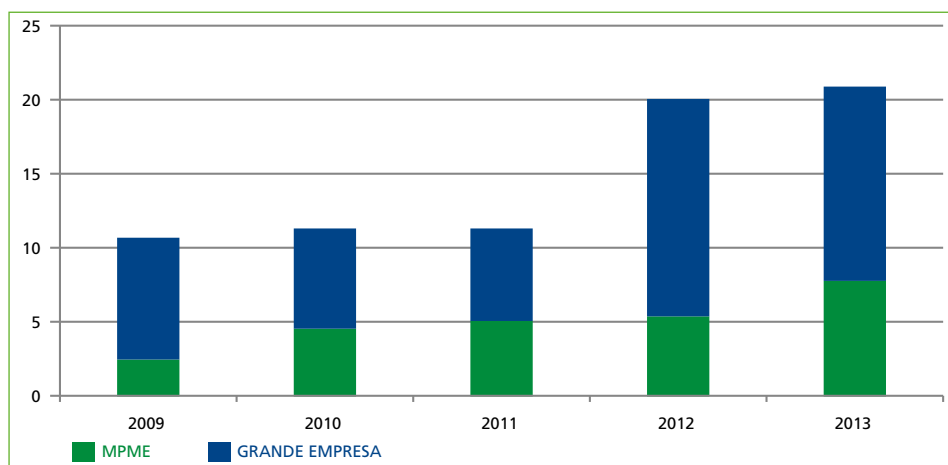
O conjunto de produtos e programas que o BNDES oferece ao empreendedor privado e ao setor público é apresentado com pormenores em outros capítulos deste livro, que buscam ilustrar o apoio do Banco a projetos de investimentos em variadas frentes afetas à agenda de desenvolvimento da Região Centro-Oeste. Esta seção, por seu turno, tem por objetivo oferecer um panorama agregado da atuação do Banco na região e uma visão prospectiva do potencial de aprofundamento de sua contribuição a alguns dos desafios levantados na seção anterior.

De imediato, cabe observar que os desembolsos do BNDES para a Região Centro-Oeste experimentaram importante crescimento no recente período de cinco anos findo em 2013, saltando de R\$ 10,7 bilhões para R\$ 20,9 bilhões. Vale ressaltar que o crescimento se deu tanto na faixa de porte de grande empresa quanto para micro, pequenos e médios empreendimentos (MPMEs). Conforme se verifica pelo Gráfico 1, os desembolsos para MPMEs saem de R\$ 2,4 bilhões em 2009 para R\$ 7,8 bilhões em 2013. Tal evolução sugere a presença de cultura e apetite empreendedor na região, que pode assumir papel progressivamente mais relevante e materializar oportunidades para fazer frente ao desafio de diversificação setorial da pauta produtiva regional e intensificação de encadeamentos produtivos, dinâmica em geral ancorada pelos negócios e investimentos de maior porte.

Cabe registrar, contudo, que não obstante esse importante avanço dos desembolsos do BNDES na Região Centro-Oeste em termos absolutos, a evolução da participação regional no total de desembolsos do Banco tem se mantido em ritmo mais modesto, saindo de 8% em 2009 para aproximadamente 11% em 2013. Essa informação demonstrada permite, no entanto, uma leitura positiva, se considerado o fato de que a participação da Região

Centro-Oeste no PIB brasileiro tem ficado historicamente abaixo de 10%. Dessa forma, é razoável afirmar que a atuação do BNDES apresentou, no período recente, inflexão rumo a uma perspectiva de intensificação do apoio ao desenvolvimento econômico da região, tendo em vista que o montante de desembolsos do Banco no Centro-Oeste passou a corresponder a percentual ligeiramente superior à participação da região no PIB nacional.

GRÁFICO 1 Desembolsos do BNDES para a Região Centro-Oeste, por porte de empresa, 2009-2013 (em R\$ bilhões)



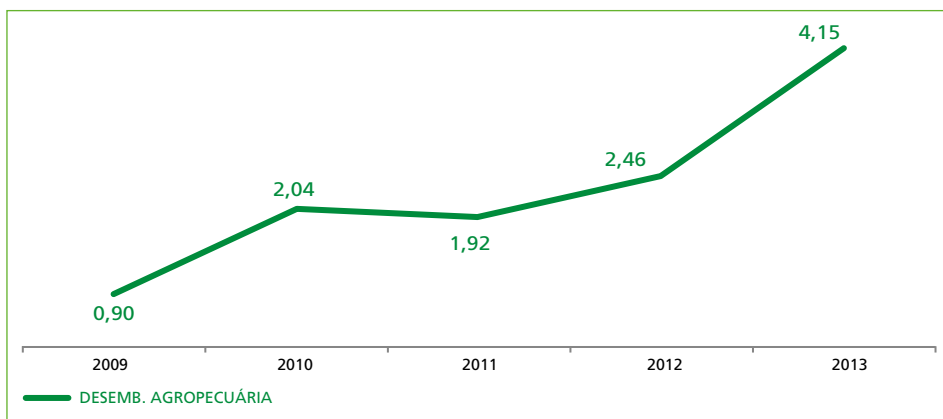
Fonte: BNDES.

Com a perspectiva de elevação contínua do grau de urbanização no planeta, processo particularmente impactante na China, a demanda por alimentos deverá experimentar crescimento significativo nos próximos três decênios. Esse quadro representa demanda crescente pelos produtos da agropecuária do Centro-Oeste brasileiro.

O BNDES tem atuado ativamente no apoio ao setor agropecuário da região, o que pode ser atestado pela expressiva elevação dos desembolsos do Banco para o setor nos últimos cinco anos, conforme pode ser observado no Gráfico 2. No período

entre 2009 e 2013, o montante desembolsado parte do patamar de R\$ 900 milhões e alcança R\$ 4,15 bilhões, reforçando, por conseguinte, a vocação econômica regional.

GRÁFICO 2 Desembolsos BNDES para o setor agropecuário, Região Centro-Oeste, 2009-2014 (em R\$ bilhões)



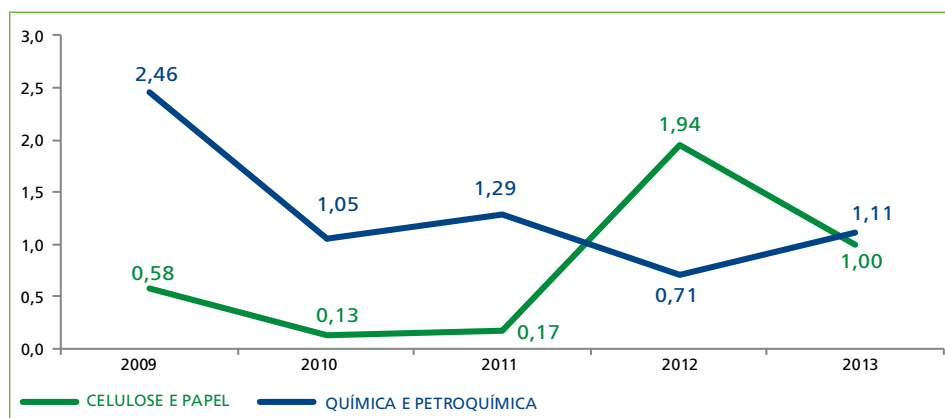
Fonte: BNDES.

Analisando o setor industrial por meio das informações sobre apoio financeiro do BNDES aos diversos ramos de atividade, é possível identificar alguns aspectos que merecem destaque. O setor de celulose e papel, por exemplo, percebeu uma importante fase de investimentos na região, de forma que os desembolsos do BNDES apresentaram um significativo salto de patamar nos dois últimos anos da série, conforme pode ser visto no Gráfico 3. Os investimentos nesse setor, além de contribuírem para consolidar uma matriz produtiva regional mais diversificada, tendem a fazê-lo de forma alinhada à perspectiva de sustentabilidade ambiental.

A indústria química e petroquímica também recebeu atenção importante do BNDES no período. Ainda que os desembolsos para esse ramo não revelem uma tendência crescente de evolução, apresentando montantes de recursos relativamente estáveis ao longo dos anos, a média anual de liberações ficou em

torno de R\$ 1,3 bilhão. Por abrigar a produção de fertilizantes e produtos agroquímicos, esse é um setor de reconhecido mérito e prioritário para a região, tendo em vista sua capacidade imediata de estabelecer encadeamentos produtivos com setores agrícolas que constituem a base econômica regional.

GRÁFICO 3 Desembolsos BNDES para setores industriais – celulose e papel e química e petroquímica, Região Centro-Oeste, 2009-2013 (em R\$ bilhões)



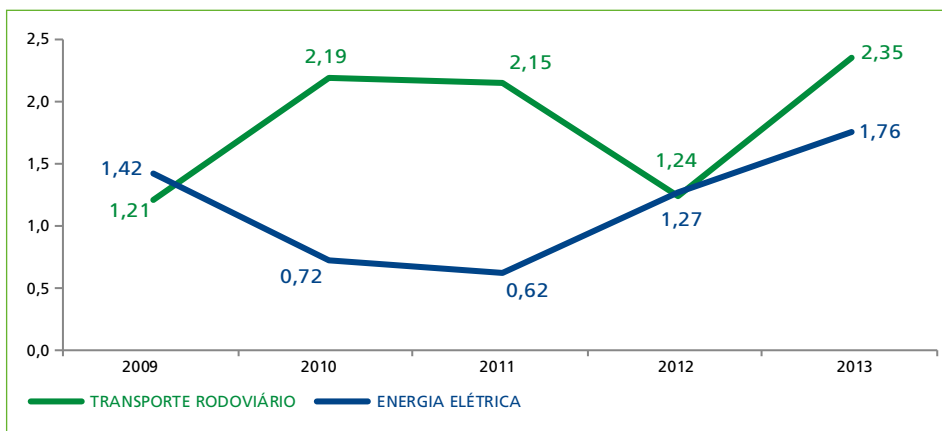
Fonte: BNDES.

No que tange ao apoio do BNDES à infraestrutura na Região Centro-Oeste, os últimos cinco anos demonstram que os segmentos de energia elétrica³ e transporte rodoviário⁴ se destacaram como destinatários de financiamentos do Banco, e este último setor revela o estímulo conferido à integração logística do território e à operação de canais para escoamento da produção. O Gráfico 4 exibe a evolução dos valores desembolsados pelo BNDES a esses dois setores nos últimos cinco anos, revelando robusta contribuição do Banco à alavancagem de investimentos.

³ Principalmente, segmentos de geração e transmissão de energia elétrica.

⁴ Diz respeito a financiamentos a caminhões e ônibus para transporte de carga ou passageiros.

GRÁFICO 4 Desembolsos do BNDES para setores de infraestrutura – energia elétrica e transporte rodoviário, Região Centro-Oeste, 2009-2013 (em R\$ bilhões)



Fonte: BNDES.

Na esfera da infraestrutura econômica e social, entretanto, há importantes lacunas em que o BNDES deve se empenhar para fomentar uma atuação mais robusta na Região Centro-Oeste, quais sejam: os segmentos de ferrovias e saneamento. Ainda que sejam conhecidas as complexidades associadas à viabilização de um programa mais massivo de investimentos nesses segmentos, usualmente associados a concessões públicas, eles devem ser compreendidos como estratégicos na agenda de desenvolvimento regional.

Por meio da Tabela 1, é possível observar desembolsos de magnitude relevante para o ramo de ferrovias, cuja média dos últimos cinco anos foi de R\$ 270 milhões e que em 2013 alcançou valores superiores a R\$ 300 milhões. Contudo, tendo em vista as características físicas e econômicas da Região Centro-Oeste, esse volume de recursos certamente pode ser considerado aquém das potencialidades e das necessidades de integração logística da região.

TABELA 1 Desembolsos BNDES para o ramo de ferrovias, Região Centro-Oeste, 2009-2013 (em R\$)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Desembolsos	219.285.924	262.420.523	356.113.466	173.125.833	334.564.144

Fonte: BNDES.

Em relação ao ramo de saneamento, considerado seu impacto social como gerador de externalidades positivas, deve ocupar posição nuclear na política de desenvolvimento regional. Conforme ilustrado na Tabela 2, o BNDES tem realizado operações de alcance ainda restrito nesse segmento, de forma que o desembolso médio anual do período 2009-2013 ficou em torno de R\$ 30 milhões. Dada a importância do acesso a saneamento para o bem-estar e as condições de saúde da população, cabe sublinhar o grande potencial ainda inexplorado para investimentos.

TABELA 2 Desembolsos BNDES para o ramo de saneamento, Região Centro-Oeste, 2009-2013 (em R\$)

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
Desembolsos	15.200.873	36.221.215	31.081.261	40.792.623	28.961.373

Fonte: BNDES.

Voltando o olhar para a dimensão do desenvolvimento econômico associado à sustentabilidade ambiental, o BNDES tem buscado mobilizar esforços para aplicação de recursos alinhados à ideia de fortalecer a “economia verde”. Essa classificação contempla o apoio do BNDES a segmentos associados ao desenvolvimento sustentável, tais como energias renováveis e eficiência energética, hidrelétricas, transporte público, gestão de resíduos sólidos, manejo florestal, entre outros. No período compreendido entre 2009 e 2013, foi aplicado montante superior a R\$ 12 bilhões em projetos de investimentos associados à “economia verde” na Região Centro-Oeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto teve por propósito traçar um panorama não exaustivo de alguns dos principais desafios ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste e oferecer uma breve descrição acerca da contribuição do BNDES para o enfrentamento desses desafios.

Se possível sintetizar o desafio de inflexão estrutural na economia do Centro-Oeste, este diz respeito à denominada dinâmica de progressiva “descommoditização”, que permita migrar de um estágio de economia de base estritamente agropecuária para uma lógica mais avançada de “complexos agroindustriais”, apoiados em irradiação de efeitos para trás e para frente na cadeia do agronegócio e movidos por inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. Essa complexa tarefa deve, paralelamente, traduzir o dinamismo econômico em configuração social de maior equilíbrio, de modo que a riqueza produzida signifique provisão de bem-estar ao conjunto do território.

O desenvolvimento da logística regional é fundamental para a dinâmica de adensamento da economia, de forma a intensificar o ritmo dos fluxos econômicos que têm o Centro-Oeste como origem ou como destino. Vislumbra-se clara oportunidade para intensificação do apoio do BNDES a projetos nesse campo.

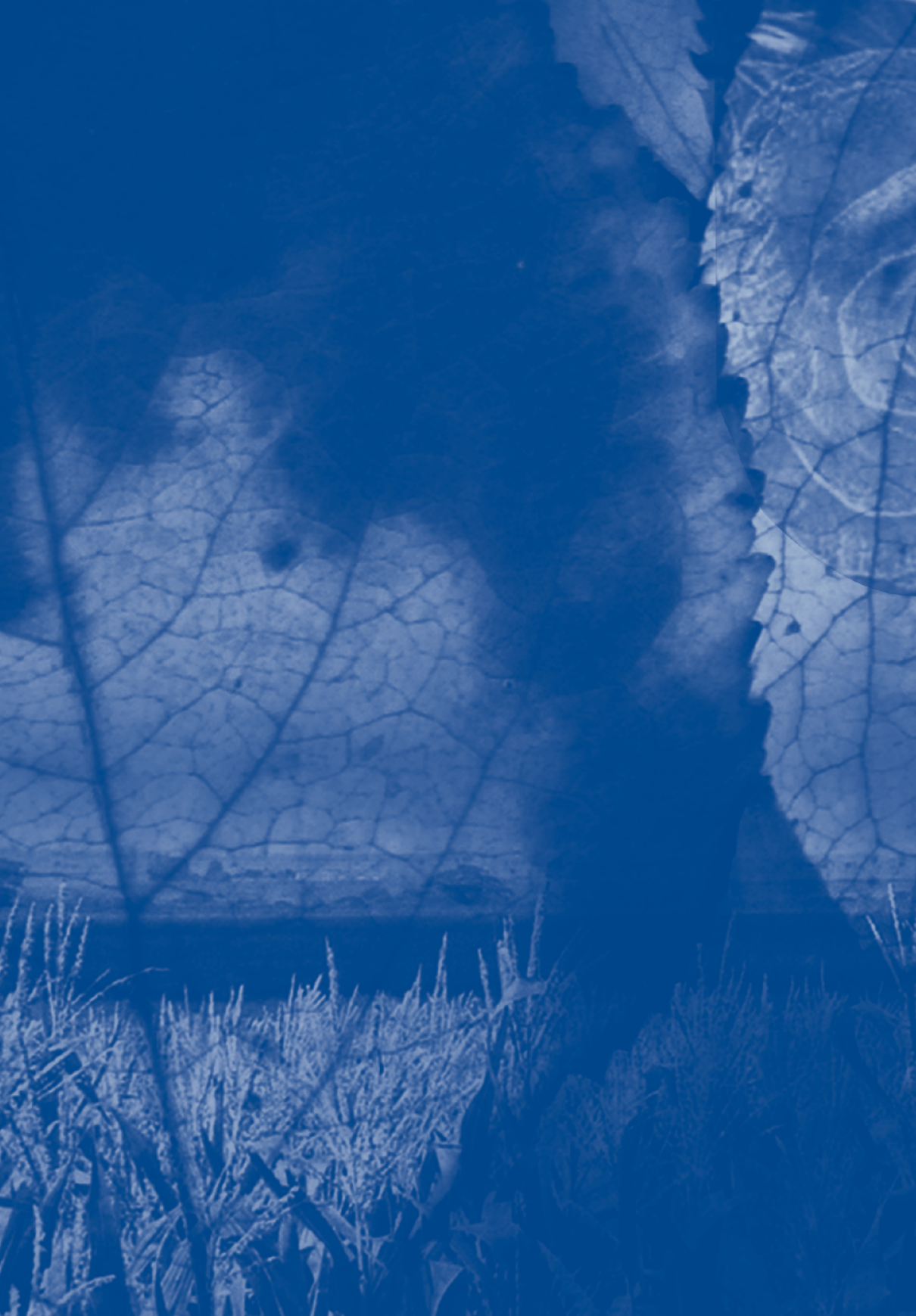
Outra lacuna particularmente importante no cenário social da região diz respeito ao saneamento básico, que apresenta alcance abaixo da média nacional. Não obstante as notórias dificuldades de fomentar investimentos nesse setor, o BNDES dispõe de instrumentos para apoiar a expansão da oferta de saneamento, tornando esse quadro da Região Centro-Oeste mais próximo da realidade nacional e, preferencialmente, ainda melhor.

Há amplo consenso acerca do fato de que empreender uma trajetória de desenvolvimento dessa magnitude exige a coordenação de esforços multi-institucionais em torno de metas coletivamente definidas e legitimadas. O BNDES se apresenta para

prestar contribuição por meio de sua experiência analítica e conhecimentos setoriais acumulados, além, é claro, do conjunto de instrumentos financeiros sob gestão do Banco que podem apoiar a concretização da complexa tarefa de materialização de uma configuração produtiva alinhada à ideia de futuro concebida pela população da Região Centro-Oeste.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)*. 2007. Disponível em: <www.sudeco.gov.br/pdco>. Acesso em: 18 jul. 2014.
- FERREIRA, R. J. A atuação do POLOCENTRO e o desenvolvimento regional. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, v. 15, n. 5-6, p. 3-17, mai.-ago. 1985.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010*. 2011.
- JESUS, L. C. *A ocupação dos Cerrados – O POLOCENTRO e seus impactos em Minas Gerais*. Monografia (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- SILVA, R. A expansão das fronteiras produtivas no Cerrado. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, v. 15, n. 5-6, p. 53-61, 1985.





OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE

PARTTE 2

10

Natureza e perspectivas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste e o papel das políticas para arranjos produtivos locais

CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT

RESUMO

A integração do Centro-Oeste ao Sudeste de modelo desenvolvimentista e produtivista pouco alterou o quadro anterior da estrutura fundiária altamente concentrada e não atingiu de modo uniforme a região e os setores produtivos. Desse modo, manteve os conflitos sociais e o isolamento das populações tradicionais. Os territórios atingidos foram dotados de complexos agroindustriais de exportação dinâmicos e emancipados. O atual desafio é associar o dinamismo econômico e social à qualidade de vida humana e ambiental, respeitando as particularidades dos territórios e, ao mesmo tempo, estabelecer e adensar relações entre eles. O olhar para os arranjos produtivos locais (APL) possibilita o diagnóstico sistêmico na proposição de políticas territoriais estratégicas mais coerentes nesse contexto regional e do centro do continente sul-americano.

ABSTRACT

Integrating the Central-West to the Southeast development and production model slightly changed the previous situation of the highly-concentrated land structure, but did not uniformly affect the region and the production sectors. With this, social conflicts and the isolation of traditional people remained. The affected territories were provided with agribusiness complexes for dynamic and unrestricted exports. The current challenge is to link economic and social dynamics to the human and environmental standards of living, respecting the particularities of the territories and, at the same time, establishing and intensifying relations between them. Looking at the local production systems (APL) enables systemic diagnosis to propose more coherent strategic territorial policies within this regional context and in the center of the South-American continent.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é retomar as discussões sobre a natureza e as perspectivas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste, com considerações a respeito das políticas de apoio aos APLs. No entendimento da natureza do desenvolvimento, distingue-se o momento do modelo desenvolvimentista e produti-

vista de incentivo governamental predominante na integração dessa região ao centro de dinamismo industrial do país daquele resultante de transformações proporcionadas pelas políticas neoliberais e globalizantes. As perspectivas de desenvolvimento são refletidas com base no atual contexto de complexidade temporal e espacial da estrutura regional e nelas o papel das políticas para APLs.

O Brasil chegou ao século XX, conforme apontou Rangel (1982), na forma de um imenso território desigualmente povoado, com regiões de padrão tecnológico muito diferenciado e com diferentes graus de participação na economia nacional.

A partir da década de 1930, com a estruturação do centro de dinamismo industrial no Sudeste do país, essa região passou a estender influência progressiva sobre outras regiões, promovendo uma divisão interna do trabalho no Brasil. Especificamente no pós-guerra, o centro industrial passou a ser indutor de novas funções de mesma natureza às várias regiões, procurando atingir um conjunto espacial cada vez mais amplo na constituição do sistema econômico-industrial brasileiro. Tratava-se, de fato, de um processo de expansão da base geográfica, acompanhado de redistribuição de recursos humanos e financeiros, que envolvia implantação de cidades e meios geográficos de tecnologia inovada, em um constante avanço para o interior do país. Essa consolidação da unidade territorial do país, sob o comando de um centro dinâmico industrial, ocorria na época, sob a lógica de uma concepção desenvolvimentista e produtivista ligada à Modernidade, em regiões até então pouco valorizadas para esse fim. As mudanças decorrentes desse processo foram multidimensionais (sociais, econômicas, culturais, políticas, ambientais), de caráter quantitativo e qualitativo, e ocorreram, sobretudo, nas áreas mais modernizadas das regiões periféricas atingidas.

No fim da década de 1980 e início da de 1990, o território nacional passou a exibir, em seu todo, uma estrutura de formação

complexa, resultante da combinação, convivência ou até mesmo de conflitos entre sistemas socioeconômicos de identidades diferentes. No viés internacional, o mundo se mostrou conectado em rede e conduziu esse complexo nacional pluriparticular à abertura, ao conflito ou mesmo à convivência em relação às estruturas externas, sob a intervenção de princípios também externos. É exatamente nessa situação de convivência, conflito e interação de sistemas diferenciados que a complexidade sistêmica, constituída em nível nacional e regional, busca se adequar aos novos estados de desempenho.

O movimento de expansão da economia capitalista industrial, conforme aponta Rangel (1968), ao articular-se com estruturas sociais e econômicas diferentes da sua, acabava entrando em unidade dialética com elas. A unidade sistêmica local, perturbada por força da emergência do sistema novo, passava a se integrar, conflitar ou simplesmente com ele conviver. No caso de integração, o sistema novo passava a participar da natureza do sistema existente, gerando efeitos sobre seu padrão organizativo e de vida de suas relações socioeconômicas, sem afetar sua identidade. A dinâmica dessa combinação sistêmica passava a ser regida pelos princípios gerais do movimento capitalista industrial.

A inovação, segundo Rangel (1982) passava a ocorrer de forma mais rápida, profunda e duradoura no sistema de expansão quanto menor fosse a materialidade a sucatear, maior fosse o descompasso a vencer na superação do atraso da tecnologia que se pretendia adotar e, ainda, maior fosse o potencial técnico e científico já existente para incorporar a tecnologia de ponta. O atraso relativo era, portanto, de natureza temporal, visto como atraso histórico em relação à estrutura mais dinâmica. A materialidade era de natureza espacial, entendida como ambiente construído sob forma de capital imobilizado. Essa materialidade poderia tanto contribuir no avanço da expansão tecnológica como oferecer resistência a ele. O potencial técnico e

científico aparecia como fruto de avanço cultural, intelectual, visto como competências internas para absorver a tecnologia de vanguarda. A deflagração do processo de inovação passava a exigir, no entanto, instituições capazes de mobilizar recursos financeiros e materiais, assim como competências técnica e científica existentes, para atuar com certo grupo de atividades, em interação com centros dinâmicos onde já tivessem sido engendradas as tecnologias de vanguarda.

INTEGRAÇÃO DO CENTRO-OESTE AO SUDESTE NO MODELO DESENVOLVIMENTISTA E PRODUTIVISTA DE INCENTIVO GOVERNAMENTAL

A integração da Região Centro-Oeste à economia nacional, no modelo desenvolvimentista e produtivista, passou a se fortalecer a partir da década de 1940, quando foi adotada a política expansionista de incentivos do governo federal, conhecida como “Marcha para o Oeste”. Essa nova frente veio inicialmente contribuir com a diversificação e inovação técnica nos interstícios dos espaços de povoamento mais antigos de São Paulo e Paraná, ocorridos em função da cafeicultura. Diferentemente desses dois estados, o avanço na Região Centro-Oeste deu-se de maneira extensiva e inicialmente em um processo seletivo de melhores solos agricultáveis, mediante ocupação de terras agrícolas consideradas ociosas. A abundância de terras associada à realocação de excedente de trabalho agrícola do Nordeste e recursos financeiros para o Centro-Oeste contribuiu para o aumento da produção voltada ao mercado nacional, sem necessidade de elevar a produtividade.

Na década de 1960, a integração do Centro-Oeste foi favorecida pela construção de Brasília, assim como pela implantação dos grandes eixos de infraestrutura viária, por iniciativa de políticas federais. A malha viária com o suporte de cidades estrategicamente localizadas constituiu a materialidade necessária

para se proceder à transferência de tarefas às várias regiões na divisão nacional do trabalho, sob o comando da região motriz do Sudeste. Conforme bem apontaram os estudos de Oliveira e Reischstul (1973), a produção do Centro-Oeste chegou a saltar de uma taxa de crescimento de 2,8%, em 1947, para 6,7%, em 1968. Até o fim dessa década, essa região já havia se tornado a segunda maior fornecedora de produtos primários do Sudeste.

Na época, os autores mencionados também salientaram a especificidade que ganhou a Região Centro-Oeste sob os comandos do centro dinâmico industrial do país. Diferente das outras regiões inseridas na divisão nacional do trabalho, o Centro-Oeste passou a se apresentar muito mais como uma extensão do Sudeste.

Nos anos 1970, políticas públicas federais planejadas favoreceram a expansão da "fronteira agrícola" no Centro-Oeste, tendo como paradigma a "revolução verde". Esse processo teve início por meio de ocupação de amplas terras baratas agricultáveis ainda existentes em Mato Grosso do Sul e Goiás, em solos férteis, mecanizáveis e de climas favoráveis. Esse novo modelo de expansão trazia, em seu bojo, a modernização das bases técnicas de produção, na busca de redução do coeficiente de custos, visando à obtenção de *commodities* agrícolas, com destaque para a soja.

Esse movimento de expansão da fronteira agrícola de modernização, sob os comandos da economia capitalista industrial, conforme aponta Rangel (1982), trazia consigo um sistema agrícola de base técnica industrial, que precisava se articular com estruturas sociais e econômicas tradicionais, portanto, de diferente natureza. Algumas unidades locais, perturbadas por força da emergência do sistema novo, tendiam a integrá-lo. No entanto, outras unidades sistêmicas poderiam com ele conflitar ou simplesmente com ele conviver. No caso de integração, o sistema novo passava a participar da natureza do sistema tradicional, gerando efeitos sobre seu padrão organizativo e de vida de relações socioeconômicas, embora sem afetar sua identidade. A dinâmica dessa combi-

nação sistêmica passava a ser regida, no entanto, pelos princípios gerais do movimento capitalista industrial.

A inovação, segundo Rangel (1982), ocorre de forma mais rápida, profunda e duradoura no sistema de expansão quanto menor for a materialidade a sucatear, maior o descompasso a vencer na superação do atraso da tecnologia que se pretende adotar e maior o potencial em conhecimento técnico e científico que permita incorporar a tecnologia de vanguarda. O atraso relativo é de natureza temporal, visto como atraso histórico em relação à estrutura mais dinâmica. Já a materialidade é de natureza espacial, entendida como ambiente construído sob forma de capital imobilizado. Essa materialidade pode tanto contribuir no avanço da expansão tecnológica como oferecer resistência a ele, fator que Santos (1996) chamou de “rugosidades”. O potencial técnico e científico aparece como fruto de avanço cultural e intelectual, visto como competências internas para absorver a tecnologia de vanguarda. O processo de inovação exige instituições capazes de mobilizar recursos financeiros e materiais, assim como competências técnicas e científicas existentes, para atuar em certo grupo de atividades. Esse processo interno ocorre em interação com lugares onde já foram engendradas as tecnologias de vanguarda.

Na década de 1970, a Região Centro-Oeste ainda era praticamente destituída de materialidade necessária ao suporte do novo modelo de agricultura de bases técnicas modernas. Se, de um lado, isso significasse necessidade de aporte de recursos financeiros na implantação da infraestrutura necessária, principalmente de transporte, armazenagem e comunicação, de outro, a região estava apta a abrigá-la na forma mais moderna, sem custos de sucateamento. As condições chamativas eram as extensas áreas de terras baratas. Foi possível, inclusive, selecionar os solos mais férteis e mecanizáveis do ponto de vista agrícola. O atraso relativo em relação à estrutura que se pretendia inserir era significativo. A produção agrícola predominante era

de natureza familiar, segundo modelos campestres e de subsistência, praticados especialmente em antigas áreas de colonização e em Terras Indígenas, com base em técnicas artesanais. A pecuária de corte, principal atividade da Região Centro-Oeste, era praticada em moldes extensivos. O Centro-Oeste não contava ainda com competências técnicas e científicas endógenas para incorporar as tecnologias de base industrial.

Para contribuir nesse sentido, as políticas governamentais foram de incentivo à migração originária do Sul do país, já dotada de espírito empreendedor e de algum conhecimento técnico em produção agrícola. Mas essas competências tácitas deslocadas precisavam do apoio científico e técnico mais avançado, para poder avançar em direção às tecnologias de vanguarda. As políticas federais foram construídas para suprir também essas necessidades. Cabe destacar a instalação, no Centro-Oeste, das várias unidades do sistema nacional de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Esse órgão governamental transformou-se no principal responsável em apoiar os produtores rurais na incorporação dessas novas tecnologias. A distribuição das unidades procurou contemplar as diferentes realidades territoriais. A Embrapa passou a contar com um conjunto de pesquisadores qualificados nos principais centros mundiais de excelência nas tecnologias que se pretendia alcançar. O apoio dessa instituição foi complementado pelos serviços de assistência técnica e da extensão rural vinculados à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e oferecidos com apoio dos governos estaduais. Também surgiram políticas governamentais para incentivar a atuação dentro de bancos de crédito e cooperativas. A tradicional pecuária bovina de corte dos latifúndios também se beneficiou desse processo no aumento do rebanho, pelo interesse desse segmento em arrendar terras aos recém-chegados, visando reforma das pastagens. O dinamismo econômico e os fluxos migratórios que elegeram a

cidade para morar contribuíram para que a região apresentasse altos índices de aumento demográfico e urbanização.

No fim dos anos 1970 e início dos 1980, os atores envolvidos com a modernização agrícola do sul do Centro-Oeste já se depararam com o esgotamento das terras férteis, associado ao aprofundamento dos conflitos pelo acesso a elas. O desafio principal passou a ser a ocupação agrícola do Cerrado, com predomínio de solos ácidos e menos férteis, em terrenos que permitissem a mecanização. Foi fundamental a competência técnica e científica já constituída até então no acesso às novas tecnologias incorporadas, para poder se avançar em tecnologias ainda mais ousadas e produzir o que Santos (1996) chamou de uma segunda natureza, no ambiente do Cerrado.

ALTERAÇÕES DO MODELO PRODUTIVO MODERNIZADO DO CENTRO-OESTE PERANTE O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A redução da presença do governo na regulação e no incentivo à produção agrícola, ocorrida a partir da metade dos anos 1980, associada ao fenômeno da globalização, e, de outro lado, a abertura política neoliberal do mercado brasileiro às multinacionais na década de 1990 foram preponderantes para impulsionar novas mudanças no Centro-Oeste.

O endividamento do país, diante da alta dos juros cobrados pelos Estados Unidos a partir de 1979, potencializado pela depressão capitalista internacional do primeiro quinquênio da década de 1980, gerou a chamada “década perdida”. Diante do dinamismo já instalado nesses espaços de avanço da fronteira agrícola, a região não chegou a se abalar como o restante do país. Mas essa situação acabou resultando no fim dos incentivos e subsídios à agricultura no Centro-Oeste na metade dos anos 1980 e no enfraquecimento de recursos oferecidos aos

órgãos governamentais de pesquisa e extensão. Os incentivos permaneceram somente para novas áreas de expansão no estado de Mato Grosso e no norte de Goiás, para onde continuou avançando parte dos produtores agrícolas, em busca de terras mais baratas.

Os sistemas agrícolas modernizados, no entanto, já contavam com estrutura e competências internas suficientes que pudessem conduzir os atores internos a se ajustarem a essa nova situação. O novo esforço de inovação foi caracterizado pelo aumento de produtividade e de diversificação produtiva (milho, trigo, algodão) em solos de Cerrado. Isso exigiu aprofundamento no conhecimento das necessidades específicas de cada ambiente, especialmente com avanços na área de biotecnologia e manejo de solos. Os conhecimentos em biotecnologia tiveram como objetivo a obtenção de sementes melhoradas (cultivares), que se mostrassem mais adaptáveis aos climas, solos, herbicidas e também mais resistentes a doenças e pragas, de ambientes específicos do Centro-Oeste. A produtividade significava ainda uma resposta para compensar os elevados custos de transporte aos portos de exportação.

O melhoramento genético das sementes passou a ser realizado em laboratórios de pesquisa, inicialmente com apoio das cooperativas e unidades da Embrapa. Em face da relativa perda de capacidade operativa desse órgão governamental, característica do período de políticas neoliberais do início da década de 1990, emergiram fundações privadas de pesquisa em um conjunto de sistemas produtivos modernizados ou em fase de modernização da região, por iniciativa dos próprios produtores. A primeira delas foi estabelecida em 1992, em Maracaju (MS), por agricultores vindos do Sul que viviam em cooperativa e se inspiraram no exemplo paranaense da Fundação ABC. A própria Embrapa passou a incentivar a criação dessas fundações, para poder operar em parceria com elas. Em paralelo, assistiu-se, na

mesma década, à ampliação, em número e porte, de instituições de ensino superior (públicas e privadas), assim como de pesquisa e desenvolvimento, no âmbito da Região Centro-Oeste. Nesse processo, foi se materializando, nos espaços de intervenção com acesso às novas tecnologias de produção agrícola e agroindustrial, um moderno meio técnico-científico e informacional. Especialmente no caso da soja, os índices de produtividade chegaram a superar os obtidos pelos norte-americanos.

Com o fim dos subsídios agrícolas da União, ainda no fim da década de 1980, a exemplo do que ocorreu no Mato Grosso do Sul, emergiram políticas estaduais de incentivo à agroindústria em todo o Centro-Oeste, com intenção de atrair investidores locais e regionais. Existia, nessa época, um conjunto de agricultores experientes no processo de cultivo em diferentes ambientes, que já haviam enriquecido com a agricultura e se tornaram hábeis no monitoramento de mercado. Reuniam capacidades internas em termos de conhecimento e recursos financeiros, na agregação do valor ao produto agrícola, via industrialização.

Como ainda inexistisse um parque industrial instalado, o Centro-Oeste vivia a condição de atraso relativo em relação ao setor industrial dentro do país, o que explica, em grande parte, seu crescimento em ritmo superior ao da média brasileira. Até o fim da década de 1980, o novo Estado, criado em 1977, contava com seis esmagadoras de soja, empreendidos principalmente por capital acumulado internamente. A capacidade produtiva desse parque produtivo já respondia praticamente pela totalidade dos grãos produzidos no país para beneficiamento.

No início da década de 1990, a produção de soja e milho, somada a políticas fiscais de nível estadual, contribuiu para atrair grandes grupos de capital nacional, sobretudo vindos de estados do sul do país, na implantação dos complexos agroindustriais (CAI). Esses complexos incluíam tanto esmagamento de soja e produção de óleo como criação e abate de suínos e de aves. Os modelos dos

chamados CAIs em Mato Grosso do Sul e Goiás eram fruto de integração técnica e de capitais entre agricultura e indústria. Reduziu-se, durante esse processo, a agricultura de exportação de grãos, em favor da agricultura de abastecimento do mercado industrial da região com exportação do produto beneficiado. As políticas de incentivo governamental e as melhorias na pecuária bovina de corte também favoreceram a entrada de frigoríficos de abate.

No entanto, as políticas neoliberais de nível federal que passaram a preponderar ao longo da década de 1990 contribuíram para alterar esse quadro de capitalização e avanço de competências técnico-científicas de natureza endógena. Outros dois fatores exerceram peso nesse novo contexto. De um lado, foi a isenção de tributos em 1996 para ampliar a exportação dos grãos de soja (Lei Kandir) no equilíbrio das contas nacionais. De outro, foi a Lei de Proteção de Cultivares, aprovada em 1997. A primeira lei promoveu a queda de receitas tributárias dos estados do Centro-Oeste, piorando a situação de endividamento dos estados e para os empreendedores industriais na manutenção do parque produtivo industrial instalado. A situação ficou favorável à compra dos empreendimentos industriais pelos grandes conglomerados internacionais do setor. A segunda lei garantiu a propriedade intelectual dos obtentores de cultivares e estes passaram a receber *royalties* e taxas de utilização da tecnologia. Essa lei atraiu empresas transnacionais do ramo em função do mercado aberto por ela e elas passaram a adquirir empresas nacionais detentoras de tecnologia de ponta na área de biotecnologia. Mas como as transferências de tecnologias internacionais não fossem suficientes na obtenção de sementes ajustadas às necessidades dos diversos ecossistemas regionais, essas empresas buscaram estrategicamente a parceria com a Embrapa e fundações privadas existentes [Wilkinson e Castelli (2000)].

A modernização processada nas décadas de 1970 e 1990 (1973-1999), como se pôde apreciar, dotou o Centro-Oeste, de

significativo dinamismo na produção de grãos. Segundo Helfand e Rezende (2000), a região exibiu os maiores índices de crescimento no país em produção de grãos (550%), e a produtividade da terra apresentou níveis sem precedentes. Em que pesem as políticas neoliberais e a presença das multinacionais, na década de 1990, emergiu um processo industrial que vem se processando em níveis galopantes.

DINAMISMO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS AGRÍCOLAS MODERNOS DO CENTRO-OESTE COMO AGRICULTURA GLOBALIZADA DO NOVO MILÊNIO

Na virada do milênio, a Região Centro-Oeste, para onde havia avançado a fronteira agrícola de modernização, já apresentava níveis elevados de integração com o Centro-Sul do país e com o mercado internacional.

Frederico (2013) identificou o novo período promovido pelas transformações dos anos 1990 em relação ao período anterior como agricultura científica globalizada. Esta teria sido marcada pela menor intervenção estatal e maior regulação de empresas mundiais do comércio agrícola, pelo uso intensivo de insumos químicos, biológicos e mecânicos e ainda pela incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação.

No conjunto do país, o Centro-Oeste passou a ser considerado a região mais próspera, puxada pelo dinamismo do agronegócio. Em 2013, conforme apontou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Centro-Oeste já detinha 38,6% da área cultivada e 41% do volume produzido pelo agronegócio no Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os estados dessa região destacam-se por apresentar os maiores índices do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos anos, inclusive muito superiores à média nacional. A população, que ainda se conserva pouco adensada nessa extensa área regional e se concentra em um número pequeno de cidades,

vem exibindo um acelerado incremento em seus índices de melhoria de vida. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das três unidades federativas, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresentou um crescimento médio de 49% entre 1991 e 2010, com maior destaque para os municípios detentores do agronegócio. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o Centro-Oeste, em 2012 (em relação a 2011), foi a região que apresentou a maior média de renda no país. Isso ajuda a explicar a forte atração que as capitais e cidades de porte médio do Centro-Oeste vêm exercendo, por exemplo, sobre grandes hipermercados, *shopping centers* e redes que atuam no atacado e varejo.

No novo contexto de conexões estabelecidas, a região perdeu a anterior representação de fronteira, para ser pensada em função de sua posição estratégica de coração do continente. O perfil da economia agrícola moderna saiu do tradicional binômio boi e soja para avançar em diversidade, mediante emprego de alta tecnologia. Além disso, a região passou a exibir expressivas taxas de crescimento no setor industrial, de comércio e serviços, incluído o turismo. Entre 1960 e 1996, conforme indicaram Monteiro Neto e Gomes (1999), o Centro-Oeste já havia conhecido mudança em sua composição setorial na atividade produtiva. O setor agropecuário, que representava 52,5% do total do PIB regional em 1960, reduziu-se a 14,1% em 1996, enquanto a indústria havia crescido de 6,5% a 17,1% no mesmo período. O setor de serviços também experimentou um salto significativo, de 41,0% para 68,8%.

O Centro-Oeste vem apresentando rápidas respostas internas para a anterior insuficiência em energia elétrica, mediante inovação das matrizes energéticas. As fontes buscadas estão no ambiente construído (agroenergia) e nos recursos naturais abundantes (energia solar e eólica). Soluções para a produtividade e sustentabilidade do ambiente também vêm emergindo no próprio meio agrícola.

Arranjos institucionais e produtivos na constituição de sistemas locais de inovação na agricultura

Na Região Centro-Oeste, manifesta-se um conjunto de sistemas produtivos agrícolas modernos, nos quais os atores estreitam parcerias com organizações públicas e privadas, no aprofundamento de competências, em um novo esforço de incorporação de tecnologias de vanguarda. As inovações têm sido buscadas especialmente com o objetivo de conciliar a produtividade com a sustentabilidade do ambiente, com apoio das tecnologias de informação e comunicação. Os modelos produtivistas e desenvolvimentistas das décadas de 1970 e 1980, estruturados em situação de abundância de terras baratas, não exigiram esse tipo de preocupação. Ela passa a se manifestar particularmente, em um momento de limitação no avanço das fronteiras de expansão agrícola e de predominância da consciência conservacionista no mundo.

Nesses ambientes produtivos fortalecidos por arranjos institucionais, dos quais geralmente a Embrapa participa como parceira, os atores se utilizam de diversos espaços e eventos, assim como de novos instrumentos de comunicação, na promoção da aprendizagem interativa e disseminação do conhecimento. Usufruem do diálogo dos produtores entre si, destes com os integrantes de órgãos técnicos e científicos, no aprofundamento do conhecimento sobre as potencialidades e vulnerabilidades do território local, como também de como acessar as novas tecnologias disponíveis. Nesses meios interativos, são criadas estratégias para gerar, validar e difundir tecnologias, com soluções imediatas a seus problemas específicos. Construídos no âmbito de arranjos institucionais, esses ambientes de aprendizado coletivo configuram-se como sistemas locais de inovação. Seus integrantes procuram se valer do uso de instrumentos eletrônicos relacionados à informação e comunicação, não só para processos produtivos e comunicativos, como também para gerar e trans-

mitir banco de dados que respondam pelo diagnóstico regional e tecnologias validadas para o ambiente específico dos produtores. Por meio desses novos arranjos em redes de cooperação técnica e científica com os conhecimentos já gerados e adaptados à realidade local, começa a se romper no Centro-Oeste o velho modelo dicotômico da transferência tecnológica e as inovações passam a ser dotadas de maior celeridade. Com efeito, conforme lembram Lastres e Cassiolato (2011, p. 267), nesses arranjos em redes estabelecidos na escala local, os “processos de inovação e difusão se determinam mútua e simultaneamente”.

Ganham destaque nesse contexto os sistemas produtivos locais organizados no entorno ou na área de disseminação das fundações privadas de pesquisa e desenvolvimento, em que se construíram processos associativos e interativos mais consistentes. As competências técnicas e científicas são construídas por meio de pesquisas, realizadas no âmbito de arranjos institucionais e com participação dos atores locais. Nesse processo, os pesquisadores captam as necessidades dos produtores, adaptam as metodologias e resultados de pesquisas externas e informações sobre o mercado, para encontrar soluções tecnológicas ajustadas, em um curto espaço de tempo. A proximidade do produtor facilita a assimilação rápida de sua demanda e a validação das tecnologias testadas. Os resultados obtidos são amplamente disseminados na região, por meio de encontros tecnológicos, palestras, seminários, boletins, informes, jornais eletrônicos, mantidos em *site* próprio, programas televisivos, entre outros meios.

Existem aquelas fundações de agricultores que ainda estruturam junto a suas sedes (com laboratórios e escritórios) um conjunto de canteiros que servem de campos experimentais, além de espaço para abrigar eventos tecnológicos. Esses canteiros constituem as “vitrines tecnológicas” dos eventos, na produção do conhecimento inovador. Mas a prática mais comum tem sido a de se implantarem os campos experimentais em propriedades

de agricultores associados, de ambientes diferenciados, onde se promovem dias de campo com os interessados. Tais fundações independem dos recursos do Estado para sobreviver. Essas fundações são mantidas principalmente pelos órgãos corporativos e agricultores associados que atuam em nível local e regional, mas contam com apoio tanto de órgãos técnicos e de pesquisa como de empresas. Geralmente captam recursos das empresas (locais, nacionais e internacionais) que demonstrem interesse comercial em difundir suas tecnologias, como também de produtores associados, além de gerarem renda por meio da cobrança de *royalties*, taxas de tecnologia, serviços técnicos, entre outros. Podem ser citados como exemplos desses sistemas locais de inovação aqueles relacionados com os trabalhos da Fundação MS, com sede em Maracaju (MS); Fundação Chapadão, com sede em Chapadão do Sul (MS); e Fundação MT, com sede em Sorriso (MT) [Silva (2010)]. Em torno delas, constituem-se sistemas produtivos que registram taxas de produtividade acima da média brasileira associadas a avanços em tecnologias de conservação do ambiente. Operam com lavoura de alto nível, tais como agricultura de precisão, plantio direto, manejo adequado de solo, tratos culturais mais ajustados ao ambiente, integração lavoura-pecuária-floresta.

A Embrapa, conforme apontaram Fuck e Bocelli (2006), lidera a pesquisa na obtenção de novos cultivares, por meio de arranjos institucionais público-privados. Em cada arranjo, aparecem organizações que atuam no sistema de produção e inovação do setor (fundações dos agricultores, empresas, órgãos de pesquisa, cooperativas, entre outros). Por esse processo de atuação mais estreita em redes de aprendizagem, também se consegue intervir na estabilização dos preços de mercado, de modo a permitir que esses cultivares cheguem a preços mais acessíveis ao produtor. Unidades de pesquisa de grandes empresas do setor também se inserem nesses ambientes, como é o caso da Monsanto e da Dupont, que mantêm centros de pesquisa no APL de soja de Sorriso, em Mato Grosso.

Os arranjos institucionais que integram as instituições científicas e tecnológicas aos sistemas produtivos, conforme lembra Callon (1994), ajudam a dividir os riscos e incertezas e a explorar a complementaridade de ativos, ao mesmo tempo em que geram e disseminam conhecimento coletivo. Essas formas de cooperação tendem a se ampliar como estratégia para outros segmentos produtivos, com dinâmicas inovativas que implicam diversas formas de relacionamento. Novos modelos de sistemas produtivos apoiados por arranjos institucionais, por exemplo, vêm sendo propostos também pela Embrapa, no setor de agroenergia, denominados por ela de “parcerias estratégicas”. O cultivo de cana vem sendo ampliado significativamente na Região Centro-Oeste, nos últimos anos, especialmente diante da rápida instalação de um grande número de usinas sucroenergéticas, nas mãos de grandes grupos empresariais. Tem crescido também as iniciativas comunitárias de produção de oleaginosas, sistemas agroflorestais, florestas energéticas, resíduos, entre outros. Os arranjos institucionais e produtivos nesse setor constituem uma forma de mobilizar competências em rede, para gerar e difundir as várias tecnologias desse setor (etanol, biodiesel, cogeração de bagaço). A finalidade é promover a sustentabilidade dos produtores, dotar de maior autonomia energética os diversos territórios que abrigam tais arranjos e poder avançar na fronteira do conhecimento em agroenergia.

Mesmo diante desses avanços, é preciso lembrar que esses sistemas produtivos de inovação local fazem frente à relativa perda de autonomia, em face da regulação externa nos mecanismos de comercialização, que teve origem especialmente nas políticas neoliberais predominantes na década de 1990. Para Castillo (2008), essa situação da agricultura de *commodities* condiciona as técnicas de manejo, os insumos utilizados, a logística, os preços, além da disponibilidade de crédito.

Os avanços na pecuária bovina e na criação de outros animais

O setor do gado bovino de corte no Centro-Oeste, além de enfrentar o problema de áreas degradadas, diante da situação de limites no avanço das fronteiras de modernização agrícola, passou a perder espaço para cultivos agrícolas e florestais. No Mato Grosso do Sul, esse rebanho também se encolheu, sob o impacto no mercado quando ocorreu o surto de aftosa em 2005.

Esse novo contexto tem levado o setor da bovinocultura tanto a ter que inovar em seus métodos produtivos como a avançar na direção da diversificação produtiva. Essas novas necessidades têm conduzido a uma maior aproximação dos criadores com institutos de pesquisa, universidades e a Embrapa. Os esforços de aprendizagem em rede, ainda que embrionários, vêm se dando no sentido da intensificação da tecnologia produtiva e maior sustentabilidade nas propriedades agrícolas do setor. Esse processo tem conduzido boa parte dos criadores à incorporação de novos procedimentos, tais como recuperação de pastagens degradadas, integração com lavoura e floresta, melhoria da genética do rebanho, uso do sistema de confinamento, entre outros. Os resultados têm sido indicados, especialmente, por meio do incremento da taxa de lotação por hectare, redução do tempo de abate, aumento da taxa de desfrute, animais cadastrados com cobertura de gordura e com peso maior das carcaças. Esses têm sido fatores de peso na retomada do aumento do rebanho e na ampliação de mercado para o abate. Outro caminho tem sido o da diversificação, seja na direção da pecuária de leite, seja na ampliação do plantel e abate de pequenos animais (especialmente suínos, ovinos e aves). De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), a exportação de carnes no Mato Grosso do Sul sextuplicou entre 2003 e 2013. Nesse último ano, graças a esses avanços, o Centro-Oeste permitiu que o Brasil atingisse o valor recorde nas exportações de carne. Lidera-

dos por São Paulo, em seguida os grandes exportadores foram Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

INDUSTRIALIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

O atraso relativo apresentado pela região no setor industrial em relação ao Sudeste e sua condição de prolongamento desse polo econômico nacional ainda exercem grande peso na acelerada industrialização no Centro-Oeste.

Nos espaços do Centro-Oeste limítrofes àqueles do Sudeste e mesmo do Sul, que vêm servindo de expansão para alguns ramos industriais, o destaque é para o Mato Grosso do Sul. Entre outros, para esse estado têm se deslocado alguns grandes grupos do ramo de papel e celulose, especialmente na produção de celulose de fibra curta. Obtido do eucalipto, esse produto vem contribuindo para ampliação do mercado dessas empresas, pois, além do papel, esse produto é utilizado na produção do fibrocimento para construção civil. Em 2012, o Mato Grosso do Sul já ocupava a primeira posição no mercado de exportação de fibra de celulose dentro do país. Essas unidades industriais instaladas tanto cultivam diretamente como incentivam o cultivo de florestas em um raio de 150 quilômetros. Apoiam-se em cultivos florestais praticados com melhoramento genético das espécies e com novas técnicas manejo.

Também foram instaladas nessas áreas limítrofes com o estado de São Paulo, segundo informações do governo estadual, 45 indústrias de fiação e tecelagem originárias de Americana (SP). A esse parque industrial, outros ramos industriais vêm se juntando, com prolongamento ao longo do eixo viário (ferrovia e rodovia) que liga Três Lagoas a Campo Grande e, ainda, nessa cidade e arredores. Dentre esses novos empreendimentos destacam-se aqueles dos setores metal-mecânico, de fertilizantes, madeireiro, de vestuário, alimentares, de frigoríficos, de curtumes, da feccularia a partir de mandioca.

Outros fatores internos concorrem para que essa industrialização avance nos estados do Centro-Oeste. O conhecimento acumulado e o dinamismo apresentado na agropecuária têm exercido grande peso e justificam, sobretudo, a predominância da carne e subprodutos da soja entre os produtos industriais de exportação. O milho e o algodão, assim como oleaginosas, também vêm atraindo mais recentemente grupos empresariais interessados em sua industrialização. Na obtenção do etanol, os cultivos de milho também estão virando alvo de grupos industriais estrangeiros. Além disso, durante a destilação do milho, obtém-se, como subproduto, um concentrado proteico na forma de grão seco, conhecido pela sigla inglesa DDG, que chama a atenção por seu menor custo em relação ao farelo de soja. Empresas que apostam no biodiesel aproximam-se de aglomerações não só de cultivo de plantas oleaginosas como também de produção de resíduos vegetais e animais. A qualidade do algodão explica a aproximação de indústrias têxteis a onde se manifestam esses sistemas produtivos.

A política estadual de incentivos fiscais, em especial quando inserida em programas federais e contam com a participação dos fundos de financiamento para a região (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, criado pela Constituição Federal de 1988, e Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e Fundo, criado em 2009), também tem produzido impactos na atração de novas empresas. Só no Mato Grosso do Sul, segundo dados do governo, o Programa MS Empreendedor conseguiu atrair 256 indústrias entre 2007 e 2012. Goiás vem se destacando nesse contexto, por exemplo, pela presença de indústrias do ramo químico-farmacêutico e automotivo. Mato Grosso atraiu um grande número de agroindústrias e indústrias de alimentos e bebidas e de produção de fibra têxtil de algodão.

As usinas sucroenergéticas também vêm obtendo crescimento acelerado de expansão no Centro-Oeste, iniciado, externa-

mente, no estado de São Paulo, e atingem principalmente as áreas de pastos degradados. A matéria-prima predominante nesse processo tem sido a cana, que ao ser beneficiada produz, além do açúcar (consumo humano e na construção civil), o etanol (energia elétrica). A biomassa obtida a partir de resíduos industriais vem sendo cada vez mais valorizada como mecanismo de redução dos custos industriais e de busca de autossuficiência em energia elétrica. As usinas sucroenergéticas foram as primeiras no Mato Grosso do Sul a produzir energia elétrica a partir do uso do bagaço e palha de cana. Mais recentemente, também aderiram as indústrias de celulose, mediante aproveitamento de resíduos de madeira. A indústria de esmagamento de soja em Campo Grande já tem projeto para utilização do óleo obtido como fonte de bioeletricidade. O relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de 2013 acusou a existência de vinte unidades geradoras de energia elétrica a partir da biomassa no Mato Grosso do Sul. Entre elas, pelo menos a metade estava produzindo excedentes para o sistema nacional de eletricidade. A bioeletricidade já vem sendo contabilizada, portanto, como ganho adicional; e várias dessas unidades produtoras estão com planos de expansão para esse novo produto. Além de se tratar de energia limpa, a bioeletricidade poderá tirar o estado da dependência da energia elétrica obtida a partir do gás da Bolívia.

A materialidade já constituída em termos de infraestrutura de transporte e comunicação tem se constituído em outra variável importante na industrialização do Centro-Oeste. Para determinados ramos da indústria, em particular a agroindústria, a localização da região no centro do continente e coração do Brasil tem chamado atenção. Ela é valorizada por estar próxima tanto aos mercados e portos de Centro-Sul como aos mercados e portos de países vizinhos. Nesse novo contexto de conexões já instaladas em nível nacional e internacional, os fluxos se tornam tão fundamentais quanto os fixos do ambiente construído. Para ampliar

a fluidez, concorrem não só a logística dada pelos vários modais de transporte integrados, como também a qualidade dos meios de circulação e a velocidade dos meios de transporte e comunicação. Essa variável tem exigido novos esforços governamentais nos diversos estados do Centro-Oeste, com recursos vindos especialmente da União. Tais esforços têm sido, sobretudo, para detectar e melhorar rotas alternativas de acesso a mercados, seja para complementar e ampliar a qualidade de alguns modais de transporte, seja para integrá-los com possibilidade de baixos custos do frete. Além de novos modais ferroviários e rodoviários implantados, a implantar ou a conectar, as hidrovias, rotas aéreas e os terminais vêm sendo parte importante das políticas públicas, tanto em nível governamental como federal.

O setor mineral, em especial o polo minero-siderúrgico de Corumbá, no Mato Grosso do Sul, que coloca esse estado como o primeiro no Brasil em reservas minerais de manganês e terceiro em reservas de ferro (teor acima de 62%), vem dando sinais de dinamismo. A produção, até então, vinha se mostrando modesta, em função da distância dos principais centros de consumo do país. Mas, por ser o minério de ferro um minério nobre (tipo *lump*) e ter se tornado raro no mercado internacional, grandes empresas do setor estão investindo na melhoria dos processos operacionais de produção, como também nos meios logísticos. Os investimentos devem se voltar à recuperação da malha ferroviária que liga Corumbá a Santos até 2019-2020, período em que se pretende elevar a produção de minério de ferro em 57 vezes.

O Centro-Oeste, portanto, encontra-se em uma fase de alteração de sua matriz exportadora, ao substituir os produtos primários por produtos industrializados. A participação industrial no PIB nos três estados da região já se encontra muito maior do que na agricultura e só perde para o comércio e serviços. Em Goiás, em 2013, a indústria representou praticamente o dobro do setor agrícola.

CONTEXTO DE COMPLEXIDADE TEMPORAL E ESPACIAL DA ESTRUTURA REGIONAL

O movimento de modernização agrícola deflagrado desde a década de 1970 e de industrialização mais recente não se manifestou de forma homogênea em toda a região. Desse modo, o novo contexto estrutural passou a ser o de complexidade temporal e espacial dos subsistemas, no qual unidades já integradas a sistemas novos convivem ou conflitam com uma variedade de outras unidades. Nesses sistemas produtivos, denominados APLs no Brasil, conforme apontam Lastres e Cassiolato (2011), as ações se diferenciam temporal e espacialmente, em função do caráter localizado na forma de assimilar os conhecimentos.

O modelo desenvolvimentista e produtivista agrícola, além de não ter atingido de modo uniforme a região e os setores produtivos, pouco alterou o quadro anterior da estrutura fundiária concentrada. Conforme apontaram Moreira e Silva (2013), essa modernização foi conservadora e revolucionária ao mesmo tempo. Se, de um lado, o novo modelo pautado na modernização trouxe importantes soluções à produção agrícola e induziu a industrialização, de outro, manteve velhos conflitos agrários típicos dessa concentração e, em alguns territórios, contribuiu para agravá-los. A intensificação das lutas sociais passou a ocorrer, particularmente, onde a implantação dos novos sistemas, de alguma forma, contribuiu para expulsão da pequena produção familiar ou constituiu ameaça aos territórios tradicionais de indígenas. Muitos desses conflitos com unidades indígenas ainda permanecem.

Note-se que a melhoria da renda e das condições de vida também não atingiu igualmente a toda a população do Centro-Oeste. O contraste pode ser apreciado, por exemplo, no Mato Grosso do Sul, entre a média apresentada para toda a população e aquela das Terras Indígenas no Censo Demográfico do IBGE de 2010. Praticamente dois terços da população desse estado concentram-se em suas dez maiores cidades e 39 Terras Indígenas abrigam 93%

dos integrantes de 16 etnias, o que coloca o estado com o segundo maior contingente aborígene do Brasil (73.295 indivíduos). Na média geral da população, a pirâmide etária se apresenta de forma ogival, que expressa situação de aceleração da transição demográfica, portanto melhoria na qualidade e expectativa de vida. Já a pirâmide etária das populações que vivem nas Terras Indígenas é do tipo torre. Expressa a prevalência de altas taxas de natalidade e mortalidade e baixa expectativa de vida. O índice de mortalidade infantil e materna entre populações indígenas não só é muito maior do que a média, como também tem aumentado nesses últimos anos. As principais causas da mortalidade infantil indígena (doenças infecciosas e parasitárias) tiveram forte redução na média geral da população do estado. No Mato Grosso do Sul, foi registrado aumento de pessoas vivendo com salários médios na população em geral, entre 2008 e 2009, ao mesmo tempo em que 60% da população indígena permanece sem rendimentos, vivendo apenas da agricultura de subsistência.

A agricultura familiar foi largamente incentivada por políticas públicas no Centro-Oeste, especialmente por meio de projetos de colonização, com finalidade de ocupação da faixa de fronteira e produção de excedente no suprimento de cidades até a primeira metade do século XX. Na segunda metade, passou a predominar a política de reforma agrária na projeção de áreas de assentamento. Os conflitos entre sistemas agrícolas modernos e sistemas de agricultura familiar se acirraram durante a fase de expansão das fronteiras agrícolas de modernização e parte deles ainda permanecem. Esse avanço da fronteira não só excluiu parte dessa pequena produção, como ainda aumentou as desigualdades no campo e mesmo nas cidades.

Em outro viés, vislumbram-se, nesse conjunto, sistemas de agricultura familiar integrados ou que buscam se modernizar mediante integração com a indústria, em um processo agroindustrial. Apresentam particular interesse ramos de atividade como

mandioca, frango, suínos e leite, por exemplo. Nesse contexto de agricultura familiar, é comum se deparar com grupos de interessados em se inserir no mercado, por meio de produtos orgânicos. Para isso, constituem-se em arranjos produtivos e institucionais específicos. Interação em um processo de aprendizagem coletiva, mediante aproximação de órgãos técnicos e de pesquisa, organizações não governamentais (ONGs) e até de órgãos públicos. Ainda que os órgãos e as formas de cooperação com esses produtores se diferenciem, pode-se deduzir que esse segmento da agricultura familiar integra os padrões gerais dos sistemas de inovação utilizados nos sistemas agrícolas modernos.

Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul limitam-se com dois países sul-americanos, o Paraguai e a Bolívia. Nesses estados, a faixa de fronteira manifesta-se como um sub-sistema de particularidades específicas, como aquelas do relativo isolamento e situação de pobreza da maioria de seus territórios. Do ponto de vista histórico, essa faixa fronteiriça não foi construída de forma homogênea, de modo que ela se apresenta com uma estrutura e dinâmica também diversa, complexa.

Mas as preocupações produtivistas que transformaram o Centro-Oeste em “celeiro do mundo” não se fizeram acompanhar de preocupações com a conservação do ambiente natural. Segundo as pesquisas de mapeamento empreendidas por Silva *et al.* (2013), o Cerrado foi o bioma que mais sofreu os impactos da agropecuária brasileira, por suas condições tanto naturais quanto sociais favoráveis e ainda pelo imaginário a ela associado.

Verifica-se, portanto, em um contexto de complexidade temporal e espacial da estrutura regional, conforme lembrou Rangel (1982), que as posições dos sistemas podem se trocar, embaralhar e provocar mudanças contínuas no balanço de forças tecnológicas. A situação de cada unidade fica sujeita a alterações, em função desse balanço de forças, e pode dar origem a novos centros de dinamismo. Os conhecimentos científicos e téc-

nicos amadurecidos em dada unidade, em certas circunstâncias, podem ser absorvidos em sua forma mais avançada por outra unidade, desde que ela apresente pré-condições para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A condição de região conectada ao sistema industrial brasileiro e ao mercado internacional exige estratégias políticas para o Centro-Oeste mais bem elaboradas, em acordo ao novo contexto de sua localização e da logística de conexões com o mercado brasileiro, sul-americano e os portos do Atlântico e Pacífico.

A ampliação do uso de terras e da eficiência produtiva no ambiente do Cerrado resultou em significativas perdas ambientais e em limitação de novos espaços de expansão. No entanto, os órgãos federais e mundiais continuam a projetar aumento de produção no Centro-Oeste, no atendimento das necessidades do mercado mundial. Nesse caso, as perspectivas de sustentabilidade a uma situação futura de avanço de produção estão na esteira do avanço dos sistemas de inovação na direção conservacionista, que tendem a se estender para os diversos segmentos produtivos. As políticas públicas continuam importantes agentes mobilizadores dessas competências e recursos internos, na apreensão dessas tecnologias de vanguarda, que se voltem à promoção do desenvolvimento de forças produtivas, a melhorias sociais e à conservação ambiental.

Na atual condição de complexidade em tempo e espaço, as transformações na estrutura regional continuarão a não se dar de forma homogênea. Em princípio, tendem a ocorrer em função das condições e particularidades internas desses sistemas. Cada unidade sistêmica, em seu processo específico de construção como território, define suas diversas dimensões – econômica, social, cultural, política – em interação com um ambiente

natural também específico. Essas condições internas dotam o sistema de identidade própria em estrutura e desempenho, assim como de horizontes específicos em relação a seu futuro.

É preciso lembrar que essas diferenças atribuídas pelas particularidades das diversas unidades sistêmicas territoriais constituem parte da riqueza da região. A diversidade territorial, desde que não se manifeste como desigualdade, aqui entendida como padrão de necessidades que qualquer ser humano necessita para viver, contribui para ampliar o número de respostas a cada nova questão colocada. A diversidade dos subsistemas dota de maior flexibilidade o sistema regional. Note-se que, nesse aspecto, a Região Centro-Oeste ainda se permite contar com o saber de diversas etnias indígenas, construído em uma interação de longo tempo com seus ambientes naturais específicos. A etnodiversidade faz parte ainda da composição dos vários sistemas nessa região brasileira. Resulta de uma convergência histórica de populações de diferentes culturas, especialmente induzida por políticas de interiorização. A prática intercultural e de trocas de outra natureza nesse ambiente está na pauta do desenvolvimento sustentável do Centro-Oeste, assim como dessa região com áreas externas, desde que não implique relações de subalternidade, mas sim de cooperação entre sistemas dotados de relativa autonomia.

As políticas públicas de desenvolvimento sistêmico, com base em arranjos institucionais, levam em conta simultaneamente o fortalecimento das cadeias produtivas e as particularidades dos diversos APLs. No caso das cadeias produtivas, elas respondem pelo desenvolvimento setorial da região e do país como um todo. No caso dos APLs, tais políticas voltam-se ao ajuste da cadeia produtiva às particularidades em que ela se manifesta nos distintos sistemas territoriais, seja da região ou do país. Nesse caso, torna-se fundamental o apoio do arranjo institucional aos atores locais na mobilização sistêmica do potencial interno de competências e recursos para esse fim.

Em uma estrutura de complexidade temporal e espacial, essa dinâmica regional de desenvolvimento é sistêmica, portanto destituída de linearidades sucessivas e homogêneas. Ao contrário, ela fica sujeita à manifestação contínua no balanço de forças entre seus vários sistemas territoriais locais. As interações que ocorrem em níveis interno, regional, nacional e mesmo internacional contribuem para isso. Esse processo interativo pode, inclusive, dotar de dinamismo acelerado unidades sistêmicas locais em situação de atraso relativo à tecnologia que pretendem absorver, desde que nelas se manifestem competências e recursos para esse fim. Nos diversos territórios municipais, a emergência de políticas públicas que possibilitem interação entre APLs gestam condições de complexidade interna. Estas dotam o sistema de maior flexibilidade para absorver inovações, já que as trocas nesse entrelaçamento de redes aumentam as possibilidades de geração e disseminação de novos conhecimentos e ampliam o potencial para incorporar inovações. Em termos de recursos, as possibilidades também se ampliam, por exemplo, subprodutos e resíduos de um arranjo produtivo podem servir de insumo para o outro.

O atual desafio das políticas públicas de desenvolvimento da Região Centro-Oeste tem sido o de associar o dinamismo econômico e social à qualidade de vida humana e ambiental, em respeito às particularidades dos territórios, e, ao mesmo tempo, estabelecer e adensar relações entre eles.

REFERÊNCIAS

CALDAS, J. Soja: novos rumos da parceria são discutidos. *Embrapa Cerrados*, 21 fev. 2011. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia_completa/296/>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CALLON, M. Is Science a Public Good? *Science, Technology & Human Values*, Paris, v. 19, n. 4, p. 395-424, 1994.

CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL

SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Santa Cruz do Sul, 22-24 de outubro de 2008. *Anais*. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2008.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. *Confins*, n. 17, 16 mar. 2013 [On-line]. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8153?lang=pt#quotation>>. Acesso em: 13 jun. 2014.

FUCK, M. P.; BONACELLI, M. B. Atuação da Embrapa nos mercados de soja e milho. Por que Manter Instituições Públicas de Pesquisa no Brasil? *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 36, n. 10, p. 7-17, 2006.

HELFAND, S. M.; REZENDE, G. C. *Padrões regionais de crescimento da produção de grãos no Brasil e papel da Região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. Inovação, arranjos produtivos e sistemas de inovação. In: AMARAL, J.; CARILLO, J. (org.). *Trajatória de desenvolvimento local e regional*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011, p. 263-284.

MONTEIRO NETO, A.; GOMES, G. M. Quatro décadas de crescimento econômico no Centro-Oeste brasileiro: recursos públicos em ação. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. especial, p. 856-875, dez. 1999.

MOREIRA, L. R.; SILVA, M. S. A modernização agrícola no Brasil: conservadora e revolucionária. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 125, p. 16-20, jun. 2013.

OLIVEIRA, F.; REISCHSTUL, H. P. Mudanças na divisão interregional de trabalho no Brasil. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, CEBRAP, n. 4, 1973.

RANGEL, I. M. Características e Perspectivas da Integração das Economias Regionais. *Revista do BNDE*, Rio de Janeiro, 5 (2), p. 43-71, jul.-dez.1968.

_____. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, E. B. et al. Análise da distribuição espaço-temporal das pastagens cultivadas no bioma Cerrado entre 1970 e 2006. *Revista IDEAS*, v. 7, n. 1, p. 174-209, 2013.

SILVA, E. P. *Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais em Mato Grosso: o caso da soja no município de Sorriso*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

WILKINSON, J.; CASTELLI, P. *A transnacionalização da indústria de sementes no Brasil: biotecnologias, patentes e biodiversidade*. Rio de Janeiro: ActionAid/Brasil, 2000.

11

A industrialização de Goiás: um caso de sucesso

REINALDO FONSECA

RESUMO

Apesar de ser um estado localizado no interior do Brasil, afastado dos principais mercados consumidores do país, de vocação agropecuária, Goiás soube criar as condições estruturais para seu desenvolvimento industrial. As explicações históricas, os fatos principais relacionados a esse desenvolvimento – o surgimento de lideranças empresariais, a mudança da posição do governo estadual, os planos, programas e projetos que propiciaram as condições infraestruturais, o crédito para o desenvolvimento, a expansão do mercado de consumo regional, a imigração empreendedora –, os resultados alcançados e as perspectivas futuras são abordados neste artigo.

ABSTRACT

Although the state is located in the interior of Brazil, far from the country's main consumer markets, and despite focusing on agriculture and cattle-raising, Goiás was able to create structural conditions for industrial development. This article will discuss the historical explanations, the main facts related to this development (the emergence of business leaders, the change of the state government's position, the plans, programs and projects that provided the infrastructural conditions, credit for development, market expansion for regional consumption, entrepreneurial immigration), the results achieved and future prospects.

UM POUCO DA HISTÓRIA

O Tratado de Tordesilhas

Espanhóis e portugueses dominavam os mares nos séculos XV e XVI e foram os principais responsáveis pelas grandes descobertas da época, reescrevendo as cartas marítimas de então, ultrapassando os limites imaginários da Terra, colocando o novo mundo no mapa. Era natural que conflitos surgissem entre os dois países na disputa por “terras futuras”. Para disciplinar os conflitos, foram assinados diversos tratados visando delimitar a área de ação naval de cada nação. Entre os diversos tratados, mencionam-se os principais: a Bula Inter Coetera, o de Tordesilhas, o de Alcacovas e o de Madri. O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, assim chamado por ter sido realizado na cidade espanhola

de Tordesilhas, ampliava de cem léguas, fixadas no tratado anterior, para 370 léguas marítimas (correspondentes a 1.170 km) a linha divisória rumo oeste (longitude oeste) com ponto de partida nas ilhas de Cabo Verde. Assim acordado, as terras além do limite de 370 léguas a oeste pertenceriam à Espanha; e as terras a leste dessa marca, a Portugal. O traço dessa linha imaginária divisória, de norte a sul, atravessava exatamente no meio do que viria a ser o estado de Goiás, com marcos simbólicos em Belém (PA) e em Laguna (SC). A história comprovou que Portugal não respeitou esse tratado, avançando na ocupação do Brasil até quase o meridiano de 75°, ao norte, hoje estados do Acre e do Amazonas, e, ao Sul, até o meridiano de 58°, ponta oeste do hoje estado do Rio Grande do Sul – invasão que representou cerca de 130% a mais que o tamanho territorial demarcado no Brasil pelo tratado. Caso os portugueses houvessem respeitado o tratado, metade de Goiás, o oeste e o noroeste do Brasil seriam espanhóis.

Os primeiros moradores

A ocupação do território hoje chamado estado de Goiás data de milhares de anos. Essa surpreendente revelação está baseada na pesquisa coordenada pelo arqueólogo Altair Sales Barbosa, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), empreendida no sudoeste goiano, no município de Serranópolis, na qual testes de carbono 14 em esqueletos humanos e análise de imagens rupestres em cavernas dataram as amostras em 11 mil anos. Outras amostras foram localizadas em Caiapônia e na bacia do rio Paranã. Não existem estudos que possam esclarecer a origem dessa população. Uma hipótese provável é que tenha chegado a Goiás pelo “caminho das águas”, utilizando os vários rios da Região Norte que compõem as bacias dos rios Araguaia e Tocantins. Muito menos se sabe da etnia desses primeiros habitantes, designados como “Homem Paranaíba” e classificados como de civilização dos “caçadores-coletores”.

Outra hipótese a considerar, mais antiga, é a da união das placas tectônicas entre os continentes sul-americano e africano, este considerado berço da origem e evolução humana.

Os habitantes do Período Pré-Colonial

Pesquisas de diversos historiadores revelam que, no Período Pré-Colonial, habitavam a região goiana entre 15 e vinte nações indígenas. As mais conhecidas foram as tribos Goiasas (guaiás), Apinagés, Krakô, Caiapóss, Xavantes, Acroá, Avá Canoeiro, Assus, Xaniobá, Tapinapés, Araés. Não há uma informação confiável sobre o quantitativo dessa população à época. As estimativas numéricas sugerem de 15 mil a 25 mil índios. O Censo do IBGE 2010 registra uma população indígena de 8,5 mil, número que não serve para comparações no tempo tendo em vista as divisões territoriais que o estado sofreu.

A ocupação dos portugueses no Período Colonial

Desde o início da colonização portuguesa, diversas bandeiras percorreram o território goiano, tendo como origem a Bahia, entrando por terra, e São Paulo, utilizando a bacia do rio Paranaíba e retornando pelo rio Tietê. Eram classificadas como bandeiras de passagem, para reconhecimento, e não para ocupação, merecendo citação a bandeira de Catarina da Silva e de Francisco Bueno (1682) que encontrou ouro às margens do rio Araguaia. As primeiras notícias de ocupação foram de missões jesuítas vindas do norte, sediadas em Belém do Pará, com a finalidade de evangelização dos índios. Essas bandeiras e missões religiosas enviavam a Portugal informações sobre riquezas minerais e o grande número de indígenas que se poderia escravizar. No início do século XVIII, começou-se a organizar bandeiras para a exploração de Goiás, partindo da província de São Paulo. A primeira bandeira formal com o intuito de explorar e permanecer na terra foi organizada sob o comando de Bartolomeu Bueno da

Silva, filho do bandeirante Francisco Bueno, e foi financiada por Domingos Rodrigues do Prado e João Leite. Partiu de São Paulo em 1722, com quinhentas pessoas, das quais 150 bandeirantes e 350 escravos e índios, adentrando Goiás em 1725, utilizando-se para locomoção as vias fluviais e abrindo picadas na floresta de Cerrado. Os motivos da bandeira foram a procura por ouro e a escravização de índios. Interessante frisar que as bandeiras eram negócios particulares, bancadas com recursos privados, sendo um negócio de aventura, de elevado risco. A recompensa esperada, através de documento, era a futura concessão das terras para exploração de minérios e a licença para escravizar silvícolas. Constatadas a existência de ouro de aluvião nos diversos rios percorridos e a possibilidade de reunir escravos, a ocupação do território ocorreu de maneira rápida. Entre 1725 e 1760, foram constituídos 25 arraiais mineratórios, de sul a norte do estado, e implantadas as fundições de Vila Boa de Goiás, 1752, e de São Félix, 1754. Estava assim delineada a primeira fase da economia goiana, baseada na atividade mineral, que proporcionava oportunidades a todas as outras pequenas atividades que lhe davam suporte. Não se tem um número exato da quantidade de ouro retirada de Goiás para o reino de Portugal a título de tributo (20% do volume) até o ano da Independência (1822); o que se sabe é que nesse período o estado de Minas Gerais era o grande produtor, seguido de Goiás, Mato Grosso e Bahia.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Em resumo, a organização político-administrativa do novo território teve a seguinte sequência:

- » 1728 – Estabeleceu-se a Superintendência das Minas de Goiás, cuja sede foi em Meia Ponte, hoje Pirenópolis, sob a responsabilidade de Bartolomeu Bueno da Silva, subordinada à Capitania de São Paulo.

- » 1733 – Assume o segundo superintendente, Gregório Dias da Silva.
- » 1749 – Foi constituída a Capitania de Goiás, com sede em Vila Boa de Goiás, hoje Cidade de Goiás, sendo nomeado como primeiro governador Dom Marcos de Noronha.
- » 1824 – Instituiu-se o regime administrativo como província, sendo seu primeiro presidente o próprio Imperador Dom Pedro I.
- » 1827 – Nomeado o segundo presidente da província de Goiás, Miguel Lino de Moraes.
- » 1832 – A partir desse ano, o governo da província passa a ser ocupado por goianos, na seguinte ordem: José Rodrigues Jardim, Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, José de Assis Mascarenhas e outros.
- » 1891 – A partir da Constituição de 1891, a divisão territorial administrativa das províncias passa a ser a de estado, e o primeiro governador do estado de Goiás foi Rodolfo Gustavo da Paixão. Interessante observar que a Constituição de 1891 previu a transferência da capital do país para o interior, fato consumado em 1960 com a inauguração de Brasília (DF).

O TERRITÓRIO GOIANO

No fim do século XVIII, a expansão territorial da capitania de Goiás foi de grande proporção. Seu ponto extremo, ao sul, era o paralelo 22°; e seu ponto extremo, no norte, era o paralelo 5°. O balizamento dessa extensão foi, sem dúvida, ao sul, as bacias dos rios Paranaíba e Grande e, ao norte, as bacias do Araguaia e Tocantins. Essa enorme quantidade de terra gerou cobiça de outras capitanias, como foi o caso de Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso, além de divergência na cobrança dos tributos. Para se ter uma ideia, no caso de Minas, a faixa de terra denominada Triângulo Mineiro pertencia à capitania de Goiás. A estimativa do

autor, na falta de outras, é a de que Goiás possuía uma área de cerca de 1 milhão km². As perdas para os três estados mencionados reduziram esse tamanho para 623,5 mil km². Em 1956, Goiás cedeu para a União, para estabelecimento da nova capital, 5,7 mil km² e, em 1988, cedeu, para a formação do estado do Tocantins, 277,7 mil km², restando, dessa forma, 340,1 mil km², o que situa o estado como no sétimo lugar em tamanho de área no país, com densidade demográfica de 17,6 hab./km, na 17ª posição.

A ECONOMIA: PERÍODO COLONIAL/IMPERIAL

O ciclo do ouro – 1726-1785

A causa inicial da ocupação de Goiás e de seu desenvolvimento foi a atividade mineral. O Brasil Colônia, grande produtor e exportador de açúcar, base de sua economia de então, viu os preços e as quantidades exportadas decaírem em razão da produção desse item na América Central, incentivada que foi pelos holandeses e ingleses. O reino de Portugal precisava encontrar outro bem exportável que substituísse a renda do açúcar, iniciando, então, uma política de estímulos, através de concessões de exploração, à penetração do interior brasileiro em busca de outras riquezas. A descoberta do ouro no fim do século XVII em Minas Gerais, nas regiões de Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana), São João Del Rei e Sabará, e depois em outros sítios, foi a melhor notícia que o rei lusitano poderia receber. Em razão disso e das outras descobertas de ouro em Mato Grosso e Goiás, a Coroa portuguesa decidiu transferir a capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, para melhor controle da produção e exportação do metal.

O efeito da descoberta do ouro em Goiás, em 1726, nos sítios de Vila Boa (Cidade de Goiás)/Rio Vermelho e Meia Ponte (Pirenópolis), foi, primeiramente, estimular a busca do metal por toda a região; e as descobertas posteriores levaram à forma-

ção, em quarenta anos, de 25 arraiais mineratórios, espalhados geograficamente e cobrindo distâncias de 1 mil km entre os do sul e os do norte, fato que gerou a divisão administrativa em duas comarcas, a do sul, com sede em Vila Boa, e a do norte, com sede em Vila de São João. Esses arraiais e outros que foram sendo criados transformaram-se em povoados, depois vilas, e a maioria permanece até hoje, como cidades. Para listar os principais, por zona de ocupação – sub-região centro-sul: Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis), Jaraguá, Vila Boa (Cidade de Goiás), Anta (Anápolis) Tesouras; sub-região do Tocantins: Alto Tocantins, Traíras, Água Quente, São José (Niquelândia), Muquém, Santa Rita; sub-região norte – Arraiais, São Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional); e, espalhados em outras áreas, destacam-se Pilar, Crixás, Couros (Formosa).

A tecnologia de produção e os recursos humanos

A exploração do ouro se deu através do processo de aluvião, às margens ou nos leitos dos rios, utilizando-se bateias para peneirar o material juntado. O metal era retido na peneiragem, na forma de pó ou pepita. Dava-se preferência de trabalho ao período não chuvoso, no qual os rios perdiam profundidade e as correntezas eram mais lentas. Esse processo exigia grande quantidade de mão de obra para gerar maior produção, e a mão de obra utilizada era a escrava, comprada e trazida dos centros de distribuição de escravos, Pernambuco, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Por essa razão, ou seja, de exigir recursos financeiros para a compra de escravos, a atividade da busca do ouro era concentrada em poucos exploradores que detinham a maior parte da produção, deixando para milhares de aventureiros, com poucos recursos de mão de obra, a garimpagem de baixo resultado. Estima-se que, entre 1736 e 1750, estavam trabalhando em Goiás cerca de 20 mil escravos. Essa quantidade

aumentou até os anos 1770 para, a partir daí, ir diminuindo em razão da queda de produção e da produtividade até o ponto de não suportar os tributos cobrados. Os últimos sítios de mineração encontrados, no início dos anos 1800, sendo os principais Ouro Podre e Anicuns (1809), e as lavras de diamante nos rios Claro e Pilões não foram suficientes para deter o decréscimo da atividade.

A tributação sobre o ouro

O reino de Portugal tributava a produção do ouro de três maneiras distintas: cobrança de um quinto (20%) sobre a produção; ou cobrança por capitação/número de escravos na produção; ou derrama, pagamento mínimo de 1.500 kg/ano. A punição sobre o não pagamento ia da penhora dos bens dos mineradores, perda da concessão da exploração, até a prisão.

A tributação sobre o ouro foi uma das causas do movimento denominado Inconfidência Mineira. A forma da cobrança também gerou inúmeros atritos entre as capitânicas/superintendências, como foi o caso de Goiás com o Pará e com Minas Gerais.

O preço do ouro

O ouro em pó era obrigado a ir para as fundições, que o transformavam em barra. O peso do ouro era medido em onças, que se dividia em oitava, que correspondia a 3,586 g. Por volta de 1750, uma oitava valia 1.550 réis. Relacionando o valor do ouro com o de outros bens, em Minas Gerais, 1 kg de ouro comprava 75 cabeças de gado, 2.250 sacas de milho de 30 kg ou um escravo africano.

A produção de ouro

A produção de ouro no Brasil Colonial foi estimada por diversos interessados, como historiadores, pesquisadores etc. A base dessas estimativas sempre foram os registros em Portugal – Casa da

Moeda – e os registros secundários em fundições. Qualquer estimativa feita esbarra na falta de dados sobre a sonexação e sobre o ouro empregado em igrejas, mosteiros, joias e monumentos. Selecionaram-se, neste artigo, as estimativas para o período 1697-1760 do historiador Virgílio Noya Pinto, que apontou 529 toneladas, e do pesquisador francês Michel Morineau, que encontrou 566 toneladas. A historiadora Rita de Souza Martins encontrou para o período 1753-1801 o total de 280 toneladas. Como a produção a partir de 1801 decaiu – e muito –, pode-se estimar, *grosso modo*, uma produção total de 850 toneladas de ouro até o ano de 1850.

As estimativas de produção de ouro em Goiás e Mato Grosso são mais raras. O que se sabe é que a grande produtora de ouro no Brasil Colonial foi Minas Gerais, com mais de 90% da produção total.

O economista Luis Estevam, em seu livro *O tempo da transformação*, citando o historiador Virgílio Noya Pinto, em *O ouro brasileiro e o comércio português*, informa os números expostos na Tabela 1.

TABELA 1 Estimativas de produção de ouro – 1700-1799, em toneladas

Estado	Quantidade
Minas Gerais	118,9
Goiás	28,8
Mato Grosso	10,7
Total	158,4

Fonte: Pinto *apud* Estevam (1998).

Verifica-se uma grande diferença entre os números citados para o Brasil e o total dos três estados, que somavam 98% da produção brasileira, o que leva a concluir que a produção de Goiás foi maior do que as 28,8 toneladas informadas no período mencionado. A participação percentual do estado de Minas Gerais sobre o total produzido nos três estados, no período, cai para 75%.

Avaliação do negócio do ouro

A exploração do ouro teve três fases distintas em Goiás, assim avaliadas economicamente:

- » 1726-1750: negócio lucrativo, sem risco, elevado coeficiente benefício/custo;
- » 1751-1770: negócio rentável, com risco, redução no coeficiente benefício/custo; e
- » 1771-1775: negócio rentável para poucos, com risco elevado.

A partir de 1775, deixou de compensar a compra de escravos para trabalhar na exploração do ouro, em razão da queda da produtividade ouro/trabalhador. Dessa forma, a atividade continuou com a mesma quantidade de mão de obra para uma produção decadente, não ocorrendo reposição. Como a taxa de mortalidade entre os escravos era alta, a esperança de vida baixa e a evasão crescente, o contingente de escravos na exploração do ouro foi se reduzindo, acompanhando a involução do negócio. O ciclo do ouro compreendeu o período de 1726 a 1810, atingindo seu auge no intervalo de 1736 a 1750.

Resultado do ciclo do ouro

O ciclo do ouro representou para Goiás a ocupação do território, sua expansão e sua atividade principal durante cinquenta anos. Essa atividade é que atraiu gente e surgiram habitações, povoados, vilas, estradas, fazendas e atividades de suporte à mineração, como o comércio. A população estimada em 1736 era de cerca de 20 mil habitantes; em 1750, cerca de 40 mil habitantes; e em 1783, cerca de 60 mil habitantes – e, na média do período, 75% desses habitantes eram escravos trabalhando na mineração. O ouro em pó serviu de “moeda de troca” no período e gerou renda para investimentos, gastos e para a importação de produtos manufaturados de Portugal, via portos da Bahia e do Rio de Janeiro, ensejando a melhoria das comunicações e o estabelecimento de uma rede comercial.

O estabelecimento das atividades de pecuária e agricultura

Uma das consequências da redução da exploração do ouro, a partir de 1785, foi a redução gradual da população. Os garimpeiros, conhecidos também como faiscadores, foram em busca de outros sítios de exploração, e parcela dos escravos foi deslocada para ocupações em outras capitanias. O censo de 1804 constatou que a população era de 50,5 mil habitantes, dos quais 19,8 mil escravos, invertendo-se, assim, a relação do período de expansão da mineração, no qual se constatou que 75% da população era escrava.

A questão que se colocava para os governantes da época era como encontrar novas atividades capazes de reter essa população na capitania de Goiás e promover sua ocupação definitiva. As atividades produtivas paralelas existentes, como a criação de gado bovino e lavouras de alimentos, eram direcionadas para o sustento da população dos sítios mineratórios, não produzindo excedentes para a comercialização.

A solução encontrada não foi diferente das soluções de hoje: **incentivos**.

Dom João VI baixou atos concedendo: isenção do dízimo por dez anos aos lavradores das margens dos rios Tocantins, Araguaia e Maranhão; isenção do dízimo ao transporte de mercadorias nos rios Araguaia e Tocantins em direção ao Pará; estímulos à navegação dos rios do sul-Paranaíba e afluentes; construção de presídios nas margens desses rios para dar segurança ao comércio; e revogação do alvará real que proibia a implantação de manufaturas no Brasil.

Mas a atividade que mais prosperou após o ciclo do ouro e que permanece até os dias atuais foi a da pecuária. As razões foram: a capitania já contar com investidores capitalizados pelo ciclo do ouro; extensão das terras; terras propícias à pecuária extensiva; facilidade de gestão da atividade ao exigir pouca mão

de obra; e uma rede de estradas e de navegação fluvial já existente que facilitaria o transporte do gado na aquisição (matrizes) e na venda do gado em pé ou do charque.

A atividade pecuária iniciou-se no Brasil com a chegada da expedição de Martim Afonso de Souza na Ilha de São Vicente (SP), em 1534, que trouxe algumas cabeças de gado bovino das ilhas de Cabo Verde, e prosseguiu na capitania da Bahia, 1549-1550, no mandato de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, com os animais bovinos da raça zebuína e com os muares. O objetivo principal na importação dos bovinos era o trabalho nos engenhos de açúcar na Bahia e em Pernambuco, servindo de força motriz na moagem da cana e, também, no trabalho de transporte de cargas e pessoas, no conhecido "carro de boi". Os muares já eram utilizados no transporte de cargas por serem animais de grande resistência.

O objetivo secundário dos bovinos era o fornecimento de leite, carne e couro. Com a decadência da produção de açúcar, a pecuária bovina foi se expandindo para o interior, com destaque primeiro para Feira de Santana e, depois, através do rio São Francisco, em cujas margens se localizaram as primeiras fazendas de gado, daí o rio ficar conhecido como o "rio dos currais", chegando ao norte de Minas. Da Bahia, a atividade subiu para o Ceará, o Maranhão e o Piauí. A expansão da atividade chegou ao planalto central e a Goiás, via Bahia, Minas Gerais e capitania de São Vicente (SP). Ao sul do Brasil, tendo como ponto Pelotas, o gado existente nas missões jesuítas deu margem para a expansão da pecuária bovina e para a produção de charque, consumido em todo o Brasil.

O Brasil deve muito à atividade pecuária e à expansão territorial pela conquista do interior do país e sua ocupação permanente. A vantagem dessa atividade era seu poder de "auto-transportar-se" utilizando-se dos mais difíceis caminhos.

Surgiu dessa atividade uma nova profissão, que foi a de vaqueiro, ou seja, o gestor da boiada, e, apoiando o vaqueiro, havia empregados mamelucos e índios, estes por conhecer os caminhos para o interior. O vaqueiro era remunerado na forma de parceria: após cinco anos de serviço, tinha direito a 25% sobre o crescimento do rebanho; os demais empregados eram pagos pelos serviços prestados.

Para Goiás foram os fazendeiros de gado do Nordeste e, em maior quantidade, de Minas Gerais e de São Paulo. A atração que o estado oferecia a esses novos investidores era a extensão das terras e baixo custo de ocupação. Além disso, eram atraídos pelo clima propício ao criatório, pela topografia e pela mão de obra disponível oriunda da mineração desativada. As terras preferidas para a ocupação inicial foram as do sul e sudoeste goiano, pela capacidade de suporte das pastagens então existentes, nos atuais municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros, Quirinópolis, Caiapônia e vizinhos. Pelo centro-sul, a pecuária avançou pela região de Anápolis, Trindade, Itaberaí, Cidade de Goiás, daí subindo pelo oeste. Ao norte da capitania, hoje estado do Tocantins, o gado entrou vindo do Maranhão, do Pará, do Piauí, do Ceará e da Bahia. O clima quente era propício ao criatório do gado, mas as pastagens não tinham a mesma capacidade de suporte das do sul e sudoeste. A raça zebuína foi a que mais se adaptou às condições do Cerrado, mais especificamente, o gado tipo Gir e Nelore, por sua rusticidade.

Paralelamente ao desenvolvimento da pecuária, foram surgindo produções agrícolas destinadas ao mercado local, de arroz, milho, mandioca, açúcar, feijão e lavouras destinadas à exportação (seguindo o exemplo de São Paulo e Minas Gerais), como as de algodão e café. Um notável exemplo de produção agrícola foi o do Engenho São Joaquim, investimento do goiano Joaquim Alves de Oliveira, que, educado em São Paulo pelos jesuítas, fez fortuna no comércio do Rio de Janeiro. Retornan-

do a Goiás, decidiu investir na produção agrícola no município de Meia Ponte (Pirenópolis), que se encontrava em decadência econômica em razão do fim do ciclo da mineração. Construiu um dos maiores engenhos de açúcar do Brasil e, além da cana-de-açúcar, plantava em escala industrial mandioca, para a produção de farinha, e algodão para exportação, sendo o fio de algodão considerado, à época, um dos melhores do mundo. Pelo comércio intenso que mantinha com outras províncias, transformou Meia Ponte no centro comercial de Goiás. Para se ter uma ideia numérica do poder de negócio do engenho, este contava com trezentos muars para transporte de mercadorias e duzentos escravos fixos. Tempo houve no qual pela fazenda circulavam cerca de duas mil pessoas. É desse investidor o gesto nobre de adquirir uma tipografia – Typographia Oliveira – responsável pela edição do primeiro jornal da província de Goiás e do Centro-Oeste, o *Matutina Meia Pontense*, que circulou entre 1830 e 1835. Com a morte do investidor, em 1851, e posterior venda da propriedade, esta passou a se denominar Fazenda Babilônia. Em razão da importância histórica do empreendimento, sua sede foi tombada em 1965 como patrimônio histórico – Livro das Artes 480.

Pode-se considerar o Engenho São Joaquim o maior complexo agroindustrial da época, mantendo-se nessa posição por mais de cem anos.

Esse empreendimento serviu de estímulo a diversos outros em Goiás, de menor porte e, por sua importância social e econômica, mereceu os mais diversos comentários de historiadores, entre eles do francês August de Saint-Hilaire.

Diante das condições ambientais favoráveis, do avanço político da província de Goiás motivado pela independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I (fato que repercutiu na valorização dos representantes locais em detrimento das autoridades portuguesas) e dos incentivos concedidos, a atividade pecuária

bovina cresceu e se desenvolveu em Goiás, assim como a agrícola, atraindo inúmeros investidores, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo.

Alguns fatos e números servem para testemunhar o progresso nessa nova fase da economia: em 1826, foi inaugurado o primeiro hospital público na cidade de Goiás; o ensino foi regulamentado em 1835, mesmo ano no qual começou a impressão do Correio Oficial; em 1846, foi constituído o Liceu, proporcionando o curso secundário, e, em 1882, foi criada a Escola Normal; em 1868, iniciou-se a navegação a vapor nos rios Araguaia e Tocantins, com destino a Belém, encurtando o tempo da viagem; em 1891, o telégrafo chegou ao estado; e a população, que em 1824 contava com 62,5 mil habitantes, avançou para 227,5 mil em 1890.

Em 1909, o governo federal decide instalar em 19 estados, entre eles Goiás, a Escola de Aprendizes Artífices, em Vila Boa, que deu origem às escolas técnicas, hoje, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Acontecimento importante que veio dar suporte à expansão da pecuária e da agricultura foi o rápido crescimento da região denominada Triângulo Mineiro, que pertenceu à província de Goiás, a qual, graças a sua vizinhança com o estado de São Paulo, tanto física quanto comercial, passou a ser um entreposto comercial para fornecimento de mercadorias e serviços para o oeste brasileiro, principalmente Goiás, e a principal porta de saída dos produtos goianos, em especial gado em pé e cereais, com predominância do arroz em casca.

A ECONOMIA: PERÍODO REPUBLICANO

No início do Período Republicano de nossa história, o estado de Goiás começava a chamar a atenção das autoridades republicanas bem como de investidores de outros estados para a potencialidade de sua economia. Mas perdurava uma dificuldade enorme nas comunicações por terra. As rodovias então existen-

tes ligando Goiás ao Triângulo Mineiro e daí a São Paulo, maior centro produtivo do país, não eram permanentes, em razão de serem de terra batida, ficando danificadas no período chuvoso, de manutenção precária, dificultando e atrasando o transporte por animais. Faltava uma ligação mais confiável, que viria a ser pela estrada de ferro, desejo das autoridades goianas ligadas ao sudeste e sul do estado. Fato que viria trazer esperanças dessa futura ligação foi o decreto imperial ampliando as linhas férreas da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro até o Triângulo Mineiro e daí até o rio Araguaia. Os trilhos da Mogiana chegaram a Uberaba em 1889, a Uberlândia em 1895 e a Araguari em 1896. Em 1904, outro decreto, dessa vez republicano, estabelecia a ligação férrea de Araguari até a Cidade de Goiás, então capital do estado. Foi dada concessão para a criação da Companhia Estrada de Ferro de Goiaz, encampada em 1920 pelo governo federal com o nome de Estrada de Ferro Goiaz.

A primeira etapa, concluída em 1914, da fixação dos trilhos foi de 233 km, saindo de Araguari (MG) passando por Anhanguera, Cumari, Goiandira, Ipameri e Urutaí – Roncador (GO) –, abrindo-se um ramal para Catalão-Ouvidor. Em Urutaí, estação de Roncador, a construção ficou paralisada até 1922 esperando a conclusão da ponte sobre o rio Corumbá. Ponte concluída, a estrada continuou por Pires do Rio, Engenheiro Balduino-Orizona, Vianópolis, Silvânia, Leopoldo Bulhões atingindo Anápolis em 1935, perfazendo 387 km de percurso. Somente em 1950 foi estabelecido um ramal para a nova capital, Goiânia, passando por Bonfinópolis, Bela Vista de Goiás e Senador Canedo. Nos anos 1970, abriu-se um ramal em direção ao Distrito Federal passando por Luziânia.

A concessão dessa linha férrea, hoje, pertence à Ferrovia Centro-Atlântica, de acordo com a nova política de concessão do transporte férreo, que de Anápolis se interliga às ferrovias

do Sudeste, tendo como um dos portos de escoamento da exportação goiana o Tubarão, em Vitória (ES).

Fato paralelo e de grande importância econômica e social foi a conclusão da Ponte Afonso Pena, em 1909, sobre o rio Paranaíba, ligando Minas a Itumbiara (GO). Por essa ponte, o comércio entre o Triângulo Mineiro e o sul e sudoeste de Goiás se intensificou, criando sólidas raízes para a expansão da produção agrícola, que era financiada, beneficiada e embarcada em Uberlândia para o Sudeste do país.

Com a ponte fazendo a ligação com o sul e a estrada de ferro fazendo a ligação com o sudeste goiano, essas regiões foram bastante beneficiadas com água, energia, cinemas, hospitais etc. O Banco do Brasil instalou sua primeira agência no estado em Ipameri, em 1920. A imigração de Minas Gerais e de São Paulo se intensificou, e a maioria dos imigrantes, em busca das atividades do campo, na forma de novos proprietários. Mesmo com a valorização das terras rurais, o preço do hectare era vantajoso comparado com os preços praticados em Minas e São Paulo. Para se ter uma ideia do crescimento populacional, em 1900 foram recenseados 257,2 mil habitantes e, em 1920, 511,9 mil, um acréscimo percentual de quase 100%. Em 1920, a produção de arroz em casca em Goiás foi de 37,4 mil toneladas, a quarta produção nacional. As regiões sul e sudeste passaram a produzir cerca de 50% de toda a produção de cereais do estado.

A chegada dos trilhos em Anápolis propiciou a esse município iniciar uma próspera indústria de beneficiamento de cereais.

A mudança da capital do estado para Goiânia

Com a chegada dos trilhos em Anápolis e o crescimento da produção goiana no sul e sudoeste do estado, era chegada a hora de transferir a capital do estado da Cidade de Goiás para uma localização mais adequada aos interesses econômicos e sociais do estado. Essa providência já era incentivada desde os tempos

da província, por via de seu segundo presidente, Miguel Lino de Moraes (1827-1831), e, em especial, no Brasil do império, através do presidente Couto de Magalhães, em 1863. O primeiro governador do estado, no Período Republicano, Rodolfo Gustavo da Paixão (1890-1891), também defendia essa ideia, que prosperou a ponto de, na primeira constituição do estado, o artigo 5º dispor: “A cidade de Goiás continuará a ser a capital do Estado, enquanto outra coisa não deliberar o Congresso”. A ideia era combatida e obstaculada pelos políticos ligados à hierarquia portuguesa na província e no império, e mais ainda quando do Brasil republicano, pelo controle político que exerciam. Ao empossar-se do governo goiano, em 1930, Carlos Pinheiro Chagas, em seu discurso de posse, enfatizou a necessidade da mudança da capital. Com a vitória de Getúlio Vargas na revolução de 1930, foi nomeado interventor em Goiás Pedro Ludovico Teixeira, no mesmo ano. Este já comungava as ideias mudancistas pelas vantagens que essa transferência oferecia e não tardou na tarefa de transferir a capital, nomeando em 1932 uma comissão para realizar os estudos da localização da nova capital. Em 1933, em 24 de outubro foi lançada a pedra fundamental da construção de Goiânia, nome escolhido por concurso público realizado pelo jornal *O Social*. O município de Goiânia foi criado pelo Decreto 327, de 1935. O Decreto 1.816, de 1937 formaliza a transferência da capital para Goiânia, que teve seu batismo cultural em julho de 1942.

A importância econômica da nova capital

Com o crescimento das atividades de pecuária e agricultura no sul, sudoeste e leste, a constituição de Goiânia provocou novo eixo de deslocamento geográfico rumo ao centro do estado. A nova capital intensificou o surto migratório para Goiás, criando novas oportunidades comerciais, industriais e de serviços, com isso atraindo não só trabalhadores, mas também empresários de

outros estados. A construção civil e sua cadeia de negócios, a indústria de alimentação e vestuário, a indústria gráfica, a imprensa, o comércio de atacado, os serviços de transporte, os serviços médicos, de engenharia e educacionais, os cursos superiores, os serviços bancários, a geração de energia hidráulica, enfim toda a gama de oportunidades que uma nova capital, bem situada geograficamente, com terras de cultura, clima e topografia favorável, poderia oferecer. Iniciava-se assim um novo ciclo de progresso da sociedade e da economia goiana. Para atestar o fato, em 1942, Goiânia tinha o dobro da população da Cidade de Goiás.

A formação e formalização de uma classe empresarial

A cidade de Anápolis, fim da linha férrea, sempre teve um clima temperado, dos mais agradáveis, em razão de sua altitude média de mil metros. Recebeu em 1926 o segundo hospital evangélico de Goiás, obra de uma colônia inglesa. Atraiu muitos comerciantes de origem árabe, além de paulistas e mineiros com experiência empresarial. Nasceu na cidade a primeira associação comercial e industrial de Goiás, a Acia, em 1935. Recebeu o município a primeira escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) no estado, em 1952. Instalou um dos primeiros campos de aviação comercial do estado, em 1941. Foi escolhida para sediar a primeira base aérea de aviões supersônicos em 1972. Em 1976 teve inaugurado o primeiro distrito agroindustrial planejado do Centro-Oeste brasileiro. Em 1937, os empresários da cidade de Goiânia, a nova capital, constituíram a Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás (Acieg). Em 1941, foi constituída a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura. Em 1948, foi criada a Federação do Comércio. Em 1951, a Federação das Associações Rurais se transformou em Federação da Agricultura. Em 1952, foi constituída a Federação das Indústrias do Estado de Goiás. A Câmara (ex-Clube) dos Dirigentes Lojistas de Goiânia se instalou em 1961, criando-se em 1972 a Federação das Câmaras dos

Dirigentes Lojistas. A Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias foi constituída em 1963, contando hoje com mais de sessenta associados espalhados pelo estado. Solidificava-se assim a presença empresarial, através de suas representações, com o surgimento de líderes empresariais goianos que se destacaram, e se destacam, no plano nacional, bem como as associações e sindicatos dos trabalhadores. Os polos econômicos de Anápolis-Goiânia, Rio Verde-Jataí, Catalão-Pires do Rio-Ipameri, Vianópolis-Silvânia e Itumbiara-Morrinhos-Piracanjuba ganhavam nova dimensão e intensificavam os negócios com o Triângulo Mineiro e São Paulo.

Paralelamente a essa situação, o governo federal lançava em 1938 o programa Marcha para o Oeste e criava a Fundação Brasil Central, em 1943, ligada diretamente à Presidência da República.

Consolidava-se a ideia, no país, de que era preciso ocupar os espaços vazios, tomar conta do oeste e do norte, ir para o interior – preocupação que aumentou, por motivos de segurança nacional, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Junto com essa preocupação revigorou o desejo de mudança da capital federal, tese defendida pelo Brasil republicano.

O reflexo imediato da construção da nova capital e do desejo da política nacional de ocupar o interior brasileiro foi a intensificação da corrente migratória em direção a Goiás e Mato Grosso, principalmente de origem nordestina.

O impacto da construção de Brasília

A economia goiana, no início dos anos 1950, ainda absorvia os efeitos benéficos da mudança de sua capital, agora em um ritmo equilibrado, quando foi sacudida pela decisão do governo federal de construir Brasília, tomada em 1955, com início em 1956. Esta, sem dúvida, foi a decisão de maior impacto econômico e social que sofreu o estado ao longo do século XX. A nova capital exigiria um notável investimento em construções de prédios públicos, comerciais e residenciais, infraestrutu-

ra de transportes, comunicações, saneamento, aeroportos, segurança, educação e saúde, dentre outras, além, é óbvio, de mão de obra básica, técnicos, profissionais de nível superior, professores, motoristas etc. Abria-se assim para o Brasil e, em especial, para Goiás, de imediato, uma oportunidade de mercado extraordinária para produtos elaborados, principalmente das cadeias de construção civil, alimentos, bebidas, vestuário, calçados, móveis e outras, para suprir a demanda das construções, da massa operária convocada para as obras e das famílias. Foi a grande chance de expansão da indústria goiana. As rodovias federais iniciaram a integração com Brasília e, no fim dos quatro anos da construção, em 1960, o estado de Goiás estava interligado a quase todas as capitais brasileiras. Iniciava-se um novo ciclo de crescimento da economia goiana em razão do acréscimo de um novo e poderoso mercado consumidor. Brasília atraiu brasileiros de todas as partes do país, e o crescimento de sua população e da renda por habitante atesta o tamanho de seu mercado de consumo.

O crescimento populacional de Goiás e do Distrito Federal

Cinco importantes acontecimentos aceleraram a ocupação e o crescimento populacional de Goiás, pela ordem: o ciclo do ouro; o surgimento e a expansão das atividades de pecuária e agricultura; a construção da Estrada de Ferro Goiás, hoje Ferrovia Centro-Atlântica; a mudança da capital do estado para Goiânia; e a construção e mudança da capital federal para Brasília. Quando se compara a evolução da população goiana, deve se levar em conta a criação, em 1988, do estado do Tocantins, que assumiu o novo território com uma população de 880 mil habitantes, destacada de Goiás (Tabela 2).

Quando se compara a evolução da população através das taxas geométricas de crescimento, tanto Goiás como Tocantins e Distrito Federal superaram a taxa média de crescimento do país,

fato que dá aos dois estados e ao Distrito Federal ganhos de participação relativa na população do país.

TABELA 2 Evolução da população, em números absolutos multiplicados por mil

Anos	Goiás	Distrito Federal	Tocantins
1900	277,00	-	-
1920	511,90	-	-
1940	826,40	-	-
1960	1.913,20	140,10	-
1980	3.860,10	1.176,90	738,8
1988	-	-	880,00
2000	5.003,20	2.051,10	1.155,90
2010	6.003,70	2.570,10	1.383,40

Fonte: IBGE.

A INDUSTRIALIZAÇÃO

As razões principais que motivaram a sociedade goiana a acreditar em seu processo de industrialização foram:

- » o aumento contínuo da produção agropecuária através da incorporação de novas terras para exploração;
- » a implantação da Estrada de Ferro Goiás abrindo a perspectiva de deslocamento da fronteira agrícola para o oeste;
- » o crescimento da rede rodoviária/transportes/logística;
- » a garantia de fornecimento da energia hidroelétrica;
- » a formação e formalização, através de representação em entidades, de uma classe comercial e industrial ativa e reivindicadora de progresso;
- » o incentivo fiscal, com base no Imposto de Vendas e Consignação (IVC), concedido pela Lei 2000, de 1958, para as indústrias pioneiras, com prazo de dez anos, a encerrar-se em 1968;
- » mudança de atitude das autoridades políticas, em 1971, com relação à viabilidade da industrialização/nova política industrial;

- » programas de assistência técnica e de crédito dirigidos ao Cerrado brasileiro, em especial ao Centro-Oeste, pela política federal;
- » o ciclo moderno da mineração;
- » o mercado consumidor;
- » a qualificação da mão de obra industrial.

Detalha-se a seguir cada item relacionado com as necessárias informações e dados.

A produção agropecuária

O crescimento da agropecuária superou a demanda local e criou excedentes crescentes para a exportação para outros estados e para o exterior de produtos em estado natural. Surgia dessa constatação a oportunidade de se implantarem cadeias agroindustriais aproveitando a matéria-prima local. Ao serem implantadas essas agroindústrias, maior quantidade de insumos passou a ser demandada e, dessa forma, a produção agropecuária expandiu-se, bem como o consumo de outros insumos, como energia, recursos humanos, manutenção técnica, embalagens, transporte e outros. A causa e os efeitos interagem gerando maior produção e produtividade ao longo do tempo. As principais cadeias agroindustriais em operação são: carnes, laticínios, grãos (soja, milho, sorgo, feijão, arroz), temperos (alho, cebola, tomate), etanol/açúcar, couro/calçados, combustível/açúcar de cana, frutas.

Para exemplificar o desempenho, apresenta-se na Tabela 3 a produção agrícola dos principais produtos e sua posição em relação ao país.

TABELA 3 Produção agrícola de Goiás

Produto	Produção 2011 (mil t)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Grãos (todos)	15.100,0	9,33	4º
Sorgo	813,9	42,15	1º

continua

continuação

Produto	Produção 2011 (mil t)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Tomate (industrial/mesa)	1.440,9	32,62	1º
Cana-de-açúcar	54.903,0	7,48	3º
Feijão (três safras)	311,8	9,08	3º
Algodão herbáceo	425,8	8,40	3º
Soja	7.703,9	10,30	4º
Milho (três safras)	5.743,6	10,32	5º
Trigo	49,1	0,86	6º
Alho	46,7	32,61	1º

Fonte: Instituto Mauro Borges.

A Tabela 4 expõe os números relativos à produção pecuária em 2011.

TABELA 4 Produção pecuária de Goiás

Animais	Quantidade (milhões)	% Brasil	Posição Goiás/Brasil
Bovinos (cabeças)	21,7	10,22	3º
Suínos (cabeças)	2,0	5,21	5º
Aves (cabeças)	61,1	4,77	6º
Vacas leiteiras (cabeças)	2,6	11,26	2º
Leite (litros)	4.700,0	10,85	4º
Ovos (dúzias)	180,3	4,94	7º

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Pelo volume de produção apresentado, pela participação no total da produção nacional e pela posição em relação ao país, percebe-se que a cadeia agroindustrial de alimentos está adequadamente suprida do insumo principal, que é a matéria-prima. Registra-se que a agricultura goiana vem demonstrando índices de produtividade crescentes na relação produção/área plantada, em virtude de práticas modernas de plantio e colheita, mecanização, seleção de sementes e irrigação. Na pecuária bovina, a capacidade de suporte dos pastos aliada a um manejo técnico, à seleção de matrizes, ao controle rígido da sanidade e aos cuidados com o couro vêm colhendo bons resultados, além do fato de estar progredindo a prática de consorciação de pastagens com a silvicultura.

A pecuária avina, em razão do clima e de rações balanceadas produzidas com base no milho, soja e sorgo, vem experimentando uma expansão notável nos últimos dez anos, assim como a pecuária suína, esta em segundo plano.

Nos dois segmentos, agrícola e pecuário, há a destacar a contribuição técnica-científica decisiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), bem como, em nível de estado, a adoção de fundos de desenvolvimento da atividade, como é o caso do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária (Fundepec), do Pró Algodão, do Programa do Trigo e dos incentivos creditícios à produção em nível de agricultura familiar, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)/Banco do Brasil. No setor pecuário, na produção de carnes, há que se registrar dois acontecimentos impactantes para o desenvolvimento dessa agroindústria: a implantação da Brasil Foods no sudoeste goiano, que atua em regime de parceria com os produtores de aves e suínos, prestando-lhes assistência técnica; e a internacionalização da indústria brasileira de carne bovina criando fortes conglomerados empresariais, fato que deu ao setor pecuário maior garantia no recebimento de suas vendas à indústria.

A Estrada de Ferro Goiás

Essa ferrovia foi fundamental para retirar Goiás do isolamento dos grandes mercados, incentivar a vinda de trabalhadores e investidores e estabelecer uma agropecuária fornecedora de produtos para o Triângulo Mineiro, que era a fronteira comercial do Centro-Oeste brasileiro. Desempenhou a ferrovia grande papel no transporte de arroz, café, gado, charque, minerais e outros produtos, bem como na importação de produtos manufaturados. Criou-se, ao longo do tronco central da ferrovia e de seus ramais um “corredor de progresso” que impulsionou a vida nas cidades gerando centros

urbanos que se tornaram um novo eixo de progresso do estado, oferecendo oportunidades comerciais, industriais e de serviços. Casas bancárias e o próprio Banco do Brasil cuidaram de estabelecer negócios nessa região. O surgimento de escolas e serviços médicos foi outro passo importante. Essa linha férrea está sendo operada atualmente pela Ferrovia Centro-Atlântica, em regime de concessão, operando na exportação e importação de produtos. Com a futura interligação com a Ferrovia Centro-Sul, seu papel no setor de transporte e logística vai aumentar.

O crescimento da rede de transportes

O Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás 1960-1964, que foi o primeiro documento na história do governo goiano apresentado à sociedade na forma de planejamento técnico, registrou para o ano de 1958 a situação da rede de rodovias exibida na Tabela 5.

TABELA 5 Rede de rodovias, em 1958

Rodovias	Extensão (km)
Federais	1.802
Estaduais	5.720
Municipais	28.000
Total da rede	35.522

Fonte: Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Governo Mauro Borges Teixeira, 1961.

Do total da rede trafegável, somente 200 km eram pavimentados. Não há registro sobre a navegação fluvial. Sobre o transporte ferroviário, há a informação sobre a extensão das linhas em território goiano, 495 km, dos quais 428 km pertencentes à Estrada de Ferro Goiás, que integrava a Rede Ferroviária Federal. Os trechos em operação eram de Anápolis, com a Ferrovia Mogiana, até Araguari (MG) e, com a Rede Mineira de Viação, na estação ferroviária de Goiandira (GO).

As mudanças da capital de Goiás para Goiânia e da capital do país para Brasília, aliadas ao aumento da produção agropecuária que se expandia em todo o território goiano (prova disso é que Goiás alcançou a segunda posição nacional em produção de arroz), induziram o governo estadual e o federal a investir em transportes. Como resultado, apresentam-se na Tabela 6 os números da rede atual.

TABELA 6 Rede de transportes em 2011

Rodovias	Extensão (km)
Federais	4.505,7
Estadual coincidente	1.739,3
Estaduais	18.744,9
Municipais	64.690,9
Total da rede	89.680,8

Fonte: Instituto Mauro Borges.

Entre 1958 e 2011, a rede física expandiu 152% e, o que é mais importante, a rede pavimentada saltou de 200 km para 13.291,1 km.

Dos 246 municípios goianos, somente seis, em 2011, não foram, ainda, acessados por estrada pavimentada.

A rede ferroviária, trecho estadual, composta pela Ferrovia Centro-Atlântica, está operando em 685 km; e a Norte-Sul inaugurou o trecho Palmas (TO)-Anápolis (GO), com 855 km, operação em teste (maio de 2014). O trecho total da Ferrovia Norte-Sul em Goiás abrange 1,2 mil km de extensão, e a previsão para todo o trecho operar é para 2016.

No começo dos anos 1990, iniciou-se a operação da hidrovía Tietê-Paraná, no rio Paranaíba, em Goiás, através do Porto de São Simão, no sul do estado.

Essa hidrovía tem a função importante de transportar, através de barcaças, parcela da produção de cereais, em especial soja em grão e em farelo, até o porto de Pederneiras ou Anhembi,

em São Paulo, contribuindo, dessa forma, para reduzir o custo médio do frete até o Porto de Santos (SP).

Em síntese, o sistema rodoviário goiano está ligado ao sistema rodoviário nacional por rodovias pavimentadas que levam ao oeste, ao Norte, ao Nordeste, ao Sudeste e ao Sul do país, e trechos dessas estradas estão duplicados e outros trechos em processo de duplicação. As principais rodovias federais que cortam o estado permitindo as ligações interestaduais são a BR-153, a BR-060, a BR-364, a BR-414, a BR-452, a BR-352, a BR-020, a BR-040, a BR-050, a BR-158.

O sistema ferroviário será definitivamente incorporado ao sistema nacional através da Ferrovia Norte-Sul, que alcançará Estrela do Oeste em São Paulo, rumo ao sul, passando pelo sudoeste goiano.

O sistema hidroviário Tietê-Paraná está recebendo investimentos para expandir seu alcance e aumentar sua velocidade média.

O sistema de duto transporta, desde Paulínia (SP), combustível para Goiás, tendo como ponto final no estado o município de Senador Canedo. Em estudos, estão os dutos "gasoduto", para fornecimento de gás para a indústria, e "etanolduto", para possibilitar a exportação de etanol via São Paulo.

A Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, entrará em operação em 2015, contando com porto seco, ferrovias Centro-Atlântica e Norte-Sul, aeroporto de carga e entroncamento das principais rodovias federais que cortam o estado.

A energia

Um dos requisitos básicos para a expansão da indústria, em especial da indústria pesada e de mineração, é o suprimento de energia a um custo adequado.

Goiás, ao longo de sua história, utilizou-se dos vários tipos de energia disponíveis para a produção, a saber: dos animais, dos

escravos, do carvão vegetal, de gorduras animais, dos moinhos, do álcool, do querosene, do óleo diesel, do gás, para, finalmente, aproveitar-se da energia hidráulica, que tinha e tem o custo econômico mais vantajoso para o desenvolvimento industrial.

A industrialização goiana iniciou-se consumindo o carvão vegetal como fonte de vapor, depois o óleo diesel e, a partir dos anos 1940-1950, da energia hidroelétrica. Projetos pioneiros de geração de energia hidroelétrica ocorreram no início do século XX. Em 1920, tem-se notícia da implantação de uma usina termelétrica na Cidade de Goiás, a vapor, consumindo o carvão vegetal.

Mas foi em 1904, em Ipameri, que o major Aristides Rodrigues Lopes conseguiu, utilizando um locomóvel acoplado em uma roda d'água, gerar energia hidroelétrica. Esse projeto pioneiro deu origem à primeira hidroelétrica de Goiás, em 1914, com turbinas geradoras importadas da Alemanha e da Suécia, denominada Usina do Içá, no rio Vai-Vem. Esse fato deu enorme vantagem econômica e social ao município, atraindo a telefonia, cinema, pequenas indústrias artesanais, casas bancárias etc.

Em 1936, em razão da mudança da capital para Goiânia, inicia-se a construção da Usina Hidroelétrica do Jaó, inaugurada em 1937, acontecimento que acelerou o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Em 1945, graças a uma grande chuva e a entulhos, foi paralisada, voltando a produzir energia em 1947 e, em 1959, foi redimensionada, operando até o ano de 1970, quando foi desativada.

Em 1946, em Ipameri, o projeto da Usina do Içá é ampliado, passando a denominar-se Usina Hidroelétrica Major Aristides Rodrigues Lopes, permitindo a implantação das primeiras indústrias de porte, como de beneficiamento de arroz, charqueadas de carne bovina, fábrica de gelo e outros empreendimentos que foram atraídos pela oferta de energia.

Em 1949, inicia-se a construção da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Patrício (Chesp), inaugurada em 1956, que deu

suporte ao crescimento das atividades produtivas da região do Vale do São Patrício.

Em 1955, começam as operações da Usina de Rochedo, no rio Meia Ponte, com potência instalada de 4 MW, fato que impulsionou o estabelecimento de várias unidades industriais no centro-sul do estado.

Nesse mesmo ano, criam-se as Centrais Elétricas de Goiás (Celg), que iniciam em 1956 a construção da Usina de Cachoeira Dourada no rio Paranaíba, cuja primeira etapa foi entregue em 1959 com a potência de 32 MW.

A partir daí, a indústria pôde confiar no fornecimento regular de tão importante insumo, que, junto com a construção de Brasília, viria a proporcionar a oportunidade do caminho para a industrialização. Em complemento, o governo de Goiás editou a primeira lei de incentivo fiscal, para a implantação de indústrias pioneiras no estado, em 1958.

Em virtude de contar com excepcional bacia hidrográfica para a geração de energia hidroelétrica, Goiás avançou muito nessa produção, permitindo e atraindo grandes complexos industriais.

O estado contava em 2012 com 115 usinas produtoras de energia, de vários portes, algumas com produção independente. Como consumidores industriais, estavam registrados 12 mil estabelecimentos, com consumo anual da ordem de 3 milhões de MWh. A capacidade instalada de energia em 2012 era de 10.225.248,2 kW, a quarta do Brasil, representando 8,5% da capacidade instalada do país. Goiás exporta 60% da energia, o que gera situação confortável para estimular a instalação de grandes projetos industriais. Atualmente, em 2014, o setor industrial vem reclamando da qualidade do sistema de distribuição/subestações, que não está recebendo investimentos necessários para sua melhoria de qualidade em razão da negociação da venda da Celg Distribuição para a Eletrobras, que vem se arrastando nos detalhes financeiros de preço.

Cabe ainda mencionar que, pelo grande número de usinas produtoras de etanol e açúcar instaladas no estado, diversos projetos se habilitaram como produtores independentes de energia, gerando energia do bagaço da cana-de-açúcar, no período não chuvoso, condição essa que traz maior segurança ao sistema de oferta de energia. Outro dado importante é a existência de 15 projetos de pequenas centrais hidroelétricas (PCH) aguardando licenciamento para início da construção.

Estuda-se a viabilidade de estender a Goiás e ao Distrito Federal o gasoduto vindo do Oeste (Cuiabá) para atender aos grandes complexos industriais, especialmente os de mineração, nos quais o custo da energia representa um quesito fundamental.

A formação e formalização, por meio da representação em entidades, da classe empresarial

Tendo recebido imigrantes de várias partes do país, alguns com formação superior e empresarial, essa mistura proporcionou ao estado conhecimentos e anseios para avançar na formação de associações e federações representativas da classe empresarial que atuam com decisiva postura na defesa dos interesses da classe e do estado. A proximidade com Brasília estimulou e facilitou contatos com autoridades políticas e empresariais, através das confederações. Nas questões da industrialização, do crédito para o desenvolvimento e da competitividade dos produtos goianos no mercado local e nacional, o empresariado atuou unido, com reivindicações seguras e bem formatadas, aos governos federal, estadual e municipais, bem como defendeu os interesses do estado em âmbito nacional em parceria com o governo estadual. A sinergia do trabalho levou à formação do Fórum das Entidades Empresariais, composto por entidades da indústria, do comércio, da agricultura e da pecuária, no qual prevalece a sintonia e o equilíbrio nas decisões.

O movimento pela industrialização iniciou-se na década de 1950, época na qual ao estado de Goiás estava reservado o papel de produtor primário de bens, fornecedor de matérias-primas para o Sul e Sudeste do país. A classe política e empresarial dominante era ligada à agropecuária, que considerava a industrialização um sonho inatingível. A determinação do empresariado via suas representações convenceu o estado a criar uma política de incentivos fiscais para atrair investimentos industriais.

Ao mesmo tempo em que reivindicavam do governo, as federações da indústria e do comércio viabilizaram a implantação do Senai e do Serviço de Aprendizagem Industrial e Comercial (Senac), abrindo assim oportunidade para o ensino profissional no estado, dando uma demonstração de acreditar no desenvolvimento. Na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), década de 1960, os incentivos federais alcançaram até o sul de Mato Grosso, ficando restritos à região norte de Goiás. Tamanha foi a reação negativa do empresariado goiano, que, a título de compensação, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). O empresário goiano esteve envolvido em muitas lutas para viabilizar um estado industrial em Goiás, mas a mais importante delas foi convencer as autoridades políticas goianas dessa possibilidade, o que aconteceu a partir de 1971.

Importante mencionar que os investidores estrangeiros, ou de outros estados, quando visitam Goiás são bem recebidos pelas principais autoridades e muito bem recepcionados pelas entidades empresariais, que disponibilizam informações transparentes e se colocam à disposição para qualquer atendimento. As missões oficiais internacionais do governo de Goiás, visando atração de investimentos, são compostas de empresários representantes de suas entidades, bem como missões próprias patrocinadas pelas entidades empresariais são realizadas no exterior com frequência, em especial nas feiras industriais. Pela proximidade de

Brasília, constantemente essas entidades estão sendo visitadas pelos embaixadores estrangeiros sediados no Distrito Federal, o que fortalece o vínculo de negócios com o exterior.

Em suma, prevalece no estado de Goiás um clima propício ao investimento de qualquer origem, de desenvolvimento, e dos negócios, fortalecido pela parceria entre o governo e a iniciativa privada.

Incentivo fiscal estadual, 1958

Em 1958, o governo do estado entendeu a reivindicação empresarial de que era o momento oportuno para incentivar a industrialização, em razão da forte demanda por bens industriais provocada pela construção de Brasília. O estado editou a Lei 2000/1958, que concedia isenção do Imposto de Vendas e Consignações (IVC), por dez anos, para a instalação de indústrias pioneiras, com prazo de vencimento em 1968. Não foi encontrada uma estatística oficial de quantos projetos industriais se instalaram nesse período. Este autor possui uma estimativa que se situa entre cinquenta e sessenta novas indústrias, entre as quais a de maior porte foi o Moinho Goiás, cujo principal investidor era italiano. Mais do que números e desempenho, essa lei foi de grande importância estratégica para o avanço industrial ao começar a quebrar no governo estadual a resistência ao processo de industrialização.

A viabilidade da industrialização a partir de 1971

O governo de Goiás, no período de 1971-1974 foi ocupado por um jovem engenheiro, de tradicional família pecuarista e política. Dotado de uma visão econômica consoante à política nacional da época, solicitou à Federação das Indústrias que indicasse um nome para ocupar a Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, o que foi feito. O novo gestor da secretaria iniciou o trabalho com a reestruturação administrativa da pasta, imprimindo uma política de ação integrada com as classes em-

presariais, abrangente, planejada e de visão futurista. Reuniu uma equipe técnica à altura das ambições das tarefas a serem produzidas, com um programa elegendo prioridades e fixando objetivos e metas. Os primeiros resultados vieram em forma de publicações técnicas, em razão da carência destas nos órgãos estaduais diretamente envolvidos com o desenvolvimento econômico. Foram criadas séries de cadernos informativos sobre a indústria, o comércio e o turismo. As principais foram: Goiás – um convite ao investimento (1971), Levantamento histórico e econômico dos municípios goianos (1971), Cartogramas socioeconômicos (1971), Programa de industrialização da carne bovina (1971-1972), Proposta para adoção de nova lei de incentivos fiscais para a indústria, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Caldas Novas (1972), Indicadores socioeconômicos nos principais municípios visando criar uma política de localização industrial, através de distritos industriais (1971-1972), Proposta de criação de um distrito industrial em Anápolis, Proposta de reorganização da Junta Comercial, com ampliação dos tradutores oficiais, Proposta de constituição das Centrais de Abastecimento e inúmeras outras. Esse trabalho causou impacto na administração pública e também na classe empresarial. Nunca, em tão pouco tempo, um órgão da administração centralizada havia produzido tão extenso trabalho e, o que é digno de registro, com resultados. Desses estudos e ações podem-se priorizar três que causaram um impacto enorme no desenvolvimento do estado, a saber: edição da Lei 7.380/1971, que adotou incentivo fiscal para novos investimentos na indústria com base no financiamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); a constituição da Companhia de Distritos Industriais de Goiás (Goiasindustrial), que foi a responsável pela construção dos distritos industriais em Goiás, tendo começado pelo Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia); o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo em Caldas Novas.

A “nova” Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo demonstrou para a sociedade, para os políticos e para a área empresarial que tinha um forte compromisso com o desenvolvimento do estado e, para esse fim, estabeleceu um plano, um programa e projetos viáveis e estava apoiada em uma equipe técnica competente e que, acima de tudo, acreditava na industrialização do estado. Tal atitude abriu as portas do estado para novos investidores, que passaram a contar com um apoio decisivo da secretaria.

A mudança da atitude do governo com relação à industrialização foi contínua e mais vigorosa. Em seguida à Lei 2.000/1958, foram editadas as leis 7.380/1971 e 7.700/1973, com incentivos maiores do que a anterior. Esta última isentava do ICM por cinco anos as indústrias que se instalassem em Goiás.

A secretaria implantou uma ideia e um projeto tão consistentes, que as várias gestões posteriores que se seguiram mantiveram esse projeto e até, em alguns casos, ampliaram-no.

Findo o prazo de vigência da Lei 7.700/1973 e diante das restrições do governo federal aos novos incentivos estaduais, o governo do estado recorreu ao modelo da Lei 7.380/1971, modelo esse de financiamento do ICM, concedendo 70% do valor do tributo como financiável e vinculando à obrigatoriedade do investimento do projeto. Foi instituído o Programa Fomentar através da Lei 9.489/1984. Essa nova lei, diante de uma nova conjuntura econômica de Goiás, conseguiu atrair cerca de trezentos novos projetos industriais, entre eles – e talvez os três projetos mais importantes para a agroindústria do estado – o da Arisco, hoje Unilever, o da Usina Jales Machado e o da Perdígão, hoje, Brasil Foods.

Estava assim consolidado no governo, no empresariado, na classe trabalhadora e na sociedade goiana em geral que o objetivo da industrialização era factível e estava se realizando, pouco a pouco.

Em 2000, a nova administração do governo estadual resolveu dar novo passo, editando a Lei 13.591/2000, ampliando os incentivos, em termos de financiamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e expandindo-os para outros setores, como comércio exterior, logística e distribuição. Essa nova fase do incentivo foi fundamental para Goiás atrair novos e pesados investimentos nos setores farmoquímico, montagem de veículos, destilarias de etanol/açúcar e fortalecer ainda mais a agroindústria, com programas específicos para a soja e derivados, leite e derivados, milho e derivados, carnes, trigo, algodão e outros setores da indústria, como o do vestuário, reciclagem, material de construção etc.

A partir de 1990, as estatísticas econômicas de Goiás mostram e confirmam o crescente desempenho da indústria, sua melhor distribuição espacial, em parte motivada pelos incentivos, sua diversificação, sua capacidade de gerar postos de trabalho, sua requisição por mão de obra qualificada, sua demanda por crédito, seu aumento na pauta de exportação e importação e, o que é mais importante, seus efeitos “para frente e para trás” na economia como um todo.

Programas de assistência técnica e creditícia federais

No fim dos anos 1960 e no decorrer dos anos 1970, o Centro-Oeste e, particularmente, o Cerrado brasileiro foram merecedores da atenção da política econômica do governo federal, a qual, em síntese, queria estimular o potencial de produção de alimentos que a região oferecia.

Foram criados os programas de apoio à melhoria da fertilidade do solo, de desenvolvimento da pecuária, da agricultura, da armazenagem de grãos, da produção de combustível e do aumento do crédito para o desenvolvimento via Banco do Brasil e BNDE e, ainda, foi instalada a Sudeco, a que, entre outras

atribuições, estava reservado o papel de planejar e acompanhar a ampliação da infraestrutura da região. Nesse período, paralelamente, há que se destacar programas do governo de Goiás de apoio à pesquisa mineral – Metais de Goiás S.A. (Metago) –, à habitação – Banco Nacional da Habitação (BNH) –, ao crédito – Banco do Estado de Goiás (BEG) e BDGoiás –, à ampliação da área agricultável – Goiásrural – e outros.

A década de 1970 foi para Goiás, assim como para o país, uma década de muito investimento e progresso.

Os programas federais que atenderam à Região Centro-Oeste foram: a Fundação para o Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão (Fundepe), visando ao desenvolvimento da pecuária; o Programa de Incentivo ao Calcário (Procal), visando aumentar a utilização do calcário para a correção do solo ácido do Cerrado; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), visando à assistência técnica e ao financiamento para o aumento da produção/produtividade; o Programa de Armazenagem (Pronazem), objetivando a ampliação da capacidade estática de armazenagem de grãos, em polos urbanos e nas propriedades rurais; o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), para a produção de combustível a partir da cana-de-açúcar; o Programa de Polos Agroindustriais e Minerais da Amazônia (Polamazonia), que atendeu ao norte do estado, com as mesmas características do Polocentro, mas com taxas de juros menores.

No aspecto creditício, o então BNDE iniciava a formação de sua rede de crédito através dos bancos de desenvolvimento regionais/estaduais e das carteiras de desenvolvimento nos bancos estaduais comerciais. O Banco do Brasil ampliava, via programas elencados e crédito rural, sua participação no crédito ao Centro-Oeste.

Esses programas conjugados atraíram para Goiás investidores rurais do Sul do Brasil, em especial o gaúcho, que era especializado nos plantios de arroz irrigado e de soja. O desenvolvimento do arroz irrigado no estado se deu através de cooperativas, com

apoio do governo estadual e com suporte creditício do BNDE. Os resultados alcançados, após vinte anos, não foram bons. O que resultou em excelente impacto para a agricultura goiana foi a cultura da soja pelos gaúchos, possuidores de tecnologia própria, que, com seus métodos de produção, influenciaram todos os plantadores do grão, cujas lavouras vêm apresentando excelentes índices de produtividade. De Goiás, o gaúcho continuou sua Marcha para o Oeste rumo a Mato Grosso, tornando esse estado o maior produtor nacional do grão.

O plantio da soja em Goiás resultou na criação da agroindústria da soja, na produção de farelo, óleo, torta e rações, constituindo-se em uma das maiores cadeias agroindustriais e uma das principais na pauta de exportação do estado. A produção estimada da soja para a safra de 2014 é de 8 milhões de toneladas.

Pode-se afirmar que, em termos de rentabilidade, a produção da soja no Centro-Oeste mudou o perfil financeiro da agricultura da região, permitindo o aproveitamento na mesma área de outras culturas, além da rotatividade da lavoura.

Outro programa federal que teve um grande impacto na economia goiana foi o Proálcool. Inicialmente esse programa ficou restrito a poucas unidades agroindustriais. A partir de 1995, em virtude da crise na agroindústria do açúcar no Nordeste, do fato de as lavouras goianas de cana-de-açúcar apresentarem elevados índices de produtividade, além ainda das constantes crises no mercado mundial do petróleo e da decisão do governo federal de permitir a adição de até 25% de etanol na gasolina, houve uma corrida para investir nessa agroindústria no estado.

Goiás se tornou o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar do país e, em 2012, contava com 34 agroindústrias em operação e dez unidades em implantação.

Nos últimos dois anos, a agroindústria produtora de etanol no Brasil atravessa crise financeira, em razão de o preço do etanol ser alinhado ao da gasolina, e a política do governo federal

vem sendo controlar os preços dos combustíveis, a fim de evitar um maior impacto nos índices inflacionários. Diante dessa realidade, as unidades em Goiás que estavam em implantação desaceleraram seus programas de investimentos.

Destaque-se que 20% das unidades agroindustriais em operação dispõem de geração própria de energia utilizando o bagaço da cana e vendem o excedente de energia no mercado, fato que reforça a importância desse segmento para a economia estadual.

O Sistema BNDES realiza operações de crédito com Goiás desde a década de 1960, através de contratos de financiamento de infraestrutura, com o governo de Goiás, especialmente no financiamento de rodovias e saneamento. No início da década de 1970, credenciou a Carteira de Desenvolvimento do Banco do Estado de Goiás a realizar operações de repasse de crédito com seus recursos, transferindo depois essas operações para o Banco de Desenvolvimento do Estado de Goiás, constituído em 1976. Com a expansão da rede bancária privada em Goiás, os bancos principais dessa rede se tornaram agentes do Sistema BNDES, constituindo-se na década de 2000 como a maior fonte de recursos financeiros no financiamento de projetos industriais, comerciais e de serviços no estado.

TABELA 7 BNDES – desembolso de recursos para Goiás, em R\$ milhões

Anos	Desembolsos
2005	912,30
2006	1.136,80
2007	2.384,40
2008	4.768,10
2009	5.132,20
2010	4.340,80
2011	4.386,60
2012	3.145,30
2013	5.085,40

Fontes: BNDES e Instituto Mauro Borges.

Para se ter uma ideia da importância desses valores de financiamento à economia goiana, o valor do desembolso do Sistema BNDES em 2013, de R\$ 5 bilhões, conforme mostra Tabela 7, foi mais que o dobro das contratações efetuadas nesse ano pelo FCO (R\$ 2 bilhões) e, na avaliação do autor, representou cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de Goiás nesse ano.

Em 1988, a Constituição Federal criou os fundos constitucionais de financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com dotação dos recursos do governo federal baseada no recolhimento do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda das mencionadas regiões.

O FCO é administrado por um conselho deliberativo, cujo presidente é o ministro da Integração Nacional, e o Banco do Brasil é seu agente financeiro. Vem se constituindo no mais operativo dos fundos, com menor inadimplência e demanda firme por crédito. Esses fundos devem aplicar 50% de seus recursos orçamentários anuais em micro e pequenas empresas, imposição benéfica como suporte do crescimento desse nível de empresas, assim como uma parcela do crédito rural deve ser destinada ao Programa de Agricultura Familiar (Pronaf). O fundo atende à indústria, ao comércio e serviços, ao turismo e às operações rurais e dispõe de uma particularidade essencial para o desenvolvimento da agroindústria no estado quando realiza "operações de crédito integradas", ou seja, financiando a indústria e seus fornecedores. A finalidade principal do FCO é financiar investimentos, mas também financiar o capital de giro integrado ao investimento e, em ocasiões especiais, o capital de giro puro (ver Tabela 8).

Pode-se concluir que as operações de crédito do Sistema BNDES e o FCO são, na atualidade, fundamentais no financiamento do investimento das atividades produtivas privadas em Goiás, esclarecendo que a Caixa Econômica Federal (CEF) é a principal responsável pelo financiamento do investimento das atividades de construção civil.

TABELA 8 Contratações do FCO, em R\$ milhões

Ano	Contratações
2007	911,6
2008	1.369,4
2009	1.088,5
2010	1.583,0
2011	2.064,4

Fontes: Banco do Brasil e Instituto Mauro Borges.

Em dezembro de 2013, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional para pessoas jurídicas em Goiás era de R\$ 35,9 bilhões, segundo informações disponíveis no *site* do Banco Central, o que representa quase um terço do PIB goiano.

O ciclo moderno da mineração

Os bandeirantes acertaram em suas previsões ao percorrer o estado de norte a sul em busca de minérios, interessados no ouro. Retiraram o que foram capazes, segundo a tecnologia de trabalho da época. Goiás é considerada a terceira maior província mineral do país, e a indústria extrativa se constitui em uma atividade demandante de elevados investimentos, absorvedora de mão de obra e de grande impacto social nos municípios onde se localiza.

Depois de ter contribuído com a pesquisa mineral, através da Metago, desde 1962, o governo de Goiás instituiu, no ano 2000, o Fundo de Incentivo à Mineração visando apoiar ao pequeno e ao médio minerador.

Nos últimos anos, em decorrência da valorização no mercado global das *commodities* minerais, as grandes mineradoras multinacionais trataram de realizar investimentos em pesquisa, em ampliação da capacidade das plantas e na verticalização da produção. O setor mineral, de forma ampla, nos períodos 2007-2012 e 2012-2017, realizou e vai realizar investimentos que de-

vem chegar à ordem de US\$ 3,5 bilhões, segundo a Secretaria de Gestão e Planejamento (Segplan).

A concentração mineral ocorre ao noroeste do estado, mas projetos isolados existem por todo o território.

Apresentam-se na Tabela 9 dados dos principais produtos dessa indústria.

TABELA 9 Principais produtos da indústria mineral – 2012

Produtos	Produção (t)	Participação Brasil (%)	Posição do produto
Amianto crisotila	304,5	100,0	1°
Vermiculita	60,1	84,0	1°
Fosfato	2.049,5	30,4	2°
Níquel	65,1	46,7	1°
Cobre	75,0	33,6	2°
Ouro	11,2	16,8	3°
Nióbio	13,0	15,8	2°

Fontes: Departamento Nacional de Produção Mineral e Instituto Mauro Borges.

Outros produtos minerais são explorados, como titânio, alumínio, calcário para cimento e calcário agrícola, esmeralda, cobalto, água mineral, quartzo, terras raras, rochas ornamentais/granito, argilas.

No estado, explorando a mineração, estão grandes empresas do setor, como a Votorantim Metais, a Yamana Gold, a Anglo American, Fosfertil e outras.

O aumento das exportações

Em decorrência da grande expansão da produção agropecuária e do novo ciclo da mineração, Goiás passou a participar com maior intensidade do comércio exterior, em especial no aumento de suas exportações de alimentos e minérios e na importação de produtos destinados à diversificação da produção industrial, notadamente para a montagem de veículos, produtos químicos e componentes para fertilizantes.

Os números do crescimento do comércio exterior, expostos na Tabela 10, são impressionantes.

TABELA 10 Comércio exterior, em US\$ milhões

Anos	Exportação	Importação	Saldo
1994	353,0	149,8	203,1
2000	544,8	374,2	170,5
2005	1.817,3	724,0	1.093,3
2010	4.044,6	4.175,3	(130,6)
2013	7.042,6	4.840,0	2.202,6

Fontes: Instituto Mauro Borges e Secretaria da Indústria e Comércio de Goiás.

O complexo agroindustrial – carnes, couros, soja e derivados, produtos agrícolas – vem respondendo por cerca de 60% das exportações, e o complexo mineral – ouro, ferro níquel, ferro nióbio etc. –, por cerca de 18%.

Os maiores compradores dos produtos goianos são a China, a Holanda (distribuição), a Espanha, os Estados Unidos, a Rússia, a Índia e o Irã. Goiás alcança hoje (2014) mais de cem países. O estado compra em maior quantidade da Coreia do Sul – partes e peças de veículos –; Estados Unidos, Japão, Alemanha e Suíça fornecem matérias-primas químicas, máquinas e equipamentos industriais, fertilizantes, amônia, motores a diesel.

A inserção no comércio global de alimentos obriga a agroindústria goiana a seguir padrões rígidos de qualidade e sanidade.

O mercado consumidor

O deslocamento da fronteira comercial do oeste brasileiro, do Triângulo Mineiro para Goiás, iniciada timidamente nas primeiras décadas do século XX, fortaleceu-se a partir dos anos 1970, quando a industrialização goiana se acelerou. O comércio atacadista e as grandes empresas de distribuição acompanharam esse movimento. Caso típico é a distribuição de medicamentos, que se deslocou para o eixo Goiânia-Anápolis, assumindo

a comercialização para o Norte, o oeste e parte do Nordeste brasileiro. Isso também ocorreu com relação a combustíveis, bebidas, alimentos, vestuário, rações animais, fertilizantes, sal etc. A urbanização da população, a modernização das cidades e a disponibilidade de infraestrutura, principalmente em relação a rodovias, comunicações, sistema bancário etc., fizeram com que Goiás assumisse seu papel na distribuição de bens e serviços, papel esse que vem aumentando significativamente nos últimos anos e que vai crescer ainda mais tendo por base a Plataforma Logística de Goiás, em Anápolis, que vai reunir um entroncamento ferroviário, via ferrovias Norte-Sul e Centro-Atlântica, um entroncamento rodoviário ligando todos os estados brasileiros, um porto seco ativo e em franca expansão, um aeroporto de cargas a ser inaugurado em 2015 e um centro de convenções em frente ao Daia. A Plataforma Logística vai operar através da iniciativa privada e terá à disposição, a partir de 2015, cerca de 4,3 milhões de metros quadrados envolvendo terminais rodoviário e ferroviário, centro de distribuição, aeroporto de carga, polo de serviços tecnológicos. A área destinada à movimentação e armazenagem de cargas terá 779 mil metros quadrados.

O mercado consumidor goiano representado por sua população teve crescimento não só quantitativo (a taxa média geométrica anual no período 2000-2010 foi 1,74%; a do Brasil, 1,11%), mas sobretudo de renda familiar. Esse é o maior estímulo para o estabelecimento dos pequenos negócios, voltados para o mercado local. Goiás e o Distrito Federal representam em 2014 um mercado de 8 milhões de pessoas com uma renda média superior à média nacional, com destaque para o Distrito Federal, que tem a maior renda por habitante do país.

As taxas de empregabilidade em Goiás vêm sendo uma das maiores entre os estados, e a geração líquida de empregos no período 2011-2013, de acordo com dados do Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em termos relativos, foi a terceira do Brasil (ver Tabela 11).

TABELA 11 Saldo do emprego formal

Ano	Total (mil)	Atividades com maior absorção (mil)			
		Serviços	Comércio	Indústria da transformação	Construção civil
2011	69,5	28,9	16,4	11,9	5,9
2012	66,2	26,6	13,3	14,3	3,3
2013	60,8	25,7	14,0	10,8	5,0

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

A qualificação profissional da mão de obra industrial

O processo de industrialização é exigente em termos de qualificação de mão de obra e vem se tornando mais exigente em razão da rápida transformação tecnológica nos processos de produção, hoje controlados eletronicamente. É consenso na sociedade brasileira atual, em todos os níveis sociais e decisórios, que a educação é peça fundamental para uma economia sustentável e para o desenvolvimento do indivíduo. Infelizmente, o Brasil, em termos de comparações internacionais de nível de educação/ensino, encontra-se em uma posição desconfortável. É verdade que o país avançou, e muito, em termos quantitativos, mas está a dever em termos qualitativos.

Em Goiás, os números atestam a diminuição das taxas de analfabetismo, o aumento das matrículas em todos os níveis, em especial na educação profissional, e o crescimento acelerado das instituições de ensino superior e de seus alunos. Reconhece-se a qualidade do trabalho de duas instituições privadas no ensino profissional, que são o Senac e o Senai. Ambas, em nível de Brasil, são elogiadas pela *performance* que vêm apresentando ao longo dos anos pelos seus departamentos nacionais. São

instituições ligadas aos sistemas das confederações do comércio e da indústria e, em seus estados respectivos, às federações.

TABELA 12 Taxas de analfabetismo – 2011

Idade	Goiás	Brasil
10 anos ou mais	6,60	7,90
15 anos ou mais	7,17	8,59

Fontes: IBGE e Instituto Mauro Borges.

A urbanização acelerada de Goiás (93%) facilitou um maior controle e combate ao analfabetismo. As taxas do país são “empurradas para cima” em razão das taxas observadas nas regiões Norte e Nordeste. As taxas do Centro-Oeste, 5,78% e 6,34%, são menores do que as de Goiás, que tem a influência do Distrito Federal (ver Tabela 13).

TABELA 13 Goiás – número de matrículas em educação profissional, nível médio e educação superior

Ano	Profissional	Superior
2005	10.281	140.034
2012	18.124	194.616

Fontes: IBGE e Instituto Mauro Borges.

Em 2011, funcionavam em Goiás 82 instituições de ensino superior, promovendo mais de mil cursos. Dentre as instituições de ensino superior, destacam-se a Universidade Federal de Goiás (UFG), a PUC-GO, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e as faculdades técnicas do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), do Senac e do Senai.

O Senac, desde 2007, vem mantendo os cursos superiores de Tecnologia de Produção Multimídia, Tecnologia em Jogos Digitais, Design Gráfico, Gestão Ambiental, Gestão Comercial, Gestão Tecnológica da Informação e Segurança da Informação.

O Senai, desde a constituição de sua primeira escola em Goiás, em 1952, vem sendo o principal responsável para suprir a indústria goiana de mão de obra qualificada.

Seu desempenho nessa tarefa merece registro, realizado na Tabela 14.

TABELA 14 Produção em educação profissional – Senai

Atendimentos	Produção							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Alunos (mil)	49,5	61,7	76,8	105,1	113,5	123,5	142,8	202,1

Fonte: Senai.

A produção compreendeu as seguintes atividades: formação inicial e continuada, com 184,6 mil; a educação profissional técnica de nível médio, com 15,9 mil; e a educação superior, com 1,5 mil. Nessa produção, está incluído o “Ensino a Distância”, que abrangeu cursos nas modalidades de iniciação, qualificação e aperfeiçoamento profissional, habilitação técnica e educação continuada.

No Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado em 2011, o Senai atendeu a 99 municípios goianos, 40% do total, com 21,7 mil matrículas.

O Senai-Goiás está inserido no Programa de Apoio à Competitividade da Indústria Brasileira, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Senai Nacional, com apoio financeiro do BNDES, através da implantação de três institutos tecnológicos que oferecerão serviços nas áreas de alimentos, automação industrial e química industrial.

Dispõe a entidade de laboratórios técnicos que prestam serviços para a indústria da construção, indústria gráfica, indústria química, indústria de confecções, além de conveniar com empresas para treinamento no “chão de fábrica”.

O Programa de Acompanhamento dos Egressos dos cursos do Senai, no Brasil, do qual participam 24 estados, avalia a aceitabilidade do mercado de trabalho para os alunos egressos da entidade. Os resultados para o período 2011-2013 foram os expostos na Tabela 15.

TABELA 15 Alunos egressos dos cursos do Senai

Nível de capacitação	Taxa de ocupação (%)	
	Goiás	Brasil
Cursos técnicos básicos	80	74
Cursos técnicos amplos	87	-
Aprendizagem básica	52	51
Qualificação profissional	68	49

Fonte: Senai-GO.

Em razão da velocidade do crescimento da indústria goiana, de sua diversificação e da necessidade de recursos humanos preparados, pesquisas realizadas no setor industrial apontam que a qualificação da mão de obra continua sendo um dos requisitos básicos da indústria para continuar se desenvolvendo.

É consenso nos sindicatos da indústria, nos sindicatos dos trabalhadores na indústria, entre os alunos e ex-alunos e na sociedade que o nível de qualidade do ensino do Senai é um dos melhores do estado. O que está faltando ao estado, ao Senai e ao Brasil é a disponibilidade de mais recursos para investir na educação técnica.

CONCLUSÃO

Pode-se afirmar, hoje, em 2014, que Goiás se tornou um estado industrializado?

Antes da resposta, faz-se necessário acrescentar um dado significativo, que é a contribuição de cada setor econômico para a formação do Produto Interno. O Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás feito para o governo do período 1962-1965, em seu tema I (Análise da Estrutura Econômica do Estado), apresenta as relações estruturais da economia, no período 1949-1958. Foi calculada a média das participações dos setores nessas relações, encontrando os números indicados na Tabela 16.

TABELA 16 Participação dos setores nas relações estruturais da economia, em %

Período	Agricultura	Indústria	Serviços
1949-1958	57,6	8,2	34,2

Fontes: Segplan, Instituto Mauro Borges e Governo de Goiás.

Verificando uma série histórica da participação percentual do PIB de Goiás no PIB Brasil, de 1960 até 1994, essa contribuição evoluiu ao longo do tempo, em uma prova de que o estado veio aumentando sua parcela na produção nacional, acima da média, embora os índices percentuais variassem em razão da estrutura da economia, baseada na produção agropecuária, cujos preços oscilam mais do que nos setores Industrial e de Serviços. Nos últimos dez anos do período mencionado, o índice médio da participação foi de 1,79%. Em 1995-1998, esse índice se aproximou de 2,0% e não mais oscilou para baixo; pelo contrário, subiu sua média para 2,3% até 2013. Nos últimos cinco anos, ou seja, de 2009 a 2013, esse índice persegue uma participação próxima de 2,5%, colocando Goiás como o nono estado brasileiro em produção.

Nesse extenso período de 53 anos, é inconteste que a economia goiana cresceu acima da média do país, conforme demonstram os números. Entre 1995 e 2011, o índice real de crescimento foi de 97,6%. O período de intensificação do índice de participação foi 1998, o ponto de inflexão, ano a partir do qual a indústria goiana acelerou seu crescimento agroindustrial. Dois pontos de referência são importantes, a implantação da Perdigão, hoje Brasil Foods, e, com seu exemplo, a expansão contínua da Cooperativa Comigo, ambas situadas em Rio Verde, sudoeste do estado.

Para demonstrar a evolução da indústria goiana no período 2003-2013, comparam-se as taxas de crescimento com a média nacional e a posição do estado em relação a outros 13 estados pesquisados. Os resultados estão apontados na Tabela 17.

TABELA 17 Evolução da indústria goiana

Anos	Taxa de crescimento PIB industrial		Posição Goiás/Brasil
	Goiás	Brasil	
2003	4,56	0,05	3°
2004	8,40	8,30	8°
2005	3,23	3,09	7°
2006	2,41	2,82	8°
2007	2,33	6,02	10°
2008	8,51	3,10	2°
2009	(7,75)	(7,38)	(9°)
2010	17,13	10,44	2°
2011	6,80	0,35	2°
2012	3,83	(2,68)	2°
2013	5,66	2,26	5°

Fonte: IBGE.

Nesses 11 anos, a única taxa negativa apresentada pela indústria goiana foi na crise de 2009, quando todos os 13 estados participantes da pesquisa tiveram taxas negativas.

Em razão do progresso contínuo da indústria nos últimos vinte anos, sua participação no produto interno goiano avançou – uma prova de que seus índices de crescimento, na média, foram superiores aos dos outros dois setores.

Para exemplificar, no período 2002-2005, em Goiás, a taxa média de crescimento na indústria foi 6,57%; no setor primário, 3,05%; e no setor serviços, 3,82% [Goiás (2007)].

Comparando-se períodos que envolvem a mudança da capital de Goiás para Goiânia e a construção e mudança da capital federal para Brasília e os seguintes com as taxas médias geométricas de crescimento de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil, obtêm-se os números explicitados na Tabela 18. Interessante observar nos números como as construções das duas capitais influenciaram nas taxas de crescimento nos períodos 1940-1950, 1950-1960 e 1960-1970. Para uma análise correta desses valores, é necessário levar em consideração as crises de 1973, 1988 e 2008.

TABELA 18 Comparação das taxas médias geométricas de crescimento – 1940-2010

Períodos	Taxas médias geométricas de crescimento		
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil
1940-1950	3,93	3,27	2,34
1951-1960	4,65	5,41	3,04
1961-1970	4,38	5,60	2,89
1971-1980	2,77	4,05	2,48
1981-1990	0,37	2,04	1,93
1991-1996	2,36	2,18	1,36
1996-2000	2,60	2,60	1,97
2000-2010	1,84	1,91	1,17

Fonte: Seplan/Seplin.

A Tabela 19 exhibe a nova relação estrutural da economia goiana.

TABELA 19 Nova relação estrutural da economia

Anos	Estrutura econômica PIB %			Total
	Agricultura	Indústria	Serviços	
1995	13,9	20,4	65,7	100
2000	14,0	24,0	62,0	100
2005	13,4	26,0	60,6	100
2010	14,1	26,6	59,3	100

Fontes: Segplan, Instituto Mauro Borges e Governo de Goiás.

A tendência mundial das relações estruturais na economia para a formação do PIB é o setor serviços avançar em relação aos outros.

Nos países desenvolvidos, a média de participação da indústria no total do PIB é 13%. No Brasil, a queda dessa participação vem ocorrendo com muita rapidez, em razão do baixo crescimento do setor industrial. Há trinta anos, esse setor participava, em média, com 30% do produto. Em 2013, essa participação caiu para 15%, o que deixa os analistas econômicos preocupados com o futuro da indústria.

Em Goiás, a indústria continua aumentando sua participação no produto, tendo como suporte desse crescimento: (a) a agroin-

dústria, que vem se beneficiando da elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional; (b) a entrada em operação de grandes projetos da indústria extrativa mineral, ocorrendo em alguns casos a verticalização da produção, fato que aumenta o valor adicionado da produção local; (c) o desempenho do setor farmoquímico – Goiás é o quarto polo de produção de medicamentos do país e o segundo na produção de medicamentos genéricos; (d) a expansão contínua da produção e aumento das linhas de montagem das montadoras Caoa/Hyundai e MMC/Mitsubishi; (e) o aumento da construção civil e sua cadeia de suprimentos apoiada pelo crédito da CEF e de bancos privados; (f) o aumento do crédito de longo prazo para as pequenas e médias empresas através do FCO e do Sistema BNDES; (g) a formalização de empresas micros e pequenas; (h) o trabalho incansável do governo de Goiás e das entidades empresariais, no país e no exterior, para atração de investimentos.

Apresenta-se, para se chegar à conclusão definitiva, um último dado: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é composto de três variáveis, longevidade, educação e renda. Goiás situa-se um pouco acima da média nacional, mas demonstrou notável crescimento no quesito educação.

Em conclusão, pelos fatos, pelos números, pelas posições em relação ao Brasil e pela participação para a formação do produto interno, pode-se afirmar que Goiás é um estado industrializado. Essa afirmação não tem caráter permanente, mas assegura que o processo de industrialização em Goiás está sendo um caso de sucesso. Sua continuidade vai depender de variáveis endógenas e exógenas, intra e extraeconomia, em um mercado global no qual as flutuações de preços, em especial das *commodities* minerais e agrícolas, vêm sendo bastante influenciadas pelos fundos financeiros.

É importante que o governo de Goiás mantenha sua política econômica e industrial baseada na atração de investimentos, na qual os incentivos desempenham um papel fundamental; que as

investimentos na infraestrutura física e social do estado mantenham um ritmo capaz de suportar a demanda; e que o crédito de longo prazo continue fluindo, via FCO e Sistema BNDES, para dar sustentabilidade à expansão econômica do estado.

REFERÊNCIAS

ESTEVAM, L. *O tempo da transformação*. Goiânia: Editora do Autor, 1998.

GOIÁS. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. *Goiás em Dados 2007*. Edição bilíngue. Goiânia: Seplan, 2007.

PINTO, V. N. *O ouro brasileiro e o comércio português*. CEN/MEC, 1979.

Sites consultados

BANCO CENTRAL – <www.bcb.gov.br>.

SECRETARIA DA CULTURA DE GOIÁS – <www.secult.go.gov.br>.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL, A. A. *Súmula de história de Goiás*. Goiânia: Unigraf, 1982.

GOIÁS. Secretaria do Planejamento. *Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás – Governo Mauro Borges Teixeira, 1961*. Goiânia, 1961.

_____. *Levantamento Histórico e Econômico dos Municípios Goianos*. Goiânia: SIC, 1971.

12

Goiás: do vazio ao heterogêneo

PEDRO ABEL VIEIRA
ANTONIO MARCIO BUAINAIN
ELISIO CONTINI

RESUMO

Notícias recentes apontam que a tecnologia está transformando o mundo em uma “imensa teia de relações” por onde transita a “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação”. Por outro lado, o tema de concentração da riqueza explode no debate público a partir das constatações publicadas por Thomas Piketty no livro O capital no século XXI, que traz comprovação sobre a concentração da riqueza, que, no limite, pode ameaçar os fundamentos da sociedade democrática nos quais se sustenta todo o sistema de mercado. A trajetória da sociedade brasileira no século XX poderia ser tomada como um caso riquíssimo sobre as transformações sociais e econômicas. Em poucas décadas, o país transita de uma economia agrária e exportadora, baseada no café e no açúcar, para uma economia urbana e industrial. Uma leitura superficial dessa transição pode esconder um fato evidente: em nenhum momento foi superada a forte relação com a agricultura, seja nos aspectos negativos – quando a produção de alimentos insuficiente é responsável pela inflação que fomenta tensões sociais –, seja nos aspectos positivos – pela contribuição para a ocupação do território nacional, a criação de postos de trabalho, a geração de divisas e o adensamento de importantes cadeias de valor. Goiás é um exemplo das transformações ocorridas no Brasil: nas últimas três décadas, melhorou seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) absoluto, e sua economia cresceu acima da média nacional. Essa dinâmica virtuosa foi resultado da agricultura, de indústrias e de empresas de serviços modernas, cuja instalação só foi possível pela superestrutura disponível em Goiás implementada a partir da década de 1930. A despeito do sucesso, a prosperidade goiana não contribuiu para aliviar as desigualdades dos 246 municípios do estado. Em 2010, apenas 42 apresentaram IDH alto; 131, IDH baixo. Essa realidade é consequência de que, se alguns espaços do estado de Goiás “embarcaram” em diferentes “vagões” da agricultura, indústria e serviços puxados por “locomotivas movidas pela inovação”, outros não o fizeram. Que fatores determinaram a configuração social e espacial de Goiás? O principal objetivo deste capítulo é compreender alguns dos fatores responsáveis pela heterogeneidade goiana de forma a contribuir para os espaços retardatários possam também “embarcar” na “locomotiva da inovação”.

ABSTRACT

Recent reports indicate that technology is transforming the world into a “vast web of relationships” through which moves the “locomotive of development driven by innovation”. On the other hand, the topic of wealth concentration has exploded in public debate due to findings

published in the book Capital in the twentieth century by Thomas Piketty, which offers evidence on the concentration of wealth, which, at its worst, can threaten the foundations of a democratic society on which rests the entire market system. The path of Brazilian society throughout the 20th century could be considered as a rather impressive case in social and economic transformations. In just a few decades, the country went from an agrarian and export economy, based on coffee and sugar, to an urban and industrial economy. A superficial reading of this transition may blur an obvious fact: the strong relationship with agriculture was never surpassed, neither in negative aspects – in which insufficient food production is responsible for inflation which causes social tensions, nor in positive aspects – for its contribution to occupying the national territory, creating jobs, generating foreign exchange, and consolidating important value chains. Goiás is an example of the changes that have taken place in Brazil: in the last three decades, in absolute numbers, it has improved its Human Development Index (HDI), and its economy has grown above the national average. These virtuous dynamics resulted from agriculture, industries and modern service providers, whose implementation was only possible due to the superstructure available in Goiás, which had been implemented as of the 1930s. Despite this success, Goiás' prosperity did not help reduce inequalities in 246 municipalities throughout the state. In 2010, only 42 had high HDIs; while 131 had low HDIs. This reality is because some areas in Goiás "jumped on" the different "wagons" of agriculture, industry and services moved by "locomotives driven by innovation", while others did not do the same. What factors determined the social and spatial landscape in Goiás? The main aim of this chapter is to consider some of the factors responsible for Goiás' heterogeneity in order to help less advanced areas to also "jump on" the "locomotive of innovation".

INTRODUÇÃO

O último Fórum Mundial de Davos,¹ realizado entre 22 e 25 de janeiro de 2014, com o título "The Reshaping of the World: Consequences for Society, Politics and Business", discutiu como a tecnologia, que cruza fronteiras geográficas, de gênero e de ge-

¹ O Fórum Econômico Mundial é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1971 por Klaus Schwab. Reúne líderes empresariais, políticos, intelectuais e jornalistas, com o objetivo de discutir as transformações políticas, econômicas e sociais globais. O evento mais importante da organização é o Fórum Mundial de Davos, um encontro anual que reúne líderes da economia mundial [WEF (2014)].

rações, transforma o mundo em uma “imensa teia de relações”, conformando as sociedades e instituições. Uma economia sustentável e que promova o bem comum em escala global foi a principal meta proposta pelo fórum. Essa meta tem como objetivo reverter a natureza concentradora e excludente da tecnologia,² com efeitos negativos para os grupos que não conseguem embarcar na “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação tecnológica”. O fórum sustenta que as desigualdades são próprias do capitalismo (porém, que seu aprofundamento é um risco para a estabilidade global) e que os governos devem tomar medidas para aumentar a produtividade e prevenir excessos na concentração da riqueza [WEF (2014)]. Talvez por mera coincidência, o tema de concentração da riqueza, sempre varrido para debaixo dos tapetes, explode na imprensa e no debate público a partir das constatações do economista francês Thomas Piketty, publicadas no livro *O capital no século XXI*, que traz comprovação de que o capitalismo tem produzido uma considerável concentração da riqueza e que, no limite, pode ameaçar os próprios fundamentos da sociedade democrática nos quais se sustenta todo o sistema de mercado.

A trajetória da sociedade brasileira no século XX poderia ser tomada como um caso riquíssimo para estudar e compreender transformações sociais e econômicas profundas, tanto na geração como na distribuição da riqueza. Em poucas décadas, o país transita de uma economia agrária e exportadora, baseada no café e no açúcar, para uma economia urbana e de base industrial. Entre 1950 e 1970, o país foi palco de deslocamento

² Essa afirmação implica o conceito de inovação tecnológica. Como um conceito geral, tecnologia é um processo de invenção, inovação, desenvolvimento e difusão/adoção que altera um modo de produção; assim, estruturas organizacionais, competências de gestão e cultura são consideradas parte da tecnologia. Alguns, a exemplo dos investidores que não se apropriam plenamente dos benefícios da acumulação de conhecimento, acreditam que o conhecimento que leva a avanços tecnológicos difere do capital físico e humano, porém, é inegável, mesmo com repercussões modestas, que o acúmulo de conhecimento é um fator importante no processo de desenvolvimento. Enquanto a maior parte do crescimento, historicamente, tem sido atribuída às mudanças tecnológicas exógenas, algumas pesquisas que tratam a tecnologia como conhecimento indicam que o capital físico e humano pode reduzir a importância da inovação exógena e de seus transbordamentos; ou seja, a tecnologia é tanto um determinante como um resultado do aumento da renda [Jorgenson (2011)].

populacional massivo do campo para as cidades; a indústria, inicialmente voltada para substituição de importações, expande-se para os setores de bens de capital e insumos, criando uma estrutura industrial complexa, que impulsiona a economia a uma taxa média de crescimento de 7% a.a. durante várias décadas. No período mais recente, a partir dos anos 1990, a economia passa por transformações profundas como resultado da crise dos anos 1980 e das políticas de reforma e ajuste implementadas para superá-la. Uma leitura superficial desses processos tende a esconder um fato evidente: em nenhum momento, a dinâmica da economia e da sociedade brasileira superou a forte relação com a agricultura, seja nos aspectos negativos – quando a produção de alimentos insuficiente é responsável pela inflação e carestia que fomentam as tensões sociais –, seja nos aspectos positivos, pela contribuição da agricultura e do complexo agroindustrial para a ocupação do território nacional, criação de postos de trabalho, geração de divisas e adensamento de importantes cadeias de valor presentes na economia brasileira.

Goiás é um exemplo das transformações ocorridas no Brasil no período mais recente: nas últimas três décadas melhorou seu IDH absoluto, chegando à oitava posição no âmbito nacional em 2010. A economia de Goiás cresceu acima da média nacional, resultado da agricultura, de indústrias e de empresas de serviços modernas, cuja instalação só foi possível pela superestrutura disponível em Goiás [IMB (2013)].

A despeito do sucesso, a prosperidade goiana não contribuiu para aliviar as desigualdades: o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) goiano variou de 0,8610 a 0,4981 em 2010, com apenas 42 municípios com IDH alto e 131 com IDH baixo. Essa realidade é consequência de que, se alguns espaços do estado de Goiás “embarcaram” em diferentes “vagões” da agricultura, indústria e serviços puxados por “locomotivas movidas pela inovação”, outros não embarcaram. Que fatores determinaram a

configuração social e espacial de Goiás? Não há dúvida de que a dinâmica da economia goiana, apesar do crescimento da indústria e serviços, mantém forte relação com os recursos naturais.³ Mas não é possível atribuir à natureza o resultado de processos que são iminentemente econômicos, sociais e políticos, tal como fica evidenciado nas múltiplas configurações de espaços com base natural semelhante. Um dos objetivos deste capítulo é compreender alguns dos fatores responsáveis pela heterogeneidade espacial de Goiás, de forma a contribuir para que aqueles retardatários possam também embarcar nas “locomotivas da inovação”. Para tanto, no primeiro tópico será apresentada uma breve trajetória do estado de Goiás, comentando sobre seus recursos naturais, sua história e sua infraestrutura. No segundo tópico, será discutida e especializada a riqueza goiana com base no Produto Interno Bruto (PIB) agregado e em seus componentes (agricultura, indústria e serviços). Esses tópicos embasarão a discussão final sobre os limites do desenvolvimento para Goiás.

A TRAJETÓRIA GOIANA

Goiás tem um território de 340.103,467 km², 4% do território nacional, com cerca de 60% de seu território antropizado, com destaque para atividades vinculadas à agricultura,⁴ à mineração e às áreas urbanas [Sano *et al.* (2007)]. A estrutura urbana do estado é bastante heterogênea; em 2010, entre os 246 municípios, apenas nove, todos localizados no eixo Goiânia-Brasília, tinham mais de 100 mil habitantes. A densidade populacional urbana

³ Para alguns, essa dependência é um limite ao desenvolvimento socioeconômico. De fato, evidências empíricas mostram que recursos naturais têm forte relação negativa com o crescimento econômico. Países pobres em recursos naturais tendem a crescer mais do que os países ricos em atividades intensivas em mão de obra induzindo assim a maior diversificação produtiva e acumulação mais intensa de capital físico, humano e social. Essas evidências sugerem que os países ricos em recursos naturais devem investir suas rendas obtidas desses recursos no sentido do consumo sustentável. Algumas evidências sugerem que os fatores mais importantes para diferentes taxas de crescimento, dependendo do nível de renda do país, são: (i) o capital físico em países de baixa renda ou nos estágios iniciais de desenvolvimento; (ii) o capital humano nos países de renda média; e (iii) as novas tecnologias em países avançados [Auty e Gelb (2001)].

⁴ Os autores incluem a pecuária na produção agrícola.

variava de 2.197,15 habitantes.km⁻², no eixo Goiânia-Brasília, a menos de dois habitantes.km⁻², nas regiões norte e nordeste e parte da região sudoeste [IMB (2013)].

A formação de Goiás reflete a dinâmica do Brasil, que tem início no período do Brasil Colonial, passa pela Marcha para o Oeste da década de 1930, pelo salto dos cinquenta anos em cinco no fim dos anos 1950, pelo Brasil do milagre econômico em 1970 e pela conquista do Cerrado pela agricultura brasileira, nas últimas décadas. Após a década de 1970, Goiás teve seu desenvolvimento acelerado. Nesse período, estabeleceram-se grandes empresas agroindustriais, principalmente na região sudoeste, projetos de infraestrutura (energia, comunicação e educação) e de mineração de grande escala. Esse crescimento foi viabilizado e apoiado por investimentos públicos, programas de desenvolvimento e políticas setoriais implementadas de forma decisiva a partir do Plano de Metas.

Em 1988, Goiás foi dividido, dando origem, ao norte, ao estado do Tocantins, área que concentrava as maiores carências sociais e conflitos pela posse de terras. Isso aliviou as tensões no “novo” Goiás, que passou a priorizar o desenvolvimento das regiões dinâmicas, o sudoeste, o sul e o sudeste [Chaul (1997)]. Dessa forma, a participação da economia goiana cresceu no cenário nacional, passando de 2,0% no PIB nacional em 1995 para mais de 2,7% em 2010 [IMB (2013)].

Até a década de 1990, em linha com as previsões do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e do Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro),⁵ a dinâmica da ocupação goiana pode

⁵ O processo de ocupação do Cerrado brasileiro, iniciado na década de 1970, foi alicerçado em um modelo caracterizado pela ocupação inicial com arroz e pastagem, seguida da cultura soja e, mais recentemente, do milho e do algodão. Uma das estratégias utilizadas foi o apoio financeiro, nacional e internacional, por meio de programas ligados à produção agrícola em escala e à exportação. Foram implementados programas, destacando-se o Polocentro e o Prodecer. O principal instrumento desses programas foi o crédito supervisionado, com linhas de financiamento abrangentes incluindo a indústria de insumos e de transformação, sendo previstos créditos para investimento, despesas operacionais e assistência técnica [Rodrigues, Vasconcelos e Barbiero (2008)].

ser explicada pela expansão da fronteira agrícola, a mineração e o comércio que impactaram o setor industrial, com destaque para a indústria de alimentos, de insumos agrícolas e de transformação. De fato, a disponibilidade de recursos naturais mais acessíveis (preços da terra mais baixos que no Sul e Sudeste do país), as facilidades de acesso aos mercados, a oferta de recursos públicos baratos e as transferências implícitas em um conjunto de instrumentos utilizados para fomentar o desenvolvimento regional atraíram grandes fluxos migratórios que contribuíram para a elevação da população de Goiás,⁶ com destaque para os gaúchos – designação genérica para os migrantes oriundos do Sul. Oriundos de uma região com limitação de terras para expandir a agricultura e portadores de tradição e de experiência em sistemas de produção agrícolas mais intensivos em tecnologia e capital, os gaúchos encontraram no Cerrado uma combinação propícia para expressar seu empreendedorismo na agricultura: terras planas e não degradadas, recursos públicos, mercados em expansão e, principalmente, baixa resistência da população local [Santos (2008)].

O dinamismo do setor primário e da agroindústria impactou o setor de serviços, que cresceu e se diversificou, gerando uma dinâmica virtuosa para o estado. Porém, essa dinâmica não fomentou, até os anos 1990, indústrias de maior complexidade e motoras da econômica mundial, a exemplo da eletrônica e da de fármacos.

A partir da década de 1990, os investimentos em Goiás se diversificaram em relação àquelas áreas que até então apareciam como “vocação histórica” (agricultura, comércio e logística), a exemplo da indústria automobilística, da farmoquímica e da indústria de equipamentos de precisão, que alteraram significativamente a dinâmica e trajetória da economia goiana. Esses investi-

⁶ Em 1950, o estado contava com cerca de 1 milhão de habitantes, chegando a mais de 6 milhões em 2010 (1,8% a.a.), distribuídos em 246 municípios, sendo o estado mais populoso do Centro-Oeste. Essa dinâmica demográfica foi calcada na migração; cerca de 25% da população de Goiás é composta por imigrantes, principalmente, dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Bahia e Piauí [IMB (2011b)].

mentos contaram com forte apoio do setor público, seja na forma de financiamento em condições especiais abrigado em recursos do fundo constitucional, entre outros, seja na forma de incentivos fiscais concedidos diretamente pelo governo estadual para atrair novas indústrias. Também contaram com infraestrutura e ambiente favorável (logística, energia, mão de obra, educação e pesquisa, entre outros), e com uma ação ativa do governo estadual para promover a industrialização.

O resultado desse processo tem sido positivo. Goiás conta com uma extensa, embora insuficiente, malha rodoviária, 52% pavimentada, que liga todos os seus 246 municípios e integra o território goiano aos estados vizinhos. O estado também dispõe da Ferrovia Centro-Atlântica, que atende à região sudeste do estado e ao Distrito Federal, além da Ferrovia Norte-Sul,⁷ ainda em construção, que ligará Goiás às regiões Norte e Sul do Brasil. O estado ainda está incluído no projeto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, primeira parte do projeto da Ferrovia Transcontinental, que ligará o litoral fluminense à fronteira Brasil-Peru. Além das rodovias e ferrovias, Goiás tem acesso à hidrovia Paraíba-Tietê-Paraná por meio do Complexo Portuário de São Simão, o qual tem capacidade de armazenagem de 89 mil toneladas e é um dos principais acessos da Região Centro-Oeste, principalmente Goiás, ao Mercosul [IMB (2013)].

Na área da energia, em 2011 Goiás produziu cerca de 13% mais do que consumiu, conferindo destaque ao crescimento do setor sucroenergético. Os investimentos em energia da biomassa, além de suprir com folga o consumo de etanol,⁸ complementaram os investimentos em energia hidráulica, a exemplo da usina de Serra da Mesa, e possibilitaram ao estado exportar ener-

⁷ A ferrovia ampliará e integrará o sistema ferroviário brasileiro. Ligará Senador Canedo (GO) a Belém (PA), conectando-se, ao sul, em Anápolis (GO), com a Ferrovia Centro-Atlântica e, ao norte, em Açailândia (MA), com a Estrada de Ferro Carajás [Goiás (s.d.)].

⁸ Goiás consumiu 1,1 milhão de m³ de etanol em 2010, o que representou 38,2% da produção, e exportou 1,8 milhão de m³ [Seinfra (s.d.)].

gia elétrica.⁹ Ainda, a participação de fontes renováveis, com destaque à cana-de-açúcar (43%) e a hidroeletricidade (8,8%), representaram mais de 55% do consumo energético do estado, valor superior à média mundial [Seinfra (2014)].

Complementando os investimentos em infraestrutura, as demais políticas públicas possibilitaram ao estado a integração com os mercados interno e externo, além de as despesas do setor público na região contribuírem para a criação e manutenção de demanda agregada. Ou seja, o desenvolvimento de Goiás, por um lado, pode ser explicado pelos investimentos e políticas que possibilitaram a diversificação da base produtiva e, por outro, pelo crescimento populacional que ocupou grandes áreas inóspitas incorporando o empreendedorismo dos gaúchos nesse processo. Essa é a base do desenvolvimento goiano e, portanto, deve ser considerada ao projetar o futuro do estado, porém, é inegável que esse desenvolvimento teve forte ligação com o comércio, a logística, a agricultura e a mineração.

A RIQUEZA GOIANA

Goiás está entre as dez maiores economias do Brasil. Seu PIB, de R\$ 97,6 bilhões em 2010, teve crescimento superior à média brasileira,¹⁰ chegando a representar 2,5% do PIB nacional e posicionando o estado em nono lugar naquele ano. O setor de serviços representou 60,9% da produção de riquezas em 2010, enquanto o setor industrial, bastante diversificado, participou com 26,2%, e a agricultura com 12,8%.

Os números absolutos e médios escondem a concentração geográfica do dinamismo econômico. Os dez municípios goianos mais ricos (Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Catalão, Senador Canedo, Itumbiara, Jataí, Luziânia e São

⁹ Da produção de eletricidade, Goiás consumiu 11,8 mil GWh e exportou 17,6 mil GWh, cerca de 40% e 60% da produção, respectivamente [Seinfra (s.d.)].

¹⁰ Nos últimos dez anos, a economia goiana cresceu 56,4%, mais que a média nacional (42,8%) no mesmo período [IMB (2011b)].

Simão) detiveram 60,3% do PIB estadual em 2010, tendo a indústria e os serviços como atividades principais. São economias locais modernas, dinâmicas e integradas à economia global, ou seja, esses municípios são “vagões da locomotiva do crescimento movida pela inovação tecnológica”. No outro extremo, os dez municípios mais pobres (Anhanguera, Jesúpolis, Teresina de Goiás, Palmelo, Buritinópolis, Lagoa Santa, Cachoeira de Goiás, Aloândia, Damianópolis e São Patrício) são economias de baixo dinamismo, pouco integradas às cadeias de valor mais relevantes, e neles o setor de serviços depende fundamentalmente do setor público. Enquanto nos dez mais ricos o comércio, a logística e os serviços financeiros representam mais da metade do PIB de serviços, nos dez mais pobres a participação da administração pública não foi inferior a 41,1% em 2010 [IBGE (s.d.)].

O PIB *per capita* (R\$ 16.251,70, em 2010) de Goiás, o 12º do Brasil, também é bastante heterogêneo entre os municípios (Figura 1). Em 2010, o município de Alto Horizonte, que sedia uma indústria de extração e beneficiamento de sulfeto de cobre com produção destinada à exportação, ocupou a primeira posição no PIB *per capita* estadual equivalendo a mais de dez vezes o PIB *per capita* estadual médio. Chapadão do Céu, Perolândia, Porteirão e Campo Alegre de Goiás, todos localizados nas regiões sudoeste e sul do estado, foram o segundo, o quarto, o sétimo e o décimo primeiros maiores PIB *per capita* de Goiás em 2010, resultados atribuídos à produção agropecuária. Já São Simão, na região sul, foi a terceira colocação por conta da geração de energia elétrica, enquanto Cachoeira Dourada (quinta), Catalão (sexta), Turvelândia (oitava) e Ouidor (nona), todos esses municípios nas regiões sul e sudoeste, tiveram no setor industrial a maior contribuição. Senador Canedo foi o único entre os dez primeiros que teve participação expressiva do setor de serviços.

Quando analisados os dez piores PIB *per capita* de Goiás, além da grande disparidade em relação aos dez primeiros, ob-

serva-se participação expressiva de municípios localizados no entorno do Distrito Federal (Águas Lindas de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Cidade Ocidental, Planaltina e Aragoiânia). Esses municípios são excluídos pela dinâmica econômica do Distrito Federal, colocando-se como dormitórios de mão de obra com baixa qualificação e baixa remuneração.

A análise do PIB *per capita* dos municípios de Goiás revela uma disparidade entre: (i) um grupo de municípios mais rico, heterogêneo e pouco dinâmico,¹¹ localizado majoritariamente nas regiões sul, sudoeste e Metropolitana de Goiânia; (ii) outro grupo rico, mais heterogêneo e mais dinâmico,¹² localizado majoritariamente nas regiões centro, norte e nordeste; e (iii) o Entorno do Distrito Federal, menos rico, menos heterogêneo e pouco dinâmico¹³ (Figura 1). Ou seja, Goiás está dividido em três regiões: (i) a Metade Sul, como um “vagão atrelado à locomotiva”; (ii) a Metade Norte, buscando o atrelamento à “locomotiva”; e (iii) o Entorno do Distrito Federal, com características de uma economia dual.

Quanto aos transbordamentos setoriais, observa-se relação positiva (45,1%), neutra (0,1%) e negativa (-63,5%) entre o PIB *per capita* e a participação da indústria, da agricultura e dos serviços na economia municipal. As riquezas agrícola e industrial apresentam boa relação (34,5%) entre si, enquanto a riqueza dos serviços apresenta relação negativa com a indústria e neutra com a agricultura. As relações da agricultura e da indústria estão de acordo com as teorias econômicas e sugerem haver transbordamentos intersetoriais positivos entre si e, para o grupo de mu-

¹¹ O PIB *per capita* médio desses municípios em 2010 (R\$ 16.414,34) foi superior aos demais, enquanto o respectivo desvio-padrão (R\$ 12.607,24) foi intermediário, ou seja, é uma região mais rica e heterogênea. Por outro lado, a taxa de crescimento média entre 1980 e 2010 (12,1% a.a.) foi a menor, caracterizando-os como pouco dinâmicos [IMB (2011a)].

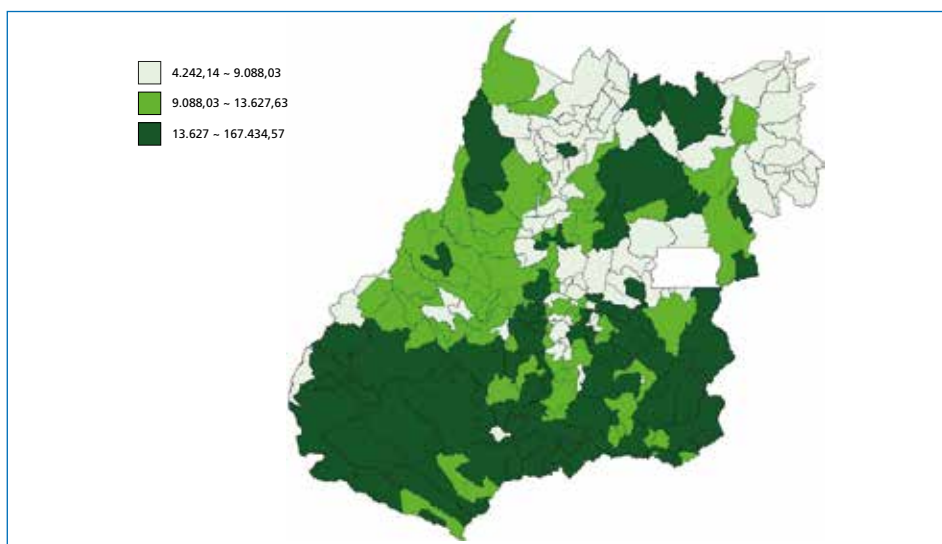
¹² O PIB *per capita* médio desses municípios em 2010 (R\$ 12.539,99) foi intermediário em relação aos demais, enquanto o respectivo desvio-padrão (R\$ 18.187,92) foi o maior; ou seja, é uma região rica e mais heterogênea. Por outro lado, a taxa de crescimento média entre 2000 e 2010 (14,2% a.a.) foi a maior, caracterizando-os como muito dinâmicos [IMB (2011a)].

¹³ O PIB *per capita* médio (R\$ 8.046,58) e o respectivo desvio-padrão (R\$ 4.356,40) desses municípios em 2010 foram os menores em relação aos demais; ou seja, é uma região menos rica e mais heterogênea. A taxa de crescimento média entre 2000 e 2010 (12,2% a.a.) foi a segunda menor, caracterizando-os também como pouco dinâmicos [IMB (2011a)].

nicipios mais dinâmicos, também com o setor de serviços. Nesse caso, nos dez municípios mais ricos, agricultura e indústria têm alta relação com os serviços, enquanto nos dez municípios mais pobres agricultura e indústria têm relações neutra e negativa, respectivamente, com os serviços. Ou seja, nos municípios ricos, a agricultura e a indústria geram transbordamentos para o setor de serviços; enquanto nos municípios com baixo PIB *per capita*, notadamente na região nordeste, onde a participação dos serviços da administração pública é elevada e a renda depende de transferências externas, a exemplo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM),¹⁴ os transbordamentos intersetoriais são mínimos. Ou seja, enquanto em alguns municípios a “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação” está a “plena carga”, em outros municípios a locomotiva sequer chegou.

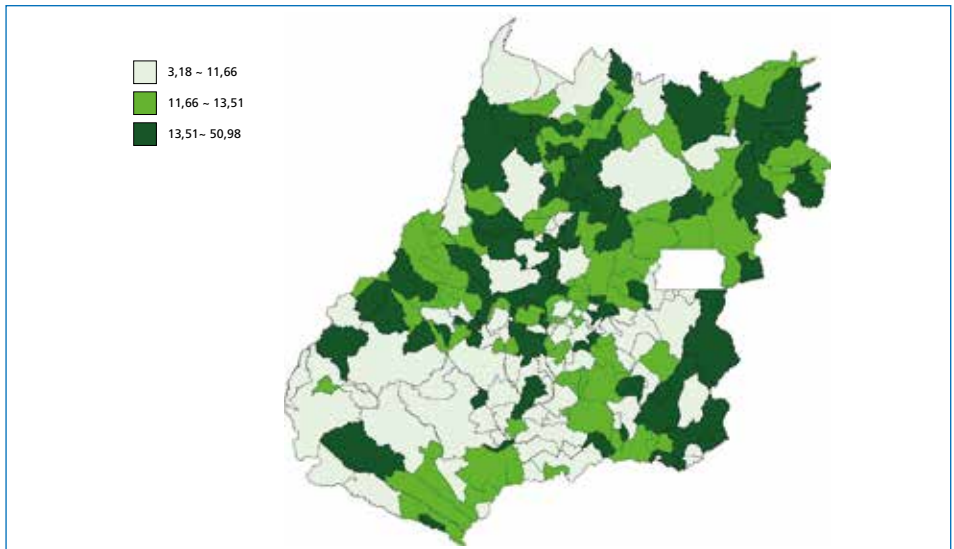
FIGURA 1 PIB *per capita* dos municípios goianos no ano de 2010 e sua variação anualizada (% a.a.) entre 2000 e 2010

FIGURA 1A PIB



¹⁴ O FPM destina 10% do produto da arrecadação nacional do Imposto sobre Renda (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), descontados os incentivos fiscais, a cada município brasileiro.

FIGURA 1B Variação anualizada



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de IBGE (2014).

A AGRICULTURA

Em 2010, menos de 3% do território goiano era ocupado com agricultura permanente, cerca de 19% com agricultura temporária, 50% com pastagens (38% cultivadas e 12% naturais) e, do espaço agrário, cerca de 13% era ocupado com assentamentos. Os principais produtos são a soja e o milho, cuja produção representa 89,6% do volume de grãos produzido em Goiás em 2010, 9% da produção nacional desses itens e coloca o estado como o quarto maior produtor nacional de grãos. Goiás produz ainda algodão, arroz, batata, cana-de-açúcar, feijão e trigo, além de ervilha, sorgo e tomate, culturas em que Goiás é o maior produtor nacional. Além das lavouras temporárias, algumas frutas – banana (7,7% a.a.), laranja (10,8% a.a.) e melancia (11,1% a.a.) – e florestas plantadas (6,5% a.a.) tiveram crescimento significativo obtendo destaque no cenário nacional (Tabela 1). Essa produção concentra-se na Metade Sul, com destaque para a produção de

grãos nas regiões sul e sudoeste e alguma presença nas regiões norte e oeste.

Goiás detém o quarto maior rebanho bovino nacional, com 21,4 milhões de cabeças e crescimento de 2,3% a.a. entre 2000 e 2010. O efetivo de suínos (2.046.727 cabeças em 2010) aumentou 6,1% a.a. no mesmo período. O efetivo de aves aumentou 2,7% a.a., totalizando 55.156.362 cabeças em 2010 (Tabela 1). A produção pecuária bovina concentra-se na Metade Norte, com destaque à região norte, enquanto as produções de suínos e aves concentram-se na Metade Sul, especialmente na região sudoeste. Nesse caso, merece destaque o município de Rio Verde, na região sudoeste, que ocupou a segunda posição na produção nacional de suínos e aves.

O sucesso da agricultura goiana transbordou para a produção de bioenergia, notadamente a produção de etanol da cana-de-açúcar e de biodiesel. Na atualidade, Goiás é vice-líder nacional na produção de etanol,¹⁵ e suas unidades sucroalcooleiras geram mais de 729 MW de energia elétrica. Ainda, suas seis unidades de produção respondem por cerca de 20% da produção nacional de biodiesel. A produção de bioenergia em Goiás é negativamente afetada pela carência logística e por indefinições regulatórias na área da bioenergia, em particular sobre o Programa Nacional de Produção de Biodiesel¹⁶ [IMB (2013)]. Assim como a agricultura, as unidades sucroenergéticas e de biodiesel também se concentram na Metade Sul do estado.

¹⁵ A atividade sucroenergética goiana cresceu significativamente durante a década de 2000. Em 1990 eram dez usinas no estado, produzindo 298.605 m³ de álcool. Em 2010, eram 34 em operação produzindo 2,77 bilhões de litros de etanol, três com operações suspensas e 14 em implantação [Goiás (s.d.)].

¹⁶ O selo Combustível Social é um indicador que concede isenção de impostos para favorecer a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, porém, observa-se que a produção existente até o momento não atende ao marco regulatório do programa, indicando necessidade de ajustes, notadamente quanto ao selo. Além dos ajustes necessários ao selo, o programa sofre o descompasso conjuntural entre o custo de produção do biodiesel e o preço ao consumidor do óleo diesel mineral, e a logística tem papel de destaque no custo de produção do biodiesel. A despeito desses entraves, o aumento de produtividade agrícola do biodiesel, atualmente calcada na soja, é o maior desafio. Nesse caso, as palmáceas, notadamente o dendê, representam uma oportunidade tecnicamente comprovada, mas que carece de estímulos para a adoção comercial no Centro-Oeste do Brasil.

A heterogeneidade da agricultura em Goiás é marcante. Cita-se, como exemplo da concentração, que, no ano de 2010, dez municípios¹⁷ representavam 31,1% do Valor Adicionado (VA) da agropecuária estadual. O primeiro colocado, Cristalina, na região sul, respondeu por 5,2% do VA estadual, e a atividade representou 58,6% do PIB municipal. Na agricultura de Cristalina, foram destaque o alho, o café, o feijão e o trigo, favorecidos pela oferta ambiental local e o uso intensivo de irrigação. Nos demais nove municípios (Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu, Ipameri, Mineiros, Luziânia, Morrinhos, Quirinópolis e Mondividiu), todos localizados na Metade Sul, predominaram as produções de algodão, aves, bovinos, cana-de-açúcar, leite, milho, suínos, soja, sorgo e, em menor proporção e localizados em Ipameri, na região sul, batata, café, alho, tomate e as florestas plantadas. Ainda merece destaque a produção de hortaliças em Luziânia no Entorno do Distrito Federal [IMB (2011a)].

Dos dez municípios com as menores participações do setor agrícola na geração da riqueza goiana, quatro (Mambaí, Teresina de Goiás, Buritinópolis e Damianópolis) estão localizados na Metade Norte, três (Valparaíso de Goiás, Novo Gama e Águas Lindas de Goiás) no Entorno do Distrito Federal e três (Anhanguera, Palmelo e Jesópolis) na Metade Sul. Enquanto a baixa participação dos municípios da Metade Sul pode ser explicada pelos tamanhos reduzidos de suas economias, populações e áreas, a questão agrícola dos municípios da Metade Norte é histórica e estrutural, principalmente por conta da infraestrutura e do empreendedorismo.

Não é por acaso que, em 2010, a Metade Sul respondeu por 77,3% do PIB agrícola de Goiás e a Metade Norte por apenas 22,7%. Nos municípios da Metade Norte, as produções que mais

¹⁷ Cristalina (5,2%), Rio Verde (4,6%), Jataí (4,5%), Chapadão do Céu (3,7%), Ipameri (3,5%), Mineiros (2,7%), Luziânia (2,0%), Morrinhos (1,8%), Quirinópolis (1,5%) e Montividiu (1,5%), em ordem decrescente, foram os dez maiores VA pela agricultura ao PIB estadual [IMB (2011a)].

contribuíram para o VA da agricultura foram o milho e a mandioca, ambos com participações superiores a 21,5%, seguidos do feijão, da pecuária bovina, do arroz, do leite e da cana-de-açúcar, todos com rendimentos abaixo da média estadual e poucos encadeamentos setoriais.

Cristalina é um bom exemplo de que na Metade Sul predomina um setor agrícola moderno e atrelado à “locomotiva do crescimento movida pela inovação”, enquanto na Metade Norte predomina um setor agrícola de baixa produtividade, com destaque às culturas de subsistência e à pecuária bovina. Ainda há a região do Entorno do Distrito Federal, onde, em grande medida, a agricultura reflete suas economias duais. Nessa região, enquanto em alguns municípios predomina uma agricultura de baixa produtividade, em outros predomina a hortifruticultura, que, apesar da característica de ser um mercado regional, busca o atrelamento à “locomotiva”, a exemplo da produção orgânica.¹⁸

TABELA 1 Rendimento (kg, fruto ou UA.ha⁻¹), área cultivada (ha), quantidade produzida (t ou mil frutos) e rebanho (animais) em Goiás e as respectivas participações (%) no Brasil em 2010

	Kg ou fruto ou UA.ha ⁻¹		T ou mil frutos		Ha	
	GO	% BR	GO	% BR	GO	% BR
Lavoura temporária	14.000	92,8	63.760.732	7,0	4.470.306	7,6
Abacaxi	22.418	89,2	52.213	3,6	2.329	3,9
Algodão herbáceo	4.108	115,6	180.404	6,1	43.909	5,3
Alho	14.721	147,7	39.247	37,7	2.666	25,5
Amendoim	2.634	95,1	1.080	0,4	410	0,4
Arroz	2.449	59,3	221.419	2,0	90.382	3,3
Batata-inglesa	40.471	156,3	274.840	7,7	6.791	4,7
Cana-de-açúcar	82.949	104,9	48.000.163	6,7	578.666	6,3

continua

¹⁸ A crescente demanda por produtos orgânicos está relacionada ao aumento da exigência dos consumidores globais em relação à qualidade dos alimentos e aos impactos da agricultura sobre o meio ambiente. No Distrito Federal, a área destinada à produção orgânica e o número de produtores cresceram mais que 35% entre 1999 a 2005, movimentando um mercado maior que US\$ 1 milhão ao ano, com, aproximadamente, 123 produtores. Cerca de 80% dessa produção é de hortaliças destinadas ao mercado regional. Nesse contexto, o Distrito Federal é referência na produção orgânica no Brasil [Castro (2005)].

continuação

	Kg ou fruto ou UA.ha-1		T ou mil frutos		Ha	
	GO	% BR	GO	% BR	GO	% BR
Cebola	70.000	281,2	84.700	4,8	1.210	1,7
Ervilha	2.800	121,7	2.576	43,6	920	35,7
Feijão	2.428	263,3	288.816	9,1	119.002	3,3
Girassol	1.461	129,1	16.674	19,3	11.410	14,7
Mandioca	16.025	114,9	339.046	1,4	21.157	1,2
Melancia	34.653	160,3	268.530	13,1	7.749	8,0
Milho	5.448	124,8	4.676.483	8,4	858.301	6,6
Soja	2.965	100,6	7.252.926	10,5	2.445.600	10,5
Sorgo	2.493	107,6	611.665	39,9	245.308	36,9
Tomate	74.702	123,5	1.369.822	33,4	18.437	27,1
Trigo	5.041	178,3	79.776	1,3	15.824	0,7
Lavoura permanente	11.000	164,1	441.492	1,0	39.792	0,6
Abacate	4.187	30,4	134	0,1	32	0,3
Banana	13.101	91,7	183.757	2,6	14.026	2,8
Borracha	2.811	157,3	9.265	4,1	3.395	2,6
Café	2.277	169,2	22.835	0,8	10.026	0,5
Coco-da-baía	11.663	169,3	15.256	0,8	1.308	0,5
Goiaba	42.466	205,8	10.277	3,2	242	1,5
Laranja	19.770	84,7	135.485	0,7	6.853	0,8
Limão	11.733	49,2	6.336	0,6	560	1,3
Mamão	24.200	44,5	3.146	0,2	130	0,4
Manga	8.586	54,3	644	0,1	75	0,1
Maracujá	16.203	109,2	14.470	1,6	893	1,4
Marmelo	8.000	173,5	80	8,3	10	4,8
Palmito	18.793	242,0	25.277	21,6	1.345	8,4
Tangerina	14.440	74,0	10.758	1,0	745	1,2
Uva	26.492	159,3	3.762	0,3	142	0,2
Animal			79.301.517	5,2		
Bovino	1	99,4	21.347.881	10,2		
Suíno			2.046.727	5,3		
Aves			55.156.362	4,4		

Fonte: IBGE (s.d.).

A pecuária bovina é um dos principais exemplos da heterogeneidade espacial da agricultura goiana, pois, apesar dos ganhos de produtividade e de Goiás ser o quarto maior produtor de

bovinos do país, sua produtividade média é inferior à nacional, e 27% das pastagens estão em avançado estágio de degradação [Abdon *et al.* (2009)]. Ou seja, promover o transbordamento espacial da moderna agricultura em direção à Metade Norte e dentro do Entorno do Distrito Federal é fundamental para o futuro agrícola de Goiás.

Por princípio e considerando: (i) que a trajetória da agricultura goiana foi marcada pela expansão da área agrícola;¹⁹ (ii) que essa dinâmica está comprometida no futuro, havendo no máximo 2 milhões de hectares a serem incorporados;²⁰ e (iii) a predominância de pastagens degradadas convivendo com uma agricultura altamente produtiva e tecnificada, pode-se inferir que o avanço da agricultura em Goiás depende da: (i) incorporação das áreas de pastagens degradadas à produção agrícola; (ii) recuperação das pastagens degradadas para suportar a pecuária existente; e (iii) aceleração dos ganhos de produtividade via tecnologia.

Em princípio, o transbordamento espacial da agricultura existente na Metade Sul é uma tarefa fácil, dependendo apenas de investimento e logística na Metade Norte sobre a base tecnológica disponível em Goiás, mas os detalhes sugerem que essa tarefa não é trivial. A primeira limitação ao transbordamento espacial diz respeito à oferta ambiental, pois a tecnologia disponível na Metade Sul tem limitações à oferta ambiental da Metade Norte. Essa limitação não é um problema maior, pois pode ser mitigada tanto pela tecnologia quanto pela diversificação da produção, incluindo atividades como a piscicultura, a bioenergia (dendê e gramíneas), florestas e os hortifrúti, além das carnes. Ou seja, o futuro agrícola de Goiás, além de incorporar tecnologia no sentido dos ganhos de produtividade, depende da diversificação de sua produção agrícola.

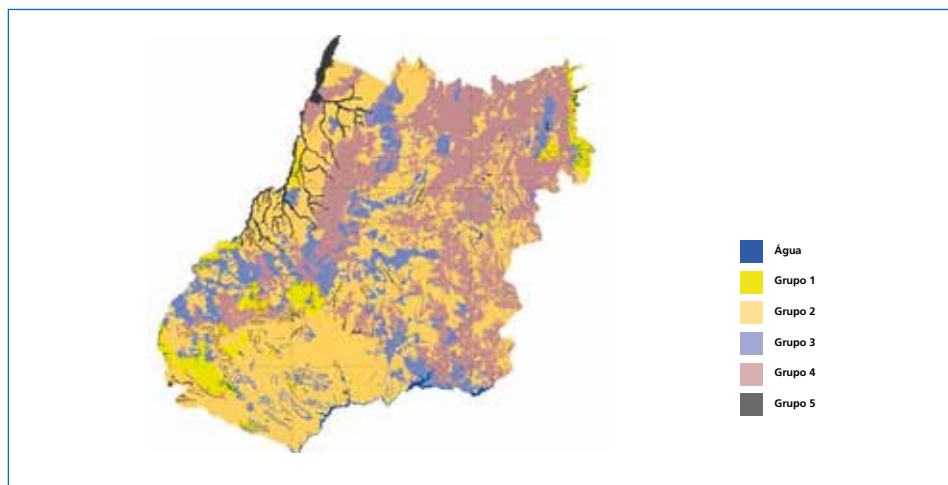
¹⁹ Enquanto a área colhida de lavouras temporárias e permanentes aumentou 2,9% a.a. entre 1990 e 2010, a produtividade aumentou 3,6% a.a. [IBGE (s.d.)].

²⁰ A oferta ambiental (Figura 2) e a antropização do espaço goiano sugerem que há, no máximo, 2 milhões de hectares a serem ocupados pela agricultura, incluindo áreas marginais que requerem técnicas específicas para mitigação do risco de produção.

Um exemplo da diversificação produtiva é a aquicultura,²¹ que, apesar de ainda insipiente em Goiás, representa uma oportunidade. Essa atividade, de mercado global, faz uso intensivo dos fatores de produção, principalmente da terra, requer mão de obra e logística qualificadas e gera encadeamentos com a indústria de insumos e de transformação, ou seja, a piscicultura gera importantes transbordamentos setoriais, sendo esta outra importante vertente para o sucesso da agricultura goiana.

FIGURA 2 Mapas goianos de: classificação hidrológica dos solos e frequência de períodos de estiagem com mais de seis dias

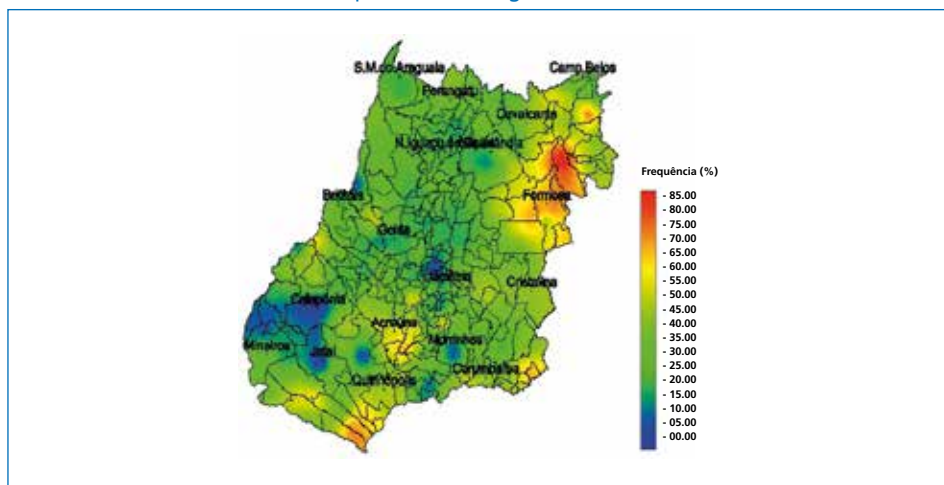
FIGURA 2A Classificação hidrológica



Fonte: Fiori, Campos e Almeida (2010).

²¹ A aquicultura é uma oportunidade pouco explorada para um país como o Brasil, que dispõe de extensa costa, além de possuir a maior reserva de água doce do mundo. A demanda mundial por pescados vem crescendo de forma acelerada em decorrência do aumento populacional e da busca por alimentos mais saudáveis. Entre 2004 e 2009, o crescimento do consumo mundial de pescados foi da ordem de 13%, porém, a participação do Brasil é inexpressiva. As grandes empresas nacionais de proteínas vêm diversificando seu portfólio, mas poucas produzem pescados, uma oportunidade para aproveitar a marca, os canais de distribuição e reduzir os custos. Na indústria de pescados, escala é um fator determinante, desde a produção até o potencial mercado consumidor. A escala deve contribuir para maior verticalização da cadeia, viabilizando economicamente farinheiras e até fábricas de ração e produção de alevinos. A verticalização é importante para melhorar a rastreabilidade e a qualidade do produto e para reduzir custos e agregar valor. Economias de escopo também são importantes nessa indústria [Sidonio *et al.* (2012)].

FIGURA 2B Frequência de estiagem



Fonte: Agritempo (s.d.).

No sentido dos transbordamentos setoriais, além da produção, o setor agrícola goiano é destaque no cenário nacional por abastecer porção significativa da indústria do estado, em especial as de carnes, derivados do leite e de soja, molhos e condimentos, além da agroenergia. Esse fato, conjugado ao uso intenso de tecnologias e ao empreendedorismo do produtor, possibilita à agricultura goiana de alguns municípios, a exemplo de Rio Verde, ganhos superiores à média nacional.

Do exposto, conclui-se que o futuro da agricultura goiana depende de: (i) ganhos de produtividade calcados em avanços tecnológicos; (ii) diversificação de sua produção agrícola; (iii) transbordamentos setoriais; e (iv) transbordamentos espaciais em direção à Metade Norte e para a homogeneização no Entorno do Distrito Federal.

Os três primeiros desafios não são impossíveis para Goiás. Um exemplo é que na última década o setor agrícola aumentou sua participação no VA do estado e do Brasil representando 14,1% e 7,0%, respectivamente, em 2010. Outra mostra da importân-

cia da agricultura goiana foi o município de Cristalina, que, em 2010, teve o maior valor adicionado da agricultura brasileira (R\$ 624,13 milhões), seguido por Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Ipameri, nas quinta, sexta, nona e décima posições, respectivamente. Ou seja, a agricultura na Metade Sul de Goiás é bastante diversificada e, principalmente, integrada às indústrias de alimentos e de transformação. Como consequência, essa agricultura é integrada aos mercados globais, e o setor agrícola é o centro dinâmico da economia que, integrado ao setor industrial, fomenta o setor de serviços. Nessa região, considerando algumas particularidades dos mercados agrícolas, a dinâmica econômica atual é suficiente para garantir o futuro agrícola.

Já na Metade Norte, onde predominam atividades de baixo valor agregado, com destaque à pecuária bovina e às culturas de subsistência, com baixa produtividade e poucos encadeamentos, o crescimento da agricultura em bases semelhantes à da Metade Sul, a princípio, é prejudicado pela oferta ambiental (Figura 2), mas o grande entrave é a superestrutura. Já no Entorno do Distrito Federal, onde a heterogeneidade da agricultura é grande, a hortifruticultura e a produção de orgânicos são promissoras, tanto pela proximidade de grandes centros consumidores quanto pela tecnologia desenvolvida para aquelas condições e pela logística disponível, o que possibilita a expansão de mercados, porém, os transbordamentos espaciais também são limitados pela superestrutura. Nesse caso, a característica de uma economia dual sugere que a situação é mais grave do que na Metade Norte.

Em resumo, a questão central para o desenvolvimento da agricultura em Goiás não é a oferta ambiental ou a logística: ambas são superáveis. O principal entrave é a superestrutura dos espaços onde a agricultura é mais deprimida, notadamente a mão de obra e o empreendedorismo da população, os quais são afetados pela infraestrutura de educação, saúde e saneamento.

A INDÚSTRIA

O tópico anterior destacou a importância da indústria como transbordamento do setor agrícola, porém, a indústria goiana é bem mais diversificada, incluindo a mineração,²² os equipamentos de precisão, a farmoquímica, a metalurgia, as máquinas e equipamentos, os veículos automotores, os móveis e o vestuário, além da construção civil e da produção e distribuição de energia e água (Tabela 2).

A indústria de processamento agrícola, que passou por um forte crescimento, modernização e aumento da integração com a agricultura, continua ocupando a liderança, mas com queda na participação no Valor da Transformação Industrial (VTI) entre 2002 e 2010. A indústria tradicional (confeção e móveis, entre outros), que também apresentou redução no mesmo período (30,3%), continua tendo um papel importante na geração de empregos, respondendo por quase 20% dos postos de trabalho da indústria goiana.

Apesar da importância da indústria agrícola e da indústria tradicional, a base industrial de Goiás está mudando radicalmente. A metalomecânica, quase inexistente até o fim da década de 1990, respondeu por mais de 14% do VTI em 2010. Esse crescimento foi liderado pelo setor automotivo, que individualmente responde por mais da metade dessa participação. A indústria química e farmacêutica, que também tinha uma participação inexpressiva até o fim da década de 1990, representou mais de 10% do VTI do estado em 2010.

As mudanças não ficam restritas à incorporação de novas indústrias. A mineração, segmento tradicional, recebeu investimentos relevantes, verticalizou a produção e aumentou fortemente

²² A mineração é destaque em Alto Horizonte, Barro Alto, Crixás, Guarinos, Niquelândia e Pilar de Goiás, nas regiões norte e central, além de Catalão e Ouidor na região sul. O complexo mineral instalado em Goiás põe o estado como destaque nacional na produção de vários minérios, como a primeira colocação em níquel, vermiculita, amianto e cobre, e a segunda em ouro, nióbio e fosfato [IMB (2013)].

sua participação na riqueza goiana (5,8% a.a. entre 2002 e 2010), com alguns transbordamentos setoriais importantes. Ainda, a indústria de geração e distribuição de energia (2,6% a.a. entre 2002 e 2010) também passou por expansão, seja no aumento da distribuição, com a elevação do consumo de energia, seja no aumento da geração com início de operação da hidrelétrica de Cana Brava, no norte do estado, e de várias pequenas hidrelétricas. A atividade da construção civil, grande empregadora de mão de obra, estimulada pela expansão na renda dos goianos e elevação do crédito disponível, teve notável crescimento (5,6% a.a. entre 2002 e 2010) tanto na geração da renda quanto no pessoal ocupado, respondendo por 15,6% do emprego estadual [IMB (2013)].

A diversificação da indústria goiana é uma realidade com consequências positivas para o estado, pois ocorreu no sentido da “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação tecnológica”, com transbordamentos importantes para o setor de serviços. Porém, a despeito da diversificação, especialmente, a indústria goiana é bastante heterogênea, com predominância na Metade Sul, que respondeu por 85,4% do PIB industrial de Goiás no ano de 2010 (Figura 3). Um exemplo dessa heterogeneidade espacial é que a diferença entre o maior (Goiânia, com R\$ 19.528,46 por habitante) e o menor (Perolândia, com R\$ 4,21 por habitante) PIB industrial *per capita* municipal é superior a 4.600 vezes [IBGE (s.d.)].

Outro exemplo da heterogeneidade espacial da indústria goiana é que, dos dez municípios com os maiores PIB *per capita* industrial, sete (Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Itumbiara, Trindade, Catalão e Rio Verde) estão na Metade Sul, dois (Luziânia e Águas Lindas de Goiás) no Entorno do Distrito Federal e apenas um (Minaçu) está localizado na Metade Norte (Figura 3). Essa realidade confirma que a Metade Sul é mais rica industrialmente; porém, oito dos dez municípios com os menores PIB *per capita* industrial também estão na Metade Sul (Perolândia, Ananguera, Moiporá, São João da Paraúna, Santa

Cruz de Goiás, Gameleira de Goiás, Ivolândia e Aparecida do Rio Doce) e apenas dois (São Patrício e Guarinos) na Metade Norte.

Assim como o PIB *per capita*, o PIB *per capita* industrial dos municípios goianos em 2010 também configuram três espaços: (i) a Metade Sul rica (PIB industrial *per capita* médio de R\$ 564,81) e mais heterogênea (desvio-padrão do PIB industrial *per capita* de R\$ 2.046,13); (ii) a Metade Norte menos rica (PIB industrial *per capita* médio de R\$ 195,51) e menos heterogênea (desvio-padrão do PIB industrial *per capita* de R\$ 405,91); e (iii) o Entorno do Distrito Federal mais rico (PIB industrial *per capita* médio de R\$ 1.496,46) e heterogêneo (desvio-padrão do PIB industrial *per capita* de R\$ 1.480,44).

A realidade da indústria na Metade Sul indica que, apesar de mais próspera industrialmente, ela é mais heterogênea do que a Metade Norte e que o Entorno do Distrito Federal. A Metade Norte, apesar de menos rica, é mais homogênea, o que é característico de uma região pouco industrializada. Já a região do Entorno do Distrito Federal, a mais rica industrialmente, contrariando a expectativa, é menos heterogênea do que a Metade Sul, resultado que pode ser atribuído ao menor número de municípios quando comparado à Metade Sul.

A distribuição espacial da riqueza industrial em Goiás sugere que, além da distribuição espacial, a indústria goiana carece de melhor qualificação. Nesse caso, na região sudoeste, a indústria é um transbordamento do setor agrícola com predominância da indústria de alimentos e processamento de produtos agrícolas, incluindo a indústria sucroenergética, além de calcário e fertilizante, defensivos agrícolas, celulose, papel e embalagens e produtos de madeira.

A região sul, apesar da predominância da mineração e da indústria mecânica (máquinas e equipamentos e veículos automotores), conta com a presença das indústrias processadoras de soja, algodão e milho, cana-de-açúcar (etanol, eletricidade

e açúcar), beneficiamento de sementes e fertilizantes, além da geração de energia elétrica em São Simão [IMB (2011b)].

Na Região Metropolitana de Goiânia, também na Metade Sul, que ocupou a primeira posição no PIB industrial em 2010, é destaque a construção civil, seguida por aparelhos de precisão, alimentos, borracha e material plástico, distribuição de energia elétrica, embalagens, químicos e medicamentos. Ainda nessa região, Anápolis implementou uma infraestrutura (Distrito Agroindustrial de Anápolis, o Porto Seco Centro-Oeste e o Polo Farmacêutico)²³ que viabilizou um arranjo diferente das demais regiões, consolidando complexos industriais com uma produção bastante diversificada [IMB (2011b)].

Na Metade Norte, a participação da indústria na geração de riqueza é insipiente (Figura 3), com exceção de Barro Alto, Crixás, Guarinos, Minaçu, Niquelândia e Pilar de Goiás, onde a mineração é relevante, Cavalcante, com a geração de energia elétrica, Alto Horizonte com o beneficiamento de sulfeto de cobre, Mozarlândia, Goianésia e Pirenópolis com frigoríficos bovinos. Importante observar que, além da baixa geração de riqueza, as indústrias instaladas na Metade Norte têm menor capacidade em gerar transbordamentos setoriais e espaciais do que as indústrias da Metade Sul.

No Entorno do Distrito Federal predominam a indústria extrativa mineral, a exemplo de manganês, calcário, argila e água mineral nos municípios de Luziânia, Planaltina, Formosa e Alexânia, respectivamente. Além da indústria mineral a indústria moveleira, de confecções, de cerâmica, da construção civil, de transformação agrícola, a exemplo do processamento de grãos e produção de alimentos, e a indústria de utilidade pública, com

²³ Em 2000, foi inaugurado em Anápolis o Polo Farmoquímicos dedicado à produção de matérias-primas para a indústria de medicamentos. Os novos laboratórios se somaram aos oito laboratórios farmacêuticos já instalados no Distrito Agroindustrial de Anápolis. Também há crescimento desse setor em Valparaíso de Goiás, próximo a Brasília. A expansão do setor está ligada à aprovação da Lei dos Medicamentos Genéricos, que abriu para os laboratórios a perspectiva de ampliar a participação no mercado interno [Ribeiro e Rodrigues (2013)].

destaque para a distribuição de energia elétrica, foram destaques nos municípios de Luziânia (PIB *per capita* industrial de R\$ 5.540,34), Águas Lindas de Goiás (PIB *per capita* industrial de R\$ 2.720,15), Formosa (PIB *per capita* industrial de R\$ 1.837,25) e Valparaíso de Goiás (PIB *per capita* industrial de R\$ 1.725,69).

A base industrial já construída e os investimentos realizados sugerem que a expansão industrial em Goiás continuará nos próximos anos, porém, ela pode ser constrangida, caso não haja o aprimoramento nas políticas: (i) industrial, no sentido de assegurar o desenvolvimento industrial e de comércio exterior com ênfase em micro, pequena e médias empresas; (ii) de mão de obra, no sentido de assegurar a disponibilidade de mão de obra qualificada por meio da educação e da melhoria das relações de trabalho; (iii) de infraestrutura, aprimorando a estrutura logística em curso, além de aumentar a oferta de habitação, transporte público e saneamento e garantir o suprimento de energia e de serviços de comunicação; e (iv) de gestão, com ênfase na redução da informalidade, na segurança jurídica e em um sistema de defesa sanitária eficaz.

As medidas citadas, entre outras, garantirão o futuro da indústria goiana no sentido do crescimento e da diversificação, com transbordamentos para o setor de serviços, porém, elas são insuficientes no sentido do transbordamento espacial em direção à Metade Norte. A questão é que, assim como a agricultura, a indústria goiana atrelada à “locomotiva” está concentrada na Metade Sul e no Entorno do Distrito Federal, reforçando a disparidade entre as porções sul e norte de Goiás. A exceção na Metade Norte é a mineração e a carne bovina, porém, elas geram poucos transbordamentos. Ou seja, assim como agricultura, a indústria privilegia a Metade Sul, fato explicado pela superestrutura lá desenvolvida, o que, conforme será discutido a seguir, tem consequências sobre o setor de serviços.

TABELA 2 Valor bruto da produção industrial (R\$ 1.000,00) em Goiás no ano de 2010 e as respectivas participações nacionais

	GO	% BR
Total	45.726.822	2,5
Indústrias extrativas	2.282.964	2,7
Extração de minerais metálicos	1.170.700	1,8
Indústrias de transformação	43.443.858	2,5
Produtos alimentícios	22.497.950	7,2
Bebidas	1.426.295	3,0
Produtos do fumo	2.334	0,0
Produtos têxteis	201.285	0,6
Vestuário e acessórios	986.490	3,0
Couros e artefatos de couro	221.030	0,9
Produtos de madeira	119.790	0,7
Celulose, papel e produtos de papel	741.073	1,4
Impressão e reprodução de gravações	137.677	0,9
Coque de derivados do petróleo e de biocombustíveis	3.168.985	1,9
Produtos químicos	2.572.942	1,7
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1.244.895	4,2
Produtos de borracha e de material plástico	977.871	1,4
Produtos de minerais não metálicos	1.356.063	2,3
Metalurgia	1.300.857	1,0
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.133.561	1,8
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	25.209	0,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	29.837	0,1
Máquinas e equipamentos	966.189	1,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	3.522.660	1,6
Outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	11.954	0,0
Móveis	460.627	2,0
Produtos diversos	200.741	1,4
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	137.543	1,0

Fonte: IBGE (s.d.).

OS SERVIÇOS

A ampliação da renda e a industrialização de Goiás, combinados com a conseqüente urbanização²⁴ e crescimento da classe

²⁴ Enquanto a população total de Goiás cresceu 2,1% a.a. entre 1991 e 2010, passando de 4.018.903 para 6.003.788 habitantes, a população urbana cresceu 2,8% a.a. no mesmo período [IBGE (s.d.)].

média,²⁵ desencadearam uma mudança no perfil do estado em direção ao setor de serviços, o qual aumentou sua participação no PIB estadual em cerca de 6% a.a. entre 2000 e 2010. A despeito desse crescimento e como consequência dos setores agrícola e industrial, o setor de serviços em Goiás também é bastante heterogêneo, tanto espacial quanto estruturalmente.

Um exemplo da heterogeneidade espacial dos serviços goianos (Figura 3) é que, enquanto o PIB *per capita* dos serviços em Valparaíso de Goiás foi de R\$ 489.886,00 no ano de 2010, o de Perolândia foi R\$ 25,63. Outro exemplo é que, em 2010, a Metade Sul representou 83,1% do PIB Serviços de Goiás enquanto a Metade Norte contribuiu com 8,7% e o Entorno do Distrito Federal com 8,3% [IMB (2013)]. Dos dez municípios com maior PIB *per capita* no setor de serviços em 2010, quatro estão localizados na Metade Sul (Goiânia, Anápolis, Senador Canedo e Aparecida de Goiânia), quatro no Entorno do Distrito Federal (Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama e Águas Lindas de Goiás) e apenas dois na Metade Norte (Ceres e Alto Horizonte). Importante observar que Alto Horizonte é uma exceção por se tratar de um município pequeno que sedia uma indústria com produto de alto valor.

Não obstante a predominância da Metade Sul, dos dez municípios com menor PIB *per capita* no setor de serviços em 2010, sete estão localizados na Metade Sul (Perolândia, Porteirão, Santa Cruz de Goiás, Chapadão do Céu, Gameleira de Goiás, Campo Alegre de Goiás e Serranópolis), dois na Metade Norte (Água Fria de Goiás e Vila Propício) e um no Entorno do Distrito Federal (Cabeceiras).

Essa realidade sobre o setor de serviços em grande medida reflete as dinâmicas agrícola e industrial, ou seja: (i) a Metade Sul rica (PIB serviços *per capita* médio de R\$ 1.216,36) e hetero-

²⁵ Em 1013, a classe média (C, D e E) goiana chegou a 3,8 milhões de pessoas, o que representa 61% da população. Em 2013, o consumo dessa classe média foi de R\$ 39,7 bilhões, 5,5% a mais que em 2012 [CBN Goiânia (2014)].

gênea (desvio-padrão do PIB serviços *per capita* de R\$ 6.683,80); (ii) a Metade Norte menos rica (PIB serviços *per capita* médio de R\$ 292,84) e menos heterogênea (desvio-padrão do PIB serviços *per capita* de R\$ 383,22); e (iii) o Entorno do Distrito Federal mais rico (PIB serviços *per capita* médio de R\$ 44.379,99) e mais heterogêneo (desvio-padrão do PIB serviços *per capita* de R\$ 140.462,71). Importante observar que a maior heterogeneidade está no Entorno do Distrito Federal, o que reforça a hipótese de uma economia dual nesse espaço e, portanto, a necessidade de melhor qualificação do setor de serviços goiano.

Em 2010, o comércio foi o destaque do setor de serviços em Goiás, seguido pela administração pública e outros serviços. Com menor participação, vieram as atividades imobiliárias, a intermediação financeira, os serviços públicos e os transportes e armazenagem (Tabela 3). Outro indicador da importância do comércio é que, dos empregos gerados entre 1996 e 2010, em média, os serviços absorveram 31%, o comércio 22%, a indústria de transformação 21%, a construção civil 14% e a agropecuária 10% [IMB (2013)].

TABELA 3 Valor adicionado bruto a preços básicos (R\$ 1.000,00) em Goiás no ano de 2010 e as respectivas participações nacionais

	Goiás	% GO	% BR
Total	53.973,13	100,00	2,39
Administração pública*	11.816,20	21,89	2,26
Atividades imobiliárias	6.632,59	12,29	2,62
Comércio	11.938,66	22,12	2,96
Intermediação financeira**	4.277,18	7,92	1,76
Outros serviços	10.147,24	18,80	2,20
Serviços públicos***	3.692,43	6,84	3,55
Serviços de informação	2.045,36	3,79	1,97
Transportes, armazenagem e correio	3.423,47	6,34	2,11

Fonte: IBGE (2014).

* Inclui saúde e educação públicas e seguridade social.

** Inclui seguros, previdência complementar e demais serviços relacionados.

*** Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Os destaques de crescimento entre os anos de 2000 e 2010 foram o comércio (133,3%) e a intermediação financeira (119,3%), além dos transportes, armazenagem e correio (105,1%), com crescimento mais modesto. O crescimento dessas atividades, que geram riqueza e dinamizam a economia, sugere a modernização da economia goiana em direção ao comércio e à logística. Por outro lado, o baixo crescimento dos serviços de informação (55,2%) e dos serviços públicos (72,5%), serviços também associados a economias modernas com demanda crescente em energia, sugere que o desenvolvimento do setor de serviços em Goiás é bastante heterogêneo. Essa hipótese da heterogeneidade é reforçada pelo crescimento significativo dos outros serviços²⁶ (109,7%), classe bastante heterogênea, e dos serviços de administração pública (107,0%), classe relacionada com as despesas públicas e, portanto, típica de economias pouco dinâmicas.

A compreensão da heterogeneidade espacial e setorial do setor de serviços em Goiás não é tão simples como da agricultura e da indústria. Alguns exemplos, como Goiânia, que ocupou a primeira posição no PIB serviços do estado (Figura 3), e alguns municípios com participação expressiva no PIB serviços, como Catalão (2,9%), Itumbiara (2,4%), Luziânia (2,0%), Jataí (1,8%) e Valparaíso de Goiás (1,3%), são elucidativos dos transbordamentos intersetoriais [IMB (2011a)].

A liderança da Região Metropolitana de Goiânia é justificada pela concentração populacional, o que demanda um grande aparato de serviços, além de a capital abrigar vários órgãos públicos e o comércio de combustíveis, produtos agrícolas, medicamentos, materiais para uso médico e cirúrgico e alimentos. Além disso, Anápolis, onde estão localizados o segundo polo

²⁶ A categoria outros serviços é heterogênea, pois, tanto pode considerar os chamados serviços empresariais (saúde, educação e serviços especializados, entre outros) como os serviços de baixa qualificação (serviços domésticos) e, principalmente, os serviços informais [De Negri e Kubota (2006)].

atacadista do estado, uma base da aeronáutica e uma estrutura logística complexa destinada à armazenagem e à movimentação de mercadorias para o comércio exterior, também contribui para o destaque da Região Metropolitana de Goiânia.

Catalão, Itumbiara e Jataí, nas regiões sudeste, sul e sudoeste, respectivamente, são exemplos dos transbordamentos provocados pelos setores agrícola e industrial ao setor de serviços. Nessas regiões, além do comércio, que tem participação superior a 40% no PIB serviços, predominam as atividades imobiliárias, intermediação financeira, serviços públicos com destaque para a distribuição de energia, transportes, armazenagem e correio e outros serviços, com destaque para serviços especializados, educação e saúde.

No Entorno do Distrito Federal (Luziânia e Valparaíso de Goiás), apesar da predominância do comércio/logística e da participação expressiva das atividades imobiliárias, as quais sugerem uma economia moderna e dinâmica, o setor de serviços é uma exceção à economia goiana por ser um transbordamento da economia do Distrito Federal. Essa economia sofre grande influência da administração pública, uma base que não contribui com a “locomotiva do crescimento movida pela inovação tecnológica”, além de ser pródiga por sua heterogeneidade social, fato que restringe o crescimento da classe média, o que também prejudica a “locomotiva”. Um exemplo dessa dualidade é a convivência do comércio, uma atividade atrelada à “locomotiva”, com os outros serviços com predominância de serviços de baixa qualificação em detrimento dos chamados serviços empresariais [Nascimento (2013)].

Já na Metade Norte, o setor de serviços está calcado na mineração, na geração de energia elétrica e na construção da Ferrovia Norte-Sul, o que gera a concentração espacial desse setor. São exemplos os municípios de Alto Horizonte, Cavalcante, Crixás, Goianésia, Guarinos, Minaçu, Mozarlândia, Niquelândia, Pilar de Goiás e Pirenópolis, que, apesar de terem participação

significativa da agricultura, da indústria e dos serviços em sua riqueza, a participação da administração pública e dos impostos em sua economia é expressiva, o que prejudica o dinamismo econômico dessas regiões (Figura 3).

A configuração espacial do setor de serviços em Goiás reitera a tese da existência de três regiões distintas: (i) a Metade Sul atrelada à “locomotiva”; (ii) a Metade Norte na busca do atrelamento e com alguns espaços distantes desse atrelamento e dependentes de recursos públicos; e (iii) o Entorno do Distrito Federal, com uma economia dual. Essa configuração sugere que, com exceção do Entorno, onde as questões são mais complexas, o dinamismo da Metade Sul transbordará para a Metade Norte, garantindo assim um futuro promissor para Goiás. Essa afirmação é simplista, pois, o transbordamento espacial não é trivial, conforme discutido a seguir.

FIGURA 3 PIB *per capita* agrícola, industrial, serviços e do setor público dos municípios goianos no ano de 2010

FIGURA 3A Agrícola

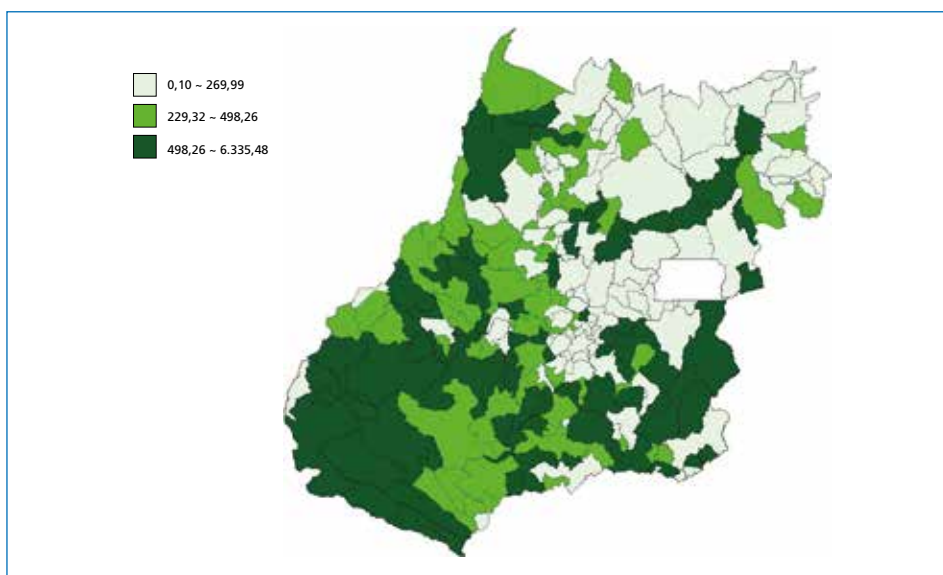


FIGURA 3B Indústria

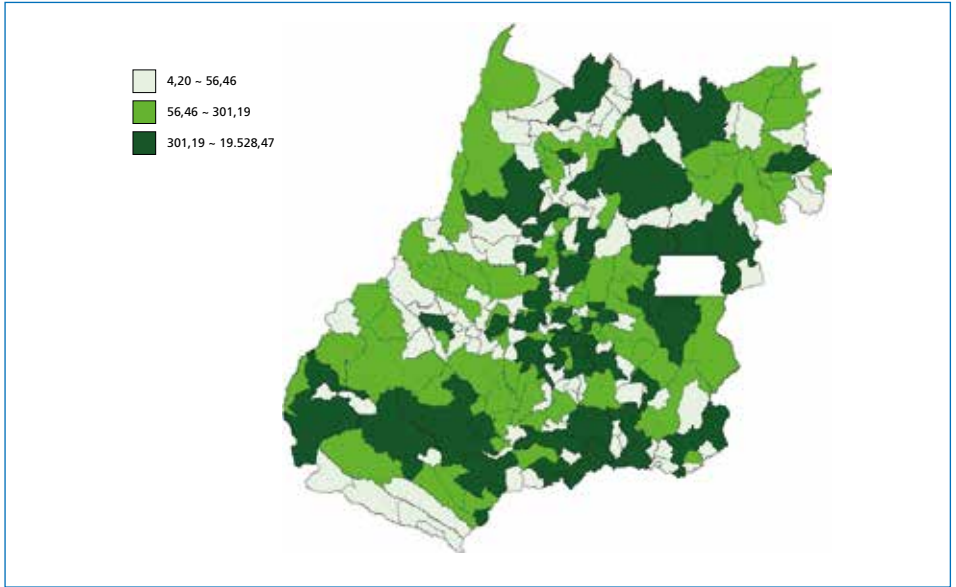


FIGURA 3C Serviços

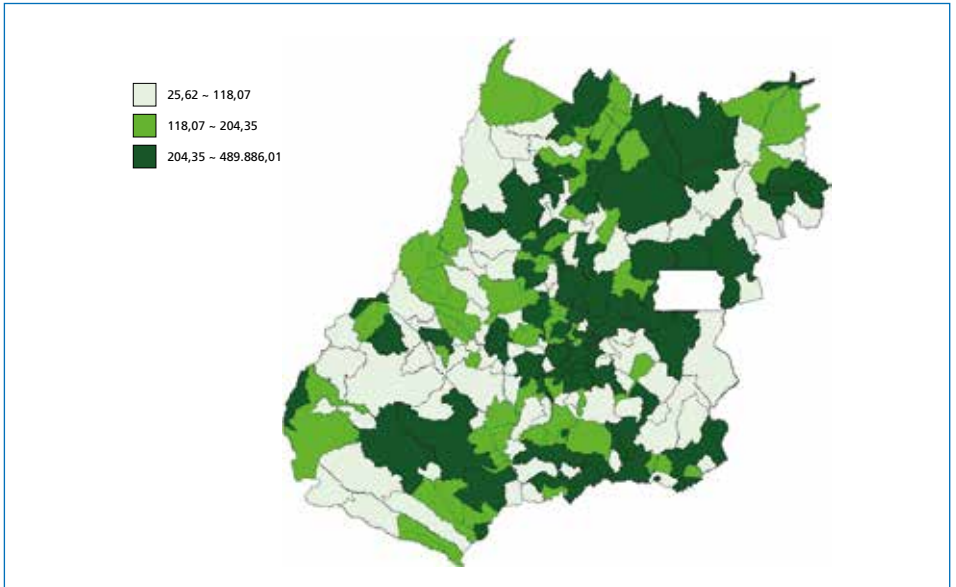
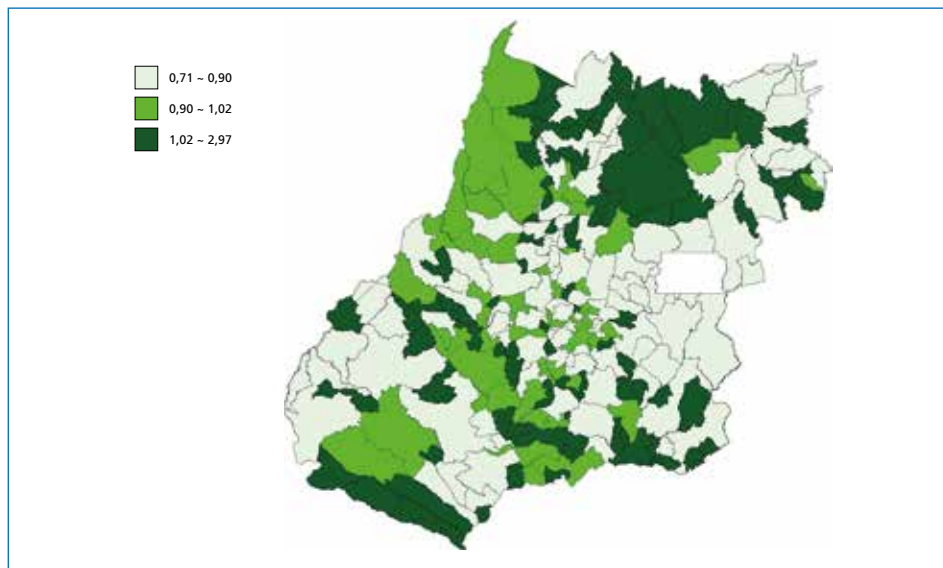


FIGURA 3D Público



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de IBGE (s.d.).

O FUTURO

A dinâmica populacional, associada à dinâmica econômica, teve impactos positivos para o desenvolvimento estadual, porém, alguns trabalhos citados por Vieira Junior, Vieira e Buainain (2006) e Correa e Figueiredo (2006) indicam que a prosperidade de Goiás não tem contribuído para aliviar os índices de desigualdade. São exemplos da desigualdade o saneamento²⁷ e a estrutura fundiária,²⁸ os quais coincidem com a concentração espacial da pobreza e são reforçados pela superestrutura precária em alguns espaços goianos, a exemplo da dicotomia entre os espaços urbano e rural.

²⁷ Apesar de ser a 11ª renda *per capita* nacional, o número de domicílios com abastecimento de água e esgotos e serviços de coleta de lixo está abaixo da média nacional [IBGE (s.d.)].

²⁸ Em Goiás, as grandes propriedades rurais (mais de mil hectares) representam apenas 4,9% dos estabelecimentos agrários e ocupam 47,1% do território goiano, enquanto as pequenas propriedades (até cem hectares) correspondem a 60,5% do total de propriedades ocupando apenas 9,2% do território [IBGE (s.d.)].

A dinâmica goiana teve impactos positivos sobre a economia, porém também teve impactos negativos, como o confinamento da pobreza em espaços onde a “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação tecnológica” sequer chegou. Ressalta-se que, com algumas exceções, como a Região Metropolitana de Goiânia e o Entorno do Distrito Federal, não se tratou de um crescimento dual²⁹ onde o progresso se apoia nas regiões deprimidas. A questão foi que alguns espaços que dispunham de superestrutura adequada (sudoeste, sul, sudeste, Região Metropolitana de Goiânia e Entorno do Distrito Federal) se atrelaram à “locomotiva” da economia global, enquanto outros (nordeste) permaneceram à margem. Outros ainda (centro, oeste, norte e noroeste) atrelaram-se à “locomotiva” em um período mais recente, embarcando em vários “vagões”, com destaque às obras de infraestrutura (BR-153 e Ferrovia Norte-Sul), que reforçarão a tradição goiana do comércio, da logística, da mineração e da agricultura.

Uma primeira conclusão, demasiadamente simplista, indica que a trajetória goiana está correta e que a questão central são os transbordamentos setoriais e espaciais: (i) o primeiro no sentido de garantir o crescimento; e (ii) o segundo no sentido de homogeneizar o espaço goiano retroalimentando o primeiro. Na verdade, Goiás precisa incorporar novos vetores de desenvolvimento para manter e ampliar os ganhos obtidos, além de difundir a dinamização de forma mais homogênea em todo o território estadual.

Nesse sentido, amadurecem mudanças no perfil econômico e social que sinalizam para um novo modelo. Goiás começa a ex-

²⁹ Essa teoria do desenvolvimento, nascida nos idos de 1940, inicialmente foi caracterizada pela oferta ilimitada de mão de obra e, mais tarde, entre outras questões, foram incorporadas as questões da difusão tecnológica e da demanda insuficiente, ambas alicerçadas na hipótese do consumo conspicuo das minorias de renda mais alta. De modo geral, essas teorias pressupõem que o desenvolvimento de um espaço se dá em detrimento de outro espaço que, por não se desenvolver, comparativamente acaba regredindo [Bastos e D’Ávila (2009); Nascimento (2013)].

perimentar um movimento de transição de suas atividades tradicionais (mineração, comércio, logística, expansão da fronteira agrícola e consolidação da moderna agricultura centrada em *commodities*) para atividades com diversificação produtiva, alta tecnologia e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. Nesse caso, as questões contemporâneas relacionadas ao meio ambiente geram uma gama de oportunidades calcadas em uma economia cada vez mais verde,³⁰ que, associadas à disponibilidade de recursos naturais, abrem oportunidades, para o setor agrícola, como: (i) reflorestamento de áreas degradadas atreladas ao mercado de carbono; (ii) aproveitamento da biodiversidade para produção de fármacos, cosméticos e essências, entre outros produtos; (iii) produção de biocombustíveis; e (iv) produções agrícolas mais intensivas e com cadeias de valor maiores a exemplo de hortaliças e fruticultura.

³⁰ Nos últimos anos, o conceito de economia verde vem ganhando força como um novo paradigma econômico, no qual a riqueza material da sociedade não é forçosamente obtida à custa de aumento dos riscos ambientais, da escassez de recursos e das disparidades sociais. A transição implica desafios e oportunidades em setores como: energia, indústria de transformação, transporte, resíduos, construção e turismo. Nos três primeiros, as maiores oportunidades são para a produção de riqueza usando menos recursos materiais e energia. No caso da indústria de transformação, o “enverdecimento” é essencial para qualquer esforço a fim de dissociar as pressões ambientais e o crescimento econômico. A atividade manufatureira verde difere-se da convencional na medida em que se propõe a reduzir a quantidade de recursos naturais necessários para produzir bens acabados por meio de processos mais eficientes de uso de energia e materiais, reduzindo também as externalidades negativas da produção associadas aos resíduos e à poluição. Assim, surge uma ampla gama possibilidades para investimento e inovação verde na indústria de transformação, incluindo desde o design e desenvolvimento de produtos até a substituição de materiais e energia. Uma estratégia da oferta envolve redesenho e melhoria da eficiência dos processos empregados nos principais subsetores da indústria de transformação intensivos em materiais provenientes do meio ambiente. Já a estratégia da demanda envolve a alteração da composição da demanda tanto da indústria como do consumidor final, ou seja, priorizar o uso de bens finais que incorporem materiais e energia com muito mais eficiência e/ou de produtos de design que exijam menos material em sua fabricação. Todos os diferentes ramos da indústria de transformação têm potencial significativo de melhoria da eficiência energética ainda que em grau variável e com várias necessidades de investimento. Estimativas indicam que os investimentos em eficiência energética durante as próximas décadas poderiam reduzir o consumo de energia industrial quase à metade. Em relação à melhoria da eficiência no uso de materiais, o desenvolvimento de parques ecoindustriais permitirá a implementação eficaz da produção em circuito fechado, elevando a vida útil dos materiais. O cenário de investimento verde para a indústria de transformação sugere que consideráveis melhorias na eficiência energética podem ser alcançadas. O investimento verde também aumentará o emprego no setor, com efeitos consideráveis na geração de empregos indiretos [IEDI (2011)].

Os investimentos industriais que diversificam a produção agrícola e adensam essas cadeias, a exemplo do tomate, do alho e de condimentos alimentares, são promissores, porém insuficientes. É preciso diversificar no sentido de atrair setores distintos da agricultura, como a farmoquímica, os equipamentos de precisão e tecnologia da informação. Um exemplo da diversificação industrial é o eixo Brasília-Goiânia, que movimentou mais de R\$ 220 bilhões em 2010³¹ [IMB (2011b)].

Além do setor agrícola, a superestrutura goiana é uma oportunidade ímpar para o crescimento da logística e do comércio, setores em que Goiás tem tradição. Cita-se como exemplo o município de Alexânia, no entorno do Distrito Federal, que criou uma zona com benefícios fiscais onde se instalaram vários *outlets*. Além disso, os recursos naturais e as belezas cênicas constituem grande potencial para expansão do turismo. Essas atividades, além de gerar riqueza, têm importante efeito sobre o crescimento da classe média, que demandará mais serviços especializados, retroalimentando a geração de riqueza.

Em resumo, a nova onda de expansão em Goiás conta com as mesmas vantagens competitivas da onda anterior, mas acrescenta o aproveitamento sustentável dos recursos naturais e possibilidades de crescimento do setor de serviços, os quais impactam positivamente o crescimento da classe média em consequência do aumento de renda e da urbanização.

³¹ Anápolis possui duas grandes indústrias automobilísticas, além de oito laboratórios farmacêuticos. Outra fabricante de veículos multinacional está em Catalão, no sul do estado, região que abriga Caldas Novas, o décimo destino turístico mais visitado do país com infraestrutura aeroportuária [IMB (2011b)].

FIGURA 4 Densidade populacional (hab.km⁻²) e IFDM³² dos municípios goianos no ano de 2010

FIGURA 4A Densidade populacional

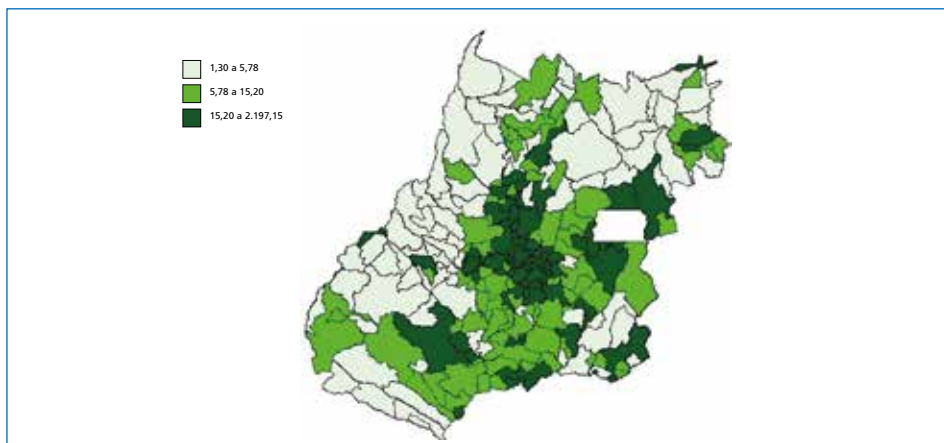
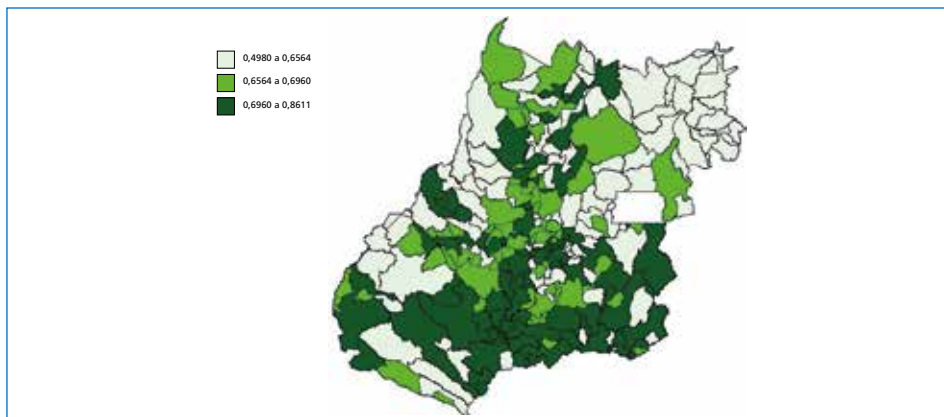


FIGURA 4B IFDM



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de IBGE (s.d.) e Firjan (s.d.).

³² O IFDM é uma boa referência do desenvolvimento, pois: (i) a avaliação do emprego e renda leva em conta a geração e o estoque de emprego formal, bem como seus salários médios; (ii) para avaliar o desenvolvimento da educação, a pesquisa avalia a taxa de distorção idade-série, o percentual de docentes com ensino superior, a média de horas-aula diárias, a taxa de matrícula na educação infantil, a taxa de abandono e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); e (iii) ao avaliar a saúde, o estudo leva em conta o número de consultas pré-natal, os óbitos por causas mal definidas e os óbitos infantis por causas evitáveis [Firjan (s.d.)].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia de Goiás passou de uma base primária (agrícola e mineração) para uma economia atrelada à “locomotiva do crescimento movida pela inovação tecnológica”, o que, a princípio, a caracteriza como moderna. Uma explicação para a dinâmica virtuosa de Goiás são os transbordamentos intersetoriais da agricultura para indústria e de ambos para os serviços. Esses transbordamentos promovem a geração de empregos qualificados, o que estimula o crescimento da classe média com reflexos positivos para o desenvolvimento econômico.

Nesse caso, em uma primeira análise elaborada pelo Instituto Mauro Borges [IMB (2013)] e confirmada nesse estudo, identificam-se três regiões economicamente distintas em Goiás: (i) a Metade Sul, composta pelas regiões sudeste, sul, sudoeste e Metropolitana de Goiânia; (ii) a Metade Norte, composta pelas regiões nordeste, norte, centro e oeste; e (iii) o Entorno do Distrito Federal.

A infraestrutura logística de Goiás, incluindo o Distrito Agroindustrial e a Estação Aduaneira do Interior, ambos em Anápolis, configura um nó estratégico de distribuição de cargas de abrangência nacional e internacional. Por sua localização estratégica, Goiás pode ser um centro nacional de serviços de logística integrada com oportunidades de agregar valor às mercadorias,³³ além de contribuir para consolidar os polos de desenvolvimento do Centro-Oeste. Quando concluídas, a Ferrovia Norte-Sul e a integração multimodal em Anápolis (Plataforma Logística Multimodal de Goiás) concretizarão o conceito de central de inteligência logística com acesso eficiente aos eixos de transporte rodoviário, ferroviário e aeroportuário, que permiti-

³³ No passado a logística cuidava do planejamento de vários itens importantes, como o armazenamento, a distribuição e a manutenção de vários materiais, como armas, roupas, além de alimentos, saúde, transportes etc. Na atualidade, a logística, além dos valores inerentes à atividade (de lugar, de tempo, de qualidade e de informação), um centro logístico pode considerar a montagem, o processamento e a embalagem, entre outros aspectos de agregação de valor em uma cadeia de produção [Moura (2006)].

rá a integração do Centro-Oeste com as principais rotas logísticas do país [IMB (2013)].

O futuro econômico de Goiás é promissor, porém, é preciso atenção com alguns aspectos. A dinamização das áreas menos dinâmicas e a redução da heterogeneidade não são simples. Requerem a criação de uma superestrutura que possibilite a inserção dessas regiões na “imensa teia de relações” globais se atrelando aos “vagões” da “locomotiva do desenvolvimento movida pela inovação tecnológica”. O desenvolvimento de algumas áreas, como a Metade Sul e o Entorno do Distrito Federal, é bem mais complexo, pois depende da diversificação de atividades geradoras de emprego e renda. A questão é que essa diversificação esbarra na precariedade da superestrutura local. Ainda, é preciso atenção para a qualificação das futuras gerações preparando-as para ingressar no modelo de desenvolvimento vigente. Investimentos em saúde, educação e infraestrutura são essenciais, mas é necessário romper com o ciclo do atraso integrando economicamente as regiões hoje marginalizadas ao mundo por meio de atividades novas, além de promover o crescimento da classe média regional.

Até o presente as políticas foram virtuosas em transformar os recursos naturais goianos em recursos econômicos com base em uma superestrutura (recursos naturais, capital, empreendedorismo e infraestrutura) bem constituída. Já as transformações necessárias para atrelar integralmente Goiás aos diferentes “vagões da locomotiva” são mais complexas. Nesse sentido, Furtado (1954) destacou que os primeiros passos para a construção do capital físico são relativamente fáceis, a dificuldade em manter a trajetória de crescimento do capital físico sobressai quando este demanda mais intensamente o capital social. A questão que surge dessa afirmação é: como medir o capital social? Segurança, saúde, educação etc. são indicadores importantes, mas não qualificam o capital social e, por si só,

não definem as estratégias necessárias para a dinamização de regiões decadentes e muito menos para a superação da heterogeneidade goiana. Levando isso em conta, o sucesso no futuro não depende apenas das experiências presentes e passadas; na maioria dos casos, ele requer a quebra de paradigmas. A questão é que analisar trajetórias e, se necessário, estabelecer medidas para romper paradigmas, requer planejamento e instituições adequadas – condições essenciais para o desenvolvimento das superestruturas virtuosas que o futuro de Goiás requer.

REFERÊNCIAS

- ABDON, M. M. *et al.* Classificação de pastagens degradadas nos municípios de Corguinho e Rio Negro, MS, utilizando fusão de imagens CBERS. *Geografia*, Rio Claro, v. 34, número especial, p. 709-720, 2009.
- AGRITEMPO. *Sistema de Monitoramento Agrometeorológico*. [On-line]. Disponível em: <<http://www.agritempo.gov.br/agritempo/>>. Acesso em: 27 fev. 2014.
- AUTY, R. M.; GELB, A. Political economy of resource-abundant states. In: AUTY, R. M. (org.). *Resource abundance and economic development*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 126-144.
- BASTOS, C. P.; D'AVILA, J. G. O debate do desenvolvimento na tradição heterodoxa brasileira. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 13, n. 2, p. 173-199, mai.-ago. 2009.
- CASTRO, M. M. *Análise econômica e tecnológica da produção orgânica de propriedades de agricultura familiar do Distrito Federal e entorno*. 42 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Agronomia) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2005.
- CBN GOIÂNIA. Consumo da classe média em Goiás cresce cerca de R\$ 2 bi. *Brasil Popular*, 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cbngoiania.com.br/programas/cbn-goiania/cbn-goia%3%A2nia-1.213644/consumo-da-classe-m%3%A9dia-em-goia%3%A1s-cresce-cerca-de-r-2-bi-1.468668>>. Acesso em: 27 fev. 2014.
- CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Editora UFG, 1997. 247p.
- CORREA, A. M. C. J.; FIGUEIREDO, N. M. S. Riqueza, desigualdade e pobreza: um perfil da região Centro-Oeste no início do século XXII. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 45-65, 2006.

DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (org.). *Estrutura e dinâmica do setor de serviços no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006. 502 p.

FIORI, J. P. O.; CAMPOS, J. E. G.; ALMEIDA, L. Variabilidade da condutividade hidráulica das principais classes de solos do estado de Goiás. *Geociências*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 229-235, 2010.

FIRJAN – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal [On-line]. Disponível em <<http://www.firjan.org.br/ifdm>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

FURTADO, C. O mecanismo do desenvolvimento. In: _____. *Economia brasileira (contribuição à análise do seu desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954, p. 191-210.

GOIÁS. *Infraestrutura e energia* [On-line]. Disponível em: <<http://www.goias.gov.br/paginas/invista-em-goias/infraestrutura-e-energia>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

IEDI – INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Sustentabilidade: nova fronteira para a política industrial. *Análise IEDI*, 20 mai. 2011. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20110520_sustentabilidade_nova_frenteira_para_a_politica_industrial.html>. Acesso em: 27 fev. 2014.

IMB – INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Produto Interno Bruto dos municípios goianos – 2010*. Goiânia: Segplan, 2011a. 40 p.

_____. *Produto Interno Bruto do estado de Goiás – 2010*. Goiânia: Segplan, 2011b. 40 p.

_____. *Estado de Goiás: características socioeconômicas e tendências recentes*. Goiânia: Segplan, 2013. 85 p.

JORGENSON, D. W. Innovation and productivity growth. *American Journal of Agricultural Economics*, v. 93, n. 2, p. 276-296, 2011.

MOURA, B. C. *Logística: conceitos e tendências*. Lisboa: Centro Atlântico Ltda., 2006. 172 p.

NASCIMENTO, E. *As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da região metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social*. 243 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2013.

PALACIN, L. M.; DE SANT'ANNA, M. A. *História de Goiás*. Goiânia: Imprensa da UFGO, 1975. 125 p.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Tradução: Monica Baumgarten de Bolle. Intrínseca, 2014. 672 p.

RIBEIRO, F. A.; RODRIGUES, O. S. Parque Tecnológico de Anápolis, estratégia de desenvolvimento sustentável do Estado de Goiás. In: XXIII SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, Recife (PE), 2013. *Anais...* 2013. Disponível em: <<http://anprotec.org.br/anprotec2014/files/artigos/artigo%20%2819%29.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

RODRIGUES, W.; VASCONCELOS, S. J.; BARBIERO, A. Análise da efetividade socioeconômica do Prodecir III no município de Pedro Afonso, Tocantins. *Pesquisa Agropecuária Tropical*, Goiânia, v. 39, n. 4, p. 301-306, out.-dez. 2009.

SANTOS, R. J. *Gaúchos e mineiros do cerrado*. Uberlândia: EDUFU, 2008. 249 p.

SEINFRA – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE GOIÁS. *Balço energético do estado de Goiás 2011*. Disponível em: <<http://www.seinfra.go.gov.br/post/ver/104063/balanco-energetico>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

SIDONIO, L. *et al.* Panorama da aquicultura no Brasil: desafios e oportunidades. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, BNDES, v. 35, p. 421-463, mar. 2012.

VIEIRA JUNIOR, P. A.; VIEIRA, A. C. P.; BUAINAIN, A. M. O Centro-Oeste brasileiro como fronteira agrícola. Grupo Temático: Globalización y Cambios Estructurales y Sociales de la Agricultura. In: VII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL (ALASRU), Quito/Equador, 2006. *Anais...* 2006. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cd alasru2006/07%20GT%20Pedro%20Abel%20Vieira%20Junior,%20Adriana%20Carvalho%20Pinto%20Vieira,%20Antonio%20Marcio%20Buainain.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. *World Economic Forum Annual Meeting 2014*. Disponível em: <<http://www.weforum.org>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

13

Perspectivas para o desenvolvimento de Mato Grosso*

ALEXANDRE MAGNO DE MELO FARIA

* Adaptação da palestra apresentada na 7ª Reunião Extraordinária do Comitê de Arranjos Produtivos, Inovação, Desenvolvimento Local, Regional e Socioambiental (CAR-IMA) do BNDES (Encontros com Parceiros Estratégicos), realizada em 24 de junho de 2013 na sede do BNDES, no Rio de Janeiro.

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar as principais características que conformam o desenvolvimento econômico e socioambiental de Mato Grosso, buscando identificar alguns entraves e oportunidades de adensamento de arranjos produtivos locais (APL). Grande parcela do valor adicionado permanece atrelada à disponibilidade de recursos naturais e às condições edafoclimáticas regionais. Para manter a expansão econômica e proporcionar elevação do bem-estar social, os agentes econômicos e tomadores de decisão precisam incorporar ações que realmente aceitem os limites biofísicos da natureza. Em adição, deve-se aprofundar a formação e atração de capital humano capaz de conduzir pesquisas que gerem inovações e aproveitem as vantagens comparativas da existência de biodiversidade singular. Conclui-se que, além de fortalecer os empreendimentos ligados ao agronegócio empresarial, Mato Grosso possui amplas possibilidades de desenvolvimento de arranjos produtivos diversos, transbordando efeitos sistêmicos pelo tecido social regional.

ABSTRACT

This paper aims to present the main features that led to economic and socio-environmental development in the state of Mato Grosso, seeking to identify some of the barriers and opportunities to consolidate local production systems (APL). Added value remains largely tied to the availability of natural resources and to regional climate conditions. To maintain economic growth and provide better social well-being, economic agents and decision-makers need to incorporate efforts that actually accept nature's biophysical limits. In addition, efforts should be made to increase training and attract human capital that is capable of conducting research that generates innovations and takes comparative advantage of the existing specific biodiversity. It is concluded that, besides strengthening undertakings linked to corporate agribusiness, Mato Grosso has vast opportunities to develop several production systems, surpassing systemic effects regionally and socially.

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso, localizado na Região Centro-Oeste do Brasil e integrado à Amazônia Legal, tem suas divisas políticas a leste com Goiás e Tocantins, ao norte com os estados do Pará e

do Amazonas, a oeste com Rondônia e a República da Bolívia e ao sul com o Mato Grosso do Sul. Sua capital, Cuiabá, está localizada na mesorregião centro-sul do estado.

Mato Grosso possui 903 mil km² de área, com 478 mil km² cobertos pelo Bioma Amazônia,¹ 367 mil km² cobertos pelo Bioma Cerrado² e 58 mil km² pelo Bioma Pantanal³ (Figura 1).⁴ Seus 141 municípios estão integrados a 22 microrregiões e cinco mesorregiões (norte, nordeste, sudeste, centro-sul e sudoeste). Em 74 municípios, o bioma amazônico é predominante; em 62 municípios, o Bioma Cerrado é o mais representativo; e, em apenas cinco, o bioma pantaneiro predomina.

Há 42 municípios que apresentam somente o bioma amazônico em seu território e quarenta que apresentam somente o Bioma Cerrado. Em 44 municípios há presença concomitante de Amazônia e Cerrado, em geral na área de transição, com ecótono e enclaves. Em sete municípios, há presença simultânea de Cerrado e Pantanal e, em seis, há presença conjunta de Amazônia e Pantanal. Em Barão de Melgaço, o bioma pantaneiro está presente de forma isolada. O único município onde os três biomas estão presentes é Cáceres, com amplo predomínio do Pantanal.

De forma principal ou secundária, o bioma amazônico está presente em 93 municípios, o Bioma Cerrado em 92 e o pantaneiro em 15 municípios. Desse mosaico, depreende-se que o processo de interação com a natureza é complexo em Mato Grosso, com especificidades que remetem a um entendimento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica regional e local para garantir um sistema extrativo e produtivo capaz de sustentar a reprodução socioambiental da população residente e gerar excedentes exportáveis. Os biomas são suportes que conformam os métodos e técnicas de apropriação de seus recursos, que podem constri-
ger ou estimular a expansão socioeconômica diante da capacida-

¹ Correspondentes a 52,9% do território mato-grossense.

² Correspondentes a 40,6% do território mato-grossense.

³ Correspondentes a 6,5% do território mato-grossense.

⁴ Conforme Sema-MT (2011).

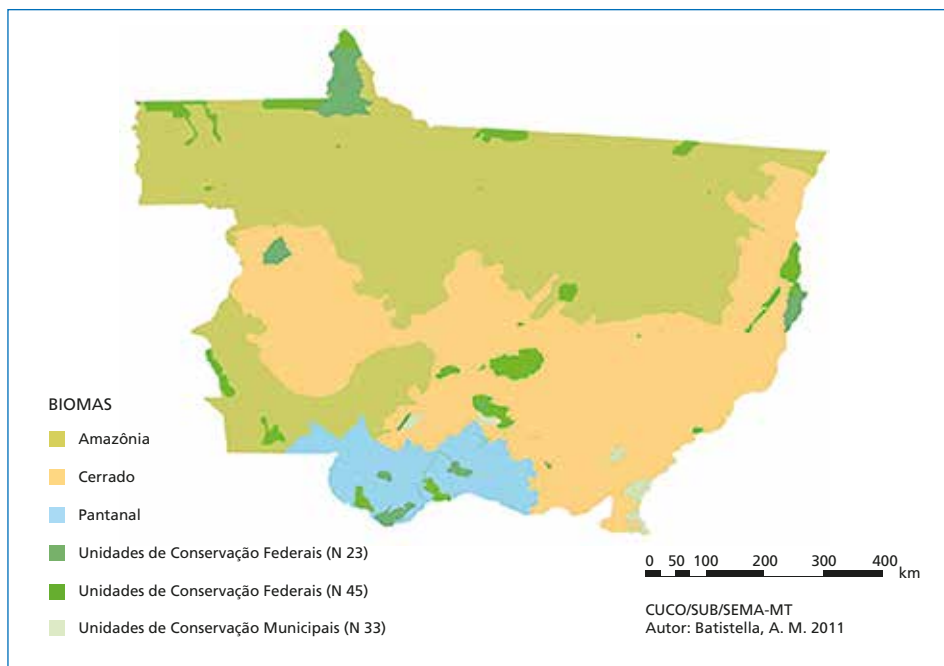
de técnica e institucional disponível. Mesmo sendo a Amazônia o maior bioma, o Cerrado e o Pantanal e suas diversas interpenetrações representam uma importante dimensão espacial que remete a uma construção sociocultural capaz de interagir com o ambiente de forma coerente com as especificidades ecológicas.

O Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense alcançou R\$ 59,599 bilhões em 2010, com pouco mais de 58% de seu valor gerado em apenas 13 municípios, locais onde a economia superou a cifra de R\$ 1,000 bilhão. Desses 13 municípios, 12 estão localizados em regiões em que o Bioma Cerrado está presente de forma isolada ou principal. Somente em Sinop o bioma amazônico está presente de forma principal e isolada. A agropecuária representa 22,1% e a indústria de transformação apenas 11,7% do PIB de Mato Grosso.

A população total de Mato Grosso alcançou 3,035 milhões em 2010, com uma renda *per capita* de R\$ 19,6 mil. A densidade demográfica estadual é de 3,6 habitantes por km². Cerca de 82% da população reside no espaço urbano e 18% no espaço rural. Grande parcela da população e da produção concentra-se nos municípios essencialmente agropecuários que utilizam o Bioma Cerrado como suporte. Nos 13 municípios com PIB superior a R\$ 1,000 bilhão, concentram-se 49% da população regional.

Os principais municípios agropecuários com PIB superior a R\$ 1,000 bilhão são Primavera do Leste, Sorriso, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Tangará da Serra, Sapezal, Campo Novo do Parecis e Campo Verde. Outros municípios com PIB acima de R\$ 1,000 bilhão são Rondonópolis, que mantém uma economia agroindustrial, e Alto Araguaia, que possui um terminal logístico ferroviário. Duas economias com PIB acima de R\$1,000 bilhão são diversificadas: Cuiabá e Várzea Grande. Desses 13 municípios, seis encontram-se na mesorregião norte, quatro na mesorregião sudeste, dois na mesorregião centro-sul e apenas um na sudoeste. Na mesorregião nordeste não há nenhum município com PIB acima de R\$ 1,000 bilhão.

FIGURA 1 Biomas de Mato Grosso: Amazônia, Cerrado e Pantanal



Fonte: Sema-MT (2011).

CONTEXTO HISTÓRICO

A ocupação de Mato Grosso se orientou desde o século XVIII à porção sul do estado, na região nucleada por Cuiabá, acessada por hidrovias pantaneiras. No Pantanal, floresceram duas ocupações importantes: Poconé e Cáceres. O avanço para o oeste (Vila Bela da Santíssima Trindade) não engendrou uma ocupação mais efetiva que pudesse gerar uma estrutura produtiva mais forte na fronteira ocidental. *Grosso modo*, a extração aurífera se estendeu desde a ocupação lusa em 1719 na região de Cuiabá até cerca de 1796, quando as lavras da região de Vila Bela entraram em colapso, bem como toda a navegação e comercialização com Belém através da bacia do Guaporé. Entre

1796 e 1870, a província de Mato Grosso permaneceu empobrecida e isolada, basicamente mantendo-se com produção de subsistência e aportes do governo central.

Após a Guerra do Paraguai, em 1870, a navegação no rio Paraguai foi reestabelecida e novos vetores econômicos se implantaram em Mato Grosso, como a industrialização da carne bovina, a extração de poaia, de borracha e de erva-mate. Seguiu-se um importante momento de acumulação, principalmente pela exportação de produtos extrativos. A rápida exaustão das reservas de poaia e a concorrência da borracha inglesa na Ásia desestruturaram esses dois sistemas extrativos no início do século XX. A ferrovia inaugurada em 1915 ligando Campo Grande a São Paulo facilitou a exportação de bovinos, sem expandir a instalação de frigoríficos. Com a exaustão das reservas de erva-mate na década de 1930, a economia de Mato Grosso se especializou como fornecedora de proteína animal até o fim da década de 1980.

Entre a década de 1940 e 1980, foram envidados esforços de privatização de terras públicas, instalação de projetos de colonização pública e privada, construção de rodovias, sistemas de comunicações e incentivos à migração.⁵ Até o fim da década de 1970, a população e a produção ainda estavam fortemente concentradas na região centro-sul, ocupando parcela do Cerrado e do Pantanal e, após as políticas de ocupação da Amazônia e do Cerrado (Poloamazônia e Polocentro), a produção agropecuária começa a se estabelecer nos eixos rodoviários das BRs 163 (Norte-Sul), 364 (Sudeste-Noroeste) e 070 (Nordeste-Sudoeste), em direção ao sudeste e norte mato-grossense [Pereira (2007)]. Apesar de a pecuária permanecer como principal sistema econômico, a soja foi introduzida no fim da década de 1970, trazida pelos migrantes sulistas com *expertise* em lavouras temporárias.

⁵ Ver com maiores detalhes o trabalho de Ribeiro (2013).

A IMPLANTAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EMPRESARIAL

A década de 1980 foi um período de transição de um sistema pecuário na região pantaneira para um sistema de produção de grãos na porção sudeste e norte. O fluxo migratório intensificou-se e há uma crescente demanda exógena de soja. Há uma reorganização global das forças produtivas, e o Brasil inicia um processo de integração competitiva. Mas foi na década de 1990 que a economia global alavancou a integração de mercados, com fortes fluxos comerciais de bens e serviços, expandiu o uso dos sistemas de tecnologia da informação e ampliou o investimento direto externo (IDE) e o aporte de capitais financeiros em países em desenvolvimento. A globalização da economia mundial e a participação ascendente de Mato Grosso inseria novos vetores no processo de crescimento econômico regional. Nesse compasso, a Lei Kandir e a Lei de Proteção de Cultivares também tiveram impacto direto na economia mato-grossense.

A Lei Complementar 87, de 13 de setembro de 1996, conhecida como Lei Kandir, isentou do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semielaborados com destino à exportação. Em média, os produtos agrícolas brasileiros alcançaram uma desvalorização fiscal em torno de 10%, ganhando competitividade no mercado internacional pela eliminação da "exportação" de ICMS [Kume e Piani (1997); Pereira e Faria (2000)]. A promulgação da Lei 9.456/97, a chamada Lei de Proteção de Cultivares, que integrou o Brasil ao grupo de países da União Internacional para a Proteção de Obtenções Cultivares (UPOV), também influenciou na criação de um novo ambiente institucional para o investimento de capitais na produção primária, pois garantiu os direitos de propriedade sobre as sementes. Após a lei, várias empresas privadas nacionais e internacionais passaram

a desenvolver ou adaptar cultivares próprias ou linhagens promissoras no Brasil, potencializando as inovações de processos e produtos baseados em programas de pesquisa em genética e melhoramento vegetal [Carraro (2001); Faria (2012); Freire e Farias (2001)].

No caso de Mato Grosso, essas duas mudanças institucionais permitiram um *boom* da produção de soja, milho e algodão a partir de 1997, pois o custo de produção foi reduzido, garantindo maior acumulação de capital, além da oferta de melhores sementes que propiciaram inserção de biotecnologia com impactos diretos na produtividade agrícola. A produção agrícola mato-grossense inicia um período de rápida absorção de novas terras e de elevação da tecnificação, com aporte de maquinário, agroquímicos e biotecnologia. O PIB de Mato Grosso passa a crescer a uma taxa superior à média nacional, e as exportações de produtos relacionados ao agronegócio empresarial passam a representar importante parcela da formação da renda regional.⁶

Percebe-se que a soja não recebeu incentivo direto do governo regional, apenas a isenção de impostos de exportação a partir de lei federal (Lei Kandir). Não obstante, a sojicultura estrutura-se como o principal vetor de ocupação de terras agrícolas e formação de renda regional, em que pese a reduzida taxa de transformação industrial verificada na década de 1990 e início dos anos 2000. A demanda de soja no mercado externo tem a característica de ser inelástica, ou seja, as flutuações do preço não chegam a inibir a demanda externa, que mantém taxa de expansão desde 1990. Os impactos da redução de carga tributária, da oferta de transporte ferroviário, de expansão da oferta de melhores pacotes de sementes e da maior disponibi-

⁶ Dados da Balança Comercial de 2006 (somados os mercados interno e externo) indicam que o principal setor exportador de Mato Grosso é o "cultivo e beneficiamento de soja", com R\$ 7,2 bilhões, seguido por "carne e derivados", com R\$ 2,1 bilhões (que inclui as rações como insumo), "extração e beneficiamento de madeira/móveis", com R\$ 688 milhões, "cultivo e beneficiamento de algodão/têxteis", com R\$ 608 milhões, e "cultivo de cana, produção de açúcar e álcool", com R\$ 221 milhões [Faria et al. (2009a)].

lidade de energia foram percebidos na atividade econômica a partir de 1997.

No início da década de 1990, a área agrícola das principais culturas ocupava cerca de 2 milhões de hectares, com a soja representando cerca de 66% dessa área. A incorporação de terras expandiu a uma taxa de 7,7% ao ano entre 1990 e 2011, alcançando uma área agrícola de 9,5 milhões de hectares em 2011.⁷ Nesse último ano, a soja representou quase 68% da área agrícola. A milhocultura e a cotonicultura também se expandiram bastante nesse período, com taxas de 9,8% e 13,8% ao ano respectivamente. A soja cresceu a uma taxa de 8,2% ao ano. A produção de cana também se expandiu, com uma taxa de 6,8% ao ano, porém o zoneamento da cultura tem limitado sua expansão tanto ao norte, em direção à Amazônia, quanto ao sul, em direção ao Pantanal.

A produção em toneladas da safra agrícola de Mato Grosso cresceu a uma taxa superior à incorporação de terras, demonstrando uma elevação da produtividade agrícola. Enquanto as áreas cresceram a 7,7% ao ano, a produção física cresceu a 9,1% ao ano, com destaque para a sojicultura. Em 1990 a safra de soja foi de 3,0 milhões de toneladas, enquanto em 2011 alcançou 20,8 milhões. A oferta de soja cresceu a uma taxa média de 9,7% ao ano. A oferta de algodão cresceu a 20,7% ao ano e a de milho a 13,0% ao ano. No total, a oferta partiu de um patamar de 7,5 milhões de toneladas em 1990 para 46,1 milhões de toneladas em 2011. As três principais culturas em 2011 foram soja, milho e algodão. Essas culturas respondiam por 49,3% da produção física em 1990 e alcançaram 67% em 2011. No caso do algodão, a totalidade da produção passa pelo processamento

⁷ Deve-se fazer uma ressalva quanto à área total registrada. As culturas de soja e milho geralmente ocupam a mesma área, porém em tempos diferentes. No manejo da principal cultura, a soja, utiliza-se em sua rotação o plantio de milho, tanto para intensificar o uso do solo quanto para realizar a rotação de culturas que reduz a população de espécies que predam as culturas. Assim, grande parcela do registro da safra de milho é sobreposta com a área de sojicultura.

inicial, o beneficiamento que separa a fibra do caroço. Somente com esse processamento os produtores recebem o incentivo do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalmat), de redução de 75% de ICMS. Além disso, o caroço, outrora considerado um subproduto sem valor, está sendo utilizado na ração de bovinos e ovinos em confinamento e para a produção de biodiesel. Após essa fase inicial, quase a totalidade da fibra é comercializada com indústrias têxteis de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais, com capacidade de processamento de apenas 15% da fibra em Mato Grosso.

Na cadeia produtiva da soja ainda há grande potencial de elevação dos níveis de processamento industrial dentro das fronteiras de Mato Grosso, tanto para a extração do óleo para consumo humano quanto para a fabricação de biodiesel e de rações animais. No caso do milho, grande parcela é transformada em ração para ser utilizada como insumo na produção de aves, ovos, ovinos e bovinos, além da implantação de indústrias de fabricação de etanol de milho e de produtos para alimentação humana.

O valor da produção registrado demonstra que os preços relativos de todas as culturas têm se elevado, pois a taxa real de expansão do valor tem sido superior à produção física.⁸ Enquanto a produção física cresceu a 9,1% ao ano, o valor da produção se expandiu a 14,1% ao ano, indicando valorização das culturas agrícolas regionais. A maior valorização registrada foi do algodão, com 25,5% ao ano, seguido do milho, com 15,7% ao ano, e da soja, com 14,2% ao ano. Não por acaso esses três sistemas representam 95% da área cultivada em 2011.

No caso da cotonicultura, que apresenta concentração espacial nas regiões sudeste e norte de Mato Grosso, cerca de 50% da produção destina-se ao mercado internacional, sendo beneficiado pela redução de ICMS prevista na Lei Kandir. Os demais

⁸ Preços deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

50% são comercializados no mercado nacional e recebem incentivos do Proalmat. Seja qual for o destino do algodão, as institucionalidades criadas na década de 1990 têm garantido sua produção em território mato-grossense, que concentra cerca de 50% do algodão brasileiro e 2,5% do algodão mundial.

A sojicultura também recebe incentivos da Lei Kandir, sendo exportada em grão ou processada. Existem diversas plantas processadoras de soja em Mato Grosso, tanto para farelo e óleo quanto para biodiesel, instaladas em Rondonópolis, Primavera do Leste, Alto Araguaia, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Cuiabá. As processadoras têm potencial de esmagar até 35,3 mil toneladas diárias de soja. Anualmente é possível processar cerca de 9,1 milhões de toneladas, representando 44% da produção mato-grossense.

Analisando a renda gerada por hectare, percebe-se uma intensificação do uso do solo, com uma taxa de crescimento de 6,4% ao ano de renda real por unidade de área. A cultura com maior incremento foi a cotonicultura, com 11,6% ao ano entre 1990 e 2011. O incremento de 5,9% ao ano da sojicultura é uma indicação de forte expansão da renda regional, pois essa cultura apresenta elevada participação na formação das riquezas de Mato Grosso. Ademais, a renda média gerada por hectare se elevou de R\$ 553, em 1990, para R\$ 2.174, em 2011.⁹

Essa expansão da área e dos preços relativos das principais culturas agrícolas em 14,1% ao ano tem explicado a expansão do PIB mato-grossense a uma taxa de 11,4% ao ano entre 1990 e 2010, perante uma taxa de 6,3% ao ano do PIB nacional no mesmo período. No conjunto, a agropecuária cresceu a uma taxa de 16,3%, respondendo por cerca de 20,0% do PIB em 2010, perante 12,0% de sua participação em 1990. Esse fortalecimento em oito pontos percentuais demonstra uma crescente importância

⁹ A preços constantes de 2011.

na formação do valor, na geração de renda, na estruturação de sistemas de oferta de insumos e de processamento dos produtos, na logística e na oferta de serviços financeiros, de qualificação e de apoio diverso. Apesar de a indústria de transformação ter crescido a uma taxa de 9,6% ao ano no mesmo período, permaneceu abaixo da média do conjunto regional, demonstrando um descompasso entre a oferta de produção primária e a capacidade de processamento industrial. Em 1990, a indústria de transformação respondia por 10,9% do PIB de Mato Grosso, e em 2010 essa participação esteve em 10,4%. Esses dados mostram como a base de agregação de valor na economia mato-grossense ainda está fortemente atrelada à economia agrária, mesmo na presença de oferta de energia, incentivos fiscais e de logística de transporte para o setor industrial.

Em paralelo à expansão da área agrícola, a pecuária bovina também continuou expandindo. Em 1990, havia cerca de 9 milhões de cabeças, que ocupavam aproximadamente 10 milhões de hectares de pastos. Entre 1990 e 2011, a taxa de crescimento do rebanho foi de 5,7% ao ano, alcançando pouco mais de 29 milhões de cabeças em 2011. Dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam uma área de pastagem de cerca de 32 milhões de hectares ocupados pela bovinocultura em 2010. A área de Mato Grosso é de cerca de 90 milhões de hectares, o que demonstra que a pecuária ocupa 35% do território mato-grossense. Além disso, contabilizam-se cerca de 8 milhões de hectares de pastos degradados que estão passando por uma reconversão para áreas de sojicultura. Destaca-se também a forte expansão do rebanho de ovinos¹⁰ a uma taxa de 10,1% ao ano entre 1990 e 2011, utilizando principalmente pastagens, mas complementada com rações produzi-

¹⁰ A ovelha (*Ovis aries*), que pode ser chamada, no masculino, de carneiro e, quando pequena, de cordeiro, anho ou borrego, é um mamífero ruminante bóvido da subfamília *Caprinae*, que também inclui a cabra.

das a partir do milho, soja, arroz, girassol e caroço de algodão. Destaca-se que a oferta de carne de ovinos não alcança a demanda crescente, havendo um hiato a ser resolvido.

A produção de aves também se apresenta com uma taxa de crescimento bastante elevada, a 8,7% ao ano entre 1990 e 2011. Destacam-se na produção de aves e ovos os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste [Faria *et al.* (2009a)]. Somente na produção de aves para abate destacam-se Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Marilândia, Sorriso e Cáceres [Franco, Bonjour e Pereira (2009)]. Grande parcela da oferta de proteína animal de aves e ovos deriva da oferta de rações de milho e soja produzidas em Mato Grosso. A produção de cereal e oleaginosa tem garantido a transformação da produção vegetal e animal e a crescente agregação de valor na economia regional. Por fim, a oferta de rações também tem impulsionado a produção de suínos a uma taxa de 4,0% ao ano entre 1990 e 2011, com destaque para o processamento industrial em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Diamantino, Campo Verde e Rondonópolis.

Em que pesem as elevadas taxas de expansão da economia mato-grossense, deve-se refletir sobre ao menos duas questões relacionadas ao vetor de expansão econômica: o desmatamento e perda de biodiversidade e a estrutura fundiária que sustenta a produção. O desmatamento verificado no período entre 1990 e 2010 alcançou 12,3 milhões de hectares de floresta, representando 13,6% da área de Mato Grosso. O pico de desmatamento ocorreu no ano de 1995 e no período entre 1998 e 2004, período subsequente à Lei Kandir e de grande incorporação de novas terras à produção vegetal e animal. No primeiro biênio do Governo Blairo Maggi (2003-2004), ocorreram os dois maiores registros de desmatamento em Mato Grosso, com perda de 2,2 milhões de hectares de floresta. Somente no período 2000-2004, foram adicionados 12,0 milhões de hectares à atividade produtiva.

Em 2005, houve uma forte crise econômica do agronegócio que arrefeceu o avanço da fronteira agrícola, e em 2006 iniciou-se maior fiscalização e controle sobre o desmatamento ilegal, que tem gerado taxas de desmatamento decrescentes desde então. No quinquênio 2006-2010, foram desmatados 1,2 milhão de hectares de floresta.

Os produtos extraídos da floresta que causam o desmatamento são o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora. O carvão vegetal tem apresentado uma taxa de crescimento de 18,2% ao ano entre 1990 e 2011, em especial nas áreas de Cerrado. A transformação em carvão da biodiversidade nativa se acelerou a partir de 2004. Entre 1990 e 2003, a média de produção de carvão vegetal derivado de extração foi de 4,317 mil m³. Entre 2004 e 2011, essa média se elevou para 49,068 m³. Esse é um sistema a que se deve ter atenção para evitar a perda crescente de biodiversidade regional. Por outro lado, o uso da floresta como lenha tem decrescido a uma taxa de 3,6% ao ano entre 1990 e 2011. Entre 1990 e 2000, a média de extração permaneceu em 3,006 mil m³ e, entre 2001 e 2011, recuou a 1,972 mil m³. Por fim, a extração de madeiras tem apresentado uma redução anual de extração de 1,8% ao ano entre 1990 e 2011. Apesar de estar sendo objeto de maior controle no manejo e extração de madeira, representa o terceiro setor econômico com maior peso no saldo positivo da Balança Comercial [Faria *et al.* (2009)]. Isso se deve à expansão dos preços relativos, que têm se elevado a uma taxa de 37,2% ao ano entre 1996 e 2011,¹¹ partindo de um preço de R\$ 92,06 o m³, em 1996, para R\$ 12.443,18 o m³, em 2011.¹² Não obstante sua importância econômica e social, esse sistema extrativo apresentou uma retirada anual média de 2,7 milhões de m³ entre 1990 e 2011.

¹¹ A série de dados do IBGE não contempla o período 1990-1995 para o valor da extração de madeira.

¹² Preços deflacionados pelo IGP-DI de dezembro de 2011.

A partir da constatação de uma grande perda de biodiversidade e das dificuldades em controlar a ocupação territorial, diversos movimentos sociais e estruturas institucionais do Judiciário estadual e federal e do Executivo federal pressionaram o Governo do Estado de Mato Grosso a finalizar e apresentar o zoneamento socioeconômico e ecológico à Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que ocorreu em abril de 2008. Após os trâmites legislativos e diversas audiências públicas, um projeto de lei substitutivo foi enviado ao plenário e aprovado no início de 2011 e sancionado pelo governador.

Sendo um instrumento fundamental para a política de planejamento e ordenamento territorial para atividades econômicas do estado, com definição das áreas produtivas, das áreas de utilização restrita e de reservas biológicas, esperava-se que o substitutivo fosse erigido sob os dados científicos das condições biofísicas regionais. O texto legal aprovado acabou sendo questionado, e a Justiça de Mato Grosso determinou a suspensão dos efeitos da Lei 9.523/11, que trata do zoneamento. Enquanto o atual instrumento permanecer subordinado à influência política e não incorporar informações técnicas e científicas, o zoneamento não poderá cumprir seus objetivos de garantir a produção agropecuária respeitando os limites biofísicos, princípios básicos da sustentabilidade.

Outra questão fundamental é a questão agrária. O acesso à terra e aos instrumentos de trabalho são elementos fundamentais na possibilidade de desenvolvimento rural equilibrado. Em Mato Grosso, as atividades agropecuárias desenvolvem-se em uma situação fundiária representativa de forte desigualdade, oriunda do processo histórico de ocupação do território e das políticas de colonização implantadas, predominando, quanto à extensão territorial, as grandes propriedades. As pequenas e médias unidades agropecuárias concentram-se nos projetos de colonização, particularmente nas regiões norte e sudoeste.

A concentração da posse da terra apresenta-se significativa em todo o estado de Mato Grosso.

Na Tabela 1, pode-se verificar a concentração fundiária visualizando os dados de Mato Grosso nos Censos Agropecuários de 1995-1996 e de 2006 do IBGE. Os estabelecimentos com área acima de mil hectares representavam apenas 9% do total de unidades agrícolas em 1995-1996, porém, apropriavam 83% de toda a área antropizada. Eram apenas 8.011 estabelecimentos, em um universo de 78.749 unidades agropecuárias. Controlavam 40.977 milhões de hectares, ou 409.777 km², representando 45,4% da área total de Mato Grosso. No outro extremo, encontravam-se as pequenas unidades, com extensão de área inferior a cinquenta hectares, que representavam 41% de todos os estabelecimentos, que, entretanto, apropriavam-se de apenas 1% da área antropizada. Eram 32.044 estabelecimentos em um universo de 78.749 unidades agropecuárias. Controlavam apenas 652,6 milhões de hectares, ou 6.526 km², representando 0,007% da área total de Mato Grosso.

TABELA 1 Participação dos grupos de área na estrutura fundiária de Mato Grosso: 1995-1996 e 2006

Grupo de áreas (hectares)	1995-1996		2006	
	Estabelecimentos (%)	Área (%)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Menos de 50	41	1	47	2
50 a menos de 100	19	2	21	3
100 a menos de 500	25	8	19	9
500 menos de 1.000	6	6	5	7
Acima de 1.000	9	83	8	79

Fonte: IBGE.

No Censo Agropecuário de 2006, os estabelecimentos com área acima de mil hectares representavam apenas 8% do total de unidades agrícolas e se apropriavam de 79% de toda a área antropizada. Eram apenas 8.744 estabelecimentos, em um universo de 111.971 unidades agropecuárias. Controlavam 37.944 milhões

de hectares, ou 379.448 km², representando 42,0% da área total de Mato Grosso. No outro extremo, as pequenas unidades com extensão de área inferior a cinquenta hectares representavam 47% de todos os estabelecimentos com controle sobre 2% da área antropizada. Eram 52.866 estabelecimentos em um universo de 111.971 unidades agropecuárias. Controlavam 1,096 milhões de hectares, ou 10.965 km², representando 0,01% da área total de Mato Grosso. Em que pesem uma redução da área total dos estabelecimentos com área acima de mil hectares e a ampliação da área total dos estabelecimentos inferiores a cinquenta hectares, pode-se afirmar que não houve alteração na concentração fundiária, pois o Índice de Gini manteve-se em 0,79 nos Censos de 1995-1996 e de 2006.¹³

A concentração fundiária que floresceu ainda no Período Colonial não foi superada mesmo após sucessivas políticas de colonização agrária empreendidas pelo Estado a partir da década de 1940. Se a herança lusa representava uma estrutura agrária socialmente injusta, a sociedade brasileira poderia ter atenuado o problema com uma redistribuição mais equitativa de terras. Porém, tal política jamais foi implantada em solo mato-grossense, e as elites agrárias permaneceram controlando parcela considerável do espaço regional. Essa composição a favor de uma pequena parcela da sociedade regional tem gerado um processo de desenvolvimento incapaz de incluir parcelas crescentes da população às benesses do consumo e bem-estar. O desenvolvimento, portanto, não se completa.

Estima-se que em Mato Grosso existem cerca de 100 mil famílias de pequenos e médios empreendedores rurais, das quais 70 mil são assentadas. Por outro lado, grande parcela do valor da produção do agronegócio regional é formada por pouco mais de

¹³ Calculado pelo autor com base em Hoffmann (1991). Quanto mais próximo de zero, menor a concentração. Quanto mais próximo de um, maior a concentração do índice que está sendo calculado.

8 mil grandes empresários que cultivam soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz e pecuárias bovina, ovina, suína e de aves.¹⁴ Existe uma enorme assimetria entre esses dois grandes universos (produtores familiares e empresários), desde o controle do espaço territorial de produção, estoque de capital, tecnologia, acessos ao crédito e assistência técnica até os canais de comercialização [Faria *et al.* (2009b)].

Os assentamentos de agricultores familiares concentram-se na porção setentrional e sudoeste do estado, preferencialmente em ambientes florestais, espaços ainda com média a baixa alteração da estrutura vegetal. A produção agrícola diversificada empreendida por essa estrutura socioprodutiva ocorre em extensões pouco expressivas, associadas a situações com estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, resultante de projetos de colonização. A maior concentração de projetos camponeses ocorre, notadamente, nas regiões de Jauru, Alta Floresta e Juína. Esses grupos sociais têm potencial de respostas quando ofertadas condições técnicas e canais de comercialização e podem compor, em conjunto com os grandes empreendimentos, o núcleo estratégico de desenvolvimento rural [Faria (2012)].

O capital agrário concentra sua atuação nas áreas de Cerrado aptas à cultura mecanizada, em especial para soja, milho e algodão. A grande produção agrícola homogênea está espacialmente concentrada na região centro-oeste mato-grossense (na Chapada dos Parecis, notadamente os municípios de Sapezal, Campo Novo dos Parecis, Campos de Júlio, Tangará da Serra, Diamantino, São José do Rio Claro, Nova Mutum, Sorriso e Lucas do Rio Verde) e na porção sudeste (Primavera do Leste, Campo Verde, Itiquira, Novo São Joaquim, Alto Taquari e Rondonópolis), em sua maioria associadas ao domínio do Cerrado, princi-

¹⁴ A população estimada de Mato Grosso em 2010 foi de 3,035 milhões de habitantes. Os 8.744 proprietários de terras com área acima de mil hectares representam 0,28% da população regional.

pal suporte ecossistêmico do capital agrário mato-grossense. O capital agrário tem grande capacidade de arregimentação de informações técnicas e de organização coletiva. Sem dúvida, representa um vetor estratégico na geração de valor, mas pode ajustar seus sistemas de produção em direção a uma estrutura menos agressiva quanto ao uso de agroquímicos poluidores¹⁵ e à manutenção da biodiversidade regional.

A pecuária de corte está dispersa por toda a região, mas seu maior rebanho concentra-se na porção norte, no bioma amazônico. Até o fim da década de 1970, a pecuária de corte concentrava-se no Pantanal, mas a oferta de crédito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) propiciou a expansão da pecuária para o norte e, desde a década de 1980, essa atividade avançou sobre solos menos férteis e mais ondulados, pouco atrativos para as culturas agrícolas mecanizadas. Em geral, a pecuária de corte está relacionada com os empreendimentos capitalistas de médio e grande portes. A pecuária leiteira também está dispersa por todo o território, mas apresenta duas concentrações mais importantes, na porção sudoeste e na sudeste. Ela está mais relacionada com a agricultura familiar, em médias e pequenas unidades agropecuárias.

De forma geral, percebe-se uma intensa utilização do espaço agrário de Mato Grosso como suporte para a grande produção homogênea. Parcela considerável da renda é formada por meio da produção agropecuária e de suas interações com setores a montante e a jusante da produção primária. Porém, o grau de agroindustrialização ainda é reduzido, e a indústria de transformação ainda permanece com baixa capacidade de agregação de valor. O processamento industrial das matérias-primas principais,

¹⁵ A segunda maior aquisição registrada na Balança Comercial de Mato Grosso são as importações de fertilizantes e defensivos agrícolas, com R\$ 1,172 bilhão de saldo negativo [Faria *et al.* (2009a)]. Resultados de pesquisas de Belo *et al.* (2012), Pignati *et al.* (2011) e Pignati, Machado e Cabral (2007) indicam elevado uso de agrotóxicos em regiões de produção de soja e algodão, o que tem tanto contaminado diversos compartimentos ambientais quanto exposto trabalhadores e a população aos riscos de morbidades.

como a soja, as carnes, a madeira e o algodão, inclui somente os primeiros elos da cadeia fabril, com reduzida agregação de valor. Os produtos finais da economia de Mato Grosso mantêm característica de consumo intermediário em outros espaços produtivos que transformam as matérias-primas em produtos mais elaborados e com maior valor agregado.

O POTENCIAL DE ADENSAMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

Dentre os principais sistemas produtivos de Mato Grosso, identificados em recente trabalho de Faria *et al.* (2009b), destacam-se aqueles relacionados diretamente à produção primária e alguns APLs apoiados direta ou indiretamente por estruturas institucionais. Parcela considerável da competitividade regional baseia-se em incentivos fiscais, sejam federais, sejam estaduais, sejam municipais. Em alguns casos ainda se verificam a sobre-exploração do trabalho e a degradação dos recursos naturais como elementos integrantes dos sistemas produtivos. Para evitar que no longo prazo vigorem apenas vantagens competitivas espúrias [Haddad (1999)], seria interessante o planejamento de ajustamentos antes do esgotamento da base atual de competitividade. Para tal, listam-se algumas prioridades.

Agricultura

Em que pese a existente capacidade competitiva dos empreendimentos agropecuários, há algumas questões fundamentais a serem resolvidas, em uma visão de manutenção de vantagens competitivas de longo prazo. Para a sojicultura, a cotonicultura, a milhocultura, o sistema canavieiro, a rizicultura e os demais sistemas agrícolas, há algumas medidas que precisam ser planejadas:

- » ampliar a rede logística, em especial armazéns e uso de ferrovias, e duplicar rodovias e hidrovias;

- » buscar fontes alternativas de nitrogenização das culturas com reduzido impacto no NO₂ (necessidade de pesquisa biotecnológica);
- » limitar o uso de fósforo na escala máxima de reciclagem natural;
- » conter o uso de energias fósseis e a emissão de carbono e substituir por bioenergias;
- » limitar o uso de agrotóxicos; buscar produtos seletivos, menos agressivos e que tenham baixo impacto nas cadeias tróficas;
- » implantar empresas que maximizem populações de predadores das pragas, com manejo integrado usando inovações biotecnológicas, substituindo agrotóxicos;
- » apoiar e incentivar empresas e agricultores familiares que implementem práticas de manejo que maximizem a presença de polinizadores que podem gerar impactos positivos na produtividade agrícola;
- » implantar um zoneamento de aplicação de agrotóxicos, inclusive por horários onde haja menor atividade faunística e no período de floração;
- » desenvolver e aplicar tecnologias de monitoramento da contaminação ambiental e humana por agrotóxicos;
- » buscar elevar a produção de biomassa a, no mínimo, 14 toneladas por hectare, para reincorporar matéria orgânica no solo (perda de 7% a 14% ao ano por atividade microbiana em Mato Grosso);
- » recuperar áreas de floresta que podem realizar importantes serviços ambientais para a produção agrícola;
- » aproveitar áreas degradadas da pecuária para expandir a produção de biomassa;
- » no caso da soja, pesquisar e implementar outras aplicações que expandam a agregação de valor em relação à gerada por óleo, biodiesel e ração (pesquisa em biotecnologia);

- » no caso da cotonicultura, incluir milhares de microempreendimentos têxteis dentro do APL de confecções, principalmente aqueles presentes nos territórios de 36 municípios identificados com ao menos um elo produtivo e que não recebem apoio institucional regional;
- » formar e atrair profissionais da área de *design* para criar marcas regionais ligadas à confecção têxtil.

Pecuária de corte

Mato Grosso possui o maior rebanho nacional de gado bovino. Grande parcela da produção pecuária ocorre em sistema extensivo, com baixa tecnologia, agregação de valor e geração de empregos. Em uma visão de longo prazo, esse sistema produtivo precisa planejar algumas ações que envolvem:

- » incorporar novas tecnologias de gestão de pastagens, recuperar os 70% degradados e evitar deplecionar os 30% de pastos atualmente produtivos, dos 32 milhões de hectares utilizados;
- » implantar sistema de integração lavoura-pecuária, sistema agroflorestal (SAF), Voisin ou outros métodos como alternativa de gestão para elevar a produtividade;
- » reconverter áreas degradadas e em degradação em lavoura ou áreas de floresta (quando o zoneamento socioeconômico-ecológico indicar áreas frágeis);
- » inserir no manejo novas tecnologias de redução de geração de gás metano bovino, em que pese esse setor ser o maior emissor de gases de efeito estufa de Mato Grosso;
- » ampliar a rede de governança regional para evitar a presença de trabalho forçado;
- » aplicar mecanismos de controle de oligopsonia na relação produtor-frigorífico;
- » aprofundar a pesquisa de manejo extensivo e em confinamento, inclusive com a abordagem de reciclagem dos dejetos.

Pecuária leiteira

A pecuária leiteira apresenta grande capilaridade, estando presente em todas as mesorregiões de Mato Grosso. Existem cerca de 120 [Faria *et al.* (2009b)] laticínios de abrangência local e regional, mas a maioria opera com ociosidade em função das dificuldades em elevar a produtividade no setor primário. Dentre várias ações necessárias, algumas destacam-se:

- » ofertar assistência técnica e novos métodos de manejo na produção primária;
- » melhorar a genética animal e a logística de armazenamento/transporte;
- » estruturar os laticínios existentes com tecnologia, capacitação e inovações;
- » desenvolver outras linhas de produtos diferenciados;
- » fortalecer as marcas regionais;
- » oportunizar a inclusão da agricultura familiar de Mato Grosso.

Madeira e móveis

Esse setor de grande importância em sessenta municípios de Mato Grosso [Faria *et al.* (2010)] baseia-se amplamente na extração de madeira tropical através de plano de manejo. Alguns pontos a serem planejados:

- » investir na qualificação das indústrias para se estruturar uma produção baseada no conhecimento, no *design* e na inovação;
- » ofertar bens diferenciados e não apenas matéria-prima;
- » criar novos canais de comercialização;
- » coibir a extração ilegal de madeira.

Outros arranjos produtivos

Outros arranjos implantados parcialmente ou de forma embrionária apresentam potencial de estruturação e adensamento em Mato Grosso, conforme identificado em pesquisa de Faria *et al.* (2009b).

- » ampliar o potencial de produção de frutas tropicais (melancia, maracujá, abacaxi, banana, uva, mamão, e muitas outras), podendo fornecer frutas de mesa e sucos concentrados (*brix*) para a indústria de bebidas – em alguns pontos do território já existe concentração, mas pode ser expandida;
- » fortalecer a apicultura e meliponicultura regional, que pode se transformar em um grande prestador de serviços de polinização (aluguel de polinizadores na floração), além da comercialização de mel e outros produtos do atual APL;
- » estruturar a produção de própolis com características específicas regionais, com diferenciação espacial e possibilidade de indicação de registro de origem – indicação geográfica (IG) do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) –, além de grande potencial de inovação de produto;
- » ampliar e fortalecer a produção de hortifruti-granjeiros (cerca de 35% de verduras e legumes são importados de São Paulo e Paraná e há uma grande oportunidade de fortalecimento da agricultura familiar para substituir essa importação);
- » potencializar a implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), em especial pela agricultura familiar, tendo em vista que a demanda por produtos orgânicos cresce rapidamente e a oferta de bens ecologicamente corretos ainda é incipiente em Mato Grosso;
- » incentivar o processamento mínimo local de hortifruti-granjeiros, agregando valor em mini e pequenas unidades de higienização e empacotamento, ofertando bens finais na rede atacadista e varejista;

- » desenvolver o potencial de ecoturismo na região do Pantanal, Chapada dos Guimarães Nobres, Jaciara, Barra do Garças, Floresta Amazônica e outros ainda pouco estruturados – contudo, a redução da biodiversidade florística e faunística pelo desmatamento em áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal e a contaminação por agrotóxicos, fertilizantes, fósforo e mercúrio (Pantanal) podem comprometer o uso futuro dos recursos naturais;
- » fortalecer os arranjos produtivos de reciclagem de resíduos sólidos identificados em Cuiabá e Várzea Grande, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), considerando que apenas 31% de materiais plásticos, metais e papéis são reciclados em Cuiabá [Domingos (2011)];
- » substituir parcial ou totalmente as importações de óleo diesel¹⁶ (para cumprir as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, será necessária a expansão da produção de biomassa para biocombustíveis, que podem ser produzidos pelas mais de 100 mil famílias assentadas em Mato Grosso, com potencial para bocaiuva,¹⁷ girassol, pinhão-manso, mamona, e outras possibilidades);
- » identificar os locais de prestação de serviços ambientais de provisão e regulação, tais como oferta de água, regulação climática, polinização, controle biológico de populações, entre diversos outros, propondo esquemas de pagamento por serviços ambientais (PSA).

Capacidade de geração de tecnologia

A densidade de doutores e pesquisadores por km² e por habitante é muito reduzida em Mato Grosso. Há cerca de 1.200 doutores,

¹⁶ O item de importação com maior peso na Balança Comercial de Mato Grosso são os combustíveis, em especial, o óleo diesel. Em 2006 foram importados R\$ 1,6 bilhão de outras unidades da federação [Faria et al. (2009a)].

¹⁷ Segundo Martins (2011), 5 mil litros de óleo diesel podem ser extraídos a cada hectare de ocorrência da palmeira, enquanto a soja gera 500 litros e o milho gera 168 litros.

representando apenas 0,04% da população e 752 km²/doutor. Há poucos grupos de pesquisa e dificuldade de interação multidisciplinar. Precisa-se urgentemente elevar a formação endógena de doutores e atrair/reter os pesquisadores doutores formados em outras regiões. Existe uma necessidade latente de ampliar e fortalecer a estrutura de pesquisa, que poderia fomentar novas descobertas e inovações. Atualmente, a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) possui apenas uma patente que gera *royalty*, indicando uma reduzida capacidade inovativa local.

Em síntese, há uma lacuna científico-tecnológica para produzir na região respeitando os limites biofísicos, considerando a complexidade de biomas existentes e suas interconectividades. O resgate da filosofia da Universidade da Selva (Uniselva)¹⁸ é fundamental: gerar informações por meio de pesquisas e experimentos endógenos à região, tornando possível a formação de arranjos produtivos com controle sobre a tecnologia e as rotinas, posto que concretizadas territorialmente e adaptadas às condições edafoclimáticas regionais da Amazônia, Cerrado e Pantanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação de Mato Grosso foi uma extensão da política de exploração dos colonizadores lusos, de pilhagem de recursos

¹⁸ O Programa Aripuanã foi criado em 1973, instalado na cidade-laboratório de Humboldt, a 750 km em linha reta de Cuiabá, no noroeste de Mato Grosso, próximo à divisa com o Amazonas. Pretendia-se criar uma tecnologia amazônica nos setores de engenharia civil, arquitetura, urbanismo, medicina, saneamento básico, engenharia de transportes, agronomia, engenharia florestal, ictiologia e produção agropecuária. A Uniselva teria a assistência da UFMT. Considerando o completo desconhecimento da realidade regional, a concepção da Uniselva foi baseada na filosofia do cacique Xavante Cemerecê: "ninguém ensina o que não sabe", invertendo o binômio ensino-pesquisa para pesquisa-ensino. Estiveram envolvidos no projeto os ministérios do Planejamento e do Interior, além da Força Aérea Brasileira, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a UFMT. O projeto despertou a atenção global, com visitas ao local de técnicos do Chile e do Peru e publicação na revista *Newsweek* dos Estados Unidos. O reitor Gabriel Novis Neves foi entrevistado pela revista *VEJA*, tendo como pano de fundo o projeto e a ideia da Uniselva. Contudo, em 1975, o projeto começou a ser desestruturado. Fatores externos, como a crise mundial de petróleo, e internos, como a necessidade de ocupação econômica da região, mesmo que irracional do ponto de vista ecológico, fizeram com que a ciência fosse afastada do processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. A Uniselva e o Projeto Humboldt foram desativados [Faria (2013)].

naturais e de acumulação primitiva de capital. Iniciando com a mineração no século XVIII, poaia e erva-mate no século XIX, passando pela borracha e pecuária no início do século XX e chegando atualmente, no século XXI, a um mosaico de *commodities* que inclui soja, milho, madeira, algodão, cana-de-açúcar, arroz, pecuária bovina, suína, ovina e avícola. A funcionalidade da produção de Mato Grosso permanece a mesma: gerar produtos comercializáveis no contexto internacional para garantir absorção de excedentes externos apropriáveis. Essa também é a conclusão de Pereira (1995; 2007) quanto ao papel de Mato Grosso enquanto espaço capitalista de produção.

A produção regional acima da capacidade de consumo da população mato-grossense ainda não foi capaz de desenvolver as estruturas regionais e alavancar elevado grau de bem-estar, mas apenas de utilizar as condições edafoclimáticas, tecnológicas e institucionais disponíveis para se apropriar dos recursos naturais regionais e transformá-los em mercadoria que, aliás, será realizada em mercados-espacos longínquos de Mato Grosso. Porém, a estrutura produtiva regional vem se modificando rapidamente, sobrepondo novos modelos produtivos sobre os antigos e buscando se manter inserida em um ambiente de competição internacional. A questão que permanece sem resposta é se essa estrutura em movimento poderá engendrar um novo cenário socioeconômico que garanta outro modelo de desenvolvimento, capaz de incluir os grupos sociais marginalizados e ao mesmo tempo manter a estrutura e a funcionalidade dos ecossistemas regionais.

Neste trabalho, foram apresentadas as bases de conformação da economia de Mato Grosso. Após uma fase de colonização intensa, a população local passa a compor uma base social mais sólida, agora com ligações mais fortes com o tecido regional, buscando objetivos de desenvolvimento em contraponto à mera acumulação nas fases de alargamento da fronteira produtiva. Nesse novo quadro, surgem múltiplas oportunidades, e o esfor-

ço coletivo pode mover a estrutura a um novo patamar de bem-estar social se os arranjos produtivos e institucionais puderem compor oportunidades de inclusão de agentes diversos em vez de limitar o processo a elites estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BELO, M. S. S. P. *et al.* Uso de agrotóxicos na produção de soja do estado do Mato Grosso: um estudo preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 37, n. 125, jan.-jun. 2012.

CARRARO, I. M. Lei de Proteção de Cultivares, sob enfoque da empresa obtentora de materiais genéticos. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE ALGODÃO. *Produzir sempre, o grande desafio: resumo das palestras*. Campina Grande: EMBRAPA Algodão; Campo Grande: UFMS; Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2001.

DOMINGOS, H. A. *Economia dos reciclados: uma análise do mercado de resíduos sólidos no aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande*. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Economia (FE), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2011.

FARIA, A. M. M. *Destramando o tecido do desenvolvimento*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

_____. O Debate do Desenvolvimento Sustentável na Graduação em Ciências Econômicas. *JornalEco*, Cuiabá, n. 1, p. 1, 2013.

FARIA, A. M. M. *et al.* *Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no fluxo de comércio: Mato Grosso (Nota Técnica 4)*. Cuiabá: UFMT, BNDES, 2009a.

_____. *Caracterização, análise e sugestões para adensamento das políticas de apoio a APLs implementadas nos estados: Mato Grosso (Nota Técnica 5)*. Cuiabá: UFMT, BNDES, 2009b.

_____. Arranjo Produtivo Local de madeira e móveis na Amazônia mato-grossense: identificação de espaços relevantes e vazios de políticas de desenvolvimento regional. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, ano 12, n. 23, v. 1, 2010.

FRANCO, C.; BONJOUR, S. C. M.; PEREIRA, B. D. *A ocupação da avicultura de corte em Mato Grosso*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/279.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

FREIRE, E. C.; FARIAS, F. J. C. Cultivares de Algodão para o Centro-Oeste. In: EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Algodão: Tecnologia de Produção*. Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste, 2001.

HADDAD, P. R. A concepção de desenvolvimento regional. In: _____. (org.). *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters*. Brasília: CNPq; Embrapa, 1999. p. 9-22.

HOFFMANN, R. *Estatística para economistas*. São Paulo: Pioneira, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário do Brasil: 1995/6*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. *Censo Agropecuário do Brasil: 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

KUME, H.; PIANI, G. Mudanças no regime de ICMS: uma estimativa da perda fiscal decorrente das exportações e impactos sobre a balança comercial. *Revista de Economia Aplicada*, São Paulo, FEA/Fipe, v. 1, n. 2, abr.-jun. 1997.

MARTINS, R. F. *Diferentes ambientes protegidos e substratos para a formação de mudas bocaiuva, a partir de sementes pré-germinadas*. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2011.

PEREIRA, B. D. *Industrialização da Agricultura de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

_____. *Mato Grosso: principais eixos viários e a modernização da agricultura*. Cuiabá, EdUFMT, 2007.

PEREIRA, B. D.; FARIA, A. M. M. Mudanças no Regime de ICMS: uma estimativa da perda fiscal decorrente da desoneração das exportações da soja em grão: Mato Grosso. *Revista de Estudos Sociais*, Cuiabá, v. 2, n. 3, p. 131-141, 2000.

PIGNATI, W. et al. O agronegócio e os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente: produtividade ou caso grave de saúde pública? In: MENDONÇA, T. M. M. L. (org.). *Direitos humanos no Brasil 2011: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011.

PIGNATI, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 105-114, jan.-mar. 2007.

RIBEIRO, A. R. *A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia mato-grossense*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2013.

SEMA-MT – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO. *Base Cartográfica da SEMA*. Distribuição dos municípios por biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal). Fornecido em mídia MSWORD, 2011.

14

O desempenho da economia na Região Centro-Oeste

JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA

RESUMO

O Centro-Oeste tem sido, nas últimas quatro décadas, a região que tem apresentado o melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras, tendo sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional saltado de 3,8% em 1970 para os 10% atuais. Esse processo de expansão da atividade econômica iniciou-se no começo do século XX, avançou com a Marcha para o Oeste e consolidou-se com a fundação de Brasília. O rápido crescimento regional baseou-se, inicialmente, na ampla incorporação de terras à produção agropecuária e, a partir da década de 1980, no excepcional aumento da produtividade, tendo a soja como motor principal desse processo. Entretanto, não obstante o excepcional avanço da atividade, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização, respondendo por apenas 4% da produção industrial nacional. A região deve, portanto, almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva.

ABSTRACT

Brazil's Central-West, over the last four decades, has been the region which has shown the best economic performance among the country's macro regions. Its share of GDP rose from 3.8% in 1970 to the current 10%. This growth in economic activity began in the early 20th century, moved forward with the "March-to-the-West" movement, and was consolidated when Brasília was founded. Rapid regional growth was initially based on the extensive incorporation of land in agriculture and cattle-raising and, from the late 1980s, on the exceptional increase in productivity, of which soybean was the main driving force. However, despite the exceptional advances in activity, the Central-West still has very little industrialization, accounting for only 4% of national industrial output. The region, therefore, must move towards industrialization as a way to induce a qualitative leap in its production structure.

O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL

O Centro-Oeste tem sido, nas últimas quatro décadas, a região com melhor desempenho econômico entre as macrorregiões brasileiras. Sua participação no PIB nacional, que em 1970 era

de 3,8%, passou para os cerca de 10% atuais, o equivalente a R\$ 480 bilhões. Esse processo de expansão da atividade econômica teve início no começo do século XX com um notável processo de ocupação e desenvolvimento econômico da região oeste (aqui considerando o Centro-Oeste ampliado,¹ incluindo os estados do Tocantins e de Rondônia), e teve na fundação de Brasília a expressão maior do processo de interiorização da ocupação e do desenvolvimento do Brasil.

Do início do século XX até o fim da década de 1950, a região recebeu expressivas correntes migratórias que propiciaram um substancial aumento do contingente populacional e da atividade econômica. Estimulada pelo processo de “espraiamento” da economia paulista para além das barrancas dos rios Paraná e Paranaíba, a ocupação da região sofreu forte aceleração nas seis primeiras décadas do século passado e sua população saltou de 370 mil para 3 milhões. De outro lado, a atividade econômica ampliou-se enormemente com a produção de grãos: cresceu de 210 mil para 1,46 milhão de toneladas entre 1920 e 1960, e a criação de gado passou de 5,85 milhões para 10,75 milhões de cabeças no mesmo período.

Contudo, foi a partir da fundação de Brasília, em 1960, que o processo de ocupação do oeste brasileiro ganhou uma dimensão ainda maior, cumprindo a função de força motriz do processo de interiorização da economia brasileira, tendo funcionado, também, como ponto de recepção de migrantes das distintas regiões litorâneas e de distribuição rumo às terras desocupadas do oeste, beneficiando-se do fato de ser o epicentro da malha

¹ A Região Centro-Oeste ampliada compreende, além de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, os estados do Tocantins e de Rondônia, ambos situados na Região Norte, mas com fortes vínculos econômicos e históricos com o Centro-Oeste. O estado de Rondônia foi criado em 1943 (ainda como território federal, denominado Guaporé), formado principalmente com terras de Mato Grosso e, em pequena escala, do Amazonas. Já o estado do Tocantins foi criado em 1988, emancipado de Goiás. Com a incorporação dos dois estados, ampliou-se a Região Norte para 2,12 milhões de km² (25% do território brasileiro).

rodoviária nacional, então em estruturação, passando por exponencial expansão nas décadas seguintes.

Dessa forma, entre 1960 e 2013, a população da região quase sextuplicou e alcançou 18,2 milhões (9,0% do total nacional); a produção de grãos cresceu para 82 milhões de toneladas em 2013 (43,5% do total nacional); e o rebanho bovino para quase 93 milhões de cabeças no mesmo ano (44% do total nacional).

Embora seja ainda uma região de fronteira agrícola, a taxa de urbanização chegou a 85%, a segunda maior do Brasil, graças, principalmente, ao modelo agrário predominante. Nela encontram-se duas das principais áreas metropolitanas do país: Brasília, que tem 3,9 milhões de habitantes; e Goiânia, cerca de 2,3 milhões. Com a aglomeração urbana de Anápolis, formam o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, que tem população superior a 6,6 milhões de habitantes, com renda disponível para consumo de quase R\$ 140 bilhões, o terceiro maior mercado do país, superado apenas pelas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

A DINÂMICA ECONÔMICA DA REGIÃO NO PERÍODO RECENTE

No período 1960-1980, o rápido crescimento da economia do Centro-Oeste deu-se baseado na atividade agropecuária, e a expansão desta se fez, sobretudo, pela ampla incorporação de terras ao processo produtivo. A partir da década de 1980, o oeste brasileiro tem assentado o crescimento de sua economia e da atividade agropecuária essencialmente em um excepcional aumento da produtividade de suas culturas agrícolas.

Sem dúvida, a grande responsável por essa verdadeira revolução no campo foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundada em 1973, com o desenvolvimento de sementes de soja, milho, feijão e algodão – adaptadas ao solo do Cerrado – resistentes, de elevada produtividade, fornecidas a baixo

custo aos produtores. Paralelamente, houve a ampliação das áreas irrigadas e o desenvolvimento de tecnologias de correção e manejo do solo, de rotação de culturas, de controle de pragas e de adubação.

Apesar de o maior progresso realizado pela Embrapa ter sido registrado na pesquisa de grãos, deve-se registrar que a pesquisa na área da pecuária, especialmente na bovinocultura, teve enorme impacto na economia regional. Como exemplo, em três décadas, o tempo médio para o gado atingir o peso de abate caiu de 72 meses para 24 meses, em média, na região.

O desenvolvimento tecnológico no campo ocorrido no Brasil nesse período, e com resultados extraordinários no Centro-Oeste, caracterizou-se, em suas primeiras fases, pela concentração das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geográfico. Apenas em sua última fase, já consolidado um capitalismo maduro, é que vai ocorrer uma difusão da modernização desses capitais à tecnologia e às formas de organização. O progresso da biotecnologia e a possibilidade de criar e adaptar sementes permitiram, no espaço de duas gerações, transformar o Cerrado que parecia um deserto em uma imensa e próspera região agrícola.

E o motor principal desse processo foi, sem dúvida, a soja. De fato, ao longo desses dois decênios, a soja ganhou as terras do Cerrado – parte delas anteriormente ocupada pelo arroz – e avançou em direção às bordas da Floresta Amazônica, mudando o aspecto da região.

Em 1975, o Brasil cultivava 5,65 milhões de hectares de soja e já era o segundo produtor e exportador mundial, estando a produção fortemente concentrada na Região Sul e secundariamente em São Paulo e Minas Gerais (região do Triângulo). O cultivo da leguminosa no Centro-Oeste começou muito timidamente nos anos de 1970 como um espraiamento do cultivo na Região Sul. A partir do noroeste do Paraná, o cultivo alcançou o sul do

Mato Grosso do Sul (região de Dourados) e, a partir do Triângulo Mineiro, atingiu o sudeste e o sudoeste de Goiás. Em 1975, a região cultivava 180 mil hectares da leguminosa (3,3% do total nacional) e, em 1980, a área cultivada avançou para 880 mil hectares (11,3% do país), ainda muito concentrada no sudeste do Mato Grosso do Sul e no sul goiano, mas já tendo Mato Grosso colhido 56 mil hectares.

Em 1985, a região respondia por 25,4% da área colhida com soja no Brasil ou 2,45 milhões de hectares, sendo o Mato Grosso do Sul ainda o maior produtor regional, mas Goiás tendo sido superado por Mato Grosso, onde despontava a região de Rondonópolis. Em 1995, a área cultivada subiu para 3,38 milhões de hectares (35,7% da área do país), já aparecendo Mato Grosso como o principal produtor da região, com o crescente cultivo do produto no norte do estado, entre Cuiabá e a fronteira com o Pará.

Em 2000, a soja cultivada na região (5,6 milhões de hectares) já representava 41% do total cultivado no Brasil, percentual que cresceu para cerca de 48,4% na safra de 2005, quando foram colhidos mais de 11,3 milhões de hectares – constituindo-se já na principal região produtora do Brasil –, área e percentual que praticamente se mantiveram em 2010. Para se ter uma real dimensão da acelerada expansão da soja na Região Centro-Oeste, deve-se registrar que ela respondeu por 1,5% da ampliação da área plantada com soja no país no período 1960-1970; por 15,3% no período 1970-1980; e por nada menos que 79,7% no período 1980-2010. Em 2013, a área plantada com soja cresceu para 13,6 milhões de hectares, e a previsão para 2014 é de 14,54 milhões de hectares (49,1% da área total nacional). Mas, se a incorporação de novas áreas à exploração agrícola na região foi extraordinária nas últimas décadas, mais notável ainda foi o desempenho da produtividade: a área cultivada passou de 6,9 milhões de hectares, em 1980, para quase 11 milhões em 2000 e superou os 24 milhões em 2013. Dos seis principais grãos culti-

vados, apenas no caso do arroz a produtividade média da Região Centro-Oeste ficou abaixo da média nacional, em razão, sobretudo, do excepcional rendimento médio da rizicultura gaúcha. Entretanto, mesmo neste caso, a produtividade cresceu 167%, saltando de 1.120 kg/ha em 1980 para 2.985 kg/ha em 2010. No caso da soja, aumentou em 83%, passando de 1.657 kg/ha em 1980 para 3.038 kg/ha em 2010.

Deve-se destacar também o avanço da atividade pecuária regional. A área total de pastagens (naturais e plantadas) teve um pequeno crescimento de 7,8% entre 1980 e 1995, passando de 68,4 milhões de hectares para 76,8 milhões, enquanto o efetivo bovino quase duplicou no mesmo período, saltando de 33,93 milhões para 64,53 milhões, fazendo com que a taxa de lotação saltasse de 0,50 cabeças/hectare para 0,84 cabeças/hectare.

Já entre 1995 e 2010, houve uma redução substantiva da área ocupada com pastos para 65,8 milhões de hectares, mas o efetivo bovino permaneceu em expansão, alcançando 92,4 milhões de cabeças, com a taxa de lotação saltando para 1,40 cabeças/hectare. Tão expressivo aumento da taxa de lotação em período tão curto decorreu da crescente substituição das pastagens naturais por pastagens plantadas, resultando em significativos ganhos de produtividade.

Do mesmo modo, a produção de leite avançou de forma ainda mais expressiva, tendo crescido 170% no período, alcançando mais de 5 bilhões de litros ou 20% da produção brasileira. Outros segmentos da pecuária avançaram, como a suinocultura e a ovinocultura, mas, sobretudo, o setor de aves teve desempenho excepcional. Entre 1980 e 2010, o efetivo avícola na região cresceu quase 500%, saltando de 20,7 milhões para 120 milhões de cabeças.

O processo de modernização acelerada do setor agrário na região se expressa também na redução do contingente de pessoas ocupadas e na mecanização crescente da atividade agrí-

cola, com significativo impacto social. Existem na região cerca de 150 mil famílias de agricultores (proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, cessionários) com acesso precário a terra (insuficiência de área), o que significa em torno de 40% das famílias rurais e cerca de 330 mil assalariados dependentes exclusiva ou majoritariamente da renda proveniente da agricultura.

Não obstante as distorções geradas no quadro social, a expressiva expansão da atividade agropecuária representou uma mudança no panorama econômico regional. Um dos segmentos que se beneficiou dessa situação foi a indústria de alimentos. Os maiores destaques ficam com: a indústria de esmagamento e processamento de soja; a indústria de ração animal; a indústria frigorífica (incluindo, além da carne bovina, a suína e de frango); e a indústria de laticínios.

Desenvolveram-se também de forma expressiva as indústrias de processamento de couro, de algodão e do setor sucroalcooleiro. Da mesma forma, alguns setores voltados para o suprimento da agropecuária expandiram-se. Foi o caso da indústria de fertilizantes (que vai constituir em Uberaba, às portas do Centro-Oeste, o principal parque do país), da indústria de sementes e da indústria de implementos agrícolas.

Outra consequência notável da mecanização foi o desenvolvimento do setor terciário, estimulado pela forte demanda do setor agroindustrial, pelos grandes investimentos demandados em infraestrutura e, obviamente, pelo consumo de uma população em intenso processo de urbanização. Dessa forma, considerando o fraco desempenho da economia brasileira nas décadas de 1980 e de 1990, a *performance* dos principais núcleos urbanos da Região Centro-Oeste pode ser tida como destacada.

Decerto, malgrado as graves questões sociais, foi a Região Centro-Oeste a que apresentou melhor desempenho econômico ao longo das últimas cinco décadas, desde a de 1960. Mesmo considerando o maior crescimento populacional da região, ob-

serva-se que o Centro-Oeste avançou de forma expressiva em termos de PIB *per capita*, tendo passado de pouco menos de 70% da média nacional, na década de 1970, para o patamar atual de 115%.

FLUXOS MIGRATÓRIOS, CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO ACELERADA

Em relação ao crescimento demográfico, a população regional passou de 8,04 milhões para 18,2 milhões de habitantes entre 1980 e 2013, aumentando sua participação no total da população brasileira de 6,8% para 9,0%. O crescimento populacional na região tem-se situado em cerca de um ponto percentual ao ano acima da média nacional, sugerindo a absorção média anual superior a 100 mil migrantes. Essas correntes migratórias são majoritariamente provenientes do Nordeste (especialmente Bahia, Piauí e Maranhão), de Minas Gerais, e, mais recentemente, incorporam parcelas expressivas advindas da Região Sul e destinam-se, sobretudo, às áreas metropolitanas de Brasília e de Goiânia.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de migrantes representava expressivos 29,8% da população total da região, ao passo que apenas 11,7% no Sudeste, 11,4% no Norte, 5,5% no Sul e 2,2% no Nordeste. Tais números revelam a importância das correntes migratórias para a região. Uma parte expressiva, senão majoritária desses migrantes, por ser de origem rural e por estar se deslocando para uma região de fronteira agrícola, buscou uma colocação no campo. Mas, diferentemente do quadro existente no período 1960-1980, em virtude da modernização e da capitalização da atividade agropecuária, o meio rural do Centro-Oeste não mais os absorvia; ao contrário, suprimia postos de trabalho e expulsava população.

Dessa forma, a alternativa para essas pessoas passou a ser o deslocamento para os centros urbanos da região, o que vai ex-

plicar o excepcional crescimento da taxa de urbanização local. Essa movimentação significou um acentuado crescimento demográfico dos principais núcleos urbanos regionais, notadamente aqueles que polarizam as regiões agrícolas mais prósperas. Nessas cidades, tem ocorrido uma relativa oferta de empregos, seja no setor terciário voltado para o atendimento das demandas da atividade agropecuária, seja na emergente atividade agroindustrial, seja como assalariado temporário em atividades agrícolas.

Esses centros urbanos consolidaram-se como polos das áreas onde predomina a atividade agrária moderna e capitalista, tecnificada e de elevada produtividade, constituindo-se em verdadeiros bolsões de prosperidade, dividindo espaço com outras áreas onde prevalece uma agricultura atrasada, de subsistência e de baixíssima produtividade e cujos núcleos urbanos encontram-se absolutamente estagnados. A prosperidade de algumas áreas contrasta com a estagnação observada em vastas porções do território da região, como o centro-norte goiano, o leste e nordeste mato-grossense, o centro-norte e a zona pantaneira do Mato Grosso do Sul.

O PAPEL DE BRASÍLIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A FORMAÇÃO DO EIXO BRASÍLIA-ANÁPOLIS-GOIÂNIA

O que Brasília tem de singular? A principal vocação estratégica de Brasília, ou mais precisamente do Eixo Brasília-Goiânia, continua sendo sua condição de "portão de entrada" para a mais dinâmica região do país, estando no entroncamento de dois dos principais eixos de conexão do país: ao sul, com os principais mercados consumidores e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); e ao norte, com os portos de Itaquí (São Luís) e Vila do Conde (Belém).

As escalas das transformações ocorridas na Região Centro-Oeste no último século, e, particularmente, nas últimas cinco

décadas, foram de tal magnitude, que colocaram a região em uma situação de relativo destaque no cenário nacional. Hoje, contudo, trata-se de definir novos rumos. A questão da industrialização tem enorme relevância. Durante muitos anos, os investimentos industriais não somente deixaram de ser estimulados no Distrito Federal (DF), mas foram mesmo desestimulados, na medida em que a cidade foi planejada para desempenhar exclusivamente funções de natureza político-administrativa.

Uma das consequências mais marcantes do processo de ocupação e desenvolvimento da Região Centro-Oeste foi a extraordinária expansão de suas duas principais cidades: Brasília e Goiânia. Distantes entre si pouco mais de 200 km, as duas cidades desenvolveram-se quase alheias uma à outra, mas nos últimos anos a intensificação dos fluxos econômicos com a região de influência comum e objetivos estratégicos convergentes as têm aproximado. Atualmente, desenha-se claramente um eixo de desenvolvimento interligando as áreas metropolitanas de Brasília e Goiânia, incluindo a aglomeração urbana de Anápolis, localizada entre ambas.

Os desenvolvimentos das duas metrópoles obedeceram, contudo, a processos distintos. Em suas duas primeiras décadas de existência, Brasília teve seu dinamismo garantido pelo processo de consolidação como capital da República, compreendendo a forte atividade de construção e sua constituição em centro político-administrativo, atraindo fluxos migratórios das mais diversas partes do país. Em 1970, sua população já superava os 500 mil habitantes e, em 1980, aproximava-se de 1,2 milhão. E o crescimento, que esteve circunscrito aos limites do quadrilátero, extrapolou esses limites iniciando a formação de um aglomerado urbano com vários municípios goianos em seu entorno, constituindo-se em uma efetiva área metropolitana.

Esse processo tem sido alimentado por fortes e crescentes fluxos migratórios. Estima-se, com base em dados dos Censos

Demográficos de 2000 e de 2010, em cerca de 50 mil/ano o fluxo líquido de migrantes para a área metropolitana de Brasília nas décadas de 1990 e de 2000, sendo cerca de 40% no DF e 60% nos municípios da periferia metropolitana, o chamado Entorno Metropolitano. Em 2013, a área metropolitana de Brasília alcançou população de 3,9 milhões de habitantes.

Já o surgimento de Goiânia foi decorrência do deslocamento do eixo dinâmico da economia estadual de sua região oeste, polarizada pela Cidade de Goiás, decadente núcleo urbano do ciclo da mineração, para a região sudeste, onde despontavam as cidades de Ipameri, Catalão e principalmente Anápolis. Construída a partir de 1933, e capital estadual a partir de 1937, a transferência das atividades político-administrativas e as demandas por elas geradas foram o primeiro impulso para o crescimento da cidade. Em 1940, já era a principal cidade do estado, com 40 mil habitantes, dos quais apenas 15 mil em sua área urbana.

Na década de 1940, em pleno processo da Marcha para Oeste, movimento lançado no fim da década anterior pelo Governo Vargas, Goiânia consolidou-se como a mais populosa cidade do estado, mas ainda travava disputa com Anápolis pela condição de principal centro econômico. Esta se tornara o maior centro do comércio atacadista goiano e beneficiara-se da expressiva expansão da rizicultura no estado. Era para essa cidade que convergia a quase totalidade da produção de arroz goiano (e parte da produção do norte de Mato Grosso) destinada ao beneficiamento e à comercialização.

A disputa econômica com Anápolis só se resolveu a favor de Goiânia na década de 1950, quando ela passou a dividir com Uberlândia a condição de principal entreposto de comercialização da produção agrícola do sudoeste goiano, região que rapidamente se constituiu na principal área de atividade agropecuária do estado. Em 1950, alcançava a condição de principal cidade do Centro-Oeste, com 76 mil habitantes e consolidando-se como principal

centro comercial e de serviços de uma economia em franca expansão, passando a receber importantes contingentes migratórios, principalmente do interior do estado e de Minas Gerais.

Em 1960, quando Brasília foi fundada, Goiânia já comportava uma população urbana de 132 mil pessoas, e a população no conjunto dos municípios, que hoje formam sua área metropolitana, alcançava 182 mil habitantes. No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a cidade ampliou suas funções econômicas, tornando-se então o principal centro de suprimento de bens e serviços para as regiões agrícolas do estado, notadamente a próspera região sudoeste. Em 1970, a população da cidade alcançava 380 mil habitantes e já começava a se desenhar sua futura área metropolitana, somando com os municípios vizinhos 424 mil habitantes.

A década de 1970 vai ser a de transição da atividade agrária na Região Centro-Oeste, de seu estágio semicapitalista para o de plena hegemonia capitalista, processo que se vai consolidar nas duas décadas seguintes. Esse processo de modernização da atividade agrícola regional teve em Goiânia seu centro difusor. A cidade comandou a acentuada expansão do consumo intermediário (fertilizantes, sementes, implementos agrícolas etc.), resultando na forte expansão da produtividade e no consequente aumento da produção e colheu as vantagens desse processo, pois ampliou sua influência para além das fronteiras do estado e para ela passou a convergir grande parte das riquezas geradas em sua ampla área de influência.

Em 1980, a população de sua área metropolitana ganha contornos mais definidos, duplicando para 808 mil habitantes. Posteriormente, cresceu para 1,2 milhão em 1991; 1,6 milhão em 2000; alcançando o patamar de 2,3 milhões em 2013, consolidando-se efetivamente como uma das principais metrópoles nacionais. Nesse contexto de rápida ocupação e transformação do Centro-Oeste brasileiro, o notável crescimento de Brasília, o igualmente acelerado crescimento de Goiânia e a emergência

de ambas como metrópoles nacionais firmaram essas duas cidades como polos de toda a região, consolidando um novo eixo de desenvolvimento formado por Brasília-Anápolis-Goiânia.²

Em resumo, entre 1970 e 2013, a área metropolitana de Brasília cresceu de 625 mil para 3,9 milhões de habitantes; a de Goiânia, de 425 mil para 2,3 milhões; e a da Aglomeração Urbana de Anápolis, de 120 mil para 400 mil. No total, a população cresceu de 1,17 milhão para 6,6 milhões. Nada menos que 40% do crescimento da população urbana de toda a Região Centro-Oeste concentrou-se nesse eixo.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DO BAIXO NÍVEL DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA REGIÃO

Não obstante o avanço ocorrido nas duas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização de sua economia, situando-se no último posto entre as cinco macrorregiões do país, tendo respondido em 2011 por cerca de 4% da produção industrial do Brasil, percentagem muito inferior à participação da região no PIB nacional (10%). De todo modo, ela vem crescendo, pois essa participação era de apenas 1,8% em 1990; de 1,1% em 1980; e de 0,8% em 1970. Para efeito de comparação, Santa Catarina, com população equivalente a um terço da existente no Centro-Oeste, ostentava em 2011 uma produção industrial de quase 6% do total nacional.

Certamente, o baixo grau de industrialização da região está relacionado à inegável vocação do Centro-Oeste para a atividade agropecuária e à formação muito recente de sua economia. Talvez o fator decisivo tenha sido o fato de o Estado brasileiro,

² O Eixo Brasília-Goiânia é apresentado neste estudo como um eixo de desenvolvimento compreendendo a área metropolitana de Brasília, a área metropolitana de Goiânia e a aglomeração urbana de Anápolis. Sua proposição foi feita no estudo "O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil Central", elaborado em março de 2000 pelo então presidente do Sindicato dos Economistas/DF, Júlio Miragaya. Essa definição foi adotada pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Governo de Goiás no estudo "Eixo de Desenvolvimento Goiânia-Anápolis-Brasília", elaborado em 2002.

na fase mais importante do desenvolvimento industrial, quando teve papel ativo na definição da localização dos investimentos industriais por meio de projetos estatais ou de políticas que favoreciam a desconcentração industrial, não ter dedicado ao Centro-Oeste a mesma atenção dada às demais regiões periféricas (Nordeste, Norte e Sul).

A ausência de estímulo à atividade industrial não atingiu apenas Brasília, mas praticamente toda a Região Centro-Oeste, embora em menor intensidade. Expressão disso foi que, entre todas as superintendências de desenvolvimento regionais criadas (e que tinham um forte objetivo de promoção da industrialização), a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) foi a última a ser criada, a que dispôs de menor estrutura e suporte por parte do governo federal e a primeira a ser extinta.

Mais do que isso, enquanto as demais regiões foram contempladas com instituições financeiras federais de fomento, tais como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), na Região Nordeste; o Banco da Amazônia (Basa), na Região Norte; e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), na Região Sul; o Centro-Oeste ficou privado de tal instrumento de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento econômico, particularmente o industrial.

A partir dos anos 1980, quando o país vivenciou um intenso processo de desconcentração industrial, com o deslocamento dessas atividades das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro em direção aos estados da Região Sul, ao centro-sul de Minas Gerais e ao interior de São Paulo, o Centro-Oeste e Brasília mais uma vez se viram excluídos.

Do mesmo modo, não houve nenhum grande investimento industrial estatal na região, como a Zona Franca de Manaus e o Projeto Grande Carajás, na Região Norte; o Polo Petroquímico de Camaçari e o Complexo de Suape, no Nordeste; e o Polo Petroquí-

mico de Triunfo e a Refinaria de Araucária, na Região Sul. Não é fortuito, portanto, o reduzido grau de industrialização regional.

O PROCESSO EM CURSO DE DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Em 1970, 57% do produto industrial brasileiro concentrava-se nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro (44% e 13%, respectivamente). Já em 1990, havia refluído para 33,4%. O deslocamento deu-se, sobretudo, em direção à Região Sul (de 12% para 17,4%), a Minas Gerais (de 6,3% para 8,8%) e notadamente ao interior de São Paulo (de 14% para 23%), formando um polígono que passa pela Grande Vitória, Região Metropolitana de Belo Horizonte, as aglomerações urbanas de Uberlândia, São José do Rio Preto e Londrina e a Região Metropolitana de Porto Alegre, ficando o Centro-Oeste e Brasília precisamente no limite externo desse polígono.

Esse processo, para alguns autores como Diniz em “A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas”, constitui-se, na verdade, em uma nova reconcentração, porém envolvendo um território muito mais amplo do que as duas grandes áreas metropolitanas do país. Mas o Centro-Oeste ficou às margens do processo de desconcentração espacial da atividade industrial, em curso no país nos últimos trinta anos.

Nesses últimos anos, vultosos investimentos têm sido feitos nessa área de expansão industrial (duplicação de rodovias; novos gasodutos; investimentos em ampliação; e melhoria das malhas ferroviária e hidroviária), inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais da região em relação às demais áreas do país. A simples observação do mapa permite constatar que o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia fica exatamente no limite exterior desse contorno, do processo de desconcentração espacial da indústria, assim como tem ficado também às margens desses novos investimentos em infraestrutura.

OS PONTOS DE ESTRANGULAMENTO NA INFRAESTRUTURA

É preciso ter claro que a consolidação do processo de desenvolvimento, e, em um sentido mais específico, de industrialização da região, não vai se dar por acaso. Se é verdade que algumas condições fundamentais estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor e grande disponibilidade de vários insumos industriais, há grandes entraves na área de infraestrutura, e uma boa oferta nesse setor é fator decisivo na alocação dos investimentos industriais.

Ocorre que, nos últimos anos, os principais investimentos em infraestrutura têm-se concentrado no polígono anteriormente descrito, tais como a Rodovia do Mercosul (duplicação das rodovias que interligam Belo Horizonte-São Paulo-Curitiba-Florianópolis-Porto Alegre); o gasoduto Brasil-Bolívia e o ramal São Paulo-Porto Alegre; a Hidrovia do Paraná-Tietê etc. – inversões que tendem a acentuar as vantagens comparativas locais dessa região em relação às demais áreas do país.

Não obstante o expressivo desempenho da economia regional nos últimos anos, o Centro-Oeste ainda apresenta inúmeros gargalos em sua infraestrutura que impedem uma melhor *performance* de sua economia. Tais gargalos encontram-se notadamente nas áreas de transportes e de energia. A insignificante malha ferroviária regional, a insuficiente e precária rede rodoviária e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos, tanto para os principais centros urbanos do país quanto para o mercado externo.

AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO E A EXPANSÃO INDUSTRIAL

Viu-se que alguns gargalos persistem e entravam as perspectivas de um efetivo desenvolvimento industrial, e eles locali-

zam-se principalmente na área de infraestrutura econômica. Dessa forma, a realização de investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região avançar em seu processo de desenvolvimento.

O Centro-Oeste deve almejar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva. É notório que o país vivencia, há cerca de trinta anos, um processo de desconcentração da atividade industrial. O desafio para a região é transpor a linha divisória do novo mapa da localização da indústria brasileira, inserir-se dentro dessa nova fronteira e capitalizar parte desse processo de realocização da atividade industrial, ainda em curso. Deve-se destacar a relativa proximidade do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional.

Algumas condições para alcançar o objetivo estão dadas, como a existência de um amplo mercado consumidor (e, no caso do DF, com renda média acima do dobro da média nacional), o alto grau de instrução da população, razoável infraestrutura econômica, variada disponibilidade de insumos industriais e ampla base produtiva no setor agropecuário. Somente a Região Metropolitana de Brasília representa hoje mercado de 3,9 milhões de pessoas, com renda disponível para consumo de cerca de R\$ 90 bilhões (o equivalente a quase 3% do total nacional), configurando-se como o terceiro maior mercado consumidor do país. Se considerado o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, esse mercado ascende a 6,6 milhões, com renda disponível para consumo em torno de R\$ 140 bilhões. Enfim, as condições para o desenvolvimento industrial da Região Centro-Oeste são amplamente favoráveis, devendo a sociedade local se armar de uma estratégia para sua efetiva promoção.

No caso específico da área metropolitana do DF, a estratégia de industrialização deve buscar atrair para o DF os segmentos intensivos em capital e tecnologia (informática, por exemplo) e

os segmentos intensivos em mão de obra para a periferia metropolitana (alimentação e bebidas, calçados e confecções, metalurgia, mobiliário etc.) mais adequados ao perfil da mão de obra local. Isso geraria pelo menos quatro consequências diretas e positivas para o DF: (i) reduziria a pressão sobre o mercado de trabalho do DF; (ii) atrairia investimentos em atividades de apoio ao setor industrial (serviços de manutenção, financeiros, de transporte, comercialização etc.), que em boa parte instalar-se-iam no DF; (iii) aumentaria o poder aquisitivo da população local, que em larga medida seria dispendido no DF; e (iv) elevaria a capacidade de arrecadação das prefeituras locais e, conseqüentemente, a capacidade de investimento na ampliação e melhoria dos serviços e equipamentos urbanos, reduzindo a pressão sobre esses segmentos do DF.

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES NA REGIÃO

Entre os investimentos previstos e em curso na região, os principais concentram-se no setor de transportes. Dadas suas características específicas de grande produtora de *commodities* com longas distâncias, tanto em relação aos grandes centros consumidores quanto aos principais portos exportadores, a infraestrutura de transportes assume uma importância vital para a região. Atualmente, a insuficiente e precária rede rodoviária, a insignificante malha ferroviária regional e a subutilizada rede hidroviária acarretam graves dificuldades para o escoamento da enorme e crescente safra de grãos.

Quando se defronta com os problemas na logística de transportes, emerge o debate sobre as várias alternativas que existem e que efetivamente não têm sido devidamente consideradas. Tal situação deriva do desmonte da área de planejamento de transportes ocorrido no país nos últimos anos. Análise elementar, entretanto, revela que são várias as alternativas de escoamento da

produção agrária regional, com amplas vantagens comparativamente ao realizado pelos portos de Santos e Paranaguá. Essas várias alternativas de escoamento envolvem as três modalidades de transporte.

A Região Centro-Oeste tem dois principais eixos de conexão: (i) ao sul, com os principais mercados consumidores do país e grandes portos exportadores (Santos, Paranaguá, Sepetiba e Tubarão); e (ii) ao norte, com os portos de Itaquí, Belém e Vila do Conde e os localizados ao longo do rio Amazonas (Santarém e Miritituba), possibilitando acesso privilegiado aos mercados europeu, caribenho e norte-americano.

Há, ademais, duas outras conexões secundárias: (i) com os portos do Pacífico (Ilo, Mollendo e Matarani, no Peru, e Antofagasta, Arica e Iquique, no Chile), pela nova rodovia Transoceânica, possibilitando acesso aos mercados da Bacia do Pacífico com redução significativa nos custos de transporte das exportações de grãos direcionadas ao mercado asiático; e (ii) com a Bacia do Prata (rios Paraguai e Paraná), conectada aos mercados do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai).

São muitos os investimentos em infraestrutura necessários para alavancar a competitividade da atividade agropecuária regional e impulsionar um processo de industrialização. Em relação à ampliação e melhoria da malha rodoviária, além dos já citados, outros projetos são fundamentais para a região: pavimentação da BR-163 entre Guarantã do Norte (MT) e Santarém (PA), possibilitando o escoamento da safra do centro-norte mato-grossense com os portos da calha do rio Amazonas e a pavimentação da BR-158 entre Ribeirão Cascalheira (MT) e a fronteira MT-PA, permitindo o escoamento da safra do leste mato-grossense pelo porto de Itaquí (MA).

No plano rodoviário, deve ser citada ainda a pavimentação dos trechos da BR-230 (Transamazônica) entre Altamira e Marabá (500 km) e entre Altamira e Rurópolis (300 km), conec-

tando as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Também a pavimentação da BR-319, ligando Manaus a Porto Velho, e a construção de uma rodovia entre Itaituba e Itacoatiara (400 km), permitindo a ligação exclusivamente por via rodoviária entre Manaus e o Centro-Sul do país através da BR-163.

Em relação à ampliação da malha ferroviária na região, dois projetos estão em curso: (i) a extensão da Ferronorte desde Alto Araguaia, em direção a Rondonópolis e Cuiabá (facilitando a ligação do território mato-grossense com os portos de Santos e Paranaguá); e (ii) a extensão da Ferrovia Norte-Sul na direção do sul do estado de Tocantins e do centro de Goiás (conectando essa região com o porto de Itaqui). Nesse cenário, o porto de Itaqui surge como uma excepcional alternativa para o escoamento da produção da Região Centro-Oeste pela proximidade com as regiões produtoras, por ser um porto não saturado, apropriado à atracagem de grandes navios graneleiros, e por estar mais próximo dos mercados consumidores do Hemisfério Norte.

Destaque ainda para os projetos de implantação, pela Valec, da Ferrovia Oeste-Leste (Fiol), ligando Figueirópolis (TO), no traçado da Ferrovia Norte-Sul, ao porto de Ilhéus (BA), e da Ferrovia Centro-Oeste (Fico), ligando Uruaçu (GO), também na Ferrovia Norte-Sul, às cidades de Lucas do Rio Verde (MT) e Vilhena (RO), interligando o porto de Ilhéus (BA) às regiões graníferas do oeste da Bahia, Tocantins, Mato Grosso e Rondônia. Deve ainda ser mencionado o projeto de construção do ramal ferroviário Luziânia-Unai-Pirapora, conectando a região com a Ferrovia Vitória-Minas e com o porto de Tubarão (ES).

Na área hidroviária, merecem destaque: (i) melhorias na Hidrovia do Madeira, entre Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM); (ii) prolongamento da Hidrovia Paraná-Tietê até Ananguera (GO); (iii) investimentos na Hidrovia do Paraguai; (iv) aprofundamen-

to dos estudos de viabilidade das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Teles Pires-Tapajós.

Em suma, a realização desses vultosos investimentos em infraestrutura é uma condição básica para a região dar um salto em seu processo de desenvolvimento.

No setor de energia, observa-se que a matriz energética nacional deverá passar por sensível transformação nos próximos anos, segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica (PDEE 2006-2015) do Ministério das Minas e Energia. Algumas fontes, como o gás natural, a biomassa, o carvão e a nuclear, devem aumentar suas participações na matriz, com o deslocamento principalmente da energia hidráulica.

Toda a região do Brasil Central está atualmente interligada ao sistema nacional, com a recente interligação de Rondônia e do noroeste de Mato Grosso, com a conclusão da Linha de Transmissão Samuel (RO)-Jauru (MT), com 947 km de extensão.

O PDEE, em seu cenário de expansão da oferta de energia, prevê grandes investimentos na região. Em relação às usinas hidrelétricas, destacam-se as seguintes: Estreito, no rio Tocantins, com potência de 1.087 MW (operação em dezembro de 2010); Dardanelos, no rio Aripuanã, com 261 MW (operação em dezembro de 2010); Jirau, no rio Madeira, com 3.300 MW (operação em janeiro de 2011); São Salvador, no rio Tocantins, com 243 MW (operação em março de 2011); Santo Antônio, no rio Madeira, com 3.150 MW (operação em janeiro de 2012); Água Limpa, no rio das Mortes, com 320 MW (operação em maio de 2012); Serra Quebrada, no rio Tocantins, com 1.328 MW (operação em dezembro de 2012); Tocantins, no rio Tocantins, com 480 MW (operação em dezembro de 2012); Torixoréu, no rio Araguaia, com 408 MW (operação em maio de 2013); e Tupirantins, no rio Tocantins, com 620 MW (operação em novembro de 2013). Em relação às usinas termelétricas, o principal projeto é da Usina Termelétrica de Três Lagoas (MS), movida a

gás natural, com potência de 350 MW e operação em janeiro de 2008.

A ampliação da oferta de energia na região a partir do gás natural deverá ocorrer com base na disponibilidade do insumo oriundo dos campos de produção bolivianos – o gasoduto Brasil-Bolívia corta o Mato Grosso do Sul, um ramal desse gasoduto chega a Cuiabá e um outro ramal está em estudos, devendo alcançar Goiânia e Brasília, a partir de Araraquara (SP), passando pelo Triângulo Mineiro – e do campo de Urucu (AM), com a construção de um ramal do gasoduto que levará o gás até Porto Velho. Outra fonte de energia que deve experimentar forte expansão de sua oferta na região é a oriunda de biomassa, que é tratada de forma detalhada, mais adiante, quanto a seu impacto na produção agrícola.

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO CENTRO-OESTE E NO DF

A Região Centro-Oeste tende a continuar sendo, pelo menos nos próximos vinte ou trinta anos, a região de melhor desempenho econômico do país, em face notadamente de seu enorme potencial no setor agropecuário (setor em que o Brasil deverá assumir uma posição de crescente destaque) e das perspectivas de desenvolvimento a ele associadas. O planejamento das ações futuras para o DF e sua região, visando à superação dos entraves a seu pleno desenvolvimento, demanda a elaboração dos possíveis cenários para as principais variáveis, particularmente demográficas e econômicas.

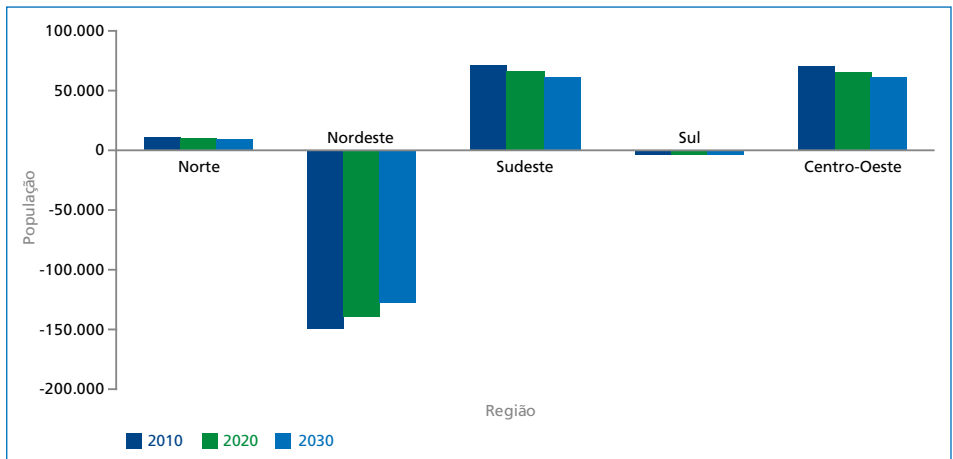
As projeções de saldo migratório anual até 2030 permitem concluir que o crescimento na região permanecerá bem acima do registrado na média do país, conforme observado o quadro (Tabela 1 e Gráfico 1).

TABELA 1 Saldo migratório anual em anos de referência

Região/UF	2010	2015	2020	2025	2030
Norte	11.147	10.754	10.360	9.966	9.572
Nordeste	(149.375)	(143.939)	(138.498)	(133.056)	(127.617)
Sudeste	71.463	68.939	66.414	63.886	61.363
Sul	(3.802)	(3.667)	(3.534)	(3.398)	(3.265)
Centro-Oeste	70.871	68.367	65.864	63.359	60.851
RO	2.037	1.966	1.894	1.822	1.749
TO	2.453	2.367	2.280	2.194	2.106
MT	8.192	7.903	7.614	7.324	7.034
GO	39.060	37.679	36.299	34.918	33.538
DF	21.261	20.509	19.758	19.007	18.255
MS	(2.132)	(2.057)	(1.981)	(1.906)	(1.831)

Fonte: IBGE.

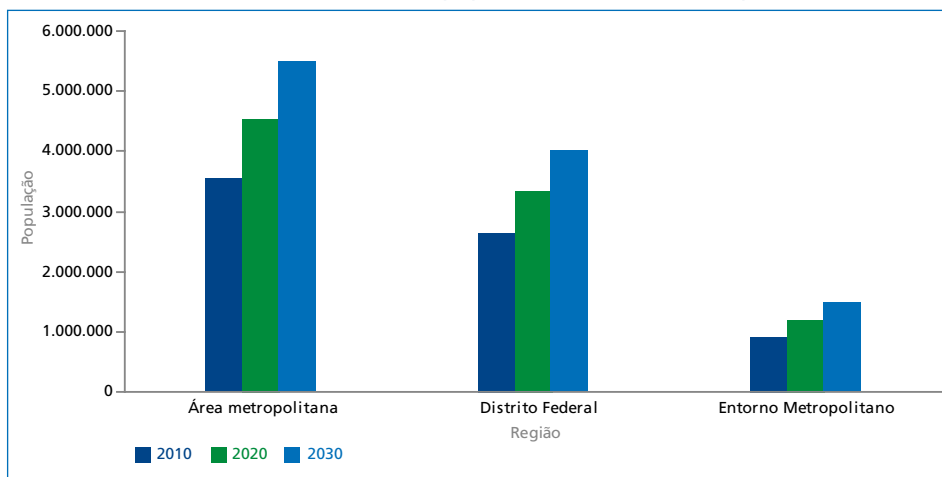
GRÁFICO 1 Saldo migratório anual em anos de referência



Fonte: IBGE.

Em relação ao DF, se mantidas as atuais tendências, a população deve alcançar cerca de 3,25 milhões de habitantes em 2020. Somando-se a estimados 1,35 milhão para os 12 municípios goianos que compõem sua periferia metropolitana, totalizaria 4,6 milhões na área metropolitana de Brasília. Em 2030, alcançaria 5,5 milhões, conforme o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 Estimativa populacional na área metropolitana de Brasília



Fonte: Codeplan.

Para a área metropolitana de Goiânia, as projeções apontam um contingente populacional de 2,75 milhões em 2020 e de 3,4 milhões em 2030, ao passo que, para a aglomeração urbana de Anápolis, projeta-se respectivamente 500 mil e 650 mil habitantes. Dessa forma, para o Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, as projeções são de 7,85 milhões em 2020 e 9,55 milhões em 2030.

Em relação ao mercado de trabalho no DF e sua área metropolitana, mantidas as atuais tendências, a população economicamente ativa da área metropolitana deverá crescer para 2,5 milhões em 2020 (1,75 milhão no DF e 750 mil na periferia metropolitana).

A PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO NO CENTRO-OESTE

Da mesma forma, é de se esperar um desempenho da economia do Centro-Oeste acima da média nacional. Conforme visto anteriormente, o PIB *per capita* do Centro-Oeste passou do equivalente a 67% da média nacional na década de 1970 para atuais 112%.

Mantida a tendência, e considerando a projeção populacional, a Tabela 2 apresenta a projeção do PIB *per capita* e do PIB da Região Centro-Oeste até 2030. Em dólares constantes de 2009, o PIB regional deverá superar em 2030 o patamar de US\$ 533 bilhões, representando quase 13% do PIB nacional.

TABELA 2 Projeção do PIB *per capita* e do PIB da Região Centro-Oeste de 2015 a 2030

	PIB <i>per capita</i> (US\$)			População (mil)	PIB (US\$ bilhões)		
	BRA	CO/BRA	CO		CO	BRA	CO/BRA
2010	10.820	115,0	12.443	17.047,0	212,1	2.089,0	10,15
2015	13.020	117,5	15.299	18.708,6	286,2	2.615,7	10,94
2020	15.930	120,0	19.116	19.952,9	381,4	3.299,7	11,56
2025	19.600	122,5	24.010	21.137,0	507,5	4.164,3	12,19
2030	24.290	125,0	30.363	22.182,0	673,5	5.257,3	12,81

Fonte: Banco Mundial e Cálculos Ibrase.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal desafio para a Região Centro-Oeste é intensificar seu processo de industrialização, buscando se inserir no “novo mapa” da localização industrial brasileira e capitalizar parte desse processo de desconcentração industrial ainda em curso.

Deve-se destacar ainda a relativa proximidade do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia com o eixo dinâmico da economia nacional. O acentuado crescimento nos últimos anos de algumas cidades médias (Joinville, Caxias do Sul, Londrina, Uberlândia, Vitória), e mesmo metrópoles (Curitiba, Campinas, Fortaleza) com base na expansão industrial, vem desmistificar o argumento de que hoje a indústria não tem maior relevância como fator de desenvolvimento econômico.

Não obstante o excepcional avanço da atividade agropecuária ocorrido nas últimas décadas, o Centro-Oeste permanece com um baixíssimo grau de industrialização, respondendo por cerca de

4% da produção industrial nacional, percentual muito inferior à participação da região no PIB nacional, de cerca de 10%.

Enfim, deve a região buscar a industrialização como forma de dar um salto qualitativo em sua estrutura produtiva, estabelecendo como meta a transposição da linha divisória do novo mapa da realocização da indústria brasileira.

REFERÊNCIAS

CODEPLAN – COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. *Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia. O modelo de desenvolvimento com inclusão social e o eixo como novo vetor de expansão*. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/seminarios/EIXO/Estudo_Eixo_Brasilia-Anapolis-Goiania.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2014.

DINIZ, C. C. *A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3488>. Acesso em: 6 mar. 2014.

Site consultado

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) – <www.sidra.ibge.gov.br>.

BIBLIOGRAFIA

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Pecuária Municipal*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=21>. Acesso em: 13 jun. 2014.

_____. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa>

MIRAGAYA, J. *O Eixo Brasília-Goiânia como foco dinâmico da economia do Brasil*. Brasília: Sindicato dos Economistas-DF, 2000.

_____. *Dinâmica econômica, migrações e integração do território no Centro-Oeste: o impacto do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2003.

_____. Estratégia para o desenvolvimento de Brasília e região. In: MULHOLLAND, T.; FARIA, D. (org.). *DF em questão*. Brasília: Editora UnB, 2006.

_____. *Estratégia para o desenvolvimento sustentável de Brasília e seu entorno*. Brasília: Sebrae-DF/Ibrase, 2008.

_____. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, A. et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010.

_____. *Transformações no Arco do Desmatamento: a expansão da pecuária bovina na Amazônia, pressões sobre o ambiente e o papel das políticas públicas na contenção do desmatamento (1990/2010)*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

15

Oportunidades para apoio ao desenvolvimento do Centro-Oeste

CLÁUDIO HALLEY

RESUMO

Estudos revelam que os micro e pequenos empresários contribuem fortemente para o desenvolvimento econômico do Brasil. Os dados mostram que os empreendimentos de menor porte são responsáveis pela contratação de 72% das pessoas economicamente ativas do país. As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas brasileiras e, mesmo com números tão expressivos, enfrentam dificuldades na obtenção de crédito. A burocracia, a tributação e as altas taxas de juros são alguns dos entraves que podem levar um negócio à falência. Com um diferencial de atuação perante tomadores de crédito, cooperativas financeiras adentraram esse mercado e ampliaram o portfólio de serviços para atender de forma personalizada às necessidades de pessoas jurídicas.

ABSTRACT

Studies show that micro and small entrepreneurs contribute significantly to Brazil's economic development. Data show that smaller undertakings are responsible for employing 72% of the country's economically-active people. Micro and small enterprises account for 99% of Brazilian companies and, even with such expressive numbers, they face difficulties in obtaining credit. Bureaucracy, taxes and high interest rates are some of the obstacles that can lead a business to bankruptcy. With a differential effort towards creditors, financial cooperatives have entered this market and expanded the services portfolio to meet the needs of the companies in a more personalized fashion.

O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O Brasil reúne de forma única, em escala e diversidade, um mercado de empreendedores dinâmico e com capacidade empresarial suficiente para investir e inovar em seus segmentos, sustentando assim o crescimento econômico e permitindo uma melhora da qualidade de vida de suas regiões.

Segundo dados da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2013, realizada anualmente e fruto de uma parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP), cerca de 40 milhões de brasileiros, com idades entre 18 e 64 anos, são responsáveis por algum tipo de negócio. O relatório revela que, a cada cem brasileiros que iniciam um negócio, 71 são motivados pela oportunidade, e não pela necessidade, como era registrado nos anos anteriores.

Acompanhando o crescimento da formalização dos negócios, a bancarização dos empreendedores brasileiros também vem se desenvolvendo a passos largos. A Pesquisa Mensal do Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), revela que o lucro dos pequenos empreendedores das principais regiões metropolitanas cresceu bem mais que o Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, ao ritmo de 4% ao ano acima da inflação [SEA-PR (2013)]. Dados como esse indicam uma evolução do setor, que, nos últimos dez anos, tem alinhado as atividades desempenhadas por milhões de brasileiros na economia real a sua existência jurídica e tributária.

TABELA 1 Número de empresas e de pessoal ocupado, por porte de empresa, em 2012

Porte	Nº empresas	% part.	A + B + C		Porte
			Nº pessoal ocupado	% part.	
MPE	6.339.620	98,98	39.282.885	72,2	MPE
Micro	5.961.402	93,07	30.170.959	55,5	Micro
Pequena	378.218	5,90	9.111.926	16,7	Pequena
MGE	65.502	1,02	15.120.595	27,8	MGE
Média	41.683	0,65	4.831.521	8,9	Média
Grande	23.819	0,37	10.289.074	18,9	Grande
Total	6.405.122		54.403.480		

Esses empreendedores podem ser considerados um dos principais agentes de desenvolvimento econômico. Reconhecer essa importância para o mercado é um passo fundamental para contribuir para o fortalecimento do papel do empreendedor. Os micro e pequenos negócios brasileiros representam 99% dos empreendimentos e respondem por 72% do pessoal ocupado no setor privado (Tabela 1). Nos últimos anos, os empreendimentos de menor porte têm sido responsáveis pela maior parcela da geração de novos empregos.

O DESAFIO DO CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Mesmo com seu notável valor para a estrutura da atividade econômica brasileira, as micro e pequenas empresas ainda esbarram em um cenário de profundos gargalos, que por vezes limita sua competitividade, capacidade de manutenção e sustentabilidade nos médio e longo prazos. Os empreendedores brasileiros enfrentam uma excessiva burocracia, tributação muito elevada e taxas de juros que ainda são muito altas. Para empreender e fomentar os negócios, além da vocação e persistência, é ne-

A		B		C		Empregados – remuneração média real (R\$)
Nº empregos	% part.	Conta própria	% part.	Empregadores	% part.	
16.157.382	51,7	19.561.469	100,0	3.564.034	100,0	1.334
7.523.688	24,1	19.561.469	100,0	3.085.802	86,6	
8.633.694	27,6		0,0	478.232	13,4	
15.120.595	48,3	-	0,0	-	0,0	2.161
4.831.521	15,4		0,0		0,0	
10.289.074	32,9		0,0		0,0	
31.277.977		19.561.469		3.564.034		

Fonte: Banco Central.

cessário também capital para investir no desenvolvimento do empreendimento, capital esse que muitas vezes é de terceiros. Por isso, é tão essencial que tenham acesso a serviços financeiros adequados a suas necessidades.

Durante a abertura do 8º Encontro Nacional da Indústria (Enai), a Presidenta Dilma Rousseff reconheceu a necessidade de combater essa burocracia e de modernizar as estruturas institucionais do Brasil. “Precisamos combater a tradição burocrática, do selo, do carimbo”, destacou Dilma. “Não podemos ter múltiplas portas de entrada e processos que se sobrepõem”, completou, reconhecendo que o excesso de burocracia prejudica a competitividade das empresas brasileiras.

Um dos serviços de vital importância para agregar valor à competitividade das empresas, principalmente para as micro e pequenas, é a concessão de crédito.

Contudo, justamente é essa obtenção de crédito que figura entre os principais obstáculos encontrados por empresas desses portes. Essa realidade é justificada pelas instituições financeiras por três aspectos principais: a alta taxa de mortalidade dessas empresas; os problemas de assimetria de informação; e a constituição de garantias reais normalmente requeridas em processos de financiamento de longo prazo e que tornam o processo de análise de crédito mais assertivo.

A expansão do acesso a crédito por micro e pequenas empresas está no escopo da atuação para promoção da inclusão financeira no Brasil. Entre as oito ações do Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional do Banco Central, está o aprimoramento do arcabouço regulatório do microcrédito e das instituições especializadas em microfinanças para o adequado suporte a microempreendedores, bem como a micro e a pequenas empresas.

Porém, para essa expansão consistente e segura do acesso a crédito, também são necessários instrumentos e ações para mitigação de assimetrias de informação. A fim de que os cidadãos

tenham acesso a informações claras sobre as opções disponíveis, mudanças regulatórias voltaram-se ao aumento da transparência na oferta de serviços financeiros, por exemplo, a obrigatoriedade de divulgação do custo efetivo total do crédito, que consolida em um único número todos os custos envolvidos na contratação de operações de crédito.

Por outro lado, as instituições financeiras também precisam conhecer seu cliente, para identificar o rol de opções adequadas a suas necessidades, avaliar o risco de inadimplência e, assim, calcular a taxa de juros adequada ao risco envolvido na operação. E, em um país de território continental como o Brasil, é improvável que alguma instituição financeira bancária com atuação nacional conheça as reais necessidades de sua clientela. Afora as distâncias geográficas, há grandes diferenças culturais, sociais e econômicas. Nesse contexto, passam a se destacar as cooperativas de crédito como importantes ferramentas de inclusão financeira no país.

Por sua essência, as cooperativas de crédito possuem melhor capacidade de compreender as dificuldades dos empreendedores, pois acompanham com maior proximidade os fatos e relatos de seus associados. Com suas particularidades, elas oferecem produtos e serviços personalizados, desenvolvidos de acordo com as necessidades e a realidade de seus associados. Isso porque são entidades de atuação regionalizada, com presença de micro e pequenos empresários em seus conselhos de administração e quadro de executivos, os quais conhecem e enfrentam cotidianamente as mesmas dificuldades citadas.

Dessa maneira, o envolvimento entre cooperativas e comunidade local constitui uma vantagem competitiva importante quanto à avaliação e ao tratamento de empréstimos, principalmente às micro e pequenas empresas, incluindo também nesse processo, o aconselhamento sobre a melhor utilização do crédito e apoio com as ferramentas disponíveis.

Além disso, a relação de uma cooperativa de crédito com seu cooperado pessoa jurídica ocorre de maneira diferenciada, sendo o tomador do crédito também o próprio dono da cooperativa, o que resulta em uma relação de maior responsabilidade entre as instituições.

As cooperativas de crédito estão vocacionadas para atuar pelo desenvolvimento socioeconômico das localidades/regiões em que estão inseridas, criando um campo fértil e um ciclo de expansão conjunta. A legislação brasileira inclusive exige que as cooperativas atuem apenas com pessoas que residam ou – no caso de pessoas jurídicas – estejam estabelecidas na região de atuação da cooperativa, fazendo com que os recursos captados (depósitos e poupança) sejam emprestados no próprio município ou na região, e não em outras localidades (inclusive em unidade federativa diferente), como ocorre no sistema bancário tradicional.

FIGURA 1 Ciclo virtuoso do cooperativismo de crédito



Dois dos maiores especialistas do setor cooperativista de crédito no Brasil, Ênio Meinen e Márcio Port, ressaltam como esse papel transformador do cooperativismo financeiro atua no desenvolvimento local e regional:

[...] as cooperativas de crédito asseguram a reciclagem dos recursos nas próprias comunidades, ou seja, o resultado monetário que se gera é reinvestido ali mesmo, produzindo novas riquezas. Além disso, as entidades têm plena autonomia para ajustar sua política creditícia e de gestão da poupança à realidade do lugar. Essa liberdade permite acompanhar adequadamente o ciclo econômico de cada região e respeitar suas aptidões e potencialidades socioeconômico-culturais, com geração e incremento de renda, estimulando, ainda, a fixação dos jovens nas próprias comunidades [Meinen e Port (2012, p. 54)].

Esse papel social, aliado a sua enorme capacidade de atender a diferentes realidades, tem firmado as cooperativas de crédito como um segmento financeiro de pujante expansão. Sua evolução chega a superar 15 vezes o valor percentual de crescimento conjunto das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Desde sua reestruturação, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) tem conquistado crescente participação no SFN. Os indicadores do setor são realmente expressivos e mostram sua robustez. Segundo dados do Banco Central, o SFN apresentou crescimento médio de 10% (ativos totais), em 2013, enquanto o SNCC cresceu 21% mantendo a trajetória de crescimento verificada nos últimos vinte anos.

Tendo as micro e pequenas empresas como perfil predominante das pessoas jurídicas associadas, o país possui (dados de dezembro de 2013) 1.154 cooperativas financeiras com cerca de 6,4 milhões de associados, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Os ativos totais dessas instituições chegaram a R\$ 124,3 bilhões. Já os depósitos somaram R\$ 56,3 bilhões. Além disso, as cooperativas de crédito estão presentes em todas as regiões do país e, juntas, formam a segunda maior rede de atendimento próprio do país.

TABELA 2 Pontos de atendimento do cooperativismo

<i>Ranking</i>	Instituição financeira	2013	%
1	SFC	6.113	20,9
2	Bando do Brasil	5.451	18,6
3	Bradesco	4.684	16,0
4	Itaú	3.924	13,4
5	Caixa	3.289	11,2
6	Santander	2.661	9,1
7	Sistema Sicoob	2.178	7,4
8	Sistema Sicredi	1.258	4,3
9	HSBC	866	3,0
10	Banrisul	512	1,7
	SFN	29.314	-

Fonte: Elaboração Bancoob, com base em dados de Bancoob e Banco Central.

Nota: Sistema Financeiro Cooperativo (SFC); Sistema Financeiro Nacional (SFN).

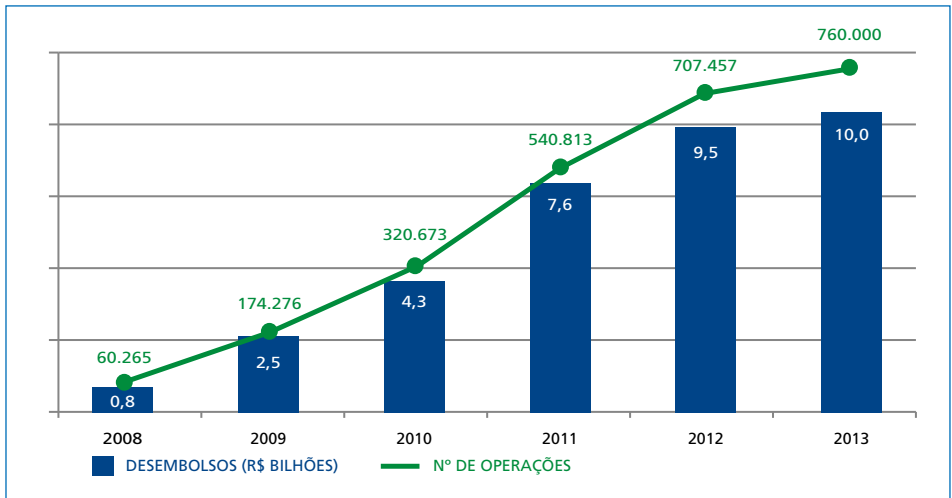
A convergência de propósitos e a natural afinidade entre as cooperativas e as micro e pequenas empresas faz com que estas sejam parceiras ideais para seu desenvolvimento e, consequentemente, para o progresso econômico.

Para atender a esse cenário promissor, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) tem investido em uma plataforma que vai além da concessão de crédito, com ênfase em soluções financeiras integradas e tecnologia de ponta. Tudo isso sem perder o foco em seus valores cooperativistas. Tais valores fizeram do Sicoob o primeiro sistema de crédito cooperativo a emitir o Cartão BNDES. Com a parceria, o Sicoob pode contribuir com maior democratização do acesso aos recursos do BNDES, levando a instituição a localidades onde sua presença ainda é pequena e unindo a finalidade econômica à preocupação com o desenvolvimento social.

O Cartão BNDES foi responsável pelo substancial aumento do desembolso do BNDES às micro e pequenas empresas. Com 14 anos de existência, o cartão já se mostra como um dos mais importantes instrumentos para o desenvolvimento do empresariado brasileiro. A relevância dessa modalidade de crédito pode ser verificada por seu

volume de operações realizadas em 2013, que chegou a 760 mil, o que significa desembolsos de R\$ 10 bilhões (Gráfico 1).

GRÁFICO 1 Desembolsos e números de operações do Cartão BNDES



Fonte: Elaboração Bancoob – Suest, com base em dados do BNDES e da Associação Brasileira de Bancos (ABBC).

Só na Região Amazônica, o Cartão BNDES foi emitido em 95% dos municípios e movimentou R\$ 1 bilhão em transações entre 2008 e 2013.

A simplicidade agregada à operação, realizada via internet e com definição prévia de um limite de crédito para o usuário, facilitando o processo de análise, concessão e monitoramento do crédito, contribuiu para o sucesso do cartão. Ademais, nos últimos dez anos, a diversificação das linhas de crédito de longo prazo do BNDES tem sido acompanhada da fixação de diferenciais favoráveis às micro e pequenas empresas em termos de menores encargos financeiros, maiores prazos, possibilidade de associar capital de giro ao investimento fixo em maior proporção, uso dos recursos para aquisição de equipamentos usados, isenção de taxas e maiores níveis de participação. Com isso, as micro e pequenas empresas passam a usufruir de algumas van-

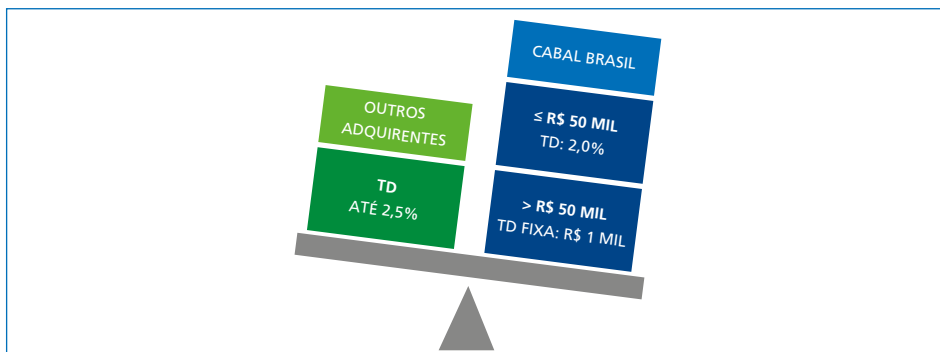
tagens quanto a maior nível de participação, maiores prazos e menores encargos *vis-à-vis* as empresas de maior porte.

Essas vantagens do BNDES são ainda mais potencializadas pelas parcerias com instituições como o Sicoob para repasse do crédito às micro, pequenas e médias empresas e pela ação de fomento, visando ampliar o alcance de atuação do produto.

Outro diferencial do Cartão BNDES Sicoob é a união com a Cabal Brasil. Atuando como bandeira e adquirente do produto, a Cabal é uma alternativa atrativa de processamento de pequenas bases, com aderência a estruturas independentes e produtos diferenciados. Com condições de credenciamento bem mais favoráveis aos fornecedores, a Cabal espera ampliar o número de fornecedores com a redução das taxas de descontos praticadas.

A taxa de desconto da Cabal, que incide sobre o valor da venda, é fixada em 2% (0,5% abaixo do mercado). Além disso, em um acordo inédito firmado com o BNDES, foi estabelecido um teto de R\$ 1.000 para sua cobrança (Figura 2). Com essa política, o *ticket* médio das transações com o Cartão BNDES Sicoob tem se mostrado o maior entre todas as instituições que ofertam o produto, isso porque, percentualmente, a taxa de desconto será menor quanto maior for o valor da venda.

FIGURA 2 Parceria com a Cabal Brasil



Fonte: Bancoob – Suest.

Nota: TD = Taxa de administração.

Com a parceria dessas três instituições (Sicoob, BNDES e Cabal) comprometidas com o desenvolvimento do país, objetivava-se estimular e adensar cada vez mais os arranjos produtivos locais, ancorados no empreendimento apoiado e promover o desenvolvimento integrado de seu entorno.

Focando nesses estímulos à inovação e à produção nacional para alavancar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, o país se organiza para dar passos mais ousados em direção ao desenvolvimento econômico e social, aproveitando competências presentes nas empresas e despertando o “espírito animal” de que falava Keynes.¹

Esse espírito já pode ser notado na Região Centro-Oeste do país. Entre 2002 e 2010, segundo as Contas Regionais 2010, do IBGE, o PIB da região quase triplicou, passando de R\$ 129,6 milhões para R\$ 350,5 milhões.

A pujança do agronegócio e da economia do Centro-Oeste reflete-se também nos indicadores sociais do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Entre 1991 e 2010, as quatro unidades federativas da região registraram crescimento médio de 49% no IDH e avançaram no *ranking* nacional.

O cooperativismo de crédito local também tem acompanhado esse desenvolvimento. A Região Centro-Oeste conta com seis centrais cooperativas, 339 pontos de atendimento, 89 cooperativas singulares e mais de 550 mil associados, que representam cerca de 9,2% de *market share* em relação ao segmento no Brasil. Dados como esses explicam por que as cooperativas da região apresentaram a segunda maior evolução do país – cerca de 18,87% – nas operações de crédito considerando o período de 2012 a 2013.

¹ O termo é do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) na obra *The general theory of employment, interest and money*, de 1936. Quando fala das expectativas de longo prazo, Keynes escreve que o momento certo para o investimento se dá quando o “espírito animal”, um tipo especial de confiança, se sobrepõe a cálculos matemáticos.

Essa “semente” tem sido plantada não só no Centro-Oeste, mas em todas as regiões com esse solo fértil e o “espírito animal” despertando. A cultura associativista atrelada ao cooperativismo, bem sedimentada nas comunidades, faz a diferença na sustentação do objetivo de construir um país mais próspero e inclusivo para todos.

Passados 110 anos desde a criação da primeira instituição, o cooperativismo de crédito começa a assumir sua relevância no mercado financeiro brasileiro. De um lado, opera pela melhoria das condições de acesso à produção e aos serviços por seus cooperados. De outro, estimula o empreendedorismo, porquanto, desde a prescrição doutrinária – sua gênese –, tem a vocação e o compromisso com o desenvolvimento das comunidades e dos setores e categorias econômico-profissionais a que serve e com o bem-estar de seus membros.

REFERÊNCIAS

KEYNES, J. M. *The general theory of employment, interest and money*. London: Macmillan, 1936. p. 161-162.

MEINEN, E.; PORT, M. *O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã*. Brasília: Confedbras, 2012.

Site consultado

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO –
<www.portaldocooperativismodecredito.com.br>.

16

BNDES e Banco de Brasília, parceria importante no desenvolvimento da Região Centro-Oeste

PAULO ROBERTO EVANGELISTA DE LIMA

RESUMO

Participar do crescimento econômico da capital do país sempre foi um dos orgulhos do Banco de Brasília (BRB). Criado por lei federal (Lei 4545, de 10 de dezembro de 1964), desde 1966, o BRB contribui para o desenvolvimento da cidade. Com a evidente expansão, por englobar a capital do Brasil, aonde afluí gente de todo o país, o Distrito Federal (DF) possui hoje sua região metropolitana, envolvendo municípios vizinhos, onde o governo do Distrito Federal (GDF) atua protegendo, principalmente, a saúde de seus habitantes e onde também o BRB instalou agências modernas. No campo, na indústria, na construção civil, no microcrédito, na qualidade de agente financeiro de apoio social, o banco está sempre presente, auxiliado por parcerias, como a do BNDES, que se preocupam, como o BRB, com desenvolvimento e o bem-estar da população.

ABSTRACT

Taking part in the economic growth of the nation's capital has always been a reason of pride for the Brasília Bank (BRB). Created under federal law (Act N° 4,545, of December 10, 1964), the BRB, since 1966, has contributed to the development of the city. With the inevitable expansion, as it is the nation's capital, where there are people from all over the country, the Federal District (DF) today has its own metropolitan region, involving neighboring municipalities, where the Federal District Government (GDF) protects, mainly, the health of its inhabitants and where the BRB also installed modern agencies. In the countryside, in industry, in construction, in microcredit, acting as a financial agent for social support, the Bank has remained present, aided by partners, such as the BNDES, which, together with the BRB, focus on the population's development and well-being.

BRB: AVANÇAR É PRECISO

O Centro-Oeste, região composta pelos estados de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás e pelo DF, tem área total de 1.604.850 km² e é a segunda maior região em território do país, sendo menor apenas que a Região Norte.

Conta com uma população de pouco mais de 14,5 milhões de habitantes e tem sido uma região bem atrativa para as correntes migratórias, principalmente provenientes da Região Nordeste.

O processo de migração para o Centro-Oeste do país intensificou-se na década de 1950, com a construção de Brasília.

O DF tem área próxima de 5.800 km² e população de pouco mais de 2,7 milhões de habitantes e se destaca por seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (R\$ 58.489) e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,844) – os maiores do Brasil. A construção da capital federal na Região Centro-Oeste objetivou a ocupação do centro do território nacional e a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico na região.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride) é composta de 22 municípios, sendo 19 goianos e três mineiros, mais o DF. Nesses municípios, há uma concentração populacional grande em função da proximidade com Brasília. A Ride objetiva desenvolver essas regiões com ações integradas com a capital, e boa parte da economia dessa região é voltada para o agronegócio.

Cristalina, distante de Brasília apenas 130 km, tem um dos maiores PIBs do agronegócio brasileiro, além de ser a maior área irrigada do país. Outros municípios, como Unai, Buritis e Luziânia, também têm destaque nessa área. Alguns investimentos na região da Ride têm promovido seu crescente desenvolvimento, mas ainda há muito o que se fazer.

Dentro desse polo efervescente de desenvolvimento e com a missão de atuar como banco público voltado ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável da região do DF e de suas regiões de influência, foi autorizado a funcionar, em 1966, o Banco Regional de Brasília, que mais tarde passou a se chamar apenas Banco de Brasília, mantendo a sigla.

Uma instituição que chega aos 47 anos, participando ativamente do desenvolvimento do DF e da Região Centro-Oeste e realizando os negócios financeiros em total consonância com a ética, a transparência, a responsabilidade na gestão da coisa pública e sob as normas que regem o sistema financeiro nacional,

demonstra uma tremenda vocação para crescer. Crescer na região com segundo maior território do país é o desafio a enfrentar.

O BRB é um banco do povo de Brasília e seu gestor é o GDF. Tem, como percepção, a dimensão de estar situado na capital da república, sendo o único banco múltiplo em toda a região. Hoje, graças à própria expansão econômica e social de Brasília e sua região metropolitana, vem atuando como principal provedor de serviços bancários para o GDF, sendo responsável por realizar, entre outros:

- » pagamento de salário dos servidores do GDF e do governo federal;
- » pagamento de fornecedores do GDF;
- » gestão e acompanhamento na área de tecnologia para desenvolvimento de produtos e sistemas voltados às necessidades do GDF.

Para consolidação de um dos objetivos do BRB, está se ampliando fortemente a base de clientes e, com isso, direcionando-se para o Centro-Oeste, reforçando a participação em Goiás, em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, transformando esse banco no principal banco da região, tendo como grande parceiro o BNDES.

Além dos serviços bancários prestados, o BRB, como banco do GDF, atua também nas políticas públicas, por exemplo, prestando serviços aos programas sociais, como Bolsa Família, Bolsa Escola, Cartão Material Escolar, entre outros.

Com capilaridade no DF e região de influência, a rede do BRB busca atendimento de excelência e conta com 115 pontos de atendimento, sendo 11 deles fora do DF: Rio de Janeiro, São Paulo, Cuiabá, Campo Grande, Anápolis, Goiânia, Luziânia, Formosa, Valparaíso, Santo Antônio do Descoberto e Águas Lindas.

São 250 lojas de conveniência, cerca de oitocentos terminais de autoatendimento, além de 49 mil terminais compartilhados que dão atendimento aos correntistas do banco no Brasil e no exterior.

Atuando no DF e em cinco estados, com um quadro altamente especializado de mais de 3 mil empregados, o BRB apresenta *expertise* necessária na condução de suas operações e se firma cada vez mais como apoio aos setores produtivos dessa região do Centro-Oeste.

Em 1991, o BRB transformou-se em banco múltiplo com as seguintes carteiras: comercial, câmbio, desenvolvimento (agronegócio, microcrédito e industrial) e imobiliária. Essa diversificação em seu portfólio definitivamente coloca o banco como um indutor do desenvolvimento regional.

Na composição da carteira de crédito do BRB, pouco mais de 70% são créditos voltados para pessoa física em sua carteira comercial; 17% créditos para pessoa jurídica; 6% voltados para créditos habitacionais; e 4% para o agronegócio. O agronegócio teve crescimento, em média, de 39% nos últimos três anos.

A carteira imobiliária do banco financia tanto na linha de aquisição, Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ou não, quanto na linha de Plano Empresário, na construção de unidades habitacionais e comerciais. Os recursos oriundos para aplicação na carteira são da captação da poupança, possibilitando taxas atrativas e competitivas a seus clientes. Os prazos de até trinta anos na aquisição de imóvel residencial fazem dos financiamentos habitacionais um excelente instrumento de fidelização da clientela.

Com a construção civil impactando na economia do DF, com menor percentual em relação ao agronegócio, mas não menos significativo, há uma demanda grande das construtoras por financiamentos do Plano Empresário no BRB.

Nessa linha de crédito, as construtoras financiam, no banco, unidades a serem construídas e, quando da entrega, ele ainda atua no desligamento das unidades, ou seja, financia também o adquirente do imóvel.

Recentemente, o BRB se cadastrou na Caixa Econômica Federal para aplicação também de recursos do Programa Minha Casa

Minha Vida. São R\$ 100 milhões, oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que poderão ser liberados para a população de baixa renda realizar seu sonho da casa própria.

Com relação à Carteira de Desenvolvimento, está dividida em três eixos de atuação bem definidos: microcrédito, agronegócio e crédito industrial.

Proporcionando o microcrédito, o banco fortalece sua vocação de banco público e atuante nas políticas sociais, na geração de emprego e renda e, principalmente, na inclusão social. São créditos por meio dos quais o pequeno empreendedor pode viabilizar sua atividade, o que não seria possível com taxas e prazos de empréstimos bancários convencionais.

Os empréstimos de microcrédito possibilitam à costureira comprar uma máquina de costura, à cabeleireira equipar seu pequeno salão de beleza, ao pipoqueiro comprar um novo carrinho, e também possibilitam melhorar a autoestima, aumentar a renda e, com boa administração, transformar o micro em pequeno empresário.

Esta é uma cidade jovem. Qual cidade brasileira se desenvolveu em cinquenta anos, como Brasília? E por ser uma cidade jovem, é necessário olhar o pequeno empreendedor e dar suporte a ele.

Por isso, o BRB lançou o microcrédito, modalidade de crédito que deve ser oferecida à população de baixa renda e aos microempreendedores, ou seja, àqueles que possuem uma receita anual de até R\$ 120.000,00 por ano. Pode ser destinado para consumo (microfinanças) e para capital de giro e investimentos (microcrédito produtivo orientado – MPO).

Para operar a modalidade (MPO), o BRB foi conhecer instituições de microcrédito que já operam com esse modelo e, com intuito de conhecer uma grande instituição ofertante de crédito na forma de repasse, o BRB foi ao BNDES – que opera intensamente na oferta de microcrédito às instituições de microcrédi-

to produtivo e orientado (IMPO) e instituições financeiras para que repassem ao tomador final.

No agronegócio, o BRB é destaque em sua região de atuação. Com uma carteira de quase R\$ 400 milhões, o banco cresce nas mesmas proporções da agropecuária do Centro-Oeste. Atua em todas as frentes: com recursos de exigibilidade, com recursos próprios e com recursos de repasse (do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO e do BNDES).

Percebendo a importância da região, o BRB amplia o atendimento ao crédito rural. Na condução das operações rurais, o BRB conta com dez agências operadoras do crédito rural (Ag. Brazlândia, Ag. Ceasa, Ag. Ceilândia, Ag. Formosa, Ag. Gama, Ag. Luziânia, Ag. Planaltina, Ag. São Sebastião, Ag. Taguatinga e Ag. W3 Sul) e um setor especializado que realiza as análises técnicas.

Essa estrutura propicia ao BRB um diferencial no atendimento dos produtores que encontram nesses pontos de atendimento pessoas com conhecimento para entender suas necessidades e identificar projetos que poderiam ser apoiados com o crédito rural. Ainda é pouco para atender à necessidade da região, mas o banco já está em Goiás e, em breve, em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul.

O aumento de produtividade e produção no campo está intrinsecamente ligado à tecnificação e à mecanização. Assim, com o aumento de recursos liberados aos produtores, o BRB tem a convicção de que sua contribuição fez com que a região do DF e entorno se destacasse no cenário nacional em relação à produtividade. A região do DF tem hoje as maiores taxas de produtividade do país.

Como contribuição, somente em 2013 foram financiados pelo banco mais de 116 mil hectares de culturas, quase 17 mil cabeças de bovinos e grãos para beneficiamento em agroindústrias; mais de 6 mil hectares de solo corrigido e 5 mil hectares de pastagens formadas ou reformadas. O BRB também financiou

em 2013 mais de 32 pivôs, fazendo muitos produtores dobrarem sua produção sem a necessidade de aumentar área, o que é muito importante para a agricultura do país.

O banco está fincado no Centro-Oeste brasileiro, onde o agronegócio mais cresce no país, e o BRB está perfeitamente integrado a esse desenvolvimento. Na cidade, poucos sabem. O alarde ocorre no campo; para o agricultor, principalmente para o agricultor familiar, é o banco do campo.

Além desse nicho que é o agronegócio, observa-se um crescimento em todas as áreas de desenvolvimento. Nos estados de Goiás, de Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, o BRB já começa a formar parcerias e está consolidando convênios com prefeituras de várias cidades nesses estados.

Em 2013, o custeio agrícola foi o produto que mais teve crédito e, além do custeio, também foram financiados investimentos com linhas subsidiadas pelo governo federal: Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), que ofereceu taxas de 3% ao ano para aquisição de máquinas e equipamentos; Agricultura de Baixo Carbono (ABC), linha de financiamento voltada para redução da emissão de gases de efeito estufa na atmosfera que financiou em torno de R\$ 13 milhões – os projetos mais financiados pelo banco no âmbito dessa linha foram os destinados ao plantio de florestas e à recuperação de solos degradados.

O agronegócio é a principal atividade econômica da Região Centro-Oeste. Nesse contexto, a região tem se destacado significativamente no cenário nacional, uma vez que a cada ano são verificados recordes de produção principalmente nas culturas de milho e soja, além da pecuária.

Esse crescimento advém de investimentos em tecnologia e mecanização das propriedades agropecuárias, que refletem na modernização do campo e no conseqüente aumento de produção, impactando nos resultados cada vez mais positivos.

Mas o BRB não esquece o pequeno. Na agricultura familiar, utilizando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram mais de R\$ 5 milhões liberados. A linha do Mais Alimento foi a mais requisitada pelos agricultores familiares que vislumbraram a possibilidade de comprar máquinas e equipamentos com juros e prazos compatíveis com as receitas da pequena propriedade rural.

Nesse sentido, o BRB incentiva o programa para a agricultura familiar operacionalizado com recursos da exigibilidade (recurso obrigatório), voltado ao apoio de pequenos empreendimentos, explorados mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, para geração de emprego e renda. Nesse programa, ocorreu uma evolução nas contratações na ordem de 285%, a carteira fechou o ano com R\$ 2.508.854,92 financiados, correspondendo a 73 projetos aprovados.

Colaborando com a produtividade nacional, o BRB financiou mais de 25 estufas – boa parte voltada para a produção de pimentão, setor em que o DF tem a maior produtividade do país. Também tiveram crédito as olerícolas, as hortaliças, as frutas.

No Pronaf Mulher, o BRB financiou à produtora rural, além das atividades agropecuárias, da produção de doce caseiro e do artesanato.

O apoio ao pequeno produtor, através do Pronaf, e ainda ao médio produtor, através do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp), foi ação pontual, com o objetivo de aumentar o atendimento e fortalecer esse segmento.

A ABC é outro programa destinado ao apoio de técnicas agrícolas sustentáveis: redução da emissão dos gases de efeito estufa – gás carbônico (CO₂), gás metano (CH₄) e óxido nitroso.

Ao amparo desse programa, foram analisadas propostas que montam mais de R\$ 10 milhões em financiamentos para recuperação de solo, integração floresta-pecuária e implantação de florestas comerciais, entre outras finalidades.

Além disso, foi liberado, até maio de 2014, o valor de R\$ 575.335,64 em empréstimos do Fundo de Desenvolvimento Rural, do qual o BRB é agente financeiro.

Do Fundo Para a Geração de Emprego e Renda (Funger)-DF (do Programa Prospera), foram aprovadas 367 operações, que somaram R\$ 2.079.829,51.

A edição de 2013 da AgroBrasília foi marcada por intensa participação do BRB. Nesse ano, o BRB alcançou um montante negocial superior ao de 2012. Em relação ao evento do ano anterior, o banco teve crescimento superior a 50% e prospectou R\$ 176 milhões.

A maioria das operações foram voltadas para a aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas; outras foram voltadas para o custeio de produção, comercialização para agroindústrias e aquisição de semoventes.

Houve, também, destaque para a agricultura familiar, que, com meta estipulada de R\$ 1 milhão, prospectou mais de R\$ 6,5 milhões.

A AgroBrasília é considerada uma das principais feiras de exposição das novidades tecnológicas para o agronegócio brasileiro. O banco apoia o evento desde 2008 e atua na feira em parceria com a Financeira BRB, o Cartão BRB e a Corretora Seguros BRB.

É marcante a presença do BRB no setor terciário, destacando os setores econômicos ligados ao comércio, educação, saúde, serviços de segurança, tecnologia, alimentação e transportes; todavia, a construção civil, considerado setor secundário, é bastante apoiada e possui uma carteira significativa de negócios com o BRB.

A carteira de crédito industrial atua com as linhas de financiamento do BNDES e do FCO no atendimento ao setor produtivo industrial (turismo, infraestrutura, ciência, tecnologia, comércio e serviços), com prioridade às empresas de micro e pequeno portes.

Das operações realizadas pela carteira, destacaram-se as destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos com recursos do Programa BNDES de Sustentação do Investimento – BNDES PSI. Nessa modalidade de financiamento, a maioria dos clientes preferiu o BNDES PSI ao FCO, em razão da diferença nas taxas de juros.

O PSI, além de estimular a fabricação nacional de máquinas e equipamentos e a inovação, facilita o acesso das empresas tomadoras de crédito aos bens necessários à atividade produtiva, uma vez que apresenta taxas de juros fixas, subsidiadas pelo governo federal e inferiores às do FCO.

Cabe destacar o crescimento das operações realizadas com recursos do programa BNDES PSI, no qual o volume de contratações no primeiro semestre de 2013 representou 71% do volume total. Tal programa para investimento para pequenas e médias empresas tem taxas e nível de participação diferenciados, além de taxas atrativas para inovação.

Também com foco nos pequenos e médios empresários, o BRB utiliza os recursos de repasse do FCO e do BNDES para financiamentos voltados às necessidades do empresariado do DF e região de influência. As linhas mais utilizadas são as destinadas à aquisição de máquinas e equipamentos, mas também para construção, ampliação e capital de giro.

Nessa carteira, em 2013, foram R\$ 119 milhões, que beneficiaram hospitais, escolas, supermercados, restaurantes, enfim, recursos liberados ao setor produtivo industrial – de turismo, infraestrutura, ciência, tecnologia, comércio e serviço –, sempre priorizando as empresas de micro e pequeno portes.

O BRB já ocupa o 15º lugar no *ranking* das instituições credenciadas por desembolso das operações indiretas do BNDES na Região Centro-Oeste (de janeiro de 2013 a outubro de 2013), em um total de quarenta instituições. Essa colocação, tendo em vista que o BRB voltou a operacionalizar com o BNDES somente em 2008, demonstra que a parceria vem crescendo cada vez mais.

As linhas de financiamento do BNDES estão casadas com a filosofia do BRB, que visa à sustentabilidade, ao investimento tecnológico, à inovação, à modernização de parques industriais e agropecuários, à geração de emprego e renda, ao apoio ao pequeno e médio empreendimento.

É de suma importância que a região tenha um banco que conheça bem suas necessidades e a melhor forma de atuar no local. A parceria de um banco regional público com linhas de investimento, como é o caso do BRB com o FCO e o BNDES, é uma conta positiva para o Centro-Oeste.

Crescimento se faz com investimentos, mas também com relacionamento; e o BRB é o parceiro ideal para o BNDES apoiar o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Além disso, o BRB quer o conjunto de correntistas satisfeitos, pois estes são a razão do esforço de oferecer seus produtos, mantendo o privilégio de tê-los fazendo negócios com ele.

A atuação do BRB no segmento de pessoa jurídica, sobretudo no setor produtivo, vem se intensificando com a celebração de vários convênios de parcerias, que propiciam condições diferenciadas, fortalecendo a capacidade de investimento e giro das empresas.

Nos últimos 12 meses, houve crescimento de 38,02% nas operações de crédito comercial do banco e ainda participação significativa nas carteiras de repasse tanto do BNDES quanto do FCO.

Outra medida arrojada do BRB está na oferta de linhas de crédito. Nos últimos 12 meses, seu crescimento foi de 26% *versus* 16,1% de crescimento do sistema financeiro nacional, destacando sobremaneira o aumento de negócios de pessoas físicas, buscando a atratividade das taxas vantajosas e a ampliação de prazo.

O destaque vai para a busca de melhor enquadramento das dívidas em linhas mais baratas, sobretudo no crédito consignado. A mensagem do BRB aos clientes apontando esses diferenciais tem sido bem aceita, demonstrando a agilidade nessa comunicação. O cartão BRB já está com operação de aquisição e aberta ao

crescimento, disposta a ser agressiva na emissão e, principalmente, na aquisição. Não se vai perder em nada – em tecnologia, em oferta de cartões, em pontos para relacionamento –, criando novas alternativas para que o cartão de crédito do BRB seja aceito e respeitado por todos.

O BRB tem a corretora BRB Seguros e, por ser uma corretora, pode atender ao seguro de acordo com cada cliente. Se o cliente quer um seguro de determinada seguradora, o BRB tem como lhe atender.

O banco pode ofertar seguro para pessoa física, seguro empresarial, pessoal, de acidentes, de veículos ou agronegócio. É uma corretora extremamente focada e eficiente, com agilidade no que faz; e sua carteira vem crescendo, com impressionante índice de renovação em seguro de veículos, com resultados de mais de 90% da meta, o que significa um recorde.

O BRB ampliou o portfólio de produtos da corretora, com a revitalização dos ramos de previdência privada e assistência odontológica e a criação dos produtos consórcio e títulos/planos de viagens, que, certamente, contribuirão para o incremento de receitas das empresas. Isso porque tem profissionais qualificados, política de atuação, tecnologia e infraestrutura próprias.

O banco tem clareza de seu papel como indutor no desenvolvimento regional, atendendo aos setores público e privado, estruturando e viabilizando recursos que promovam o crescimento do DF e da Região Centro-Oeste.

A instituição fundamenta seus processos de sobrevivência em três coordenadas, que são: capital intelectual, crédito e tecnologia da informação. Ela agregou mais quatrocentos novos empregados ao quadro, de forma a ter mais agilidade e preparo no atendimento e disponibilização de soluções. Melhorou seu parque tecnológico e já investiu mais de 35 milhões para modernizar sua rede de atendimento. Até o fim de 2014, vai investir mais de R\$ 110 milhões.

O BRB implantou recentemente um novo modelo de governança corporativa. A decisão de implantação de um novo modelo surgiu a partir do reconhecimento dos administradores da necessidade de modernização do banco para adequar os processos organizacionais às melhores práticas de governança e buscar a excelência no atendimento a seus clientes e melhores condições de atuação perante a concorrência.

O novo modelo de governança tem como pilares:

- » as decisões colegiadas em todos os níveis da organização;
- » um estatuto social aderente às Boas Práticas de Governança, adotadas no Sistema Financeiro Nacional;
- » a definição das responsabilidades dos órgãos de governança de forma a agrupá-los em estratégicos, táticos, operacionais e de controle;
- » a revitalização dos documentos institucionais da arquitetura de governança e estratégia;
- » a estruturação de um sistema de controles internos fortalecido e definido em camadas de responsabilização, no qual o gestor do processo é o principal responsável pelo controle.

O BRB é um banco múltiplo no DF, e os bancos estaduais e de desenvolvimento são fundamentais no processo de fortalecimento da economia do estado e do país.

Além disso, é possível vislumbrar a capital das decisões políticas como um centro financeiro nacional, principalmente por ser um polo onde se desenvolve uma forte expansão econômica, reconhecendo a oportuna presença de instituições financeiras como o BNDES, do BRB e de outras instituições financeiras de governo no apoio ao desenvolvimento da Região Centro-Oeste.

17

**Desafios e oportunidades para o
desenvolvimento (sustentável)
do Centro-Oeste**

MARCEL BURSZTYN

RESUMO

Este texto não pretende responder a uma questão específica. O objetivo é tecer considerações sobre as características estruturais da atual base econômica do Centro-Oeste brasileiro, apontar gargalos e sugerir estratégias. Como o foco não é mensurar, mas sim analisar qualitativamente aspectos do contexto geral que são perceptíveis “a olho nu”, não houve uma preocupação em apresentar números precisos que sirvam de fundamento às questões levantadas. Os dados estão disponíveis em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipeadata e outras. O texto também não apresenta um debate com a literatura sobre o tema ou uma análise dos fundamentos de documentos de referência para políticas públicas, como a Política Nacional de Ordenamento do Território, os planos de desenvolvimento regional, as políticas de infraestrutura etc. Muitos dos elementos que não constam deste texto poderão ser encontrados em outros capítulos da presente obra. As linhas de ação aqui sugeridas têm como alvo os formuladores de políticas públicas, incluindo as fontes de financiamento aos setores público e privado. As estratégias apontadas levam em consideração aspectos que já marcam o panorama da economia regional (como a deficiência de infraestrutura) e também tendências de médio e longo prazos (como a mudança climática e novas exigências dos mercados).

ABSTRACT

This paper does not intend to answer a specific question. The aim is to take into consideration the structural characteristics of the current economy in Brazil's Central-West, pinpointing obstacles and suggesting strategies. Since the focus is not to measure, but to qualitatively analyze aspects of the general context that are perceptible “to the naked eye”, there was no concern in reporting accurate numbers on which to base the issues raised here. Data are available from sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Ipeadata and others. This paper neither presents a debate on literature related to the topic nor an analysis of foundations established in reference documents for public policies, such as the National Policy for Land-use Planning, regional development plans, infrastructure policies etc. Many of the elements not included in this paper

can be found in other chapters of this study. The efforts suggested here have targeted public-policy makers, including sources of financing to public and private sectors. The strategies outlined take into account aspects that have already marked the landscape of regional economics (such as infrastructure shortcomings) and also medium-and long-term trends (such as climate change and new market demands).

BREVE DIGRESSÃO HISTÓRICA

O Centro-Oeste brasileiro sempre chamou a atenção de viajantes e estudiosos pelo caráter exuberante de sua natureza diversa, suas potencialidades e sua riqueza cultural. O antropólogo francês Lévi-Strauss narrou sua experiência nos anos 1930, com foco nos indígenas. O Marechal Rondon desbravou sertões como pré-requisito à instalação de linhas telegráficas. Ambos geraram importantes fontes para uma fotografia da região bem antes da intensa onda de ocupação humana e econômica, promovida a partir dos anos 1970.

A tese de Maria Inês Malta Castro [Castro (2001)] relata as impressões que manifestavam os visitantes da região, classificados nas categorias brasileiros e estrangeiros, entre o fim do século XIX e os anos 1930. Um traço interessante em relação à percepção dos estrangeiros era a perplexidade destes diante do que consideravam um comportamento pouco empreendedor dos fazendeiros de Mato Grosso. Na época, aquele estado era formado pelos atuais estados do Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de Rondônia. Os estrangeiros achavam que uma terra tão rica em termos de recursos naturais e de possibilidades de prosperidade econômica deveria ser mais intensamente explorada, com vista a mercados externos.

Um século depois, o quadro é bem diferente. O Centro-Oeste tornou-se um grande celeiro, conta com uma base econômica forte, baseada em mercado externo e com alta intensidade de exploração dos recursos naturais. As visões românticas de uma

natureza em estado bruto já não se encaixam na realidade. As advertências de Lévi-Strauss em *Tristes trópicos* quanto à fragilidade dos indígenas diante da chegada iminente da “civilização” do homem branco se confirmam. O olhar pragmático e economicista dos viajantes de outrora não encontraria hoje uma realidade tão pouco produtiva.

Sob o olhar dos novos viajantes, o que chama a atenção agora é a pujança do agronegócio, a prosperidade material de alguns nichos territoriais e, sobretudo, a degradação do ambiente natural.

A história sempre traz ensinamentos para o entendimento do presente e para a prospecção de tendências.

ASPECTOS POPULACIONAIS

A Região Centro-Oeste responde por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Brasília, com uma renda *per capita* de US\$ 20 mil, é uma exceção ao padrão regional, que é de US\$ 10 mil anuais por habitante, em média. A capital federal, onde vivem pouco menos de 20% dos habitantes de toda a região, concentra 42% de toda a renda regional anual.

Dos quase 15 milhões de habitantes do Centro-Oeste, cerca de 90% vivem em áreas urbanas, o que representa uma taxa superior à já alta percentagem de moradores de cidades no Brasil, que está em torno de 85%.

Estima-se em 30% a participação dos imigrantes no total da população do Centro-Oeste. Esse contingente deslocou-se para a região principalmente a partir dos anos 1970 e buscou escapar dos impasses no sistema fundiário de regiões de ocupação já consolidada no Brasil (Nordeste, Sul, Centro-Sul). A migração também se deu como resposta a estímulos de programas governamentais voltados à colonização e à dinamização da economia da região. Entre esses programas, merece destaque o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

(Polonoroeste) e seu sucessor, o Programa de Desenvolvimento Agroflorestal de Mato Grosso (Prodeagro), ambos financiados pelo Banco Mundial (ver Box 1).

BOX 1 – PRODEAGRO

A proposta do Prodeagro em Mato Grosso surge como estratégia de estabelecer um programa financiado com recursos do Banco Mundial voltado à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, o ponto de partida foi uma primeira aproximação do zoneamento socioeconômico-ecológico, de forma a apoiar ações integradas.

O Prodeagro teve seu início em junho de 1993. A participação social no processo decisório do programa, mesmo que restrita a certos segmentos mais organizados, foi uma questão marcante, que refletia uma tendência geral das decisões públicas em matéria ambiental, à época da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92).

O Prodeagro inaugurou uma nova postura do Banco Mundial, que passaria a marcar sua ação em todo o mundo: a consideração dos impactos ambientais das obras e programas que financiava. A estratégia consistia em fazer valer as legislações vigentes dos países (no caso do Brasil, o arcabouço institucional e instrumental constante da Política Nacional do Meio Ambiente – Lei 6.938, de 1981).

Ocorre que a própria dinâmica das transformações econômicas e sociais demonstrou a inviabilidade do zoneamento socioeconômico-ecológico, na medida em que este tinha como alvo uma realidade em rápida transformação, em que a ocupação se dava de modo muito mais intenso do que a capacidade do poder público em assegurar o cumprimento das regulamentações. A década de 1990 testemunhou um crescente conflito entre a norma e a realidade, manifestando um descumprimento do zoneamento estabelecido e fragilizando sua legitimidade.

Lições aprendidas em Mato Grosso e também em Rondônia (onde um programa semelhante fora implantado, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia – Planaflo) serviram de referência para a definição da filosofia da estratégia de zoneamento ecológico-econômico adotada pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), no âmbito dos outros estados da Região Amazônica. Nesse caso, em vez de se buscar instituir um zoneamento normativo, optou-se por uma fórmula indicativa que servisse de referência

às decisões quanto ao uso do solo e ao aproveitamento dos recursos naturais.

Fonte: Bursztyn e Bursztyn (2013).

Ao acolher imigrantes, a Região Centro-Oeste deparou-se com uma forte pressão sobre sua já deficiente infraestrutura de educação, saúde, equipamentos urbanos e transportes. Ao mesmo tempo, as localidades de origem dos migrantes desoneraram-se, de certa forma, da necessidade de investimentos em tais serviços. Trata-se de um paradoxo do tipo “conquista do oeste” que penaliza regiões de expansão de fronteira de ocupação humana: chegada de mão de obra pouco qualificada, demanda por investimentos públicos, sistema produtivo carente de logística e de infraestrutura, ausência de regras públicas efetivas; mas tudo isso amparado por um dinamismo econômico considerável.

SOBRE O RECORTE TERRITORIAL

Cabe aqui uma consideração sobre recorte territorial, no âmbito de uma região extensa e diversa como o Centro-Oeste brasileiro. A atual divisão política em estados e municípios é o retrato de um processo de evolução constante que obedece essencialmente a uma lógica de demandas de caráter político. A velha província de Mato Grosso deu lugar aos atuais estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A malha municipal passa por sucessivas fragmentações, provocando consideráveis aumentos do custo da administração pública, que por vezes implica perda de capacidade de investimentos e aumento da dependência dos recursos oriundos das transferências da União.

Para efeito da análise das perspectivas de desenvolvimento, no entanto, as vocações e potencialidades devem ser consideradas mais pelo lado das características naturais do que da divisão político-administrativa. O Centro-Oeste tem seu território distribuído em três grandes biomas, cada um deles com características e potencialidades bem particulares: Cerrado, Pantanal e

Amazônia. As políticas públicas devem seguir parâmetros ditados por tais atributos físicos.

Paralelamente, considerando que quase 90% da população da região vive em centros urbanos, com problemas típicos das cidades de qualquer região brasileira, as estratégias de política para cidades devem ser tratadas de modo agregado, nacionalmente. E, nesse caso, as questões tendem a ser as mesmas para todo o país: saneamento ambiental (incluindo abastecimento e acesso à água potável, rede e tratamento adequado dos esgotos, coleta de águas pluviais e coleta e tratamento dos resíduos sólidos), mobilidade (transporte), vulnerabilidade aos efeitos do clima (enchentes, erosão e desmoronamento de encostas), infraestrutura e equipamentos públicos, segurança, emprego etc.

Para cada um dos três biomas, a definição de uma agenda deve estar sintonizada com as respectivas identidades econômicas e potencialidades naturais: no Pantanal, o destaque é o turismo; no norte de Mato Grosso, a produção de *commodities* (principalmente soja e pecuária bovina); no Cerrado, pecuária bovina, soja, algodão. Nos centros urbanos desses três biomas, a base econômica são os serviços urbanos (comércio, educação e saúde). Nos três contextos, as áreas protegidas (pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – Snuc –, bem como pelas políticas indigenista e de populações tradicionais) têm papel cada vez mais relevante.

Em comum, todos os biomas têm gargalos de infraestrutura, de qualificação da mão de obra (educação e formação profissional) e de agregação de valor à base produtiva do setor primário.

CONTEXTO ECONÔMICO

Com exceção de Brasília, a base da economia da região é o setor primário, com destaque para o agronegócio: *commodities* para exportação (soja, algodão, milho e carne) e cana (etanol).

É possível identificar áreas agrícolas que se destacam na produção de determinadas culturas. Em Mato Grosso, as culturas que se destacam são: arroz, soja e milho no norte da capital (Cuiabá); algodão no sul do estado; e cana-de-açúcar em sua parte oeste. No Mato Grosso do Sul, nas proximidades de sua capital (Campo Grande), destaca-se a produção da soja e do trigo; no município de Dourados, soja, cana-de-açúcar, milho e arroz; e ao norte do estado, soja. Em Goiás, destaca-se a produção de algodão, soja, milho e arroz, no sudoeste do estado; no Mato Grosso Goiano (centro do estado), a principal cultura é a cana-de-açúcar.

Vale assinalar que a infraestrutura deficiente, junto com a dependência da formação e preços ditada por mercados internacionais, provoca uma pressão sobre a base econômica, levando a baixa competitividade, *dumpings* social e ambiental (ver Box 2), perdas e limitação em enfrentar conjunturas desfavoráveis na esfera dos preços das *commodities* (ver Figura 1). A fragilidade das condições de infraestrutura e logística da produção soma-se, portanto, à vulnerabilidade inerente à economia do tipo primário-exportadora, que marca o Brasil desde os tempos da colônia.

BOX 2 – DUMPING

O *dumping* econômico é uma situação em que o preço da venda de um produto é inferior a seu custo real de produção. Ocorre quando um produtor mais forte quer eliminar seus concorrentes do mercado.

O *dumping* social é uma situação em que um determinado produto chega ao mercado com preço baixo graças a condições precárias impostas aos trabalhadores envolvidos em sua produção (por exemplo, baixos salários, não pagamento de encargos sociais, uso de mão de obra infantil, trabalho escravo).

O *dumping* ambiental ocorre quando o baixo preço de um produto se deve à degradação do ambiente natural e das condições de vida da população, sem que tais custos sejam incorporados ao produto final (por exemplo, poluição e erosão de solos) [Bursztyn e Bursztyn (2013, p. 164)].

FIGURA 1 A lógica do *dumping* social e ambiental

Fonte: Elaboração própria.

A compensação da perda de competitividade por meio de *dumping* ambiental e *dumping* social gera uma situação de *competitividade espúria*, pois implica o “desconto”, no presente, das condições ambientais de produção no futuro, situação que leva à insustentabilidade do crescimento econômico no longo prazo. Degradação ambiental e precarização do trabalho têm limite e acabam esbarrando em uma situação paradoxal, na qual o *dumping* inviabiliza a própria continuidade do *dumping*.

No caso da cana, a formação de preços para o açúcar ditada pelo mercado externo provoca um efeito pendular (*dampening effect*) que se traduz em frequentes crises de desabastecimento do etanol no mercado interno, fragilizando a política energética para o setor de transportes.

É digno de nota o fato de que a Região Centro-Oeste cresce a taxas mais altas do que a média do Brasil. Mas tal dinâmica esconde também efeitos negativos, como a acomodação aos benefícios de curto prazo trazidos pelo crescimento quantitativo. Como a base da economia regional são *commodities* (carne, grãos, algodão), duas tendências se delineiam:

- i. a vulnerabilidade às vicissitudes dos mercados internacionais e das dinâmicas das economias importadoras desses produtos; e
- ii. uma pressão crescente sobre a logística (armazéns, silos) e a infraestrutura (redes de transporte).

No primeiro caso, os últimos anos têm revelado certa paridade entre ritmo da economia mundial e preços das *commodities*. Retrações na economia tendem a gerar redução na demanda por *commodities*, cujos preços caem, inevitavelmente. No segundo caso, é cada vez mais clara a saturação dos equipamentos e redes disponíveis, fato que acaba se refletindo sobre o que se convencionou chamar de *custo Brasil*. Ora, se o crescimento é principalmente quantitativo, é de se supor que a oferta de equipamentos e redes deve crescer proporcionalmente, fato que não ocorre.

Assim, para manter a competitividade com outras regiões produtoras no mundo, o ônus acaba sendo transferido ao Estado (via investimentos que são socializados pela totalidade da população) ou ao meio ambiente (via *dumping* ambiental). Esse último ponto é crucial para o entendimento das disputas de *lobbies* políticos associados ao agronegócio, no sentido de minimizar a abrangência e a efetividade das políticas ambientais. Por exemplo, o Código Florestal, aprovado em 2012, teve de ser devidamente moldado a pressões e exigências do agronegócio, cujo peso na economia regional e brasileira é indiscutível.

Mais do que apenas um conceito, o *dumping* ambiental é uma realidade. A (ainda) grande disponibilidade de terras, marca do avanço da fronteira econômica do Brasil no rumo oeste e norte, tem como efeito indireto a formação de um mercado de terras insipiente. Na prática, a terra é relativamente barata na região. Sendo barata e havendo disponibilidade de novas áreas de ocupação mais ao norte, os investimentos em conservação do solo e das condições do meio natural cristalizaram-se como secundários em relação aos investimentos diretos na produção.

A isso, junta-se a fragilidade do poder público em fazer valer na região os instrumentos normativos e econômicos da política ambiental. Esta, com um viés de comando e controle, depara-se com limitações crônicas, de ordem institucional e de pessoal.

Na cultura produtiva que se desenvolveu ao longo das últimas quatro décadas no Centro-Oeste, pouca atenção efetiva é dada a aspectos como erosão e perda de solos, redução da biodiversidade, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxicos. Na prática, ao exportar *commodities* do agronegócio, o Brasil exporta também solos (perdidos em erosão), água (retirada dos rios para irrigação) e os próprios cursos d'água (comprometidos pelo assoreamento) (ver Figura 2 e Box 3). Além disso, arca com o ônus do descarte inapropriado de embalagens de agroquímicos, de doenças respiratórias, da perda de diversidade biológica resultante da conversão de florestas e da vegetação nativa em áreas de produção.

Esses são custos que não entram na conta das receitas pela exportação de *commodities*.

FIGURA 2 Voçoroca em Mato Grosso



Foto: Acervo do autor.

BOX 3 – VOÇOROCAS

As voçorocas, resultantes de práticas inadequadas de cultivo e do descumprimento da legislação ambiental, são muito frequentes na cabeceira do rio Araguaia. Cada uma pode chegar a comprimento de 5 km, profundidade de mais de 60 m e largura de 80 m. Toda essa terra é carreada para o leito do rio, juntando-se com o solo que anualmente é perdido pela drenagem da água das chuvas no momento em que estão sem cobertura vegetal. Em um raciocínio simplificado, se um hectare de terras na região custa R\$ 20 mil, seu proprietário tende a não se interessar em gastar mais do que esse valor para assegurar o controle da erosão e a proteção do solo. Fica mais barato comprar novas terras do que proteger as que estão em produção. Nesse caso, há uma clara transferência do custo ambiental (externalidade negativa) de cada produtor à coletividade, reproduzindo uma prática do tipo tragédia dos *commons* [Hardin (1968)]. Reverter esse efeito perverso demanda uma ação pública em dois sentidos: formar um mercado de terras com base em valores compatíveis com sua função ambiental, via zoneamento e políticas de uso do solo; e aplicar mecanismos normativos e econômicos efetivos para coibir práticas predatórias.

A exportação de *commodities* em estado bruto, com nenhuma ou pouca agregação de valor, implica maior dependência em relação aos preços internacionais, pressão sobre a já precária infraestrutura de transportes e de armazenamento e desperdício do fator natureza (terra, água, biodiversidade), pois é necessário muito capital natural para relativamente pouca renda, contrariamente ao que acontece em economias com alta densidade de capital. Exemplos de agregação de valor à base da economia regional são: móveis, no lugar de madeira em estado bruto; alimentos industrializados, no lugar de carne refrigerada; farelo, torta, óleo e ração, no lugar de grãos de soja; têxteis, no lugar de algodão.

Merece destaque o fato de que há uma tendência internacional de aumentar a consideração de aspectos ambientais no comércio de *commodities*. Sistemas de certificação são cada vez mais presentes, no que diz respeito tanto à qualidade dos

produtos em si (por exemplo, quanto ao uso de agroquímicos) quanto a aspectos como emissões de carbono e práticas condenadas de trabalho degradante e uso de mão de obra infantil. Essa mesma tendência de mercado abre janelas de oportunidade para certos nichos de produção, acenando com possibilidade de bônus a práticas sustentáveis. Os mecanismos de comércio justo (*fair trade*) e os certificados de procedência (como os que são adotados há muito tempo por regiões vinícolas e de laticínios) são exemplo disso.

LINHAS DE AÇÃO

A partir das considerações traçadas, cabe aqui listar possíveis estratégias de orientação das políticas públicas de longo prazo e das linhas de financiamento ao desenvolvimento da região. Algumas das linhas de ação sugeridas já estão em curso, mas demandam maior efetividade, na medida em que, como pilares, devem anteceder a implementação de outras prioridades.

Investir na mão de obra é crucial. Sendo uma estratégia que demanda tempo para chegar a resultados, tanto a educação em geral quanto a capacitação profissional visando à transição para uma base econômica com maior valor agregado são imperativos imediatos. Nesse caso, o Centro-Oeste apenas reproduz uma deficiência que se manifesta em todo o Brasil, que é a negligência crônica com a qualidade da educação. Mão de obra qualificada permite verticalização da produção, o que por sua vez proporciona maior integração entre campo e cidades, por meio de indústrias com base em matérias-primas regionais.

Financiamentos públicos têm apoiado a instalação de capacidade logística em benefício da produção do agronegócio. Isso permite a estocagem de parte da produção, com vista à comercialização em época de preço mais favorável. Mas a estrutura de armazenamento ainda é deficiente na região. É preciso ampliar tais investimentos.

Por outro lado, a base econômica do Centro-Oeste necessita de maior diversificação, de modo a reduzir sua dependência de mercados cujas regras são ditadas por oligopólios externos. A diversificação não deve se dar apenas na esfera da produção primária. É preciso também dinamizar a economia urbana de agregação de valor, impulsionando cidades de porte médio. As cidades de maior porte devem ser alvo também de iniciativas voltadas à criação de polos de educação e treinamento, de saúde e de outros serviços.

Sistemas de certificação da produção, visando à crescente fatia de mercados dispostos a pagar um bônus por produtos que obedecem a critérios ambientais e de qualidade, demandam políticas de apoio e de capacitação. Por exemplo, o maior uso das oportunidades do mercado internacional de carbono pressupõe uma complexa teia de exigências, cujo cumprimento não é banal. É relevante que haja apoio do governo e de bancos de desenvolvimento à habilitação de produtores a esse universo de negócios.

Na esfera da infraestrutura, grande gargalo dessa região que cresce rapidamente em um país que pouco investe em redes de transporte, a recomendação é um lugar-comum: implantação de um sistema baseado em modais apropriados (hidrovias, ferrovias, rodovias, aeroportos). O efeito é evidente: diminuição do custo de transporte, com efeitos sobre a rentabilidade da produção e, indiretamente, reduzindo a prática do *dumping* ambiental.

Analogamente, o provimento de energia em níveis seguros aos estabelecimentos rurais e aos centros urbanos é condição crucial a qualquer estratégia econômica. É certo que tem aumentado o acesso das propriedades, por meio de iniciativas como o programa Luz para Todos. Mas ainda há muito o que fazer nesse aspecto. Sem energia, não há como agregar valor, via processamento industrial e beneficiamento da produção primária.

A vocação turística do Pantanal está em sintonia com a tendência mundial ao aumento desse setor econômico. Para seu

desenvolvimento, é preciso investir seriamente em aeroportos e acesso em geral, hotelaria e capacitação de mão de obra. Atenção especial deve ser dada ao envolvimento da população local. Isso significa geração de empregos e também respeito aos modos de vida tradicionais.

Os produtos de base local, em geral típicos dos biomas da região (e não apenas *commodities*), devem ser valorizados. Há uma ampla gama de alimentos, ervas, cosméticos, biojoias e fitoterápicos a ser mais bem aproveitados no mercado. Um sistema de certificação e a criação de selos de procedência podem servir de alavanca a tais atividades, que, em geral, têm sua base na economia familiar rural.

Um grande desafio diz respeito aos amplos contingentes de população assistida por programas do tipo transferência de renda (Bolsa Família) e apoio a assentamentos rurais (reforma agrária), que devem ser trazidos para a esfera da autossuficiência. Isso significa ampliar o raio de atuação de políticas públicas, agregando a dimensão econômica à social. Esse é um desafio particularmente complexo, pois significa estabelecer condições (deveres) paralelamente ao caráter assistencial (direitos). As políticas agrícola e agrária devem operar de forma integrada e não antagonica na região.

Finalmente, mas não menos importante, é preciso incorporar a *sustentabilidade* como elemento motor (e não limitante) do desenvolvimento (e mesmo do crescimento). Isso implica trazer para a agenda econômica temas que em geral são vistos como integrantes da agenda ambiental: o pagamento por serviços ambientais (PSA), os sistemas agroflorestais (SAF), o reflorestamento comercial, os sumidouros de carbono (ver Box 4), a exploração de fontes alternativas de energia, a exploração de nichos de mercado para produtos orgânicos, a ambientalização das cidades. É certo que, no longo prazo, se a economia regional não incorporar a sustentabilidade como um imperativo, há forte risco de perda de mercados.

BOX 4 – É POSSÍVEL CONCILIAR ECONOMIA E AMBIENTE: LIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA EM MATO GROSSO

Ao longo das últimas décadas, o panorama geral do noroeste de Mato Grosso é de progressiva conversão de floresta nativa em áreas de pastagem. Imagens de satélite comprovam o rápido crescimento da área desflorestada. No contrafluxo dessa tendência, uma experiência merece destaque, como iniciativa pioneira de busca de uma alternativa economicamente viável, baseada em atividades de recomposição e aproveitamento do ambiente florestal.

Em 1999 iniciou-se no município de Cotriguaçu, no norte de Mato Grosso, um projeto pioneiro – Poço de Carbono Florestal da Fazenda São Nicolau – de iniciativa da empresa automobilística francesa Peugeot, com assessoria técnica do Office National des Forêts (ONF), também da França. O objetivo principal era reflorestar 1.800 hectares de terras que haviam sido desmatadas para a implantação de pastagens, em uma propriedade de 10 mil hectares, visando sequestrar carbono atmosférico e fomentar a restauração da biodiversidade.

Perante as propriedades vizinhas, a iniciativa soava como um contrassenso, pois enquanto muitos investiam em converter florestas em pasto, o projeto seguia a via oposta. Além disso, não havia um conhecimento preciso sobre como proceder, principalmente sem lançar mão do uso de agroquímicos.

Aos poucos, entre erros e acertos, a iniciativa evoluiu e consolidou-se como um modelo que merece ser considerado. Seguindo rigorosos protocolos de experimentação e documentação, foram plantadas 2 milhões de árvores, de 51 espécies, sendo 49 nativas da região e duas exóticas (teca e jamelão).

Descobriu-se que não há incompatibilidade entre a exploração bovina e o reflorestamento, já que o gado serve para roçar o capim que compete com o crescimento das árvores, além de evitar o uso de produtos químicos.

Estudos científicos permitiram mensurar o carbono sequestrado pelo reflorestamento, e isso possibilitou que o projeto fosse aprovado para a venda de créditos de carbono, no mercado internacional. Isso permite uma renda de curto prazo, que se soma ao rendimento esperado de longo prazo, com a exploração comercial sustentável da floresta plantada.

Uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) permite que a população de um assentamento vizinho ao projeto se beneficie da coleta da castanha

na área de floresta da fazenda. Escolas das redondezas visitam o projeto como aulas práticas de educação ambiental.

A sede da fazenda transformou-se em uma estação de pesquisa e de transferência de conhecimento, sobre fauna e flora locais, em particular sobre reflorestamento com mata nativa (conservação da floresta ou manejo florestal sustentável), e em diferentes sistemas, combinando produção florestal e pecuária.

A fazenda utiliza vários dispositivos de monitoramento permanentes para estudar a evolução desses ambientes e pode servir de referência a novas iniciativas que busquem compatibilizar as dimensões econômica e ambiental. Pode, sem dúvida, inspirar políticas para a região.

Fonte: <www.reflorestamentoe carbono.com.br>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro-Oeste é uma região marcada pelo forte dinamismo de sua economia ao longo das últimas décadas. Mas é também um paradoxal retrato dos efeitos de desacertos de políticas públicas, cuja responsabilidade não pode ser imputada apenas aos administradores de seus estados e municípios. Governantes da época do regime militar (1964-1985) implementaram estratégias que buscavam equacionar impasses de outras regiões (demandas de terras produtivas), dentro de uma doutrina geopolítica que visava, ao mesmo tempo, evitar mudanças no equilíbrio das forças políticas que asseguravam um apoio no meio rural (velhas oligarquias fundiárias) e também promover a ocupação do Brasil central e da Amazônia (“integrar para não entregar”).

Se hoje há efeitos colaterais indesejáveis (degradação ambiental, déficit de infraestrutura, conflitos no meio rural etc.), há que se ter em mente que tais disfunções resultam de um *mau planejamento*. E a solução para o *mau planejamento* não deve ser o *não planejamento*, como reivindicam forças políticas liberais, mas sim o *bom planejamento*. Isso demanda algumas condições:

- i. instituições públicas sólidas e operacionais;
- ii. recursos humanos capacitados;
- iii. estratégias de desenvolvimento com horizontes de longo prazo;
- iv. integração de políticas públicas, de forma a evitar que um eixo de regulação entre em conflito com outro, provocando um jogo de soma zero ou negativa;
- v. continuidade das políticas, independentemente da alternância do poder, que é característica da democracia;
- vi. processos de decisão pública que envolvam a participação do mais amplo conjunto de atores sociais; e
- vii. consideração do custo (econômico, social e ambiental) de não agir.

REFERÊNCIAS

BURSZTYN, M. A.; BURSZTYN, M. *Fundamentos de política e gestão ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

CASTRO, M. I. M. *Natureza e sociedade em Mato Grosso – 1850-1930*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. *Science*, n. 162, p. 1.243-1.248, 1968.

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA MELO ALVES

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Alagoas, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (UnB), cursando doutorado em Geografia na UnB. Secretária de Desenvolvimento Regional no Ministério da Integração Nacional, com experiência em política, planejamento e desenvolvimento urbano e regional.

ADRIANO ZANETTI

Graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Engenheiro do Departamento de Energia Elétrica do BNDES.

ALEXANDRE MAGNO DE MELO FARIA

Economista pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Professor adjunto III da Faculdade de Economia da UFMT, Campus Cuiabá.

ALINE FIGUEIRA CABOCLLO

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e cursando MBA em Finanças no Ibmecc. Economista do Departamento de Transportes e Logística do BNDES.

ÁLVARO LARRABURE COSTA CORRÊA

Advogado pela Universidade de São Paulo. Foi chefe de gabinete da Presidência do BNDES e chefe do Departamento de Relações com o Governo do BNDES. Atualmente é assessor da Presidência do BNDES.

ANA COTOVIO

Engenheira do BNDES desde 2009. Trabalhou no Departamento de Saneamento Ambiental e desde 2013 é assessora da Área de Infraestrutura Social.

ANDRÉ LUIZ ZANETTE

Engenheiro do Departamento de Energia Elétrica do BNDES e doutorando do Programa de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ.

ANTONIO MARCIO BUAINAIN

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição da qual é professor livre-docente. Pesquisador sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento, do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente, vinculado ao Instituto de Economia da Unicamp, e do Grupo de Estudos em Organização da Pesquisa e da Inovação, vinculado ao Instituto de Geociências da Unicamp.

ARTUR YABE MILANEZ

Formado em Administração pela Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), tem mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 2004, ingressou no BNDES como analista de projetos e, desde 2008, é gerente responsável por estudos setoriais relativos ao setor de biocombustíveis.

BEATRIZ MASSENA COSTA

Engenheira de Produção e especialista em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Engenheira do Departamento de Transportes e Logística do BNDES.

BERNARDO HAUCH RIBEIRO DE CASTRO

Engenheiro pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, mestre e doutor em Administração de Empresas pelo Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Gerente setorial do Departamento das Indústrias Metalmeccânica e de Mobilidade do BNDES.

CLÁUDIO FIGUEIREDO COELHO LEAL

Economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com MBA Executivo pelo PDG/Ibmec e mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É superintendente da Área de Planejamento do BNDES.

CLÁUDIO HALLEY

Bacharel em processamento de dados, especialista em Gestão Estratégica da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, com MBA em Administração Estratégica de Sistemas de Informação pela Fundação Getulio Vargas. Com 22 anos de atividade profissional, há vinte anos exerce funções nas diversas instâncias (singular, central, confederação e banco) do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. Atualmente é superintendente de Gestão Estratégica

no Banco Cooperativo do Brasil, sendo responsável pelas áreas de novos negócios, inteligência de mercado e planejamento estratégico.

CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT

Geógrafa e doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual Paulista. Diretora acadêmica do Master Internacional Erasmus Mundus em Desenvolvimento Territorial Sustentável e docente do mestrado em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco, diretora do Conselho Científico e de Ética do programa Economia Solidária Sustentável na América do Sul e pesquisadora da RedeSist da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ocupou a Cátedra Itinerante Canadense de Estudos Brasileiros em 2006 no Canadá.

CRISTIANE CORRÊA HOREWICZ

Engenheira de Segurança do Trabalho e engenheira civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Administração de Empresas pelo Coppead da UFRJ. Analista do Departamento de Fontes Alternativas de Energia do BNDES.

CRISTINA LEMOS

Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com mestrado em Engenharia da Produção e doutorado em Inovação Tecnológica e Organização Industrial do Programa de Engenharia da Produção, ambos pela Coppe/UFRJ. É assessora da Presidência na Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do BNDES.

DALMO DOS SANTOS MARCHETTI

Engenheiro civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem MBA em Transporte e Logística pela Fundação Getúlio Vargas. É gerente do Departamento de Transportes e Logística do BNDES.

DANIEL TAVARES

Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnico do Departamento de Suporte e Controle Operacional da Área de Operações Indiretas.

DIEGO NYKO

Mestre em Economia formado pela Universidade de Campinas. Trabalha no Departamento de Biocombustíveis do BNDES, no qual realiza estudos sobre o setor sucroenergético desde 2009.

EDUARDO CHRISTENSEN NALI

Economista pela Universidade de São Paulo, tem MBA em Finanças pelo Coppead da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Economista

do BNDES desde 2008, no Departamento de Indústria de Base Florestal Plantada da Área de Insumos Básicos.

EDSON MORET

Mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Chefe do Departamento de Suporte e Controle Operacional da Área de Operações Indiretas.

ELISIO CONTINI

Professor, mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e doutor em Economia Pública pela Universidade de Muenster, Alemanha. Pesquisador e chefe da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, membro do Conselho Superior de Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, membro do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da World Economic Forum.

FERNANDA MENEZES BALBI

Contadora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA em Economia pelo Instituto de Administração e Gerência (IAG) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Há 14 anos no BNDES, já atuou na Área de Crédito e Gabinete da Presidência. Na Área Industrial, coordena o Edital de Acervos e opera importantes projetos não reembolsáveis do setor de Economia da Cultura.

GABRIEL VISCONTI

Graduado em Economia e mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com MBA executivo pelo Coppead. Economista de carreira do BNDES, onde ingressou em agosto de 1998, assumindo diferentes funções nas áreas Social, Financeira, de Comércio Exterior e de Planejamento. Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES.

GERALDO SMITH

Contador com pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Exerceu posições executivas em indústrias de autopeças, plásticos, papel etc. No BNDES desde 2004, desempenhou funções executivas na Área de Operações Indiretas e na Área Agropecuária e de Inclusão Social na qual atualmente ocupa a função de assessor.

HELENA MARIA MARTINS LASTRES

Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Engenharia da Produção pela Coppe/UFRJ, PhD em Desenvolvimento e Sistemas de Produção e Inovação pela Sussex University, com pós-doutorado pela Université Pierre Mendès-France. É assessora da Presidência e chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do BNDES.

ISABEL MACHADO CAVALCANTI

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Economia pela Universidade de São Paulo. Trabalhou na Área Industrial e atualmente atua no Departamento de Relações com o Governo do BNDES.

ISAMARA SEABRA

Advogada e mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília. Trabalha desde 1998 no BNDES, no Departamento de Relações com o Governo.

JOÃO PAULO PIERONI

Economista formado pela Universidade Estadual Paulista e mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É gerente setorial do Departamento de Produtos para Saúde do BNDES.

JOAQUIM PEDRO CORDEIRO

Engenheiro eletrônico pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), com dupla ênfase em Telecomunicações e Métodos Estatísticos, e mestre em Engenharia Industrial – Logística também pela PUC-Rio. No BNDES desde 2009, atualmente exerce a função de coordenador na Área Agropecuária e de Inclusão Social, especialmente em projetos de inclusão social com geração de trabalho e renda.

JOB RODRIGUES TEIXEIRA JUNIOR

Economista, mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É gerente de Estudos Setoriais do Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços da Área Industrial do BNDES.

JOSÉ EDUARDO PESSOA DE ANDRADE

Engenheiro químico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Engenharia de Produção pela Coppe/UFRJ com MBA Executivo pelo Coppead/UFRJ. É engenheiro da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local, no BNDES.

JÚLIO FLÁVIO GAMEIRO MIRAGAYA

Economista e especialista em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Gestão Territorial pelo Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Desenvolvimento Econômico Sustentável pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. É o atual presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, conselheiro do Conselho Federal de Economia e diretor científico da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística.

LUCAS LINHARES

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Assessor da Área de Planejamento do BNDES.

LUCIANO COUTINHO

Economista pela Universidade de São Paulo e doutor em Economia pela Universidade de Cornell (EUA). É professor da Universidade de Campinas, especialista em Economia Industrial e Internacional. Foi secretário-executivo do Ministério de Ciência e Tecnologia. Em 2007, assumiu a Presidência do BNDES.

LUIZ ANTONIO RODRIGUES ELIAS

Economista. Pesquisador titular do Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Foi secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação e, posteriormente, secretário executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no período de 2006 a 2014. Atualmente, é chefe do Departamento de Relações com o Governo do BNDES.

LUIZ CARLOS LUZ CHAVES FILHO

Graduado em Administração pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela Faculdade de Tecnologia Empresarial. Contador do Departamento de Energia Elétrica do BNDES.

MARCEL BURSZTYN

Graduado em Ciências Econômicas e mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Diploma in Planning Studies pela University of Edinburgh; doutor em Developpement Economique et Social pela Université de Paris I – Panthéon-Sorbonne e em Economie pela Université de Picardie-França; tem pós-doutorado em Políticas Públicas na Université de Paris XIII e na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales – Paris. É professor associado IV da Universidade de Brasília, no Centro de Desenvolvimento Sustentável. Tem experiência na área de socioeconomia, com ênfase em Desenvolvimento Sustentável, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, políticas públicas, sustentabilidade, Amazônia, Nordeste, gestão ambiental e ética na pesquisa.

MARCELO MACHADO DA SILVA

Economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestre em Economia da Inovação pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e candidato a doutor em Economia Mineral na Curtin University. É assessor da Presidência na Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local do BNDES.

MARCELO PORTEIRO CARDOSO

Administrador de empresas, com pós-graduação em Finanças Corporativas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Exerceu posições executivas na administração pública e no BNDES. Atualmente, é superintendente da Área Agropecuária e de Inclusão Social, na qual responde pelo apoio a projetos de agroindústria e de inclusão social, assim como pela gestão de programas agropecuários.

MARCOS FERNANDES MACHADO

Doutor em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas. Gerente do Departamento de Suporte e Controle Operacional da Área de Operações Indiretas.

MARCUS CARDOSO

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Comitê Editorial da revista de economia heterodoxa *Oikos* (Argentina). Atua no Departamento de Fontes Alternativas de Energia da Área de Infraestrutura do BNDES.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

Formada em Agronomia pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia e doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília. Atualmente é professora associada II do Departamento de Economia da Universidade Federal de Sergipe. Foi coordenadora do Plano Plurianual (PPA) nos três níveis da federação, incluindo a elaboração do atual PPA da União, Plano Mais Brasil (2012-2015).

MAURICIO DOS SANTOS NEVES

Engenheiro de produção, doutor e mestre em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, MsC em Políticas Públicas para C,T&I pela University of Sussex e superintendente da Área Industrial do BNDES.

MORENA CORREA SANTOS

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-graduada em Direito Administrativo Empresarial pela Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro. Advogada do BNDES desde 2008, onde, desde 2009, ocupa a função de assessora da Área de Meio Ambiente.

NAYARA THOMÉ PINTO DE SOUZA

Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, com MBA em Finanças pelo Ibmec. Contadora do Departamento de Transportes e Logística do BNDES.

NELSON FONTES SIFFERT FILHO

Doutor em Economia pela Universidade de São Paulo. É superintendente da Área de Infraestrutura do BNDES desde 2009, com artigos publicados no *BNDES Setorial*. Membro externo em bancas de mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NELSON TUCCI

Engenheiro eletricista pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP. Engenheiro do BNDES desde 2002, atuando na Área de Infraestrutura.

PAULO FERNANDES MONTANO

Graduado em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Ciências Econô-

micas (concentração em Políticas Públicas) pela Faculdade de Ciências Econômicas e pós-graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

PAULO ROBERTO EVANGELISTA DE LIMA

Administrador de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, com MBA em Formação para Altos Executivos do Banco do Brasil pela Fundação Dom Cabral, pós-graduado (*lato sensu*) em Administração Financeira pelo Ibmec e especialista em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Trabalhou por 34 anos no Banco do Brasil e atualmente é presidente do Banco de Brasília (BRB) e do Conselho de Administração do Cartão BRB.

PEDRO ABEL VIEIRA

Engenheiro Agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e doutorando em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

RANGEL GALINARI

Economista pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Trabalha na Gerência de Estudos Setoriais do Departamento de Bens de Consumo, Comércio e Serviços da Área Industrial do BNDES.

REINALDO FONSECA

Graduado em Ciências Econômicas e Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), especialista em Administração de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas, mestre em Administração de Negócios pela Universidade de Genebra e especialista em Desenvolvimento Econômico e Industrial. Consultor econômico do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás desde 1971. Foi professor e diretor do Departamento de Economia da PUC-GO, prestou serviços durante vinte anos ao Sistema Financeiro Nacional, tendo sido o primeiro presidente do Banco de Desenvolvimento de Goiás.

RICARDO LUIZ DE SOUZA RAMOS

Engenheiro do BNDES desde 1993. Atuou nas Áreas Industrial, de Comércio Exterior, de Planejamento, de Crédito e de Infraestrutura Social. Foi superintendente da Área de Crédito e desde 2008 é superintendente da Área de Infraestrutura Social.

RICARDO RIVERA DE SOUSA LIMA

Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Administração pelo Coppead. Gerente do Departamento de Indústrias de TIC do BNDES, onde ingressou em 2003. Trabalhou como assessor da Presidência para TICs (2008-2011) e nos departamentos de Papel e Celulose (2006-2008) e Economia Solidária (2004-2008).

ROBERTO ZURLI MACHADO

Engenheiro civil e mestre em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1984, ingressou no BNDES, onde já exerceu diversos cargos executivos. Foi chefe de Departamento nos setores de Transportes e Logística e Telecomunicações e superintendente da Área de Insumos Básicos. Em 2011, foi nomeado Diretor do BNDES.

RODRIGO CESAR CARDOSO

Administrador de empresas e mestre em Economia pelo Ibmec. Atua na Área Agropecuária e de Inclusão Social do BNDES desde 2009, na gestão dos programas agropecuários do governo federal.

RODRIGO MATOS HUET DE BACELLAR

Engenheiro e superintendente da Área de Insumos Básicos do BNDES.

VICTOR ALEXANDER CONTARATO BURNS

Administrador pela Universidade de Brasília, especialista em Finanças Corporativas pelo Ibmec e mestre em Economia pela UnB. Ingressou no BNDES em 2004, no Departamento de Prioridades, e hoje atua no Departamento de Relações com o Governo.

WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA

Engenheiro metalúrgico, pós-graduado em Finanças e Mercado de Capitais, ingressou no BNDES em 1975. Foi nomeado diretor em 2006 e, em 2011, foi convidado a assumir a posição de ministro da Secretaria de Aviação Civil, retornando ao BNDES, em 2013, como vice-presidente.

WALSEY DE ASSIS MAGALHÃES

Economista pela Universidade de São Paulo (USP), pós-graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. É assessor da Presidência, na Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local, do BNDES.

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Gerência de Editoração do BNDES

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Refinaria Design

PRODUÇÃO EDITORIAL
Expressão Editorial

IMPRESSÃO
Gráfica Rotaplan

O Centro-Oeste brasileiro sempre chamou a atenção pelo caráter exuberante de sua natureza diversificada, por suas potencialidades e pela riqueza cultural. No início do século XX, apresentava baixo dinamismo. Um século depois, a região se caracteriza como um grande celeiro, conta com uma base econômica forte e em desenvolvimento, ancorada na exportação e na exploração dos recursos naturais. As visões românticas de uma natureza em estado bruto já não se encaixam na realidade. O que se destaca agora é a pujança do agronegócio e a prosperidade de iniciativas que variam dos fármacos e serviços médicos ao turismo.

Este livro reúne a contribuição de cerca de cinquenta executivos do BNDES e de outros renomados especialistas em desenvolvimento da região, registrando o acúmulo de experiências e conhecimentos de alta relevância para o desenho e a implementação de novas políticas, considerando centralmente as particularidades da região e sua virtuosa cultura.

Resultado de intensos debates realizados durante 2013 visando aprimorar a atuação do BNDES, esta obra percorre a evolução econômica e social recente e discute o estilo de desenvolvimento adotado na região. Ao enfatizar as vantagens de entender as especificidades regionais e de explorar o olhar territorial para seu desenvolvimento, o livro representa significativo aporte ao objetivo de transformar tais desafios em oportunidades. Certamente, levará o leitor a enriquecer seu conhecimento sobre o Centro-Oeste e as possibilidades para seu desenvolvimento sustentável e com visão de futuro.

Wagner Bittencourt de Oliveira
VICE-PRESIDENTE DO BNDES

EDITADO PELO DEPARTAMENTO DE DIVULGAÇÃO
Novembro de 2014



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

